REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 10

REDM

ISSN: 2176-5804 - Vol. 10 - N. 1 - Dez/2013

NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

www.ufmt.br/ndihr/revista

EXPEDIENTE

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 10, n. 1 (dez 2013)- . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Aluisio Mercadante Oliva
Ministro da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
Reitora
Maria Lúcia Cavalli Neder
Vice-Reitor
João Carlos de Souza Maia
Pró-Reitora Administrativa
Valéria Calmon Cerisara
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Irene Cristina de Mello
Pró-Reitora de Assistência Estudantil
Myrian Threza de Moura Serra
Pró-Reitor de Pesquisa
Joanis Tilemahos Zervoudakis
Pró-Reitora de Planejamento
Elisabeth Aparecida F. de Mendonça
Pró-Reitora de Pós-Graduação
Leny Caselli Anzai
Pró-Reitor de Vivência Acadêmica e Social
Luís Fabrício Cirillo de Carvalho
Diretora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Imar Domingos Queiroz
Supervisor do NDIHR
Luiz Alvaro Dias

REDM

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO/MONUMENTO

CONSELHO EDITORIAL

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)
José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)
Maria Adenir Peraro (ICHS/UFMT)
Otávio Canavarros (ICHS/UFMT)

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (BIBLIOTECA NACIONAL/RJ)
Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)
Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)
Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)
Cândido Moreira Rodrigues (ICHS/UFMT)
Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Equador)
Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)
Ignacio Telesca (CONICET–IIGHI/Argentina)
Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)
Joana A. Fernandes Silva (UFG)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
Leny Caselli Anzai (ICHS/UFMT)
Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFSM)
Luiza Rios Ricci Volpato (ICHS/UFMT)
Marcus Silva da Cruz (ICHS/UFMT)
Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)
Maria de Fátima Costa (ICHS/UFMT)
Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)
Michèle Sato (IE/UFMT)
Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)
Pablo Diener (ICHS/UFMT)
Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)
Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)
Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)
Tiago C. P. dos Reis Miranda (CHAM/UNL/PORTUGAL)
Vitale Joanoni Neto (ICHS/UFMT)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (ARQUIVO NACIONAL/RJ)

EDITORES

Nileide Souza Dourado (NDIHR/ICHS/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/ICHS/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)

REVISÃO DE TEXTOS

Elizabeth Madureira Siqueira

ARTE

Terencio Francisco de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO

Alcir Alves de Souza Júnior

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

APRESENTAÇÃO

Os monumentos aplicam-se enquanto herança do passado. A origem da palavra monumento vem do verbo latino monere, que significa tanto 'fazer recordar' como 'instruir'. Assim, entre outros sentidos, o monumento tem como característica vincular-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, no imaginário das sociedades históricas, possibilitando o reenvio de testemunhos individuais à memória coletiva das sociedades, numa constante reelaboração.

Já o documento é uma escolha do historiador em seu trabalho. O termo latino documentum, deriva de docere 'ensinar' evoluiu para o significado de 'prova', sendo amplamente usado no vocabulário legislativo [...] e como sentido moderno de testemunho histórico data apenas do início do século XIX [...] o documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 1992, p.536-547).

A Revista Eletrônica Documento / Monumento é uma publicação do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - periódico idealizado como uma revista científica on-line destinada à divulgação de textos e resultados de pesquisas produzidas por professores, alunos da pós-graduação e técnicos da área das humanidades, prestando-se também como veiculador de trabalhos similares desenvolvidos por outras instituições.

Com a revista, objetiva-se disseminar a produção científica acadêmica, especialmente artigos embasados em fontes dos acervos do NDIHR/UFMT e também de outras Instituições e Centros de Pesquisa nacionais e internacionais. Nessa medida, é um periódico aberto às contribuições de pesquisadores que atuam no âmbito da preservação da memória.

De periodicidade semestral, a Revista Eletrônica Documento / Monumento constitui-se em um espaço aberto a discussões e intercâmbios, onde leitor e produtor de textos devem estabelecer constante diálogo, essencial para o crescimento científico, podendo ser compartilhado por outros web-leitores/autores.

O Porquê da Imagem da Capa

A Revista Eletrônica Documento Monumento, do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), da Universidade Federal de Mato Grosso, ao completar, em dezembro de 2013, 5 anos de existência, vem de fato, dando sentido ao título escolhido pelos editores fundadores do periódico - "Documento/Monumento". 'Monumento' significa tanto fazer 'recordar' como 'instruir', entre outros sentidos, vinculando-se também ao 'poder de perpetuação', possibilitando o 'reenvio de testemunhos individuais à memória coletiva das sociedades', numa constante 'reelaboração'. Já 'Documento', termo latino documentum derivado de docere, 'ensinar', evoluiu para o sentido de 'prova' e, por último, de 'testemunho histórico'. (LE GOFF, 1992, p.536-547).

Na capa desta edição, Vol.10, N.1, dez/2013, não há nada mais significativo para sintetizar a ideia de Documento/Monumento, uma vez que nela fica manifesta a convicção de seus idealizadores, em querer perpetuar esse espaço científico, possibilitando acesso, recordação, saber, conhecimento e constantes reelaborações. Expressa também, na capa desta edição, as 10 publicações - 2009 a 2013, sedimentando a confiança e a credibilidade conquistadas pelo periódico junto aos autores, pesquisadores, leitores, apoiadores e avaliadores, seja mediante estreita relação como através de longas conversas. Nestes 5 anos de existência, a Revista Eletrônica Documento Monumento vem constituindo em espaço aberto às discussões e intercâmbios, onde leitor e produtor de textos devem estabelecer constante diálogo, essencial para o crescimento científico. Circularam no presente período, temáticas variadas, especialmente, aquelas vinculadas ao ícone da construção e revalorização histórica do conhecimento. O periódico, Revista Eletrônica Documento/Monumento, na atualidade, em ordem de qualidade Qualis/Capes, possui o estrato – B1.

NILEIDE SOUZA DOURADO é Historiadora da Área Técnica e Científica do NDIHR/ICHS/UFMT e Editora da Revista Eletrônica Documento/Monumento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

EDITORIAL

A Revista Eletrônica Documento/Monumento, promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, apresenta o Vol. 10, n.º 1 de dezembro de 2013, mês dos festejos comemorativos dos 5 anos da Revista e dos 43 anos da Universidade Federal de Mato Grosso, não podendo haver melhor ocasião para comemorar o percurso brilhante do periódico e da Universidade.

Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático, aberto, sem custos gráficos e acessível no meio intra e extra-acadêmico. O Periódico cria e oferece aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam, não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e ofertar ricas e preciosas colaborações.

Neste número comemorativo da **Revista Eletrônica Documento/Monumento** apresenta-se artigos, entrevistas, notas prévias e relatos de projeto de pesquisa, de autoria de professores, alunos e técnicos de várias instituições de ensino superior do país, de empresas públicas e privadas e de particulares, a respeito de temáticas e abordagens diferenciadas, como o estudo de que discorrem *Allan Azevedo Andrade e Fernando Arthur de Freitas Neves* sobre a Igreja em meados do século XIX, buscando examinar como se processava a relação entre essa instituição religiosa, o Estado e a população, no intuito de entender a complexa ligação entre o campo religioso e político, na figura do bispo Dom José Afonso de Moraes Torres. Em seu artigo, *Sandor Fernando Bringmann* discorre sobre a *Campanha de Reflorestamento* do SPI, lançada no final da década de 1950, objetivando o plantio de árvores nativas e exóticas nos Postos Indígenas de todo o Brasil. Seu intuito principal era contribuir para o reflorestamento de áreas desmatadas e fornecer madeira para suprir as necessidades dos Postos. Neste sentido, parte da análise do processo no contexto nacional e procura destacar os principais aspectos da *Campanha de Reflorestamento* entre os Kaingang dos Postos Indígenas de Nonoai (RS) e Xapecó (SC). O estudo de *Lucy Ferreira Azevedo* analisa a dramaturgia regional - produção e recepção/efeito de sentido - e como os dramaturgos compreendem e interpretam o mundo, na ação de denunciar o sério através da comédia construída com a ironia como atitude. Os *corpora* eleitos para este trabalho são as peças *Vespa Sete*, de Luiz Carlos Ribeiro, e *Aqui Procê*, de Ivan Belém. *Claudyanne Rodrigues de Almeida* e *Maria Thereza de O. Azevedo* apresentam reflexões sobre o processo de *carnavalização* e as máscaras do *Bloco dos Caretas de* Guiratinga, Mato Grosso. No momento em que os foliões dançam pelas ruas da cidade com suas máscaras monstruosas, o "mundo se encontra às avessas", há uma suspensão do seu cotidiano, do tempo e do espaço, favorecendo um olhar reinterpretado de si mesmo, ou do mundo; um olhar para além da realidade convencional. Por seu turno, *Lucia Helena Vendrusculo Possari* tenciona demonstrar em seu texto que a cidade de Cuiabá assume ares de metrópole, na medida em que se aproxima a Copa do Mundo de 2014, da qual será uma das sedes. Importa falar sobre as modificações pelas quais a cidade está passando, do ponto de vista de sua estrutura física. Mais ainda, mostrar a

construção de sentidos por habitantes de Cuiabá neste período pré-copa: a paisagem; a locomoção; a ansiedade pelo Veículo Leve sobre Trilhos - VLT: suas obras e o imaginário; os des-limites geográficos para atrair turistas. *Suíse Monteiro Leon Bordest* procura refletir sobre 'identidades' e ao mesmo tempo questionar o sentido de 'tradição' nos tempos atuais, enfocando a "Festa do Divino Espírito Santo" como patrimônio imaterial da cultura mato-grossense. As autoras *Marineide de Oliveira da Silva* e *Elizabeth Figueiredo de Sá* analisam os escritos de Gervásio Leite sobre a escola rural mato-grossense, publicado na década de 1940. As análises partem do pressuposto de que, para o autor, a escola rural do modo em que se apresentava não oferecia vantagens para educação, pois não tinha condições estruturais e pedagógicas para a efetivação do ensino primário. *Elton Castro Rodrigues dos Santos*, busca com este artigo, apresentar uma retrospectiva cronológica da criação dos grupos escolares no Brasil, até 1910, ano em que este foi implantado em Mato Grosso. Na perspectiva de elaborar uma imagem positiva sobre Mato Grosso e seus habitantes, que alguns intelectuais locais empreenderam, na primeira metade do século XX, *Aparecido Borges da Silva e Nicanor Palhares Sá* recuperam o primeiro esforço na construção de representações sobre seu passado, destacando o livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, considerado como a primeira publicação destinada a moldar didaticamente a memória histórica mato-grossense. *Juliano Batista dos Santos* e *José Carlos Leite* apresentam, por meio de uma exegese, as principais reflexões contemporâneas da filosofia da ciência analítica e histórico-sociológica. Para tanto, utilizam, para o esclarecimento da primeira, o problema da demarcação proposto pelos pensadores do Círculo de Viena e Karl Popper, que, apesar das diferenças epistemológicas, enquadram-se nas perspectivas denominadas modernidade; na elucidação da segunda empregarão os argumentos de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, que, ao contrário daqueles, negam o arquétipo da demarcação ao admitirem qualquer tipologia de conhecimento como válida, traço fundamental da pós-modernidade. *Suzana Guimarães* apresenta indagações sobre a obra do artista plástico Alcides Pereira dos Santos (BA 1932 Rui Barbosa - São Paulo SP 2007), produzida numa época em que o governo ditatorial dispunha dos mais variados aparatos informativos para convencer sobre o fato de que todos brasileiros participavam da construção do *Brasil grande potência*. Embora esta questão seja importante no contexto de inserção da obra, é instigante, para uma historiadora, indagar o fazer artístico a partir de uma perspectiva criadora, na qual a imagem abriga diferentes temporalidades, memórias, repetição. *Ivana Aparecida Ferrer Silva* e *Dirceu Grasel* analisam a ação dos principais atores institucionais responsáveis pela otimização da estrutura industrial produtiva em Mato Grosso que, atualmente, se destaca pelo crescimento econômico, porém, concomitantemente, vivencia o agravamento dos impactos ambientais e a complexificação de seus problemas sociais. O artigo de *Maria Daniele de Jesus Teixeira, Alexandre Magno de Melo Faria* e *Arturo Alejandro Zavala Zavala* procura estimar um panorama das emissões de dióxido de carbono equivalente (CO_2e) do estado de Mato Grosso, assim como projetar um cenário para a implementação de políticas públicas. Foram estimadas as emissões pelos setores de combustível, energia elétrica, sojicultura, bovinos, suínos e desmatamento, seguido de

REVISTA ELETRÔNICA
DOCUMENTO 10 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

uma projeção das emissões entre 2012 e 2020, através de um modelo de regressão não linear simples. Os estudos de *Duljon Boldrin* e *Dirceu Grasel* sugerem diretrizes competitivas gerais para o setor têxtil de Mato Grosso para aproximar os interesses dos agentes que o compõem, com a finalidade de diminuir a instabilidade e aumentar a confiança entre os agentes. Os autores *Leandro José de Oliveira, Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo* e *Alan Santana Rauschkolb* procuram analisar o papel do ambiente institucional e organizacional no desempenho competitivo do setor apícola nessa região de Mato Grosso**.** Em Mato Grosso (1858-1914): Capital Mercantil e Monopólio na Periferia do Capitalismo**,** *Domingos Sávio da Cunha Garcia* discute as características desenvolvidas pelo capital mercantil na então província de Mato Grosso, entre 1858 e 1914, realçando o lugar ocupado pelo comércio da cidade de Corumbá, nesse processo. Já *Ivo dos Santos Farias* procura compreender sobre as condições necessárias para a formação do capitalismo na província de Alagoas na implantação de sua primeira indústria têxtil, a União Mercantil, em 1857, no povoado de Fernão Velho. *Liliane da Costa Freitag* e *Gerson Pietta* buscam compreender como políticas de imigração atrelaram-se a critérios étnicos idealizados no Brasil dos anos 1930 e 1945, e quais foram os vínculos existentes entre raça e a política de ocupação do território paranaense. A partir da análise do discurso de agentes vinculados ao governo federal e estadual, busca-se entender como a política identitária varguista e o pensamento social fundaram as bases da nacionalidade, bem como compreender quais foram suas correlações com a prática política paranaense. *Valéria Schmidt* analisa, no interior do projeto Marcha para o Oeste, a colonização da região noroeste de Mato Grosso ocorrida na década de 1955em território dos índios Kaiabi, Rikbáktsa e Tapayuna, quando foi instalada a Gleba Arinos, embrião do atual município de Porto dos Gaúchos, por iniciativa da Colonizadora Noroeste Mato- grossense S. A. (CONOMALI). *Adriano Knipelberg Moraes, Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa* e *Luciene Aparecida Castravechi Júlio César dos Santos* dão ênfase à dinâmica de ocupação empreendida no Brasil no período posterior a 1970, quando foi destinada, por parte do Governo Federal, grande quantidade de recursos aos órgãos responsáveis para gerirem um processo de redirecionamento de trabalhadores à procura de terra, o que resultou em um movimento de (re) ocupação da região central do Brasil, possibilitado por políticas governamentais, nas quais o Estado teve papel relevante no financiamento das grandes propriedades rurais. O texto de *Alcemir Arlejean Bezerra Teixeira, Luciano Everton Costa Teles* e *Tenner Inauhiny de Abreu* procura apresentar a natureza do projeto de pesquisa intitulado "Acervo, história e memória de Tefé/AM", formado ao longo de décadas, absorveu documentos de Tefé e também de regiões do Alto e Médio Solimões, em virtude da posição estratégica desta cidade, assumida desde épocas coloniais. O artigo de *Olivia Silva Nery* e *Maria Letícia Mazzucchi Ferreira* tem o intuito de discutir as relações entre objetos, memória e identidade. Os objetos podem ser entendidos como documentos e, desta forma, como fontes de pesquisa, como narradores da nossa história e cultura, constituindo-se em ferramentas que auxiliam na construção da nossa identidade e da nossa imagem. *Elizabeth Madureira Siqueira* em seu texto procura recuperar a trajetória de uma das mais antigas irmandades de Mato Grosso, a do Santíssimo Sacramento, instituída no século XVIII, ao lado da

irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e de São Miguel Arcanjo, cujos altares se localizavam na igreja matriz de Cuiabá. O artigo de *Frantieska Huszar Schneid* e *Francisca Ferreira Michelon* busca averiguar em fotografias de casamentos, no período compreendido entre 1940 a 1969, formas de um rito que se apresenta, nessas imagens, como poses, personagens e cenários. Procura-se estudar a relação histórica entre oralidade, visualidade e escrita através da análise dos relatos e histórias suscitados no ato de apreciação e análise de fotografias de casamento, bem como as dedicatórias inseridas nas imagens. E por último, a entrevista cedida por *Ana Luiza Janeira,* professora aposentada da Universidade de Lisboa onde atuou junto ao Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da citada Universidade, a *José Carlos Leite* e *Maurilia Vaderez L. do Amaral***.** Como pode observar, este número está quase exclusivamente, dedicado às pesquisas embasadas em fontes documentais, sendo a maioria dos seus colaboradores, adstritos à área das humanidades, porém, o espaço esteve e está aberto para recepção de contribuições de outros campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR/UFMT com a diversidade das variadas áreas científicas, timbrando a trajetória histórica da Revista Eletrônica Documento Monumento, durante os 5 anos de existência, e a Universidade Federal de Mato Grosso, pelos 43 anos dedicados à produção do conhecimento.

Editores

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

SUMÁRIO

12 A ROMANIZAÇÃO NO PARÁ: D. AFONSO TORRES E AS ATRIBULAÇÕES DE GOVERNAR ESPIRITUAL E MATERIALMENTE A DIOCESE
Allan Azevedo Andrade
Fernando Arthur de Freitas Neves

24 O HUMOR PANTANEIRO
Lucy Ferreira Azevedo

35 ANÁLISE DOS ATORES E RESPECTIVAS ATITUDES PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UMA MATRIZ INDUSTRIAL PAUTADA EM UM SISTEMA INOVADOR E SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE MATO GROSSO
Ivana Aparecida Ferrer Silva
Dirceu Grasel

52 CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO MODERNO DE DEMARCAÇÃO NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA
Juliano Batista dos Santos
José Carlos Leite

65 ENTREVISTA CEDIDA POR ANA LUISA JANEIRA a JOSÉ CARLOS LEITE e MAURÍLIA VADEREZ L. do AMARAL.

75 OS FIOS E SEUS TEARES: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ALAGOAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX
Ivo dos Santos Farias

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

89 AMBIENTES INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DO SETOR APÍCOLA NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO
Leandro José de Oliveira
Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo
Alan Santana Rauschkolb

107 O SETOR TÊXTIL DE MATO GROSSO: CENÁRIO E DIRETRIZES COMPETITIVAS PARA O INÍCIO DA DÉCADA DE 2010
Duljon Boldrin
Dirceu Grasel

125 O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E A CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO NOS POSTOS INDÍGENAS NONOAI (RS) E XAPECÓ (SC) (1958/1961)
Sandor Fernando Bringmann

144 AS IRMANDADES RELIGIOSAS E AS IDENTIDADES CULTURAIS CUIABANAS (A IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE CUIABÁ-MT)
Elizabeth Madureira Siqueira

156 APONTAMENTOS SOBRE IDENTIDADES CULTURAIS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM CUIABÁ
Suíse Monteiro Leon Bordest

166 SENTIDOS DO VLT EM CUIABÁ: EI! OLHA O TREM!...
Lucia Helena Vendrusculo Possari

174 ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE OCUPAÇÃO DOS "ESPAÇOS VAZIOS" NOS ANOS 1950 E 1960: O CASO DA GLEBA ARINOS (MATO GROSSO)
Valéria Schmidt

186 DIÁLOGOS SOBRE A FRONTEIRA A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO (PÓS 1970)
Adriano Knipelberg Moraes
Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa
Luciene Aparecida Castravechi
Júlio César dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

205 ACERVO, HISTÓRIA E MEMÓRIA DE TEFÉ/AM: RELATO DE UM PROJETO DE PESQUISA
Alcemir Arlejean Bezerra Teixeira
Luciano Everton Costa Teles
Tenner Inauhiny de Abreu

211 OBJETOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE: A HISTÓRIA DE LYUBA DUPRAT – RIO GRANDE, RS.
Olivia Silva Nery
Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

226 FOTOGRAFIAS DE CASAMENTO:
ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ORALIDADE E VISUALIDADE DA GUARDIÃ DO MUSEU FAMILIAR
Frantieska Huszar Schneid
Francisca Ferreira Michelon

239 BLOCO DOS CARETAS DE GUIRATINGA: DANÇANDO A CIDADE COM OUTROS OLHOS
Claudyanne Rodrigues de Almeida
Maria Thereza de O. Azevedo

248 ESTEVÃO DE MENDONÇA E A INTERPRETAÇÃO DE MATO GROSSO PARA SALA DE AULA
Aparecido Borges da Silva
Nicanor Palhares Sá

267 A ESCOLA RURAL MATO-GROSSENSE NO OLHAR DE GERVÁSIO LEITE
Marineide de Oliveira da Silva
Elizabeth Figueiredo de Sá

279 ESCOLA GRADUADA: UMA NOVA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MATO-GROSSENSE
Elton Castro Rodrigues dos Santos

291 RAÇA, NAÇÃO E MIGRAÇÃO: DESLOCAMENTOS DA NACIONALIDADE NO PARANÁ ENTRE OS ANOS 1930 e 1945
Liliane da Costa Freitag
Gerson Pietta

307 EMISSÕES ANTRÓPICAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) E REFERENCIAIS PARA POLÍTICA DE MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES EM MATO GROSSO (BRASIL)
Maria Daniele de Jesus Teixeira
Alexandre Magno de Melo Faria
Arturo Alejandro Zavala Zavala

324 MATO GROSSO (1858-1914) CAPITAL MERCANTIL E MONOPÓLIO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO
Domingos Sávio da Cunha Garcia

341 O IMPULSO ORNAMENTAL DA AUTOESTRADA
Suzana Guimarães

352 COMIDA RITUAL EM VILA BELA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA REZA CANTADA, ALMOÇO DA IMPERATRIZ E CHÁ AFRO
Juliana Abonizio
Bruna Mendes de Fava

367 DAVID CARNEIRO E A LEGENDÁRIA LAPA NO PARANÁ: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA REGIONAL E A MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO TOMBADO
Maria Julieta Weber Cordova

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

REVISTA ELETRÔNICA

REDM

DOCUMENTO MONUMENTO 10

ISSN: 2176-5804 - Vol. 10 - N. 1 - Dez/2013

NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR
www.ufmt.br/ndihr/revista

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

A ROMANIZAÇÃO NO PARÁ: D. AFONSO TORRES E AS ATRIBULAÇÕES DE GOVERNAR ESPIRITUAL E MATERIALMENTE A DIOCESE

Allan Azevedo Andrade[1]
Graduando em História, Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. (Bolsista PIBIC/UFPA – AF)
allan.andrade89@hotmail.com

Fernando Arthur de Freitas Neves
Doutor em História Social pela PUC-SP.
Prof. Dr. Faculdade de História da Universidade federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
fafn@ufpa.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a Igreja em meados do século XIX, buscando examinar como se processava a relação entre essa instituição religiosa, o Estado e a população, no intuito de entender a complexa ligação entre o campo religioso e político, na figura do bispo Dom José Afonso de Moraes Torres. A pesquisa em ofícios de autoridades religiosas e jornais dos anos de 1844-1857 foram fundamentais para ver o processo de romanização e seus reflexos na vida dos religiosos paraenses. Assim, em o seu bispado, Dom Afonso Torres demonstrara uma postura romanizadora, objetivando revitalizar a presença do catolicismo na sociedade, resgatando a ligação com a Santa Sé, tão abalada durante o regime de padroado. Por isso, empenhou grande esforço para imprimir ao tradicional catolicismo luso-brasileiro as marcas do catolicismo romano, caracterizando a necessidade de reformar o clero e o povo cristão, com a preocupação maior de afastar os fiéis do catolicismo marcadamente devocional, e orientá-los para a prática de um catolicismo com ênfase no aspecto doutrinário e sacramental.

Palavras-chave: Dom José Afonso de Moraes Torres. Romanização. Igreja. Pará.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Church in the mid-nineteenth century, seeking to examine how it was measured the relationship between this religious institution, the state and the population, in order to understand the connection complex between the field religious and field political in figure the bishop José Afonso de Moraes Torres. The research offices of religious authorities and newspapers of the years 1844-1857 were crucial to see the process of Romanization and its effects on the lives of religious in Pará. Thus, in his bishopric, Afonso Torres demonstrate a romanizadora posture, aiming to revitalize the presence of Catholicism in society, restoring the connection with the Holy See so shaken during the regime of Padroado. Therefore, he great effort committed to print to traditional Catholicism Luso-Brazilian to brands of Roman Catholicism, characterizing the need to reform the clergy and the Christian people, with the great concern remove of the faithful from Catholicism markedly devotional, and guide them to practice a Catholicism with emphasis on the aspect doctrinal and sacramental.

Keywords: José Afonso de Moraes Torres. Romanization. Church. Pará.

1. INTRODUÇÃO

O escopo deste artigo é analisar a Igreja Católica em meados do século XIX, procurando examinar como se processava a relação entre essa instituição religiosa, o Estado e a população, no intuito de entender a complexa ligação entre o campo religioso e o político, na figura do 9° bispo do Pará, José Afonso de Moraes Torres, tendo como apoio a documentação[2], e percebendo de que forma o âmbito da época propiciou as transformações verificadas no poder espiritual e temporal. Não sem razão, é levado em consideração o contexto nacional e internacional, sendo imprescindível a dissecação do momento conturbado que o mundo católico vivia, para entender os reflexos disso no Pará.

Assim, em o seu bispado (1844-1857), Dom Afonso Torres demonstrará uma postura romanizadora, no intuito de revitalizar a presença do catolicismo na sociedade, tentando recuperar a ligação com a Santa Sé que estava enfraquecida durante o regime de padroado. Por isso, ao perceber a necessidade de reformar o clero e o povo cristão, ele empregou significativo esforço para imprimir um catolicismo romano sobre o catolicismo-luso brasileiro herdado desde os tempos coloniais. Com isso, foi fundamental a análise do que vem a ser o processo de romanização, procurando compreender as mudanças que esse recente processo provocou à vida dos religiosos paraenses.

Não se pode esquecer que o recorte histórico analisado é pouco estudado, se comparado aos momentos anteriores (durante o bispado de Dom Romualdo Coelho) e posteriores (durante o bispado de Dom Macedo Costa). Consequentemente, não existe uma gama de trabalhos expressivos sobre o assunto citado. Contudo, a presente pesquisa verifica uma evolução neste panorama historiográfico, ao passo que é reforçada a ideia de Dom Afonso como estimulador do ultramontanismo na Amazônia no momento que, entre outras atitudes, ele volta suas atenções para a formação do clero, a catequização indígena e as visitas pastorais, pretendendo, assim, reformar o clero e os católicos.

Para isso, é imprescindível investigar o mal-estar pelo qual passava o mundo católico para entender os reflexos dessa polêmica entre Estado e Igreja no Pará. Analisando um momento histórico e um personagem ainda pouco trabalhado, sem, no entanto, ter a pretensão de esgotar o assunto, mas visando trabalhar os passos iniciais do processo de romanização e do ultramontanismo na região amazônica na década de 1870, tão discutido durante o bispado de Dom Macedo Costa.

A REFORMA DA IGREJA CATÓLICA

A Igreja no Brasil seguiu as tendências transformadoras do mundo católico do século XIX, influenciada pelo movimento Ultramontano em ascessão. Essa situação levou a um estremecimento da relação de Padroado Régio no Brasil, ocasionando a tomada de consciência de vários bispos no intuito de conseguir autonomia espiritual da Igreja em relação ao Estado, tendo como principais precursores dessa reestruturação eclesiástica nomes como Dom Antônio Ferreira Viçoso e Dom Antonio Joaquim de Melo, de acordo com Heraldo Maués (1995)[3]. No Pará, o grande nome da Romanização foi Dom Antônio de Macedo Costa, no entanto, é importante levar em consideração as medidas ultramontanas tomadas por Dom Afonso Torres e que já se mostravam vinculadas à linha "romanista".

Em meio a isso, é importante entender que, no Brasil imperial, a constituição de 1824 legitimava o vínculo entre Estado e Igreja. Essa relação era conhecida como Padroado Régio[4], o qual fazia da Igreja católica a religião oficial do Estado. Nesse momento, a relação Estado/Igreja é recíproca, onde a instituição religiosa necessitava dos recursos materiais fornecidos pelo Estado, assim como o Estado precisava da ramificação da Igreja – que não deixava de ser representante do poder público – para estender sua autoridade a lugares onde o poder civil se fazia pouco presente.

Entretanto, segundo Hugo Fragoso (1992)[5], no momento de apogeu do império, o Estado, na tentativa de reforçar a imagem de um governo forte e centralizador, passa a intervir de forma mais incisiva nos assuntos eclesiais, levando a uma reação da Igreja quanto a essa situação de subordinação. É importante ressaltar que o desgaste na relação entre Estado e Igreja não é uma particularidade do Brasil, pois em algumas partes da Europa e América Latina[6] vinha ocorrendo assíduos embates entre ambos durante o século XIX. Dessa forma, a Igreja percebeu a necessidade de uma reforma interna, vislumbrando a formação de um clero ajustado com a tese da Santa Sé, bem como a implantação de um catolicismo de sacramento, em detrimento do catolicismo popular. Essa reforma, fortemente influenciada pelas orientações tridentinas, ficou conhecida como romanização (que posteriormente passou a ser sinônimo de ultramontanismo), se caracterizando por ser um movimento dirigido pela hierarquia eclesiástica que objetivava afastar a Igreja do poder temporal, na figura do imperador, e aproximá-la das ordens da Santa Sé. Em conformidade com essa ideia, João Camilo de Oliveira Torres (1969)[7] afirma que, através da doutrina ultramontana, se deu o esforço para afirmar a distinção entre a Igreja e o mundo.

O INÍCIO DO ULTRAMONTANISMO NA AMAZÔNIA POR MEIO DE UM BISPO POLÍTICO

Dom Afonso reproduz durante seu bispado a doutrina ultramontana, que já se fazia presente em sua formação entre os lazaristas[8] no Seminário de Caraça, em Minas Gerais. José Afonso Torres se torna bispo da diocese do Pará em 1844 e, ao assumir o bispado, encontra uma diocese devastada em meio ao contexto do pós-Cabanagem, dificultando sua trajetória como representante maior da Igreja naquela região. Diante dessas dificuldades, Afonso Torres procurou colocar em prática, na medida do possível, sua proposta Ultramontana.

A partir de agosto de 1845, José Afonso Torres se empenha na missão de levar os ideais do catolicismo romano ao interior da diocese. De acordo com as orientações tridentinas, e após se ver livre da obrigação de ensinar no seminário episcopal por uns tempos, o bispo se dedica às visitas pastorais que, ao total, foram 8 em toda a região:

> (...) agora porem desprendidos por alguns dias daquella obrigação do ensino no Seminario, podemos annunciar-vós que tencionamos no dia 21 do corrente mez sahir a visita das Igrejas da

> Vigia, Collares, e S. Caetano, e Salinas, e he com prazer que vamos dar começo a esta correria Apostólica (...)[9]

Segundo João Santos[10], além dos lugares citados, o bispo percorre as regiões dos rios Guajará, Capim, Tocantins, Amazonas, Madeira, Solimões, Tapajós e Purus. Ao chegar a determinado local, D. Afonso era recebido com várias honras, mas seu intuito era disciplinar o clero de acordo com as diretrizes do catolicismo diocesano. Isso é perceptível no documento a seguir que descreve a visita do bispo à freguesia de Crapajó, cidade de Cametá:

> (...) Apenas divulgada a chegada de sua Ex.ª Rm° foi saúdado com 21 tiros de artilharia: o bronzeo som do campanario, a estrepitosa ascensão das girandulas levarão por toda a parte o jubilo demonstrado na posse do nobre, e desejado Hospede.
>
> Sua Ex.ª Rvm.a foi condusido a Capella por baixo de huma arcada de murtas, e palmeiras, alcatifada de flores, desde a ponte a porta da Capella. Esta se achava decentemente ornada, e hum Throno bem preparado inculcava a preeminencia do Varão a quem era destinado. Sua Ex.ª orou, e depois de orar recolheo-se a Caza do Morgado, destinada para a sua residencia.
>
> Forão os dias 6, 7 e 8 designados para o Crisma, nos quaes de manhã e de tarde se chrismarão 376 pessoas.
>
> Sempre que Sua Ex.ª Rm.a sahia para a Igreja, e desta para a Sua Residencia, era salvado pela artilheira, cujo artilheiro fiel ao seu posto, era sempre visto tão firme, como uma estatua! (...)[11]

É relevante atentar para a semelhança da descrição, com a citação bíblica[12] da chegada de Jesus Cristo a Jerusalém. Logo, é inevitável perceber no documento a associação entre bispo diocesano e o messias. Contudo, não se pode afirmar que tenha sido feita de forma propositall, embora essa possiblidade seja a mais provável, em razão do narrador pertencer à cultura letrada na qual a descrição de passagens bíblicas é parte constitutiva. Assim, fica claro que a associação é possível, pois o mundo católico faz parte de seu universo simbólico.

Diante disso, o trabalho de Carlo Ginzburg (1976)[13] é lembrado quando analisa o ambiente propício ao desenvolvimento das ideias do moleiro Menocchio sobre o mundo. O surgimento da imprensa favoreceu o contato de Menocchio com a cultura escrita que, antes, era tida como monopólio dos letrados, além do que a Reforma Protestante forneceu ao moleiro a ousadia necessária para expor seu raciocínio diante das autoridades religiosas. Desse modo, Ginzburg mostra como o contexto da época influenciou o pensamento cosmogônico do moleiro. Por conseguinte, é possível fazer o paralelo da situação de Menocchio com o universo simbólico descrito pelo jornalista do *Treze de Maio* ao mobilizar a lembrança da entrada na cidade e as saudações recebidas pelo bispo.

Outro ponto a ser notado nesse documento é a homenagem de 21 tiros ao prelado diocesano, mostrando claramente que, naquela freguesia, estava chegando uma autoridade de grande prestígio. Porém, é importante lembrar que aquele tipo de homenagem é destinada à Imperatriz, á família real, e aos arcebispos e bispos como característica da união entre Igreja-Estado. Enquanto que ao Imperador a salva era de 101 tiros, ou seja, de alguma forma, na lógica do Padroado Régio, o grau de importância da autoridade religiosa era menor que da autoridade civil (SENADO FEDERAL, 2011)[14].

Além das honras desferidas à autoridade religiosa durante essas visitas pastorais, Afonso Torres procurava crismar os integrantes do seu rebanho. A Crisma – juntamente com o Batismo e a Eucaristia - imprescindível ao Catolicismo, pois é um dos três sacramentos de

iniciação Cristã, por isso o prelado diocesano não abria mão de por em prática esse rito. Ademais, ele celebrava casamentos, ouvia confissões e fazia visitas protocolares à câmara municipal, sendo recebido pelos líderes locais.

Não apenas isso, mas também é importante evidenciar o aspecto político de Dom Afonso. Mesmo não obtendo sucesso nas candidaturas à deputado provincial, em 1854, e de Senador, em 1855, ele foi eleito deputado pela província do Pará, em 1845, e deputado pela província do Amazonas na Assembleia Nacional, em 1851. Ao representar o Amazonas no parlamento, o religioso expectava boas possibilidades de participação na busca por melhorias ao clero. A proposição de alguns artigos aditivos ao orçamento, pedindo quantia em dinheiro para reedificação da Matriz de Nossa Senhora do Rio Negro é um exemplo disso. O bispo político também proferiu discurso chamando atenção para o problema da baixa remuneração (côngruas) oferecida aos membros do clero:

> Um cônego, por exemplo, como o do Pará, com uma côngrua de 450$, não sei como possa pagar aluguel de casa, alimentar-se, vestir-se de uma maneira conveniente ao seu estado e hierarquia, sendo obrigado a apresentar-se na Sé duas vezes por dia. Como é possível que um pároco com uma côngrua de 400$ ou de 300$ possa fazer a despesa com seu sustento e vestuário, socorrer à pobreza que lhe bate a porta e que lhe pede esmola como um dever de justiça e não de caridade, devendo além disto ter condução pronta para acudir, de noite e de dia, com os sacramentos ao fieis.[15]

No discurso citado, fica clara a luta de Dom Afonso por melhores condições para o clero, apontando o valor da côngrua como a causa da dificuldade de sobrevivência dos religiosos e, consequentemente, da pouca eficiência em suas atividades eclesiásticas, o que não deixa de ser um empecilho ao projeto romanizador do bispo. Mesmo com essas dificuldades, não se pode esquecer que nessa época era frequente a entrada de religiosos na estrutura política do Estado. Porém, com o passar do tempo a Igreja passou ver com maus olhos a inserção de clérigos no conjunto dos negócios imperiais (NEVES, 2009, p. 104)[16].

De acordo com Riolando Azzi (1983)[17], se comparado ao seu sucessor - Dom Macedo Costa - Afonso Torres pratica um caminhar mais cuidadoso, quando em certos momentos se dispõe mais a uma defesa do que à iniciativa, se inclinando mais ao meio termo do que a um conflito (até porque, nessa época, o antagonismo Ultramontanismo x Liberalismo ainda não é tão evidente no Brasil). Aparece como um bispo em momento de transição, no qual, a partir de sua eleição, se torna tanto um agente da Igreja quanto um agente do Estado. Sua posição intermediária fica evidente quando ele declara que "Além destas faculdades que muitos Reverendos Vigários da Vara não exercerão senão nos limites de suas jurisdições, farão tudo o mais, que nas referidas constituições lhes está mandado, com tanto que se não oponha às leis especiaes da Diocese e as do Estado civil."[18]

Claro que isso não diminui a ação precursora de Dom Afonso no Pará, já que ele buscou certa autonomia da Igreja frente ao poder temporal do Imperador. Em virtude do Padroado Régio, a Igreja deveria suportar as prerrogativas do Estado, inclusive a criação de freguesias sem a sua participação. Tendo em vista isso, Dom Afonso se posiciona contrário à postura que desqualifica a participação da Igreja:

> Nenhuma freguesia será depois dessa data canonicamente considerada creada senão quandos os parochos d'aquellas, donde se desmembrarão as partes para essa creação tenhão disso participação oficial Nossa ou do Vigario Geral da respectiva comarca, sem o que nenhuma alteração se fará nos respectivos limites; o que determinamos para evitar os inconvenientes, que

> possam nascer da duvida de quaes os legítimos parochos dessa parochia.[19]

Como se vê, o trecho deixa visível a inclinação romanizadora do referido bispo, pois, além de se opor a tais prerrogativas, ainda orienta os religiosos a resistirem às diretrizes oriundas do poder temporal. Hugo Fragoso (1992) afirma que nesse período a Igreja está concentrada mais na empreitada católica romana do que na questão nacional. Na Amazônia, isso não é diferente, pois Dom Afonso autoriza os Vigários gerais tanto a nomear quanto a afastar párocos e missionários, mostrando que, malgrado o governo imperial habitualmente aplicar tais procedimentos, o bispo do Pará se antecipa com as referidas atitudes, priorizando a problemática católica na região, na medida em que percebe a necessidade de haver uma maior autonomia nos assuntos eclesiais, em detrimento a rigorosa obediência que deveria exercer ao Estado Imperial.

Em 1854 foi definido, através da bula *Ineffabilis Deus*, o dogma da Imaculada Conceição, pelo Papa Pio IX. A partir disso, o bispo da diocese do Pará mostra proximidade com os valores direcionados pelo o sumo pontífice, quando coloca em pauta o debate sobre esse dogma recentemente estabelecido pela Santa Sé. No trecho que se segue é perceptível a tentativa de Afonso Torres em difundir o referido preceito católico:

> Os fieis abaixo assignados, querendo dar uma prova de sua devoção para a Immaculada conceição de Maria, que hoje é dogma da Fé Catholica, declarado como tal solemnemente pelo summo pontifice Pio 9°, no dia 8 de Dezembro de 1854, á quem quasi todas as nações Christães tem procurado tributar um especial culto, correspondendo assim aos fervorosos desejos do Summo Pontifice, e aos impulsos de sua piedade com tão piedosa mãi, considerando que esta Diocese do Pará deve não só imitar tão edificante exemplo, como ser uma das primeiras em testemunhar sua filial devoção a Mãi de Deos, e dos pecadores, debaixo d'quelle honroso titulo, convidados por S. Ex.ª Reverendissima deliberarão reunir-se em Irmandade (...)[20]

O bispo do Pará exalta a Virgem Maria em suas declarações, atribuindo a ela o papel de mãe dos pecadores, intercedendo por seus filhos nos momentos de dificuldade, o que o levou a imprimir eloquentes declarações sobre a santidade de Maria, procurando espalhar, pela diocese, a diretriz proveniente de Roma. Dessa forma, Dom Afonso valoriza esse dogma ao criar Irmandade da Imaculada Conceição de Maria, em 1855, para dar sustento à devoção da santa.

Ademais, na tentativa de direcionar a sociedade e o clero ao catolicismo doutrinário e sacramental, Dom Afonso, entre outras medidas, mostra sua preocupação com o sacramento do matrimônio. Na medida em que buscava reduzir o número de uniões conjugais sem a aprovação da Igreja, o matrimônio propagado pelo bispo diocesano legitimaria a união do homem e da mulher perante os olhos da Santa Sé. Dirigindo seu olhar para uma maior ortodoxia relacionada à união conjugal, é de seu interesse que os fieis sigam a determinação quaresmal, além de tentar precaver os riscos de consanguinidade. O mencionado bispo também volta suas atenções para o sacramento da confissão, por meio do qual iria ocorrer a remissão dos pecados. Apontando, inclusive, a solução, em alguns casos, para ausência de confessores disponíveis:

> Para que os fieis não soffrão de falta de confessores, podem os parochos interinos, coadjutores e capllães, ainda quando lhes tenha acabado a licença, continuar a confessar com as faculdades mencionadas no art. 1° á todos os fieis que se acharem. 1° em artigo de morte: 2° que se confessarem para receber o matrimonio: 3° que se confessarem para cumprir o preceito quaresmal.[21]

Destarte, ele procura direcionar o mundo católico à aplicação dos sacramentos de acordo com que as orientações da Santa Sé, demonstrando o quanto secundariza o catolicismo devocional. Com efeito, apesar de ainda não se caracterizar como uma doutrina consolidada, o ultramontanismo aplicado por Dom Afonso procura elevar os seus valores dentro de uma sociedade marcada profundamente pelo catolicismo popular.

De outra maneira, apesar de não apresentarem uma ameaça clara à Igreja Romana dentro da Amazônia, os protestantes, apoiados por liberais e maçons, chegaram a ser alvo de Dom Afonso em sua empreitada rumo à difusão dos valores católicos. Nesse contexto, Santos (1992) afirma que a expectativa pela abertura do rio Amazonas à navegação internacional contribuiu, de certa forma, para a chegada de missionários protestantes na região, que englobava na época o bispado do Pará[22]. Com isso, o capitão norte-americano Robert Nesbit iniciou sua ação na Amazônia através da distribuição de bíblias à população ribeirinha, sendo um dos primeiros a tentar disseminar o protestantismo pela região. Na carta pastoral de 1857, Dom Afonso se mostra avesso à tentativa de penetração do protestantismo na região amazônica, afirmando:

> Tendo chegado ao nosso conhecimento que as sociedades Biblicas dos protestantes, contra as quaes já havia o Summo Pontífice exercitado o zelo de todos os Bispos catholicos, escolheram ultimamente esta Nossa Diocese e principalmente a Provincia do Amazonas, para ahi disseminar seus perniciosos erros por meio de cahtecismos, e outros livros de doutrina ricamente encadernados, e distribuídos gratuitamente pelo povo para assim mais facilmente chegar ao seu fim dos quaes alguns nos forão remettidos pelo muito reverendo vigario geral daquella província, esforços certamente empregados por uma sociedade Biblíca ultimamente creada com o nome de - Alliança Christã - e justamente condemnada pelo SS. Padre Gregorio 16° ereceta com o fim de sustentando-se na Italia, insidiar com mais proveito os adoradores da verdade catholica, espalhando por toda parte numerosos exemplares da Escritura Sagrada vertida em língua vulgar para ser lida sem guia, e segundo o espirito privado de cada um; é nosso dever levantar nossa debil vóz para assim arrancar do campo do Pai comum de famílias a sizania, que o homem inimigo pretende ahi plantar para abafar preciosa semente de fé.[23]

Antecedendo Dom Macedo Costa, Dom Afonso combateu a ameaça protestante de forma prudente, se valendo do debate doutrinário ao invés das agressões verbais de cunho pessoal, buscando conservar a soberania da Igreja, alertando tanto o clero quanto o fieis das consequências da penetração protestante na região. É importante destacar que nesse momento a Igreja protestante não tinha a força necessária capaz de colocar em risco o predomínio da Igreja Católica. Contudo, Afonso Torres busca abafar os passos iniciais do protestantismo que divergia da doutrina católica, mostrando estar em conformidade com a Encíclica papal *Inter Praecipuas Machinationes*[24] de Gregório XVI, na qual o sumo pontífice expressava sua reprovação quanto o surgimento das sociedades bíblicas.

A catequese indígena foi outra de suas metas, na qual, tanto o governo imperial quanto o bispo tinham interesse na cristianização dos índios, levando Dom Afonso a voltar suas atenções para o estudo da "língua indígena geral". Desse modo, ele foi responsável, através de um decreto em 1851, pela criação da matéria que visava o aprendizado dessa língua dentro do Seminário Episcopal do Pará, tendo em vista a preparação do clero no intuito de facilitar a aproximação e catequização dos nativos. Isso fica explícito no prefácio do "Compendio de Lingua Brazilica", escrito pelo coronel reformado do exército Raymundo Correia de Faria, nomeado por Dom Afonso como sucessor de Manoel Justiniano de Seixas ao posto de lente da respectiva cadeira no Seminário:

> Commovido o nosso exímio Prelado da necessidade que havia, de chamar ao gremio da Igreja essas hordas de selvagens, barbaras, ignorantes, embratecidas, extraviadas, e sobre tudo dignas de compaixão; espalhadas pelas nossas vastas e incultas florestas, sem conhecimento algum de Deos nem de nossas crenças; e sendo o meio mais apropriado o antigo methodo das Missões, julgou indispensavel, principalmente para aquelles candidatos que se propozerem ás Freguesias do interior, o conhecimento da Língua Geral, adoptada pelos Jesuitas, e por meio da qual tudo havião conseguido n'aquelles tempos[25].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos o contexto religioso e político da época, nos surgiram indagações que levaram à busca de maior aprofundamento sobre a inserção do movimento romanizador na Amazônia, antes da chamada "questão religiosa", bem como compreender os graus de penetração desse movimento no meio da sociedade paraense, investigando como o ultramontanismo aparece durante o bispado de Afonso Torres, além de procurar entender até que ponto a atuação política do bispo interferiu em sua missão católica.

A documentação pesquisada fornece poucas informações sobre a saída de Afonso Torres da direção da diocese. Porém, foi possível perceber que, embora tivesse a pretensão de renunciar desde julho de 1857, o bispo, sem a mesma força de antes, faz o Estado reconhecer a sua prioridade na indicação de Padre Eutychio - mesmo que o sucessor de D. Afonso tenha visto essa indicação como algo negativo - para a função de professor do Seminário Episcopal da Província. Em conformidade com isso, o ofício datado do dia 27 de agosto de 1857 afirma que "Tendo recebido o officio de V.Exª, em que me participa que S. Magestade houve por bem approvar proposta, que de mim fez o P Bispo diocesano para Lente de Instituições canones do seminário do Pará."[26]

Por fim, após afastamento do bispo de sua diocese, Raymundo Severino de Mattos ficou responsável pelos assuntos do bispado. Aparentemente, ele não deu continuidade ao projeto ultramontano iniciado por Dom Afonso. Chegamos a essa conclusão depois de examinar as correspondências trocadas entre os religiosos e as autoridades civis da província. Nos ofícios analisados, o cotidiano da diocese parece não mais estar sintonizado com os ventos da romanização, mas sim atrelado à relação Estado/Igreja característica do Padroado Régio.

O dia-a-dia da diocese ainda é marcado pelo debate em torno das côngruas, mas também é salientado, na documentação, a solicitação de recursos materiais por parte dos padres ao poder público, com o intuito de auxiliar a Igreja durante a celebração de missas, ou mesmo no pedido de recurso para a reforma do templo católico, como fica claro no discurso proferido, no dia 10 de setembro de 1857, por Raymundo Severino de Mattos ao então presidente da província do Pará:

> O vigário da freguesia de N.S. da Conceição de Mocajuba pede com instancia huma ambula pela urgente necessidade, que tem de administrar aos fieis a sagrada Eucharistia; mormente in articulo mortis, e não ficarem os enfermos privados desta consolação; e por conseguinte espero que V.Exª attenda esta justa requisição.[27]

Tudo isso deixa clara a dependência do clero católico com relação aos recursos materiais fornecidos pelo Estado, visto que uma parte do orçamento público era destinada à Igreja. Dessa maneira, a reforma ultramontana na Amazônia, de modo aparente, parece ter estagnado. Claro que ainda é cedo para chegar a tal conclusão porquanto a análise da documentação ainda não foi finalizada, porém, o resultado obtido está de acordo com o que a documentação examinada pôde até aqui oferecer.

Em decorrência dos fatos mencionados, é importante perce-

ber que, antes mesmo do bispado de Dom Macedo Costa, o processo romanizador já se iniciara na Amazônia, tendo como precursor Dom Afonso Torres de Morais, caracterizado por ser um bispo político que tenta colocar em práticas ideias vindas da Europa dentro da sociedade católica amazônica. A documentação pesquisada até agora revelou uma intensa preocupação de Afonso Torres com a formação e orientação dos religiosos no momento em que vão repassar a doutrina católica aos fieis; bem como as fontes de sua vida política passam a imagem de um religioso preocupado com os assuntos da Igreja, mesmo nos momentos de execução do cargo de deputado da Assembleia Geral Legislativa pela província do Amazonas.

Por outro lado, quando Dom Afonso deixa a direção da diocese do Pará, a princípio, a tentativa de romanização implantada por ele parece se apagar, na medida em que o responsável pela administração do bispado não se dedica ao projeto ultramontano, deixando transparecer antiga relação entre poder temporal e espiritual amarrado pelo Padroado Régio.

NOTAS

[1] Vinculado ao projeto de pesquisa "Dom JOSÉ AFONSO DE MORAES TORRES: o debate da cultura liberal com a cultura católica", financiado pela Universidade Federal do Pará.

[2] Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). Secretária da Presidência da Província. Série: 13. Ofício das autoridades religiosas. Ano: 1856-1857. Caixa 203; Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <http://hemerotecadigital.bn.br/>. Jornal Treze de Maio. Ano de 1845, 1855 e 1856. Jornal Estrella do Amazonas. Ano de 1854 e 1857.

[3] MAUÉS, Raymundo Heraldo. Igreja e Estado: União e Separação, combate e recomposição. In: *Padres, Pajés, Santos e Festas*: catolicismo popular e controla eclesiástico. 1. Ed. Volume 1. BELÉM: CEJUP, 1995. p. 47.

[4] O monopólio da propagação da fé por parte da Igreja no Estado era garantido pelo Padroado Régio. No Brasil, apesar da Constituição de 1824 permitir a existência de outras religiões que não fosse a católica, acabava limitando ao culto doméstico a expressão dessas outras formas religiosas, como se vê no Art. 5º: "*A Religião Católica Apostólica Romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo*".

[5] FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do estado liberal (1840-1875). In: HOORNAERT, Eduardo (org.). *História da Igreja no Brasil: Ensaio de interpretação a partir de um povo* – segunda época. Tomo II/2. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

[6] França e México são exemplos do abalo nas relações entre poder espiritual e temporal. Ver: NEVES, F. A. F. Romanização como catequese: a doutrina pastoral dos bispos. *Revista HISTEDBR* On-line, v. 12, p. 50-63, 2012.

[7] TORRES, João Camilo de Oliveira. O sacerdócio e o Império. In: *História das ideias religiosas no Brasil*. São Paulo: Editora Grijalbo, 1969.

[8] Religiosos que contribuíram significativamente para a introdução o ultramontanismo no Brasil.

[9] TORRES, José Afonso de Morais. *PASTORAL*. Treze de Maio, Belém, 6 ago. 1845. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700002&pasta=ano%20185&pesq=Jos%C3%A9%20bispo> Acesso em: 20 de Fevereiro de 2013.

[10] SANTOS, João. A romanização da igreja católica na Amazônia (1840-1880). In: HOORNAERT, Eduardo (Org.) *História da Igreja na Amazônia. Petrópolis*, RJ: Ed. Vozes, 1992. p. 303.

[11] TORRES, José Afonso de Morais. Treze de Maio, Belém, 14 Dez. 1854.

Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700002&pasta=ano%20185&pesq=Bispo> Acesso em: 14 de Abril de 2013.

[12] Em Mateus 21. 8, 9 está escrito: "E muitíssima gente estendia as suas vestes pelo caminho, e outros cortavam ramos de árvores, e os espalhavam pelo caminho. E a multidão que ia adiante, e a que seguia, clamava, dizendo: Hosana ao Filho de Davi; bendito é o que vem em nome do Senhor. Hosana nas alturas!"

[13] GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição: São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

[14] SENADO FEDERAL. Disponível em:
<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/01/27/entenda-o-significado-dos-21-tiros-de-canhao-que-serao-disparados-na-abertura-dos-trabalhos-legislativos>. Acesso em 15 de jul. de 2013.

[15] Brasil, Congresso. Câmara dos Deputados (1843-1862). In: *Câmara dos Deputados. Centro de documentação e Informação*. O clero no parlamento brasileiro. Vol. 4. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979. p. 450.

[16] NEVES, F. A. F. *Solidariedade e conflito: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2009.

[17] AZZI, Riolando. A reforma Católica na Amazônia 1850-1870. In: *Religião e Sociedade* n. 10. Rio de Janeiro, 1983.

[18] TORRES, Afonso de Moraes. *Collecção de Algumas circulares e portarias mais importantes de S. Ex.ª Reverendissima o Senhr. Bispo do Pará*. Belém: Typ. de Santos & Filho. 1856. p. 05.

[19] Ibidem. p. 23

[20] TORRES, José Afonso de Morais. *Parte Eclesiástica*. Treze de Maio, Belém, 26 jul. 1855. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700002&pasta=ano%20185&pesq=jose%20bispo>. Acesso em: 20 Fevereiro 2013.

[21] TORRES, Afonso de Moraes. *Collecção de Algumas circulares e portarias mais importantes de S. Ex.ª Reverendissima o Senhr. Bispo do Pará*. Belém: Typ. de Santos & Filho. 1856. p.7.

[22] O bispado do Pará compreendia toda a atual Amazônia, abrangendo uma área de 4.000.000 Km² e tendo como cede a cidade de Belém.

[23] TORRES, José Afonso de Morais. Pastoral. Estrella do Amazonas, Manaós, 29 abr. 1857. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213420&pasta=ano%20185&pesq=prelado%20diocesano>. Acesso em: 19 de fevereiro 2013.

[24] Nesse documento de 05/05/1844, o Papa Gregorio XVI se manifesta da seguinte forma: "Y no ignoráis, finalmente, cuánta diligencia y sabiduría son menester para trasladar fielmente a otra lengua las palabras del Señor; de suerte que nada por ello resulta más fácil que el que en esas versiones, multiplicadas por medio de las sociedades bíblicas, se mezclen gravísimos errores por inadvertencia o mala fe de tantos intérpretes; errores, por cierto, que la misma multitud y variedad de aquellas versiones oculta durante largo tiempo para perdición de muchos". Disponível em:
<http://mercaba.org/MAGISTERIO/inter_praecipuas_machinatione

s.htm>. Acesso em: 12 de Junho de 2013.

[25] FARIA, F.R.C. de. *Compendio da Lingua Brazilica*. Pará, Typ. de Santos & Filho, 1858.

[26] Arquivo Público do Estado do Pará. Secretária da Presidência da Província. Série: 13. *Ofício das autoridades religiosas*. Ano: 1856-1857. Caixa 203.

[27] Ibidem.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso. Câmara dos Deputados (1843-1862). In: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. **O clero no parlamento brasileiro**. Vol. 4. Brasília; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1979.

AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil.** Tomo II,1. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. A reforma Católica na Amazônia 1850-1870. In**: *Religião e Sociedade*** n. 10. Rio de Janeiro, 1983.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. **A construção da ordem***:* a elite política imperial; Teatro de sombras: a política imperial. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Relume-Dumará, 1996.

COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: Teoria e prática. In: **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: EdUNESP, 1998.

EDELWEISS, Frederico G. O dialeto Nheengatu. In: **Estudos Tupis e Tupi-Guaranis**: Confrontos e revisões. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1969.

FARIA, F.R.C. de. **Compendio da Lingua Brazilica**. Pará: Typ. de Santos & Filho, 1858.

FRAGOSO, Hugo. A igreja na formação do estado liberal (1840-1875). In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja no Brasil**: Ensaio de interpretação a partir de um povo – segunda época. Tomo II/2. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição: São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. Raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e memória**. Campinas: Edunicamp: 1994.

LYNCH, John. A Igreja católica na América Latina, 1830 - 1930. In: BETHELL, Leslie (Org.). **História da América Latina**. Vol. IV. São Paulo: EdUSP, 2001.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Padroado Régio no auge do Império brasileiro, Franca-SP, 2010. In: **Anais...** do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades–ANPUH. Disponível em HTTP://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. A categoria "jesuítica" no embate entre liberais e católicos ultramontanos no Pará do século XIX. In: **Páginas de História**, v. 1, Gráfica da UFPA 1997.

_____. Igreja e Estado: União e separação, combate e recomposição. In: **Padres, Pajés, Santos e Festas**: catolicismo popular e controle eclesiástico. v. 1. Belém: Cejup, 1995.

NEVES, F. A. F. Dom José Afonso de Moraes Torres: A romanização na Amazônia antes de Dom Macedo Costa. Florianópolis, 2011. In: **Anais...** do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades–ANPUH. Disponível em: HTTP://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html.

_____. Romanização como catequese: a doutrina pastoral dos bispos. **Revista HISTEDBR** On-line, v. 12, p. 50-63, 2012.

_____. **Solidariedade e conflito**: Estado liberal e nação católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889). Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil, 2009.

OLIVEIRA, Gisele P. A escola Italiana da História das religiões de Raffaelle Petazzoni e seus diálogos e confrontos. In: **Caderno de resumos & Anais** do 2º. Seminário Nacional de História e Historiografia. A dinâmica do historicismo: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008. Disponível em: http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2008/t/gisele.pdf

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro. **Religião e dominação de classe**: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1985. 357p.

SANTOS, João. A romanização da igreja católica na Amazônia (1840-1880). In: HOORNAERT, Eduardo (Org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

SCHWARZ, Roberto (1981). "As Idéias Fora do Lugar". In SCHWARZ, R. **Ao Vencedor as Batatas**. Forma Literária e Processo Social nos Inícios do Romance Brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1976.

SOUZA, C. B. Os percalços de um bispo Ultramontano do Pará oitocentista (1844-1852). Florianópolis 2011. In: **Anais...** do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades–ANPUH. Disponível em HTTP://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html.

SOUZA, C. B.; NEVES, F. A. F. Veredas da salvação: percalços de um Bispo romanizador na Amazônia (1844-1857). **História e-História**, v. fev., p. 1-1, 2012. Disponível em: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=148.

TORRES, Afonso de Moraes. **Collecção de Algumas circulares e portarias mais importantes de S. Ex.ª Reverendissima o Senhr. Bispo do Pará**. Pará: Typ. de Santos & Filho. 1856.

TORRES, Afonso de Moraes. **Compêndios de Philosophia Racional**. s/ed, s/d., 1956.

TORRES, João Camilo de Oliveira. O sacerdócio e o Império. In: **História das ideias religiosas no Brasil**. São Paulo: Grijalbo, 1969.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

O HUMOR PANTANEIRO

Profa. Dra. Lucy Ferreira Azevedo
Universidade de Cuiabá, Curso de Administração;
GRUPO ERA - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Lufz1@bol.com

RESUMO

As comédias no teatro de Mato Grosso apresentam, na maioria das vezes, uma temática sobre a cultura local. A grande aceitação do público instigou este texto, uma vez que, através de cenas, atores e cenografia, aparece a ironia como atitude, uma perspectiva discursiva. Os *corpora* eleitos para este trabalho são as peças *Vespa Sete*, de Luiz Carlos Ribeiro, e *Aqui Procê*, de Ivan Belém. Seguindo linhas teóricas que refletem sobre o discurso e na percepção de que a ironia como atitude é construída no perpassar da intertextualidade e interdiscursividade, vão surgindo as análises que procuram mostrar a complexidade do texto ambíguo, quando a polifonia faz um contraponto entre o povo local, o chamado cuiabano de chapa-e-cruz, e as pessoas/situações que representam outras culturas que aqui se impõem oficialmente, por meio de ritos aceitos e prestigiados, uma verdadeira guerra cultural cuja arena é o palco. Analisar a dramaturgia regional - produção e recepção/efeito de sentido - e como os dramaturgos compreendem e interpretam o mundo, na ação de denunciar o sério através da comédia construída com a ironia como atitude, constituiu-se o objetivo da pesquisa. Os dramaturgos serão analisados como sujeitos, enunciadores e locutores que tecem suas estratégias com a linguagem para criar o efeito da ironia como atitude, o que leva a plateia a envolver-se com paixões (*pathos*) que saltam a cada cena. Não será foco de análise a descrição das expressões locais. O *logos* será descrito em seu valor semântico que resulta da figura eleita como resultado do discurso. A polifonia dos textos possibilita procedimentos metodológicos constrastivos, orientações teóricas diferentes que convergem para o mesmo objeto, ou seja, a ironia como atitude.

Palavras-chave:Humor. Teatro. Retórica e ironia.

ABSTRACT

The comedy in the theater of Mato Grosso have, in most cases, a theme about the local culture. The great public acceptance instigated this text, since, through scenes, actors and scenography, appears irony as an attitude, a discursive perspective. The *corpora* chosen for this work are *Vespa Sete*, from Luiz Carlos Ribeiro and *Aqui Procê*, from Ivan Belém. Following theoretical lines that reflect over the speech and at the perception that the irony as

attitude is built along of intertextuality and interdiscursivity, go arising analyzes that seek to show the complexity of the ambiguous text, when the polyphony does a counterpoint between the local people, called "cuiabano chapa-e-cruz", and people / situations that represent other cultures that are imposed here officially, by accepted rites and prestigious, a true cultural war whose arena is the stage. Analyze the regional dramaturgy - production and reception / sence effect - and how the playwrights understand and interpret the world, in the action of denounce the serious through comedy built with the irony as attitude, constituted the research objective. The playwrights will be analyzed as subjects, enunciators and announcers that weave their strategies with language to create the effect of irony as attitude, which leads the audience to engage with passions (pathos) that jump every scene. Will not be the analyzed focus the description of local expressions. The logos will be described in its semantic value that results from figure elected as a result of the speech. The polyphony of texts enables contrastive methodological procedures, different theoretical orientations that converge to the same object, ie, the irony as attitude.

Keywords: Humor. Theater. Rhetoric and irony.

A IRONIA COMO ATITUDE NO HUMOR PANTANEIRO - DRAMATURGIA

O homem precisa rir de si mesmo e dos outros para viver. O riso é um antídoto. A comédia é, então, a grande possibilidade de refletir sobre a vida, sem entrar em pânico, conforme diz Minois, "riso como simples válvula de escape" (2003, p. 47), além de outras necessidades humanas: "... o riso como acolhida, o riso de sedução, o riso de ternura existem também, mesmo entre os deuses..." (2003, p. 47)

A necessidade de rir como válvula de escape talvez seja o motivo pelo qual tenha havido o crescimento da comédia no Brasil. Há, sem dúvida, um avanço na preferência popular, o que justifica o seu estudo do gênero, mesmo porque, segundo Bakhtin, "o riso popular e suas formas constituem o campo menos estudado da criação popular." (1999, p. 3)

Uma perspectiva herdada das culturas antigas, em que o riso é tão valorizado no teatro que está no mesmo patamar dos deuses – o riso divino que se contrapõe às lágrimas, que são humanas. Na Grécia, Aristófanes, em sua comédia, desvendava as falhas humanas sob a ordem estabelecida. O sagrado e o profano eram tratados no mesmo nível da sexualidade sem "papas na língua", abordagem direta e crua. Mostrava as anomalias de forma grotesca com a utilização do obceno e do político em realce: "A arte de Aristófanes é feita desses improvisos sucessivos, de uma progressão delirante da ação". E essa poesia, delirantemente absurda, abre uma brecha, uma fenda na ordem, no ritual sagrado e citadino (...) (DUVIGNAUD apud MINOIS, p. 39) O que se pode conferir na peça *Vespa Sete* (Cena III), quando a mãe invoca a proteção de Deus, fala do casamento como instituição e, no entanto, projeta na filha o seu preconceito:

> **D. Vitorina** – (Falando consigo mesma) Será que ela é contra a instituição do casamento? Ou será que ela éeee também sa....(dar índice de que é sapatão)....Ai nem pensar. Cruz credo! Fora de mim maus pensamentos. Deus me livre e guarde. (RIBEIRO, Vespa Sete)

A mãe que fala do sagrado e imediatamente apela para o escracho da relação mãe e filha é tosco, rude. O que pode ser compreendido na divisão feita pelos gregos em suas duas designações: o riso simples e subentendido (*gelân*) e o rir de (*katagelân*), que é agressivo e zombeteiro. No final do século IV a.C., a partir de Homero, começam a "polir" o riso. Rir de forma velada era sinal de cultura e urbanidade, porque era preciso negar o riso "inextinguível" (MINOIS, 2003, p. 50) dos deuses que fragilizava o homem. Porém, o riso do escracho esteve sempre presente até

nossa época. Em Mato Grosso, como se verá, a comédia passa pelo grotesco e mescla-o à ironia como atitude, uma forma que utiliza a ambiguidade e outros recursos do discurso para discutir a realidade. No trecho em que a mãe briga com o delegado, é apresentado o total desrespeito, o escracho que desmoraliza as duas instituições (o homem da lei e a mãe):

> **Dr. Sandoval** – Eu vou ficar escroto que nem a senhora.
> **D. Vitorina** - Pois que fique, seu gigolô de travesti.
> (RIBEIRO, *Vespa Sete*)

Assim, o público é levado pelo riso do escracho e pela temática que, quase sempre, explora situações do cotidiano das casas ou dos eventos da cidade, nas quais algumas figuras aparecem para mostrar situações engraçadas, com a exploração do "jeito de ser cuiabano": representação na linguagem – principalmente com o dialeto regional; ações carnavalizadas e o escracho do palavreado que, em última instância, é suavizado pelo emprego exato, perfeitamente contextualizado. Assim, risível.

Assim, analisar o jeito de ser cuiabano na dramaturgia regional - produção e recepção/ efeito de sentido - e como os dramaturgos utilizam a ironia como atitude para compreender e interpretar o mundo, na ação de denunciar o sério através da comédia, constituiu-se o objetivo do estudo. Dramaturgos - sujeitos, enunciadores e locutores que tecem suas estratégias com a linguagem para criar o efeito da ironia como atitude que, exatamente pelo texto irônico portar a ambiguidade, leva a plateia a envolver-se com o *pathos* que salta a cada cena.

Personagens, figurinos, falas e desenrolar das ações, normalmente com sonoplastia e cenografia sem grande sofisticação, foram os impulsos motivadores, encontrados em duas peças que formaram o *corpora* das reflexões. Para isso, foram selecionadas duas peças teatrais de dois autores de Mato Grosso que constituirão o espaço institucionalizado do humor – *Vespa Sete*, de José Carlos Ribeiro, e *Aqui Procê*, de Ivan Belém.Vespa Sete é um malandro que seduz a filha da professora Dona Vitorina, Ramona. A peça apresenta a trajetória da filha, para o desespero da mãe. Contrariando-a, a filha casa-se com Vespa Sete que vive confrontando a sogra até após a própria morte, ameaçando-a. Aqui Procê é uma expressão que indica a oralização de um gesto obceno – o dedo médio insinuando o órgão genital masculino, tendo como função ameaçar o outro por alguma ofensa ou contrariedade feita. Aparece, na obra, a figura da Miss do VLT, meio de transporte que está sendo instalado em função da melhoria do tráfego em Cuiabá, Mato Grosso. A zombaria existe em função de que a obra tem como objetivo o evento, em detrimento de uma necessidade que a cidade sempre apresentou. A Miss, ironicamente, mostra a situação de vidas diferentes: a primeira, uma projeção de valores que assume, mas nada representam em sua formação. Falas de uma nova sociedade formada pelos migrantes no Estado e da mídia; segunda, o que está intimamente ligado ao Pantanal.

Embora haja formas de ser pantaneiro, as peças representam situações urbanas. Por isso, é importante que se façam algumas ressalvas. A primeira é sobre a utilização da designação "humor pantaneiro". A expressão deve-se ao fato de o Pantanal ser o eixo fundante da cultura regional. No entanto, a expressão "humor pantaneiro" é válida, pois, ser pantaneiro e mato-grossense é valorar o que tem de seu; é ter hábitos simples, ligados à natureza e à religiosidade; ser sincero nas relações, manifestando isso com muito cuidado, astúcia, inteligência e ironia como atitude, quase como diria Aristóteles, embora o humor das peças também ponha a céu aberto o exagero, por isso mesmo, aquilo de que se pode rir. A segunda é que o teatro teve uma efervescência que agora quase se esvai - cenário Brasil fora dos eixos "prestigiados". Restam algumas companhias que lutam com dificuldade para se mantiver vivas. Merece destaque, em Mato Grosso, a "Cena Onze", que não se restringe a um gênero de teatro apenas e a dupla de humoristas

"Nico e Lau" – comédia. E a terceira, deve-se ao fato de o teatro da região ter assistido ao trabalho do ator Liu Arruda, já falecido, cômico com um vasto repertório de personagens e textos com os quais desenvolvia seus múltiplos talentos com enorme responsabilidade profissional. Tamanha a sua importância que firmou tendências, principalmente na representação da mulher que tenta romper com suas raízes pantaneiras para tornar-se uma "socialite".

DO ORNAMENTAL AO INSTRUMENTO DE PERSUASÃO

Deslocou-se o entendimento de tropos, como o fizeram os gregos, na limitação da frase, para a sua conjunção com o discurso, na ironia subentendida na intertextualidade e interdiscursividade, revelada pela polifonia do teatro pantaneiro.

A ironia como atitude, utilizada pelos autores Luiz Carlos Ribeiro e Ivan Belém, apreendida na intertextualidade e interdiscursividade, distancia-se da declaração de Sócrates, quando este se subestima em relação aos adversários. Não é a personagem que se diz inferior, aliás, é exatamente o contrário. Os autores registram a atitude superior para deixar subentendida a inferioridade. A polifonia permite que se observem os dois lados: a superioridade da situação das personagens de Mato Grosso em contraposição com a superioridade dos textos que são registrados em intertextualidade e interdiscursividade. A ironia como atitude dos autores está nas colocações extremas que tentam focar a realidade, conforme as falas do entrevistador no momento em que a "miss VLT" é entrevistada. Pelo nível de exigência dos concursos do gênero, a moça está bem distante do ideal proposto, no entanto, julga-se a melhor. O regionalismo (rotatismo) do termo utilizado –"craro"- mostra também a intenção do autor de demonstrar a superioridade assumida pela moça, em contraste com o seu registro linguístico desprestigiado/inferioridade:

> OFF: Esta entrevista é um projeto muito sério e nós queremos avaliar seus conhecimentos sobre Mato Grosso para ver suas reais condições de representar a beleza mato-grossense na Copa do Mundo 2014. A senhorita está ciente disso?
>
> Creonice: Craro que estou. Afinal de contas é por isso que estou aqui. Pois sou cuiabana, nascida e criada no bairro Lixeira. Conheço as tradições do meu Estado e quero mostrar isso para o Brasil e, quiçá, para o mundo.
> (BELÉM, *Aqui Procê*)

O termo "craro" é uma variação linguística e muitas outras são verificadas no "falar cuiabano", mas o *logos* não será foco do trabalho, porque a descrição das expressões da cultura local será observada em seu valor semântico, resultante da figura eleita como resultado do discurso.

Então, sem pontuar a palavra isolada, mas apreendendo a ironia como atitude no intertexto e no interdiscurso, nas duas peças selecionadas, deixou claras as vozes que perpassam o "discurso oficial". As peças apresentam como temática a sociedade que reproduz de forma caricata os padrões das elites brasileiras que, por sua vez, também o fazem na reprodução dos moldes europeus - com seu toque "tupiniquim". A polifonia aparece no decorrer das situações e na criação das personagens que vão construindo uma imagem própria, formatada em linguagem regional, falas do cotidiano, pessoais e em toda a cenografia (MAINGUENEAU, 1996) que, neste trabalho, representa mais que um suporte/representação de paisagem, espaço. Cenografia entendida como o todo organizado que compreende personagens, cenário, temporalidade, espaço...

Um todo cenográfico para apresentar situações socioestético-culturais que, nos confrontos do texto, foram na medida do possível, explicados pela Filosofia, Nova Retórica, pela Semântica Pragmática de Ducrot (Pragma-semântica). Análise do

Discurso e Teoria da Enunciação (Benveniste). Porém, captar a ironia como atitude, em pesquisa bibliográfica e descritiva, associando-a as reflexões teóricas eleitas, exigiu outro tratamento para a sua leitura, o que, de certa forma, dificultou o entendimento entre discurso e realidade, uma vez que sua caracterização tem relação com uma certa concepção de sentido, do ato comunicativo ou da subjetividade. Segundo Brait (2008), se difícil é uma definição, porque cada linha teórica tem seus parâmetros, seu valor pragmático pode ser base de discussão.

Possivelmente, as resposta ao objetivo da pesquisa possam ser discutidas em duas partes: **O discurso da Ironia como atitude,** na intenção de explanar sobre a ironia e a ironia como atitude no humor pantaneiro por meio das peças *Vespa Sete* e *Aqui Procê*, na apreensão das situações criadas pelos dramaturgos e sua análise.

O DISCURSO DA IRONIA COMO ATITUDE

O estudo de uma língua na forma especial como é utilizada, distanciada da expressão comum, se constitui no estudo das figuras. Fontanier (1968) utiliza o termo "afastamento" para explicar a figura. Esta, na tradição clássica, é uma construção ornamental, tanto que Aristóteles estudou as principais figuras na Poética e não na Retórica. Assim, nos estudos da linguagem, as figuras passaram a ser estudadas em eixos oscilantes entre sua importância como instrumento de persuasão; como "linguagem das paixões" (LAMY, apud CHARAUDEAU&MAINGUENEAU, 2006, p. 238); como processo cognitivo, como em Lakoff & Johnson (1980), em que sua utilização é intrinsecamente o processo de conhecer, pois o homem conhece seu universo através das figuras. Aristóteles, complementando o resumo, vê a ironia como atitude em polos extremos diante da verdade - tangenciando a compreensão de Sócrates, na questão sobre justiça. Enquanto um lado da verdade seria uma expansão, exagero da verdade, por outro, existe a diminuição dela, o que para ele seria proposital, uma simulação (ARISTÓTELES apud ABBAGNANO, 2000).

Então, a figura representa múltiplos entendimentos, dada a sua complexidade nos estudos da linguagem e mais especificamente em textos ambíguos.

Nesta análise, entretanto, a ironia como tropo, seu universo surge como atitude construída na intertextualidade e interdiscursividade, no texto tecido pela complexidade que o humor e a ambiguidade proporcionam. Representam um diálogo possível com outros discursos já ditos, naquilo que perpassa e sedimenta o novo da expressão.

Na escola francesa, o interdiscurso, segundo Courtine (1981, p. 54), é "uma articulação contraditória de formações discursivas que se referem a formações ideológicas antagônicas"- em sentido restrito. Exatamente como se vê nas peças, isto é, os dois lados que representam uma grande luta entre um *ethos* pantaneiro – dir-se-ia original, no sentido de típico – e o que a personagem quer transparecer que é. Ações desenvolvidas em cenas carnavalescas que, conforme nomeou Bakhtin (1997, p. 122), representam uma "... transposição do carnaval para a linguagem da literatura

> Foram passar o inverno esquiando em Aspen Ninica Bituca e Cotinha Tramontina aproveitaram as férias, para curtirem a montanha russa do Disney Word. Foram às compras na "Fife Avenue" e trouxeram bonecos de Pato Donald, Mikey, Tio Patinhas, Irmãos Metralha para os sobrinhos. Só de excesso de bagagem pagaram mais de 15 mil dólares, mas todas são lindas louras e ricas. (RIBEIRO, *Vespa Sete*)

Há dois discursos que representam a ironia como atitude que aparece como o resultado de um conjunto de construções discursivas – a linguagem em funcionamento. Discursos que, nas peças *Vespa Sete* e *Aqui Procê*, traçam um paralelo entre o discurso oficial, o chamado "politicamente correto", e o popular que

desnuda a ironia como atitude que, por sua vez, provoca o riso. Ironizar "atua segundo uma estratégia que inclui previsões do movimento do outro – tal como acontece em toda estratégia". (ECO, 1983, p. 57). Apoia-se nos intertextos e interdiscursos cujo auditório vai retomando e reconstruindo os sentidos. No excerto focado logo acima, trecho de uma coluna social, é pura ironia o comentário sobre o interesse das "socialites" pelo vulgar, somando-se a conjunção "mas" para acrescentar o valor de ser loira e rica em detrimento de ser viajada e culta.

Reiteradas vezes, esta "mulher – socialite", nas peças em estudo, é a personagem principal cujo papel é tecer as relações entre o discurso oficial e a situação apresentada. Um *ethos* que é um caráter que convence, porque, segundo Aristóteles em sua Retórica, "É [...] ao caráter moral que o discurso deve, eu diria, quase todo o seu poder de persuasão". (AMOSSY, 2005, p.10). Forte e atrevida é a figura que imediatamente passa a ser reconhecida pelo auditório que a identifica como alguém de sua convivência. A figura feminina, que é normalmente vivida por um ator, favorece a aceitação e o acordo sobre o que ela diz e faz. São os mundos paralelos na perspectiva de Bakhtin (1999, p. 5).

Contextualizando esta mulher, é aquela que, embora sua origem seja humilde, enfrenta a situação de um Estado (Mato Grosso) que sofreu movimentos migratórios de todo o país. Costumes foram caricaturados e a cultura local inferiorizada. Imediatamente, as artes tentam documentar suas tradições e seu discurso mais autênticos e passam a desfazer, de forma caricata, o imposto pela sociedade que se situa como mais sofisticada, aquela que valida os caminhos sociais pelo dinheiro, pela soja, enfim, pelo econômico.

VESPA SETE, DE LUIZ CARLOS RIBEIRO

Logo no primeiro ato, aparece a figura da professora que leva o leitor da peça a um discurso tradicional, conservador, como se espera de seu *tipo social*, conforme termo da sociologia interacionista. (EGGS, apud AMOSSY,2005) Utiliza termos que expõem hábitos, modos e costumes que traduzem um caráter – *héxis*.

Dona Vitorina, a professora, constitui um *ethos* autoritário que é confrontado pelos autores com a crença local velada da superioridade dos brasileiros de outras regiões. Quando diz que o namorado vinha "rodando", ratifica e ironiza o fato de a cidade ter muitos migrantes que não comungam com os valores locais que, para ela, é uma agressão. Assim, utiliza o verbo na segunda pessoa do singular, "Se tu pretendes"- expressão gaúcha - para responder com a mesma linguagem:

> **(Casal dança sensualmente um lambadão e/ou algum descartável da moda).**
> **D. Vitorina** - (Entrando de supetão) Pára a vitrola! Já casei quatro filhas, todas virgens, ao som desta vitrola, e não será você que vai sujar o nome da nossa família.
> **(Ator tenta discretamente esconder a sua excitação de certa maneira reveladora)**
> Escuta aqui seu moço. Aqui é a residência da professora Vitorina! Ouviu bem? Se quiser dançar "XINFRIM" é em outro lugar. Na minha casa, no meu baile, tem que dançar com decência, com pudor.
> **Ator** - Me adesculpe D. Vitorina, nóis ia ponhá outra música.
> **D. Vitorina** - Me adesculpe ? Nois ia Ponhá outra música? Como professora da língua portuguesa, desconheço esta construção verbal. Mas, se de onde você veio **rodando** desconhece a gramática, aprenda de uma vez por todas: Primeira regra, nunca se usa o pronome do caso obliquo no inicio da frase. Segunda regra: ***se tu pretendes*** conjugar o verbo pôr, no sentido de colocar, introduzir, então o correto seria: EU PONHO, eu coloco, eu introduzo... Ponhá não

existe na língua portuguesa. Dessa maneira, eu ponho, eu coloco, eu introduzo o senhor para fora da minha casa. Rua! E acabou o baile!

Em determinado momento, a filha diz à mãe que convidará certo rapaz, quando a mãe retruca:

D. Vitorina - Pertence ao G R U P O?
Em cidades pequenas, grupos da chamada elite conservam posturas sociais e fecham-se, a fim de "proteger" seus filhos de outras convivências, para eles, menos prestigiadas.

No trecho a seguir, o autor expõe uma personalidade já conhecida da cidade e que já tem uma história conhecida pelo auditório, pois tem uma vida pública. Em intertextualidade com a história da personagem apenas mencionada, surge o riso, uma vez que ironicamente a pessoa é lembrada na situação da peça (Getúlio Fanfarini).

Ramona – Um soldado raso, porém é um doce de coco.
D.Vitorina - Desista!. Aqui não entra.
Ramona – Então eu vou convidar aquele pongoló do Getúlio Fanfarini!
D. Vitorina - Getúlio Fanfarini?Esse nome não me é estranho.

Autoridades do exército também passam a fazer parte do grupo privilegiado assim que chegam à cidade. No trecho da peça, a cenografia ratifica a importância dada aos militares tão prestigiados pela mãe - (**Sons de trombetas, dobrado militar)**.

D. Vitória- No meu baile só entra moço solteiro e de boas intenções e se for militar, tem de ser de tenente pra cima. Praça aqui não entra.
(**Sons de trombetas, dobrado militar)**

Antes de finalizar o I Ato, começa a mudança de clima da peça e a ironia como atitude transparece no escracho. O interdiscurso lembrado, inicialmente, é aquele dos concursos de misses, ironizado também com a ajuda da cenografia (voz, música de fundo, expressão corporal). A *miss* estuda "medicina tropical", mais uma lembrança irônica, oposta ao *glamour* do desfile... A menção de doenças tropicais são marcas de subdesenvolvimento do local que se distrai com "amenidades". O segundo é de cunho político que, em intertextualidade, repassa os artigos de jornais que denunciaram o antigo governador – Blairo Maggi – que recebera o troféu de maior devastador de florestas por um programa televisivo. O humor é efeito do acordo estabelecido entre autor e o auditório sobre o fato – a devastação que todos sabem ter acontecido na região e que agora reporta a todos ao conceito de verdade que, segundo Perelmann e Tyteca (2002, p. 77) são "sistemas mais complexos, relativos a ligações entre fatos...".

D. Vitória - o ator em improviso - avisa que utilizou o primeiro palavrão, o que vai de encontro com o perfil da professora. Na Retórica, Aristóteles previne que o dizer corresponde ao *ethos* assumido: "um homem rude não poderia dizer as mesmas coisas que um homem culto". Assim, a mulher que se diz educada, por isso superior, mostra-se, pela linguagem, como uma figura grosseira.

D.Vitorina - E quem é Gervásio, Ramona?
Ramona - Ele é irmão da Miss Sapezal. Dizem que o pai comprou para a filha, por um milhão de dólares, o titulo de Miss Brasil.
(Performance do concurso de Miss. Música de desfile de miss. Foco nos atores).
Vitorina – Buenas noche señoras e señores. Mi nombre es Lola Ortega, tengo diszeocho años, hago medicina tropical. Yo represento Venezuela.
Ramona – Buenas noche señoras y señores, mi nombres es Rosita Almendares, tengo dezeocho años, hago medicina tropical y represento el

> **México.**
> **D. Vitorina** - (Retomando) Não conheço, nunca ouvi falar, mas o que é que êle tem ?
> **Ramona** - Ora, mamãe a senhora deve lembrar do pai...É aquele sujeito que ganhou a ***moto serra de diamante***, do pessoal do pânico, por ter derrubado 100 mil hectares de florestas tropicais. Agora, não sei se ele sabe usar corretamente a ênclise, a próclise, a mesóclise e a prótese.
> **D. Vitorina** - Esse não entra. Já sei quem é. É o tal que anda a dizer que cuiabano é **preto, imbecil e preguiçoso**? Além de ser **FILHO DA PUTA** é racista e preconceituoso. Eu disse Filho da Puta? Pronto! Saiu o primeiro palavrão da peça.

No II Ato, intitulado *A Novena*, os autores ironizam a situação de notícias sensacionalistas divulgadas pela televisão, assim como transcrevem notícias econômicas de jornais, fazendo ironia como atitude com a possibilidade/impossibilidade de os brasileiros viverem com melhores salários.

> **(Prefixo musical do plantão do jornal nacional).**
> **Vitorina –** Ai meus Deus, quem será! Será que desta vez foi a Dercy Gonçalves?
> **VOZ EM OFF –**
> **-**A previsão do *superávit* na economia brasileira para 2007, leva o presidente Lula a elevar o salário mínimo de Cr$380,00 reais para 1.500 dólares.

Em seguida, o autor descredencia as autoridades brasileiras, na pessoa da mulher do Presidente da República, ao insinuar sua formação simplória sob a aparência sofisticada. Registra o termo "hob" exatamente para reforçar a falta de informação de quem utiliza um termo sem saber o que ele realmente representa e para contrastar com o fato de uma mulher do Presidente não ter hábitos mais úteis; debocha da figura do deputado Clodovil, fazendo uma crítica sobre a sua recusa em assumir a própria homossexualidade:

> Repórteres credenciados junto ao Palácio da Alvorada constatam que Dona Marisa não é muda. A primeira Dama do Brasil solta a voz e confessa seu "hob" predileto: catar conchinhas na praia do Pepino.
> O deputado Crodovil, desenha, coze sirze e borda o vestido de sua própria noiva, e diz que sempre foi heterossexual.

Na Cena III, "*Conversa de mulher para mulher*", um colunista faz uma crônica social. O autor da peça utiliza-se da argumentação através da exposição do ridículo, uma forma de argumentar para, neste caso, provocar o riso. A situação é ridícula, porque entra em choque com uma opinião aceita, quando traduz um comportamento excêntrico, às vezes registrada como a fala local. Conforme diz E. Dupréel provoca o "riso de exclusão". (PERELMAN&TYTECA, 2002, p. 233)

Há, na Retórica, uma hierarquia de valores que os autores Perelman & Tyteca (1996) consideram um esteio muito importante na argumentação: os valores concretos, na escala hierárquica, são inferiores aos abstratos. Em vários momentos da peça, no entanto, os valores concretos se sobrepõem aos abstratos, porque representam as circunstâncias do próprio grupo. É o material que valida à importância do humano:

> A socialite Isaura Pregão, da sociedade Rondonopolitana, está fazendo maior sucesso com a sua nova geladeira QUE FALA E CANTA EM INGLÊS. A socialite tem reunido suas amigas na sua elegante mansão, construída às margens do poluidíssimo **RIO VERMELHO**, para o chá das cinco e todas deliciam com geladeira cantando a música: Moon River.

> Foram passar o inverno esquiando em Aspen, Ninica, Bituca e Cotinha Tramontina. Aproveitaram as férias para curtirem a montanha russa do Disney Word. Foram às compras na "Fife Avenue" e trouxeram bonecos de Pato Donald, Mikey, Tio Patinhas, Irmãos Metralha para os sobrinhos. Só de excesso de bagagem pagaram mais de 15 mil dólares, mas todas são lindas louras e ricas.

A seguir, há o contraponto entre o que é regional - menos valorizado - e o que as sociedades sofisticadas dos grandes centros acreditam ser mais nobre. O contraponto leva o auditório a comparar os textos das crônicas sociais dos jornais com a peça e a rir da ironia. A crônica social é a base para que o autor passe a citar toda a "enciclopédia" (Eco, 1986, p.112) da culinária local, para firmar o contraste entre o regional - simples natural - e o internacional – sofisticado e mais prestigiado:

> O aniversário do cronista Social Delon Trambiquita foi celebrado com todas as pompas e circunstâncias. O tema escolhido foi O último Xeike de Bagadá". Para cenografar o mini oásis, na chiquérrima mansão do colonista, situado no bairro "Quatro Barras", foram retiradas 30 toneladas de areia despoluída do rio Cuiabá. As tamareiras ornamentais, todas de plástico, chegaram a enganar os próprios convidados de tão perfeitas que eram. O cardápio foi de arrasar. Como entrada foi servido um prato frio a base de.....(em francês) . Como prato principal foi servido "bobó de galinha, arroz branco e batata palha frita". Como sobremesa foi servido um delicioso melado de rapadura, acompanhado de farinha do "Morro Grande".

AQUI, PROCÊ - IVAN BELÉM

Um determinado político local aparece nas páginas policiais e os jornais fazem uma grande divulgação, o que despertou na população a vontade de ver como se comportaria a justiça diante de um rapaz rico, filho de família importante na cidade e eleito para cumprir um mandato com enorme número de votos. Este texto veiculado deu margem à ironia do autor da peça que, no decorrer da obra, apresenta sua formação ideológica – um contestador.

O "... povo da FIFA" reporta aos migrantes. Creonice lembra o preconceito que sofrem os nascidos em Mato Grosso, por seu jeito simples, pela vida humilde segundo padrões de outras regiões brasileiras:

> **Creonice**:
> (ENTRA FALANDO AO CELULAR, IGNORANDO A PRESENÇA DA PLATÉIA) Já vi que esqueceu... O esmalte... Eu sabia, eu sabia o que custava, Edson, passar no camelô e comprar??? Só pra me sacanear né e eu em casa esperando. Aí: cortei cutícula e tudo esperando e nada de você com o esmalte. Agora tô eu aqui, na seleção pra Musa do VLT, com estas mãos de relaxada. O que que o povo da FIFA vai falar de nós cuiabanos? Vão falar que as mulheres daqui não conhecem esmalte... Eu queria tanto ter feito uma francesinha... veadoooo... Onde que você estava até esta hora, Edson?? Na pescaria??? Com Campos Neto?? Edson, o que que você quer acompanhar cabeça de Campos Neto... Campos Neto tá com a vida ganha. É conselheiro do Estado. Herdou o cargo do pai. Você nem pai tem. Nem sua mãe sabe quem que é seu pai. Ou seja, você é um fé da puta. Olha aqui, Edson, você que não dá jeito de comprar esse esmalte pra você ver...

A seguir, uma variedade de temas são somados para demonstrar a ironia como atitude, própria das personagens que compõem o universo do autor Ivan Belém. São citados o governador do Estado, sua mulher e artistas conhecidos do mundo artístico.

> E agora vamos retomar a nossa entrevista. Vamos logo. Atenção, muita atenção. E silêncio na plateia. Vamos lá.
> - Um homem bonito
> - Silval Barbosa
> -Uma mulher bonita
> - Roseli Barbosa
> -Um homem inteligente
> - Silval Barbosa
> - Uma mulher inteligente
> - Roseli Barbosa
> - Uma cantora
> - Emílio Santiago
> - Um cantor
> - Angela Rorô
> - Um ator
> - Alexandre Frota
> - Uma atriz
> - Rita Cadillac

Um dos fatores mais marcantes para marcar o preconceito contra os nativos do Centro-Oeste é a variação linguística, por isso é imprescindível que esteja no texto do autor, pois a rejeição à expressão diferente está presente em todos os momentos da comunidade: na escola, nas entrevistas televisivas e radiofônicas e no cotidiano das pessoas:

> OFF – Muito bem, muito bem... queremos saber agora se a senhorita, de fato, conhece, a língua nativa, ou seja a língua de vocês cuiabanos. Porque vocês têm um modo um tanto peculiar de falar. Irei fazer a pergunta em bom português e você irá traduzir para o cuiabanês, ok? Vamos lá:
> O quê? - Agora que qué esse?
> Por quê? - Agora quáaaaandoooo !
> Vem aqui - Nhá cá.
> Vem aqui agora - Nhá cá, méeeerda!

Considerou-se que as duas peças trabalham a ironia como atitude, estudada neste trabalho pela intersecção entre o interdiscurso e intertextualidade, cujo sentido surge do choque, da contradição de dois mundos.

A comédia, edificada por discursos que se confrontam e/ou complementam, conta com o auditório para a apreensão da subjetividade da narrativa demonstrada pelos dois mundos que, segundo Brait (2008, p. 259) tem-se:

> De um lado, a convocação de vozes autorizando, endossando e conferido credibilidade ao discurso do enunciador explícito, do narrador empenhado na "crônica verdadeira" e que parece ser a fonte e ter domínio total de seu discurso. De outro, além de essas vozes revelarem a marca da presença e da manipulação desse mesmo enunciador, elas se juntam a outras cujo alcance significante escapa, no nível do enunciado, para fazer ressoar a conivência implícita criada entre enunciador e enunciatário no conjunto discursivo.

Os dois autores transitam livremente pela cultura local, por meio das referências implícitas e explícitas, para impactarem o auditório sobre a relação entre a realidade imposta pelos migrantes e o que as pessoas da terra valorizam. Embora o confronto seja quase dramático, é realizado, novamente em contraste, pela comédia.

A comédia construída pela ironia como atitude é o espelho ideal para a realidade vivida em Mato Grosso em que o pantaneiro

autêntico continua a desenvolver seus costumes e, em seu silêncio estratégico, como se esperasse o peixe ou a caça, encontra a felicidade e a paz no simples de suas bases histórico-culturais.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Retórica**, III, 1408a 31.

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. Tradução Yara Frateschi. São Paulo/ Brasília: Hucitec/ Edunb, 1999.

BRAIT, Beth. **Ironia** - em perspectiva polifônica. Campinas: EdUnicamp, 2008.

CHARAUDEAU P. & MAINGUENEAU D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

COURTINE, j.j. **E mandarim, j.m**. Quel objet pour l´analyse Du discours?, Materialités discursives. Lille: Presses Universitaires, 1981.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphor we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

MAINGUENEAU, Dominique. **Pragmática do Discurso Literário**. São Paulo, 1996.

MINOIS, Georges. **A história do riso e do escárnio**. São Paulo: EdUnes, 2003.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ANÁLISE DOS ATORES E RESPECTIVAS ATITUDES PARA A ESTRUTURAÇÃO DE UMA MATRIZ INDUSTRIAL PAUTADA EM UM SISTEMA INOVADOR E SUSTENTÁVEL NO ESTADO DE MATO GROSSO

Dra. Ivana Aparecida Ferrer Silva
Professora Adjunta I do Departamento de Administração,
da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis- FAeCC
da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Cuiabá, MT).
Mestre em Desenvolvimento Organizacional pela UFRN
Doutora em Desenvolvimento Sustentável pelo NAEA na UFPA.
ivanaferrer@ufmt.br

Dr. Dirceu Grasel
Professor Associado III do programa de
Pós-Graduação da Faculdade de Economia
da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT, Cuiabá, MT).
Mestre e Doutor em Engenharia de Produção/UFSC.
dgrasel@ufmt.br

RESUMO

O artigo objetiva analisar a ação dos principais atores institucionais responsáveis pela otimização da estrutura industrial produtiva em Mato Grosso. Atualmente, o Estado se destaca pelo crescimento econômico, porém, concomitantemente vivencia o agravamento dos impactos ambientais e a complexificação de seus problemas sociais. Acredita-se que a diversificação da estrutura econômica calcada na busca por processos inovadores e sustentáveis pode vir a mitigar as externalidades ambientais e sociais da atualidade. A pesquisa é um estudo exploratório que buscou identificar, através do estudo de campo, as ações e lacunas no processo de

construção de sistemas de inovação sustentável para o parque industrial mato-grossense. A busca de dados empíricos primários e secundários se deu através de visitas-técnicas nos órgãos públicos responsáveis pela pesquisa e pela questão ambiental no Estado, sendo desenvolvidas entrevistas e pesquisa documental. O questionário com os empresários da indústria foi aplicado entre janeiro a julho de 2012 e a amostra foi composta por 92 empresas. Identificou-se que ainda não existe um sistema de inovação sustentável efetivo, mas ações por parte do Estado e de órgãos de pesquisa que pouco se repercutem na matriz industrial de Mato Grosso.

Palavras-chave: Inovação. Sustentabilidade. Inovação sustentável.

ABSTRACT

The article aims to analyze the action of the main institutional actors responsible for the optimization of industrial structure production in Mato Grosso. Currently the state stands by economic growth but concomitantly experiencing the worsening of environmental impacts and the complexity of their social problems. It is believed that the diversification of the economic structure grounded in the search for innovative and sustainable processes may ultimately mitigate environmental and social externalities of today. The research is an exploratory study that sought to identify through the field study the actions and gaps in the process of building sustainable innovation systems for the industrial park Mato Grosso. The quest for primary and secondary empirical data was collected through visits-technical public agencies responsible for the research and for environmental issues in the state, being developed interviews and documentary research. The questionnaire with business industry has run from January to July 2012 and the sample consisted of 92 companies. It was identified that there is still no effective sustainable innovation system, but actions by the state and research institutions that have an impact on some industrial matrix of Mato Grosso.

Keywords: Innovation. Sustainability. Sustainable innovation.

1. INTRODUÇÃO

A relação existente entre a inovação e o desenvolvimento das regiões é um tema introduzido na literatura por Schumpeter (1982) e tem alcançado destaque no século XXI. Para Lastres, Cassiolate e Arroio (2005), a busca pelo conhecimento gera a capacidade de aprender e inovar, processo refletido na estrutura produtiva das regiões. O aprendizado institucional, o Estado, setor privado e o capital social tendem a se tornar elementos-chave na estratégia de desenvolvimento local, compatíveis às dimensões ecológica e social. Entretanto, o processo de globalização, a força do mercado, o poder do capital financeiro e o discurso político associado à busca do conhecimento e da inovação aumentam a pressão sobre os países de baixa renda para que promovam estratégias de desenvolvimento nacional, mas, durante muito tempo o crescimento econômico foi tratado como desenvolvimento nessas regiões.

Em Mato Grosso, as trajetórias produtivas existentes foram estimuladas via políticas públicas e financiadas pelo governo, pelas grandes empresas nacionais e transnacionais que encontraram no Estado condições competitivas tradicionais de curto prazo, focadas no baixo custo das terras e da mão de obra e na exploração máxima dos recursos naturais. Vantagens espúrias que ignoram as características sociais, ambientais e supervalorizam a variável econômica, favorecendo o capital e crescimento econômico de uma minoria em função da disseminação da miséria, de impactos ambientais e desigualdade social. Essas escolhas institucionais originaram uma indústria com processos simples, desvinculada das características culturais, hábitos, territorialidades e sem incentivo à formação de um sistema de desenvolvimento do aprendizado voltado para o conhe-

cimento e a inovação local e sustentável. Assim, a estrutura ou matriz industrial do Estado não se originou das competências e peculiaridades endógenas, mas foi um processo institucional que se teve início na década de 1960, com a industrialização da agricultura, ou seja, no beneficiamento da produção de *commodities* em escala para o mercado externo. Porém, esse processo de industrialização está desvinculado do aprendizado e da produção de conhecimento e inovação na região. Fato que implica na necessidade em adquirir tecnologia e vender produtos sem qualquer ou muito pouco valor agregado. Essa situação faz com que seja relevante entender como se dá o processo de busca de inovação, de modo a ser possível identificar os atores, suas responsabilidades e respectivas lacunas que dificultam a construção de sistemas de inovação sustentável na indústria do estado de Mato Grosso. Acredita-se que a institucionalização da economia do aprendizado, promovendo o desenvolvimento e a disseminação do conhecimento, tende a gerar uma diversificação na matriz industrial regional, gerando produtos e serviços com maior valor agregado e principalmente respeitando e valorizando os aspectos ambientais e sociais, o que implica na melhora do capital humano, intelectual e social e no respeito para com a complexidade dinâmica da natureza e da sociedade.

Assim, o artigo tem como objetivo identificar os atores mais relevantes à construção de um sistema de inovação sustentável e analisar a atuação destes para a estruturação de um parque industrial atrelado ao paradigma da sustentabilidade em Mato Grosso.

2. MÉTODO DE PESQUISA

A pesquisa se caracteriza como um estudo exploratório que buscou identificar, através de um estudo de campo, as ações e lacunas no processo de construção de sistemas de inovação sustentável para o parque industrial mato-grossense. Através da pesquisa bibliográfica foram levantados os atores relevantes e, partir daí, realizadas visitas técnicas em órgãos públicos e instituições que desenvolvem pesquisa, nas universidades, na Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso-FAPEMAT. As visitas aconteceram durante os meses fevereiro a novembro 2011 e utilizaram roteiro semiestruturado para conduzir as entrevistas com os respectivos integrantes de cada órgão, assim, foram levantados dados qualitativos primários e secundários. Foram analisados documentos internos, relatórios, portarias entre outras fontes de pesquisa documental. A pesquisa qualitativa com os empresários, realizou o tipo de amostragem probabilístico, considerando os métodos de amostragem aleatórios simples (SCHEAFFER; MENDENHALL, 1886), extraindo, de um universo de 1.140 empresas, uma amostra contendo 92 elementos empresa. Os questionários continham ao todo 57 variáveis, agrupadas em 11 seções, contudo, apenas algumas questões foram utilizadas para o presente artigo. Os questionários foram encaminhados por meio eletrônico, apesar de, em alguns casos, ter sido necessário o contato via telefone para que o questionário fosse respondido. Foram necessários sete meses para atingir a confiabilidade e o erro, definidos pelo plano amostral, e atingir os 92 questionários. A pesquisa aconteceu de janeiro a julho de 2012 e conseguiu obter informações de todos esses atores

3. SISTEMA DE INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

Nelson (1993) apresenta o conceito de sistema nacional de inovação como o conjunto de instituições públicas, privadas, públicas não estatais, atores e mecanismos que contribuem para a criação, avanço, e difusão de inovações tecnológicas. São elementos do sistema os institutos de pesquisa, o sistema educacional, as empresas e seus laboratórios de P&D, as agências governamentais, a estrutura do sistema financeiro, as leis de propriedade intelectual e as universidades. A articulação entre esses agentes promove a sinergia na busca da inovação. Destaca-se a existência de três agentes principais: o Estado, como responsável por aplicar e fomen-

tar políticas públicas de ciência e tecnologia; as universidades e institutos de pesquisa, criando e disseminando conhecimento; e as empresas, investindo na transformação de conhecimento em produtos e bens. A intencionalidade está em ter como produto desse sistema a geração, aplicação e difusão de conhecimento científico de vanguarda, de modo a transformá-lo em inovação tecnológica que originará produtos e serviços oferecidos ao mercado que, ao serem trabalhados sob os princípios da sustentabilidade, viabilizarão qualidade de vida e bem-estar social aos territórios. Admite-se que as trajetórias de desenvolvimento só são economicamente viáveis se, ao mesmo tempo, forem ambiental e socialmente sustentáveis. Daí a necessidade em se viabilizar sistemas de inovação que sejam compatíveis com processos sistêmicos que contemplem a diversidade e respeitem o princípio da precaução. Lundvall e Johnson (2005) demonstram que o crescimento econômico enfrenta um duplo desafio em termos de sustentabilidade, o capital tangível pode ser ameaçado pela negligência com a sustentabilidade social e ambiental. A acumulação de capital diretamente ligada à produção não deve desgastar o capital natural, e os incentivos para estimular a acumulação de capital intelectual não devem ser formulados de tal forma a corroer o capital social. A inovação pode ter um papel positivo em relação à sustentabilidade, substituindo os recursos naturalmente escassos, criando materiais, designs e, em relação ao desenho institucional, pode reduzir a corrupção e aumentar a participação popular na implementação de programas de desenvolvimento, contribuindo para superar uma crise, quando o capital social é frágil.

A base de ciência e engenharia é representada pelo desenvolvimento do conhecimento científico, ou seja, pela pesquisa, desenvolvimento e engenharia - o P&D&E -, sustentáculos primários da inovação e sustentável que não se encontra devidamente estruturada no estado de Mato Grosso em função das lacunas existentes nas condições estruturais, o que inviabiliza o alcance das demais etapas apresentadas por Oslo (2005). Os fatores de transferência, que seriam etapas, fomentariam a cooperação entre os canais de transmissão de informações e habilidades entre as empresas e organizariam a conexão entre a inovação gerada e o mercado, porém esse fluxo de comunicação seria o transmissor do produto construído pela base de ciência e tecnologia. Enquanto o dínamo da inovação seria os respectivos laboratórios e centros de pesquisa, em geral, uma estrutura empresarial que geraria os insights e movimentaria o desenvolvimento de inovação no nível da empresa. Vale ressaltar que dentro da proposta de Oslo, o artigo evidencia a necessidade de inclusão do respeito a variável ambiental em todo tipo de inovação proposta, a grande inovação está na busca pela sustentabilidade e na manutenção da qualidade de vida às gerações.

4. ATORES FUNDAMENTAIS PARA A INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL E SUAS AÇÕES

A literatura evidencia que alternativas sustentáveis vêm sendo apresentadas há pelo menos três décadas, no entanto, o interesse em se manter estruturas hegemônicas e fomentar o financiamento do capital nacional e internacional para este se reproduzir, deixa que as tecnologias sustentáveis e limpas sejam relegadas a uma minoria idealista. Dentro de Mato Grosso, a construção de um sistema inovador sustentável passa pela construção da base estruturante, em especial o investimento na formação do capital humano e intelectual, na formatação de um aparato institucional imparcial para promover o intercâmbio entre o setor produtivo, os centros de pesquisa e o poder público.

4.1 O ESTADO

O Estado criaria uma política de incentivo à inovação sustentável que fomentasse a institucionalização da pesquisa e desenvolvimento, seja através de tratamento fiscal diferenciado, facilitando o acesso a todos a financiamentos públicos, estimulando os serviços

ambientais oferecidos pela natureza viva. Sua responsabilidade se amplia em relação ao monitoramento desse processo para proteger as criações nacionais. As políticas públicas devem tentar distinguir os investimentos direcionados à criação da capacidade tecnológica da simples aquisição que, em geral, visam o interesse das multinacionais em adquirir as *expertises* dos competidores estrangeiros e fundir, reduzir ou fechar os laboratórios de P&D das subsidiárias, é uma estratégia empresarial que enfraquece a base tecnológica do país.

Iniciativas para viabilizar os sistemas de inovação nas regiões iniciaram em 1981, quando o governo federal promoveu a descentralização das ações de C&T no país e, para isso, criou as fundações estaduais de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, só em 1994 a FAPEMAT foi efetivamente criada e, em 1997, iniciou sua atividade. A implantação das fundações de amparo à pesquisa nos Estados teve como objetivo direcionar a capacidade regional de pesquisa científica e tecnológica para solucionar as reais demandas sociais, pois a autonomia local em eleger áreas prioritárias poderia direcionar as ações de acordo com as características territoriais e endógenas do Estado, oportunizando melhores resultados ao território. Dentre as instituições públicas que fomentam a inovação nas empresas estão a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia- SECITEC, criada em 2001, a Secretaria da Indústria, Comércio, Minas e Energia do Estado - SICME, o Escritório de Inovação - UFMT, Incubadoras de Empresas, IFMT e a Unemat. A partir de 07/01/2008, a Constituição Estadual, em seu Art. 45, e a Lei Complementar nº 297, dispuzeram sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, visando alcançar autonomia tecnológica, capacitação e o desenvolvimento estadual.

Tais iniciativas e ações demonstram que a construção de uma rede de amparo à pesquisa e desenvolvimento de inovação nas empresas do Estado vêm sendo sistematizada, porém, a pesquisa empírica evidencia que os empresários, na maior parte das vezes, desconhecem o suporte institucional oferecido; e, em outras análises, os empresários alegam não conseguir participar dos editais em função da incapacidade técnica, desconfiam da imparcialidade dos editais públicos, alegam descredibilidade nas ações estimuladas pelo governo.

Dentre as ações da FAPEMAT na área da C,T&I estão os programas de apoio as microempresas mato-grossenses, através do mecanismo de subvenção econômica efetivado por meio da parceria com a Financiadora de Estudos e Projeto-FINEP, responsável pela Agência Brasileira de Inovação, através do Programa o PAPPE Subvenção/Convênio FINEP/FAPEMAT, que financia atividades de P&D de produtos e processos inovadores, sendo que, dos 24 projetos apresentados no edital FAPEMAT/FINEP nº 005/2004, um total de 17 foram aprovados e 14 receberam recursos do edital para a implementação de seus projetos.

A parceria entre FINEP e FAPEMAT possibilitou viabilizar a implantação, em 2009, do Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas PAPPE/MT, cujo objetivo é apoiar o desenvolvimento de pesquisa inovadora em pequenas empresas, com sede e ou filial no estado de Mato Grosso, através do incentivo de atividades de P&D de produtos, serviços e processos inovadores em fases que precedem à sua comercialização, empreendidos por pesquisadores que atuam em cooperação tecnológica com empresas. No edital, foram aprovados 11 projetos que estão na fase de execução. O estímulo à parceria público-privada é considerada profícua para Mato Grosso, à medida que contribuiu para iniciar uma mudança do cenário regional em relação ao desenvolvimento da inovação sustentável, instituindo uma nova modalidade de apoio ao desenvolvimento da inovação no Estado. Além dos editais, foram formalizadas parcerias com a SECITEC, obtendo resultados positivos para a ampliação da rede[1] de atendimento às empresas inovadoras.

O trabalho desenvolvido pela FAPEMAT em parceria com o MCTI e FINEP possibilitou a ampliação do número de empresas que participaram do Prêmio FINEP e o acesso aos recursos advindos da política de incentivo a inovação tecnológica implementada pelo Governo Federal, contribuindo para melhorar a efetividade dos

instrumentos de incentivo a inovação tecnológica no estado de Mato Grosso. No ano de 2010, foram realizadas 62 inscrições, 42 finalizações; dessas, 25 para a categoria empresa Micro/Pequena/Média, 10 para Tecnologia Social, 4 para Instituição de Ciência e Tecnologia e 2 para Inventor Inovador.

O desenvolvimento do projeto Inovação Tecnológica no estado de Mato Grosso, operacionalizado por meio do convênio estabelecido entre FAPEMAT e Instituto Tecnológico, Gestão Estratégica e de Organização Social Sustentável – I-GEOS[2], registrou os esforços inovadores desenvolvidos por empresas e instituições de ciência e tecnologia mato-grossense, visando subsidiar os trabalhos da FAPEMAT. Durante os trabalhos, foram visitados 15 municípios, 160 empresas prospectadas e 62 projetos foram monitorados. O projeto procurou identificar novas possibilidades voltadas para a inovação no Estado, com o intuito de mapear empresas e instituições de pesquisas mato-grossenses com potencial inovador para subsidiar os trabalhos da FAPEMAT na área de inovação.

O Estado, através de suas partes, fundações, universidades, escritórios de inovação, centros e institutos tecnológicos, passou a estimular o processo de inovação e desenvolvimento de conhecimento, e no qual certamente ocorreram avanços no desenvolvimento de uma estrutura estadual de apoio à inovação, porém, ainda existe muito a ser realizado.

A FAPEMAT (2010) identificou alguns entraves para a eficácia no funcionamento do aparato institucional. As maiores dificuldades encontradas foram: a falta de uma Política Estadual de C,T&I consolidada, a desarticulação do Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, a falta de instrumentos de gestão e avaliação institucional, a falta de base de dados e também a limitada capacidade técnico-científica instalada no Estado, a tímida participação do setor privado em investimentos na área de C,T&I em parceria com os setores públicos, o que indica uma desconexão com as políticas de desenvolvimento do Estado. Um dos maiores gargalos apresentado no Estado foi a falta de comunicação e de conhecimento por parte dos órgãos responsáveis por desenvolver inovação e dos demais envolvidos nesse processo, como as empresas, os centros tecnológicos dos esforços inovadores desenvolvidos por cada ator, bem como o desconhecimento das mesmas em relação às políticas públicas existentes direcionadas a incentivar inovação tecnologia. Conforme a FAPEMAT (2010), os desafios são: Educação; melhorar o nível educacional geral no Estado; C,T&I, consolidar um Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e compatibilizar o aparato institucional a meta de gerar Desenvolvimento Socioambiental.

4.1.1 O ESTADO EM PROL DA SUSTENTABILIDADE

A realidade empírica aponta que a capacidade em absorver os estímulos para a adaptação a novos paradigmas produtivos tem sido mais ágil na iniciativa privada do que nos órgãos públicos. O Estado, em função de sua estrutura burocrática e reduzida, se revela moroso e incapaz de acompanhar a contento as demandas que surgem junto ao paradigma da produção sustentável[3]. Conforme a Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso - SEMA, a situação das empresas em Mato Grosso em relação ao paradigma ambiental vem paulatinamente sofrendo alterações. Até a década de 1980, os empresários ignoravam a questão ambiental, as transformações dos padrões produtivos tradicionais foram acontecendo pela pressão legal exercida pelos órgãos públicos. Assim, as empresas passaram a inserir os aspectos ambientais como elemento do processo produtivo industrial, aderindo à racionalidade produtiva. Iniciativas podem ser identificadas em muitas indústrias e através de federações, sindicatos, conselhos, OSCIP, ONG e institutos.

O Estado desenvolve seu papel de regulamentador e fiscalizador em prol do bem-estar e equilíbrio ambiental coletivo através da SEMA, órgão que tem como objetivo a elaboração, gestão, coordenação e execução de políticas de meio ambiente, com a finalidade de garantir o controle, a preservação, conservação e a recuperação ambiental, contribuindo para o desenvolvimento

sustentável em benefício da qualidade de vida da sociedade mato-grossense. A interface entre as empresas e o papel regulamentador e fiscalizador do governo é desempenhado pela Coordenadoria de Fiscalização de Empreendimento – CFE[4] , cuja missão é a de promover o cumprimento das normas ambientais aplicáveis às atividades relativas aos empreendimentos. A coordenadoria fiscaliza as construções, instalações, ampliações e funcionamento de estabelecimentos e atividades que utilizam recursos naturais e sejam considerados efetivos ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental.

Desde 1995, Mato Grosso regulamenta a conduta das empresas através do Código Ambiental Estadual[5] e percebe que a sociedade reagiu positivamente desde então, ao estímulo dado pelo Estado. No entanto, a estrutura tecnoburocrata do aparato estatal é incapaz de atender todas as solicitações demandadas da sociedade. Em 2012, a SEMA possuía 12 servidores[6] no setor de fiscalização do Estado, para atender demandas de mais de 6.000 empresas. Constata-se que a defasagem existente é por parte do Estado, que não consegue acompanhar o movimento que estimulou, principalmente em função do acelerado crescimento auferido por Mato Grosso na última década.

Para compensar a falta de estrutura do aparato estatal responsável pelas questões ambientais, algumas estratégias foram criadas para remediar o processo. Em primeiro lugar, foi realizada a triagem entre as atividades prioritárias, ou seja, as potencialmente geradoras de maior impacto, periodicamente monitoradas pelos técnicos da SEMA. Como exemplo, pode-se citar as PCHs, aviários, frigoríficos, curtumes, destilarias, entre outros. As atividades com menor potencial poluidor passam a ser monitoradas e atendidas por fiscais das prefeituras municipais que, através de termo de cooperação técnica entre Estado e os municípios, passaram a atender as atividades produtivas menos impactantes. As prefeituras licenciam as atividades de pequeno e médio grau de poluição, de acordo com os parâmetros do CONSEMA 04, de 21 de fevereiro de 2008. E os fiscais estaduais ficam responsáveis pelas atividades mais poluidoras, assim a fiscalização consegue atingir todo o universo de empresas. Entretanto, a descentralização da fiscalização dos estabelecimentos empresariais se revela uma manobra estratégica para tentar cumprir com os objetivos da SEMA.

As práticas ligadas à racionalidade produtiva foram sendo internalizadas pelas empresas do Estado a partir das contingências que foram surgindo, seja pela exigência legal do Código Ambiental Estadual ou pela pressão social e da opinião pública. Não há uma regra específica, cada atividade empresarial se organizou de forma aleatória, de modo a atender o paradigma ambiental. Ainda que existam boas práticas sendo executadas, muitas empresas ainda não aderiram à racionalidade produtiva. O Estado deveria não apenas fiscalizar e multar, mas sim ser um órgão instrutor, porém, até o presente momento não existe trabalho de apoio para atendimento e orientação do empresário, uma vez que o setor só fiscaliza, realiza a vistoria, se necessário notifica, via laudo de inspeção e estipula um prazo, dependendo da atividade, para a adequação, em geral o prazo médio é de 30 dias, e o fiscal volta ao empreendimento para acompanhar as adequações.

4.2 AS UNIVERSIDADES, CENTROS DE PESQUISA E INSTITUIÇÕES AFINS

Os institutos e centros de pesquisa teriam o papel institucional de criar e ser o centro maior de direcionar a pesquisa pública e privada, de modo a transformar a pesquisa científica em produtos e serviços a serem comercializados no mercado, mas, acima disso deve estar a valorização dos aspectos atrelados à territorialidade e características endógenas. A construção de uma institucionalidade renovada e de valorização endógena poderá vir a promover a diversificação da trajetória produtiva dependente e, assim, gerar maiores benefícios sociais e ambientais ao Estado, já que na estrutura atual os benefícios financeiros são privilégios de uma minoria.

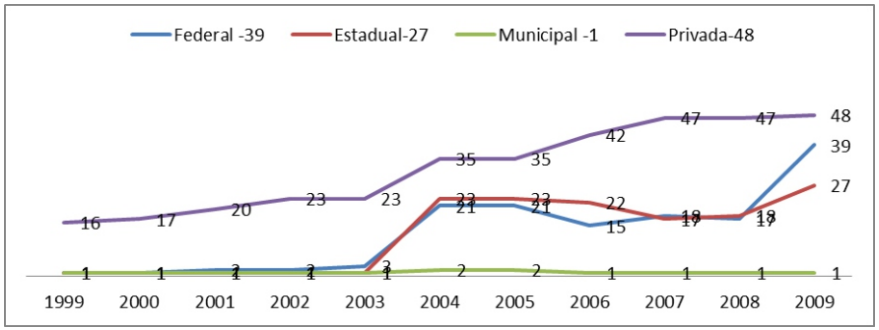
As universidades e institutos de pesquisa de Mato Grosso também desenvolvem iniciativas para estimular e promover a

inovação no Estado. Suzigan e Albuquerque (2008) afirmam que no Brasil não apenas a industrialização, mas a criação das instituições de pesquisa e universidades são realidades recentes, se comparada a de outros países. A Universidade Federal de Mato Grosso foi fundada em 1970, a juventude de tal instituição faz com que o caminho para a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão seja uma busca constante e o estímulo à pesquisa se desenvolve em nível *lato sensu* e *stricto sensu*, no entanto, a parceria universidade empresa ainda é pouco desenvolvida.

Além da UFMT, outras instituições de ensino estão sendo relevante ao incentivo à inovação tecnológica no Estado. Esta, além da pós-graduação, utilizam as incubadoras de empresas. Dentre as incubadoras de empresas associadas a ANPROTEC[7] estão: a Academia de Empreendimentos Inovadores – MT, a Arca Multincubadora – MT, o Centro Universitário Cândido Rondon - UNIRONDON – MT, Incubação e Desenvolvimento de Empresas Inovadoras e Articuladas - I-DEIA – MT, Incubadora de Agrotecnologia – MT, Incubadora de Empresas de Turismo - INTUR – MT, Incubadora de Empresas em Agronegócios - ATIVA – MT, Incubadora de Empresas Sucesso – MT, Incubadora de Tecnologia Social – MT, Incubadora Social – MT, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - Campus São Vicente – MT, Instituto Tecnológico, Gestão Estratégica e de Organização Social Sustentável - I-GEOS – MT, Prefeitura Municipal de Campo Verde – MT e a Rede Mato-Grossense de Inovação - INOVA-MT – MT. Cada uma dessas possui certo número de empresas incubadas e dão suporte ao estímulo da inovação no Estado.

A produção científica local obteve certo incremento e a capacitação dos recursos humanos para a academia também aconteceu e continua sendo estimulado. O aumento do número de universidades no Estado retrata essa realidade: em 1999, eram 17 e, em 2009, são 115 instituições de ensino superior polarizadas no território mato-grossense.

Gráfico 1– Evolução no número de universidades no Estado de Mato Grosso de 1999 a 2009 por tipo de instituição



Fonte: Anuário Estatístico Mato Grosso SEPLAN, 2009.

A UFMT, como um órgão federal de ensino, pesquisa e extensão, desde 2005 se organiza institucionalmente para cumprir ao Art. 29 de Decreto nº. 5.563, de 11 de outubro de 2005, que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e desenvolvimento industrial do País, nos termos dos Arts. 218 e 219 da Constituição Federal. Para este fim, o Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica para o ambiente produtivo e à proteção da propriedade intelectual, sendo normatizada pela Resolução CD nº. 18, de 10 de abril de 2007, que regula o Decreto n.º 5.563, de 2005. Assim, desde 2007, com a institucionalização da Arca Multiincubadora, incubadora de empresas, que precedeu as ações concretas do Escritório de Inovação Tecnológica, órgão suplementar da UFMT, com a finalidade de gerir a política de inovação. A formação de recursos humanos ao Estado se estabelece nos 32 cursos de mestrado e 9 cursos de doutorado que estão em andamento.

O SEBRAE assume uma postura nacional em desenvolve a projeto Agente Local de Inovação- ALI, desenvolvendo uma política de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas do Estado. O projeto se configura pela realização de um diagnóstico completo do estágio da inovação e das oportunidades a serem exploradas, via construção de um plano para inserir soluções inovadoras no ambiente da empresa. A implantação fica sob a responsabilidade da empresa. Dados reais sobre a atuação do plano no Estado não foram disponibilizados.

4.3 OS EMPRESÁRIOS E AS PRÁTICAS DAS EMPRESAS

A unidade empresarial teria seu papel como setor produtivo, investindo na estruturação de setores para a busca de tecnologia e inovação sustentável, estimulando a inovação em seus quadros funcionais e, principalmente, dialogando com os demais elos do sistema de inovação sustentável, sendo o dínamo da inovação.

De modo geral há avanços; o empresariado está mais consciente, no próprio planejamento das atividades empresariais, o aspecto ambiental já é avaliado e os impactos mitigados, os planos apresentados no processo de licenciamento são, na maior parte das vezes, cumprido. Mas o setor se mantém vigilante e procura realizar seu trabalho de forma otimizada, diante das condições estruturais apresentadas. Há como melhorar, mas não depende exclusivamente da vontade dos técnicos da SEMA e sim de um conjunto de fatores, inclusive da reavaliação das atitudes do próprio Estado, enquanto responsável por gerar condições técnicas para fiscalizar e orientar o funcionamento dos empreendimentos e priorizar as urgências, entre elas a política de resíduos sólidos.

Há esforços institucionais se consolidando a partir de diferentes agentes sociais dentro das federações da indústria que já estão desenvolvendo atividades sensibilizadoras em prol da sustentabilidade. O sistema S, especificamente o SENAI, desenvolve um trabalho direcionado para a adaptação da indústria a processos produtivos mais limpos, desde 2000,. Com grandes centros de pesquisa no Brasil, a metodologia é disseminada entre as regiões. O núcleo de inovação para produção mais limpa, eficiência energética e competitividade, durante a gestão do SENAI e da FIEMT, de 2000 a 2004, teve uma atuação de destaque, com um trabalho direcionado à divulgação das ferramentas de produção mais limpa entre as indústrias do Estado, entretanto, os trabalhos executados pela equipe de produção mais limpa deixaram de ser prioridade com a mudança da diretoria. Segundo relato de técnico pertencente ao núcleo, a continuidade do processo depende do posicionamento institucional. Atualmente, o SENAI se destaca por estimular novas estratégias de disseminação de práticas sustentáveis nas empresas, como o Praventum, que se configura como uma relevante ferramenta de gestão ambiental, já inserida com sucesso em algumas empresas do Estado, e, através do programa indústria em ação – PIA - vem desenvolvendo inventários de emissão de carbono[8], de modo a mensurar as emissões empresariais e neutralizá-las.

5. ANÁLISE EMPÍRICA SOBRE A INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL

Para saber se os atores identificados no artigo estão sendo eficazes na promoção de uma economia inovadora e sustentável, se fez necessário a investigação empírica para compreender como as indústrias estão percebendo a ação institucional do Estado, das universidades e fazer um diagnóstico da ação empresarial coletiva. Foi realizado um estudo exploratório nos segmentos industriais de alimentação e madeireiro do Estado, extraindo de um universo de 1.140 indústrias de transformação. O planejamento de amostragem definiu 92 indústrias dos segmentos alimentação e madeireiro, de modo que fosse identificado se essas empresas podem ser consideradas inovadoras e sustentáveis e as principais dificuldades encontradas para existir a efetivação de um sistema de inovação sustentável em Mato Grosso, além das práticas inovadoras e sustentáveis que já são executadas.

Os empresários revelam uma lacuna em relação às ações desenvolvidas pelo Estado, a investigação identificou a existência de ações institucionais de fomento por parte do governo do Estado em estimular a inovação sustentável nas empresas, seja via editais, prêmios, linhas de financiamento, entre outras. Porém, a pesquisa revela que, na opinião dos empresários, 58,7% alegam que o governo não tem implementado políticas públicas que estimulam a inovação para a sustentabilidade; além desses, 19% declararam que o governo implementa as políticas, mas as ações são mal direcionadas, pois não chegam até o empresário; e 7,6% deixaram a questão em branco. Apenas dos empresários que compuseram a amostra, 13% acreditam que o governo tem estabelecido políticas públicas que viabilizam a inovação sustentável. Demonstra que as ações do Estado para fomentar a inovação sustentável não são percebidas em plenitude pelo empresariado, revelando que existem disfunções no processo institucional do Estado para viabilizar a Inovação Sustentável.

Ao ser perguntado sobre as instituições mais atuantes em prol do desenvolvimento tecnológico das empresas no estado de Mato Grosso, percebe-se que, novamente, há uma inconsistência entre as ações do governo do Estado e o acesso dos empresários a essa rede de subsídios institucionais, pois 21,7 % afirmam não existir nenhuma instituição que fomente o desenvolvimento tecnológico das empresas em Mato Grosso, 17,4 % deixaram em branco. Se somarmos as duas marcas, percebe-se que 39,1% não identificaram nenhum agente estadual. Conforme a análise, 14% citam o SENAI, através de cursos e da consultoria Praventum. 13% responderam o SEBRAE e, dessas, pelo menos três afirmaram participar do projeto ALI, porém, não se tem maiores informações sobre o projeto, o SEBRAEMT não disponibilizou as informações à pesquisa. 4,3% citaram as universidades, por desenvolver algum projeto em parceria, e 9,8% citam os sindicatos e ou centros empresariais da FIEMT. O SEBRAE, os sindicatos e as universidades foram citados com outras instituições em 5,4% dos casos, além da porcentagem de citações em que apareceram individualmente, e o SENAI aparece em 7,6% dos casos em que foram citadas duas ou mais instituições. Percebe-se que a atuação desses órgãos ou institutos de pesquisa não consegue atingir a maior parte das empresas, mesmo que exista todo um aparato institucional para este fim.

Em relação aos fatores que mais dificultam o desenvolvimento de inovação para a sustentabilidade, dois deles se destacaram pela grande maioria das respostas, são eles: a falta de mão de obra qualificada, com 69,6% das respostas; e a falta de apoio governamental, com 59,8% das respostas. Durante toda a pesquisa, o empresário apresenta a falta de pessoal capacitado e as dificuldades impostas pelo governo, como entraves à inovação sustentável, sendo que o capital humano presente nas regiões é o próprio reflexo das ações institucionais do Estado, que deveria ser o principal ator para viabilizar serviços públicos e qualidade e a formação do cidadão. O empresário precisa formar a mão de obra de que necessita, investindo em cursos e aprimoramento para o colaborador e em planos de carreira consistentes para mantê-lo, fato confirmado pelo estímulo dado à empresa na formação do colaborador. Ao ser perguntado se os colaboradores participavam de cursos que trataram do tema inovação e ou sustentabilidade, 52,2% afirmaram que sim. No entanto, parte das empresas, em especial as com sede no interior, declararam que esses cursos se restringem a palestras, ou mesmo qualificações específicas para melhora no desempenho operacional, mas, ainda assim, afirmaram que seus colaboradores o fazem. Em relação à iniciativa em buscar a atualização da empresa através de informações pertinentes ao tema inovação sustentável industrial, 78,3% confirmam que buscam informações referentes à Inovação e ou Sustentabilidade, desses, 26,1% recorrem à Internet; 13% se atualizam em palestras, feiras, congressos; 8,7% contratam consultorias, assessorias e ou certificações e indicadores, como a ISO 14001; 7,6% recorrem ao SEBRAE; 6,5% ao sindicato e FIEMT; 3,3% ao SENAI; 3,3 às universidades e 4,3 disseram outros. No ponto de vista do empresário, formar o cidadão e muni-lo de habilidades profissionais e capacitação deveria ser uma das funções do Estado, mas passa a ser delegada ao empresário pela omissão do poder público

em investir em educação profissional e básica de qualidade. E de criar políticas públicas que realmente estejam ao alcance de todos.

Quanto a outras dificuldades apontadas, 45,7% disseram que a necessidade de altos investimentos para tornar a gestão empresarial inovadora e sustentável envolve riscos excessivos. Vale ressaltar que é também papel do Estado fomentar a linhas de crédito e financiamento que atenda as peculiaridades regionais, no caso do Estado, a grande maioria das instituições são micro e pequenas empresas. 38% da amostra afirmam existir escassez de fontes apropriadas de financiamentos, no entanto, outros consideram que as fontes existem, mas as condições para o financiamento das micro e pequenas empresas exigem inúmeras garantias e burocracias que, na maioria dos casos, inviabiliza o acesso. Há casos em que a demanda por produtos vinculados ao financiamento inviabiliza o crédito. 35,9% alegam falta de informação, os demais rebatem afirmando que as informações existem, mas é necessário um esforço por parte do empresário em buscar e adaptar sua empresa a partir das referências disponíveis no mercado. 33,7% afirmam existir pouca cooperação entre as empresas. 25% acham que a rigidez organizacional ou gestão muito tradicional dificultam a inovação sustentável, sendo que 17,4% acreditam que há pouca pressão do mercado e dos clientes.

Em relação ás práticas inovadoras e sustentáveis desenvolvidas pelas empresas, identificou-se a porcentagem, segundo os empresários, das práticas mais utilizadas. Mudança nas atitudes já pode ser percebida em função da busca da informação, coleta de materiais e sensibilização de funcionários. Entretanto, as atitudes mais efetivas de avaliar impactos e modificar processos apresentam uma porcentagem inferior, e o efetivo desenvolvimento de pesquisa, uso tecnologias inovadoras e sustentáveis e registro de patentes possuem porcentagens ainda menores, evidenciando um processo de ruptura com padrões tradicionais, porém, a adesão ainda parcial na busca de inovação sustentável pelas empresas. Conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1-Porcentagem da utilização de práticas inovadoras e sustentáveis pelas empresas.

Práticas inovadoras e sustentáveis utilizadas	**Porcentagem**
Busca informações sobre como tornar os processos internos mais inovadores e sustentáveis.	66,3
Coleta e seleciona materiais descartados para a reciclagem.	65,2
Aproveitamento da iluminação natural.	63
Promove sensibilização das questões ambientais com os funcionários.	63
Estimula seus funcionários a promover a inovação.	55,4
Sistemas elétricos econômicos.	54,3
Promove a cultura do aprendizado.	46,7
Avalia periodicamente os impactos ambientais da empresa.	43,5
Utiliza consultoria externa para o aprimoramento da racionalidade produtiva na empresa.	39,1
Recicla materiais.	38
Investe em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos	30,4
Elabora manuais para estabelecer os processos menos impactantes e disseminar entre os funcionários.	27,2
Sistema hidráulico eficaz com reaproveitamento da água.	26,1
Possui um setor específico para gerar conhecimento e melhorias sistemáticas na empresa.	17,4
Registra as patentes das inovações desenvolvidas internamente.	8,7
Uso de energia solar.	5,4

Fonte: Elaborado pelos autores.

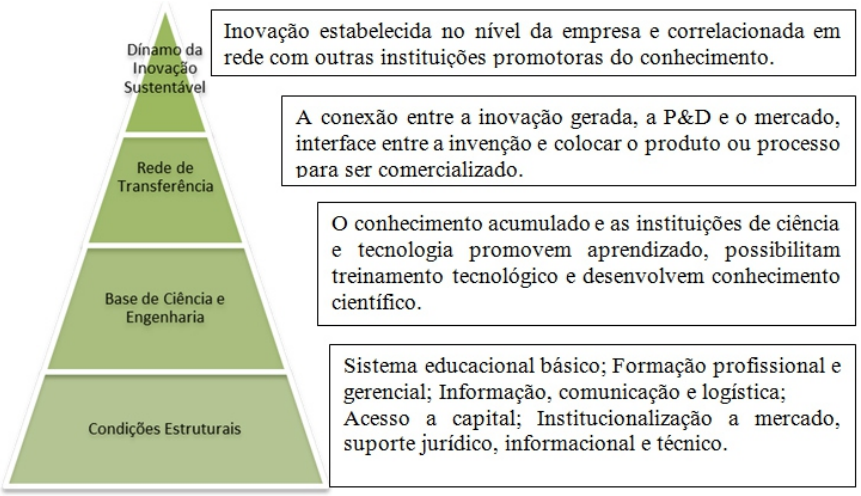
O desenvolvimento de políticas de fomento à inovação sustentável, baseado em Oslo (2005), demanda a articulação de quatro categorias que se constituem campos de força para estruturar o sistema de inovação sustentável. Identifica-se o *status quo* da realidade do estado de Mato Grosso. As condições básicas estruturais se apresentam como o próprio alicerce da base de sustento para a estruturação de sistemas de inovação sustentável, podendo-se levantar, como elementos fundantes, o sistema educacional, a formação profissional, o capital social que viabiliza a confiança e cooperação entre as partes, e as instituições que viabilizam a estrutura de acesso ao capital e à infraestrutura técnica informacional, comercial e legal de apoio.

A base da ciência e tecnologia corresponde ao conhecimento acumulado através das instituições de ciência e tecnologia. Essa base deveria promover o aprendizado e possibilitar o treinamento tecnológico, além de desenvolver conhecimento científico. Os órgãos estatais de apoio desenvolvem atividades pontuais, e a descontinuidade inviabiliza o sucesso dos programas públicos que deveriam ser a base da ciência e engenharia.

A rede de transferência possui o propósito de efetivar a ponte entre a ciência e o mercado. Em Mato Grosso, a pesquisa identifica que a inter-relação entre a invenção e a exposição do produto ou processo para ser comercializado não ocorre de forma institucionalizada.

O último fator que tem relação primária com a inovação se denomina o dínamo da inovação. As empresas transnacionais desenvolvem a inovação fora do Estado ou adquirem tecnologia exógena; micros e pequenas empresas sem recursos e apoio institucional, inovam a partir de *insights*. Inexiste a ação cooperativa em rede, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura1- Estruturação do Sistema de Inovação



Fonte: Elaborado pelos autores baseado em Oslo 2005.

Durante a pesquisa, concluiu-se que os maiores problemas em relação à estruturação de um sistema de inovação sustentável no estado de Mato Grosso se encontra alicerçado na base estruturante, pois as deficiências estruturais foram apontadas como fatores que mais dificultam o desenvolvimento da inovação sustentável,; os relatos referentes à dificuldade em formar mão de obra, 69,6% apontam a falta de pessoal qualificado, 59,8% reclamam ausência de apoio governamental. E apenas 13% dos respondentes percebem a existência de políticas públicas para estimular a inovação sustentável. Nesse sentido, conclui-se que se a base do capital humano e intelectual é precária, se o sistema de crédito não está acessível às características predominantes na maior parte das indústrias do Estado, se o aparato institucional é falho, o estabelecimento de política de fomento à inovação, no Estado, é precário e

desarticulado, pois, nem mesmo as condições estruturais existem.

Assim, a utópica e necessária realidade em se construir sistemas de inovação sustentáveis para Mato Grosso, nos moldes propostos pelos autores neoschumpeterianos, passam a ser fundamentais para mudar a trajetória de dependência existente na estrutura produtiva atual. Nelson (1993) afirma que a capacidade de aprendizado do território origina-se do estabelecimento de relações institucionais renovadas que congreguem distintos atores e valorizem as características e conhecimentos presentes em determinado territórios.

Dentre as condições estruturantes para a construção da base de ciência e engenharia, a prioridade está na melhora do sistema educacional básico, visto que este prepara o capital humano e determina os padrões educacionais da força de trabalho e do mercado consumidor doméstico. Infelizmente, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica -EDEB[9] 2011, no Estado de Mato Grosso, retrata que, para os primeiros anos do ensino fundamental, o índice é de 3.3; nos anos finais do ensino fundamental, é 5,1, e, no ensino médio, é 4,5. Em relação aos números da educação formal no Estado, percebe-se uma melhora significativa na democratização do acesso ao ensino formal fundamental, médio e superior. Tal incremento pode ser comprovado pelo aumento no número de escolas, matrículas e na diminuição dos analfabetos. No entanto, a qualidade e a forma cartesiana como as matrizes curriculares são trabalhadas dificultam a percepção interdisciplinar necessária para a compreensão da sustentabilidade e enrijecem os *insights* criativos, necessários à inovação. A realidade nacional, ao ser comparada[10] pelo PISA, revela um nível educacional preocupante e a realidade de Mato Grosso, por ser um Estado periférico, possui problemas educacionais ainda maiores.

Vale ressaltar que os números atuais da educação no país como um todo avançou muito nos últimos 30 anos, senão em qualidade, em quantidade. Os trabalhadores que estão no mercado de trabalho atualmente foram formados em escolas ainda mais deficitárias que as atuais, estruturadas no pensamento cartesiano, não sensibilizando o ser humano para interagir sistemicamente com o ambiente. Realidade histórica que justifica os escores que apontam a educação como um dos principais fatores que dificultam o desenvolvimento de inovação para a sustentabilidade.

Em relação à formação da classe empresarial matogrossense, a pesquisa revela que há uma década atrás existiam apenas 2 instituições públicas de nível superior no Estado, uma estadual, Unemat, e outra federal, UFMT. Assim, a profissionalização da gestão e dos gestores foi acontecendo gradativamente, com a prática. E o acesso à instrução de nível superior foi democratizada na última década. Diante desse contexto, e tomando por base a realidade nacional, acredita-se que a classe empresarial matogrossense se formou a partir de uma estrutura estatal de intermináveis trajetórias de intervencionismo, iniciadas a partir da ação estatal, SUDAM, BNDES, BASA, BB, BEMAT, onde as ligações pessoais figuram num pedestal superior àquele das leis e do mercado, favorecendo os privilégios e os grandes empresários do Estado, paralelamente a esse grupo privilegiado surgem os micros e pequenos empresários, a maioria sem qualquer formação gerencial e empreendedores pela necessidade. O interesse na institucionalização da classe e o fortalecimento do setor é um acontecimento recente, fomentado a partir da última década.

De modo generalizado, em todo território nacional a origem não gerencial da grande maioria da classe empresarial dificultou a ação dos empresários quanto à formação de valores comuns que pudessem levar à elaboração de um plano nacional de desenvolvimento industrial e ao esforço cooperativo em estabelecer sistemas de inovação sustentáveis e arranjos produtivos. O fortalecimento institucional da indústria assegura os custos de transação, além de viabilizar suporte informacional, jurídico legal, acessibilidade ao

mercado facilitando o estabelecimento de acordos e relações comerciais, suporte técnico-científico e políticas públicas que fomentem o acesso ao crédito, políticas de juros e taxas de câmbio que favoreçam a indústria, além da pressão institucional para que haja reformas tributária e fiscal no Estado e no país.

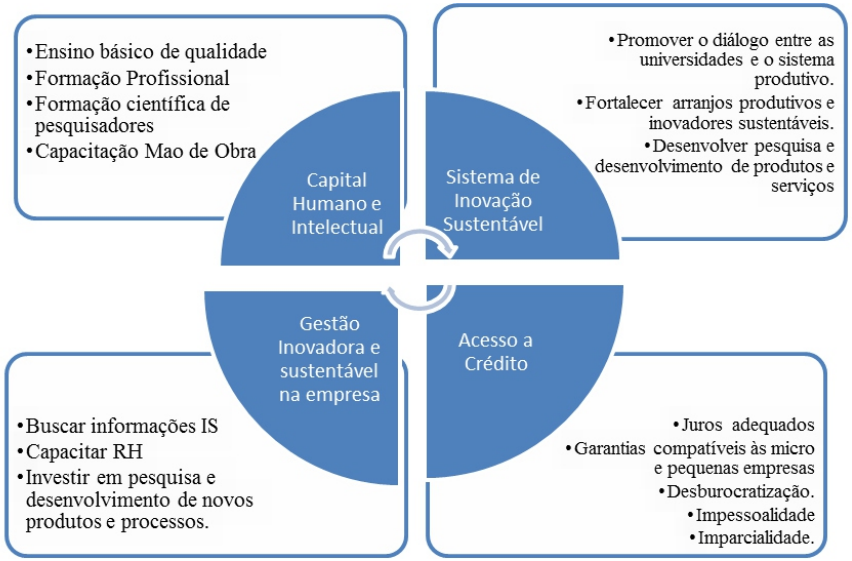
Dentro de Mato Grosso, a construção de um sistema inovador sustentável passa pela construção da base estruturante, em especial de investimento na formação do capital humano e intelectual, na formatação de um aparato institucional imparcial para promover o intercâmbio entre o setor produtivo, os centros de pesquisa e o poder público.

Como papel do Estado cabe uma profunda reflexão a respeito da estrutura educacional atual, além da demanda por políticas de incentivo à inovação sustentável que fomentasse a institucionalização da pesquisa e desenvolvimento. Há vários instrumentos públicos que pode ser utilizado para estimular a inovação, entre eles o tratamento fiscal diferenciado, o acesso democratizado aos financiamentos públicos e atrelados aos serviços ambientais oferecidos pela natureza viva.

A unidade empresarial teria seu papel como setor produtivo, investindo na estruturação de setores para a busca de tecnologia e inovação sustentável, estimulando a inovação em seus quadros funcionais e principalmente dialogando com os demais elos do sistema de inovação sustentável, sendo o dínamo da inovação.

Os institutos e centros de pesquisa teriam seu papel institucional de criar e ser o centro maior de direcionar a pesquisa pública e privada, de modo a transformar a pesquisa científica em produtos e serviços a serem comercializados no mercado, mas, acima disso, deve estar a valorização dos aspectos atrelados a territorialidade e características endógenas.

Figura 2 - Estruturação do Sistema de Inovação Sustentável



Fonte: Elaborado pelos autores.

A construção de uma institucionalidade renovada e de valorização endógena poderá vir a promover a diversificação da trajetória produtiva dependente e, assim, gerar maiores benefícios sociais e ambientais ao Estado, já que na estrutura atual os benefícios financeiros são privilégios da elite.

CONCLUSÕES

Assim, a inovação sustentável não se limita a uma única maneira de adoção, a sustentabilidade se configura como a melhor das inovações para o presente século em função da importância em se promover uma relação de equilíbrio com a natureza, e um sistema produtivo inovador e sustentável equivale à ruptura com

padrões produtivos pré-estabelecidos e impactantes. As matrizes limpas demonstram que a natureza não é um obstáculo ao desenvolvimento e sim o estabelecimento de um novo paradigma no qual transformações políticas, institucionais e de percepção sistêmica passam a ser o cerne do novo modelo produtivo.

A complexidade conceitual da Inovação Sustentável na indústria e a dificuldade em identificar empiricamente essa realidade é encarada como um processo de ruptura aos padrões científicos e usuais vigentes. Para Kuhn (1982), o esforço cooperativo de diferentes ideias passa a ser fundamental quando os paradigmas não respondem mais à complexidade dos problemas da sociedade, e a gradativa adesão em assimilar essa percepção sistêmica deve acontecer de forma gradativa. A investigação desse fenômeno na realidade do Estado, mesmo que não seja percebido de modo homogêneo, foram identificados esforços por parte das instituições públicas e nas indústrias considerável sensibilização quanto às questões ambientais. Mesmo que em número limitado, já se identificou empiricamente que muitas indústrias agregam processos de racionalidade produtiva em seus parques industriais. Contudo, o estabelecimento de um sistema de inovação sustentável no estado de Mato Grosso não se configura como uma realidade, visto que o desenvolvimento de pesquisa e inovação para produtos e processos não foram identificados, com raras exceções. Conforme Kuhn (1982), uma nova teoria é anunciada com sua aplicação a uma determinada gama concreta de fenômenos naturais; sem a constatação de uma realidade empírica, as revoluções científicas, que rompem com os padrões pré-estabelecidos e evidenciam novas formas de pensar os problemas da sociedade, não poderiam nem mesmo candidatar-se à aceitação científica.

Assim, identifica-se em Mato Grosso a constatação da necessidade de mudanças paradigmáticas, porém, associadas a esta necessidade encontra-se uma estrutura política, econômica e institucional, que insiste em manter as trajetórias econômicas e produtivas favorecendo arranjos institucionais já estabelecidos, de modo a manter favorecimentos e direcionamentos, ainda que estes favoreçam a minoria da população.

NOTAS

[1] Os projetos CEINOVA; REDE NIT CO e a PLATAFORMA.

[2] Instituto Tecnológico, Gestão Estratégica e de Organização Social Sustentável-I-GEOS

[3] A transformação dos padrões produtivos tradicionais em uma racionalidade produtiva que trabalhe cautelosamente os aspectos ambientais

[4] Vinculada á Superintendência de Fiscalização – SUF.

[5] O Código Estadual foi elaborado por um grupo de trabalho constituído pela Procuradoria Geral do Estado, por técnicos especialistas da SEMA-MT, Ministério Público e consultores via PRODEAGRO.

[6] CFE possui no quadro funcional 08 (oito) Analistas de Meio Ambiente, (02) dois Agentes Ambientais e 02 (dois) estagiários.

[7] Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC- é uma associação que representa os interesses das incubadoras de empresas, parques tecnológicos e empreendimentos inovadores no Brasil. Promovem atividades de capacitação, articulação de políticas públicas e geração e disseminação de conhecimentos.

[8] O SENAI desenvolveu, em parceria com a UFPR, a metodologia para mensurar e neutralizar a emissão de carbono das empresas e oferece subsídios a 30 empresas no estado de Mato Grosso para a neutralização da emissão da empresa, a compensação e potencial

neutralização é executada através do plantio de árvores em áreas de preservação permanente que estejam com sua flora comprometida.

[9] Avalia o desempenho dos estudantes e índices de aprovação, toma por base uma escala que vai de zero a dez.

[10] PISA-Programa de Avaliação Internacional de Estudantes testa conhecimentos de alunos de 15 anos e o Brasil ficou em 54º lugar no *ranking* de 65 países. Esta foi a quarta edição da prova trienal aplicada pela Organização de Cooperação dos Países Desenvolvidos (OCDE) aos seus 34 membros e a 31 nações consideradas parceiras comerciais que se dispõem a participar. Foram testados 460 mil jovens, 20 mil no Brasil que ficou em 53º, em leitura e em ciências, e 57º, em matemática.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E. M. Sistema Nacional de Inovação no Brasil: uma análise introdutória a partir de dados disponíveis sobre a ciência e a tecnologia. **Revista da Economia Política**, v. 16, n◦.3 (63), julho-setembro/1996.

AROCENA, Rodrigo e SUTZ, Judith. Conhecimento, inovação e aprendizado: sistemas e políticas no Norte e no Sul. In: LASTRES Helena M. M. CASSIOLATO José E. e ARROIO Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Contraponto, 2005, p. 405-428. 452p.

LASTRES Helena M. M.; CASSIOLATO José E.; ARROIO Ana. Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia do conhecimento global. In: LASTRES Helena M. M.; CASSIOLATO José E.; ARROIO Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Contraponto, 2005, p. 17-50. 452p.

LUNDVALL, Bengt-Ake; JOHNSON, Björn. Promovendo sistemas de inovação como resposta à economia do aprendizado crescentemente globalizada. In: LASTRES Helena M. M.; CASSIOLATO José E.; ARROIO Ana. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: EdUFRJ; Contraponto, 2005, p.83-130. 452p.

SCHEAFFER, Richard L. e MENDENHALL, Lyman Ott. **Elementary Survey Sampling**. 3ed. Duxbury Press, 1986. 324p.

BARBIERI, Jose Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. **Inovação e Sustentabilidade**: novos modelos e proposições. ERA. São Paulo, v. 50, n. 2, abr./jun. 2010, p. 146-154.

BRASIL (2011). **Lei n◦ 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/-2004-2006/2004/lei/10.973.htm. Acesso em: fev.2011.

BRASIL (2012) MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR- MDIC. **Relatório de Atividades em Inovação e Meio Ambiente 2010**. Disponível em: http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=3&menu=3044 Acesso em: 26 de marcó de 2012.

CNI CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Confederação Nacional da Indústria. **Indústria Sustentável no Brasil: agenda 21**: cenários e perspectivas. Brasília: CNI 2002. 62p. ISBN 85-88566-28-1 Disponível em: http://www.cni.org.br Acesso em: 25 de janeiro de 2010.

FIEMT FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO- http://www.FIEMT.org.br

FUKASAKU, Yukiko. Innovation for environmental sustainability: a

background. In. **Innovation and the environment**: sustainable developmente. 1st ed. v. 1. (Ed: OECD) Organization for Economic Co-Operation and Development OECD, Paris, p. 17-32.

IBGE INSTITUTO BRASILETIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**: Brasil 2010/IBGE Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais [e] Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 450p. ISSN 1517-1450; n.7 ISBN 978-85-240-4133-4.

KUHN, T. A **Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva. 1982, p. 67-76, 217-257.

LARSON, Andrea L. **Sustainable Innovation through an entrepreneurship lens**. Business Strategy and the environment. Bus. Strat. Env. 9, 304-317 (2000) Disponível em: Acesso em
MATO GROSSO (2009)-SEPLAN MT SECRETATIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO- Disponível em: http://www.seplanmt.gov.br Acesso em: 19 de janeiro de 2009

NELSON, Richard. **National Innovation Systems- a Comparative Analysis**. Oxford University Press, ed. 1993.

OECD. **Manual de Oslo**: Proposta de Diretrizes para Coleta e Interpretação de Dados sobre Inovação Tecnológica. FINEP: 2005. Disponível em: http://www.finep.gov.br/imprensa/sala_imprensa/manual_de_oslo.pdf. Acesso em 02 de março de 2011.

IBGE. **Pesquisa de Inovação Tecnológica**: 2008/ IBGE, Coordenação de Indústria. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 164p. ISBN 978-85-240-4149-5.

SCHUMPETER, J. A. O fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico. In: SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SUURS, Roald Alphons Anton. **Motors of Sustainable Innovation**: towards a theory on the dynamics of technological innovation systems. (thesis) 2009 NOW Innovation Studies Group. Copernicus Institute, Utrecht ISBN 978-90-6266-264-7 University Utrecht disponível em: Acesso em 23 de março de 2012.

SUZIGAN, Wilson; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. **A interação entre universidades e empresas em perspectiva histórica no Brasil**, Texto de Discussão 329, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: http://www.inova.unicamp.br/inovacao/report/inte-catchuproject_SMA080602.pdfr Acesso em: 01 de abril de 2010.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONCEITO MODERNO DE DEMARCAÇÃO NA FILOSOFIA DA CIÊNCIA

Juliano Batista dos Santos
Mestrando em Estudos de Cultura Contemporânea / Cuiabá – UFMT
Graduação em Filosofia
julianojbs@gmail.com

Dr. José Carlos Leite
Universidade Federal de Mato Grosso
j.leite@uol.com.br

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar, por meio de uma exegese, as principais reflexões contemporâneas da filosofia da ciência analítica e histórico-sociológica. Para tanto, utilizam, para o esclarecimento da primeira, o problema da demarcação proposto pelos pensadores do Círculo de Viena e Karl Popper, que, apesar das diferenças epistemológicas, enquadram-se nas perspectivas denominadas modernidade; na elucidação da segunda empregarão os argumentos de Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, que, ao contrário daqueles, negam o arquétipo da demarcação ao admitirem qualquer tipologia de conhecimento como válida, traço fundamental da pós-modernidade.

Palavras-chave: Demarcação. Modernidade. Pós-modernidade.

ABSTRACT

The present article aims to show, through an exegesis, the main contemporary reflections from philosophy of analytic and historical-sociological science. Therefore, It also uses, for the enlightenment of the first, the demarcation problem proposed by thinkers from Vienna Circle and by Karl Popper, who, despite epistemological differences, falls into the prospects, denominated modernity; to the elucidation of the second, It is used the arguments of Thomas

Kuhn and Paul Feyerabend, who, unlike those, deny the archetype of demarcation, admitting any type of knowledge as valid, a fundamental trait of postmodernity.

Keywords: Demarcation. Modernity. Postmodernity.

1.0. INTRODUÇÃO

Separar Filosofia e Ciência – partindo da gênese da epistemologia ocidental, especificamente da Filosofia antiga clássica até o surgimento da Filosofia moderna – sempre foi uma tarefa difícil, ainda mais quando ambas se comportam como criadoras de conhecimentos apodíticos (MARICONDA, 2006). Apenas na pós-modernidade, que se origina em meados do século XX (LYOTARD, 1998), é que os arquétipos pretensamente universais e necessários são colocados em xeque.

Independentemente de suas semelhanças em relação aos saberes pretendidos, vê-se, em diferentes pensadores, concepções distintas sobre o fato de a Filosofia ser ou não uma ciência. Aristóteles, na Antiguidade, e São Tomás de Aquino, no período Medieval, por exemplo, afirmaram que a Filosofia e o conjunto das outras ciências possuem o mesmo objeto material de estudo: tudo o que é cognoscível, embora a Filosofia considere formalmente as causas primeiras e as outras ciências consideram formalmente as causas segundas (ABBAGNANO, 1992).

Renê Descartes, no período Moderno, afirma que a Filosofia é a única gnosiologia de que todas as outras ciências seriam apenas partes, ou troncos como os de uma árvore, enquanto que Augusto Comte, na contemporaneidade, com suas ideias positivistas voltadas à coesão social, propôs que as ciências absorveriam a Filosofia, que, em algum momento futuro, deixaria de existir.

A separação definitiva, não somente entre a Filosofia e as ciências, como também dos valores dogmáticos da religião judaico-cristã presentes nas teorias do conhecimento medieval, ocorre essencialmente entre os séculos XVI e XVIII, o que não significa afirmar a inexistência de pensadores laicos anteriores ao Renascimento, como são os casos de Roger Bacon, Guilherme de Ockam e Marsílio de Pádua. Os primeiros propuseram a tese da experimentação para a ratificação do conhecimento humano e o último, por ser jurista, defendeu ser a esfera política um local profano, que, para o bem dos homens, deveria ficar distante dos domínios da Igreja (CHAUÍ, 1987).

Entre os pensadores que contribuíram para o florescer daquilo que definimos hoje como Modernidade, delimitado pela separação entre o "que é Ciência?", "o que é Filosofia?" e "o que é Teologia?" – esta última excluída daquelas discussões, embora vezes ou outra a ideia deísta persista em suas reflexões –, destacam-se Galileu Galilei na Física, René Descartes na Filosofia, Francis Bacon na Lógica, Blaise Pascal na Matemática, Thomas Hobbes na Política, Baruch Espinosa na Ética e outros (ibid.; MARICONDA, 2006).

Das muitas contribuições para demarcar o início da Modernidade, que não é cronológica e sim ontológica, o *cogito* cartesiano passou a ser historicamente, e não se sabe com clareza o porquê, o ponto arquimediano de referência teórica; a fronteira entre a crença e a racionalidade; a falência dos conceitos teofilosóficos medievais diante da esperança de renovação dos ideais antropocêntricos humanistas; a negação da dúvida sobre o 'além' e a certeza de verdades que podem ser apreendidas, demonstradas e comprovadas, seja por dedução, indução ou dialética' (CHAUÍ, 1987).

A necessidade de se demarcar a renovação da vida social, política, artística, científica, e até mesmo espiritual, como o começo da Modernidade e não como mera linha que define este ou aquele lado da fronteira, coloca-se como o contrafluxo de um tempo em que a mobilidade social, regida por estamentos, era quase impossível, visto que os valores eram privilégios concedidos a pouquíssimos indivíduos, geralmente de descendência nobre ou ocupantes de cargos religiosos.

Caberia aos movimentos humanistas, seguidos posteriormen-

te pelas revoluções científicas do século XVI, empreenderem a renovação dos *valores* humanos e a reelaboração do modo de observação dos *fatos* naturais, respectivamente, visto que os existentes estavam falidos. Assim, valores como justiça, liberdade, verdade e igualdade deveriam ser de caráter universal e não subjetivo, a exemplo das ciências naturais (MARICONDA, 2006).

No Iluminismo, época em que a ideia de perfectibilidade humana provinha da inteligência, único meio para a superação de preconceitos e ideologias tradicionais, a semente racionalista plantada no Renascimento atinge o seu apogeu. O Século das Luzes aparece como gracejo de visão coerente e isenta de dúvida, na qual a contradição era sinal de erro, a ignorância de incapacidade e a incerteza de desvio.

A dificuldade de se reelaborar um conhecimento filosófico e científico fundamentalmente racional, em uma época onde o uso pleno da razão sem a consideração dos valores religiosos poderia implicar na própria morte, perpassou todo o Renascimento. As sombras da Inquisição se seguiram atravessando os tempos iluministas até começarem a se apagar com a Carta Magna decorrente da guerra civil na Inglaterra, cujos sons ecoaram, quase um século depois, na França, Estados Unidos e, posteriormente, em outros países[2].

Seria a Modernidade, depois de séculos, realizando seus valores universais outrora pensados?! Assim se acreditou. Contudo, três são as hipóteses sobre os projetos dos modernos, a saber: de que se encerrou, aprofundou-se ou não se completou[3] (LYOTARD, 1998). O que não implica afirmar que as teorias modernas estavam completamente erradas ao pensarem que os problemas sociais poderiam ser estudados e resolvidos pelas ciências, fato que talvez não acontecesse porque as construções científicas não deixam de lado os interesses e problemas subjetivos de quem os produz e/ou patrocina as pesquisas, como afirma Thomas Kuhn (1989).

O físico alemão Heisenberg, ainda na modernidade, por meio do princípio da incerteza, demostrou que toda a descrição da natureza, só da natureza, contém determinada incerteza essencial e irremovível, o que refuta os princípios de determinação e fatalismo, tornando-os sem sentido (GILES, 1979). Para Prigogine (1996), esta mesma ideia se estende à pós-modernidade, que corrobora o fim das certezas não só quanto à natureza, como também no que concerne às relações sociais, o que não significa alegar que os saberes epistemológicos devam ser postos de lado; pelo contrário, significa lembrar que nenhuma teoria resolve com precisão todas as questões que possam surgir em seu domínio.

O problema é que os saberes edificados pelas teorias do conhecimento moderno, que se colocaram como inabaláveis, começaram a ruir logo depois de sua edificação. O progresso das certezas produziu o seu próprio efeito colateral: o avanço de incertezas (PRIGOGINE, 1996). Todas as verdades científicas se tornam, em certo sentido, provisórias, já que são susceptíveis de revisões, aperfeiçoamentos e erros, muitos erros (FEYERABEND, 1985).

Para Prigogine (1996, p. 198), o homem pode construir, entre o caminho estreito do acaso puro e do determinismo, que são as "duas concepções que levam igualmente à alienação", um possível conceito científico; a instabilidade dos fenômenos naturais e sociais, em níveis macro ou microscópio, não se encerra somente porque surgiu uma fórmula, interpretação ou solução para o problema que se apresenta neste, nesse ou naquele tempo e local.

Também é importante lembrar que as teorias, independentemente dos métodos utilizados em sua construção, não se situam no fato observado, mas na mente de quem as constrói. Consequentemente, é na "descrição mediana, situada entre duas representações alienantes, a de um mundo determinista e a de um mundo arbitrário submetido apenas ao acaso" (ibid., p. 199) que se encontra a liberdade dos homens para criarem, coletivamente, teorias científicas provisórias, que, por estarem submetidas à flecha do tempo, não revertem o fenômeno ocorrido.

Contentar-se com interpretações prováveis seria a solução para as epistemologias modernas, que não comportam em si mesmas nenhuma outra solução, diferentemente de hipóteses que não possam ser verificadas, testadas, refutadas ou qualquer outra

forma não cartesiana de se fazer análises e sínteses? Ao que tudo indica, sim. Talvez se excluam dessa regra as ciências puras – a Matemática e a Lógica – visto que ambas independem da experiência para serem ratificadas, embora carreguem consigo alguns paradoxos.

A fim de esclarecer os tropeços das produções científicas modernas, matemáticos, físicos e filósofos, em sua maioria austríacos, baseados principalmente nas teorias dos pensadores Whitehead, Einstein, Russell, March, Frege e Wittgensttein, deslocam o problema das falhas presentes nos conhecimentos para as metodologias que as produziram, e daí se constitui a Filosofia da Ciência Contemporânea, que se inicia nas primeiras décadas do século XX na cidade de Viena (FEYERABEND, 2010).

Primeiramente, a Filosofia da Ciência Contemporânea passa por uma perspectiva moderna nas visões do Círculo de Viena e Karl Popper. Décadas depois, com Thomas Kuhn e Paul Feyerabend, sua perspectiva passa a ser pós-modernista. Em ambos os aspectos, têm-se a ciência da Física como o centro de suas discussões, o que nos remete ao racionalismo científico de Galileu, que só nasceu porque ele estabeleceu uma adequação entre coerência lógica descritiva e explicativa a uma realidade empírica, que se fundamenta na tensão entre a experiência e a razão com o intuito de procurar verdades únicas, absolutas e indiscutíveis de tipo matemático, defendidas pelos modernos e recusadas pelos pós-modernos (OMNÈS, 1996).

É por esse motivo que, geralmente, associem o nascimento da ciência moderna a Galileu, em virtude da utilização do método experimental baseado na aplicação da Matemática e na observação meticulosa da experiência, ainda que alguns historiadores afirmem ser Bacon o mentor da modernidade científica. Entretanto, se a ciência moderna nasceu graças a este ou àquele pesquisador, para os estudos da Epistemologia, tal debate histórico é efêmero, pois em nada prejudica a ideia de se interpretar para, em seguida, tentar compreender a origem da demarcação moderna, que, apesar de racionalista, não deixa de possuir um objetivo romântico (CHAUÍ, 1987; MARICONDA, 2006).

2.0. TIPOLOGIAS DAS FILOSOFIAS DA CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

A história da Filosofia da Ciência Contemporânea apresenta a existência de duas importantes correntes, a saber: a corrente de tendência analítica, fruto das concepções modernas, e a corrente de tendência histórica, fruto das concepções pós-modernas. Os dois pontos de vista apresentam discussões epistemológicas que perpassam na contemporaneidade (OMNÈS, 1996).

A primeira se caracteriza pelo aspecto metodológico da justificação, cujo intuito é esclarecer os elementos lógicos da investigação científica (ibid.), próprio das sociedades binárias, em que todas as exceções classificadas como pseudocientíficas são excluídas (LYOTARD, 1998).

A segunda se caracteriza pelo aspecto metodológico da descoberta, cujo objetivo é elucidar os elementos psicológicos da investigação científica (OMNÈS, 1996), comum às sociedades em rede, cujas exceções não são excluídas e, sim, admitidas como virtuais hipotéticos que, a qualquer momento, podem se atualizar (LYOTARD, 1998).

Os principais representantes da corrente analítica são os teóricos do Círculo de Viena e Karl Popper. Os primeiros propõem o princípio de verificabilidade como critério de significação entre o que possui e o que não possui valor de verdade; o segundo propõe o princípio de falibilidade como critério de demarcação entre ciência e não ciência.

Os principais representantes da corrente histórica são os filósofos Thomas Kuhn e Paul Feyerabend. O primeiro busca interpretar os motivos que causam as revoluções científicas (pré-ciência, ciência normal e ciência extraordinária) através da construção de novos paradigmas; o segundo se fundamenta na concepção de que os processos lógico-metodológicos impostos à pesquisa científica são desnecessários à sua construção, donde advém o conceito de adeus à razão.

3.0. A DEMARCAÇÃO COMO MODERNIDADE

3.1. CÍRCULO DE VIENA E O PRINCÍPIO DE VERIFICAÇÃO

O Círculo de Viena, também conhecido como Neoempirismo, Empirismo Lógico ou Positivismo Lógico, nasceu em 1907, a partir de reuniões entre pensadores das áreas de ciências exatas e humanas, que criaram o curso de Filosofia das Ciências Indutivas, mundialmente conhecido, na década de 1920, graças ao contato com a importante e famosa Academia de Ciências de Prússia, posteriormente denominada Academia de Ciências de Berlim.

O Positivismo Lógico não se relaciona ao Positivismo de Auguste Comte, apesar de ambos possuírem características em comum como, por exemplo, a atribuição dos saberes indutivos às ciências e a afirmação de que a Filosofia deve se transformar em teoria das ciências. Seus principais representantes são Schlick e Carnap.

O objetivo fundamental dos neoempiristas foi separar a metafísica das ciências, a fim de descobrir se existe um método essencial e seguro para a elaboração do conhecimento científico, de modo que esse não carregue consigo dúvidas e erros. Para tanto, foi preciso construir critérios de demarcação para validar o que é científico e excluir o que é metafísico[4] (MARICONDA, 2006).

Daí se desenvolveu o conceito de 'enunciado mínimo ou protocolar', que consiste em considerar a menor unidade de significado com base na constatação empírica, que é a adequação entre linguagem e natureza como possibilidade de verificação indutiva da proposição enunciada, cujos critérios de significação são julgados com base na observação.

O intuito é eliminar os caracteres transcendentes, que são subjetivos e artificiais, fazendo prevalecer o alicerce puramente indutivo, que, enquanto experimentação, permite compreender uma série de fenômenos naturais, não a partir de enunciados ordinários que são múltiplos, ambíguos e confusos, mas sim por meio de símbolos lógico-matemáticos, como por exemplo:

O Círculo de Viena admite a existência de três modelos de enunciações, são eles: o tautológico, o contrário $\vec{F} = m.\vec{a}.$ ico. Apenas o último é admitido como científico, uma vez que só a observação e a experiência, critérios necessários à realização de experimentos, permitem submeter suas proposições ao princípio de verificabilidade, cujo intento é identificar se os argumentos elencados possuem critérios de sentido, excluindo, pois, aqueles que não têm (SCHLICK e CARNAP, 1985).

A negação dos neoempiristas aos enunciados tautológicos advém por esses não acrescentarem nada de novo ao sujeito investigado, logo não acrescenta nada de novo ao conhecimento, sendo, por conseguinte, sempre mais do mesmo. Por sua vez, a negação do enunciado contrário ocorre pelo fato de ele admitir o seu oposto, cuja contradição não anula nem um e nem outro, podendo ambos ser verdadeiros. Exemplo: S é p e S é não-p. Percebe-se que foi escrita a conjunção e e não a disjunção *ou* (HAACK, 2002).

Portanto, o positivismo lógico, que está assentado na ideia de unidade dos saberes da Física, Ciências Naturais e Psicologia Behaviorista, leva em consideração em suas investigações tão somente aquela episteme que se caracteriza pelo método de análise lógica da significação, isto é, pela preocupação em esclarecer elementos de investigação que admitam valor de verdade V *ou* F e cujo raciocínio seja válido. Qualquer outro enunciado que não se esquadre nesta fórmula está descartado (SCHLICK e CARNAP, 1985).

3.2. Karl Popper e o Princípio de Falibilidade

Karl Popper (2012), para fundamentar a sua teoria de Filosofia da Ciência, critica os valores postos pelo Círculo de Viena, a saber: o princípio de verificabilidade como critério de significação e a lógica indutivista como a única categoria adequada à confirmação do valor de verdade das proposições.

Para contrapor o princípio de verificabilidade, de modo a preservar a metafísica, Popper (2012) propõe o princípio de falseabi-

lidade como critério de demarcação, ou seja, sua preocupação não é excluir os enunciados que não podem ser testados, e sim definir o que é e o que não é científico.

O não científico não deve ser esquecido, ao contrário, necessita de investigações que apresentem o devido esclarecimento sobre a origem de erros nos conceitos, hipóteses e teorias, pois a ciência não se caracteriza exclusivamente por acertos, o que faz da compreensão das falhas na Epistemologia algo fundamental na reorientação dos caminhos a serem trilhados pelos pesquisadores (POPPER, 2006).

Sobre os enunciados supostamente científicos, Popper (2012) afirma que nenhuma proposição pode ser plenamente verificada, até mesmo porque as investigações empíricas não fazem avançar o conhecimento científico, salvo pela crença psicológica que cria no sujeito a expectativa de que um fenômeno que sempre se repetiu, precisamente e de um mesmo modo, e que continuará a se repetir de maneira igual.

O psicologismo da lógica positivista é o calcanhar de Aquiles do Círculo de Viena. Popper, ao perceber isso, demonstra ser impossível a criação de qualquer conceito epistemológico cujo alicerce esteja pautado em similitudes regulares, até mesmo porque o único apoio dos pesquisadores indutivistas, diante de um fenômeno comum da natureza, encontra-se apenas e somente na própria fé em querer que o mesmo fato continue a se repetir (POPPER, 2006).

Por conseguinte, o máximo que os neoempiristas conseguiriam criar, com base na verificação, seriam teorias mais gerais (ou válidas para a maioria) que, por estarem apoiadas nos sentidos, perderiam completamente o seu valor lógico, na medida em que tais enunciações dependeriam de que os fatos naturais ocorridos no passado fossem eternamente repetidos no futuro, o que seria obviamente e, ao mesmo tempo, absurdamente insustentável.

É por isso que a concepção de ciência em Popper (2012) sugere o método hipotético-dedutivo em oposição ao método de análise lógica dos positivistas. O primeiro opera com conjecturas pretensamente universais que explicam, sempre que possível, os fenômenos singulares; os segundos reduzem os enunciados complexos a proposições atômicas de embasamento empírico-subjetivo edificadas sobre a própria crença.

O método popperiano – embora subjetivo em sua intenção, pois é o cientista quem define a sua área de formação e especialização – é objetivo em sua construção, já que a escolha e a observação de um problema qualquer, cuja finalidade é indicar um possível esclarecimento ou solução por meio de proposições conjecturais, consistem na utilização de elementos teóricos já corroborados, os quais o pesquisador aprendeu a dominar durante os seus estudos.

A suposta hipótese cogitada à interpretação do problema observado necessita ser submetida ao princípio de testabilidade. De imediato, pode parecer que a intenção é simplesmente verificar a hipótese para, em seguida, comprová-la. Entretanto, a intenção não está na mera adequação da hipótese à prática; a finalidade está na tentativa de refutar a teoria e não prová-la.

Após sucessivas tentativas de contestação, caso o enunciado sugerido se sustente, o mesmo deverá ser tomado como teoria provisoriamente científica e não como doutrina incontestável e definitiva. Essa posição não estática do conhecimento epistemológico, como algo absoluto e indubitavelmente verdadeiro, é o que Popper (2012) define como ideal de verdade regulativa, justamente por causa de sua compreensão de tentativa e erro na edificação de conceitos.

Percebe-se que, na prática, o princípio da verificação e o princípio da testabilidade não possuem diferença, pois os dois, quando o enunciado admite valor de verdade, passam pelo experimento, que é a relação entre *fato* e *valor*, entre o que é e o que *deve ser*, entre o *objetivo* e o *subjetivo* (MARICONDA, 2006). A sucinta diferença entre um princípio e outro não está no princípio em si, mas no que cada pesquisador pretende e entende ser necessário à formalização de uma teoria como científica.

Dito de outro modo: a diferença está na valoração intrínseca que o especialista atribui ao fenômeno analisado, logo, ou se admite

o fato investigado como proposição V e modalidade necessária (algo que nunca muda), ou se admite o acontecimento observado como proposição V e modalidade possível, isto é, que carrega consigo o germe latente da negação F, que pode ou não se germinar.

Os neoempiristas desejam que a teoria seja verificada sucessivas vezes na natureza, e Popper almeja que não seja falseada nenhuma vez. Os primeiros realizam a identificação de vários fenômenos que atestam as suas hipóteses; o segundo observa se, em algum momento, a natureza produzirá fenômenos diferentes do que está predito na hipótese, donde advém a ideia de falibilidade, que nada mais é do que o ato de admitir poder haver erros na estrutura tomada como válida.

Consequentemente, ainda que o método de Popper apresente-se como negativo, o conhecimento por ele produzido é positivo, já que a possibilidade de erro é menor nessas condições. Deste modo, o critério conjectural de aproximação da verdade inclina-se ao máximo grau de conteúdo informativo fazendo com que uma teoria científica somente continue a ser científica caso não seja refutada por meios lógicos, o que justifica a maior eficácia de sua proposta metodológica em relação à sugerida pelo Círculo de Viena.

4.0. O FIM DA DEMARCAÇÃO NA PÓS-MODERNIDADE

Apesar do paradoxo, é preciso demarcar o caminho da pós-modernidade, da mesma forma como fizera Descartes ao delimitar o da modernidade. Seu pensamento e de vários outros teóricos, defensores da razão abstrata, em que a representação da ideia se separa da vida, já não consegue prevalecer na contemporaneidade, que é momento histórico em que a aparência, o senso comum ou a experiência vivida, por meio da razão interna, retomam uma importância que a modernidade havia lhes negado, a saber: a valorização das razões individuais nos fenômenos sociais por meio de uma adequação entre o interior e o exterior, o imaterial e o material, como a expressão da união dos contrários em uma só sinfonia, cujo benefício é o resgate da vida (MAFFESOLI, 2005).

Devido à complexidade do tema pós-modernidade, a partir deste momento, o texto irá se limitar às teorias de Kuhn e Feyerabend, que direcionam severas críticas ao princípio de verificabilidade dos neoempiristas e ao princípio de testabilidade de Popper, bem como a uma série de outros teóricos contemporâneos, tais como Bohr, Lakatos e Wittgenstein, que, no presente trabalho, não serão abordados, mas que, juntamente com aqueles, por influência da tradição que se iniciou no Ocidente com Xenófanes, deram adeus à razão e a substituíram por uma caricatura que continuaram a chamar de razão, com R maiúsculo, posteriormente denominado racionalismo moderno (FEYERABEND, 2010).

4.1. THOMAS KUHN E A CONSTRUÇÃO DAS CIÊNCIAS

Thomas Kuhn, em sua teoria, afirma que a epistemologia não pode estar presa a metodologias falsamente eficazes, pois a ciência não possui caráter estritamente racional pelo fato de não existir métodos universalmente objetivos de análise lógica. Por conseguinte, cada cientista cria da forma que lhe convém, sem demonstrar a devida fundamentação objetiva, o seu próprio método de pesquisa, por isso há subjetividade e não objetividade dos estudos (KUHN, 1989).

A invenção dos métodos, ou a escolha dos caminhos percorridos na construção dos saberes, como diriam os gregos, são apresentadas não por comprovação, e sim por convencimento, no sentido de que, durante a pesquisa, ora este, ora aquele método teve que ser aplicado, ignorado ou abandonado.

É como se cada pesquisador fizesse de tudo para sustentar a sua hipótese. Não no aspecto de trapacear, mas com a finalidade de mostrar que a pesquisa, assim como cada pesquisador, área do conhecimento ou direcionamento dos resultados pretendidos na pesquisa se apresente como subjetividades que precisam ser engai-

oladas pela objetividade, a fim de se tornarem únicos e absolutos, critérios exigidos pela modernidade (ibid.).

No entanto, o comportamento descrito acima somente é possível se se remeter à ciência normal, isto é, à existência de paradigmas aceitos e aprovados como adequados pela comunidade científica, em determinado tempo e campo do saber. Daí às dúvidas: como se comportam os pesquisadores dentro de uma ciência cujos parâmetros já não conseguem explicar os novos acontecimentos? Quais caminhos adotar diante de novos fenômenos os quais os paradigmas atuais não conseguem ao menos esclarecer? Como superar a falta de normas em um momento em que a velha ruiu e a nova ainda não existe?

A transição do antigo, falido e existente padrão científico, até o nascimento de um novo paradigma, é o que Kuhn (1989) define como estágio pré-científico. A mudança da velha para a nova norma epistêmica (lembrando-se de que a nova um dia também poderá se tornar ultrapassada) pode ou não se concretizar, pois, na ausência de um novo paradigma, vale mais se apegar ao que já existe do que ficar sem nada para se apoiar. Todavia, considerando que realmente haja a troca de paradigmas, como isso acontece nas ciências?

Antes da consolidação de uma nova ciência, denominada 'ciência normal', passa-se pela pré-ciência, que é o período caracterizado pela ausência de paradigma e pela elaboração de conceitos desordenados, contrários, contraditórios, ambíguos e confusos como tentativa ou nova maneira de se enxergar os fatos naturais ou sociais não esclarecidos pelo paradigma vigente. No meio desse emaranhado de desorganização teórica, busca-se uma nova referência, procura-se um novo padrão que seja aceito pelos intelectuais acadêmicos (ibid.).

Após a consolidação do novo paradigma que, a princípio, comporta-se como uma estrutura aberta que deve ser lapidada pelos cientistas, origina-se a ciência extraordinária, que se caracteriza pelo apego dos jovens pesquisadores à recém-estrutura epistemológica, cuja defesa ocorre por meio da decifração de quebra-cabeças, ou através da solução de problemas com base em inovações teóricas mais eficazes do que aquelas que vigoravam e não obtiveram êxito na solução dos enigmas, apesar dos tradicionalistas tentarem, a todo custo, manter por hipóteses *ad hoc* a velha ordem científica, justificando seus erros e ineficácia.

A partir do momento em que a ciência extraordinária passa a ter *status* de ciência normal, a todo momento verifica-se que a atividade cotidiana do pesquisador é colocada à prova e não a teoria científica; o especialista, que durante boa parte de sua vida se dedicou a alguma área de conhecimento na tentativa de aprender, interpretar e desenvolver competências indispensáveis à resolução de problemas relativos à sua formação, tem a sua capacidade e habilidade testadas (ibid.).

Estudar, pesquisar e aplicar durante anos e anos os paradigmas que regem determinada ciência normal costuma provocar nos especialistas o efeito psicológico de apego íntimo e amoroso, uma espécie de adoração aos mecanismos estruturais de conceitos que edificam as suas crenças científicas; diante dos fenômenos examinados, eles não buscam o acaso, ao contrário, dedicam-se a descobrir o resultado já predito pelo paradigma que utilizam. Entretanto, o que acontece se, no lugar do aguardado, surgir o inesperado?

Isso pode significar que existe algo de errado com o paradigma, porém, em um primeiro momento, a falha não é atribuída à ciência e sim ao pesquisador, que poderá ser acusado de incompetência. Só depois, se for o caso, acompanhado de uma boa dose de sorte, com a repetição frequente de anomalias no arquétipo científico, torna-se possível e posteriormente necessário o seu reconhecimento por parte da comunidade acadêmica, acontecimento que é raro e lento, visto que os pesquisadores condicionam o paradigma no qual acreditam à sua própria condição de vida e trabalho (ibid.).

De fato, existe resistência quanto a mudanças nas regras da ciência normal. Tais transformações nascem de crises provocadas por contraexemplos que só possuem sentido e passam a gozar da devida atenção quando podem ajustar ou romper com o paradig-

ma vigente. Não obstante, deve-se ter muito cuidado na observação dos abalos sofridos pelo modelo científico vigorante, pois não há necessariamente revoluções científicas quando ocorrem crises na ciência normal.

Aliás, qualquer crise nas ciências pode terminar de três modos: 1. Resolução do problema causador da anomalia; 2. O problema emergido é deixado de lado para ser solucionado pelas gerações futuras; e 3. Criação de um novo paradigma, de uma nova norma padrão, de um novo arquétipo referencial, que sejam mais eficazes nas soluções dos quebra-cabeças. Em resumo: o primeiro responde à questão, o segundo realiza ajustamento ad hoc e o terceiro provoca revoluções científicas (ibid.).

Neste último caso, há, primeiramente, o surgimento da pré-ciência como complemento da ciência normal em decorrência de uma série de contraexemplos. Tempos depois, considerando que um novo paradigma nasceu e se materializou como modelo científico a ser seguido, em oposição ao padrão normativo corrente, a pré-ciência ganha *status* de ciência extraordinária; uma vez admitida como válida pelos acadêmicos, desprende-se da ciência normal, passando a ser a nova ciência normal.

Com a gênese da ciência extraordinária, que não se ocupa exatamente das mesmas questões da ciência normal vigente, embora nada impeça que o objeto de estudo ou área de conhecimento daquela seja a mesma desta, existe sempre uma preocupação daquela em não somente procurar, como também consolidar um novo paradigma que sirva como ruptura definitiva com a tradição vigorante e, por fim, apresente soluções às anomalias que a ciência normal atuante observou e não conseguiu solucionar (ibid.).

Todavia, a mudança de paradigma é algo dificílimo de ocorrer, pois há uma forte resistência da tradição científica em abrir mão de teorias às quais estudantes, professores e pesquisadores se dedicaram por décadas. Por esse motivo, geralmente, são as novas gerações de cientistas que se dedicam à façanha de criar uma nova ciência, afinal eles não possuem compromisso, apego, crença ou hipóteses subjetivas atreladas às antigas condições paradigmáticas.

É justamente na ausência de afeições pelo velho e ultrapassado arquétipo epistemológico que se encontra o combustível intelectual necessário para as profundas mudanças nas estruturas da ciência em crise. Na prática, o que se percebe ao olhar para a história das ciências é que a sua edificação pode passar por três fases, a saber: pré-ciência, ciência normal e ciência extraordinária.

A primeira surge em duas situações: quando ainda não há ciência alguma ou quando a ciência normal começa a entrar em crise, mas ainda não existe nada para substituí-la. A segunda surge somente quando algum paradigma é consolidado como o mais ideal, preciso e eficaz. E a terceira surge agregada à ciência normal, uma espécie de braço complementar anômalo, mas diferente do padrão estabelecido, que, ao passar a ser mais eficiente na solução dos novos problemas, começa a ganhar credibilidade até se desprender da ciência normal atual, originando a expressão 'revolução científica'.

Para melhor compreensão de como ocorre uma revolução científica, apresenta-se a seguinte analogia: imagine uma mulher (ciência) que possui problemas seríssimo de saúde e sabe que uma gestação pode trazer sequelas irreversíveis ou até mesmo levá-la à morte. No entanto, apesar de suas patologias (crises) anatômicas (paradigmas), ela não deixa de fazer as coisas (pesquisas) que a vida (projetos) lhe impõe (problemas), incluindo a realização (soluções) de libidos (fenômenos) sexuais que a ameaçam (revolução)[5].

Suponha-se que, por descuido, essa mulher (ciência normal corrente) fique grávida e, apesar de tentar, não consiga abortar o zigoto (pré-ciência), acabando por gerar não somente o indesejável (crises) como também algo que poderá levá-la a óbito. Sobre o início da gestação, é sabido que não há como saber, sem exames, se de fato a mulher está grávida, ou não, e mesmo com análises, não é possível descobrir qual é o sexo do embrião.

A ignorância quanto ao sexo do embrião representa a fase pré-científica, que na realidade representa o momento em que

ainda não há a descoberta de um novo paradigma, portanto ainda não há ciência extraordinária. Posteriormente à descoberta do gênero, tem-se a gênese de um possível referencial teórico, instante em que a pré-ciência começa a dar forma e lugar à ciência extraordinária, que se inclina a ser, no futuro, a nova ciência normal, desde que a gestação, considerada de alto risco, chegue até o seu fim, de modo que o bebê tenha condições salutares e suficientes para sobreviver sem os cuidados da mãe que, após dar à luz um novo paradigma, de duas uma: ou a ciência normal vigorante recusa, por síndrome pós-parto, o seu filho indesejado ou vem a falecer por complicações no parto.

Vale ressaltar que o desprendimento da ciência extraordinária, que é a certificação acadêmica concedida ao novo paradigma, geralmente provoca a morte da ciência normal vigente, embora, em pouquíssimos casos, as duas ciências normais, antiga e recente, possam coexistir por oposição e não por anulação, como no caso da teoria ondulatória e corpuscular da luz, que se comporta como onda ou partícula, respectivamente.

4.2. PAUL FEYERABEND: MÉTODO PARA QUÊ?

Feyerabend é acusado, na Filosofia da Ciência, de anarquista da Epistemologia. Essa pejorativa definição está intimamente ligada ao seu conceito de ciência. Todavia, ser um anarquista, no sentido radical da palavra, não tem um tom negativo, apesar de historicamente assim ser entendido.

Etimologicamente, anarquista é a pessoa que não possui governante. Quando se transpõe tal conceito para as ciências, ele pode ser interpretado como ciências sem regras, não no sentido de inexistirem normas, mas no sentido epicurista de autarquia, que é a capacidade que cada ser tem de conduzir a si próprio a partir de fundamentos intrínsecos à sua vida, à sua pesquisa, às suas relações, sem ditadores alheios que não presenciam o cotidiano do indivíduo ou do pesquisador, mas que apenas acham que os seus padrões devem ser seguidos porque lhes foram, vaidosamente, atribuídos valores universais, independentemente do tempo e espaço.

Antes de tudo, ser um anarquista não significa negar ordens ou regras. Significa não estar submetido às coerções, que aqui se referem às fossilizadas, errôneas e autoritárias metodologias científicas que se autodenominam juízos apodíticos indispensáveis à objetividade do conhecimento. Por consequência, essa pretensa afirmação faz por desmerecer qualquer outro resultado científico se não aquele que está posto, padronizado e determinado por modelos metodológicos preestabelecidos (FEYERABEND, 1985).

Ao tomar partido contra esse tipo de autoritarismo imposto aos pesquisadores, Feyerabend elabora uma visão própria sobre o que é e o que não é ciência, cuja finalidade é demonstrar que ambas as visões de mundo operam de maneira igualmente eficazes, com conclusões ora verdadeiras, ora falsas, mas igualmente suficientes para quem as recebe (ou não![6]).

De fato, ciência e não ciência recobrem o dia a dia com teorias que tentam esclarecer fenômenos, culturais e/ou naturais, que exigem explicações, sejam elas oferecidas por uma tia-avó, pelo xamã ou certificadas pelos estudiosos. Vê-se, então, que a pretensão de Feyerabend (ibid.) não é negar às concepções dos especialistas, já que suas interpretações também são válidas; seu intuito é negar a imposição das metodologias acadêmicas como as únicas capazes de produzir sapiências seguras.

O problema é que os representantes ou praticantes da ciência moderna que, ao longo dos séculos, conquistaram e até mesmo impuseram a hegemonia acadêmica dos saberes, apresentam as outras formas de conhecimento – que são fundadas em processos educativos não formais – como dogmáticos e perniciosos.

Isso faz com que os representantes e praticantes das ciências, durante o adestramento universitário, percam sua vasta, ilimitada e múltipla visão de mundo. E mais: ao serem subsumidos pelos ideais de conhecimento – que buscam unificar e denominar universal[7] – são condecorados com títulos incontestáveis de autoridades no que afirmam ou negam, desde que suportem e aceitem durante

anos, sem contestar, que apenas os ensinamentos científicos são apropriados à humanidade.

Apossados de diplomas atestados pelos melhores em conduta epistemológica, os ditos graduados retiram do cotidiano qualquer credibilidade em seus saberes populares. Somente o que é difícil, pois exige horas de estudo diárias para compreendê-lo, tem credibilidade, pelo fato de ter sido demonstrado. Logo, qualquer outro horizonte de novas descobertas, senão aquelas descritas pelos intelectuais, precisa ser abandonada, já que não está assegurado em fórmulas e observações padronizadas.

Percebe-se que é a Academia que define o que é bom e o que é ruim, não só na edificação do conhecimento como também nas regras da vida social. Por isso é preciso se perguntar: donde se legitima tamanha eugenia epistemológica na produção de informações como válida ou não? Nasce dos próprios doutos que subjetivamente, apesar de pensarem agir objetivamente, elaboram critérios teóricos refinadíssimos de metalinguagem que se adequam à natureza, dando ao homem comum à ideia de que os especialistas são geniais (ibid.). Mal sabem os não educados no plano formal, ou talvez até saibam, que qualquer indivíduo pode dominar mecanismos acadêmicos, desde que existam oportunidades e disposição para isso.

Nas instituições educacionais, o imaginário de criação deixa de ser individual e se torna coletivo, de modo que os arquétipos, enquanto linguagens simbólicas possam ser apreendidos por todos os instruídos, excluindo-se os ignorantes e os incapazes, que não conseguem perceber o que é verdadeiro, o que é moral e o que é viável. Por conseguinte, vaidosamente – postura típica de um positivista –, os intelectuais tomam para si a obrigação de oferecer ao dia a dia das pessoas 'ignorantes', sem ao menos pedir licença, o conteúdo a ser pensado e as ações a serem realizadas para que as coisas deem certo (FEYERABEND, 2010).

Feyerabendianamente, a negação do aspecto metodológico da atividade científica, com a imposição de suas teorias aos leigos por meio da força, não representa a forma correta da ciência, pois, assim como os mitos, os estudiosos apegam-se às suas convicções não por comprovação e sim por crença. O que constitui asseverar que os fatos, os métodos e a lógica não provam coisa alguma, uma vez que não possuem critérios suficientes para aceitarem ou rejeitarem uma teoria, seja ela acadêmica ou não (FEYERABEND, 1985).

Dito de outra maneira: os fenômenos, naturais ou artificiais, se caracterizam pelo pensamento amplo, enquanto que os métodos e a lógica – *métodos-logias* – caracterizam-se pelo pensamento acanhado. Consequentemente, nem um, devido ao alto grau de extensão, e nem o outro, devido ao baixo grau de alcance, conseguem discernir o que é ou não científico, sendo um e outro meramente convenções pessoais de disjunção exclusiva ou inclusiva, que temporalmente podem se alternar.

Apesar da aparente distinção entre ciência e não ciência, não há nada, nenhum critério seguro e exato que consiga, sem cometer erros, distinguir uma da outra, já que ambas as explicações, como propõe Feyerabend (1985, p. 454), comportam-se como "conto de fadas". Como assim? A história das ciências corrobora que, na prática, toda forma de adequar o intelecto à natureza é válida.

O heliocentrismo, por exemplo, foi proposto primeiramente pelo filósofo Filolau de Crotona no século V a. C., entretanto sua teoria astronômica não foi apenas criticada, mas ridicularizada e completamente rejeitada por seus contemporâneos. No século XVI d. C., Nicolau Copérnico voltou a propor a teoria heliocêntrica, nos moldes da Física moderna, que, salvo as perseguições religiosas, foi muito elogiada e aceita (ibid.), em silêncio, por seus pares, até ser ampla e abertamente divulgada por Giordano Bruno (ABBAGNANO, 1992).

No primeiro caso, estritamente na época de sua elaboração, a proposição não foi considerada válida, prevalecendo, na Astronomia grega, as concepções dos mesopotâmicos, substituídas, no século IV a. C., pelas teorias geocêntricas de Eudoxo de Cnido, Heraclides do Ponto e, principalmente, de Aristóteles. No segundo

caso, muito tempo depois, a mesma teoria, pelo menos em sua essência, foi "reproposta" e aceita como científica, fantástica, inovadora e símbolo da Astronomia moderna (FEYERABEND, 1985).

Portanto, a questão que se coloca é: como uma mesma teoria pode ser e não ser científica? Ou o seu contrário: como uma teoria não científica torna-se científica? Feyerabend (1885) responde que teorias não são apresentadas, demonstradas e/ou aceitas; são impostas à força pela tradição dominante de cada tempo e lugar de modo a excluir o que não se encontra sob o interesse hegemônico.

Para o autor anarquista, não há distinção entre epistemes, pois todas elas se voltam à compreensão da mesma realidade, cada uma à sua maneira; o conhecimento produzido (qualquer um) deve ser algo democrático, ao invés de determinado (FEYERABEND, 2010).

Assim, as novas teorias devem ser votadas, porque entre *fatos* e *valores* existem ideias e desejos humanos que são cíclicos e sempre inclinados subjetivamente às suas próprias cobiças. Por conseguinte, como os interesses são, na maioria dos casos, de caráter individual ou pertencentes a pequenos grupos, a melhor forma de aprovar teorias, não puras e sim aplicáveis, é por processo eletivo.

Igualmente, deve-se tomar muito cuidado sobre o que será colocado à votação, pois quem decide qual hipótese com seu valor de verdade deve ser escolhida não é quem a criou, e sim o grupo que se interessar por ela. Porém, em um mundo pós-moderno, onde a ideia de identidade já não predomina, esse grupo é todos os indivíduos, que se conhecem ou não, mas que compartilham, em rede, interesses comuns.

5.0. CONCLUSÃO

A história das ciências nos ensina que o desenvolvimento da Epistemologia não é evolutivo e nem feito unicamente de crescimentos e de extensões do saber; é, antes, dialético, contingente, impreciso e construído por transformações, rupturas e aproximações não exatas entre valor e fato (dedução) ou fato e valor (indução) (MARICONDA, 2006).

Hoje, os conhecimentos científicos são concebidos sob a forma de aproximação, quer porque as observações experimentais em que se fundam nunca são perfeitas e acabadas, quer porque os resultados científicos (suas verdades) são relativos ao sistema de axiomas (modelos de análise) anteriormente estabelecidos, como é o caso da Geometria, euclidiana e não euclidina.

O problema da ciência moderna é que ela elimina o observador da observação. A ciência na pós-modernidade reintroduz o próprio observador na observação, cuja função não é mais apenas a de captar ou mesmo refletir o real; o seu atributo também é o de traduzir os fenômenos naturais em teorias mutáveis, refutáveis e admissíveis como provisórias. Afinal, como sugere Morin (1996, p.122) "as teorias científicas, como os *icebergs*, têm enorme parte imersa, que não é científica, que é a zona cega da ciência, indispensável, entretanto, ao desenvolvimento da ciência".

NOTAS

[1] Pablo Mariconda (2006) afirma que a Modernidade nasceu da dicotomia entre *fato* (real) e *valor* (pensamento). A Ciência moderna se constitui no espaço cronológico entre Copérnico e Newton, enquanto que a Filosofia moderna se consolida no intervalo de tempo entre Bacon e Hume.

[2] O sucesso empreendido pelas ciências naturais, como afirma Mariconda (2006), despertou nos cientistas, e não nos humanistas, a constante tentativa de subjetivar o domínio dos valores. Em contrapartida, os teóricos humanistas, ainda no século XIX, inspirados no sucesso das ciências dos *fatos* naturais, buscaram universalizar a idealização dos *valores* humanos até então pensados.

[3] Para o presente texto, a modernidade será considerada encerrada, pelo fato de ter falhado na tentativa de universalização de suas idealizações.

[4] Mariconda (2006, p. 454) sugere que a recusa dos valores, por serem subjetivos, "será também dominante, na década de 30 do século passado, com os positivistas lógicos, para os quais enunciados éticos (bem e mal) e estéticos (belo e feio) não possuem *significado cognitivo*, não expressam propriamente conhecimento...".

[5] As palavras entre parênteses referem-se aos conceitos presentes na teoria de Kuhn.

[6] Dificilmente, um acadêmico irá aceitar como explicação o que não é científico, embora quem não seja especialista opere, sem preocupações, com qualquer tipo de esclarecimento, pois o contraditório é parte da vida, apesar das epistemologias modernas assim não enxergarem.

[7] O termo *universal* já revela a pretensão de hegemonia. Se formos minimamente críticos, não há como recusar a realidade da universalidade do conhecimento científico (referimo-nos ao de matriz europeia), que já vem sendo apregoada desde o século XVIII. Já se passaram três séculos e a pretensa universalidade não se concretizou. E não é certo que de fato vá ocorrer.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola**. História da Filosofia**. 2. ed. Lisboa: Presença, 1992.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Filosofia moderna. In: _____. (Org.). **Primeira Filosofia** – aspectos da História da Filosofia. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 60-81.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1985.

_____. **Adeus à razão**. Trad. Vera Joscelyne. São Paulo: Unesp, 2010.

GILES, Thomas Ransom. **Introdução à Filosofia**. São Paulo: Edusp, 1979.

HAACK, Susan. **Filosofia das lógicas**. São Paulo: Unesp, 2002.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1989.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MARICONDA, Pablo Rubén. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. **Scientiæ Studia**. São Paulo, v. 4, n. 3, p. 453-472, 2006.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

OMNÈS, Roland. **Filosofia da ciência contemporânea**. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

OS PENSADORES. **Moritz Schlick e Rudolf Carnap**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985. (Coletânea de textos.).

POPPER, Karl. **Conjecturas e refutações**. Lisboa-Portugal: Editora Almedina, 2006.

_____. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2012.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

ENTREVISTA CEDIDA POR ANA LUISA JANEIRA A JOSÉ CARLOS LEITE E MAURÍLIA VADEREZ L. DO AMARAL

José Carlos Leite
Professor do Departamento de Filosofia e Programa de
Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
j.leite@uol.com.br

Maurília Vaderez L. do Amaral
Professora do Departamento de
Filosofia/Universidade Federal de Mato Grosso
mauderez@gmail.com

SOBRE A ENTREVISTADA E AS RAZÕES OU MOTIVOS DE SUA VIAGEM À CUIABÁ

Ana Luisa Janeira é professora aposentada da Universidade de Lisboa, onde atuou junto ao Departamento de Química e Bioquímica da Faculdade de Ciências da cita Universidade. Foi co-fundadora, primeira coordenadora e investigadora do Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa (CICTSUL).

O foco de sua investigação e ensino voltou-se para temáticas comuns às de seus entrevistadores, com destaque para a problemática foucaltiana (especialmente as que versam sobre a questão do sujeito/objecto; espaço/tempo, texto/contexto).

Outros temas comuns estão relacionados com o que por aqui se denomina etno-conhecimento ou etno-ciência. Qual seja, conhecimentos ou saberes quotidianos que sobrevivem e resistem, num mundo dominado pela ciência ou pela tecno-ciência. Qual sejam, ainda, conhecimentos herdados da chamada tradição, transmitidos geralmente por via oral, e que sobrevivem ao arrepio das ciências e das técnicas modernas. Assim, a busca pelo porquê da sobrevivência destes saberes e fazeres tem sido dominante nos seus trabalhos mais recentes.

A vinda e o encontro com a Professora Ana Luísa redundaram numa rica experiência e troca de conhecimento (que promete se repetir no futuro) com pesquisadores (docentes e discentes) que actuam na linha de pesquisa Filosofia da Ciência e Epistemologia, do Departamento de Filosofia e do Mestrado em História.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 10
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

Vindo regularmente ao Brasil, nos últimos vinte anos, em 2003, o itinerário incluiu uma visita a Cuiabá. O motivo dessa inclusão dá-se pelo facto – apontado por ela – de que muitas das expedições científicas (algumas denominadas "viagens filosóficas") que ocorrerem nos três últimos séculos - se iniciavam, ou terminavam em Mato Grosso, nomeadamente em Cuiabá.

Veio a convite do Departamento de Filosofia, para conduzir os trabalhos do VIII Colóquio de Filosofia. Este colóquio esteve sob a coordenação da Professora Josita Priante. Tendo ocorrido entre os dias 05 a 07/08, de 2003, contou com o apoio de outros membros da linha de pesquisa Filosofia da Ciência e Epistemologia do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Mato Grosso e com o apoio institucional do Programa de Pós-Graduação em História.

Neste contexto, ministrou palestras relacionadas com a problemática da "Inovação-Tradição-Globalização", com enfoque na Epistemologia dos conceitos de Espaço e Tempo. Tratou também de temas voltados para uma área disciplinar concreta: a História das Ciências e a Filosofia das Ciências; ou também, na óptica da realidade quotidiana actual, tendo a Cybersociedade e Cybercultura como campo de discussão privilegiada. Finalmente, no dia 13/08, abordou o tema "Globalização e o lugar da diferença no mundo contemporâneo", num evento denominado Papo Cerrado, no espaço do SESC Arsenal – um dos parceiros da UFMT, na viabilização da sua vinda a Cuiabá.

Pelas temáticas abordadas, pode inferir-se a rica contribuição para a construção de uma nova episteme, especialmente no tocante às interfaces entre a Filosofia e Ciências. Além da entrevista referida, os interessados podem consultar artigos e relatos de projectos, de que é coordenadora, nas Revistas Atalaia – Intermundos e Episteme.[1]

Após a realização das actividades referidas, concedeu uma entrevista aos docentes e pesquisadores José Carlos Leite e Maurília Vaderez L. do Amaral. A entrevista teve por base um roteiro elaborado previamente (composto por cerca de uma dezena de itens).

Posteriormente, a entrevista passou por uma revisão de Ana Luisa.

Segue a entrevista

Fale um pouco sobre a sua trajectória intelectual e profissional: a graduação, mestrado, doutoramento, agregação...

Bom, relativamente a todo esse percurso e numa retrospectiva geral, encontro-me num trajecto com alguns pedregulhos, mas sempre com uma bela paisagem à volta.

Primeiro, frequentei a Universidade de Coimbra. No fim do primeiro ano, apanhei o que se chamava, na altura, um esgotamento; diria mais uma crise de maturação, provocada pelo facto de ter saído pela primeira vez da minha cidade natal, o Porto. Ir para Coimbra e nesse ano ter deflagrado o início da crise académica, perturbou-me. Entretanto, foi recriada a Faculdade Letras do Porto, que Salazar tinha mandado fechar, por razões ideológicas. Quando foi restaurada, houve um aspecto que constituiu um pano de fundo importante para o clima cultural que ali se viveu, no início: os alunos quando chegavam à Faculdade tinham frequentado quase todos, outros cursos. Sendo um pequeno grupo (uns 20 em História e uns 20 em Filosofia), havia um contacto próximo com os professores. Quer dizer, tínhamos facilidades de convívio entre nós [exemplos dos mais destacados – já desde então com posições muito diferentes (o que tornava as nossas discussões, dentro e fora das aulas, interessantíssimas) e depois bem conhecidos, em quadrantes variados, naturalmente – José Mário Branco, o cantor, Zeferino Coelho, director da Caminho, Luís Adão da Fonseca, catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Francisco Melo, director do Avante, José Carlos Costa Marques, candidato a Presidente da República pelos verdes há uns quinze anos, D. Januário Reis Torgal, bispo castrense] e com os professores, os quais

tinham uma preocupação grande de passar cultura, mesmo fora das aulas Cultura e ainda, as regras, as normas, os princípios, os símbolos da instituição... ; aspecto que, ao longo da minha vida sempre privilegiei e que é uma coisa que se perdeu quase completamente. Os mestres tinham essa preocupação: não só de ensinar, mas de nos preparar para a vida futura, nomeadamente para quem tinha maior propensão académica. Trata-se de um aspecto importante, que faz falta, e que vejo desaparecido da Universidade portuguesa. Pois era, davam-nos a aprender como nos inserir na instituição, nos ritos universitários, como nos comportar em situações de debates ideológicos, em situações de colóquios... Além disso, uns tantos eram preparados, ao longo da formação, para situações precisas da investigação e docência.

Como tenho dito por várias vezes, teria sido uma "medievalista", pelas minhas afinidades com as matérias da Cultura Medieval, da Filosofia Medieval. Porém, quando me deparei com a Filosofia Moderna e Contemporânea, acabei por ficar nela. Isso correspondeu a uma adesão que me levou a propor uma situação pouco familiar: uma mulher com tema da tese de licenciatura. Na altura, chamava-se de tese de licenciatura, hoje seria dissertação de mestrado. Propus Simone Weil, uma pensadora francesa importante, mas muito pouca conhecida entre nós. E deparei-me com algumas perplexidades: pelo que, no próprio dia da defesa, logo a primeira pergunta, feita pelo Professor Eduardo Soveral, me questionava se não conhecia nenhum homem que me agradasse na História da Filosofia, Não fiz essa escolha por uma atitude feminista, e até por isso mesmo, nunca me passou pela cabeça que uma mulher não pudesse ser tema de uma dissertação.

Afortunadamente e para grande felicidade minha, contara, desde sempre, com a grande abertura do Professor Júlio Fragata, que aceitara ser meu orientador. Com efeito, passou-me a mensagem de que poderia, e deveria continuar a não abandonar, os temas que quisesse, porque todos os temas eram passíveis de ser temas de Filosofia. Como contrapartida, deveria ser ainda mais exímia na abordagem teórica e na metodologia. Evidentemente que a escolha de uma pensadora me obrigou a articular muito bem o rigor filosófico com o objecto em questão. Porque, embora se possa dizer que Simone Weil é uma filósofa, terei tendência a achar que é, predominantemente, uma pensadora. Seja filósofa, seja pensadora, tinha um pensamento tão original, tão fora dos esquemas académicos e da França da época, que fui obrigada a desenvolver as minhas capacidades metodológicas, por forma a que o tratamento que lhe dava fosse indiscutivelmente filosófico.

Apesar disso, fui convidada para assistente da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Não aceitei porque percebia perfeitamente que sendo a primeira aluna que acabava o curso, isso implicaria, naquele momento, estar sujeita a algumas "domesticações", que não me via capaz de aceitar. Para superar o facto, tinha pedido uma bolsa ao Governo Francês, para fazer doutoramento em Paris sobre Teilhard de Chardin, uma vez que em Portugal era proibido. Logo, ou teria a bolsa para a França ou teria que mudar o tema, e eu não queria mudar. Nessa base, a minha argumentação junto ao Adido Cultural da França foi forte. Homem muito inteligente e conceituado defensor da cultura lusa-francesa, M. Robert Bréchon percebeu o meu desejo. Além disso, minha postura era a de alguém muito firme no que queria, apesar de só ter 23 anos.

Vou para França. Aliás, entretanto ouvira muitos comentários na Universidade do Porto: "como é que, com uma bolsa pequena, não tinha preferido aceitar ficar pela situação de assistente"!!! Mas não me deixei seduzir por isso, nem pouco mais ou menos. Porque sentia com muita nitidez: ou desenvolvia as minhas características pessoais, e vinha já doutorada, ou seria francamente sujeita a um processo que não iria aguentar. Além de acreditar no que queria, uma certa rebeldia... Fui trabalhar sobre Teilhard de Chardin, com

um espírito muito exigente, que veio a ser, depois, o único filósofo francês na Académie Française, o Professor Henri Goulhier. Pormenor interessante: além de especialista em Pascal, era também de Filosofia do Teatro, umgentleman presente em todos os espectáculos parisienses de bom teatro.

Outro aspecto que se transformou num prerrogativa: trabalhar com um filósofo não-teilhardiano. Num mundo dividido entre os prós e os contras do autor do Phénomène humain, tratava-se de uma pessoa sólida, culta e aberta, o único que aceitava orientar um doutoramento sobre o "jesuíta evolucionista", em toda a França. E com esse comportamento, diga-se a verdade, acabava por ajudar a desenvolver a reflexão e a crítica, bem mais dos que reagiam só por conservadorismo e medo.

Para além da pertinência dos seus comentários e conselhos, lembro de me dizer, uma vez, assim: "Teilhard tem de ter lido Duhèm; toda gente o lia na época". E não é que, mal começo a intensificar o meu estudo, verifico que o seu primeiro trabalho publicado, ainda estudante no secundário, tinha sido sobre o físico mencionado pelo meu orientador… Nunca me esqueci de como uma pessoa com uma visão ampla me orientou, seguindo um tipo de raciocínio como este: "um homem que viveu num determinado país, em determinada época, com determinadas preocupações, certamente que leu determinados autores". (Quantas vezes afugentamos, injustamente, situações como esta, por estarmos manietados pelos especialistas?)

Encontrávamo-nos de quinze em quinze dias, durante uma tarde, ao longo de mais de ano e meio. Seguiu tudo a pari passo, mas nunca leu nenhum texto meu. Na época e em França, não era comum mostrar textos escritos aos orientadores. Conversávamos com eles, profundamente, mas os orientadores só viam as teses no momento em que a secretaria da universidade lhes enviava o volume concluído. Assim, não interferiam directamente na produção escrita. Falavam connosco, tinham a capacidade de, numa dada altura, afirmar: "chegou o momento de escrever", "chegou o momento de entregar", mas não havia nada que significasse correcção do texto. Sob este aspecto, era nosso, só nosso. Uma imensa responsabilidade. Aspecto que, entretanto, se alterou completamente.

Quando tudo corria bem e os orientadores assumiam a função, era muito interessante, porque, apesar do muito trabalho e da tensão da prova, estabelecíamos um diálogo permanente e recebíamos orientações, para a tese e para a vida. Via de regra, como mestres muitos deles, passavam mensagens, na forma como reflectiam e actuavam. Quando regressei a Lisboa, sentia-me feliz e perfeitamente preparada para arcar com a vida académica. Quando voltei, tinha a sensação de estar. O que se diz, formada.

Na ocasião, resolvi optar por um caminho, possível na época, e dedicar-me a escolher bem onde é que queria trabalhar. Por indicação da Professora Manuela Silva e a meu pedido, falei com várias pessoas. Num país sem liberdade de pensamento, não queria nada ensinar Filosofia. Estava, pois, com a sensação de que queria fazer outra coisa. Fui para o Gabinete de Investigações Sociais, dirigido pelo Professor Adérito Sedas Nunes, o iniciador das Ciências Sociais, entre nós. Éramos uns doze investigadores, trabalhávamos todos num mesmo espaço concreto, mas éramos pagos por instâncias diferentes, eu, por exemplo, recebia pelo Conselho dos Ministros. Uma realidade curiosa, um sistema com potencialidades: eu era a única filósofa, havia dois economistas, um engenheiro químico, uma engenheira agrónoma, uma de germânicas e outra de românicas, etc.. Tínhamos por regra respeitarmo-nos uns aos outros e, nessa base, comecei a perceber, principalmente durante as reuniões, como a Filosofia se articulava com tudo, o que às vezes não acontecia com as demais formações. Maravilhava-me ver como poderia ser importante, no diálogo entre as diversas disciplinas! E também por aí, me veio, por certo, o interesse

remanescente pela interdisciplinaridade.

Ao fim de dois anos, comecei a compreender que precisava mesmo de fazer uma preparação orientada para História e Filosofia das Ciências. A maneira mais próxima que encontrei foi concorrer para um leitorado. Isto é de referir para chamar atenção que, na altura, os leitorados eram uma das formas de podermos ir mais longe, fora de Portugal: íamos para ensinar Português, mas, se assim o quiséssemos, era-nos possibilitado fazer uma especialização. Por conseguinte, um bom esquema para quem queria mergulhar no mundo do trabalho, e não eternizar a situação de bolseira. Acho que fui escolhida por ser mulher: ocorre que havia uns litígios no leitorado na Université de Montpellier III, para onde fui, e no Instituto de Alta Cultura acharam que seria a mais indicada para resolver os litígios que havia entre a hierarquia francesa. Podia escolher frequentar várias disciplinas, gratuitamente. Fui falar com professores de Filosofia e deixaram-me assistir às aulas. Claro que na condição de leitora não deveria haver grande diferença entre nós, uma vez que éramos colegas, contudo, assumi uma atitude de aluna a cem por cento: nunca faltava e fazia todos trabalhos. Foi então que me iniciei na Escola de Bachelard, porque as aulas que mais frequentava eram de discípulos de Georges Canguilhem e naturalmente influenciados por Gaston Bachelard.

Depois, pareceu-me que também seria interessante fazer uma especialização, pelo lado inglês. Em 1973, fui criar o leitorado de português na University of Sheffield. Durante esse ano escolar, deu-se a Revolução dos Cravos. Tinha sido meu ponto de honra, recusar ensinar Filosofia em Portugal durante o período salazarista, mas com a revolução de Abril senti que se me propiciassem um espaço para ensinar, até poderia ser interessante. No imediato, fui trabalhar para o Instituto de Alta Cultura, onde comecei a familiarizar-me com a vertente da investigação científica em Portugal, complemento sociológico para os meus interesses epistemológicos. Por isso mesmo, com a extinção do IAC, pedi para ir para o Instituto Nacional de Investigação Científica. A certa altura, surgiu uma luz: um decreto permitiu-me continuar técnica do Ministério da Educação, no Instituto de Alta Cultura, e, simultaneamente, ensinar no ensino superior. Espero que a síntese que estou a fazer não dê a parecer que foi muito fácil, porque não foi. Evidentemente que era complicado para a mentalidade vigente que uma funcionária pública fosse dar aulas para uma universidade. Felizmente houve um presidente do INIC (Professor Domingos de Moura) e um Secretário de Estado do Ensino Superior (Professor António Brotas) que perceberam o meu caso. Logo, depois de bastantes complicações burocráticas, quanto à forma de se processar o meu vencimento, e algumas invejas, fui dar aulas para a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Entrei por força de uma meia dúzia de alunos (realço a Ana Maria Simões, que veio a ser investigadora na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e a Filomena Freitas, actualmente professora do Departamento de Química da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, logo minha colega, actualmente) dinamizados pela Clara Magalhães, hoje Professora na Universidade de Aveiro. Desde logo, houve uma grande conivência entre mim e os alunos; porque só entrei de facto, pela vontade deles; os colegas concordaram, mas a preocupação com a interdisciplinaridade só existia nos estudantes. Comecei a leccionar Filosofia das Ciências, depois Sociologia das Ciências, a seguir ministrei História das Ciências e Ética das Ciências e das Técnicas; num determinado período leccionei ainda História do Pensamento Biológico.

Ao longo deste tempo, já lá vão 25 anos que estou na FCUL, ganhei uma forma própria de estar no conhecimento e na universidade: por um lado, quando falam da "minha escola" não sei qual é, porque andei no Porto, por Coimbra e Paris, e estou numa faculdade que nem sequer é da minha área, mas consegui uma postura interdisciplinar, no que esta exige de esforço e utopia; por outro lado, sinto que estou mais desperta para problemas que vejo quando

entro num Laboratório de Química ou quando vou a uma conferência de um colega meu de Matemática, do que para os problemas habituais dos meus colegas de Filosofia, inseridos nas Faculdades de Letras ou nas Faculdades de Ciências Sociais e Humanas. Resumindo, o que fui aprendendo, ao longo destes anos? A ciência não é o que o positivismo levou a crer e fez crer, nos nossos países. É um rigor. Não é o rigor. Na verdade, tenho conseguido fazer passar que a Filosofia também é um rigor, que a História também é um rigor, e que todos temos que nos respeitar. Isto muito apoiado no trabalho de investigação, claro.

Por conseguinte, a minha forma de estar decorre de um trabalho sério, do ponto de vista teórico. Não me sinto marginalizada, mas estou nas margens. Coloquei-me numa posição servida por um posicionamento reflexivo e um pensamento crítico.

O que significou, em sua trajectória intelectual, vale dizer também em sua vida, a vivência de Maio de 68, em Paris.

"Sou de Maio de 68 e quero continuar a sê-lo". Sendo assim, o que significou esse Maio? Significou um período crítico, complicadíssimo. Havia saído de um Portugal salazarista-marcelista, com todas as implicações inerentes. Com um Primeiro-Ministro que dava certa abertura... mas não passava de pequenas reformas, sem mudar o sistema. Logo, Maio de 68 foi impressionante, pelo que pude viver de contradições, de dificuldades, de conflitos, de novidades, toda uma movimentação social nunca vista... Era uma movimentação que contrariava tudo aquilo que tinha vivido antes, por educação, por princípios... Por isso, uma forma complicada de interiorizar, emocionalmente. Não posso considerar-me que tenha sido uma pessoa que aderiu logo. Mas vivi-o, desde logo, no corpo e na alma. Com os dias, comecei a sentir que estava vivenciando mudanças, por dentro de mim. E que teria que me assumir como tal, porque tinham ocorrido acontecimentos marcantes, acontecimentos que iria ser determinante em muitas outras atitudes futuras. Com efeito, até hoje, há coisas que penso e faço com ecos de 68.

Em conversa anterior você dizia que em sua formação – nomeadamente no mestrado e doutoramento – dois conceitos chaves estiveram presentes: o de vazio (explorado na investigação do pensamento de Simone Weil) e o de energia (este presente na investigação do pensamento de Pierre Teilhard de Chardin). Poderia falar sobre eles. O conceito de energia parece que persiste ao longo da história da Filosofia/Ciência não apenas ocidental - Aristóteles tratou dele, na China Antiga temos o ki ou chi, no século XIX marcou a termodinâmica, com Einstein o mesmo passa a ser fundamental para se compreender a natureza; ele é retomado em Teilhard de Chardin, sob nova perspectiva, se não estou equivocado. Mas, em que pese o mesmo ser tão falado hoje em dia, ele ainda comporta uma aura metafísica. A pergunta é: será que algum dia ele poderá vir a ser compreendido?

Bem de facto, essa importância (vou concentrar-me unicamente a nível pessoal), atribuo-a, porque só com o tempo me apercebi quanto o conceito de vazio - no caso de Simone era chave - como o conceito de energia - também fundamental em Teilhard – têm a ver comigo. Penso – houve alguém que me ajudou a pensar nisso, mas não sei bem quem – que tenho vivido essa questão do vazio e da energia, de uma forma integrada. Intelectualmente, sou uma pessoa com muita vivacidade, mas a minha estrutura física tem, muitas vezes, dificuldade de acompanhar a minha resistência psíquica. Tenho uma energia intelectual grande - que foi treinada, evidentemente - não se nasce assim, mas há tipos de educação que a favorecem. De momento, estamos a sofrer do contrário: a ausência de uma educação que a treine. Fui muito treinada pelas instituições escolares, onde andei, a trabalhar com energia e com disciplina: não é preciso trabalhar demasiado, mas trabalhar com disciplina e fazer as coisas por prazer, diziam-me. Talvez achem um

pouco estranho, mas raramente trabalho numa coisa sem prazer. Fazia parte da educação, mesmo a nível do primário, que precisávamos de fazer as coisas com gosto. Lamento que se tenham perdido esses quadros formativos. Foi desde criança que me habituei a ser organizada. Desde o ensino primário, por exemplo, nunca era interrompida quando estudava; em casa, quando começávamos a preparar as lições, nunca éramos interrompidos - nem eu nem os meus irmãos –. Um clima de respeito absoluto pelo gesto de estudar Acho que as pessoas se preocupam pouco com o espaço onde a criança estuda, onde terá o seu canto de trabalho. E isso parece básico para todo um conjunto de situações que mais tarde já não se podem corrigir, por se tratar de hábitos que talvez não se possam adquirir mais. Por opção - acho que não é por acaso que trabalhei dois místicos - percebo que serei tanto melhor no contacto com os outros, quanto tiver um certo isolamento, os meus momentos de reflexão, a minha escrita. Em harmonia, com o tempo para as outras pessoas, nas relações de amizade, nos convívios, nas aulas, nas viagens... Logo, no meu quotidiano, não prescindo da minha escrita disciplinada. Sempre que posso, trabalho nela, de quatro a cinco horas por dia, no mínimo. Evidentemente que há uma escrita que tem a ver com projectos em equipe, nomeadamente interdisciplinares. Além dela, gosto de ter sempre um projecto meu, no qual trabalho sozinha. Esta harmonia tem sido relativamente fácil de conseguir. A equipe levanta outro tipo de dificuldades, porque lido com outros ritmos. Sou uma pessoa que diz "posso", "não posso". Geralmente noto que as pessoas dizem que estão dispostas, que podem fazer, mas acabam por não fazer ou fazer demasiado tarde, sem respeito pelos prazos. Isso cria - no meu estilo concreto - uma dificuldade muito grande. Não sei se alguma vez me adaptarei a essas diferenças de ritmo que, também são, muitas vezes, falta de ritmos da própria qualidade, na produção.

Todavia e curiosamente, acho que a maior opção que fiz não foi propriamente em prol da vida intelectual. Foi esse meu espírito andarilho pelo mundo. Isso é que foi determinante para o resto. Não foi por razões intelectuais que fiz certas opções e escolhi certas exigências. Acho que não sou consumista por uma opção bem vivenciada, aquando da viagem: com uma mala na mão, não se pode ser dado à posse.

Maurília Valderez - Gostaria de retomar um fala sua - tocada logo no início da entrevista – onde você faz uma distinção entre o filósofo e o pensador. Penso ser extremamente pertinente - principalmente para aqueles que se dedicam à Filosofia. É uma distinção que outros pensadores fazem na própria tradição filosófica. Como Heidegger, por exemplo, e Nietzsche também. O próprio Foucault menciona a distinção do campo da Filosofia e do pensamento. Deleuze também fala da questão do pensamento como sendo mais importante do que a questão da Filosofia, remetendo à História da Filosofia.

Às vezes pressente-se mais uma distinção do que se sabe explicá-la. Terei tendência para considerar que o filosofo é, genericamente, aquele que conhece por dentro a tradição, no âmbito da qual o filosofa. E essa tradição tem determinadas linhas, determinadas normas, determinadas contradições e ambiguidades, é um corpo, um corpus de conhecimento que se forma, alicerçado ao longo dos tempos e com figuras maiores - que são os filósofos. Isso não quer dizer que uma pessoa - com formação em Filosofia - não possa tornar-se um pensador. E assim questioná-la, a ponto de achar de não entrar nos limites que a tradição lhe impõe, e de quer extravasar. Neste caso, diria, torna-se pensador. Por exemplo, no caso da Simone (no caso do Teilhard de Chardin não tem grande formação em Filosofia propriamente dita) ela é uma agregée em Filosofia. Fez todos os percursos – num país que não é um qualquer, mas a França – apresentando uma formação de base muito forte. Todavia parece ter preferido ser pensadora, talvez porque a grelha onde se desenvolvia a Filosofia não se coadunava com a sua personalidade e com o que esperava da vida? Até é capaz de ser mais difícil ser

pensador, quando se tem formação em Filosofia, do que quando se começam a articular certos conhecimentos, certas reflexões, sem as limitações filosóficas tradicionais. Não querendo ser mal interpretada, avanço que, no limite, talvez possa dever ser precisa uma melhor formação em Filosofia, quando se trabalham pensadores, do quando se trabalham filósofos consagrados.

Você defende como sendo muito salutar a pluralidade, a diversidade de ideias, de saberes, de fazeres. Sua actuação profissional revela este fato. Uma filósofa trabalhando num Departamento de Química. Vê alguma proximidade entre seu pensamento e o de Michel Serres (também filósofo da ciência), no tocante àquilo que este defende na obra O Terceiro Instruído (ver SERRES, Michel, (1993). O Terceiro Instruído, Lisboa: Instituto Piaget) traduzido em nosso meio por Filosofia Mestiça? Acho muito rica a analogia que ele faz da cultura ao lançar mão da imagem/metáfora do arlequim (palhaço com uma roupa multi-colorida). Sua roupa seria a imagem da multiplicidade - salutar para o mundo actual, conforme Serres preconiza? Qual a proximidade intelectual entre vocês – se é que existe?

Não conheço essa obra de Michel Serres. Mas com base noutros escritos, direi que tem uma postura semelhante. Mas nunca fiz grandes aproximações com o pensamento dele. Tenho a obra, sem nunca ter um convívio, mas sempre que o leio, encontro-o interessante. Além disso, representou um momento forte da Filosofia da Ciência na França, onde desbravou um campo aberto, articulado com outros conhecimentos, e indo além de outros pensadores da escola de Bachelard, por exemplo.

Quando foi que lhe ocorreu que as expedições científicas dos três últimos séculos ao Brasil – também chamadas de "viagens filosóficas" no século XVIII – poderiam ser objecto de interesse de investigação filosófica? Você poderia apontar a causa (ou razão) deste seu interesse? O que a atrai tanto ao Brasil; que a fez regressar aqui nos últimos 30 anos? E por que agora também Cuiabá, o Pantanal, neste seu itinerário/roteiro de 2003?

Noto que é mais do que evidente como as expedições tiveram um papel fundamental, dentro da História das Ciências da Natureza em Portugal. Agora, como é que chego lá? Cheguei lá porque a certa altura – nomeadamente com a aproximação à realidade cientifica brasileira – verifiquei quanto essa presença – presença significativa da Ciência portuguesa no Brasil (e também, claro, em África e no Oriente) – passou pelas expedições. Paralelamente, como sou nómada, com uma forte componente de viajante nos neurónios e veias, sei que isso me motivou, obviamente. Mas foi por um pedido da Professora Heloisa Domingues, do Museu de Astronomia do Rio de Janeiro, que me comecei a concentrar nesta questão? E por quê? Porque é que a questão me fascinou? Porque começava com uma "viagem filosófica". Quer dizer, creio que nenhum filosofo poderá ser indiferente ao facto de terem existido viagens – a que a partir de um determinado período e com certas circunstâncias, nós apelidamos de expedições cientificas – que passaram pela designação de "viagem filosófica". Que encanto!!!

E depois, quando percebi como trabalha o Laboratório da Biosfera da Amazônia, perguntei-me: como é que se processa a investigação? Em que termos é feita? De que natureza são as colaborações que têm em São Paulo, Estados Unidos da América e na Alemanha? Mais ainda: porque teremos um conceito que em três séculos realmente se alterou tanto? Porque é que, hoje, não continuamos a usar a expressão viagem filosófica? Ou seja, da viagem filosófica ao programa espacial, o que fez alterar o contexto? Ou ainda, quais são os componentes da viagem filosófica que não existem mais no programa espacial? E o que é que o programa espacial tem, como composição e como atitude, que não havia na época? Nessa perspectiva, passei pelas expedições. Passei também por certas questões levantadas pela presença forte da Amazónia, como objecto científico, na actualidade. E acho que

daí resultaram alguns encantamentos... Como, em última análise, a minha curiosidade pela vossa cidade. Assim, na medida em que verifiquei que, ao longo dos séculos, a maior parte das expedições começou e acabou aqui, realizei que tinha que vir até cá. Cuiabá surgiu, assim, como um nome fascinante, qualquer coisa de aventura, que tinha início e terminava neste lugar. Daí ter vindo conhecer-vos.

Você falava em outra ocasião que a ciência dos nossos dias já não é compreensível para o não-especialista. Já não conseguimos apreender a ciência pós-newtoniana. Isto não implicaria que mesmo para as pessoas escolarizadas (digo aquelas que têm oportunidade de chegar ao 3º grau) a ciência poderia ser uma outra espécie de mito? Explico: mesmo vivendo cercado pela ciência e seus produtos (estes que são filhos da técno-ciência e que cada dia mais invadem nossas vidas – vide as análises de Bruno Latour, em Jamais Fomos Modernos) não a compreenderemos hoje. Tal como foram os nossos antepassados que emergiram da natureza, viviam cercados por ela e, estavam (e estamos) acoplados a ela (a crermos em Maturana e Varela) e, no entanto, não a compreendiam. Daí o apelo ao mito.

Isto é o que nos queremos evitar que seja não é? Porque se a Ciência se conservar como mito, nós temos uma cidadania amputada. Quer dizer, enquanto não tivermos hipótese de saber o que está acontecendo na Ciência, somos ignorantes e, na medida que a Ciência é forte na polis, na política actual, não seremos cidadãos do mundo.

A minha maior preocupação com a cultura cientifica - no sentido que todos devem ter acesso a ela – é reconhecer que é uma obrigação da Universidade facultá-la e que, se isso não acontecer, não poderemos ter opiniões, porque não percebemos, não sabemos lidar, não estamos por dentro, minimamente, e consequentemente permanecemos à margem de decisões que nos respeitam. Reconheço que a comunidade científica tem algumas figuras mundiais importantes no desenvolvimento da cultura cientifica, mas há muitos dos seus membros que estão interessados em manter o mito, a mistificação, o mistério. E apresentar a ciência como espectáculo, por exemplo, na forma como os museus interativos muitas vezes a representam: um cultivar do mito e cultivá-lo da pior maneira, sem sequer ir âmago do que a Ciência é.

Tem insistido da importância do espaço em suas investigações recentes. Daí seu foco nas expedições, paisagens, cartografias... Poderia falar sobre o que a levou para o universo da espacialidade (exterioridade) em detrimento da temporalidade (interioridade). Isto seria uma espécie de reacção a uma filosofia de marca cartesiano-kantiana, se é que se pode assim se expressar?

Sim, reacção houve. Agora foi muito favorecida por dois factores: por um lado, por ser de uma família onde o espaço construído é importante: meu avô era construtor civil, meu pai arquitecto, irmão arquitecto, sobrinho arquitecto. Isto é, lidei desde muito cedo, com situações espaciais. Chamavam muitas vezes a minha atenção para a organização de uma cidade, a organização de um edifício, a importância do espaço, a especificidade da decoração de um espaço. Ou seja, na minha educação o espaço foi fundamental. Mas embora fosse um movimento reivindicativo, com elementos de pluralidade no século XX, só tarde me apercebi de modo explícito do seguinte: no meu quotidiano, manter o espaço da casa entrava na minha estética, mas não entrava na "minha filosofia", onde dominava dominantemente o tempo. Contactar com Michel de Foucault, com o seu pensamento, levou-me a tomar consciência da importância estruturante do espaço. Forte componente. A partir daí, comecei a tratar de edifícios, cidades... e agora até já estou nos territórios, como na questão da Amazónia: principiei com a Filosofia ligada ao edifício da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, na altura. Depois, passei à Sétima Colina, em Lisboa, e à

questão dos Sete Povos na América do Sul; fui andando, andando, e agora o conceito talvez que sinta mais próximo, mais fascinante, é a própria definição de território na Amazónia, aqui tão perto.

Ainda fazendo uma conexão com a pergunta anterior, vê alguma identidade entre suas pesquisas (que busca privilegiar os seres em sua espacialização) e o chamado naturalismo epistemológico – uma corrente de pensamento que surgiu já no tempo dos pré-socráticos, mas que foi retomado com muita força nos anos 50 do século XX como uma espécie de reacção à concepção que se poderia chamar de frege-wittgensteineana (concepção esta que, mesmo correndo o risco de simplificá-la pode-se dizer que privilegia a linguagem e deixa de lado as "falas" do mundo, os "dizeres dos corpos", desconsiderando os afectos, em suma)?

Não sei como é, talvez até nem seja procurado. Quer dizer, no momento pode ser uma consequência, consequência de outras procuras. Mas confesso que já estou cansada, para poder continuar. Para terminar, formularia o desejo de continuarmos ligados e de realmente se possibilitar um elo de trabalho, com corpo e alma, entre Lisboa e Cuiabá.

Outras informações sobre Ana Luísa Janeira (projetos, textos...) estão disponíveis em <http://triplov.com/ana_luisa/index.html>.
Ver também,
I - Formas de viver, formas de pensar, formas de habitar - – ciências, técnicas e saberes. Disponível em: <www.saberes.no.sapo.pt e www.fazeres.no.sapo.pt>
II - As ciências modernas à descoberta do mundo - sub-projectos:
- O espaço e o tempo no Japão. Disponível em <www.triplov.no.sapo.pt>;
- A territoralização científica da Amazónia (sécs. XVIII-XXI).
Disponível em <www.amazonia.no.sapo.pt>;
- Viagens com destino nas ciências.
Disponível em <www.cienciaeviagem.no.sapo.pt >.

Acessos em 28 de ago. de 2013

NOTAS

[1] *Atalaia-Internundos*, (nº 6-7, Lisboa: Univ. de Lisboa, 2002,) e Episteme (nº 15, Porto Alegre: URGS, 2003).

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

OS FIOS E SEUS TEARES: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL EM ALAGOAS NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Ivo dos Santos Farias
Doutorando em Ciências Sociais pela
Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
(UNESP) – Marília/SP
ivofarias10@hotmail.com

RESUMO

A partir do século XVIII, boa parte do mundo passa a sofrer significativas mudanças, principalmente por conta da Revolução Industrial europeia, a qual ampliou a produção e o consumo, trazendo novas configurações e transformações estruturais em diversos territórios. Dessa maneira, o século posterior trouxe, para o Brasil, o surgimento de novas regiões, a expansão agrícola para exportação de matéria-prima e o tímido experimento da implantação de indústrias (com mais ênfase para as têxteis). Assim, procuraremos compreender como esta nova conjuntura proporcionou as condições necessárias para a formação do capitalismo na província de Alagoas na implantação de sua primeira indústria têxtil, a União Mercantil, em 1857, no povoado de Fernão Velho. Faremos também uma análise sobre os arranjos das elites locais, marcados por rupturas e permanências e perpassaremos sobre as possíveis origens do proletariado têxtil alagoano.

Palavras-chave: Indústria têxtil. Capitalismo. Alagoas.

ABSTRACT

In the eighteenth century, the world is suffered significant changes due to the European Industrial Revolution, which increased production and consumption, bringing new features and structural transformations to various territories. Thus, the following century brought to Brazil the emergence of new regions, expanding agricultural export

of raw materials and the shy experiment of deploying industries with emphasis on textiles. This article tries to understand how this new situation provided the conditions necessary for the formation of capitalism in the province of Alagoas, and the emergence of the first textile industry in 1857, Union Mercantil, in the village of Old Ferdinand. We will also analyze the arrangements and structures in local elites, marked by ruptures and continuities, including hypotheses about the possible origin of the textile proletariat in Alagoas.

Keywords: Textile industry. Capitalism. Alagoas.

INTRODUÇÃO

Podemos considerar que a segunda metade do século XIX representou o período de formação do capitalismo em Alagoas, na medida em que se alicerçaram os primeiros ensaios de uma nova ordem social marcada por mudanças e permanências nas estruturas de dominação. Este espaço de tempo é marcado pela Emancipação Política de Alagoas, em 1817 (desvinculando-se definitivamente da então província de Pernambuco); a mudança da capital administrativa para a comarca de Maceió, em 1839; a instalação das primeiras indústrias têxteis (a primeira fundada em 1857), indústrias de calçado, de sabão etc.; e também pelo desenvolvimento da burguesia comercial, principalmente nas imediações da região do porto marítimo de Maceió.

A partir da exposição desses dados, somos norteados pelas seguintes questões: de que forma se alicerçaram as bases dessa modernidade capitalista em Alagoas? Quais atores políticos, econômicos e sociais, externos e internos, estiveram presentes para a constituição dessa nova ordem? E qual o peso da indústria têxtil dentro desse contexto?

A fim de respondermos a tais indagações, recorremos à contextualização histórica dada pela expansão da indústria capitalista da Europa Ocidental, junto à dominação inglesa, e buscamos compreender os impactos destas transformações para o Brasil, para a região hoje denominada Nordeste brasileiro e, mais especificamente na província de Alagoas. Dessa maneira, apresentamos os trâmites internos das forças políticas e econômicas dominantes, que estiveram em jogo para a fundação da primeira indústria têxtil de Alagoas, no ano de 1857, por José Antônio de Mendonça, o futuro Barão de Jaraguá.

É importante deixarmos claro que neste artigo não enfatizamos o papel do movimento operário enquanto único objeto de análise, porque nossa intenção é perceber como a classe dominante articulou suas forças para a implementação da indústria têxtil em Alagoas. O operariado estava ainda em seu período embrionário e, apesar de já existirem algumas organizações de trabalhadores em Alagoas, durante a segunda metade do século XIX (inclusive Sociedade Beneficente Proteção Auxílio da Cia. União Mercantil, fundada na década de 1870), estas possivelmente não interferiram significativamente sobre as estruturas dominantes.

Portanto, para entendermos as especificidades de Alagoas no século XIX, devemos estar atentos ao fato de que, após 300 anos em que este território esteve utilizado para exploração colonial portuguesa-escravocrata, baseado na economia agrícola, somente agora começaram a aparecer nesta província (ainda assim de forma bastante tímida) novos elementos para a sua constituição política, econômica e social, as quais acarretaram a formatação de um novo tipo de dinâmica, marcada pela convivência mútua entre a escravidão (ou seus resquícios), as oligarquias canavieiras e a nascente burguesia comercial e industrial.

1. O BRASIL NA NOVA ORDEM INTERNACIONAL CAPITALISTA

A partir da segunda metade do século XVIII, a Europa Ocidental, tendo a Inglaterra como sua ponta de lança do desenvolvimento industrial-capitalista, conseguiu estabelecer de forma tão ampla seu aprimoramento técnico e tecnológico de sua produção,

que acabou por desembocar na denominada Revolução Industrial, a qual trouxe, em si, transformações radicais sobre as mais diferentes sociedades existentes no mundo, transformando assim "[...] a sociedade burguesa em seu conjunto (ENGELS, 2008, p. 45)".

Todavia, este significativo crescimento da grande indústria moderna rompeu acentuadamente com as antigas e isoladas corporações feudais europeias, na medida em que deu lugar à criação de um mercado que dominou o mundo ocidental e acelerou "[...] prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação" (MARX; ENGELS, 1977, p. 23), o que acentuou o caráter expansionista da burguesia e de seu capital. Junto a isso, viu-se a expansão da soberania política burguesa, representada pelo estabelecimento do Estado Moderno, que, apesar de ser precedente à Revolução Industrial, passou a ser ampliado para o contexto mundial, dando origem a diversos Estados-Nações.

Esta nova forma de organização política e econômica mundial, por sua vez, determinou a substituição de um modelo baseado no capitalismo mercantil – caracterizado pela presença de regiões coloniais, usadas basicamente para exploração exclusiva de suas metrópoles – por um capitalismo imperialista. Este novo modelo de capitalismo foi marcado pela constituição de "regiões", em que cada uma delas correspondia a "[...] uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição". (OLIVEIRA, 1981, p. 29).

Neste contexto, deixou de ser cabível a continuidade de espaços coloniais (ao menos em seu sentido mercantil), uma vez que cada nação passou a representar-se como gerenciadora política de sua burguesia interna. Surge, então, um mercado mundial, onde cada nação gerenciava seu próprio território político e econômico.

É interessante destacar que estes ajustes nas relações territoriais ocorreram devido à necessidade de o capitalismo imperialista fixar-se internacionalmente enquanto modo de produção dominante, pois na condição colonial-escravista, a relação capitalista não estava ainda propriamente completa, porque nas colônias não havia a presença do assalariado em contraposição ao dono dos meios de produção. Nelas, este último é obrigado a repassar diretamente os meios de subsistência para o trabalhador escravo, em vez do pagamento em salário (MARX, 1985).

Assim, na condição escravista (tal como na corveia) todo o

> [...] trabalho aparece como não pago [para o trabalhador]. No trabalho assalariado, ao contrário, mesmo o mais-trabalho ou trabalho não pago aparece como trabalho pago. Ali a relação de propriedade oculta o trabalho do escravo para si mesmo; aqui a relação de dinheiro oculta o trabalho gratuito do assalariado. (MARX, 1985, p. 130).

No modo de produção escravista, o fetiche da mercadoria ainda não se completou: nela, o fruto do trabalho não apareceu ainda com uma "impressão luminosa". Para que se consuma a relação de dominação capitalista, é necessário que o trabalhador tenha sua condição abstraída, ou seja, que as relações sociais não lhes apareça "[...] como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre coisas". (MARX, 1985, p. 71). Só assim se realiza consequentemente a extração de mais-valia.

Além do mais, com a necessidade de ampliação de produção, dada com o desenvolvimento das maquinofaturas e do aprimoramento das técnicas de produção, tornou-se cada vez mais necessário criar-se um mercado consumidor no qual cada indivíduo passasse a ter diretamente o poder de compra (entenda-se recebimento de salário para trocá-lo por mercadorias) sobre os produtos. Com o consumo individual, no lugar da compra em série – tal como

feito antes pelos donos dos escravos – cada mercadoria passou a ter lucro mais elevado para seu produtor. Com todos estes fatores, percebem-se os interesses da Inglaterra em acabar com o trabalho escravo na América, durante o século XIX.

Nesta conjuntura, diversas regiões (ou nações) entraram no ciclo de produção e consumo estabelecido pela industrialização da Europa Ocidental, tanto que, na primeira metade do século XIX, boa parte do mundo ocidental já estava posto sob radicais mudanças sociais, políticas e econômicas. Esse processo desencadeou uma divisão internacional do trabalho, onde as nações industrialmente mais desenvolvidas passaram a estabelecer regras econômicas e políticas sobre as nações industrialmente menos desenvolvidas.

Dessa maneira, países inteiros da América Latina passaram a se especializar na produção de matérias-primas, "[...] em função das necessidades dos países onde a revolução social burguesa foi feita, funcionando estes como fornecedores de várias linhas de produtos industrializados". (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 49). O Brasil, por exemplo, passou a investir de forma intensa na produção algodoeira, principalmente na região hoje denominada Nordeste e parte de São Paulo, de modo que entre os anos de 1780 e 1820 o Brasil se destacou como importante fornecedor de algodão para as indústrias têxteis da Inglaterra (STEIN, 1979).

A subordinação brasileira à burguesia inglesa ficou evidente ao vermos que, em 05 de janeiro de 1775, a Inglaterra impôs um alvará que obrigou a coroa portuguesa a proibir a produção de tecidos de algodão na colônia brasileira, permitindo-se apenas a pequena produção de tecidos para vestimentas da população pobre (STEIN, 1979; FOOT; LEONARDI, 1982). Tal mando é dado, obviamente, para evitar que o Brasil concorresse com as grandes indústrias inglesas.

Porém, a condição industrial brasileira começou a se modificar a partir de 1808, quando a Corte Portuguesa é transferida para o Brasil, adotando medidas liberalizantes quanto aos princípios de orientação referentes à indústria. Em 1814, foi instalada a primeira fábrica de tecidos em Vila Rica; em seguida aparecem outras pequenas e isoladas indústrias no Brasil, mas sua quantidade só começou e ser mais significativa entre os anos de 1885 e 1895 (FOOT; LEONARDI, 1982).

Nestas condições, podemos perceber que a entrada do Brasil no mercado internacional se deu de forma bastante dependente do capital e da política econômica inglesa. A timidez na implantação da indústria brasileira deixou claro seu papel de subordinação ao capital internacional liderado pela Inglaterra. Podemos observar a posição da indústria brasileira em relação à dos demais países durante o século XIX, quando vemos que, em 1866, o Brasil tinha apenas 9 (nove) estabelecimentos de fabricação têxtil, enquanto os Estados Unidos da América já haviam alcançado o posto de 1.000 (mil) estabelecimentos desse tipo (SIMONSEN, 1973).

Assim, o Brasil modificou também sua política interna. As "regiões" começaram a se reordenar. A antiga "região" colonial-escravocrata (hoje Nordeste) foi obrigada a remodelar suas estruturas frente às transformações internacionais apresentadas. Assim, ela foi esquematicamente substituída por uma nova região (enquanto centro produtivo da nação). Esta nova "região" foi a Centro-Sul, liderada por São Paulo (OLIVEIRA, 1981).

Daí a inserção de capitais e investimentos internos terem sido centralizados nesta nova região, dando vez às imigrações de europeus e japoneses como força de trabalho para lavouras de café e posteriormente para as grandes indústrias. Mas, como ficou a antiga região de produção colonial brasileira?

2. O "NORDESTE" ALGODOEIRO DO SÉCULO XIX

A região que hoje denominamos Nordeste brasileiro[1] passou por significativas transformações em sua estrutura econômica e social desde o fim do século XVIII, pois sendo o espaço que viveu mais intensamente o processo de colonização brasileira, com o nítido predomínio da cultura da cana-de-açúcar em regime escravocrata, esta região teve, então, a entrada de uma nova cultura,

que apesar de já existir desde antes da colonização, reaparece com novas características: a cultura do algodão.

Esta cultura algodoeira, servida essencialmente como matéria-prima para a grande indústria europeia, teve sua ampliação ligada a uma conjuntura conciliada entre a crescente demanda internacional pelo produto, principalmente pelos países industrializados, e pela decadência do preço do açúcar, dada entre fins do século XVIII e boa parte do século XIX.

Segundo Francisco de Oliveira, o Nordeste não açucareiro se converteu "[...] num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a 'plantation', porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é, na verdade, constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas". (OLIVEIRA, 1981, p. 47).

A fase de maior expansão algodoeira dessa "região" se deu entre os anos de 1861 e 1864, período em que ocorreu a guerra de Secessão, nos Estados Unidos da América. Nesse período, o Brasil passou a produzir intensamente algodão para a Europa, reduzindo significativamente tal produção com o fim desta guerra (OLIVEIRA, 1981; ANDRADE, 1980). O algodão brasileiro se desvalorizou na década de 1870, mas sua produção voltou a ser intensificada na segunda metade da década de 1880, acompanhando a instalação de diversas indústrias têxteis no Brasil (CANO, 1985, p. 35). Assim, a produção algodoeira predominou na região Nordeste durante o apogeu da indústria têxtil, ou seja, até início da segunda metade do século XX.

Portanto, a inserção da cultura do algodão trouxe profundas mudanças para esta "região", já que foi a única cultura que conseguiu enfrentar a tradicional cana-de-açúcar e, além disso, caracterizou-se por ser produzida tanto por ricos como por pobres. Essa particularidade deu-se pelo fato de a produção algodoeira ser uma "cultura fácil, barata, democrática, que se deixava associar à fava, ao feijão e ao milho, fornecendo roçado ao pequeno agricultor, a um só tempo, tanto produto para a venda como para alimentos". (ANDRADE, 1980, p. 86, 87).

O algodão é um tipo de cultura que, devido ao seu curto ciclo vegetativo, necessita de pouca força de trabalho, não sendo necessária a ocupação de trabalhadores durante todo o ano, tornando desvantajosa a compra de escravos e sendo mais compensatório o pagamento de salários por dia, ainda que altos. Além disso, por ser "produto leve, o algodão era facilmente colhido por mulheres e crianças; daí uma série de vantagens para enfrentar a cana nas condições em que o mercado europeu necessitava de algodão". (ANDRADE, 1980, p. 87).

A cultura do algodão também fez com que vários senhores de engenho diversificassem "[...] suas colheitas, plantando-o ao lado da cana, em suas fazendas. Pessoas de poucos recursos enriqueceram rapidamente, subindo de status social, concorrendo com as orgulhosas aristocracias açucareiras". (TENÓRIO, 1979, p. 77, grifos do autor). Além disso, a cultura algodoeira possibilitou o "[...] povoamento do interior, agreste e sertão, ao lado da pecuária, e também pela preocupação com a construção de estradas de penetração". (TENÓRIO, 1979, p. 77).

Este novo "Nordeste" do século XIX foi marcado pela constituição de configurações inéditas que estavam ligadas não só a questões de âmbito regional, mas também concatenadas com o fato de no Brasil ter entrado em cena uma nova "região": a do café.

Esta "região" do café, compreendida entre o Vale do Paraíba e o Oeste paulista, tinha uma forma de produção subordinada aos interesses do capital financeiro inglês, motivo pelo qual ela passou a ser hegemônica na economia brasileira. Esta hegemonia contribuiu inclusive para enfraquecer o tradicional Nordeste açucareiro, substituindo-o pelos "[...] novos circuitos da produção e apropriação do valor gerado pela mercadoria café". (OLIVEIRA, 1981, p. 35).

Nestas circunstâncias, nasce o "Nordeste" "algodoeiro-pecuário", assinalado pela entrada do capital internacional, não tanto na esfera da produção (tal como o foi com o café), mas na esfera da circulação, principalmente no transporte e no comércio. Por conseguinte, o controle político do "Nordeste" escapou tempo-

rariamente das mãos das oligarquias açucareiras e passou a ser gerido pelo latifundiário algodoeiro-pecuário (OLIVEIRA, 1981, p. 35).

Portanto, além de provocar transformações na estrutura agrária, a cultura algodoeira também esteve intimamente ligada, no Norte e no Nordeste do Brasil, à "[...] fundação das primeiras fábricas têxteis de algodão" (STEIN, 1979, p. 57), as quais passaremos a analisar mais de perto nas últimas partes do artigo, onde priorizaremos sua inserção na então província de Alagoas.

3 AS ALAGOAS NO SÉCULO XIX

O espaço político-territorial hoje denominado Alagoas tornou-se uma Capitania independente de Pernambuco, em 16 de setembro de 1817 e no ano de 1822, com a Proclamação da Independência do Brasil, constituiu-se como Província. Porém, é importante salientarmos que tal desmembramento não se deu por "[...] uma dádiva da comarca, [pois] foi e é uma construção dos alagoanos". (LESSA, 2011).

Assim, ao acompanharmos o raciocínio de Dirceu Lindoso (2005, p. 32), pode-se afirmar que, embora Alagoas só tenha se tornado uma Capitania em 1817, através de sua Emancipação Política,

> há indícios de que no século XVIII o espaço alagoano se apresentava como dotado de um modo diferencial de falar-se o português de origem minhota ou além-tejana; como um aglomerado populacional onde se iniciavam certas formas de distinções de conduta social, de aglutinamento dos elementos culturais; de definição política da organização social em aldeias indígenas, povoações, vilas, freguesias, comarcas; de um espaço físico configurado e de referências topográficas nítidas.

A partir destes pressupostos, devemos estar atentos ao fato de que a oficialização da Capitania de Alagoas, enquanto espaço político independente, ocorreu como consequência de condições internas previamente estabelecidas, já que "[...] fatores econômicos e demográficos, operando o desenvolvimento da Comarca, haviam preparado o cenário do drama histórico da autonomia". (LINDOSO, 2005, p. 35 apud COSTA, 1939, p. 35).

Assim sendo, esta breve discussão sobre a constituição da Província de Alagoas serve para que compreendamos de antemão que a indústria têxtil que se estabeleceu em seu espaço político foi constituída por uma burguesia e por uma classe trabalhadora assalariada (ambas ainda em estado embrionário), com características e tramas político-econômicas peculiares.

Conforme Lindoso – comentando o *Opúsculo da Descripção Geográfica*, datado de 1844 – estas idiossincrasias se tornaram evidentes na escrita erudita de dominação, pois nessa época começou a aparecer "[...] a imagem dos capitalistas como os verdadeiros músculos do corpo social". (LINDOSO, 2005, p. 40). O autor do Opúsculo (posto sob o pseudônimo Hum brasileiro) afirmava que a classe capitalista era a responsável pela restauração do comércio, da cultura e da promoção do desenvolvimento econômico-industrial. Defendia também a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado e a instalação do Banco Provincial (LINDOSO, 2005 apud COSTA, 1939).

Desse modo, em meados do século XIX, a ideologia política e econômica capitalista começava a tomar corpo na então Província de Alagoas, o que se tornou nítido com a transferência da capital Santa Maria Madalena da Lagoa do Sul (atualmente município denominada Marechal Deodoro) para Maceió, em 1839. Esta transferência foi consequência, inclusive, do desenvolvimento comercial de Maceió, propiciado pelo potencial de seu porto marítimo, localizado no distrito denominado Jaraguá.

Desta forma, há o crescimento de uma burguesia comercial que se centralizou em Maceió. Esta mesma burguesia passou a ter importante interferência política dentro da província, ao mesmo

tempo em que estava colocada numa conjuntura favorável às condições nacionais e internacionais já apresentadas neste artigo.

Estas transformações no cenário político e econômico, por sua vez, vêm acompanhadas de uma idealização de modernidade posta pelo Império para a então Província de Alagoas (mais especificamente de sua capital Maceió). Segundo o historiador Luiz Sávio de Almeida, este processo começou a ser articulado em 1834, mas só ganhou "[...] ênfase nos entornos de 1850 quando, efetivamente, o sistema de produção estará lidando com problemas no fluxo da força de trabalho, novo encaminhamento para o capital e reestruturação fundiária". (ALMEIDA, 2011, p. 81).

É assim que, em 1856 apareceu o *Mapa da população da Freguesia da Cidade de Maceió*. Este mapa oferecia, de acordo com a análise de Almeida, "[..] Fallas genéricas sobre a sociedade, uma invenção, mas valeriam como indicação sobre a realidade. [...]. Os números apresentados [nele] decorriam do modo como a sociedade era vista pelo senhorial alagoano". (ALMEIDA, 2011, p. 83). Ou seja, há aqui uma proposta de dominação senhorial que necessitava se conciliar com os anseios de uma burguesia comercial crescente e com as demandas e interesses do Império, o que não se diferenciava muito do restante do país.

Daí é possível que este período tenha sido marcado por reajustes quanto às formas de políticas de dominação entre uma crescente burguesia comercial progressista, ligada certamente a tentativas de industrialização e de transformações políticas, sociais e econômicas, mas que ao mesmo tempo necessitou relacionar-se com um senhorio escravocrata (de engenho) em decadência econômica. Ao que parece, este último não pretendia se render totalmente aos anseios dos novos atores da dominação em Alagoas.

Seguindo as pistas dadas por Luiz Sávio de Almeida em outra obra, pode-se afirmar que:

> Não houve qualquer conflito interno capaz de demonstrar a necessidade de modificações na rota da acumulação. Haveria isto sim, uma permanência retórica de modernização, na qual a indústria era posta como expectativa, chegando mesmo a ser considerada como avanço por alguns textos socialistas da época, pois romperia a continuidade consagrada pelo sistema. (ALMEIDA, 2006, p. 35).

É sobre este cenário que se montaram os alicerces políticos, sociais e econômicos do capitalismo alagoano, trazendo consigo a modernidade, a urbanização e um novo bloco social dominante, marcado "[...] pelos usineiros, os donos de fábricas têxteis, os grandes comerciantes e os financistas" (LESSA, 2008), e que se sustentava sobre "[...] a representação urbana da vida rural". (ALMEIDA, 2011, p. 100).

4. SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX: O EMBRIÃO DA INDÚSTRIA TÊXTIL ALAGOANA

Antes de adentrarmos nas discussões posteriores, gostaríamos de enfatizar que compreendemos a segunda metade do século XIX como o período que marca o pontapé inicial da modernidade alagoana, que só se firmou no século XX, principalmente a partir da década de 1930. Desse modo, temos a intenção de encontrar os alicerces que fundamentaram as formas específicas do capitalismo alagoano, usando como exemplo a indústria têxtil como eixo principal da constituição da condição específica de exploração burguesa sob o modo capitalista de produção em Alagoas.

Destarte, a opção pela análise sobre as indústrias têxteis se deu pelo fato de estas compreenderem o primeiro grande ramo industrial brasileiro, já que elas – de acordo com o brasilianista Stanley J. Stein – "[...] aprovisionaram o maior mercado disponível na economia de um país subdesenvolvido do século XIX: roupas para os trabalhadores, escravos livres, da cidade e do campo; panos para ensacar açúcar e, particularmente o café exportado em quantida-

de cada vez maior". (STEIN, 1979, p. 38). E também porque "o produto [o tecido] não requeria trabalhadores especializados, as máquinas eram as mais simples e o mercado, relativamente seguro. A fabricação de tecidos grossos de algodão serviu como aprendizado para as primeiras indústrias". (STEIN, 1979, p. 38).

Entretanto, o contexto acima não se diferencia do existente no pioneirismo da indústria têxtil na Província Alagoas na segunda metade do século XIX. De acordo com Moacir Medeiros de Sant'ana, "a fábrica [têxtil de Fernão Velho] manufaturava tecido de primeira qualidade, para roupa de escravos e outros misteres de família [...], e pano de segunda qualidade, para ensacamento de gêneros […]". (SANT'ANA, 1970 p. 65). Moacir afirma ainda que nesta mesma época esta indústria deveria ser movida a força hidráulica, porém auxiliada por máquina a vapor. Funcionou inicialmente com setenta teares, sendo sessenta para produção de pano grosso para ensacar açúcar, cinco para produção de cobertores próprios e cinco para fabricação de panos de velas de navios e barcaças.

Perspectiva similar encontramos na obra organizada pelo historiador Osvaldo Maciel, referente a documentações de diversas indústrias e do movimento operário em Alagoas (entre 1870 e 1960). Nela também podemos nos deparar com a afirmação de que a produção industrial têxtil alagoana do século XIX destinou-se "[...] ao preparo de algodão grosso e branco e sacos de algodão". (MACIEL, 2007, p. 55). Assim, fica evidente que os primeiros passos da tímida implantação da indústria têxtil em Alagoas, bem como no restante do país, estava no plano puramente experimental, ao menos até a última década do século XIX.

Entretanto, este experimentalismo não está só no plano da produção, mas também no plano da própria política econômica referente à instalação destas indústrias. Ao que consta nos relatórios das fábricas de tecidos de Alagoas[2], não houve neste período (século XIX) "favores do governo" para a instalação ou manutenção das indústrias, ou seja, não existia a presença de um financiamento estatal, nem estímulo financeiro direto por parte dos órgãos públicos (MACIEL, 2007). O que havia era a inserção de capital estrangeiro, principalmente inglês.

Isso mostra tanto uma possível resistência dos gestores provinciais quanto a este tipo de empreendimento, como a formação de grupos de uma burguesia industrial com características mais progressista, os quais ensaiavam a implantação de indústrias têxteis na província. Se assim o for de fato, podemos afirmar que esta burguesia industrial recém-surgida em Alagoas, possivelmente precisou ordenar-se política e economicamente, pois ela estava cercada por um poder estatal ainda marcado pelo eixo produtivo das elites oligárquicas ligadas à cana-de-açúcar e ao sistema escravista.

Desta maneira, podemos sustentar que as bases da indústria alagoana são montadas junto aos valores e composturas dos tradicionais senhores da terra, o que significa dizer que a única indústria possível seria o resultado de uma representação da extensão rural. Por isso, entendemos que em Alagoas não houve um processo de industrialização propriamente dito – ao contrário do que aconteceu na Europa Ocidental[3] e no Centro-Sul brasileiro –, mas sim a implantação de núcleos industriais em regiões afastadas, com laços arraigados à economia agrária tradicional.

Nesse contexto, a primeira indústria têxtil fundada em Alagoas foi a denominada Companhia União Mercantil. Inaugurada no ano de 1857, esteve situada no povoado de Fernão Velho (à época pertencente à Santa Luzia do Norte-AL), nas proximidades da lagoa Mundaú e a doze quilômetros do Porto de Jaraguá, em Maceió. Seu fundador foi o negociante luso-brasileiro José Antônio de Mendonça, o futuro Barão de Jaraguá, que realizou tal feito junto a outros negociantes e capitalistas. Porém, esta fábrica só começou a funcionar em março de 1863, sob bastantes dificuldades, tanto que "[...] houve a necessidade de contraírem-se empréstimos e aplicar o produto dos dividendos na aquisição de aparelhos e outras despesas". (Idem, p. 53).

Quanto a informações sobre o fundador da União Mercantil, obtidas em o ABC das Alagoas (BARROS, 2005), pôde-se perceber que este foi uma figura bastante influente durante o período Imperi-

al. Foi Deputado Provincial (entre 1844 e 1851), substituiu o primeiro vice-Cônsul de Portugal; considerado um riquíssimo comerciante, esteve entre os responsáveis pela transferência da capital da cidade de Alagoas (atual Marechal Deodoro) para Maceió, em 1839; recebeu o título de Barão de Jaraguá em 1860, e, segundo Abelardo Duarte, recepcionou e hospedou em seu palacete (no Centro de Maceió) o imperador Pedro II em sua visita a Alagoas no ano de 1859/1860 (DUARTE, 1979).

Neste contexto, nota-se que a instalação da indústria têxtil em Alagoas ocorreu bem mais por conta do capital estrangeiro e da influência política do Barão de Jaraguá para com o Império (talvez uma forma encontrada por ele para mostrar poderio ou, até mesmo, por vaidade), do que mesmo por apoio político-econômico local, tendo-se em vista a complexidade que há em compreender como a pequena província de Alagoas tenha conseguido alavancar-se no pioneirismo industrial brasileiro.

Para entendermos ao que estamos atentando, vejamos quatro detalhes. O primeiro, que já aqui salientamos, é o fato de este empreendimento industrial não se fazer sob incentivos governamentais. O segundo remete-se ao fato de em 1866, segundo Stanley J. Stein, das nove indústrias têxteis existentes no Brasil, cinco delas estarem situadas na Bahia, uma em Minas Gerais, duas no Rio de Janeiro e uma em Alagoas (STEIN, 1979). O terceiro detalhe condiz com as condições econômicas da indústria de Fernão Velho. Esta passou seis anos para começar a funcionar seus maquinários e, ainda assim, quando funcionou, se manteve sob dificuldades financeiras durante as duas primeiras décadas de funcionamento. E, por último, a União Mercantil se sustentou como única na província de Alagoas até o ano de 1888, quando foi inaugurada a fábrica Cachoeira, na localidade do mesmo nome, então pertencente ao município de Santa Luzia do Norte, a qual só passou a funcionar suas máquinas em 1890 (SANT'ANA, 1970). Isto é, a União Mercantil perdurou por quase trinta anos como única indústria têxtil da província.

A primeira das características apresentadas (o não incentivo governamental) nos oferece a condição de perceber que as elites políticas da província de Alagoas não estavam interessadas em desenvolver a indústria local, ao menos durante o século XIX. Mas, ainda assim, temos o pioneirismo industrial em Alagoas frente ao cenário nacional. Daí, a partir destes dados, podemos ter a indicação de que este pioneirismo se deu mais por inciativa privada do que em parceria ou em apoio com o setor público local, fato evidenciado pela presença de capital financeiro externo e pelo status político de seu fundador.

Porém, é importante frisarmos que não estamos aqui heroicizando o fundador da fábrica, até porque compreendemos que seu poderio econômico e político se fez a partir da exploração sobre outros grupos da sociedade (escravos e trabalhadores livres). Seu capital não é fruto puro de seu esforço, mas da extração do trabalho de outros. É fruto também de empréstimos estrangeiros que se faziam crescentes no Brasil Império.

Esta breve explicação foi feita para que entendamos que nossa proposta neste artigo é a de apresentar o cenário político e econômico dominante em Alagoas durante o século XIX, pois foram seus elementos que constituíram os posteriores embates entre as classes sociais. Entendemos que a classe proletária estava ainda num processo embrionário e que ela só começou a obter maior força política entre o final deste século e início do século posterior.

É sobre essas condições que podemos observar que a possível vaidade do Barão em se colocar como "empreendedor" industrial parece ficar evidente quando se reconhece que ele manteve insistentemente o funcionamento de uma fábrica nas condições posteriormente dadas[4] . Além das complicações econômicas, compreendidas pela concorrência com as grandes fábricas baianas da época, bem como a falta de incentivo financeiro estatal, há dificuldades em encontrar força de trabalho apropriada.

Este último pormenor se evidencia quando vemos o seguinte anúncio de 05 de abril de 1864, referindo-se à oferta de emprego para "rapazes de quatorze anos para cima, a fim de apreenderem a arte de fiar e tecer algodão, esclarecendo que além do salário,

pago conforme a aplicação e o desenvolvimento de cada um, forneciam-se sustento e vestuário". (SANT'ANA, 1970, p. 64).

O que pudemos constatar sobre a ascensão econômica da União Mercantil, foi que ela só começou a aparecer sob a gestão da afortunada família Machado, que adquiriu a fábrica em 1891, mas só conseguiu seu esplendor econômico durante os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando deixou de ser uma pequena indústria de oitenta teares e alcançou o porte de mil teares (CIPRIANO, 1999).

É importante salientar que o período da compra desta fábrica pela família Machado está compreendido nos anos do chamado grande surto industrial brasileiro (1885-1895), pois nesta fase há um significativo aumento na quantidade de indústrias no país. Até o ano de 1884 haviam sido fundadas 150 indústrias no Brasil, mas "[...] de 1885 a 1889 esse número sobe para 248, totalizando, no ano da proclamação República, 636 estabelecimentos no país todo. [...] Nos cinco anos seguintes foram ainda criados 425 estabelecimentos". (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 45). Ou seja, a aquisição da União Mercantil pela família Machado se deu numa conjuntura bem diferente do período em que a fábrica foi fundada.

Com o relativo crescimento na quantidade de indústrias no Brasil, os industriais passaram a defender a indústria como elemento central para o desenvolvimento econômico da nação, principalmente durante a década de 1880. Passaram a exigir medidas legislativas de amparo industrial e reivindicaram o apoio aos industriais como forma de patriotismo. Buscaram também obter proteção contra as concorrentes fábricas estrangeiras, através da proteção tarifária. Além disso, com o fim da escravidão, os industriais defendiam que as indústrias transformariam os ex-escravos e demais desempregados em uma força proveitosa (STEIN, 1979).

Um fato que mostra o crescimento da força política dos industriais com o ascenso do protecionismo neste período é "a última revisão tarifária importante do Império, realizada em 1886, que favoreceu a indústria têxtil, aumentando as taxas que gravavam os tecidos de algodão importados. [...] O governo isentou de direitos todas as máquinas importadas para instalação inicial em qualquer indústria". (STEIN, 1979, p. 94).

Junto a isso, temos o desenvolvimento das ferrovias e dos transportes marítimos e fluviais, os quais facilitaram a locomoção de pessoas, bem como aceleraram e baratearam o custo para escoamento da produção e de matéria-prima. A estação ferroviária de Fernão Velho, por exemplo, foi inaugurada em 1884.

Neste comenos, é possível compreendermos que a aquisição da União Mercantil pela família Machado esteve concatenada com uma série de fatores que estimularam tal empreendimento, enquanto que a sua fundação é algo que está bem mais no plano do amadorismo e experimentalismo. Porém, são questões que até então não podemos concluir por completo, mas cujos indícios pendem para tal perspectiva.

A CLASSE OPERÁRIA

Não podemos deixar de enfatizar que, para existir a implantação e o funcionamento da indústria, foi necessário existir junto dela uma classe trabalhadora. Mas, quem foi esta classe? Quais suas origens? Quais suas características? Talvez não consigamos respostas para estas perguntas devido à falta de documentação necessária e a não existência de uma memória coletiva que guarde estas lembranças. O que podemos supor é que esta primeira leva de operários tenha sido formada por trabalhadores livres, possivelmente da região de Maceió, acrescentada de alguns poucos operários estrangeiros especializados.

Os dados documentais, citados por estudiosos, sobre os primeiros registros da formação da indústria no Brasil nos aparecem de forma bastante difusa. Segundo Francisco Foot e Victor Leonardi, quando houve a 2ª Exposição Nacional, em 1866, a fábrica de Fernão Velho empregava 74 operários (FOOT; LEONARDI, 1982, p. 34). Porém, Stanley Stein (1979, p. 64) afirmou que neste mesmo ano, nesta fábrica somavam-se apenas 43 operários, sendo 8 estrangeiros

e 35 nacionais.

Assim, entre a primeira e a segunda informação temos uma diferença de quase cinquenta por cento na quantidade de trabalhadores. Talvez esta "falha" se deu por conta da própria documentação precária da época ou por interesses na diminuição ou aumento no registro do número de trabalhadores. De qualquer forma, é nítida a existência de uma quantidade de trabalhadores estrangeiros dentro desta força de trabalho.

Dez anos após, temos outro possível conflito de informações. De acordo com Moacir Medeiros de Sant'ana, a União Mercantil, no ano de 1876 "[...] contava com 74 operários, nesse número, incluídos 12 aprendizes e 9 meninos órfãos. Dentre estes operários, outrora estrangeiros em quase sua totalidade, apenas três eram portugueses, um holandês, um belga e um italiano". (SANT'ANA, 1970, p. 65).

Quanto ao número de trabalhadores estrangeiros, há um choque com os que foram apresentados por Stanley Stein (1979), pois haveria uma diminuição na quantidade desses trabalhadores, porque se assim o fosse, teríamos uma redução de 8 (em 1866) para 5 (em 1876). Isto só teria sido possível se a fábrica não tivesse capital suficiente para aplicar na força de trabalho estrangeira, que logicamente era mais cara do que a local.

Esta redução na quantidade de operários estrangeiros na União Mercantil pode realmente ter ocorrido devido à queda na sua produção, pois, em 1874 as ações da companhia achavam-se reduzidas à metade de seu valor nominal; a varíola e a malária acometeram diversos operários, o desarranjo em uma roda hidráulica, o vigor e a duração excepcional do inverno contribuíram para diminuir as previsões lucrativas da empresa (STEIN, 1979).

De qualquer maneira, um fato que devemos ressaltar é que, mesmo não sendo proporcional à quantidade existente na região Centro-Sul do país, havia a presença de trabalhadores estrangeiros na Fábrica de Fernão Velho. O intuito dos fabricantes em manter esta força de trabalho europeia, principalmente nos momentos iniciais da indústria, se deu não somente pela habilidade técnica desses trabalhadores "[...], mas para que adestrassem a inexperiente mão-de-obra local. [...] Até a década de noventa [1890], os fabricantes disputavam entre si os técnicos ingleses". (STEIN, 1979, p. 64, 65).

Desse modo, no relatório da União Mercantil de 1885, descrevendo os números e atividades do ano de 1884, tem-se a quantidade de 134 trabalhadores, sendo 21 estrangeiros (MACIEL, 2007). Quanto à influência desses trabalhadores estrangeiros sobre a formação da identidade ou da consciência de classe local, não podemos afirmar nada. O que é supostamente deva haver contribuído de algum modo, tendo em vista as experiências já amadurecidas da industrialização e do movimento de trabalhadores na Europa. Porém, são apenas hipóteses.

Outro detalhe interessante, destacado pelo mesmo relatório é a afirmação de que a maior parte desses trabalhadores foi educada "[...] pela companhia, tendo ali feito a sua aprendizagem". E complementa que esta companhia possuía "[...] um bom regulamento interno, mediante o qual conseguimos estabelecer a disciplina e a ordem no trabalho, premiando-se os bons e castigando-se os descuidados e relapsos". (MACIEL, 2007, p. 47-48)".

Analisando-se todo esse contexto, podemos perceber que existia por parte da fábrica uma constante preocupação em disciplinar a classe trabalhadora. Esta preocupação possivelmente deveu-se também à necessidade de adaptar o operariado na condição de proletariado. Ainda de acordo com os registros organizados por Osvaldo Maciel, nas últimas décadas do século XIX esta fábrica possuía trinta casas e onze quartos utilizados como habitação para os trabalhadores.

Este detalhe da moradia para os trabalhadores nos faz perceber que a fábrica tinha interesses em fixar este trabalhador nas proximidades da indústria, pois assim os industriais conseguiriam ou tentariam mantê-los numa condição de disciplina e obediência necessárias ao trabalho fabril.

Todavia, dentro destas configurações estruturais, houve a inserção de uma Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio da

Cia. União Mercantil. Esta sociedade mutual por empresa foi fundada em 1876 e se caracterizou – bem como as demais existentes no Brasil durante este período – como um instrumento de auxílio "[...] em casos de doença, invalidez ou morte de sócios e/ou familiares; porém em alguns casos a mutualidade possuía como principal objetivo, explicitado em seus estatutos, angariar forças para realizar atividades culturais, organizar grupos teatrais e bandas de música, etc.". (MACIEL, 2010).

Portanto, este momento da história do operariado têxtil de Fernão Velho parece não nos apontar diretamente para um período de resistência ou de atuação e de interferência política destes trabalhadores para com as estruturas de dominação até então implantadas. Mesmo assim, entendemos que este momento serviu como alicerce para a constituição das relações do movimento e da luta de classes que passaram a se acirrar durante o século posterior.

CONCLUSÃO

O que se buscou aqui foi discutir a constituição dos primeiros traços da formação do capitalismo em Alagoas, em meados do século XIX. Para isso, apresentaram-se as transformações internacionais do mundo capitalista, mostrando suas repercussões para as especificidades das articulações políticas e econômicas da burguesia-oligárquica alagoana, ou seja, procuramos encontrar os reflexos dos ajustes da divisão internacional do trabalho para a realidade de uma região que naquele momento estava começando a adentrar no universo do mundo capitalista, mas sobre o alicerce colonial, escravista e açucareiro.

Entretanto, os resultados ao qual chegamos foi o de ter percebido como a classe dominante local articulou a continuidade do mantimento de seu poder frente à nova realidade. O universo recém-inaugurado de uma industrialização precária e isolada – ao menos até a última década do século XIX – possibilitou-nos perceber que a implantação da indústria na então província de Alagoas não esteve em condições muito diferentes do que existia no restante do Brasil, pois, apesar das diferenças regionais já existentes, percebeu-se que as problemáticas que cercaram o processo de desenvolvimento industrial eram comuns.

Assim, o tímido processo de implantação da indústria têxtil em Alagoas estava colocado como elemento fundante de um momento histórico de transição política e econômica nacional, mantido pela constante relação de mudanças e permanências quanto aos atores sociais dominantes locais, os quais só se firmaram no século posterior.

Dito isso, podemos entender que este período histórico marcou as bases da modernidade capitalista alagoana, na medida em que trouxe também o surgimento de uma classe operária e suas primeiras formas iniciais também de organizações operárias, tal como demonstrado pelo historiador Osvaldo Maciel, no artigo em que analisa a Sociedade Beneficente de Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (1876/1879), em Fernão Velho.

Para ele, este associativismo operário, da segunda metade do século XIX, não deve ser colocado como uma pré-história do movimento operário, pois "[...] pode ter facilitado o acesso coletivo destes tecelões a um nível de consciência de classe mais fortalecido e em oposição a outros grupos e classes sociais". (MACIEL, 2010).

Desse modo, podemos ponderar como relevante a existência desse associativismo, levando-se em consideração o pequeno número de operários na época (134) (MACIEL, 2009, p. 47), a escassa existência de indústrias na província (lembremos que esta funcionava ainda como única indústria têxtil neste período) e o isolamento geográfico do povoado, o qual só começou a ser rompido com a instalação da estação ferroviária, em 1884.

Assim, tal como o processo de implantação de indústrias, o movimento operário também começou a dar seus primeiros passos na segunda metade do século XIX, mas ainda de forma bastante tímida. O operariado não estava em circunstâncias propícias para criar um movimento com consistência e representatividade, tanto que a primeira greve até então encontrada em Alagoas só ocorreu

em 1909 entre os ferroviários.

Portanto, a experiência dessa industrialização possibilitou a movimentação de algumas estruturas e deram condições ao início de transformações políticas e econômicas simbolizadas principalmente pelo surgimento de grupos operários e pela possibilidade de produção industrial, o que se diferenciava historicamente do agrarismo local.

NOTAS

[1] Segundo Francisco de Oliveira (1981, p. 32), "[...] o Nordeste como região [...] somente é reconhecível a partir de meados do século XIX, e, sobretudo neste século [XX]. Há, pois, na história regional e nacional, vários 'nordestes'".

[2] Extraídos de MACIEL, 2007.

[3] De acordo com Friederich Engels (2008, p. 67), a industrialização inglesa transformou diretamente a paisagem de inúmeras cidades. Proporcionou, como no caso de Londres, a "[...] aglomeração de 2,5 milhões de seres humanos num só local [...]: elevou Londres à condição de capital comercial do mundo, criou docas gigantescas, reuniu milhares de navios, que cobrem continuamente o Tâmisa".

[4] De acordo com Moacir Medeiros de Sant'ana (1970), o Barão de Jaraguá morre em 1870 e quem comprou a União Mercantil foi Jacinto Leite.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **Notas sobre o poder, operários e comunistas em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 2006. (Chronias Alagoanas II)

_____. Escravidão e Maceió: distribuição espacial e renda em 1856. In: MACIEL, Osvaldo Batista Acioly (Org.). **Pesquisando (n)a província: economia, trabalho e cultura numa sociedade escravista** (Alagoas, século XIX). Maceió: Q. Gráfica, 2011. p. 81-101.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1980.

BARROS, Francisco Reinaldo Amorim de. MENDONÇA, José Antônio de. In: **ABC das Alagoas**: dicionário bibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicação, 2005.

CANO, Wilson. Linhas gerais da dinâmica regional até a "crise de 1930". In: **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**: 1930-1970. São Paulo: Global; Campinas: Ed. Da Universidade Estadual de Campinas, 1985. p. 51-71.

CIPRIANO, Waldir. Fernão Velho tradição e história. **O Jornal**, Maceió, 17 jan. 1999. Caderno de Cultura, p. B/4, p. B/5.

DUARTE, Abelardo. **Dom Pedro II e dona Teresa Cristina em Alagoas**. Maceió: EDUFAL, 1979.

ENGELS, Friederich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.

LESSA, Golbery. O 16 de setembro de 1817 não foi uma farsa. **A Voz do Povo**. Maceió, 24 ago. 2011. Disponível em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/08/artigo-o-16-de-setembro-de-1817-nao-foi.html?view=magazine>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Trama da memória, tecitura do tempo**: ethos e lugar dos operários têxteis alagoanos. Maceió. No prelo, 2008.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e**

do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global Ed., 1982.

LINDOSO, Dirceu. **Interpretação da província**: estudo da cultura alagoana. 2. ed. Maceió: Edufal, 2005.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. Estatutos de Sociedades Mutualistas e a História Social do Trabalho: conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879). **Crítica Histórica**, Maceió, ano 1, n. 1, jun. 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=61:estatutos-de-sociedades&catid=38:documentacao&Itemid=55>. Acesso em: 10 mai. 2013.

_____. **Operários em movimento**: documentos para a história da classe trabalhadora em Alagoas (1870-1960). Maceió: Edufal, 2007.

_____. **Trabalhadores, identidades de classe e socialismo**: os gráficos de Maceió (1895-1905). Maceió: Edufal, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Livro I).

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re (li) gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1981.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Algodão: cultivo e indústria. In: **Contribuições à história do açúcar em Alagoas**. Recife: Instituto do Açúcar e do Álcool, Museu do Açúcar, 1970.

SIMONSEN, Robero Cochrane. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da USP, 1973.

STEIN, Stanley J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil** – 1850/1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e ferrovia no Brasil**: as ferrovias em Alagoas. Maceió: EDUFAL, 1979.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

AMBIENTES INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL DO SETOR APÍCOLA NA REGIÃO NORTE DE MATO GROSSO

Leandro José de Oliveira
Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (Economia-UFMT)
leandrogtaune@hotmail.com

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo
Doutor em Economia Aplicada (UFV).
Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá-MT
adriano@ufmt.br

Alan Santana Rauschkolb
Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (Economia-UFMT).
Técnico da Educação Superior da Universidade do Estado de Mato Grosso, Sinop.
alanraus@gmail.com

RESUMO

Fez-se uma análise dos papéis dos ambientes institucional e organizacional no desempenho competitivo do setor apícola na região Norte de Mato Grosso. Foram entrevistadas 11 organizações que fazem parte do projeto de "Desenvolvimento da Apicultura na Região de Sinop". O referencial teórico foi centrado no estudo das instituições e ambiente institucional, bem como o estudo da economia das organizações. Verificou-se que no ambiente institucional são feitas análises da qualidade do mel e também são ofertados cursos e palestras de boas práticas de higiene, mantendo, assim, um controle de segurança no padrão de qualidade do mel natural. O ambiente organizacional da apicultura mostrou-se eficiente no aspecto de articulação de políticas de capacitação e no fortalecimento da governança por meio do espírito coletivo. Ações conjuntas, no sentido de captar pessoas interessadas em trabalhar com a atividade são desenvolvidas pelas associações da região, enquanto o Sebrae e outras entidades dão suporte no sentido de qualificar e capacitar a mão de obra local. Há uma tendência de que se aumente o poder de barganha dos apicultores na região por intermédio da Cooperativa dos Apicultores do Norte de Mato Grosso (COAPISNORTE), que está em fase de fortalecimento. Isso faz com que os produtores agre-

guem mais valor ao produto comercializado, aumentando, assim, o desempenho competitivo na estrutura produtiva, propiciando o desenvolvimento da atividade de forma justa, econômica e sustentável.

Palavras-chave: Instituições. Organizações. Apicultura. Mato Grosso. Sinop.

ABSTRACT

The roles of the institutional and organizational environments were analyzed regarding the competitive performance in the beekeeping sector in the Northern region of Mato Grosso. Eleven institutions were interviewed, participants of the Sinop's region Apiculture Development project. The theoretical background was centered in the study of institutions and the institutional environment, as well as the economics of organizations. It was found that the institutional environment, analyzes are made for the quality of marketed honey and there are also courses and lectures on good hygiene practices, thereby maintaining a food safety of natural honey. The organizational environment of the apiculture was shown efficient in articulating political forces and enhancement of governance through collective actions. Joint actions to engage people in order to work in the activity are developed by local associations, while the Sebrae and other agents give support to qualify local labor. There is a trend to increase the bargaining power of beekeepers in the region through the Beekeepers Cooperative of Northern Mato Grosso (COAPISNORTE) which is on a strengthening phase. This makes producers add more value to their marketed product, thus increasing the competitive performance in the productive structure, leading to the development of a fair, economic and sustainable activity.

Keywords: Institutions, Organizations, Beekeeping. Mato Grosso. Sinop.

1. INTRODUÇÃO

Por natureza, a apicultura é uma atividade conservadora das espécies, não é destrutiva, como a maioria das atividades rurais, e é uma das poucas atividades agropecuárias que preenche todos os requisitos do tripé da sustentabilidade: o econômico, porque gera renda para os agricultores; o social, porque utiliza a mão de obra familiar no campo, diminuindo o êxodo rural; e o ecológico, porque não se desmata para se criar abelhas (GUIMARÃES, 1989).

Do ponto de vista econômico, além desses fatores, a prática da atividade apícola é um empreendimento desenvolvido a partir de baixos investimentos e baixos custos operacionais. Esta atividade permite o consórcio com qualquer outra atividade agropecuária, pois não concorre com nenhum animal no pastejo, uma vez que as abelhas não consomem a forragem, o que mostra mais uma vantagem, que é a não necessidade de formação de pastagens. Com a vegetação e clima da região, a produção apícola torna-se muito produtiva, chegando-se a uma média de 30 kg/colmeia/ano. Os produtos gerados são naturais e de alto valor de mercado, além de, com apiários localizados em vegetação nativa, haver a possibilidade de produzir mel orgânico, que atinge preços elevadíssimos no mercado internacional (VAN TOL FILHO, 1963 apud LIMA, 2005).

Nesse contexto, o presente artigo pretende responder ao seguinte questionamento: como se encontra estruturado o ambiente institucional e organizacional dos apicultores da região Norte de Mato Grosso?

Objetiva-se fazer uma análise do papel do ambiente institucional e organizacional no desempenho competitivo do setor apícola nessa região de Mato Grosso. No entanto, cabe enfatizar que a competitividade, aqui, é entendida como sistêmica, ou seja, mais do que simplesmente a melhoria no desempenho da produtividade por parte das empresas existentes, onde o lucro é a premissa básica. Diante disso, a competitividade deve ser entendida como o fruto da relação entre diversos fatores que determinam o crescimento e a

sustentabilidade da atividade produtiva, gerando, ou não, bem-estar social para os indivíduos que o integram (MEYER; STAMER, 2001).

Esse trabalho teve como instrumento de coleta de dados um roteiro de entrevista estruturada e aplicada junto aos apicultores da região Norte de Mato Gross[1]. Foram entrevistadas 11 organizações que fazem parte do projeto de "Desenvolvimento da Apicultura na Região de Sinop". As organizações pesquisadas foram distribuídas na seguinte ordem: SEBRAE, UNEMAT, UFMT, EMPRAPA, APISNORTE, AANU, ASPROMEL, APIS, INDEA-MT, SEDRAF/MT-REGIONAL, PREFEITURA DE SORRISO. Estas organizações representam quase a totalidade dos agentes públicos e privados envolvidos no desenvolvimento da atividade apícola na região.

Buscou-se captar as percepções dos representantes das organizações quanto às variáveis relevantes associadas aos seus próprios papéis desempenhados e demais ações existentes em torno da apicultura local. Foram levantadas informações sobre: abrangência e área de atuação da organização; infraestrutura de recursos físicos; infraestrutura de recursos humanos; relacionamentos institucionais; nível tecnológico; capacidade produtiva; capacidade de inovação; capacidade de coordenação; fatores locais (concentração, capital humano, social, cívico); regras formais (legislação) e informais (cultura e costumes); existência de agentes coordenadores potenciais; e as políticas e ações públicas e privadas.

A seção a seguir trata do referencial teórico, centralizando o estudo das instituições e ambiente institucional, bem como o estudo da economia das organizações. Em seguida, apresentam-se os resultados e discussões, relatando o modo de organização dos agentes, aliado às regras que regulam o setor apícola na região. Por fim, apresentam-se as considerações finais, fazendo uma contextualização do ambiente produtivo do setor nos aspectos institucional e organizacional.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 INSTITUIÇÕES E AMBIENTE INSTITUCIONAL

Um dos pontos de apoio da Nova Economia Institucional (NEI) é o reconhecimento de que a operação e a eficiência de um sistema econômico são limitadas pelo conjunto de instituições que regulam o jogo econômico. Nesse aspecto, portanto, é de fundamental importância para nosso estudo, uma definição abrangente do que sejam as instituições (FARINA et al., 1997). De acordo com Bueno (2004), a preocupação central é analisar as mudanças no meio ambiente institucional geral das economias, isto é, no conjunto de regras políticas, sociais e legais fundamentais, por exemplo, nas regras regulando os direitos de propriedade e os contratos, que estabelecem a base para a produção, troca e distribuição de mercadorias em certa sociedade.

Diante disso, os trabalhos de Douglass North se preocuparam em entender de que forma as macro instituições de um país afetam seu desempenho econômico no longo prazo, identificando aquelas que são mais propícias ao desenvolvimento econômico e mostrando por que, em alguns países, as instituições mais adequadas não são adotadas, eternizando uma situação de subdesenvolvimento econômico (BUENO, 2004).

North (1992) define as instituições como as regras do jogo em uma sociedade, ou as restrições que os próprios seres humanos impõem às suas interações, estruturando incentivos políticos ou socioeconômicos à troca. North vê as instituições essencialmente como sistemas de incentivos em qualquer tipo de troca e é justamente assim que estas se relacionam com os direitos de propriedade (FIANI, 2003).

De maneira resumida, pode-se dizer que são normas construídas pelos seres humanos que estruturam a interação social, econômica e política. Para Farina et al. (1997), trata-se portanto, de uma definição abrangente que procura abarcar toda espécie de elementos sociais que funcionam como cilindro para as atividades

econômica, social ou política. Não é necessário assumir que as instituições tenham como único propósito o de restringir as interações humanas, mas é fundamental reconhecer que, efetivamente, elas desempenham esse papel, e, com ele, condicionam tais interações.

Para Farina et al. (1997), é possível conceber instituições que não sirvam diretamente como restrições às ações humanas. Seriam instituições destinadas a impor restrições sobre outras, ou seja, são instituições que servem para regulamentar as restrições às ações humanas, servindo de parâmetro para a escolha de regras formais e informais. Nesse sentido, para que as instituições sejam definidas de modo ainda mais abrangente, é necessário também incluir, na definição anterior, os instrumentos responsáveis pelo funcionamento adequado das regras que compõem as instituições ou "os mecanismos responsáveis pela execução desses dois tipos de normas (regras formais e restrição informais)".

Para Farina et al. (1997), a principal contribuição da corrente do 'Ambiente Institucional' é o estabelecimento da relação entre instituições e desenvolvimento econômico, e as instituições são importantes e suscetíveis de análise. Farina et al. (1997) relata que essa corrente parte do pressuposto de que a especialização dos agentes, apesar de gerar ganhos de eficiência, aumenta a quantidade de transações necessárias e a dependência entre as partes, o que eleva os custos de transação.

Nesse contexto, Gala (2003) faz uma síntese do que poderia ser considerado como a "Teoria Geral" dos estudos das instituições proposto por Douglass North. O ambiente econômico e social dos agentes é permeado por incerteza, cuja principal consequência é o custo de transação.

Para reduzir os custos de transação e coordenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem instituições, as quais são um contínuo de regras com dois extremos: formais e informais. O conjunto dessas regras pode ser encontrado na matriz institucional das sociedades e a dinâmica dessa matriz será sempre dependente do processo decisório adotado. A partir dessa matriz, definem-se os estímulos para o surgimento de organizações que podem ser econômicas, sociais e políticas. Estas interagem entre si, com os recursos econômicos que, junto com a tecnologia empregada, definem os custos de transformação tradicionais da teoria econômica, e com a própria matriz institucional, a qual define os custos de transações, e são, portanto, responsáveis pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo.

Para concluir essa abordagem sobre a ótica das macro instituições e do ambiente institucional, e dos efeitos que podem impactar com desempenho positivo ou negativo no desenvolvimento econômico de um país, é importante voltar a frisar que as instituições seriam as regras do jogo, seja do jogo econômico, social, político, seja do próprio jogo institucional (FARINA et al., 1997).

2.2 A ECONOMIA DAS ORGANIZAÇÕES

No que se refere ao estudo do ambiente organizacional, segundo Farina et al. (1997), a contribuição de Arrow, com a publicação de seu livro *The Limits of Organization*, foi de total importância ao fazer uso dos conceitos ligados à informação para explicar o aparecimento de organizações, como, por exemplo, a firma.

As organizações podem ser vistas como uma forma de benefício advindo de uma ação coletiva, dada uma falha no sistema de preços. Nesse contexto estão os fenômenos de seleção adversa e risco moral, os quais acarretam em imperfeições do sistema de preços (em microeconomia, conhecida como assimetria de informações). Ainda nesse aspecto, em uma organização, o controle sobre as transações é maior e, consequentemente, a assimetria informacional tende a ser menor do que aquela observada no mercado. Mais importante, algumas características das organizações permitem a redução de custos associados à coordenação das ações dos agentes econômicos (FARINA et al., 1997).

Na visão de Saes (2005, p. 168), as organizações são grupos de indivíduos que têm interesses comuns, julgam que as ações

individuais desorganizadas são menos eficientes que a ação coletiva destinada a contemplar seus interesses e, sob certas circunstâncias, atuam de maneira coordenada.

Ainda nesse enfoque, as organizações são possíveis e necessárias porque, em certas circunstâncias (existência de bens públicos, externalidades, incerteza e racionalidade limitada dos agentes) os mercados falham na alocação dos recursos. Tais circunstâncias são, na verdade, o caso mais comum, não a exceção: na sociedade moderna, a maior parte das ações dos indivíduos se dá por meio e no interior das organizações (SAES, 2005).

Uma das críticas de Arrow (1974) em relação às limitações do mercado é que, na presença de incerteza, o sistema de preços se torna tão complexo que o uso do mercado fica inviabilizado. De acordo com Farina et al. (1997), sua afirmação, paralelamente, abre espaço para a crítica à racionalidade assumida pela ortodoxia, uma vez que a complexidade dos contratos contingentes para lidar com a incerteza estaria além dos limites da compreensão humana. Ou seja,

> Drawing up such contracts would be expensive, and understanding them would be equally so. The courts of law, on the basis of long experience, have shown little faith in the ability of the average individual to understand complicated contracts. (ARROW, 1974, p. 35).

Essa consideração possibilitou a adoção do pressuposto comportamental de racionalidade limitada (um dos pressupostos em que a Nova Economia Institucional contrapõe a ortodoxia), desenvolvida por Simon. Outro fato mais importante, a inabilidade em se processar todas as informações necessárias ao funcionamento de um complexo sistema de preços, é um dos responsáveis por custos do uso deste sistema, ou seja, custos de transação (FARINA et al., 1997).

As organizações surgem motivadas por vários fatores, tais como: a) prover bens públicos ou coletivos; b) prover bens de clube; c) minimizar custos de transação; d) alterar as regras do jogo em beneficio de seus associados; e) modificar alocações alcançadas espontaneamente pelo mercado; f) propiciar ganhos de escala, e g) solucionar conflitos (SAES, 2005). Podem contribuir também para a persecução de interesses comuns, por meio da provisão de bens ou serviços públicos ou coletivos.

De acordo com Saes (2005), há vários tipos de organizações, segundo as formas de vinculação, o tamanho e as formas de monitoramento e incentivos adotados. Destacam-se os principais tipos:

1) Organização de adoção voluntária x compulsória: a vinculação do indivíduo a algumas organizações (como, por exemplo, firmas, clubes, cooperativas e associações) é voluntária. No caso das compulsórias, o indivíduo é incluído por possuir algum vínculo com o grupo (exemplo: família, raça e credo);

2) Grupos grandes x grupos pequenos: aqui, o sentido da distinção entre pequenos e grandes grupos é que o comportamento do indivíduo é sensível ao tamanho do grupo a que pertence. Ou seja, grupos pequenos têm a maior probabilidade de abastecer-se de bens coletivos sem se apoiar em mecanismos coercitivos. Já nos grupos grandes torna-se mais difícil avaliar corretamente a contribuição de cada membro para a produção do bem coletivo, dando margem ao surgimento de comportamentos oportunistas (na NEI esse tipo de indivíduo recebe o nome de "Carona");

3) Cooperação espontânea x induzida: nesse tipo de organização, a cooperação pode ocorrer espontaneamente, sem coordenação consciente (sem o consenso dos agentes), nem um objetivo comum, como na divisão do trabalho em uma economia de mercado, em que o sistema de preços providencia a coordenação dos agentes; e,

4) Grupos privilegiados, intermediários e latentes: no grupo dos privilegiados, os benefícios do provimento do bem público para pelo menos um indivíduo excedem os custos para esse mesmo

indivíduo. No grupo dos intermediários, o beneficio direto obtido para cada indivíduo é insuficiente para fazer com este arque com a totalidade do custo de produção, mas é possível monitorar a baixo custo a contribuição de cada membro. Por fim, o grupo dos latentes é aquele em que aparecem os beneficiários do tipo "carona".

Portanto, diante das limitações apresentada pelo mercado, as organizações podem representar o papel de instrumentos de coordenação das ações dos agentes econômicos, de tal forma que os benefícios da ação coletiva, como, por exemplo, a divisão do trabalho, possam ser realizados sem implicar os mesmos custos (às vezes proibitivos) de funcionamento do mercado (FARINA et al., 1997). Neste sentido, organizações, enquanto instrumentos de coordenação, podem alterar os custos de transação implícitos a um sistema econômico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições analisadas no presente artigo restringem-se principalmente ao aparato legal formal (legislações), uma vez que estas são as principais regras que regulam ou determinam a ação dos agentes envolvidos diretamente ou indiretamente na atividade. Cabe ressaltar que o ambiente institucional na região Norte de Mato Grosso é regulado por um conjunto de regras formais e informais. A grande maioria dos agentes atua de modo cooperado, a partir de uma relação de confiança que se opera em benefício do desenvolvimento da atividade na região.

As associações, juntamente com o Sebrae, são as organizações que vêm atuando no sentido de promover o espírito coletivo na atividade, de modo que os agentes envolvidos possam aumentar a capacidade produtiva e competitiva na região.

No que se refere às regras formais, o Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (INDEA-MT) apresentou as seguintes normas que regulam a atividade na região: a) Portaria nº 6, de 25 de julho de 1985 - tem como objetivo aprovar as normas higiênico-sanitárias e tecnológicas para mel, cera de abelhas e derivados; b) Portaria Mapa nº 368, de 04 de setembro de 1997 - trata-se do regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de Alimentos (casa do mel e/ou entrepostos); e, c) Instrução Normativa nº 11, de 20 de outubro de 2000 - tem como objetivo aprovar o regulamento técnico de identidade e qualidade do mel, ou seja, é feita a coleta do mel para avaliar o grau de pureza do produto, definindo, assim, uma maior certificação do produto a ser oferecido ao consumidor final.

Além dessas instituições apresentadas pelo INDEA-MT, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), através da Instrução Normativa nº 16, de 8 de maio de 2008, instituiu o Programa Nacional de Sanidade Apícola (PNSAp). De acordo com o MAPA (2009), o PNSAp visa o fortalecimento da cadeia produtiva apícola, por meio de ações de vigilância e defesa sanitária animal, sendo a coordenação do PNSAp exercida por um representante do Departamento de Saúde Animal - DSA.

Ainda nesse contexto, para prevenir, diagnosticar, controlar e erradicar doenças e pragas que possam causar danos à cadeia produtiva apícola, o PNSAp tem como meta promover as seguintes funções: 1) educação sanitária; 2) estudos epidemiológicos; 3) controle do trânsito; 4) cadastramento, fiscalização e certificação sanitária; e 5) intervenção imediata quando da suspeita ou ocorrência de doença ou praga de notificação obrigatória (BRASIL MAPA, 2009).

Outras três importantes instituições complementares foram criadas pelo MAPA, são regras que têm um grau de abrangência em nível federal. De acordo com o BRASIL MAPA (2009), os mesmos são classificados na seguinte ordem:

• PORTARIA SDA Nº 9, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003: institui o Comitê Científico Consultivo em Sanidade Apícola (CCCSA), tem por finalidade oferecer subsídios técnico-científicos ao Departamento de Defesa Animal (DDA), para elaboração de normas e procedimentos

relacionados à sanidade do plantel apícola brasileiro e à importação de abelhas e produtos apícolas;
• PORTARIA Nº 248, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1998: estabelece a metodologia analítica para a detecção de *Bacillus larvae*, agente da enfermidade das larvas de abelhas;
• INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 8 DE ABRIL DE 2008: incorpora ao ordenamento jurídico nacional os "Requisitos Zoossanitários para a importação de abelhas rainhas e produtos apícolas destinados aos Estados Partes" aprovados pela resolução GMC - MERCOSUL nº 23/07.

Na região Norte de Mato Grosso, as regras formais, como as já mencionadas, são questionáveis, visto que o setor ainda é caracterizado como uma atividade informal. Entretanto, o ambiente organizacional vem agilizando ações no sentido de eliminar essa limitação e transformar a atividade apícola em um negócio economicamente rentável.

O Sebrae foi diagnosticado, pela maioria dos agentes envolvidos na atividade, como uma empresa "Motriz", ou melhor, como o agente coordenador dos modos de coordenação, intervenção e participação nos processos de decisões das estratégias dos diversos agentes econômicos existentes na apicultura local. No entanto, a principal função enquanto agente coordenador vem sendo na disseminação do conhecimento técnico e capacitação da mão de obra da região.

Nesse sentido, o Quadro 1 evidencia as organizações pesquisadas e as principais áreas de atuação no desenvolvimento da atividade apícola na região Norte de Mato Grosso, com base nas informações obtidas através de uma análise descritiva do questionário aplicado aos representantes das organizações públicas e privadas que desenvolvem ações com apicultores da região.

Com as informações obtidas através da aplicação dos questionários, foi possível avaliar a percepção dos representantes das organizações do setor apícola. A relação de variáveis foi atribuída com base na função desempenhada pela própria organização em benefício do desenvolvimento da atividade apícola na região Norte de Mato Grosso. As variáveis selecionadas foram agrupadas e adaptadas com base no trabalho realizado por Prochmann (2007) sobre o ambiente institucional e organizacional no arranjo produtivo local da piscicultura na região de Dourados-MS.

As variáveis foram distribuídas e utilizadas para diagnosticar três pontos chaves para o segmento apícola na região, a saber:

a) As organizações: infraestrutura de recursos físicos, infraestrutura de recursos humanos e nível tecnológico;
b) Ambiente competitivo da atividade: aspectos produtivos, aspectos institucionais, capacidade de inovação e capacidade de coordenação;
c) Fatores locais e institucionais no desenvolvimento da atividade: proximidade e/ou concentração, capital humano, capital social, capital cívico, capital físico, capital financeiro, regras formais (legislação), regras informais (cultura e costumes); existência de agentes coordenadores potenciais e políticas e ações públicas e privadas.

Quadro 1 Organizações pesquisadas e principais áreas de atuação.

Organização	Principais áreas de atuação
SEBRAE	Disseminar a tecnologia de manejo, através de palestras, seminários, cursos e assistência técnica;
UFMT	Avaliação da qualidade microbiológica do mel produzido na região Norte de Mato Grosso;

UNEMAT	Realizar estudos e pesquisas sobre viabilidade econômica da cadeia, impactos sociais e analise de mercado mundial do segmento apícola;
EMBRAPA	Atender demandas em assistência técnica e desenvolver a educação continuada da apicultura;
APISNORTE	Participar em missão técnica para conhecer tecnologias e experiências de outros centros produtores de mel do país;
AANU	Participar em feiras e eventos locais, regionais e nacionais;
ASPROMEL	Participar juntamente com o Sebrae do monitoramento das ações previstas, garantindo a efetividade do gerenciamento;
APIS	Articulação para inserção do mel na merenda escolar;
INDEA	Orientar a implantação de processos de controle de qualidade e de certificação de produtos nos padrões SIM, SISE e SIF;
SEDRAF-MT REGIONAL	Encaminhar e articular a liberação de financiamento através do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Pronaf/infraestrutura para entreposto de mel e dar apoio na orientação junto aos parceiros (MAPA, INDEA);
PREFEITURA SORRISO	Doação de madeira para confecção de caixas, incentivo na comercialização, assistência técnica e viabilizar contrapartida para construção da casa do mel.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com base nos questionários (2012).

Através da análise dessas variáveis, foi possível caracterizar o ambiente institucional e organizacional do setor apícola na região, bem como apontar as principais ações e suas contribuições para o desenvolvimento da competitividade do setor apícola na região. É importante frisar que as avaliações dessas variáveis são importantes para estudar o desempenho produtivo de determinados segmentos, pois, de acordo com o grau de coordenação, essas variáveis podem aumentar ou diminuir os riscos de transação entre os agentes econômicos envolvidos na atividade em questão.

a) As organizações na apicultura

Foram identificadas 11 organizações que desempenham, em sua grande maioria, ações específicas para a atividade apícola. Em relação à classificação dessas organizações, quanto à sua origem jurídica ou fonte de financiamento: 27% possui origem municipal; 27% de origem estadual; 13% apresentaram origem classificada em associações e/ou cooperativas, 13% de origem federal, 13% sendo mista (parceria público-privada); e outros 7% responderam como sendo uma autarquia. A grande maioria dessas organizações possui abrangência municipal, representando cerca de 33%, e 25% de abrangência regional. Outros 25% são de abrangência estadual, enquanto 17% possuem ações em nível federal.

No que se referem às áreas de atuação das principais ações desenvolvidas, 18% estão concentradas no incentivo ao trabalho coletivo, 20% na capacitação ou qualificação da mão de obra e 15% na transferência de novas tecnologias. Outros 47% ficaram distribuídos em demais atividades, como fiscalização, apoio técnico e extensão rural, pesquisa, desenvolvimento da produção e etc.

Em relação à existência de uma legislação específica que oriente as atividades desenvolvidas pelas organizações, 82% responderam que existem ações específicas no setor, enquanto 18% informaram que não possuem uma legislação específica para o setor. Das ações desenvolvidas no setor, 64% são reguladas pela existência de uma regra formal, enquanto 36% responderam que as ações são feitas de modo informal, na base da confiabilidade e do relacionamento entre os agentes.

Foram apontadas as seguintes regras de regulação na atividade: a) parâmetros de qualidade do mel feito com o suporte técnico da

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); b) inspeção e fiscalização na instalação da casa do mel e/ou entrepostos (feito pelo INDEA-MT); e c) serviço de inspeção federal, estadual e municipal (MAPA e secretarias locais).

A atividade desenvolvida pelas organizações envolvidas no projeto de desenvolvimento da apicultura na região engloba um número diversificado de funções, sendo que, 13% estão focadas na parte de comercialização do setor, 20% atuam no setor de informação sobre o mercado apícola, 17% atuam no setor da agroindústria e/ou processamento e 17% no melhoramento genético. Outros 33% atuam em diferentes funções, que vão desde a produção de insumos e de colmeias até a distribuição no atacado e varejo.

O público alvo das organizações, em sua maioria, concentra-se no pequeno produtor, com 36% da demanda local, e na organização coletiva dos agentes, que representa 24% na região. Cerca de 20% caracterizaram-se como micro produtores, 8% como médios produtores e 12% representam os produtores que atuam individualmente no setor. A inclusão da apicultura como atividade econômica na região visa propiciar uma alternativa de renda e trabalho para o pequeno produtor familiar, através da organização de associações ou cooperativas, aumentando o poder de barganha dos produtores na captação de recursos, facilitando o trabalho das organizações que capacitam e dando suporte técnico aos produtores que trabalham ou pretendem trabalhar com a atividade apícola.

O estabelecimento de contato (captação de demanda) por parte das organizações se dá prioritariamente através de participação em eventos sendo representado por cerca de 27% dos entrevistados, cerca de 23% por meio de reuniões e 20% através de visitas pessoais. Outros 30% são demandas captadas através de contato feito pela Internet, telefone, publicações e através de fóruns ou câmaras setoriais.

As principais áreas de conhecimento sobre apicultura, relatadas pelas organizações, estão no processo de organização e coordenação da cadeia produtiva do setor apícola, sendo representadas por 18% das ações efetuadas, 48% apresentaram possuir conhecimento em estatística de produção, mercados e legislação do setor apícola. Já 14% das organizações possuem conhecimento em diagnosticar espécie de abelhas, 9% em estruturar a organização do ambiente e 11% com grau de conhecimento na agroindústria apícola.

No presente artigo constata-se que o grau de escolaridade das pessoas envolvidas com a atividade apícola (nas organizações) é, em grande maioria, de ensino superior. Em algumas organizações - como SEBRAE, UNEMAT, UFMT, INDEA e EMBRAPA - há pessoas com pós-graduação. Geralmente, como no caso das universidades, é grande o número de professores/pesquisadores com mestrado e doutorado que contribuem para o bom desempenho do setor. Entretanto, são poucos aqueles treinados ou capacitados para trabalhar exclusivamente com a apicultura, em função da pouca oferta de cursos de especialização no setor. No entanto, há uma perspectiva positiva em relação a essa limitação, visto que a EMBRAPA Agrossilvipastoril (em Sinop-MT) possui um projeto em fase de implantação que visa capacitar, de modo continuado, os técnicos dos órgãos estaduais e municipais em Mato Grosso. Esse fato é relevante para uma atividade que está em plena fase de desenvolvimento e que tem a meta de fixar-se como uma atividade sólida na economia mato-grossense.

Em relação ao questionamento e à importância das ações efetuadas pelas organizações no setor apícola, 45% responderam que essas ações são muito eficazes para o desempenho da atividade, 27% acham mediamente eficazes e 10% extremamente eficazes. Do total, 18% demonstraram que as ações tiveram pouca eficácia, sinalizando que ainda há algumas limitações e problemas a serem solucionados, principalmente no aspecto da defesa sanitária, que está em estágio rudimentar, faltando maiores esforços de monitoramento, cadastramento dos apicultores, certificação e rotulagem da produção local.

A grande maioria das organizações (cerca de 64% dos

entrevistados) classifica essas ações como sendo de extrema importância para o desenvolvimento da competitividade da apicultura local. Há, no entanto, 18% que consideram essas ações muito importantes, 9% que consideram mediamente importantes e outros 9% que informaram ser pouco importante. Portanto, é muito representativo o papel dessas ações no sentido de melhorar o processo produtivo, propiciando, assim, uma estabilidade do setor, garantindo aos produtores sua sobrevivência e permanência no mercado apícola.

É interessante ressaltar que é feito um acompanhamento técnico das ações realizadas para o desenvolvimento da apicultura na região Norte de Mato Grosso, visto que cerca de 70% fazem alguma forma de avaliar os resultados, grande parte é feita pelo Sebrae que, além de prestar consultoria técnica mensalmente, ainda realiza uma avaliação pós-capacitação, onde é feita uma análise do nível de satisfação dos agentes envolvidos na atividade. Já 30% não fazem qualquer tipo de levantamento do índice de satisfação das ações desempenhadas. A UFMT e UNEMAT, juntamente com algumas associações, fazem reuniões periódicas para mostrar resultados de ações feitas no setor, tais como: análise da qualidade do mel, boas práticas de higiene e impactos socioeconômicos provocados pela atividade na vida do pequeno produtor.

Quando questionados se existe algum tipo de reclamação junto ao público alvo, 70% responderam que estão satisfeitos e que não há do que reclamar das ações desenvolvidas, no entanto, 30% relataram que ainda há muitos problemas a serem solucionados. Entretanto, houve apenas duas reclamações das ações desenvolvidas na atividade apícola local: aprimoramento na logística (agroindústria e infraestrutura), demora no repasse de financiamentos e falta de cooperação de alguns agentes envolvidos na atividade (individualismo).

No que se refere à parte da infraestrutura em termos de recursos físicos, 64% apresentaram como sendo bom, em termos de quantidade, 18% como sendo ruins, 9% péssimo e 9% sendo ótima. Em termos de qualidade, 55% avaliaram como sendo bons, 27% sendo ruins, 9% sendo ótima e 9% como excelente. A falta de recursos é uma problemática para o desenvolvimento da atividade, a burocratização e a falta de garantia inibem o pequeno produtor a ter acesso ao crédito. A falta de EPI (Equipamentos de Proteção Individual) para o manuseio da atividade é outro ponto que ainda atua como uma externalidade negativa no bom desempenho da atividade.

Em relação à infraestrutura em termos de recursos humanos: 45% relataram como sendo boa em termos de quantidade; 27% como ruim; 18% como péssima; e 10% como sendo excelente. Em termos de qualidade, 45% responderam que consideram boas; 18% como sendo ruins, 10% sendo péssima; e 27% consideram ótima. Ainda são precárias as condições no quesito mão de obra, pois existem poucos funcionários com experiência técnica para atender e capacitar os produtores. Isso pode ser afirmado porque a mão de obra técnica, que presta serviço para o Sebrae, é feita através da vinda de um consultor que não é residente de Mato Grosso. Se não fosse o subsídio dessa organização, poucos apicultores teriam acesso às aulas práticas de manejo, na região.

O Senar também atua na capacitação dos produtores, no entanto, com curso básico de iniciação na atividade. Não há, entretanto, uma evolução no sentido de aumentar o nível de conhecimento dos produtores na atividade. Esse fator dificulta o desenvolvimento competitivo da atividade local e impossibilita o apicultor de transformar essa atividade em um empreendimento mais lucrativo. Por fim, a Embrapa Agrossilvipastoril está direcionando trabalhos que visam eliminar esse gargalo, através da capacitação continuada de técnicos em nível estadual e municipal. Permitirá, assim, colocar pessoas gabaritadas no campo para difundir a atividade de forma eficiente, podendo, assim, aumentar a eficácia do empreendimento apícola na região, de forma justa e sustentável.

Com relação à perspectiva de crescimento da atividade apícola no Norte de Mato Grosso para os próximos anos, 50% dos entrevistados acham que vai haver grande crescimento na produ-

ção local, enquanto 25% acreditam em médio crescimento, 8% de retração, 8% consideram que vai haver um cenário de estabilidade, sendo que os outros 9% consideram que vai haver pequeno crescimento. Portanto, a grande maioria acredita que a apicultura vai crescer consideravelmente nos próximos anos. Isso se deve, em parte, às condições climáticas favoráveis da região e devido o estado de Mato Grosso possuir três biomas ricos em flora: Cerrado, Amazônia e Pantanal, resultando em uma diversificada produção de mel e derivados.

Em relação ao nível tecnológico dos agentes envolvidos na atividade, a Tabela 1 mostra os resultados. Pode-se afirmar que, em relação aos fornecedores de insumos (caixas, vestimentas, luvas, etc.), a grande maioria dos entrevistados considera como sendo bom o nível tecnológico dos agentes, representando 56%, na avaliação das organizações locais. O mesmo ocorreu com os produtores (apicultores), que apresentaram ter um bom desempenho na estrutura tecnológica, representando 50%. Os processadores (agroindústrias) apresentaram médio desempenho no nível tecnológico, representando 73% da opinião das organizações. As transportadoras apresentaram igualdade entre médio e bom desempenho, sendo ambas representadas por 40% da opinião dos entrevistados. Os atacadistas apresentaram médio desempenho tecnológico, sendo 75% do total respondido. Os varejistas também apresentaram médio desempenho, sendo 63% da opinião dos agentes, os consultores e/ou técnicos apresentaram excelente desempenho em relação ao nível tecnológico, 45% na opinião dos entrevistados, mesmo com o número reduzido de profissionais que atuam exclusivamente na atividade apícola:

Tabela 1 – Nível tecnológico dos agentes na atividade apícola local.

Agentes	Péssimo	Ruim	Médio	Bom	Excelente	Total (%)
Fornecedores de insumos	0%	11%	33%	56%	0%	100%
Produtores	0%	10%	40%	50%	0%	100%
Processadores	9%	9%	73%	9%	0%	100%
Transportadoras	0%	20%	40%	40%	0%	100%
Atacadistas	0%	0%	75%	25%	0%	100%
Varejistas	0%	24%	63%	13%	0%	100%
Consultores/Técnicos	0%	10%	27%	18%	45%	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário (2012).

Esse cenário mostra que há necessidade de melhorar e difundir o nível tecnológico dos agentes envolvidos na apicultura, aspecto que é fundamental para o desempenho competitivo dessa cadeia. Investimentos em melhoramento das estradas vicinais na região, na construção de entrepostos (agroindústria) e/ou casa do mel e na difusão em pesquisas específicas na atividade são fatores que poderão contribuir para melhorar o nível tecnológico dos agentes envolvidos na atividade.

b) Ambiente competitivo da atividade apícola

Em relação à competitividade do setor, as organizações pesquisadas apontaram os principais problemas ou pontos críticos que reduzem e/ou inibem a capacidade produtiva da apicultura na região Norte de Mato Grosso, a saber:

1) Alto custo das instalações: na maioria das vezes está condicionada aos fatores, como compra de equipamentos, por exemplo, para fabricação das caixas, equipamentos para o manuseio da atividade, como macacão, luvas etc. No entanto, alguns apicultores têm o custo de arrendar áreas com disponibilidade de flora para instalar os apiários, matéria-prima essencial para o empreendimento apícola;

2) Carência de assistência técnica especializada: apesar de

organizações, como o Sebrae e Senar, atuarem com a oferta de cursos e consultoria na região, o número de profissionais com especialização exclusiva na atividade é praticamente limitado. Outro fator é a falta de cursos avançados sobre a atividade (graduação e pós-graduação), fatores importantes para despertar o interesse em profissionais que queiram atuar na atividade;

3) Descumprimento da legislação sanitária e ambiental: a maioria dos apicultores não possui qualquer registro no serviço de inspeção municipal, estadual e federal. Esse fator caracteriza a atividade na região como sendo informal, um aspecto que limita a capacidade competitiva no mercado apícola, visto que o mercado consumidor fica cada vez mais restrito devido à falta de rotulagem e certificação do produto para o consumidor;

4) Dificuldade de financiamento e acesso ao crédito público e privado: detectado como um dos maiores gargalos na região Norte do estado é a falta de uma política creditícia específica para o setor. A maioria das linhas de financiamento, via bancos comerciais, exige uma burocracia rigorosa e garantias contratuais por parte do produtor. Esses fatores desestimulam a grande maioria dos apicultores, levando-os a abandonar a atividade apícola na região. Cabe ressaltar, no entanto, que vêm sendo articulados recursos via Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (SICME) e a Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso S/A (MT-FOMENTO), em parceria com alguns ministérios federais. No entanto, segundo a classe dos produtores, os recursos ainda são insuficientes para aumentar a capacidade produtiva na região; e,

5) Precárias condições de infraestrutura: a maioria dos apicultores encontram dificuldade no escoamento da produção, visto que as estradas vicinais, muitas vezes, têm péssimas condições de tráfego. A falta de veículos para transportar as melgueiras também acaba sendo uma limitação para o bom desempenho da atividade. O apicultor utiliza-se de veículos de passeio para fazer o transporte dos produtos, muitas vezes em condições inadequadas, podendo colocar em risco a safra de meses de trabalho e a saúde do consumidor. Nesse caso, uma parceria entre associações e o governo municipal ou estadual seria necessária para conseguir um veículo (do tipo furgão climatizado) para escoar a produção dos apicultores dentro das normas de higiene, fator indispensável para evitar a perda de qualidade do produto.

Além desses problemas, fatores, como a elevada idade dos apicultores, também acabam sendo entraves ao setor, visto que, apesar da experiência prática desses trabalhadores, é muito pequeno o interesse dos jovens em trabalhar com a atividade apícola, visto que é uma atividade rural e a grande maioria prefere deslocar-se para os grandes centros em busca de melhores oportunidades. Outro fator limitante é a baixa propagação do mel como alimento, sendo visto, por muitos na região, como sendo um bem complementar no aspecto medicinal.

Entretanto, há fatores de natureza institucional que afetam e/ou reduzem a capacidade produtiva da apicultura na região, dentre eles destacam-se: a) a burocracia para a regularização da atividade, com demora na liberalização dos registros necessários exigidos por órgãos federais, estaduais e municipais (na região, principalmente, devido à falta de infraestrutura do INDEA para com a atividade); b) poucos incentivos fiscais diferenciados e políticas públicas específicas. Apesar de o governo estadual isentar o apicultor do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) para quem comercializa a produção dentro das fronteiras do estado, ainda são poucos os incentivos para aumentar a capacidade produtiva no estado como todo. A quantidade de recursos disponibilizados ainda não viabiliza a expansão do setor, uma vez que não existe uma política setorial, contínua e de longo prazo, que garanta a sustentabilidade do setor. Geralmente, a verba é alocada através de convênios entre órgãos estaduais, federais e municipais, mas os retornos são pequenos diante dos acordos estabelecidos entre as organizações envolvidas no setor; e, c) o baixo nível de assistência técnica e extensão rural pública na região Norte do estado, pois é pequeno o número de técnicos capacitados para atender a

demanda dos apicultores (esse fator inibe o desenvolvimento de projetos que visem captar recursos para melhorar a infraestrutura da atividade na região).

Dentre as principais ações desenvolvidas para tentar resolver esses gargalos, podem ser arriladas: a criação da Cooperativa de Apicultores do Norte de Mato Grosso (COAPISNORTE), que visa aumentar a capacidade produtiva de mel e derivados na região, através do trabalho coletivo entre os agentes; a construção de um entreposto no município de Sinop, que visa proporcionar atividades de processamento, embalagem e comercialização do mel para os apicultores; e, a capacitação continuada de técnicos envolvidos na atividade (sendo feitas pela EMBRAPA-SINOP).

Quanto aos principais problemas e/ou pontos críticos que reduzem ou inibem a capacidade inovativa da apicultura na região, as organizações relataram os seguintes pontos:

• Baixa representatividade das ações de assistência técnica e extensão rural, aliadas ao baixo nível de difusão tecnológica;
• Baixo nível de investimentos em pesquisa;
• Ausência de políticas de qualidade dos produtos (falta de certificações como o SIM, SISE e SIF na maioria dos municípios produtores);
• Concentração produtiva, ou seja, a região tem foco nas principais *commodities* de exportação do Brasil (soja, milho e algodão); e,
• Precariedade do ambiente científico de pesquisa (principalmente em relação a mão de obra disponível).

As principais ações viabilizadas no sentido de resolver esses problemas relacionados à capacidade de inovação do setor são: buscar aumentar a demanda de pessoas para trabalhar com a atividade apícola e conseguir o registro de inspeção de qualidade dos produtos (SIM). É interessante destacar que a capacidade de inovação aqui mencionada está relacionada aos investimentos públicos ou privados em ciência, tecnologia, bem como de formação de capital humano e outros (fatores que podem acarretar em melhor desempenho na competitividade no curto e longo prazo).

Em relação aos principais problemas ou pontos críticos que reduzem e/ou inibem a capacidade de coordenação da apicultura, ou seja, questões relacionadas com a capacidade de receber, processar, difundir e utilizar informações, de modo a definir e viabilizar estratégias competitivas atuais e futuras à apicultura, foram indicados os seguintes pontos:

• Baixa cooperação e associação entre os empreendimentos apícolas;
• Baixa representação e participação (fóruns, congressos, feiras e câmeras setoriais); e,
• Excesso de empreendimentos informais.
•

Nota-se que, apesar de existir um número considerável de associações na região Norte de Mato Grosso, existem muitos conflitos entre os agentes e produtores, os quais impactam negativamente no ambiente de coordenação da atividade (ex. tomadas de decisões, estratégias de mercado, capacitações etc.).

c) Os fatores locais e institucionais no desenvolvimento da atividade apícola

Com base no grau de importância que alguns fatores locais exercem para o desenvolvimento da atividade apícola na região, foi possível fazer uma classificação dos mesmos, como pode ser observado na Tabela 2.

Nela, percebe-se que a grande maioria dos entrevistados argumentou que a proximidade ou concentração geográfica dos agentes econômicos é considerada importante para o desenvolvimento da atividade apícola, e cerca de 60% dos representantes das organizações acreditam que a região Norte de Mato Grosso tem potencial para alavancar essa atividade econômica.

A região tem grande destaque no cenário estadual e nacional, por ser umas das regiões com maior volume de produção (soja, milho e algodão), possui uma representação política considerável e é um polo econômico e estratégico para o desenvolvimento da economia de Mato Grosso. Por estar localizada dentro do bioma amazônico, a atividade apícola pode e tem grandes expectativas de se consolidar como uma atividade geradora de renda e trabalho, aliado ao viés da sustentabilidade e do bem-estar social dos pequenos agricultores familiares.

Tabela 2 – Nível de importância dos fatores locais para o desenvolvimento da apicultura na região Norte de Mato Grosso.

Fatores locais	Pouco importante	Importante	Muito importante	Extremamente importante	Total
Proximidade e/ou concentração	20%	60%	0%	20%	100%
Capital humano	10%	18%	36%	36%	100%
Capital social	10%	18%	36%	36%	100%
Capital cívico	10%	18%	27%	45%	100%
Capital físico	0%	45%	28%	27%	100%
Capital financeiro	9%	18%	18%	55%	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário (2012).

Na opinião dos representantes das organizações, o capital humano e social foi considerado muito ou extremamente importante para o desenvolvimento da apicultura na região, com soma de 72% para os dois tipos de capital. O capital cívico é considerado extremamente importante, por 45% dos entrevistados, mas ainda é muito pequeno o efeito das ações na região, seja de natureza política ou financeira. O capital físico (máquinas e equipamentos) é considerado importante para o setor, por 45% dos representantes das organizações, ou seja, fator de extrema necessidade para o desempenho competitivo do setor, embora a infraestrutura física local seja ainda muito precária. Isso pode estar condicionado ao capital financeiro que, apesar de ser considerado de extrema importância, por 55% dos entrevistados, não possui recursos oriundos de políticas públicas setoriais para o fortalecimento contínuo do segmento apícola.

Quando questionados sobre a influência das regras (leis fiscais, ambientais, sanitárias etc.) na competitividade do setor apícola, 45% dos entrevistados consideram como extremamente influenciável o papel desempenhado pela legislação que regula o setor apícola na região, enquanto 55% consideraram como sendo de alta influência. Isso pode ser condição das exigências do padrão de qualidade dos mercados consumidores, sejam elas de âmbito nacional, estadual ou local. A maioria relata que a burocracia das leis de sanidade animal (higiene, qualidade etc.) acaba impactando de forma negativa, devido à rigidez das exigências.

No que se refere à influência da cultura local (costumes, tradições e regras informais/convenções) na competitividade da apicultura, 45% dos entrevistados consideram alta; 18% baixa; 18% média e, por fim, outros 19% responderam como sendo extremamente influente, impactado pelo hábito do consumidor enxergar o mel como alimento e não apenas como fim medicinal. Um fator negativo cultural é a resistência da grande maioria em trabalhar fora dos padrões regulamentados por lei (atribuídos pelo tempo de experiência na atividade), fator que gera perda de competitividade do setor e coloca em risco a saúde dos consumidores.

Em relação à existência de um agente coordenador (empresas, organizações e entidades públicas ou privadas, formais e informais) que influencia ou determina a difusão de informações e as estratégias individuais e coletivas na apicultura, 91% dos entrevistados responderam haver um agente coordenador de ações na região, enquanto apenas 9% responderam que não há nenhum agente coordenador. A maioria apontou o SEBRAE como sendo o principal agente articulador de ações para desenvolver a atividade na região Norte de Mato Grosso. No entanto, as ações são desenvolvidas sempre em parceria com as associações, cooperativas, universidades e outras entidades envolvidas na atividade (SENAR, SEDRAF, INDEA, EMBRAPA etc.).

Quando questionados sobre como a organização avalia as

políticas e ações públicas (federal, estadual e municipal) voltadas exclusivamente à apicultura (Tabela 3), 36% dos entrevistados relatam como sendo regulares as ações desenvolvidas no apoio e fomento a produção, refletindo um dos principais gargalos na atividade, que é a falta de produção em escala.

Tabela 3 – Grau de avaliação das políticas e ações exclusivas na apicultura local.

Políticas/Ações	Fraca	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Total (%)
Fomento	10%	27%	36%	27%	0%	100%
Empreendimentos	10%	20%	70%	0%	0%	100%
Serviços técnicos	0%	27%	64%	9%	0%	100%
Regularização	20%	30%	50%	0%	0%	100%
P&D	20%	20%	30%	30%	0%	100%
Comercialização	0%	10%	30%	50%	10%	100%
Infraestrutura	0%	40%	30%	30%	0%	100%
Tecnologia	0%	40%	20%	40%	0%	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário (2012).

As ações desenvolvidas na atração de novos empreendimentos foram consideradas regulares, com 70%, a disponibilidade de serviços técnicos especializados, também com 64% dos entrevistados. Apenas um profissional presta consultoria especializada na região, condição que dificulta o desenvolvimento do setor.

Na regularização e fiscalização da atividade, 50% das organizações entrevistadas acham que as ações desenvolvidas são regulares. Esse cenário mostra preocupação, pois é grande o número de produtores que trabalha na informalidade, refletindo esse baixo desempenho articulado pelas instituições responsáveis. O que se pode observar é que não há estrutura humana e tecnológica suficiente e preparada para trabalhar exclusivamente com a cadeia produtiva apícola. Embora as universidades públicas e particulares (UNEMAT, UFMT e UNIC) tenham articulado ações, através de pesquisas em diversos setores da estrutura produtiva, o resultado é que 30% classificaram como sendo regulares e 30% como sendo boas as ações desenvolvidas nesse aspecto. Como exemplo, citam as pesquisas de análise microbiológica da qualidade do mel na região, de boas práticas de higiene e o diagnóstico econômico que vem sendo desenvolvido por essas instituições em parcerias com os produtores.

Em relação à comercialização, 50% avaliaram como sendo boas as ações desenvolvidas na região, sendo realizadas, constantemente, feiras do mel, buscando incentivar e aumentar a venda dos produtos apícolas no mercado local. No município de Nova Ubiratã existem contratos estabelecidos com a CONAB, que facilita a comercialização do mel *in natura* local. Como o município possui o serviço de inspeção municipal, toda produção é adquirida e ofertada na merenda escolar local, incentivando produtores a aumentar suas capacidades produtivas. Entretanto, foi identificado certo descontentamento de alguns produtores com relação ao preço praticado pela CONAB, mas, de certa forma, houve um avanço muito grande da atividade na região, visto que as alternativas de comercialização estão sendo consolidadas para quem quer ingressar no ramo.

O problema na apicultura local está atrelado à falta de investimento em infraestrutura (humana, física e tecnológica), visto que 40% dos entrevistados relataram como sendo ruins as ações desenvolvidas nesse setor. Por fim, no aspecto tecnológico (máquinas e equipamentos), como evidenciado anteriormente, o desempenho não é nada promissor até o momento. A insatisfação das organizações entrevistadas com respeito às ações desenvolvidas no setor, no entanto, ficou distribuída em 40% avaliando-as como ruins e outras 40% considerando-as boas. Notadamente, a representação política de alguns municípios garante acesso mais rápido aos recursos oriundos de prefeituras locais ou através de órgãos estaduais (esse fator pode facilmente influenciar na tomada de decisão das organizações).

Quando questionados sobre como a organização avalia as políticas e ações voltadas exclusivamente à apicultura, promovidas pelas seguintes organizações e/ou entidades, o resultado é apresentado com base na Tabela 4.

Tabela 4 – Grau de avaliação de políticas públicas das organizações envolvidas na apicultura local.

Organizações	Fraca	Ruim	Regular	Bom	Ótimo	Total
Universidade pública	9%	9%	9%	64%	9%	100%
Universidade particular	33%	12%	11%	33%	11%	100%
Empresas e/ou centro de pesquisas	10%	18%	18%	45%	9%	100%
Órgãos de apoio e fomento	30%	0%	50%	20%	0%	100%
Centro de capacitação profissional	10%	9%	27%	45%	9%	100%
Agentes financeiros	44%	23%	22%	11%	0%	100%
Sindicatos	33%	23%	22%	22%	0%	100%
Associações ou cooperativas	0%	9%	9%	73%	9%	100%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário (2012).

As universidades públicas, representadas na região pela UNEMAT e UFMT, apresentaram uma boa avaliação: 64% das organizações entrevistadas avaliaram como boas às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas em parcerias com os produtores na região. Em contrapartida, a avaliação das universidades particulares foi considerada fraca por 33% dos entrevistados e bons para outros 33%. A falta de recurso foi à explicação para o baixo grau de representação das ações dessa instituição (Tabela 4).

As empresas e centros de pesquisas tecnológicos apresentaram boa avaliação: 45% das organizações afirmam serem satisfatórias as ações desenvolvidas nos sentido de viabilizar a atividade na região. O Sebrae e a Embrapa atuam no sentido de capacitar os produtores e técnicos na região, a capacitação continuada e as consultorias são ações que vêm sendo desempenhadas por essas instituições. Os órgãos de apoio e fomento ainda são precários na região, sendo considerados regulares na avaliação dos entrevistados, por 50% das organizações, embora considerem um fator chave para o crescimento na atividade.

O Senar atua como o centro de capacitação profissional na região, disponibilizando cursos para pessoas que queiram ingressar na atividade e alguns cursos avançados de manejo na atividade. Na avaliação desse setor, como já visto anteriormente, 45% consideram boas às ações desenvolvidas na região. Os agentes financeiros obtiveram ações avaliadas como fracas, por 44% das organizações entrevistadas, as quais consideram que há pouca ou nenhuma linha de financiamento exclusivo para a atividade apícola. Ainda, as garantias que os bancos comerciais exigem para os pequenos produtores atuam como um gargalo na aquisição de recursos, fator que limita o crescimento do setor na região e desestimula muitos produtores a permanecer na atividade. Os sindicatos aparecem com fraca avaliação em suas ações, segundo 33% das organizações entrevistadas, as quais indicam que é uma organização que está pouco atuante no cenário apícola. Esse fato pode estar relacionado pelo fato de os sindicatos priorizarem atividades que propiciem maiores retornos (soja, milho, algodão e pecuária bovina).

As associações e cooperativas são responsáveis pelas maiores articulações no ambiente organizacional, tendo 73% das ações consideradas boas na avaliação dos entrevistados. O primeiro contato para a captação de trabalhadores é fundamental para unir um grupo em prol de um bem comum, tarefa articulada, a rigor, com muito sucesso pelas associações e cooperativas da região.

Em 2009, o Sebrae e outras entidades firmaram um acordo de resultados para o desenvolvimento da apicultura na região de Sinop-MT, com o objetivo de coordenar ações para aumentar a produção de forma competitiva e sustentável na região e 82% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento e participação do projeto, enquanto 18% o conhecem, mas não participam das ações desenvolvidas. Em relação à avaliação desse projeto na região, 55% consideram como boas as ações desenvolvidas até o momento, 18% consideram fracas, 9% acham regulares e 18% responderam como sendo ótimas as ações desenvolvidas pelo Sebrae e parceiros, tanto municipais, como estaduais e federais.

No entanto, a limitação no nível mesoanalítico da competitividade demonstram significativos entraves ao crescimento da atividade, sendo que elas permeiam o nível institucional e resultam do próprio papel das organizações existentes. A falta de cooperação e comprometimento entre essas organizações atuam como um

empecilho ao desenvolvimento do setor. A grande maioria dos produtores não sente segurança com o papel das entidades regionais, pois, apesar do desempenho e esforços das mesmas, o resultado é pequeno dentro do planejamento estipulado. Há grande necessidade de educar o apicultor e transformá-lo em um empreendedor apícola, visto que a grande maioria tem a atividade como um *hobby* e complementar.

4. CONCLUSÕES

Com relação ao ambiente institucional, constatou-se que as regras que regulam a atividade na região são feitas por inspeção do INDEA-MT, em nível estadual, por instruções normativas e portarias estipuladas pelo MAPA, em esfera federal. O serviço de inspeção apontado pelas organizações são normas que devem ser respeitadas no aspecto de boas práticas de fabricação, qualidade da produção e inspeção das agroindústrias de extração e processamento.

No entanto, na região, as capacidades de algumas entidades (com relação ao efetivo de profissionais e com relação aos equipamentos) mostraram ser inadequadas para o manejo da atividade. São poucas as pessoas preparadas tecnicamente para trabalhar com a atividade na região, e não há equipamentos adequados para o trabalho de campo dos técnicos (EPI).

Apesar da informalidade da atividade, na região é feita a coleta do mel para amostra da qualidade, e o resultado obtido até o momento é de um mel puro e saboroso. São ofertados cursos de boa prática de higiene para os produtores no manejo na atividade. Esses fatores confirmam que, apesar dos problemas institucionais da região (ausência do SIM, SISE e SIF), o mel vendido ao mercado consumidor é de boa qualidade.

O ambiente organizacional da apicultura na região Norte de Mato Grosso mostrou-se eficiente no aspecto de articulação de políticas de capacitação e no fortalecimento da governança por meio do espírito coletivo. Ações conjuntas, no sentido de captar pessoas interessadas em trabalhar com a atividade, são desenvolvidas pelas associações da região, enquanto o Sebrae e outras entidades dão suporte no sentido de qualificar e capacitar a mão de obra local. São ministrados cursos e treinamentos, desde a iniciação até cursos mais avançados de manejo na atividade, tudo isso, aliado ao acompanhamento técnico feito através de consultorias com visitas aos apiários.

As organizações desempenham ações importantes no segmento de comercialização através da realização das feiras do mel, da compra conjunta de equipamentos de embalagem e da participação em eventos, objetivando divulgar, fortalecer e estimular a atividade apícola na região.

Entretanto, pode-se afirmar que problemas relacionados à capacidade humana e infraestrutura física do ambiente apícola são fatores precários que exigem maiores investimentos. São poucos os profissionais especializados que atuam exclusivamente com apicultura na região, e não há equipamentos adequados disponíveis para o trabalho técnico de acompanhamento das organizações ligadas ao setor. Esses fatores inibem o desenvolvimento da apicultura na região Norte de Mato Grosso.

A pesquisa evidenciou que os principais problemas que atuam como gargalos ao desenvolvimento da atividade na região foram:

• Ausência de políticas de fomento e crédito exclusivas da apicultura;
• A falta de produção em escala (os produtores pretendem aumentar sua participação no mercado apícola); e,
• A falta de certificação da produção, ou seja, a informalidade da atividade (ausência do serviço de inspeção municipal – SIM; estadual – SISE; e federal - SIF).

As políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento da apicultura na região foram consideradas fracas, pela maioria das organizações entrevistadas. A falta de recursos dificulta a constru-

ção do entreposto (agroindústria) na região. Existem poucos recursos destinados para pesquisas e difusão da tecnologia, fato que inibe a competitividade da atividade na região. A falta de certificação restringe o mercado de médio e grande porte da atividade apícola, visto que o mercado varejista e atacadista, na maioria das vezes, exige termos de qualidade e origem da produção, especificidades mais elaboradas quando a transação é feita por meio de contratos.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL MAPA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Legislação**: programas nacionais de saúde animal do Brasil / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. Departamento de Saúde Animal. – Brasília: MAPA/SDA/DSA, 2009;

BUENO, Newton Paulo. Lógica da ação coletiva, instituições e crescimento econômico: uma resenha temática sobre a nova economia institucional. **Revista Economia**. Brasília (DF), v. 5. n. 2, Jul/Dez. (2004), p. 361-420. In: http://www.anpec.org.br/revista/vol5/vol5n2p361_420.pdf.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido; AZEVEDO, Paulo Furquim de; SAES, Maria Sylvia Macchione. **Competitividade**: mercado, estado e organizações. – São Paulo: Singular, 1997;

GALA, Paulo Sérgio de Oliveira Simões. A Teoria Institucional de Douglass North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2 (90), abril-junho/2003. In: http://www.rep.org.br/pdf/90-6.pdf;

GUIMARAES, N. P. **Apicultura, a ciência da longa vida**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

LIMA, Sirlei Aparecida Milano de. **A apicultura como alternativa social, econômica e ambiental para a XI mesorregião do noroeste do Paraná**. Curitiba/PR (2005). In: http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf_ms/2005/d442_0620-M.pdf;

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de Desenvolvimento Local e Regional: Clusters, Política de Localização e Competitividade Sistêmica. **Policy Paper**. n. 28, setembro de 2001. Disponível: http://www.meyer-stamer.de/2001/pp28.pdf;

NORTH, Douglass Cecil. **Transaction costs, institutions, and economic performance**. - (Occasional papers / International Center for Economic Growth no. 30) Panama City, Panama May (1992). Disponível em: http://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PNABM255.pdf;

PROCHMANN, Angelo Mateus. **O papel do ambiente institucional e organizacional na competitividade do arranjo produtivo local da piscicultura na região de Dourados/MS**. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - UFMS. Campo Grande,, 2007;

RONALDO FIANI. Estado e Economia no Institucionalismo de Douglass North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho (2003). In: http://www.rep.org.br/pdf/90-9.pdf;

SAES, Maria S. M. Organizações e Instituições. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária. São Paulo: Pioneira, 2005.

REVISTA ELETRÔNICA
DOCUMENTO MONUMENTO 10
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

O SETOR TÊXTIL DE MATO GROSSO: CENÁRIO E DIRETRIZES COMPETITIVAS PARA O INÍCIO DA DÉCADA DE 2010

Duljon Boldrin
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (Faculdade de Economia)
Formação: Administrador
Local de Atividade: Departamento Nacional de Produção Mineral;
duljon@gmail.com

Dirceu Grasel
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso (Faculdade de Economia)
Formação: Economista
Local de Atividade: Universidade Federal de Mato Grosso (Faculdade de Economia)
ddgrasel@gmail.com;

RESUMO

Mato Grosso é um dos principais produtores de algodão do país. Além das vantagens comparativas presentes no Estado, existem vantagens competitivas, como o elevado nível de tecnologia utilizado, que permitem ganhos de produtividade e qualidade da pluma, fatores fundamentais para a comercialização. Todavia, percebe-se que o setor, considerando a cadeia produtiva como um todo, não possui uma estratégia conjunta de longo prazo. Essa falta de alinhamento estratégico gera instabilidade produtiva. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é sugerir diretrizes competitivas gerais para o setor têxtil de Mato Grosso para aproximar os interesses dos agentes que o compõem, com a finalidade de diminuir a instabilidade e aumentar a confiança entre os agentes.

Palavras-chave: Algodão. Setor têxtil. Mato Grosso. Diretrizes competitivas.

ABSTRACT

Mato Grosso is one of the main producers of cotton in the country. In addition to the comparative advantages existing on the state, there are competitive advantages, like the high technological level utilized, allowing productivity and quality gains in the plume, that are fundamental factors for the commercialization. However,

perceives that the sector, considering the supply chain as a whole, do not has a joint strategy for the long term. This lack of the strategic alignment generates instability in the production. Thus, the objective of this research is suggest competitive guidelines for the textile sector of the Mato Grosso to approximate the interests of the agents that compose, with the finality of decrease the instability and raise the confidence between the agents.

Keywords: Cotton. Textile sector. Mato Grosso. Competitive guidelines.

1. INTRODUÇÃO

Mato Grosso possui um território de 90.335.790,80 hectares, dos quais 47.805.514 são de estabelecimentos agropecuários. A área de lavoura temporária[1] total é de 5.734.408 hectares, sendo que a área colhida de algodão foi de 418.146 hectares. Percebe-se, ao comparar os dados apresentados a respeito da cultura do algodão com a área de estabelecimentos agropecuários e a área de lavoura temporária total, que o cultivo de algodão ocupa, aproximadamente e respectivamente, 1% e 9% deste total (IBGE, 2006).

Estes números não são desprezíveis e dão ideia do potencial dessa cultura no Estado. Embora exista oscilação na extensão de terras destinadas à produção da supracitada herbácea, constata-se o interesse do governo estadual em transformar Mato Grosso em um polo industrial ligado à cadeia em questão, não obstante a presença de política favorável à exportação[2].

Conta, como diferencial competitivo, o fato de os cotonicultores, não apenas em Mato Grosso, mas em todo o país, produzirem com elevado nível de tecnologia (AGUIAR et al., 2005), permitindo ganhos de produtividade e qualidade da pluma, fatores estes fundamentais na comercialização.

Uma questão importante neste contexto é o perfil dos produtores e as limitações técnicas que envolvem a questão. Grande parte deles também são produtores de soja e milho, característica que lhes dá certa mobilidade[3] quando o mercado está desfavorável a algum desses cultivos. No entanto, o ciclo de produção das variedades culturais existentes tende a dificultar a opção pelo plantio do algodão, pois a combinação de soja e milho envolve menores riscos de produção.

Diferentemente da soja e do milho, observa-se que o algodão vem sofrendo oscilações constantes em sua área colhida, apesar de apresentar um crescimento de produtividade maior que o da soja. Uma possibilidade crível para explicação deste cenário é que o arranjo institucional de Mato Grosso, no que tange às suas relações com o setor têxtil, possui como característica a busca por melhores retornos no curto prazo, não existindo uma estratégia alinhada de longo prazo.

O cenário ideal é aquele onde as estratégias competitivas dos diversos agentes que formam um setor estejam apontadas em uma mesma direção, criando sinergia entre os elos da cadeia e ampliando os resultados esperados. Isso só é possível se as regras do jogo forem claras e existir confiança entre os jogadores. A confiança gera estabilidade. Dentro dessa perspectiva, questiona-se: quais são os fatores responsáveis pela instabilidade no setor têxtil em Mato Grosso?

O objetivo geral desta pesquisa é sugerir diretrizes competitivas gerais para o setor têxtil de Mato Grosso para aproximar os interesses dos agentes que o compõem, com a finalidade de diminuir a instabilidade e aumentar a confiança entre os agentes.

Os objetivos específicos são: i) Verificar o Perfil dos produtores de algodão do Estado de Mato Grosso; ii) Identificar as características estratégicas de gestão e produção do setor têxtil de Mato Grosso; e iii) Compreender a forma de relacionamento exógena à firma do setor têxtil de Mato Grosso e suas características de sustentabilidade

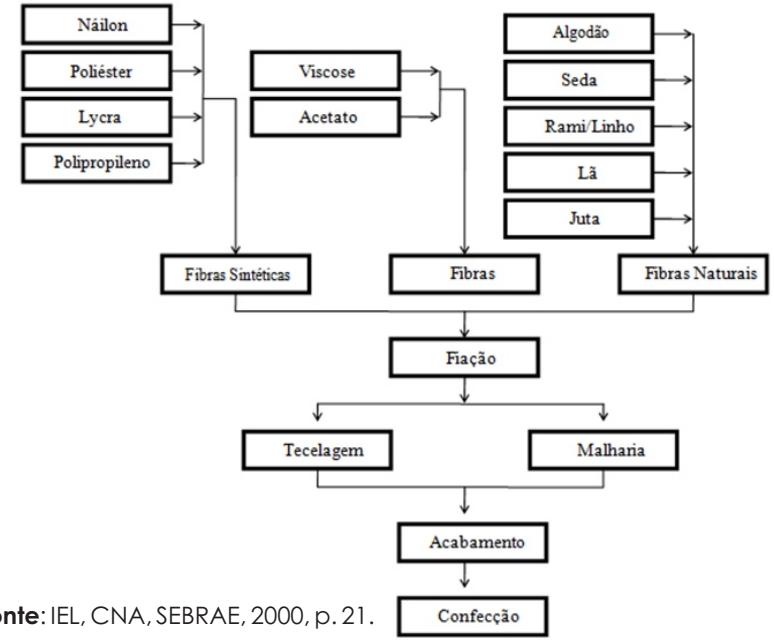
Para atender aos objetivos da pesquisa, este artigo foi divido em seções, a saber: i) Método, onde será demonstrada a forma

como a pesquisa foi realizada; ii) Referencial Teórico, seção destinada a apresentar os conceitos essenciais para se compreender os pilares da argumentação exposta; iii) Exposição e análise dos dados obtidos pela pesquisa de campo; e iv) Proposição de diretrizes competitivas gerais para o setor têxtil estadual.

2. MÉTODO

A cadeia de produção têxtil é bastante diversificada. Ela é formada pelos fornecedores de matérias-primas dos setores responsáveis pela fabricação de fibras sintéticas, artificiais e naturais e pelos agentes que beneficiam estes produtos e os comercializam.

Figura 1. Configuração Básica da Cadeia Têxtil



Fonte: IEL, CNA, SEBRAE, 2000, p. 21.

Em Mato Grosso, a cultura do algodão, embora tenha registros de produção datados do século XIX, alcançou especial importância econômica no final da década de 1990, sendo este, portanto, um fenômeno recente. Pode-se afirmar que o Estado não possui todos os níveis de agregação de valor discriminados na Figura 1. Desta forma, o setor algodoeiro mato-grossense é delimitado nesta pesquisa como a produção e beneficiamento da fibra natural algodão até o nível fiação e tecelagem.

Para responder ao problema definido, será realizada uma análise com base em pesquisa bibliográfica e documental, que será utilizada em conjunto com um estudo de caso do setor têxtil mato-grossense. O estudo do setor produtor de matéria-prima pode ser entendido como o estudo do setor como um todo, pois, praticamente todos os elos a jusante da produção primária presentes no Estado são controlados por produtores de pluma.

Contando com o apoio da AMPA (Associação Matogrossense dos Produtores de Algodão) foram enviadas mensagens eletrônicas para todos os associados da entidade. Neste primeiro contato, oito deles retornaram o questionário preenchido de acordo com as orientações da associação. Não sendo suficiente para a definição amostral, a AMPA enviou novamente a mensagem eletrônica reiterando a importância da participação dos cotonicultores na pesquisa. Nesse segundo contato formal foram obtidas doze respostas. Contatos telefônicos também foram utilizados para dirimir as dúvidas quanto ao preenchimento do questionário e confirmação de recebimento da mensagem.

O número de associados à AMPA é de 451 produtores. Ao todo, foram enviados 280 questionários através de mensagem eletrônica encaminhada pela AMPA, pois dentre os associados existem os grupos empresariais que possuem mais de uma área/empresa e aqueles que trabalham de forma conjunta, não sendo necessário o envio do questionário para cada um dos sócios. A fórmula para determinação do tamanho da amostra (n) com base na estimativa da proporção populacional está demonstrada na equação abaixo (DETERMINAÇÃO DO..., 2010).

$$n = \frac{N.p'.q'.(Z_{\alpha/2})^2}{p'.q'.(Z_{\alpha/2})^2 + (N-1).E^2} \qquad (1)^4$$

Onde:

N = População;

p'= Valores amostrais da proporção populacional de indivíduos que pertencem à categoria que estamos interessados em estudar;

q'= Valores amostrais da proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria que estamos interessados em estudar;

$Z_{\alpha/2}$ = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado;

E = Margem de erro ou erro máximo de Estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional;

Utilizando a equação (1), chegou-se aos dados abaixo:

Tabela 1. Número e Percentual de produtores de algodão filiados à AMPA.

	Sudeste	Norte	Sudoeste	Nordeste	Centro Sul	Total
Número de Produtores	254	167	24	3	3	451
Percentual do Total	56%	37%	5%	1%	1%	100%

Fonte: Pesquisa de campo.

Assumindo um Grau de Confiança de 90% e uma margem de Erro de 20%, se tem os seguintes valores amostrais necessários para viabilizar a pesquisa:

Tabela 2. Número de amostras necessárias e obtidas para viabilidade da pesquisa para Mato Grosso e para as regiões mais representativas.

	Mato Grosso	Sudeste	Norte
Número de Amostras Necessárias	11	10	10
Número de Amostras Obtido	20	13	4

Fonte: Pesquisa de campo.

Como se observa na tabela 2, o número de amostras obtidas para a realização da pesquisa em Mato Grosso é suficiente para conclusões significativas em termos estatísticos, com um grau de confiança de 90% e margem de erro de 20%. O foco da pesquisa não se encontra nas subdivisões estaduais, mas sim no Estado com um todo. A tabela 2 subdividiu regiões, com um caráter meramente informativo. Nessa seara, observa-se que a região Sudeste detém 56% dos associados à AMPA, e a região Norte 37%. De qualquer modo, juntas, elas representam 93% de todos os produtores associados, mostrando-se que a pesquisa aplicada é adequada aos objetivos elencados.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1. ESTRATÉGIA COMPETITIVA

Para que se possam identificar as estratégias competitivas adotadas pelos agentes que formam o setor têxtil, é imprescindível o conceito de estratégia e como ela se relaciona na definição dos objetivos da organização.

Para Almeida (2000), as organizações possuem escolhas que devem ser feitas de forma que consigam continuar atuando dentro de um mercado competitivo. Dessa forma, este conceito, atualmen-

te, se relaciona com as escolhas que visam o sucesso organizacional.

Embora sucesso organizacional não seja um conceito simples de ser definido, muitos líderes o relacionam com atingir objetivos futuros da organização. Portanto, estratégia estaria ligada com o futuro. Mas Mintzberg e Waters (1985) não concorda com esta ideia limitada de estratégia. O referido autor argumenta que a estratégia deve ser entendida holisticamente, pois a mesma pode ser considerada em diversas formas dentro do contexto organizacional. Em sentido amplo, estratégia é um modelo em uma cadeia de decisões.

A estratégia, para ser colocada em prática, passa por diversas fases. Primeiramente, as estratégias que são pretendidas, formuladas. Essas estratégias podem ser descartadas ou serem postas em deliberação pelos componentes de uma organização. Após a deliberação, algumas estratégias serão colocadas em prática e outras serão descartadas (MINTZBERG; WATERS, 1985). Os autores asseveram que para que a deliberação a respeito de uma estratégia seja perfeita, o elemento externo (mercado, tecnologia e política) deve ser totalmente previsível, o que, em termos empíricos, é de difícil observação.

De acordo com Porter (1999), o mercado é mutante e as organizações que atuam nele precisam ser flexíveis para sobreviver a essas mudanças. Nesse contexto, as empresas modernas investem muitos recursos para se tornarem mais ágeis e adaptáveis. Porém, dependendo do setor onde esta empresa está inserida, a busca constante por flexibilidade pode ser considerada recursos gastos improdutivamente, pois esta atitude deriva da tentativa de se preparar para uma mudança nos níveis de competição:

> A raiz do problema é a incapacidade de distinguir entre eficácia operacional e estratégia. A busca da produtividade, da qualidade e da velocidade disseminou uma quantidade extraordinária de ferramentas e técnicas gerenciais: gestão da qualidade total, benchmarking, competição baseada no tempo, terceirização, parceria, reengenharia e gestão da mudança. Embora as melhorias daí resultantes muitas vezes tenham sido drásticas, muitas empresas se frustraram com a incapacidade de refletir estes ganhos em rentabilidade sustentada. E aos poucos, de forma quase imperceptível, as ferramentas gerenciais tomaram o lugar da estratégia. À medida que se desdobram para melhorar em todas as frentes, os gerentes se distanciam cada vez mais das posições competitivas viáveis. (PORTER, 1999, p. 47).

Fazer melhor do que os concorrentes, não se trata de estratégia, mas de eficácia operacional. A estratégia precisa ser ferramenta de diferenciação. Ser diferente é buscar uma diferenciação no produto ou no serviço (PORTER, 1999).

Em síntese, pode-se entender estratégia competitiva como a capacidade da empresa trabalhar fora de um mercado que, *a priori*, funcionaria nos moldes da concorrência perfeita.

Para Porter (1999), o que irá definir o sucesso ou insucesso de uma empresa entrante em um mercado não é apenas a sua competitividade, mas também sua capacidade de visualizar, dentro desse mercado, áreas que os concorrentes não conseguiram atender satisfatoriamente ou simplesmente ignoraram.

Justamente pelo fato de o mercado estar em constante mudança, diferentes necessidades surgem. "Quando ocorrem as mudanças, os novos entrantes, livres e desembaraçados do ônus da longa tradição no setor, têm condições de perceber com maior facilidade o potencial de uma nova forma de competição". (PORTER, 1999, p. 54). A estratégia competitiva está ligada a essa criação de novas formas de competição.

Em termos de posicionamento estratégico, Porter (1999) destaca três distintas posições. A primeira delas é aquela onde o foco está na variedade de oferta de produtos e serviços. A segunda é baseada nas necessidades de um determinado grupo de clientes.

A terceira é a posição com base no nível de acesso que um cliente possui. Esta última posição pode ser em função geográfica ou do porte do cliente.

Em níveis de competição mais simples, Porter (1999) argumenta que o conceito de estratégias genéricas pode representar boas alternativas. Estratégia competitiva genérica é definida como aquela que busca a liderança de um mercado através do custo, da diferenciação e do enfoque.

Estratégia, na visão de Porter (1999), é o ato de criar uma posição "exclusiva e valiosa", usando uma variedade de atividades. A lógica é que, se existisse apenas uma posição estratégica ideal, a estratégia não seria importante. A empresa que conseguisse, antes das outras, conquistar uma posição única, dominaria este mercado:

> A essência do posicionamento estratégico consiste em escolher atividades diferentes daquelas dos rivais. Se os mesmos conjuntos de atividades fosses os melhores para produzir todas as variedades de produtos, para satisfazer a todas as necessidades e para ter acesso a totalidade dos clientes, as empresas simplesmente se alternariam entre eles e a eficácia operacional determinaria o desempenho. (PORTER, 1999, p. 63).

Pode-se deduzir que alcançar uma posição exclusiva não torna a empresa capaz de gerar vantagem sustentável, pelo simples fato que outras empresas se sentirão atraídas em atuar neste mesmo mercado.

Para que a posição alcançada possa se tornar uma vantagem duradoura, deve-se excluir aquelas que foram deixadas de lado. É um conceito muito próximo ao custo de oportunidade. A consequência disso é que, ao se decidir atuar em uma posição, abre-se espaço para os concorrentes que desejam atuar na posição deixada de lado e também daqueles que, ao perceberem a melhor opção tomada pela a empresa, passam a atuar neste mesmo caminho (PORTER, 1999).

Toda decisão implica em consequências e, no caso das opções excludentes, elas são três. Primeiramente, ao atuar fora do ramo tradicional, a empresa pode confundir seu cliente e até mesmo perder sua credibilidade. Outra situação importante é a da especificidade dos ativos. Muitas vezes, a escolha de um determinado produto praticamente exclui a possibilidade de atuar em outro, justamente pelo fato de um deles necessitar de insumos e equipamentos muito específicos, o que torna muito onerosa a adoção de uma segunda linha de produção. Por fim, a última consequência é sentida na atuação do capital intelectual que compõe a empresa. Ao tomar decisões que levem a empresa a trabalhar de uma forma, os gestores passam aos colaboradores as prioridades da organização. Ao tentar atender uma gama muito grande de clientes com necessidades diferentes, as pessoas que compõem a organização podem não ter subsídios para tomar uma decisão operacional correta (PORTER, 1999).

Ao contrário da eficácia operacional, as posições estratégicas são componentes importantes da estratégia. A primeira corresponde à perfeita execução da estratégia, enquanto a segunda é parte na formulação da estratégia (PORTER, 1999):

> As escolhas de posicionamento determinam não apenas as atividades a serem desempenhadas pelas empresas, mas também a forma como elas se relacionam umas com as outras. Enquanto a eficácia operacional diz respeito a atingir a excelência em atividades individuais, ou funções, a estratégia trata da combinação de atividades (PORTER, 1999, p. 68).

O que define a competência essencial de uma empresa é a compatibilidade entre as atividades que fazem parte da cadeia em que ela atua. "A compatibilidade afasta os imitadores através da criação de uma cadeia que é tão resistente quanto seu elo mais

forte". (PORTER, 1999, p. 68).

Quando todas as atividades de uma determinada cadeia caminham para o mesmo rumo, se a eficácia operacional estiver presente em cada uma destas atividades, ocorrerá sinergia entre elas. Sinergia pode ser definida como uma situação em que a soma do resultado de todas as partes é menor do que o resultado obtido.

Existem três tipos de compatibilidade segundo Porter (1999, p. 69): "As de primeiro nível são simples consistências entre cada atividade (função) e a estratégia geral" Um exemplo seria a atuação em todas as atividades com baixo custo ou um sistema de qualidade total. O segundo nível consiste no reforço mútuo das atividades, que é a própria definição de sinergia. As compatibilidades de terceiro nível suplantam o reforço mútuo das atividades para atingir o que se entende por otimização do esforço:

> Em todos os três tipos de compatibilidade, o todo é mais importante do que qualquer parte individual. A vantagem competitiva emana da totalidade do sistema de atividades. A compatibilidade entre as atividades acarreta substanciais reduções de custo ou aumento da diferenciação. Ademais, o valor competitivo das atividades individuais – ou as habilidades, competências ou recursos associados – não podem ser desvinculados do sistema ou da estratégia. Assim, nas empresas competitivas, talvez seja ilusório explicitar o êxito em razão de pontos fortes específicos, competências essenciais ou recursos críticos.. A lista de pontos fortes permeia muitas funções e cada um deles se aglutina com os demais. É mais proveitoso pensar em termos de temas que traspassam muitas atividades, como baixo custo, uma noção especial de serviços ao cliente ou determinada concepção sobre fornecimento de valor (PORTER, 1999, p. 71).

O planejamento deve sempre ser o ponto de partida de qualquer projeto. O elemento que leva de uma situação atual para uma situação futura é a estratégia. O planejamento estratégico tem ligação com a visão da empresa, com o longo prazo. Não obstante a presença da função de controle dos indicadores encontrados, que verifica se os objetivos propostos foram alcançados e procura corrigir aqueles processos que não foram eficazes, qualquer mudança na estratégia acarreta em altos custos para a empresa.

Dessa forma, Porter (1999) define estratégia como a criação de compatibilidade entre as atividades da empresa, e mais, uma estratégia sustentável só existe se as atividades forem compatíveis e a cadeia de atividades possuir um diferencial que lhe dê uma vantagem competitiva.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA REALIZADA COM OS PRODUTORES DE ALGODÃO DE MATO GROSSO

Entender a estratégia competitiva de um setor significa compreender as características de cada elo que o compõe, bem como as expectativas e percepções que estes agentes têm do ambiente institucional onde atuam.

No caso do setor agroindustrial têxtil do Sudeste mato-grossense, o desafio de traçar a estratégia competitiva passa fortemente pelos fornecedores de matéria-prima, pois o nível de verticalização é baixo. Nível de verticalização é interpretado como a distância entre o elo mais a jusante do fornecimento de matéria-prima e o próprio elo de produção de algodão. Nesse sentido, a região do Sudeste de Mato Grosso dispõe de um grande número de algodoeiras que, em sua maioria, são fruto de investimentos dos próprios cotonicultores, agindo de forma isolada ou cooperativa.

Embora as algodoeiras sejam verticalizações, o valor agregado por elas não é o adequado para o porte do setor. Como grande produtor de fibra de algodão, Mato Grosso necessita de investimentos nos elos mais a jusante da cadeia têxtil, como as fiações e tecelagens. Essa necessidade de investimentos é demons-

trada na presença de apenas uma fiação e tecelagem[5] em todo o Estado.

Sendo assim, o estudo do setor produtor de pluma pode ser entendido como o estudo do setor como um todo, pois praticamente todos os elos a jusante da produção são controlados por produtores.

Tabela 3. Síntese do perfil dos Produtores de algodão de Mato Grosso

Ërea Média Plantada Média	5767,44 hectares
Até 1000 hectares	15%
De 1001 a 5000 hectares	55%
Acima de 5001 hectares	30%
Nível de associação a Cooperativas	95%
Acesso a laboratórios de Classificação	95%

Fonte: Pesquisa de campo.

Em relação ao perfil dos produtores, apresentado na Tabela 3 e considerando apenas a safra de 2009 como parâmetro, a área média plantada de algodão foi de 5.767,44 hectares, sendo que as menores áreas possuem aproximadamente 300 hectares enquanto as maiores aproximadamente 2.8000 hectares.

Observa-se que 70% dos produtores plantaram até 5 mil hectares de algodão. Esse quadro revela que a base produtiva do Estado, no setor cotonicultor, é a grande propriedade rural, pois mesmo os empresários que se encontram abaixo dos 5 mil hectares plantados não se enquadram na categoria de pequenos produtores, sendo que apenas 10% deles cultivaram menos do que 500 hectares da herbácea.

Apesar de o setor têxtil apresentar oscilações no que tange à área cultivada ao longo da década, 75% dos produtores não diminuíram suas áreas plantadas em 2010. Quanto aos outros 25% que reduziram suas áreas cultivadas, esta redução foi de aproximadamente 11%.

Um aspecto interessante dos dados obtidos foi a concentração de produtores que reduziram suas áreas plantadas abaixo de 5 mil hectares. Embora não se possa afirmar que exista uma correlação negativa entre o aumento de área cultivada e a variação da área plantada no setor, esta observação é cabível para os anos 2009 e 2010, pois 25,8% daqueles que produziram abaixo de 5 mil hectares reduziram suas áreas em 2010 em relação a 2009, enquanto na faixa dos que produziram acima disso não houve redução, fato que pode estar relacionado disponibilidade de capital de giro ou acesso a ele.

Admite-se que a cotonicultura tenha como característica os ganhos de escala, sendo crível, neste caso, que ela seja mais lucrativa à medida que a quantidade produzida aumente. No entanto, a cotonicultura mato-grossense é costumeiramente tratada como um setor produtivo formado por grandes propriedades rurais altamente tecnificadas, sendo estas características utilizadas como argumento para justificar a lucratividade na região. Sendo assim, pode-se afirmar que, por possuir altos custos de produção aliados à forma de produção estadual, o algodão necessita de maiores escalas do que outras culturas, como a soja e o milho.

Aproximadamente, 95% dos produtores de algodão são associados de alguma cooperativa. Essa característica permite ganhos nas negociações na compra de insumos e venda dos produtos. Outrossim, essa característica de cooperação traz resultados positivos para o setor, como a maior mobilidade para reivindicação de benefícios para a categoria e o alinhamento das estratégias dos produtores.

Entre outras coisas, a comercialização conjunta permite a inserção em mercados onde isoladamente o produtor não conseguiria vender seu produto. O mercado de plumas de algodão é bastante competitivo e se relacionar com clientes externos como

uma instituição única reduz custos operacionais e de transação, além de facilitar o processo de aquisição de confiança entre os agentes e o acesso a laboratórios de classificação da fibra.

Tabela 4. Síntese das Características Estratégicas de Gestão e Produção dos cotonicultores
Mato-grossenses

Decisões de Produção	Produtor
Aspecto Principal na escolha de Produção	Preço
Escolha da Variedade	Boas experiências com a cultivar
Treinamento dos Colaboradores	Em 95% dos Casos
Controle de Custos	Em 95% dos Casos
Beneficiamento Próprio	75% dos produtores
Média de Qualidade do Algodão	31-4
Comercialização	Próprio Produtor
Aspecto mais importante individualmente	Custo
Aspecto mais importante coletivamente	Qualidade

Fonte: Pesquisa de campo.

A Tabela 4 apresenta o resumo dos dados referentes às características estratégicas de Gestão e Produção do setor em estudo. Dentro das características estratégicas da Gestão e Produção, o conhecimento do processo de construção da tomada de decisão é uma informação essencial para compreender o fluxo da formação da estratégia. Neste ínterim, em 90% dos casos, o proprietário participa do processo decisório que visa escolher a cultura a ser produzida. Os administradores participam da decisão em 20% dos casos, enquanto especialistas são ouvidos em 15% delas.

Esse cenário revela que o processo decisório é bastante centralizado no setor. Não existe a descentralização de decisão. Essa característica pode ou não ser um problema, a depender do nível de conhecimento dos proprietários. Naqueles casos onde os graus de instrução e conhecimentos em análise estratégica do proprietário são elevados, é interessante a participação deste empresário na tomada de decisões. Quando o grau de conhecimento daquele que toma a decisão é baixo, é imprescindível a participação dos administradores do negócio, bem como de especialistas nas diversas áreas correlatas.

É necessário frisar que não se possuem dados suficientes para se chegar a uma conclusão quanto à adequabilidade do número de administradores e especialistas na formulação da estratégia dentro de cada firma, sendo cada uma delas um caso a ser analisado especificamente. A firma, como complexo de contratos, só pode ser analisada a partir de dados específicos, mesmo porque o foco desta pesquisa é o entendimento e adequação da estratégia de todo o setor estadual, e não um estudo de caso de firma individual.

Ainda na tomada de decisão, vários aspectos devem ser observados para que esta seja tomada de forma satisfatória. Dentre estes aspectos, 80% consideram relevante o preço do algodão em relação a outras culturas, como a soja e o milho, 20% levam em consideração a previsão de safra feita por órgãos governamentais, 5% consideram previsões feitas por consultorias privadas e 10% tomam a decisão em conjunto com outros elos da cadeia, como Algodoeiras, Fiações e Tecelagens.

A cultivar escolhida tem relação direta com as características do produto final e com os custos, haja vista que existem variedades que podem diminuir a necessidade de utilização de insumos. Essas variedades podem apresentar produtividade reduzida em comparação com outras, que são menos resistentes a pragas e doenças, sendo este *trade off* entre produtividade e custos importante objeto de análise.

Assim sendo, 55% dos produtores optam por variedades que já testaram e aprovaram anteriormente, 20% utilizam aquelas reco-

mendadas por Associações, Cooperativas e Agrônomos, sendo que 30% promovem estudos próprios no sentido de escolher a cultivar ideal. Interessante frisar que os produtores não vêm utilizando a recomendação de Instituições Públicas para este fim.

Para que as estratégias das organizações acarretem em resultados positivos, é imprescindível que membro dessas organizações detenha conhecimento suficiente para desempenhar suas atividades. Parte-se do pressuposto que cada colaborador possua os requisitos necessários para o desempenho de sua função. No entanto, a aprendizagem organizacional depende da evolução de cada um dos membros, fazendo, assim, que o treinamento constante seja um fator positivo a ser buscado pelas instituições.

Cerca de 95% das empresas agrícolas treinam seu capital intelectual. Não foi objeto de questionamento o conteúdo e finalidade desse treinamento, nem sua quantidade em determinado intervalo de tempo.

Um controle rigoroso dos custos é outro elemento central na adequabilidade da estratégia traçada às contingências que surgem no decorrer da execução das atividades organizacionais. Sem o conhecimento de como cada elemento produtivo eleva o custo de produção, não se pode promover a melhoria nos processos. Sem consciência exata do valor dos custos, é impossível determinar uma estratégia adequada de vendas. Quanto maior a diferença entre as receitas e os custos, maior será a lucratividade da firma. Aproximadamente, 95% dos produtores rurais possuem controle rigoroso de custos, utilizando planilhas e/ou *softwares* desenvolvidos especialmente para isso.

Sendo as qualidades intrínsecas da fibra tão importantes para a lucratividade do negócio, é necessário que exista um controle *ex antes*, na medida do possível, dessas características. A forma como os cotonicultores mato-grossenses fazem esse controle é através da utilização de classificação visual e HVI[6], tratos culturais corretos, condução da lavoura, beneficiamento, utilização de fertilizantes, defensivos e micronutrientes e também na escolha da variedade.

No que tange à etapa de beneficiamento, a cotonicultura mato-grossense apresenta características ímpares. Aproximadamente, 75% da produção estadual são beneficiadas pelos próprios produtores. Corroborando com a afirmação feita em outros momentos deste artigo, essa informação significa que os elos produtivos e de beneficiamento estão integrados. Complementarmente, 25% dos produtores terceirizam sua produção.

Como consequência da utilização dessas ferramentas elencadas acima, Mato Grosso se destaca na qualidade da pluma obtida, constantemente acima do padrão mundial.

Como as negociações no mercado têm como padrão o algodão de classificação 41-4, observa-se que os produtores conseguem, costumeiramente, resultados melhores que este. Isto significa uma melhor remuneração, pois o mercado normalmente paga ágio por características de pluma superiores ao padrão.

Essa situação nem sempre é realidade para o mercado interno, como dito anteriormente, tornando este tipo de negociação mais custosa para os agentes envolvidos.

Acompanhando a tendência centralizadora nas escolhas de produção, 80% dos empresários rurais utilizam, além de outras formas, a negociação pessoal, que permite que o produtor evite gastos indiretos que poderiam tirar a lucratividade da venda.

As cooperativas estão presentes nas negociações de 55% dos produtores. Comparando essa informação com outras elencadas no texto, pode-se fazer uma comparação. Considerando que 95% dos produtores são associados a alguma cooperativa, esperava-se que estas estivessem mais presentes na negociação do produto, principalmente pelo seu elevado poder de barganha e formação de reputação. Dessa forma, mesmo podendo descentralizar estas atividades, pouco mais que a metade dos produtores dos produtores (55%) opta por fazê-lo. Obviamente, qualquer descentralização envolve custos e esses estão sendo considerados onerosos pelo produtor. Se ocorresse de outra forma, se esperaria que esse percentual fosse mais próximo aos 95% obtidos no nível de cooperati-

vismo.

Outra estratégia que, embora pouco utilizada (5% das vezes), possui aspectos positivos, é a associação para venda. Nestes casos, diversos produtores negociam conjuntamente com o intuito de conseguir um maior poder de barganha. Outra vantagem do método é que se podem evitar custos diretos de negociação, como as comissões cobradas por algumas cooperativas e intermediários, porém, com maiores custos de transação, pois as negociações serão conduzidas pelo próprio grupo de produtores ou por seus representantes.

Parece crível afirmar que a utilização de intermediários é a pior alternativa possível. Além do fato de gerar menores custos de transação, todas as outras características desse tipo de negociação são mais custosas ao produtor. Parte-se do princípio que, para o intermediário, lucrar mais, vendedor e/ou comprador devem lucrar menos. Por esta razão, 15% dos produtores utilizam tal estratégia negocial.

Tão importante quanto entender a forma de gestão do produtor é compreender a maneira como ele mesmo percebe seu negócio. Como a racionalidade dos agentes é limitada, a estratégia é calcada sobre as expectativas de seu formulador. Essas expectativas nada mais são do que a forma como o empresário percebe seu negócio e o ambiente onde está inserido.

De acordo com os dados apresentados, o foco na diminuição dos custos de produção é preocupação de 85% dos cotonicultores. Não apenas na cotonicultura, o modo de produção adotado pelos empresários rurais segue uma tendência de aumento dos custos, *ceteris paribus*. Grandes extensões de terra cultivadas com apenas um vegetal causam desequilíbrios naturais dos mais variados tipos. Embora seus efeitos possam ser amenizados com o uso e aprimoramento da tecnologia, não podem ser totalmente sanados. Porém, a natureza possui poder de adaptação, fazendo com que a utilização de insumos de ponta seja necessária para a viabilidade financeira da produção. Essa dependência tecnológica, aliada ao fato da origem destes produtos serem geralmente importados, deixa a estratégia mais difícil de ser otimizada e os custos mais elevados.

A qualidade é preocupação de 60% dos produtores. Embora um ganho de qualidade, mantendo os demais fatores constantes, signifique um aumento no preço de venda, pelo menos no mercado internacional, a variação marginal positiva na qualidade afeta menos os lucros do que uma variação marginal negativa nos custos. Essa parece ser uma conclusão crível da ponderação dos dados apresentados, mesmo porque nem sempre o produtor consegue uma remuneração adequada aos ganhos de qualidade da pluma, como citado em outros pontos do texto. Dessa forma, uma maior preocupação com os custos parece uma estratégia adequada, até mesmo pela qualidade apresentada pelo setor já ser melhor que o padrão de mercado.

A perda de flexibilidade[7] foi apresentada em outros momentos do trabalho, como uma consequência negativa da opção do produtor em produzir algodão e manter uma oferta estável durante certo período de tempo, no entanto, 30% dos produtores se preocupam com essa questão. Pelo fato de a produção de algodão requerer ativos muito específicos, o produtor que possui tais ativos está em uma melhor posição do que aquele que não os possui. Isso posto, é salutar obter esse nível de preocupação dos produtores que já fizeram a opção pelo cultivo mais oneroso, entre aqueles que possuem grande produção no Estado.

Essa característica permite ao cotonicultor uma maior gama de estratégias[8] do que dispõe o sojicultor, o que pode ser parte da explicação pela instabilidade produtiva apresentada pelo setor. Se a expectativa da safra e preço de venda futura de algodão estiver abaixo das da soja e milho, o empresário irá desenvolver o projeto que tenha mais expectativas positivas envolvidas. Agora, se o algodão estiver melhor cotado como escolha de produção, o produtor de soja não terá a opção de plantar algodão, pelo menos, não sem arcar com investimentos vultosos. Como o mercado é instável, nada garante que o cenário que levou o produtor de soja a decidir produzir algodão se mantenha tempo suficiente para cobrir

os investimentos realizados. Isso tudo, aliado ao fato de que a produção de algodão envolve mais riscos que a da soja, leva os sojicultores a serem mais "fiéis" do que os cotonicultores.

No que tange à cooperação horizontal e vertical, elas são citadas como aspectos que podem fazer diferença para o produtor, respectivamente, em 30% e 35% dos casos. Percebe-se que, embora o nível de cooperativismo seja elevado, tudo indica que é causado pelos serviços de classificação obtidos, pois, como já apresentado, os produtores não utilizam muito as cooperativas para comercializar o seu produto. Essa conclusão é fomentada na característica centralizadora dos produtores regionais. Isso pode explicar os dados de cooperação horizontal, mas não os 35% obtidos na cooperação vertical, que reside no fato de que grande parte dos produtores possua algodoeiras próprias ou terceirizem o serviço.

Aparentemente, o setor ainda não possui altos níveis empreendedores a jusante do beneficiamento através de algodoeiras. Além de constituir custos de oportunidade para os produtores, essa horizontalidade do setor deixa de impactar positivamente sobre a sociedade na forma de empregos, renda, entre outros benefícios não aproveitados. No entanto, não cabe somente aos produtores a responsabilidade desta situação. Eles formulam suas estratégias baseadas nos indicativos do ambiente institucional onde estão inseridos. Se o jogo revela vantagens em exportar *in natura*, a tática correta para os jogadores é exportar o produto longe dos altos níveis de agregação de valor. Nesse sentido, é preciso que o Estado repense sua política de incentivos à agricultura. Não se trata de diminuição de incentivos e sim de mudança em sua natureza.

Ao contrário dos aspectos que dariam maior competitividade aos produtores de maneira individual, os aspectos considerados importantes para o setor revelam uma inversão de valores. Nesse caso, os empresários consideram que a qualidade deveria ser buscada de maneira conjunta, seguida de perto pelo pacto na diminuição dos custos de produção. A flexibilidade e a cooperação horizontal perdem importância e a cooperação vertical, embora também seja minimizada, passa a ser o terceiro aspecto desejado pelos produtores.

Estes dados revelam certa falta de alinhamento das estratégias do setor. Se individualmente os custos de produção são mais importantes, por que conjuntamente não seriam? De fato, custos e qualidade são elementos centrais na formulação de estratégias, mas essa disparidade entre as ideias individuais e as que os próprios indivíduos têm do todo pode constituir ameaça ao bom funcionamento das estratégias que por ventura possam ser formuladas conjuntamente.

Tabela 5. Síntese das características de Relacionamento exógeno à firma do setor têxtil de Mato Grosso

Causas da instabilidade setorial	Preço, Políticas Governamentais e Custos
Fatores prejudiciais internos	Carga Tributária e Infra-estrutura
Fatores prejudiciais externos	Protecionismo Econômico
Fontes de Crédito Majoritárias	Privada e Própria
Relação com as fiações e tecelagens	Somente Comercial

Fonte: Pesquisa de campo.

Complementarmente às análises microanalíticas realizadas até este momento, serão ponderadas a qualidade das interações externas das firmas, apresentadas na Tabela 5. Essa pesquisa partiu da pressuposição de instabilidade dentro da cadeia têxtil mato-grossense, porém não existiam confirmações práticas deste pressuposto, além das análises das séries de produção históricas.

Nesse ínterim, os produtores foram questionados a cerca desta instabilidade e dos motivos de sua existência. O problema foi admitido por 75% dos cotonicultores, sendo o motivo de sua causa questão divergente entre a categoria.

Segundo os cotonicultores, as principais causas da instabili-

dade do setor são o Preço, as Políticas Governamentais e os Custos de Produção. Como o principal parâmetro na escolha da produção é o preço esperado da pluma, em comparação aos seus substitutos, a falta de apoio governamental ao produtor na utilização de mecanismos de controle de preço, transforma o preço em uma ameaça. Embora existam programas governamentais que visam remunerar o produtor dentro de um valor de referência, eles servem apenas para garantir uma remuneração mínima, não uma remuneração adequada.

A falta de demanda interna, aliada à falta de confiança entre os agentes leva os produtores a optarem, racionalmente, por aquilo que envolva menos riscos e maior lucro: a exportação. A falta de apoio tecnológico também constitui um problema para os menores produtores. Em um sistema tão dependente de tecnologia e escala, aqueles que plantam menores extensões se veem duplamente sufocados, pois, geralmente não possuem suporte adequado e não produzem em escala suficiente para viabilizar o investimento.

Especificamente quanto à estratégia do setor, 70% dos produtores consideram a estratégia atual uma simples soma das interações das firmas. Sendo assim, não existe estratégia setorial, ela é tão somente o fruto da resposta de cada agente aos estímulos do ambiente, sendo que estes agentes possuem informações assimétricas e racionalidade limitada.

Apesar disso, 65% dos produtores consideram a estratégia atual adequada às necessidades do setor. Esses dados aparentam ser fruto da forma centralizada com que os cotonicultores gerenciam seus negócios, aliada à falta de estímulos do mercado para que haja mudanças no *status quo*. Parte dos produtores que não consideraram a estratégia adequada, reclamaram da falta de demanda por pluma no Estado, pois não existem fiações e tecelagens em número suficiente para afetar o mercado.

A carga tributária foi indicado como problema, por 90% dos produtores, seguido pela infraestrutura, encargos sociais e juros, com 65%, 35% e 30%, respectivamente. Comentários serão tecidos em referência aos dois primeiros.

O Brasil possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, no entanto, no que tange àqueles tributos que incidem diretamente na produção agrícola, a realidade é diferente. A Lei Kandir é bastante benéfica aos produtores, fornecendo competitividade em sentido amplo ao setor. Não se pode afirmar se os produtores pleiteiam mais auxílio governamental no que tange à relativização de alíquotas cobradas, ou se pleiteiam uma política tributária mais estratégica, sendo esta uma limitação desta pesquisa.

A infraestrutura, ou a falta dela, causa parte dos problemas que os produtores possuem com os custos. Além da distância geográfica dos portos existentes, o modal rodoviário, que é o majoritariamente utilizado pelo setor em Mato Grosso, é o mais caro, entre os considerados viáveis para o escoamento de grande volume de produção. Outrossim, as estradas existentes são precárias, fazendo com que o custo com transporte se eleve ainda mais. Não bastassem as dificuldades logísticas para se chegar ao porto, os próprios constituem um gargalo na infraestrutura nacional. Os portos utilizados não possuem capacidade de carregamento compatível com a demanda brasileira.

O mercado do internacional de algodão é complexo. A demanda existe e é adequada aos níveis de produção, porém, o fato de os países produtores serem consumidores, trás consequências negativas para os cotonicultores.

Um país que demanda produtos têxteis e, ao mesmo tempo, mantém uma grande produção de algodão, se vê no conflito entre suprir esta demanda ou beneficiar seus produtores. Abrir sua economia ajudaria a indústria têxtil local, que poderia se beneficiar de produtos competitivos do mundo todo. No entanto, essa decisão prejudicaria o setor produtor, que se veria ameaçado pela concorrência internacional, por vezes com padrão de competitividade superior ao local. Esses conflitos de interesses dentro de cada país prejudicam o livre comércio internacional. Cerca de 60% dos produtores mato-grossenses consideram esse um fator prejudicial ao sistema. Salienta-se que o Brasil não se torna exceção nesse sentido.

Existem níveis de protecionismo diferentes, mas existem.

A origem do crédito para a cotonicultura do Estado é fortemente privado e próprio. Infere-se que 56,5% dos produtores utilizam algum tipo de fonte Privada de recursos no seu negócio. A segunda fonte mais usada é o capital próprio. O setor possui baixo nível de alavancagem financeira em comparação com outros congêneres. A surpresa fica por conta do baixo número de produtores que se valem de recursos vindos das fontes oficiais de fomento.

Aproximadamente, 60% dos produtores não estão satisfeitos com as fontes de crédito disponíveis. Os principais problemas apresentados foram os altos juros cobrados, as exigências documentais e as garantias pedidas pelo setor financeiro.

Tabela 6. Síntese das características de Sustentabilidade do setor cotonicultor de Mato Grosso

Modo de Manejo de Solo	Direto e Convencional
Forma de Controle de Pragas e Doenças	Controle Químico
Tratamento de Embalagens de Insumos	Adequado em 100% dos casos
Modo de Produção Ambientalmente Sustentável	Opinião de 75% dos produtores
Modo de Produção Financeiramente Sustentável	Opinião de 85% dos produtores
Modo de Produção Socialmente Sustentável	Opinião de 85% dos produtores

Fonte: Pesquisa de campo.

A Tabela 6 traz a síntese dos dados referentes às características de sustentabilidade do setor. Quanto às formas de manejo de solo, verifica-se que o modo mais usado é o plantio direto, seguido do convencional e do semidireto. O modelo de manejo de solo não é único dentro de cada estabelecimento agrícola, sendo que cada área pode necessitar de técnicas diferentes de preparo da terra.

O controle das pragas e doenças é majoritariamente químico. As embalagens desses produtos químicos são corretamente tratadas antes de ser descartadas em centros de recolhimento.

Ao serem questionados a respeito da possibilidade de utilização de cultivares que demandassem menor utilização de produtos químicos, mas que apresentassem produtividade inferior ou qualidade de fibra inferior, 60% dos produtores revelaram que não utilizariam tais insumos. Embora a maioria não demonstrar interesse, o fato de 40% dos produtores revelarem a possibilidade da utilização de insumos menos poluentes, mostra um aspecto positivo do setor.

A questão que demanda maior análise deste bloco é a que pede a opinião dos produtores a respeito da sustentabilidade ambiental, financeira e social do setor cotonicultor de Mato Grosso. Na opinião dos empresários rurais do Estado, não existe dúvidas quanto à sustentabilidade de seu negócio.

Esta certeza não é crível, principalmente ao considerarmos o longo prazo. Mesmo tudo podendo variar, nada garante que a tecnologia consiga evoluir mais rapidamente do que as adaptações da natureza. Isso pode tornar o negócio inviável financeiramente, pois ele é fortemente dependente de tecnologia e seus custos são elevados.

A utilização de insumos altamente tecnológicos quase sempre significa utilizar produtos químicos que causam prejuízos ambientais. O fato de a maioria dos produtores não estar disposta a produzir menos com custos financeiros e ambientais igualmente menores, leva a uma situação onde, no longo prazo, o solo pode não ter mais condições de ser cultivado, o lençol freático se torne poluído e o ecossistema regional fique debilitado. O fato de não se poder provar que essa possibilidade não exista, já é o suficiente para o setor não ser sustentável ambientalmente.

Sem modificações na matriz de produção, o negócio tende a se tornar cada vez mais intensivo em capital e menos intensivo em mão de obra. Essa situação, aliada a políticas públicas dúbias que não levem à verticalização a médio e longo prazo, e a falta de integração entre o setor produtor de bens primários e o produtor de

bens secundários, pode levar a uma realidade onde nem mesmo a massa salarial direta seja produzida. Obviamente, essa mão de obra seria dirigida para outras culturas, ou até mesmo para outros setores. Porém, não existe nenhum indicativo de que exista preocupação do setor com essa questão, o que torna setor insustentável socialmente, pelo menos diante da atual macroestratégia.

Não obstante essas possibilidades não poderem ser verificadas na prática, a sustentabilidade presume uma certeza de viabilidade ambiental, social e financeira, entre outras facetas possíveis, certeza essa que não existe. Sendo assim, qualquer estratégia que não se preocupar com alguma dessas questões se torna inviável, antes mesmo de sua implementação.

5. DIRETRIZES GERAIS VOLTADAS PARA A COMPETITIVIDADE DO SETOR

Considerando o perfil dos produtores e as características apresentadas, a estratégia considerada adequada para que o setor possa se desenvolver deve passar por alguns pontos ou diretrizes consideradas essenciais.

Primeiramente, é necessário que o setor produtivo dialogue diretamente com os representantes do poder público. A estratégia deve ser calcada na profunda verticalização do setor, de modo que, no longo prazo, grande parte da produção tenha o máximo de valor agregado regionalmente. É imprescindível estimular a demanda interna por artigos derivados de algodão, sem excluir a possibilidade de aumento do mercado consumidor externo. Sendo assim, uma saída possível é a isenção de impostos sobre os artigos que possuem elevado nível de valor agregado. Pode-se, inclusive, formular níveis diferentes de redução de alíquota, a depender deste nível de agregação de valor. Outra alternativa seria a revogação da Lei Kandir, que poderia motivar o setor têxtil mato-grossense a buscar maiores níveis de lucratividade, agregando mais valor ao produto que atualmente é exportado com baixo nível de valor agregado .

Para garantir a noção de equidade entre os agentes e a manutenção de oferta de pluma, devem ser estabelecidas formas de compensação da indústria para o setor de produção de matéria-prima pela qualidade superior da fibra destinada ao mercado interno. Embora a pluma de algodão seja uma *commodity*, sua especificidade, principalmente daquela detentora de qualidades intrínsecas superiores, não é baixa, sendo assim, preferível a negociação através de contrato entre os agentes do que uma negociação via mercado.

Essa indústria não pode ser uniforme, pois essa uniformidade não aproveitaria o potencial qualitativo da pluma mato-grossense. É necessário que existam grandes, médias e pequenas indústrias, da fiação, tecelagem até a malharia e confecção de artigos de vestuário, pois, assim, toda a potencialidade da pluma estadual seria aproveitada.

Após a abertura econômica da década de 1990, as grandes indústrias do setor passaram a focar na produção de *commodities* têxteis. Esse tipo de produto necessita de grandes investimentos e escala de produção para serem lucrativos, pois, devido à competitividade do mercado, as margens de lucro marginal são menores. Por outro lado, aquelas indústrias de menor porte apostaram na diversificação do produto. Essa diversificação permitiu o atendimento de nichos de mercado inexplorados, que utilizam fibras mais específicas, possibilitando um maior lucro marginal.

O excedente na produção primária continuará a ter como destinação o mercado internacional ou outros pontos do território nacional. Várias possibilidades para a redução dos efeitos negativos ao meio ambiente decorrentes da produção primária podem ser formuladas. Mantendo-se as mesmas alíquotas de tributos cobrados dos produtores, o poder público deverá formular políticas de prevenção e recuperação ambiental. Essa responsabilidade poderá ser arcada pelos produtores se houver correspondente diminuição tributária para que estes não sejam demasiadamente onerados.

Outra solução é um pacto e maior interação entre a indústria nascente e os cotonicultores em utilizarem cultivares que demandem menor utilização de insumos tóxicos no seu ciclo produtivo. Essa

tecnologia pode ser ou não transgênica. No entanto, análises dos benefícios e malefícios que essa tecnologia pode representar devem ser produzidas pelos produtores em conjunto com a sociedade civil organizada e as instituições de pesquisa e ensino superior.

Embora as possibilidades apresentadas nos parágrafos anteriores sejam críveis, a estratégia adequada seria a adoção de um setor têxtil de custo ambiental zero. A responsabilidade pelos danos causados deve ser do agente causador. Uma política fiscal adequada neste sentido é aquela que desonere os agentes que são eficientes no sentido de não gerar efeitos negativos derivados de sua produção.

Havendo verticalização total da produção têxtil estadual, a falta de empregos diretos gerados pelo setor irá ser sanada, principalmente, pela atuação do setor de confecção e malharia. Embora se admita que a concentração de renda nas mãos dos detentores dos meios de produção continuará, os ganhos sociais advindos da maior agregação de valor da produção estadual relativizarão o problema.

Uma política de redistribuição de terras poderia ir ao encontro da solução para o problema, todavia, traria toda sorte de instabilidade social e econômica. Além disso, não existe consenso a respeito desse tema. Essa falta de consenso demanda estudos específicos que não fazem parte do objeto desta pesquisa, restando nela apenas seu apontamento como motivação para outros trabalhos.

O modelo agrícola empresarial presente no Estado não parece ser passageiro. Uma das características desse sistema é a irreversibilidade. Aquele que for mais eficiente do ponto de vista produtivo se destacará e continuará a agregar novas terras daqueles produtores menos eficientes.

Há indícios de que a necessidade de escala produtiva diante do padrão de competição do setor impede a reprodução em pequena escala, pelo menos não com os mesmos níveis de produtividade. Embora a viabilidade social e ambiental pudessem ser incrementadas com a alteração do modelo produtivo regional, existem fortes indícios de que o modelo alternativo não seria financeiramente viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa é sugerir diretrizes competitivas gerais para o setor têxtil de Mato Grosso, para aproximar os interesses dos agentes que o compõem, com a finalidade de diminuir a instabilidade e aumentar a confiança entre os agentes.

Para isso, percebe-se a necessidade de diálogo direto entre o setor produtivo e os representantes do poder público no sentido de que se criem políticas públicas que levem à verticalização da produção. Entre outros benefícios, essa verticalização sanaria a questão da falta de empregos diretos gerada pelo setor têxtil estadual.

Ponto relevante também é a construção instrumentos que compensem a qualidade da pluma produzida em Mato Grosso, pois a já pequena demanda interna não utiliza as de qualidade acima da média.

No tocante à responsabilidade sobre o meio ambiente, a responsabilidade pelos danos causados deve ser do agente causador. Uma política fiscal adequada neste sentido é aquela que desonere os agentes que são eficientes no sentido de não gerar efeitos negativos derivados de sua produção.

NOTAS

[1] Lavoura temporária é aquela que, após a colheita, necessita ser novamente semeada para que possa produzir. O ciclo de produção é normalmente menor que um ano (IBGE, 2010).

[2] Lei Complementar 87 de 1996, conhecida como Lei Kandir.

[3] Embora existam experimentos com a utilização do Algodão aden-

sado (utiliza um espaçamento entre linhas inferior ao do algodão tradicional), a oferta de máquinas adequadas a esta forma de manejo ainda não é suficiente. As pesquisas nesta área ainda não avançaram o bastante para permitir sua ampla utilização. Quando esta tecnologia for dominada, poderá existir a possibilidade de aliado à utilização de soja precoce, utilizar o algodão adensado na entre safra da primeira, já que o ciclo de produção do último também é menor (GRUPO CULTIVAR, 2010). Nesta situação, a oferta de derivados de algodão poderia se tornar constante, a depender exclusivamente da especificidade dos ativos envolvidos e da opção do produtor no que tange as culturas escolhidas para plantio.

[4]Como os valores de p' e q' não podem ser determinados utilizou-se os valores de 0,5 para ambos, como indica Levine et al. (2000). Embora se possa afirmar que todos os indivíduos da população são de interesse para o estudo, a valoração de p' como 1 (100%) e q' como 0 (0%) inviabilizaria a aplicação da fórmula pois o numerador seria nulo. Sendo assim "[...] quando a proporção favorável ou desfavorável é desconhecida, utiliza-se p=q=50% (0,50), o que resulta no maior valor possível para a amostra nas condições estabelecidas" (CASTRO NETO, 2010).

[5]Até o mês de Março de 2012 a única tecelagem estabelecida em Mato Grosso era a do Grupo Santana Textiles, na cidade de Rondonópolis.

[6]High Volume Instruments. É um método utilizado na classificação da pluma do algodão.

[7] Flexibilidade é aqui compreendida como a oportunidade do cotonicultor atuar no plantio de outros cultivos.

[8] O custo de aquisição dos ativos para se produzir algodão é bastante superior ao custo dos ativos de outras culturas que o substituem no Estado, como a soja e o milho. O fato cotonicultor já possuir os ativos mais onerosos pressupõe a propriedade dos ativos menos onerosos, pois dificilmente o produtor de algodão planta apenas tal cultivo. Desta forma o produtor de algodão pode não plantá-lo se suas expectativas de safra não forem satisfatórias. Esta faculdade não pertence aos produtores que apenas produzem soja e milho pelo fato de não possuírem os ativos necessários para se produzir algodão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Paulo Hugo; MELO, José Carlos Feijó de; BARROS, Joacy Joel de; COSTA, Márcio Cândido da; BRANCO, Edvaldo Oliveira. Ensaios de Competição de Cultivares de Algodão no Estado de Mato Grosso, Safra 2003/2004. **Anais...** V Congresso Brasileiro de Algodão, 2005. Disponível em: <http://www.cnpa.embrapa.br/produtos/algodao/publicacoes/trabalhos_cba5/260.pdf>. Acesso em: 19 de Maio de 2010.

ALMEIDA. Luciana Florêncio de. **Formulação de Estratégias em Unidades de Produção de Leite**: estudo comparativo entre Canadá e Brasil. Lavras, 2000. Disponível em: <http://www.pensa.org.br/anexos/biblioteca/317200716595_DissertacaoPDF.pdf> . Acesso em: 20 de Maio de 2010.

CASTRO NETO, João Cândido Pereira Castro. **Cálculo do tamanho da amostra para variáveis discretas**. Paraná: FESP. Disponível em: <http://www.fesppr.br/~centropesq/Calculo_do_tamanho_da_amostra/Tamanho%20da%20Amostra%20-%202.pdf>. Acesso em: 11 de Novembro de 2010.

DETERMINAÇÃO DO TAMANHO DE UMA AMOSTRA. **Paraná**: FESP. Disponível em: <http://www.fesppr.br/~centropesq/Calculo_do_tamanho_da_amostra/Tamanho%20da%20Amostra%20-%201.pdf> Acesso em 11de

Novembro de 2011.

GRUPO CULTIVAR. **Algodão adensado é promessa em MT**. Disponível em:
<http://www.grupocultivar.com.br/blog/cultivar/?p=194> . Acesso em 27 de maio de 2010.

IBGE. **Produção temporária e permanente 2008**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_%5Banual%5D/2008/ >. Acesso em: 08 de Junho de 2010.

IBGE. **Censo Agropecuário**. 2006.

IBGE. **Produção temporária e permanente 2008**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_%5Banual%5D/2008/ >. Acesso em: 08 de Junho de 2010.

IEL, CNA, SEBRAE. **Análise da eficiência econômica e da competitividade da cadeia têxtil brasileira**. Brasília: Núcleo Central, 2000.

LEVINE, David; BERENSON, Mark; STEPHAN, David; KREHBIEl, Timothy. **Estatística**: Teoria e Aplicações usando Microsoft Excel em Português. Rio de Janeiro: LTC, 2000.

MINTZBERG, Henry.; WATERS, James. **Of strategies, deliberate and emergent**. New York: Strategic Management Journal, v.6, n.3, p.273-293, 1985.

PORTER, Michael. **Competição**: estratégias competitivas essenciais. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

O SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E A CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO NOS POSTOS INDÍGENAS NONOAI (RS) E XAPECÓ (SC) (1958/1961)

Sandor Fernando Bringmann
Doutorando em História Cultural pelo PPGH/UFSC.
Pesquisador junto ao Laboratório de História Indígena (LABHIN/UFSC). Bolsista CAPES.
s_bringmann@yahoo.com.br

RESUMO

Durante toda a sua existência (1910-1967), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) buscou desenvolver projetos com intuito de transformar os Postos Indígenas em estabelecimentos autossustentáveis, tornando os indígenas sujeitos úteis para o desenvolvimento regional e nacional. Seguindo a corrente de programas desenvolvimentistas nacionais, entre as décadas de 1940 e 1960, o SPI empregou algumas estratégias governamentais para orientar os trabalhos dos índios. Dessa forma, iniciativas, como o *Programa Pecuário* e a *Campanha do Trigo*, foram desenvolvidas a partir década de 1940, assim como os *Clubes Agrícolas Escolares*, na década de 1950. Neste artigo, discorreremos sobre a *Campanha de Reflorestamento* do SPI, lançada no final da década de 1950, objetivando o plantio de árvores nativas e exóticas nos Postos Indígenas de todo o Brasil. Seu intuito principal era contribuir para o reflorestamento de áreas desmatadas e fornecer madeira para suprir as necessidades dos Postos. Neste sentido, partiremos da análise do processo no contexto nacional e destacaremos os principais aspectos da *Campanha de Reflorestamento* entre os Kaingang dos Postos Indígenas de Nonoai (RS) e Xapecó (SC).

Palavras-chave: SPI. Reflorestamento. Postos Indígenas.

ABSTRACT

Throughout its existence (1910-1967), the *Serviço de Proteção aos Índios (SPI)* sought to develop projects with the aim of transforming the Indian Posts in self-sustaining establishments, making indigenous subjects useful for regional and national development. Following the stream of national development projects, between the 1940s and

1950s, the SPI has developed some of government strategies to guide the work of the Indians, adopting projects as the *Programa Pecuário* and *Campanha do Trigo* from the 1940s, well as the *Clubes Agrícolas Escolares* in the 1950s. In this article we will discuss the *Campanha de Reflorestamento* of SPI, launched in the late 1950s, which included the planting of native and exotic trees in the Indian Posts from all over Brazil, contributing to the reforestation of denuded areas, and providing wood to meet the needs of the Posts. In this sense, we leave the analysis of the process in the national context and highlight the main aspects of the *Campanha de Reflorestamento* among the Kaingang of the Indian Posts Nonoai (RS) and Xapecó (SC).

Keywords: SPI. Forestry. Indian Posts.

INTRODUÇÃO

O objeto de análise deste artigo é a intitulada *Campanha de Reflorestamento*, encetada pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) a partir de 1958. Essa campanha, cuja abrangência permeou praticamente todos os Postos Indígenas do território nacional, está inserida na conjuntura de um processo amplo de reestruturação das atividades do órgão indigenista federal. Naquele contexto, discutiam-se as melhores formas de tornar os Postos Indígenas autosuficientes e rentáveis, em uma clara tentativa de desonerar os cofres governamentais dos gastos com as atividades indigenistas. Para atingir seus objetivos, a direção do SPI, com sede no Rio de Janeiro, organiza diversos projetos e programas de desenvolvimento, sempre em consonância com o panorama econômico e político do momento.

O período áureo das iniciativas desenvolvimentistas do SPI situa-se entre os anos de 1940 e 1960, quando o órgão indigenista está novamente subordinado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio[1]. Nesta ocasião, diversos projetos, programas e campanhas são organizados, com vistas a aparelhar e dinamizar os trabalhos dos indígenas nos Postos espalhados por todo território nacional, aproveitando suas especificidades geográficas e ambientais. Esta reorganização acompanha a reorientação econômica nacional, caracterizada pela internacionalização da economia, quando o governo vai incorporar a ideologia do nacional-desenvolvimentismo em uma frente progressista, para vencer o subdesenvolvimento. Sendo assim, os esforços estavam voltados para a incorporação de todas as riquezas existentes no território brasileiro, numa tentativa de contribuir para a modernização do país.

Verdadeiras cruzadas desenvolvimentistas são instituídas para introduzir os ideais de colaboração nacional entre os nativos brasileiros, sobretudo entre os indígenas dos Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação (PIN)[2], considerados pertencentes a estágios mais avançados no processo de civilização e já introduzidos nos meandros das economias regionais. Dessa forma, os índios passam a ser enfatizados como potenciais trabalhadores rurais, sendo, inclusive, descritos em diversos relatórios e correspondências do SPI, com a designação "*agríndios*", ou seja: índios agricultores. Empreendimentos como a *Campanha do Trigo*, o *Programa Pecuário*, o *Programa Educacional* e a *Campanha de Reflorestamento* são alguns dos planejamentos estratégicos do governo federal, adotados pelas autoridades político-administrativas e intelectuais do SPI, como contribuição para a integração dos indígenas ao projeto de desenvolvimento nacional.

Seja através das novas orientações educacionais ou do cultivo de produtos comercializáveis, a ideologia fundamental do SPI nesse momento estava fundamentalmente voltada para a incorporação dos indígenas às economias regionais e, consequentemente, à economia nacional. Esta incorporação aconteceria, sobretudo, por meio do aprimoramento das técnicas de trabalho e produção agropecuária. Roberto Cardoso de Oliveira considera que, a partir da intervenção governamental nas estruturas

produtivas dos indígenas, através das unidades de base do SPI (os Postos Indígenas), estes "passariam a se transformar em empresas voltadas ao lucro financeiro na crença de que com este, suas populações viriam a alcançar o bem estar social". (OLIVEIRA, 1972, p. 63).

Ressaltamos anteriormente que um dos propulsores para a criação de projetos e programas de cunho desenvolvimentista pelo SPI, foi a sua reintegração ao Ministério da Agricultura, em 1939. Segundo os "pensadores" do órgão indigenista, com o retorno a esse ministério, o SPI entraria em uma fase reconstrutiva, pois já se encontravam "vacinados" contra as experiências anteriores (falta de recursos, ingerências internas e externas, baixa qualificação e pouco comprometimento de muitos funcionários etc.,). Dessa forma, seria possível promover uma ação mais efetiva sobre os índios, para que os mesmos caminhassem para um patamar de desenvolvimento que, em caso de ocorrência de uma nova crise ou um colapso financeiro, não se encontrassem desprovidos material e moralmente (BRASIL. 31 de março de 1944, p. 64). De acordo com esta visão, para atingir seus objetivos de autossuficiência, seria necessário consolidar e enraizar os resultados. Para que isso acontecesse, era:

> [...] indispensável que os trabalhos conducentes à emancipação econômica de cada Posto sejam executados pelos índios respectivos. É necessário que os índios sejam os autores voluntários de suas terras "feitas em nome deles" e "não por eles". Para obtenção daquele resultado, é indispensável, como já se dá em grande número de Postos, que os trabalhos de produção e manutenção desses Postos e aldeias sejam aos poucos entregues aos próprios índios, aos quais deve ser deixado inteiramente, como estímulo, o produto integral dos seus trabalhos, além dos prêmios, que por esses trabalhos, lhes possam ser distribuídos. (Ibid. p. 65).

O discurso oficial gira continuamente em torno da emancipação financeira dos Postos Indígenas e da orientação educacional dos índios. Sua grande meta era torná-los, o mais breve possível, administradores de suas áreas, por meio do desenvolvimento de projetos que permitissem seu progresso juntamente com o restante da nação. Nesse sentido, buscando o cumprimento de alguns compromissos assumidos, o SPI passa a investir na introdução de inovações nos métodos de produção. Aos poucos, começam a ser feitos investimentos na mecanização das lavouras dos Postos Indígenas, na aquisição de gado de raça, no aproveitamento dos recursos naturais e minerais e em outras iniciativas consideradas de bom êxito para suas intenções. Neste momento, a ideologia desenvolvimentista fica mais explícita e a situação de empresa dos estabelecimentos do SPI torna-se cada vez mais evidente (OLIVEIRA, 1964, 1972; SANTOS, 1970; D'ANGELIS, 1989).

A CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO DO SPI: FINALIDADE PATRIÓTICA A CAMINHO DA INTEGRAÇÃO

Na esteira dos projetos e programas de desenvolvimento, as florestas remanescentes nas áreas indígenas, que desde muito tempo antes da tutela do SPI já sofriam uma gradativa exploração, passam a correr sérios riscos de esgotamento a partir da introdução das serrarias dirigidas pelo próprio órgão indigenista. Essas ameaças eram potencializadas pela liberação de licenças para instalação de serrarias particulares em diversos Postos Indígenas, sobretudo nos Postos da 7ª Inspetoria Regional[3], ricos em pinheirais nativos *(Araucaria angustifolia)*, em cedros *(Cedrela fissilis)* e em imbuias *(Ocotea porosa)*, cujas madeiras alcançavam um alto valor comercial na época.

Naquele período, no entanto, já começava a surgir, ao menos nos discursos oficiais, uma preocupação com o depauperamento florestal nas áreas indígenas, tendo em vista a exploração descontrolada que ocorria em alguns Postos. Assim, as autoridades do SPI decidem aderir a uma corrente de projetos

nacionais de reflorestamento[4], estabelecendo um Programa Florestal próprio, com objetivo de plantar árvores nativas e exóticas no interior dos Postos Indígenas. Sua meta era reflorestar áreas já devastadas com árvores de grande valor econômico, que possibilitassem o fornecimento de frutos, extração de folhas (no caso da erva-mate) e madeira. Tais produtos, em tese, deveriam atender aos interesses dos indígenas.

É importante salientar que a *Campanha de Reflorestamento* foi elaborada intelectualmente pela Seção de Orientação e Assistência do SPI (SOA), que organizava a Seção Educacional (SE) das escolas dos Postos Indígenas. Essa informação merece destaque porque as orientações do Programa são designadas primeiramente aos alunos indígenas e uma das propostas do programa era a de tornar as crianças indígenas os sujeitos principais das ações educativas. Estas, por seu turno, deveriam influenciar seus familiares a preservar as florestas. Como o Programa Educacional Indígena proposto pelo SPI nas décadas de 1950 e 1960 possuía um arcabouço voltado para o ensino rural, é natural que as atividades de reflorestamento fossem inseridas no contexto escolar. Com os novos paradigmas educacionais, pretendia-se inculcar uma mentalidade ruralista nos alunos indígenas, cujo reflexo pode ser percebido através da criação dos Clubes Agrícolas Escolares, que nada mais eram que uma adaptação do modelo de escolas rurais não indígenas para as escolas dos Postos Indígenas. As escolas do SPI deveriam incluir em seus conteúdos curriculares, o plantio de árvores e a formação de pequenos protetores das florestas.

Conforme já destacado, é somente em 1958 que um programa de reflorestamento de abrangência nacional vai ser implementado pelo SPI. Em um dos Boletins Internos deste órgão indigenista encontramos instruções práticas para os Postos indígenas aderirem à *Campanha de Reflorestamento*, chamada no texto de "Campanha da Árvore". O texto sugere que, à semelhança de outros órgãos governamentais, o SPI também aderisse à campanha, com um modesto plano de trabalho, atendendo as limitações de cada Posto. Nestas instruções, são apresentados os objetivos a serem alcançados com o plano:

> 1° - Incentivar entre os alunos indígenas, o amôr às árvores mostrando-lhes as inúmeras vantagens que advêm do seu plantio; 2° - Orientar as Professoras, no sentido de que as mesmas ministrem ensinamentos mais condizentes com o meio rural, estimulando a formação de pomares nas Escolas do SPI; 3° - Conseguir através de nossa rêde escolar, o plantio, ainda este ano, de 1500 árvores frutíferas, sob orientação deste Setor. (BRASIL. Agosto de 1958. p. 9).

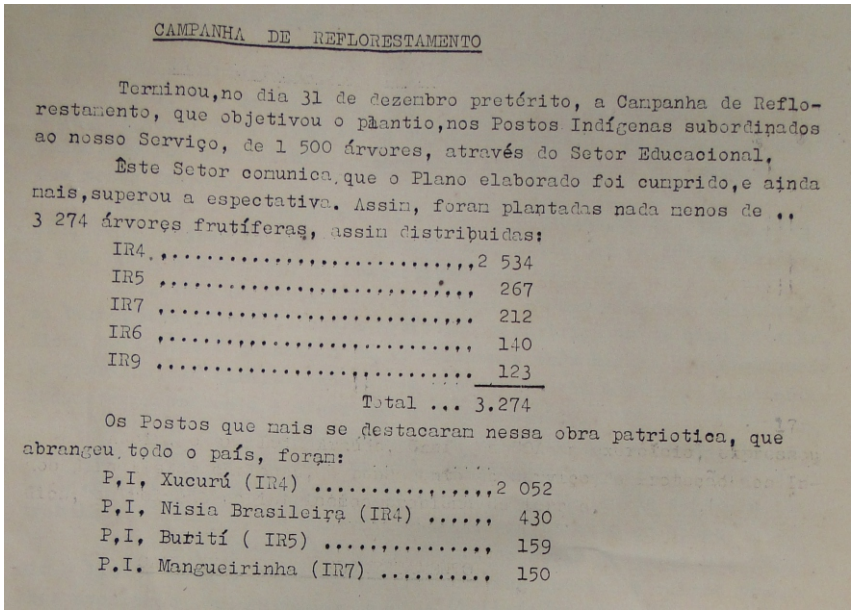
Como se percebe, as principais bases da Campanha deveriam ser lançadas nas escolas dos Postos. Assim sendo, para que os professores alcançassem resultados satisfatórios recebiam orientações no sentido de organizar palestras sobre a importância e a utilidade das árvores, estimulando os seus alunos a plantarem, sob sua supervisão, pelo menos 20 árvores frutíferas em cada escola, iniciando, assim, um pomar escolar. Além disso, sugere às Inspetorias Regionais que premiem as professoras e alunos que melhor resultados obtivessem no cultivo das árvores (Ibid. p. 9).

Em seus relatórios mensais, a direção do SPI enfatizava o dever cívico e patriótico que representava o plantio de árvores. Suas mensagens buscam incutir nos professores e em seus alunos o espírito colaborativo e conservacionista. Para estimular ainda mais a generalização das ações de reflorestamento em todos os Postos Indígenas, passou a divulgar os nomes dos Postos que obtinham os melhores resultados na Campanha. Esta estratégia visava estimular a competitividade entre professores e alunos indígenas, estimulado-os a superar os êxitos de seus "vizinhos".

Como já ressaltado, a primeira etapa do programa, por ser uma experiência, foi relativamente curta, com duração de quatro meses (setembro a dezembro de 1958). No entanto, o balanço final da *Campanha de Reflorestamento* parece ter sido bastante

positivo, pois, de acordo com o relatório mensal de dezembro de 1958, todos os Postos se empenharam no plantio de árvores, alguns mais, outros menos, mas todos trouxeram resultados satisfatórios. Neste sentido, são citadas as Inspetorias Regionais que mais se destacaram na Campanha, com destaque para a 4ª Inspetoria Regional, de Pernambuco, que teria plantado 2534 mudas de árvores de diversas espécies (BRASIL. dezembro de 1958, p. 8). Tendo sido finalizada a primeira etapa da Campanha em 31 de dezembro de 1958, os resultados são apontados no relatório de janeiro de 1959. O resultado geral é destacado na figura 1:

Figura 1: Resultados finais da Campanha de Reflorestamento para o ano de 1958



CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO

Terminou,no dia 31 de dezembro pretérito, a Campanha de Reflorestamento, que objetivou o plantio,nos Postos Indígenas subordinados ao nosso Serviço, de 1 500 árvores, através do Setor Educacional.

Êste Setor comunica que o Plano elaborado foi cumprido,e ainda mais,superou a espectativa. Assim, foram plantadas nada menos de .. 3 274 árvores frutíferas, assim distribuidas:

IR4	2 534
IR5	267
IR7	212
IR6	140
IR9	123
Total ...	3.274

Os Postos que mais se destacaram nessa obra patriotica, que abrangeu todo o país, foram:

P.I, Xucurú (IR4)	2 052
P.I, Nisia Brasileira (IR4)	430
P.I, Burití (IR5)	159
P.I. Mangueirinha (IR7)	150

Fonte: (BRASIL. Janeiro de 1959, p. 17).

Os dados publicados na figura 1 demonstram que a Campanha superou em muito o esperado pela Direção do SPI, isso porque teria mais que dobrado o número de árvores plantadas, conforme previsto no planejamento inicial. Todavia, estes dados carecem de comprovação, pois são baseados em relatórios expedidos à Direção Central do SPI, no Rio de Janeiro, pelas Inspetorias Regionais, as quais, por sua vez, apresentam dados repassados pelos encarregados e professores dos Postos Indígenas. Como raramente havia uma fiscalização *in loco* das atividades promovidas no interior dos Postos Indígenas, a legitimidade do conteúdo dos relatórios quase nunca era comprovada, restando aos diretores acreditarem na honestidade dos docentes, encarregados e inspetores regionais sobre os dados repassados.

Tendo em vista o grande sucesso alcançado pela primeira etapa da *Campanha de Reflorestamento* nos Postos Indígenas (1958), no ano de 1959 uma nova etapa da mesma é lançada pelo SPI, desta vez, muito mais pretensiosa que a anterior. A meta traçada, a ser iniciada em setembro daquele mesmo ano e concluída em setembro de 1960, era atingir 50.000 árvores plantadas, com uma cota obrigatória de 600 árvores para cada Posto Indígena (BRASIL. Setembro de 1959, p. 7). Havia nitidamente alguns objetivos estratégicos para a ampliação da *Campanha de Reflorestamento*.

Ao dar continuidade à Campanha, a diretoria do SPI pretendia alçar um papel mais destacado no Ministério da Agricultura. Considerava-se importantíssimo, portanto, vincular-se a todos os projetos e campanhas estabelecidos por esta pasta. Por outro lado, buscava aumentar sua visibilidade frente a outros Ministérios, como o Ministério da Educação e Cultura, por exemplo, vinculando-se à *Campanha Nacional de Educação Rural* e à *Divisão de Educação Extra Escolar* (Ibid. p. 8). Aliando-se a estas ações, buscaria intensificar o plantio de árvores e, ao mesmo tempo, melhorar a educação dos jovens indígenas.

Para o cumprimento das novas metas, tornou-se necessário fortalecer as estratégias de atuação. Por isso, o SPI vai elaborar

planos de ação junto aos professores e auxiliares de ensino, orientando-os na concepção de hortas e pomares nas escolas. Em consonância com o panorama político do período, lança um plano de metas a ser seguido por todos os Postos Indígenas do Brasil:

> II – O SPI deverá alcançar, na execução desta Campanha, até a data estipulada, em sua primeira etapa, o plantio de 50.000 pés de árvores [...] a) caberá a cada Posto Indígena a cota obrigatória do plantio de 600 árvores, no decorrer desta Campanha, em sua primeira etapa. [...] b) os Postos Indígenas que possuem escolas, destacarão, para cada uma delas, a cota de 60 árvores frutíferas, que deverão ser plantadas pelos alunos, sob a orientação dos Auxiliares de Ensino. (Ibid. p. 7)

Como o embasamento técnico e teórico do Programa Educacional Indígena estava fortemente arraigado nos ensinamentos rurais, os professores eram orientados a repassar aos seus alunos as noções básicas dos métodos e práticas referentes ao plantio de árvores. Para estimular o desenvolvimento de uma "consciência do reflorestamento", diversos prêmios eram oferecidos àqueles que mais se esforçassem no plantio. Estes prêmios consistiam, geralmente, em material escolar ou instrumentos agrícolas, distribuídos aos alunos que se destacassem nas tarefas estipuladas. Esta tática também era sugerida pela direção do SPI aos encarregados dos Postos, incitando os mesmos a premiarem os índios adultos, preferencialmente com instrumentos agrícolas, por serem prêmios considerados "úteis" (Ibid. p. 8).

A tática de premiar os indígenas pelas atividades realizadas nos Postos foi habitual durante o SPI. Esta estratégia era utilizada para que os mesmos se sentissem motivados aos trabalhos. Encontramos vários ofícios e relatórios com indicação de distribuição de prêmios para alunos com bom desempenho escolar; para índios adultos que se destacavam nas atividades agropecuárias; para encarregados que atingiam as metas de produção estipuladas pelo SPI e para os auxiliares de ensino que cumpriam as metas educacionais. Os prêmios geralmente consistiam em objetos utilitários que operacionalizassem material e simbolicamente os indígenas para o trabalho na agricultura.

Havia, contudo, estratégias específicas voltadas para garantir o controle sobre as ações dos indígenas, exercidas através da vigilância, motivação e recompensa. De acordo com o decreto geral de 1959, fica estabelecido que "os encarregados dos postos deverão apresentar, em dezembro do ano corrente e em junho de 1960, um relatório minucioso dos trabalhos que estão sendo executados em torno da 'Campanha do Reflorestamento'". (Ibid., p. 8). Através dos relatórios de execução e orientação, arma-se um dispositivo do poder disciplinar que se encarrega da vigilância que permitia qualificar, classificar, premiar e, em muitos casos, punir os indivíduos sancionados a este sistema.

As estratégias de controle produtivo e disciplinar do SPI podem ser analisadas a partir da lógica do *exame*, estabelecida por Michel Foucault, em seus estudos sobre o poder disciplinar. Para esse autor, o *exame* está no centro dos processos que constituem os indivíduos como efeito e objeto do poder, como efeito e objeto do saber. "É ele que, combinando vigilância hierárquica e sanção normalizadora, realiza as grandes funções disciplinares de repartição e classificação, de extração máxima das forças e do tempo, de acumulação genética contínua, de composição ótima das aptidões". (FOUCAULT, 2005, p. 160).

Como sanção normalizadora, compreendemos algumas das táticas de mobilização do SPI em torno da *Campanha de Reflorestamento*, as quais previam, além do plantio particular de árvores, o exercício do plantio coletivo, como a organização de mutirões, aproveitando-se de um uso tradicional dos costumes indígenas para a causa governamental. O SPI, através deste mecanismo, atuou como um aparelho de controle normalizante,

instituindo a prática de reflorestamento compulsório nos Postos através de seus agentes de poder (encarregados e auxiliares de ensino) e ao mesmo tempo classificando e hierarquizando aqueles índios que melhor desempenho obtivessem, contribuindo, assim, para uma singularidade individualizante, na maioria das vezes contrária aos usos e saberes tradicionais das populações nativas. Ao ritualizar a disciplina, a individualidade, o gosto pelo trabalho/recompensa, a qualificação das habilidades, o SPI assegura o controle das modalidades nativas, ressignificando-as em proveito de seus objetivos desenvolvimentistas.

O controle normalizante do SPI também era exercido para com os encarregados dos Postos Indígenas. Percebemos, através da análise dos Boletins Internos e ofícios gerais, que as cobranças e exigências eram diariamente expedidas através de telegramas e cartas para os chefes regionais e encarregados de postos. A pressão constante por resultados concretos das políticas indigenistas influenciou sobremaneira o trabalho dos funcionários dos Postos. Os servidores que cumpriam os objetivos estipulados eram elogiados e agraciados com referências, nos Boletins. Os encarregados que "deixavam a desejar", eram alertados e muitas vezes substituídos por outros considerados mais aptos a atender as exigências. No que se refere à *Campanha de Reflorestamento,* a linha dura da direção central mantinha-se, com cobranças de prazos e produtividade, conforme destacado no informativo do Boletim Interno nº 33, de outubro de 1959:

> Quanto aos Postos Indígenas, os Senhores Encarregados deverão ter o máximo de iniciativa, para superar os problemas da falta de mudas e sementes, principalmente entre seus vizinhos. O importante é que não se deixe para a última hora, o plantio das árvores; as medidas deverão ser tomadas já, isto porque, não haverá justificativa, para o Posto que não cumprir com a cota estipulada por aquela Campanha, visto que o prazo dado para o seu cumprimento, será de quase 12 meses. Com iniciativa, qualquer dificuldade, por maior que se apresente, é possível de ser sanada. Portanto, mãos à obra. (BRASIL. Outubro de 1959, p. 5).

Este tipo de cobrança foi bastante recorrente e aparece em diversos Boletins Internos. Entretanto, mesmo com as cobranças da direção central, salvo raras exceções, a *Campanha de Reflorestamento* mantinha-se em ritmo lento, longe das expectativas de cumprimento das metas estipuladas. O retardo era tamanho que, em janeiro de 1960, o diretor geral do SPI, General José Luiz Guedes, demonstra um claro pessimismo com relação à concretização dos objetivos propostos, pois constata que "a Campanha não encontrou eco na grande maioria das unidades indígenas" (BRASIL. Janeiro de 1960, p. 7). O desânimo dos proponentes da Campanha é justificado principalmente pelo não encaminhamento de relatórios por grande parte dos encarregados dos Postos Indígenas. Já prevendo o fracasso iminente da *Campanha de Reflorestamento*, a diretoria do SPI resolve prorrogar o prazo de finalização da mesma, passando de setembro para dezembro de 1960. A justificativa para a prorrogação foi a de que alguns Postos Indígenas tem dificuldades específicas, geralmente de ordem climática, que impedem o plantio de árvores. Ao prorrogar o prazo de entrega dos relatórios finais, o SPI pretendia dar "oportunidades iguais" a todos os Postos para o cumprimento do projeto (BRASIL. Junho de 1960, p. 11).

Torna-se necessário, entretanto, compreender alguns aspectos que envolvem o contexto interno dos Postos Indígenas, que podem justificar o não engajamento completo à *Campanha de Reflorestamento*. Em primeiro lugar, dada a situação de empresa em que se encontrava a maioria dos Postos, a preocupação maior naquele momento eram os lucros auferidos pelo trabalho indígena, seja na lavoura ou nas atividades extrativas (cuja principal matéria-prima na maioria dos Postos Indígenas era justamente a madeira extraída das florestas). Outrossim, a mão de obra indígena era utilizada nas mais diversas atividades produtivas dentro e fora dos

Postos, como nas lavouras, na abertura de estradas, extração vegetal, na confecção de artesanato etc. Neste sentido, pode-se depreender que o próprio projeto desenvolvimentista do SPI agia contra o sucesso do reflorestamento dos Postos. Outro aspecto a ser destacado, e apontado por diversos autores, é a corrupção de servidores do órgão, tanto em sua administração central quanto nas Inspetorias Regionais e nos Postos Indígenas, configurada por diversos atos ilícitos praticados pelos funcionários, com maior destaque para o desvio de recursos, venda de madeira, apropriação indébita dos lucros obtidos com a produção agrícola dos índios, ação fundiária do Estado etc. (SANTOS, 1970; OLIVEIRA FILHO, 1987; ROCHA, 2003).

Há ainda algumas ações oficiais estipuladas pela própria direção geral do SPI, que vão contra sua "patriótica" campanha preservacionista. Como exemplo, podemos citar o novo plano para aproveitamento dos recursos econômicos existentes nas áreas indígenas, divulgado em julho de 1960 pelo Diretor José Luiz Guedes. O plano, apresentado ao Ministro da Agricultura, objetivava o aproveitamento mais intensivo dos recursos econômicos existentes nas áreas de atuação do órgão indigenista federal, em uma proposta de reajustamento das suas atividades. Entre os principais objetivos deste plano, constam:

> a) Desenvolver trabalhos no sentido de aproveitar os recursos econômicos existentes nas áreas de atuação do SPI [...]; b) visar a integração à economia regional das comunidades indígenas, como meio de preservá-las da destruição [...]; c) procurar, no processamento dos trabalhos organizar cooperativas indígenas, como forma de organização [...]; d) desenvolver várias regiões do país, riquíssimas, e ainda hoje inaproveitadas [...]; e) conseguir, através do aproveitamento dos recursos econômicos existentes em sua área de atuação, meios financeiros que possibilitem ao Serviço de Proteção aos Índios dar uma assistência real aos indígenas [...] (BRASIL. Julho de 1960, pp. 6-7).

No que tange à *Campanha de Reflorestamento*, os objetivos econômicos são claramente percebidos quando se analisam as espécies de árvores transplantadas nos postos, presentes nos relatórios enviados às Inspetorias Regionais. Entre as espécies mais comuns constantes nos relatórios de cumprimento dos objetivos estão goiabeiras, bananeiras, laranjeiras, limoeiros, abacateiros, cajueiros, mangueiras e, inclusive, abacaxizeiros. Ao dar liberdade aos encarregados dos Postos de plantar as árvores que consideravam convenientes, os diretores abrem espaço para os mesmos plantarem as árvores de maior valor econômico e outras que atendam as necessidades de complementação alimentar dos índios. Enquanto isso, o grosso das florestas nativas vai sendo exterminado para atender os fins de "autosuficiência" dos Postos Indígenas.

Nos Postos da 7ª Inspetoria Regional, identificamos uma especial atenção ao plantio de árvores com fins extrativistas, como o eucalipto e a erva-mate. Há, porém, casos isolados de preocupação com a preservação das florestas nativas, como no caso do Posto Indígena Telêmaco Borba (PR), onde o encarregado Atílio Massalotti demonstra uma séria preocupação com o extermínio das florestas de araucária, que o leva a justificar o plantio somente de pinheiros naquele Posto: "[...] considerando tais motivos, é que esta administração, dedicou-se ao plantio somente de pinheiros, conseguindo aumentar o número dos já existentes, de 840 pinhões plantados". (BRASIL. Outubro de 1960, p. 7).

Ao final da *Campanha de Reflorestamento,* ocorrida em dezembro de 1960, coube à SOA divulgar os resultados da mesma, através de um informativo no Boletim Interno nº 47, de janeiro de 1961. Nele, a direção do órgão federal responde às críticas levantadas sobre o tipo de reflorestamento que se propunha e expõe os resultados alcançados com a Campanha. De uma perspectiva inicial de 50.000 mudas de árvores, os Postos atingiram o

plantio de 30.000, o que foi considerado bastante positivo e animador. Entretanto, considerava-se que os resultados poderiam ter sido muito melhores, caso alguns Postos tivessem se empenhado com mais afinco no cumprimento dos objetivos e no envio de relatórios (BRASIL. Janeiro de 1961, p. 21). Entre os Postos que se destacaram positivamente e negativamente estão o Posto Indígena Xapecó, em Santa Catarina, e Posto Indígena Nonoai, no Rio Grande do Sul, dos quais discorreremos na sequência.

A CAMPANHA DE REFLORESTAMENTO NO SUL: OS RESULTADOS NOS PIS NONOAI E XAPECÓ

A ação tutelar do SPI nas áreas indígenas de Nonoai e Xapecó vai acontecer somente a partir de 1941. Até este momento, apenas os Postos Indígenas Ligeiro, no Rio Grande do Sul e Duque de Caxias, em Santa Catarina, eram constituintes dos quadros daquele órgão indigenista nestes dois estados. Até então, os denominados Toldos Indígenas Nonoai e Chapecozinho[6], habitados em sua maior parte por indígenas do grupo Kaingang, estavam sob a responsabilidade dos respectivos governos estaduais. Dessa maneira, quando o SPI assume a direção destes estabelecimentos, seus diretores reiteram a necessidade de um reordenamento na organização dos mesmos.

As antigas reservas indígenas, quando sob a tutela dos governos estaduais, sofriam de uma série de irregularidades, cujos efeitos estavam se tornando cada dia mais graves. A invasão das áreas por posseiros, a retirada ilegal de madeira, o vício dos índios em bebidas alcoólicas e a falta de recursos para a produção agrícola, eram alguns dos problemas graves que os governos não conseguiam resolver devidamente, causando sérias consequências para os indígenas. Frente a uma série de denúncias veiculadas em periódicos regionais e nacionais, os governos de SC e RS não titubeiam em entregar, ao SPI, o controle sobre as áreas indígenas ainda sob a responsabilidade dos dois estados. Pelo que indicam as fontes, ao conceder a tutela dos índios ao governo federal, os governos estaduais livravam-se de um "fardo" que se tornava cada vez mais incômodo.

Em face ao abandono e à precariedade das duas áreas indígenas, nos primeiros anos de ação, o SPI procurou privilegiar a reestruturação física das mesmas, investindo na melhoria das condições de trabalho para os índios e para os próprios funcionários do órgão indigenista federal. Coube então ao SPI montar estratégias para orientar os índios nos trabalhos dos Postos recém-organizados. Os índios adultos costumavam ser encaminhados para atividades nas lavouras e nas práticas domésticas. As crianças indígenas, por sua vez, passaram a frequentar escolas instaladas nos Postos, que contavam com Auxiliares de Ensino para ministrar as aulas e orientar nas demais atividades educativas. Tanto a educação dos adultos quanto a das crianças obedecia a uma mesma terminalidade: formar uma mentalidade rural, na qual o índio deveria tornar-se um agricultor.

Figura 2: Sede do Posto Indígena Xapecó em 1947. Note-se a presença da mata de araucárias no fundo, ainda consideravelmente preservada nesta época.

Fonte: FORTHMANN, 1947. SEDOC/Museu do Índio.

No PI Nonoai, alcançaram grande destaque as atividades desenvolvidas pelo Clube Agrícola *13 de Maio,* criado em 1944 junto à escola indígena Benjamim Constant, na aldeia sede deste PI. Neste período, consta, entre as principais atividades dos alunos, a confecção de hortas escolares, a formação de pelotões de saúde, grupos de escotismo e cooperativas mirins. Nesse momento, no entanto, não há nenhuma referência ao plantio de árvores (BRASIL. 30 de Junho de 1944, p. 201). As atividades de reflorestamento ainda são muito incipientes e acontecem de forma isolada. Resumem-se, sobretudo, ao plantio de árvores frutíferas e estão incluídas no programa de trabalho dos índios adultos.

Não parece haver ainda neste momento uma preocupação com a extinção das reservas florestais do Posto, pois, em meio às atividades descritas no relatório do encarregado Francisco José Vieira dos Santos para a direção do SPI, consta que: "os índios continuam tirando cipó aos madeireiros, e muitos estão agora trabalhando entre os madeireiros, que vão instalar serraria neste P. I." (Ibid. p. 200). A instalação de serrarias dentro dos Postos Indígenas vai se tornar uma constante durante a atuação do SPI, que estabelece contratos de extração de madeira com diversas firmas madeireiras, sobretudo nos Estados das regiões Norte e Sul do Brasil. Entre as justificativas destes contratos está o fornecimento de madeiras para a construção de casas para os índios e o aumento de renda para os Postos através da utilização da mão de obra indígena.

A primeira serraria do PI Nonoai foi instalada pela firma Hermínio Tissiani & Cia. Ltda., que firmou termo de contrato com o SPI em abril de 1944, comprometendo-se a retirar apenas "os pinheiros e árvores de cedro, mortos por efeito de fogo ou derrubados pelo vento, existentes na área do citado Posto Indígena Nonoai". (BRASIL. 10 de Abril de 1944)). Com a condição de cortar somente as árvores mortas e/ou desvitalizadas, as serrarias contratadas pelo SPI se inseriram em diversos Postos Indígenas da região Sul e, mesmo com a fiscalização dos encarregados, praticamente esgotaram suas reservas florestais, sobretudo no tocante aos pinheirais nativos.

Se o SPI não demonstrava grandes preocupações com a extinção dos recursos florestais de Nonoai, o mesmo não acontecia com as autoridades estaduais. Em uma atitude extrema e polêmica na época, o Governo do estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto nº 658, de 10 de março 1949, declara uma área de, aproximadamente, 20 mil hectares do Posto Indígena como Reserva Florestal Estadual. Os maiores atingidos por esta ação foram os próprios indígenas, pois, após a demarcação da reserva florestal, restaram ao Posto cerca de 15 mil hectares dos cerca de 35 mil originalmente demarcados em 1911 (CIMI, 1978, p. 04). É bem verdade que as autoridades do SPI, na prática, nada ou pouco faziam para fiscalizar as ações de madeireiras dentro do PI Nonoai ou qualquer outro Posto, permitindo que, além das árvores especificadas no contrato, outras mais fossem abatidas. Na maioria das vezes, os encarregados locais é que faziam o trabalho de fiscalização nas serrarias.

A partir da década de 1950, tornou-se prática comum do SPI arrendar terras dos Postos Indígenas para colonos não índios, justificando essa prática através do discurso do maior aproveitamento das áreas para a produção agrícola. Dessa forma, no início dos anos 1950, entraram em Nonoai as primeiras famílias de colonos, as quais, ao iniciar suas atividades agropastoris, derrubam grande parte das matas ainda existentes, transformando as áreas devastadas em campos e lavouras. Em consequência destes arrendamentos, no ano de 1963 existiam dentro da área indígena de Nonoai, aproximadamente, 600 famílias de colonos (Ibid., p. 8).

Além disso, a preocupação com a preservação das florestas existentes e com o reflorestamento parece ter tido importância diferente dependendo de quem exercia a chefia nos Postos Indígenas. No caso de Nonoai, chama a atenção um ofício do

encarregado Francisco José Vieria dos Santos, encaminhado para a 7ª Inspetoria Regional, datado de 1° de junho de 1956, descrevendo as atividades de transplante de mudas de pinheiros naquele Posto:

> Comunico-vos, para conhecimento desta Chefia e a Direção do SPI, que este PI acaba de realizar a transplantação de 5.200 mudas de pinheiros, tiradas do viveiro feito no ano passado. As mudas foram plantadas em lugar definitivo – no mato – são bem enraizadas, com altura de 10 a 15 cm. [...] O posto já está tomando providências para o viveiro deste ano, tendo porém, que adquirir pinhão fora, por não haver aqui. Este sistema é de pleno êxito, já comprovado por este Posto, com experiências próprias, de anos anteriores, e poderá servir de orientação para outros Postos ou a quem possa interessar. (BRASIL. Ofício n° 06, 01 de junho de 1956).

Percebe-se, portanto, que dois anos antes do início da campanha oficial de reflorestamento, o Posto Indígena Nonoai destacava-se nas atividades de replantio de árvores, sobretudo de árvores nativas, como a araucária. Entretanto, é importante destacar que a atuação do encarregado de então, Francisco José Vieira dos Santos, que comandava o Posto desde sua fundação, em 1941, é que tornou possível estas atividades. Este encarregado destacou-se pela apresentação de relatórios mensais detalhados sobre as atividades desenvolvidas pelos índios e pelos funcionários do SPI em Nonoai.

Figura 3: Atividades de transplante de mudas de árvores nativas na sede do Posto Indígena Nonoai. Fotos do mesmo local em 1942 (esquerda) e 1944 (direita).

Figura 3: SPI. 2 fotografias 12x8cm. PI Nonoai – RS. 1942/1944. Autoria desconhecida. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

Atuando desde o ano de 1941 no Posto Indígena Nonoai, em julho de 1956 Francisco Vieira dos Santos é transferido para outro Posto Indígena no Paraná. A partir de então, o PI Nonoai passa por três chefias diferentes em seis anos: Salatiel Diniz (1957-1961), Alísio Carvalho (por um curto período em 1957) e Acyr Barros (1961-1963). No contexto destas ocorrências, as atividades do Posto parecem continuar normalmente e os indígenas se mantinham em seus trabalhos nas lavouras, na criação de gado bovino e suíno e alguns na extração de madeira junto às serrarias. Entretanto, por mais que houvesse apelo para envio de relatórios sobre as atividades da *Campanha de Reflorestamento*, nenhum dos encarregados subsequentes encaminha informações sobre o andamento dos trabalhos. Diversos outros Postos enviam relatórios apresentando os dados sobre o plantio de árvores, cujos trechos são publicados nos Boletins Internos. Nonoai, no entanto, contrariando os relatórios detalhados expedidos por Francisco José Vieira dos Santos em anos anteriores, não consta em nenhum boletim publicado nos anos que

compreendem o período da Campanha.

Há, todavia, uma importante pista sobre o andamento da *Campanha de Reflorestamento* naquele Posto em uma série de avisos mensais referentes ao período de março a novembro de 1959. Entre o conteúdo dos avisos, constam informações sobre a produção agrícola, criações, benfeitorias e plantações gerais feitas pelos índios. Chama a atenção o fato de se repetirem em todos os avisos, o mesmo número de árvores plantadas: 72 pés de árvores frutíferas em cada um dos meses (BRASIL. Avisos do Posto Nonoai. Março a novembro de 1959). Este detalhe merece atenção, pois é o único ítem a não sofrer nenhum tipo de alteração em seus dados, o que é de se estranhar devido à constante dificuldade de conseguir mudas em determinadas épocas do ano, segundo os próprios encarregados reclamavam. Com a quantidade de mudas exposta no aviso, certamente seria superada a quantidade mínima de 600 árvores estipuladas para cada Posto. Mais surpreendente ainda é o fato de que em janeiro de 1961, quando é apresentado o balanço final da *Campanha de Reflorestamento*, aparecem os dados sobre o reflorestamento no PI Nonoai, onde constam apenas 20 pés de árvores frutíferas plantadas (BRASIL. Janeiro de 1961. p. 22).

Este pode ser considerado um elemento de comprovação da falta de acompanhamento de atividades consideradas não lucrativas nos Postos Indígenas e de como os encarregados encaminhavam dados através de relatórios que não comprometessem seus interesses. Analisando as estatísitcas referentes aos outros Postos da 7ª Inspetoria Regional, os resultados de Nonoai podem ser considerados ínfimos, pois, somente o Posto de Guarita, também no RS, apresenta relatório onde consta o plantio de 3.000 pés de erva-mate durante a Campanha. Mais impressionante ainda são os dados de outros Postos da mesma Inspetoria, como o próprio PI Xapecó (SC), que apresenta dados sobre o plantio de 2.000 pinheiros e 235 árvores frutíferas ao longo de um ano. O PI Fioravante Esperança (PR), por sua vez, apresenta o plantio de 220 pinheiros e 430 árvores frutíferas no mesmo período (Ibid. p. 22).

O fracasso do PI Nonoai na *Campanha de Reflorestamento* pode ser explicado em nossa concepção, por dois motivos principais. Em parte, o primeiro motivo para o insucesso pode ser creditado à concentração dos interesses dos encarregados nos trabalhos de agricultura dos índios adultos e pela preponderância do ensino agrícola às crianças indígenas, cujo intuito principal era inseri-las nos interesses econômicos regionais. Um exemplo disso pode ser observado através do relato de uma auxiliar de ensino de Nonoai, Emília Santos Diniz, que descreve os resultados alcançados pelo Clube Agrícola de sua escola:

> [...] esta escola já se encontrava munida de ferramentas agrícolas infantil, fornecidas pela Diretoria do SPI, e com tais ferramentas, foi possível a organização de uma equipe de trabalho, composta de alunos de ambos os sexos. Iniciou-se assim o plantio de hortaliças, numa extensão de terra de 40 metros de comprimento por 24 metros de largura, preparado e adubado para tal fim. Foram plantadas, pelos alunos, alface, couve, repolho, rabanete, cenoura, couve-flor, etc., às quais tem servido não só na alimentação dos escolares, assim como dos doentes e seus familiares que se encontram na enfermaria do Pôsto, também para a alimentação dos trabalhadores do Pôsto e suas famílias. [...] Quanto a avicultura, já se encontra em fase bastante adiantada, havendo sido ministrada aulas aos alunos sobre a ração e adequada a esta região, assim como da necessidade de higiêne dos criatórios, bebedouros, etc. (BRASIL. Setembro de 1960. p. 16).

Fica claro neste relato que, apesar de constar no Programa Educacional do SPI, as atividades previstas para a preservação

florestal não estão sendo exercidas neste Posto Indígena. As funções consideradas fundamentais neste momento referem-se às atividades de produção de alimentos para os índios, seja através da agricultura ou da criação de aves e outros animais. O PI Nonoai, neste sentido, passa pelo processo que Silvio Coelho dos Santos chama de exploração oficial, através da qual, pouco a pouco, as áreas indígenas tornam-se fazendas geridas por chefes/capatazes burocratas, que se utilizam da mão de obra indígena com objetivos específicos de garantir lucro sobre o trabalho e patrimônio indígenas (1970, p. 73; 1981, p. 34).

No que concerne às atividades da *Campanha de Reflorestamento* no PI Xapecó, as informações são um pouco mais reveladoras sobre as atividades desenvolvidas. O encarregado do Posto no período analisado foi Nereu Moreira da Costa, um ex-sargento da Força Expedicionária Brasileira que administrou este PI durante 14 anos (1950-1964). Neste período, Nereu Costa obteve alguns bons resultados no tratamento dos problemas dos índios, conseguindo executar a construção de diversas moradias em madeira, melhoria nas condições sanitárias e alimentares, além de incrementar os trabalhos agrícolas com a mecanização das lavouras. Por outro lado, foi durante sua administração que se intensificou a entrada de colonos arrendatários e posseiros na área do Posto.

Em muitos de seus relatórios, Nereu Costa expunha as diversas atividades desenvolvidas pelos Kaingang do PI Xapecó, constando, em alguns deles, informações sobre a prática do reflorestamento. Estas informações demonstram que o encarregado parece seguir as exigências impostas pelo SPI referentes à citada campanha. Há, inclusive, destaque em sua correspondência para as atividades que os alunos desenvolvem nas escolas, semelhantes aos trabalhos que os adultos executam para o Posto, os quais, neste momento, concentravam-se nos trabalhos agrícolas e no reflorestamento. Em relatório sobre o plantio de árvores no PI Xapecó, encaminhado em junho de 1960, Nereu Costa destaca que:

> [...] fiz reunião dos índios, e palestrei sobre as árvores e a necessidade de reflorestamento e verifiquei o cumprimento de um edital interno dêste Posto, com o seguinte texto: fica expressamente proibida a derrubada de qualquer espécie de árvore, como também o repicamento das cascas de pinheiros ou qualquer madeira, por "machadeiros" ou "facãoseiros" [...] Quanto às escolas, fizeram diversas palestras com os alunos, como também plantaram mais de uma centena de pés de árvores frutíferas. (BRASIL, Junho de 1960, Op. cit. p. 12).

O encarregado demonstra uma clara obediência à cartilha proposta pelo Programa Educacional do SPI. Ao instituir que o plantio de árvores fizesse parte das incumbências dos Clubes Agrícolas Escolares, reitera o reflorestamento como uma tarefa constitutiva de seu programa regular de atividades. Como previa o regulamento destes Clubes, as atividades eram sempre acompanhadas pelos adultos e orientadas por professores para a escolha das mudas e dos terrenos a serem reflorestados.

O ano de 1960 parece ter sido de grande comprometimento dos escolares no plantio de árvores, pois, segundo outro relatório de Nereu Costa, teriam sido realizadas, na escola, novas palestras sobre recuperação de matas e conservação florestal, bem como teriam sido plantados 786 mudas de árvores frutíferas pelas crianças indígenas, sob orientação da administração e dos auxiliares de ensino (BRASIL. Outubro de 1960. Op. cit. p. 7). Estes dados apresentados pelo encarregado tornam-se importantes de salientar, pois demonstram o quanto eram escusos ou mal avaliados os relatórios encaminhados à direção central do SPI. Isso porque, os dados apresentados em janeiro de 1961, presentes no Boletim Interno nº 47, acusam o plantio de 2000 pinheiros e 235 árvores frutíferas (1961, Op. cit,. p. 22). No que se refere às arvores frutíferas, seriam cerca de 500 mudas a menos em comparação aos dados

publicados no Boletim Interno de três meses antes.

Semelhante ao caso de Nonoai, os boletins tendem sempre a diminuir a quantidade de árvores plantadas pelos dois Postos Indígenas, mesmo com informações que demonstram o cumprimento de suas metas durante a Campanha. Qual das versões está correta? Podemos asseverar que as atividades de reflorestamento, seja qual for a sua intensidade, não foram suficientes para superar o impacto causado pela grande devastação das florestas nos Postos Indígenas estudados. Tanto no PI Nonoai quanto no PI Xapecó, a atividade de madeireiros, arrendatários e dos próprios encarregados dos Postos, culminou com o esgotamento das reservas florestais existentes nas duas áreas. Além disso, as medidas estabelecidas para melhorar o desenvolvimento da agricultura entre os indígenas acabaram beneficiando muito mais as atividades fundiárias dos Postos do que propriamente as atividades de preservação das florestas existentes. Para completar, as limitações orçamentárias impostas aos Postos Indígenas, pelo SPI e pelo governo federal, impediram que muitas atividades ligadas à conservação florestal fossem concretizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os Postos Indígenas da 7ª Inspetoria Regional foram considerados ao longo da existência do SPI, grandes exemplos no desenvolvimento de culturas agrícolas com forte apelo econômico. Entre os principais produtos cultivados pelos indígenas da IR7, há grande destaque para o feijão, milho, trigo e, mais tarde, soja. Entretanto, os Postos Indígenas desta Inspetoria apresentavam riquezas florestais que despertavam a cobiça de diversas frentes político-econômicas, tais como os governos estaduais, as empresas madeireiras, as companhias de colonização e, em muitos casos, o próprio SPI, todos movidos pelo interesse na exploração do potencial econômico dos pinheirais nativos, assim como das outras madeiras de lei existentes junto aos Postos.

O SPI veicula, em diversos Boletins Internos, textos que remetem a uma grande preocupação com a extinção das áreas de pinheiros do Sul do Brasil. Conforme destacado no Boletim Interno nº 34, de novembro de 1959, estava prevista a implementação do plantio de culturas exóticas para poupar o pinheiro nativo da região, pois, "segundo se infere de estatísticas do Ministério da Agricultura, vem se acentuando o declínio das matas de pinheirais do Paraná, de vez que o replantio não acompanha o corte das árvores para atender aos crescentes volumes destinados à exportação". (BRASIL. Novembro de 1959. p. 21). Wilmar D'Angelis, entretanto, considera essa preocupação uma farsa, pois o mesmo autor analisa os contratos do SPI com madeireiras regionais para a retirada de madeiras de áreas indígenas de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ao longo dos últimos 20 anos de existência do SPI. D'Angelis considera que:

> O espírito do desenvolvimentismo toma conta do país nesse tempo (Governo Juscelino) e, também do SPI, que cada vez mais distanciava-se do que pudera ter sonhado Rondon, ao defender sua criação em 1910. O SPI passa a administrar as áreas indígenas com uma perspectiva de grande latifundiário, e passa a explorá-las como suas grandes fazendas [...] A essa época, com a valorização da madeira e a riqueza dela nas áreas do sul, o SPI lança-se à volúpia de vender madeira das terras indígenas, sobretudo os grandes pinheirais. (D'ANGELIS, Op. cit., p. 71).

Com relação ao PI Nonoai, uma Comissão de Sindicância instaurada em 1961, por determinação da Presidência da República vai apurar irregularidades dentro desta e de outras áreas indígenas do Rio Grande do Sul. O relatório final dessa sindicância apontou que, entre 1944 e 1961, houve uma exploração indiscriminada de madeira na área indígena, especialmente cedros e pinheiros. Esta

exploração foi possibilitada por acordos e contratos firmados entre o SPI e a firma Hermínio Tissiani e Cia Ltda. que, além de explorar os recursos florestais, utilizou-se das áreas desmatadas para fazer lavouras e pastagens, das quais muito se beneficiava (CIMI, op. cit. p. 08).

Na Terra Indígena Xapecó, desde a instalação do Posto do SPI, foram retirados, no mínimo, 150 mil pinheiros, com a desculpa de construir casas e atender as necessidades dos índios (D'ANGELIS, op. cit., p. 72). Ainda segundo D'Angelis, até aquele momento (1989) não existiam casas de madeira para todas as famílias indígenas e as que existem já estão inabitáveis. Silvio Coelho dos Santos revela que, entre 1964 e 1966, cerca de 30 empresas madeireiras atuaram na área indígena, através de contratos com o SPI. Neste curto espaço de tempo, calcula-se que, cerca de 60 mil pinheiros, tenham sido cortados na área (SANTOS op. cit. p. 36).

Neste contexto, já que havia grande interesse na exploração dos recursos florestais dos Postos Indígenas, por que, então, o SPI lança uma campanha visando o reflorestamento? Consideramos como hipótese mais plausível, alguns aspectos que refletem a ideia de angariar uma maior visibilidade do órgão frente ao Ministério da Agricultura e outros ministérios já destacados anteriormente. Pensamos dessa forma, pois, ao analisar relatórios e ofícios das Inspetorias Regionais e da Direção Central do SPI, percebemos, em diversos momentos, o quanto importava para sua cúpula administrativa, ter seu trabalho reconhecido e chancelado pelas mais altas autoridades ministeriais.

Sendo assim, verdadeiras cruzadas mobilizadoras eram montadas para alcançar estes objetivos. Vide a *Campanha do Trigo*, na década de 1940, quando, frente a uma demanda nacional e mundial pelo produto, o SPI percebe oportunidade de demonstrar a utilidade patriótica dos índios para a economia nacional, tornando-os cultivadores do cereal, sobretudo nos postos da 7ª Inspetoria Regional, onde o índio "já deixa de ser um simples participante da economia regional, para competir e assumir posição de liderança, ao mesmo tempo que os Postos se tornam centro de progresso e incremento da lavoura". (BRASIL. Agosto de 1958. Op. cit. p. 3). O próprio *Programa Educacional* pretendia, comprovar para o Ministério da Educação e Cultura, a objetividade das intenções do SPI, fundando escolas e lançando projetos educacionais "inovadores" nos Postos Indígenas de todo o país. Este programa pretendia transformar as escolas "meramente alfabetizadoras em estabelecimentos de finalidades mais amplas [...], pois os pequenos silvícolas aprendem com facilidade as regras necessárias à formação racional e manutenção de lavouras". (BRASIL. Novembro-Dezembro de 1960, pp. 14-15).

Por outro lado, é possível pensar também em certas finalidades de reposição florestal, pois, mesmo com desígnios claros na agricultura, o SPI entendia ser importante a conservação, mesmo que mínima, de uma área de floresta nos Postos Indígenas. Estes objetivos, longe de constituírem uma mentalidade ecológica das autoridades do órgão indigenista, fundamentavam-se na necessidade de preservar uma reserva de madeiras para ser utilizada na construção de casas e no fornecimento de lenha para os índios e funcionários. Além disso, como observamos, a maioria dos Postos Indígenas orientaram sua campanha de reflorestamento no sentido de plantar árvores frutíferas, visando a complementação alimentar dos índios, e ainda uma possível produção comercial dos frutos.

A Campanha de Reflorestamento, segundo os dados apresentados pelos Boletins Internos, atingiu diferentes graus de desenvolvimento nos Postos Nonoai e Xapecó. Entretanto, o legado deixado por ela nos dois Postos analisados pode ser avaliado de forma idêntica, pois, em nenhuma das duas áreas indígenas se percebem na atualidade grandes reflexos desta Campanha. Os dois Postos (hoje Terras Indígenas) apresentam características semelhantes no tocante aos recursos florestais ainda existentes. Apenas algumas manchas ou capões de mata persistem em meio às lavouras de soja e milho. As araucárias restantes acumulam-se em

pequenas faixas de terra improdutiva ou isoladas no meio das lavouras. Salvo a Reserva Florestal de Nonoai, salvaguardada pelo estado do Rio Grande do Sul e ainda relativamente bem conservada, os remanescentes florestais desta Terra Indígena resumem-se a trechos de matas ciliares, alguns pontos de encostas íngremes com maior densidade de capoeiras e muitos quadrantes de eucalipto. Na TI Xapecó, o quadro se assemelha em todo o seu conjunto, com a ressalva de haver uma área com cerca de 10 alqueires, reflorestada com araucária na década de 1970 e ainda conservada, com muito esforço, pela comunidade indígena.

NOTAS

[1] Ao longo de sua trajetória, o SPI ficou subordinado a vários Ministérios. Criado em 1910, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910) é incorporado em 1930 ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº 19.433 de 26/11/1930) e, em 1934, passa a pertencer ao Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934). Após uma reorganização dos Ministérios em 1939 o SPI volta a estar enquadrado no Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939), onde permaneceu até sua extinção em 1967. Maiores detalhes em LIMA, 1995, pp. 230-286 e ROCHA, 2003, pp. 75-102.

[2] O SPI denominava de maneira diversa os postos de acordo com os estágios de contato e civilização dos índios. Entre as principais denominações constam os P.I.A (Postos Indígenas de Atração), P.I.F (Postos Indígenas de Fronteira); P.I.T (Posto Indígena de Assistência e Tratamento); P.I.N (Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação). É importante lembrar que todos os postos convergiam para um objetivo final, que era a educação e nacionalização dos indígenas.

[3] A Sétima Inspetoria Regional ou IR7, compreende o diretório regional que orientava as ações administrativas em todos os Postos Indígenas instalados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sua sede neste período era em Curitiba/PR.

[4] Entre as décadas de 1930 e 1950, o governo brasileiro implementou algumas medidas de caráter preservacionista do patrimônio natural do país. Entre os projetos mais importantes e significativos no quesito preservação florestal está a criação de parques nacionais e de florestas protegidas, sobretudo nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, onde a Mata Atlântica já estava seriamente ameaçada. Ainda neste período, foram criadas também algumas autarquias florestais com objetivos econômicos, com destaque para o Instituto Nacional do Mate (INM), criado através do Decreto nº 375, de 13 de abril de 1938, com o objetivo de fortalecer o mercado interno e externo do produto. Outra importante autarquia foi o Instituto Nacional do Pinho (INP), criado pelo Decreto nº 3.124, de 19 de março de 1941, atendendo aos interesses dos produtores, industriais e exportadores de Pinho. Mais informações em: ALBUQUERQUE, 2005; OLIVEIRA, 2010.

[5] Os Boletins Internos eram publicações mensais produzidas pela Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI, em conjunto com o Ministério da Agricultura, entre os anos de 1940 e 1960. Seu conteúdo informativo deveria circular em todos os Postos Indígenas subvencionados ao órgão indigenista federal, fornecendo desde orientações agrícolas e avisos, até relatórios sobre os diversos Postos de todo o Brasil, além de elogios e recomendações a servidores. No arquivo do Museu do Índio (RJ), encontra-se uma coletânea encadernada e microfilmada destes documentos, porém, com algumas lacunas existentes.

[6] A área deste Posto atualmente é denominada Terra Indígena Xapecó, entretanto, ao longo de sua história seu nome aparece sob nomenclaturas diferentes na documentação pesquisada. Em 1941, foi criado oficialmente como Posto Indígena Chapecó, mas é

comum encontrar na documentação termos como Posto Chapecosinho, Posto Xapecozinho, Posto Chapecó e Posto Xapecó. Oficialmente, o SPI modifica a denominação do Posto em 23/03/1960, atendendo ao processo nº 3708/58 do Inspetor da IR7 Deocleciano de Souza Nenê, passando a se chamar Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, como homenagem ao juiz que tanto atuou em defesa do patrimônio indígena, falecido em 1957. Esta denominação perdura até 1967, quando após a extinção do SPI e criação da FUNAI, o Posto passa a ser referido com Posto Indígena Xapecó. Neste artigo, para uniformizar o termo e não confundir o leitor, utilizamos a grafia que mais aparece nos documentos do período pesquisado, qual seja: Posto Indígena Xapecó.

REFERÊNCIAS

Bibliografia

ALBUQUERQUE, D.A. **Evolução das instituições florestais brasileiras**. (Monografia de Conclusão do Curso de Engenharia Florestal). Seropédica: UFRRJ, 2005. 46 p.

CIMI REGIONAL SUL. (1978). Nonoai 1978 – em busca de seus caminhos livres. **Luta Indígena**. Xanxerê, SC, n. 6, p. 1-119.

D'ANGELIS, Wilmar. **Para uma História dos Índios do Oeste Catarinense.** Cadernos do CEOM/FUNDESTE. Ano 4, nº 6. Chapecó, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. 30. ed. Petrópolis: Ed. Vozes. 2005.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indígena e a República**. São Paulo: Hucitec/Edusp. 1989.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a Gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Indios do Brasil** (Org.) São Paulo: Cia das Letras, 1992.

_____. **Um Grande Cerco de Paz**: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1995.

MANFROI, Ninarosa Mozzato da silva. **A História dos Kaingáng da Terra Indígena Xapecó (SC) nos Artigos de Antonio Selistre de Campos**. Dissertação (Mestrado em História) PPGH/UFSC. Florianópolis, 2008.

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de. **As marcas do homem na floresta**: história ambiental de um trecho urbano de mata atlântica/organização. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2010.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Índio e o Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1964.

_____. **A Sociologia do Brasil Indígena.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. São Paulo: Edusp, 1972.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Sociedades Indigenas e Indigenismo no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero / Ed. UFRJ, 1987.

ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil (1930-1967)**. Goiânia: Ed. UFG. 2003.

SANTOS, Sílvio Coelho. **A Integração dos Índios na Sociedade Regional**: A função dos postos indígenas em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. UFSC, 1970.

_____. Indigenismo e Expansão Capitalista: Faces da agonia Kaingang. **Cadernos de Ciências Sociais**. v. 2, nº 2. Florianópolis, PPGCS/UFSC, 1981.

Fontes Documentais

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº** *28***.** Março de 1944. SEDOC/MI.

BRASIL. *Termo de Contrato*. Registo nº 122. 10 de Abril de 1944. CTL – FUNAI/Paranaguá-PR

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Ofício nº 06**, 01 de junho de 1956. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 19**. Agosto de 1958. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 23**. Dezembro de 1958. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 24**. Janeiro de 1959. SEDOC/MI.

BRASIL. **Avisos do Posto Nonoai**. Março a Novembro de 1959 (Microfilme 058, Fotograma 1974 a 1990) SEDOC/MI.
BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 32**. Setembro 1959. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 33**. Outubro de 1959. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 34**. Novembro de 1959. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 36**. Janeiro de 1960. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 41**. Junho de 1960. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 42**. Julho de 1960. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 44.** Setembro de 1960. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 45**. Outubro de 1960. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 46**. Novembro-Dezembro de 1960. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 47**. Janeiro de 1961. SEDOC/MI.

BRASIL. Ministério da Agricultura/SPI. **Boletim Interno nº 31**. 30 de Junho de 1944. SEDOC/MI.

Fotografias:

Figura 2: FORTHMANN, Heinz. **Posto Indígena Nacional Chapecó**. Santa Catarina, 1947. 1 Negativo, p&b, 35 mm. Dossiê da viagem de inspeção do Diretor do SPI, Modesto Donatini Dias da Cruz à 7ª Inspetoria Regional. SEDOC/MI.

Figura 3: SPI**.** 2 fotografias 12x8cm. **PI Nonoai-RS. 1942/1944**. Autoria desconhecida. Documentos Audiovisuais e Iconográficos. SEDOC/Museu do Índio-RJ.

NOTAS

[1] Ao longo de sua trajetória, o SPI ficou subordinado a vários Ministérios. Criado em 1910, vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Decreto nº 8.072 de 20/06/1910) é incorporado em 1930 ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto nº

19.433 de 26/11/1930) e, em 1934, passa a pertencer ao Ministério da Guerra (Decreto nº 24.700 de 12/07/1934). Após uma reorganização dos Ministérios em 1939 o SPI volta a estar enquadrado no Ministério da Agricultura (Decreto nº 1.736 de 03/11/1939), onde permaneceu até sua extinção em 1967. Maiores detalhes em LIMA, 1995, pp. 230-286 e ROCHA, 2003, pp. 75-102.

[2] O SPI denominava de maneira diversa os postos de acordo com os estágios de contato e civilização dos índios. Entre as principais denominações constam os P.I.A (Postos Indígenas de Atração), P.I.F (Postos Indígenas de Fronteira); P.I.T (Posto Indígena de Assistência e Tratamento); P.I.N (Posto Indígena de Assistência, Nacionalização e Educação). É importante lembrar que todos os postos convergiam para um objetivo final, que era a educação e nacionalização dos indígenas.

[3] A Sétima Inspetoria Regional ou IR7, compreende o diretório regional que orientava as ações administrativas em todos os Postos Indígenas instalados nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Sua sede neste período era em Curitiba/PR.

[4] Entre as décadas de 1930 e 1950, o governo brasileiro implementou algumas medidas de caráter preservacionista do patrimônio natural do país. Entre os projetos mais importantes e significativos no quesito preservação florestal está a criação de parques nacionais e de florestas protegidas, sobretudo nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, onde a Mata Atlântica já estava seriamente ameaçada. Ainda neste período, foram criadas também algumas autarquias florestais com objetivos econômicos, com destaque para o Instituto Nacional do Mate (INM), criado através do Decreto nº 375, de 13 de abril de 1938, com o objetivo de fortalecer o mercado interno e externo do produto. Outra importante autarquia foi o Instituto Nacional do Pinho (INP), criado pelo Decreto nº 3.124, de 19 de março de 1941, atendendo aos interesses dos produtores, industriais e exportadores de Pinho. Mais informações em: ALBUQUERQUE, 2005; OLIVEIRA, 2010.

[5] Os Boletins Internos eram publicações mensais produzidas pela Seção de Orientação e Assistência (SOA) do SPI, em conjunto com o Ministério da Agricultura, entre os anos de 1940 e 1960. Seu conteúdo informativo deveria circular em todos os Postos Indígenas subvencionados ao órgão indigenista federal, fornecendo desde orientações agrícolas e avisos, até relatórios sobre os diversos Postos de todo o Brasil, além de elogios e recomendações a servidores. No arquivo do Museu do Índio (RJ), encontra-se uma coletânea encadernada e microfilmada destes documentos, porém, com algumas lacunas existentes

[6] A área deste Posto atualmente é denominada Terra Indígena Xapecó, entretanto, ao longo de sua história seu nome aparece sob nomenclaturas diferentes na documentação pesquisada. Em 1941, foi criado oficialmente como Posto Indígena Chapecó, mas é comum encontrar na documentação termos como Posto Chapecosinho, Posto Xapecozinho, Posto Chapecó e Posto Xapecó. Oficialmente, o SPI modifica a denominação do Posto em 23/03/1960, atendendo ao processo nº 3708/58 do Inspetor da IR7 Deocleciano de Souza Nenê, passando a se chamar Posto Indígena Dr. Selistre de Campos, como homenagem ao juiz que tanto atuou em defesa do patrimônio indígena, falecido em 1957. Esta denominação perdura até 1967, quando após a extinção do SPI e criação da FUNAI, o Posto passa a ser referido com Posto Indígena Xapecó. Neste artigo, para uniformizar o termo e não confundir o leitor, utilizamos a grafia que mais aparece nos documentos do período pesquisado, qual seja: Posto Indígena Xapecó.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

AS IRMANDADES RELIGIOSAS E AS IDENTIDADES CULTURAIS CUIABANAS

Elizabeth Madureira Siqueira
Curadora da Casa Barão de Melgaço;
professora colaboradora do PPGE/UFMT,
Sócia efetiva do IHGMT e da AML.
bethmsiqueira@gmail.com

RESUMO

O texto procura recuperar a trajetória de uma das mais antigas irmandades de Mato Grosso, a do Santíssimo Sacramento, instituída no século XVIII, ao lado da irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e de São Miguel Arcanjo, cujos altares se localizavam na igreja matriz de Cuiabá. Trata-se de uma confraria composta por membros das elites cuiabanas, tanto homens como mulheres, porém na Mesa Diretora da instituição, apenas homens podiam fazer parte. O papel das mulheres no interior das Irmandades dos oitocentos sempre foi decorativo, porém laboral, uma vez que elas integravam a mesa, sendo uma Provedora e 12 Mordomas ou irmãs de Mesa, porém não tinham poder deliberativo e tampouco podiam votar.

Palavras-chave: Irmandade do Santíssimo Sacramento. Cuiabá. História. Mato Grosso. Documentação.

RESUMEN

En este trabajo se pretende recuperar la trayectoria de una de las cofradías más antiguas de Mato Grosso en el Santísimo Sacramento, fundada en el siglo XVIII, junto a la Hermandad del Buen Señor Jesús Cuiabá y São Miguel Arcanjo, cuyos altares se encontraban en la iglesia matriz de Cuiabá. Se trata de una hermandad compuesta por miembros de los cuiabanas elite, pero los funcionarios de la institución, sólo los hombres podían participar. El papel de las mujeres dentro de las Hermandades de ocho siempre ha sido decorativa, pero el trabajo, ya que eran parte de la tabla, siendo un proveedor y 12 comisarios o hermanas Mesa, pero no tenía el poder de toma de decisiones, ni podía votar.

Palabras clave: Hermandad del Santísimo Sacramento. Cuiabá. Historia. Mato Grosso. Documentación.

As Irmandades foram instituições leigas criadas e organizadas espontaneamente pela sociedade civil junto às Igrejas, tendo por referência um santo padroeiro. Devido a este caráter, tais confrarias ocupavam, no mundo colonial, espaço privilegiado de relativa liberdade e autonomia, não perdendo o vínculo com a política colonizadora e sendo dela agentes, uma vez que reproduziam as discriminações geradas no interior do mundo colonial, dentre elas os preconceitos de cor, sangue e posição na sociedade.

As Irmandades ou Confrarias, no Brasil, foram organizadas durante os séculos XVI a XVIII e expressaram os princípios das duas maiores forças comandantes do mundo colonial: a Igreja e o Estado absolutista. No momento em que o mundo moderno teve início, o Rei contou com uma camada social que impulsionou e financiou a grande expansão ultramarina - a burguesia. Com a participação dessa nova camada nas decisões político/sociais, o Rei reivindicou para si os privilégios religiosos, antes, somente usufruídos pela Igreja. Dentre eles podem ser destacados o direito de escolha dos Bispos que dirigiriam espiritualmente o mundo colonial. Este direito chamou-se Padroado, ficando estabelecido que todas as questões religiosas das Colônias não necessitariam mais da aprovação direta de Roma, mas sim, contariam apenas com o aval real. Dessa forma, as Irmandades necessitavam de uma aprovação do Rei para seu funcionamento, ficando adstritas à supervisão indireta dos religiosos, especialmente dos Bispos que eram nomeados pelo Monarca.

Através do Padroado, a vida religiosa nas colônias, era controlada pelo monarca, considerando que ele era o Grão-Mestre das três Ordens militares e religiosas: a de Cristo, a de São Tiago da Espada e a de São Bento. (HOONAERT, 1979, p. 14-16).

Segundo Graça Salgado,

> O Padroado teve suas raízes históricas nas ordens militares organizadas ao tempo da Reconquista (século XII), as quais tiveram papel proeminente nas lutas e conquistas lusas. As mais importantes dessas ordens eram as de São Tiago da Espada, a de São Bento de Avis e a dos Templários; a última foi posteriormente extinta pelo papa Clemente V em 1310, mas teve como herdeira a Ordem de Cristo, fundada em 1319, que se tornou a mais poderosa das ordens militares portuguesas. Os papas a ela concederam, na segunda metade do século XV, em reconhecimento à sua atuação como propagadora da fé cristã, a instituição do direito do padroado. Por tal direito, cabia à Ordem de Cristo jurisdição espiritual sobre as terras ultramarinas conquistadas e por conquistar, que não pertencessem a nenhuma diocese, e ao padroeiro dela, seu grão-mestre, a apresentação dos escolhidos para o governo eclesiástico dessas terras. (SALGADO, 1985, p. 113)

Para Boxer, "o Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil. Estes direitos e deveres provinham de uma série de bulas e breves papais, começando pelo breve *Dum Diversas* de Nicolau V, em 1452, e culminando no breve *Praecelse Devotionis* de Leão X, em 1514". (BOXER, 1978, p. 89).

AS IRMANDADES EM MATO GROSSO

As Irmandades religiosas em Mato Grosso foram criadas por ocasião da instituição das primeiras igrejas, isto é, na primeira metade do século XVIII. Podemos presumir que a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz de Cuiabá teve sua origem nesse período inaugural, uma vez que Cuiabá estava dividido em dois Distritos, o da Sé (1°) e o de São Gonçalo de Pedro II (2°).

Na Igreja Matriz de Cuiabá (1° Distrito) havia três altares com as respectivas irmandades: o altar-mor dedicado ao padroeiro Senhor Bom Jesus de Cuiabá; o segundo altar era dedicado a São Miguel Arcanjo, sendo que o terceiro ao Santíssimo Sacramento. Esses altares foram edificados logo que instituída a matriz, por isso podemos deduzir que essa última irmandade data do século XVIII.

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE CUIABÁ

Considerando que a Irmandade do Santíssimo Sacramento é muito pouco conhecida, considerou-se relevante um breve estudo sobre ela. Estava atrelada a um dos altares da Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, o do Santíssimo Sacramento. Era integrada, portanto, ao lado da de São Miguel e Bom Jesus, o universo das elites, branca e composta por irmãos que detinham um expressivo poder econômico.

Para melhor conhecê-la, nada melhor que seu Compromisso, cujas regras regiam a instituição. Devido à relevância desse documento segue transcrito na íntegra:

COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DA MATRIZ DE CUIABÁ

Art. 1 - A Venerável Confraria do Santíssimo Sacramento da Freguesia da Sé da Cidade de Cuyabá é uma Associação Religiosa de fiéis de um e outro sexo, com o fim de adorar e Glorificar a Deus Nosso Senhor e promover o Culto e devoção do Santíssimo Sacramento e coadjuvar ao Reverendo Pároco na administração do Ministério Eucarístico.

Art. 2 - Para ser Irmão ou Irmã de Compromisso, basta ser Católico Apostólico Romano e ter bons costumes;

Art. 3 - Os Irmãos de Compromisso até hoje alistados gozam de todas as prerrogativas concedidas gozarão de todas as prerrogativas concedidas por este novo Compromisso, depois de apreciado pelos poderes competentes, se quiserem se sujeitar aos ônus para ele impostos. Os que se negarem [(ilegível) constando, todavia, o direito a uma sepultura no cemitério da Confraria e aos sufrágios gerais;

Art. 4 - Esta Confraria será regida por uma Mesa anualmente eleita, constante dos seguintes membros: 1 Provedor, 1 Escrivão, 1 Tesoureiro, 2 Procuradores e 12 Mordomos ou Irmãos de Mesa. Além dos quais serão igualmente eleitas 1 Provedora, 1 Procuradora e 12 Mordomas ou Irmãs de Mesa. Estas, porém, não terão voto deliberativo. Seus ofícios são ajudar os Irmãos Mordomos nos misteres do Culto divino e no serviço de Religião e piedade.

Art. 5 - À Mesa compete à gerência de todos os negócios da Confraria, exceto a alienação de bens por cessão, venda doação ou qualquer outro contrato onerado ou gratuito.

Art. 6 - No caso da exceção do artigo antecedente, bem como no da reforma do presente Compromisso ou de alguns de seus artigos a decisão será tomada por uma Assembleia Geral da maioria dos Irmãos de Compromisso, em sessão com a Mesa do ano, e a pluralidade de votos decidirá o discutido.

Art. 7 - Terá a Confraria um Capelão e um Andador ou Zelador.

Art. 8 - O Capelão e o Andador ou Zelador serão da escolha da Mesa.

Art. 9 - Para ser Oficial de Mesa não precisa ser Irmão de Compromisso, basta ter as condições exigidas para este e ter filho, família e que o Provedor, Escrivão e Tesoureiro tenham com que satisfazer as suas jóias.

Art. 10 - Aquelas pessoas sobre quem recair a escolha da Mesa, não poderão eximir-se do seu Cargo e ao pagamento da respectiva jóia.

Art. 11 – Além do livro de Compromisso, haverá no Arquivo da Confraria, a cargo do Irmão Escrivão, os de entrada e falecimento dos Irmãos, de Receita e despesa, do Inventário e dos Termos ou Sessões.

Art. 12 – A Mesa será eleita no sábado de Ramos e empossada na Dominga da Ressurreição, depois da Missa do Capelão ou de outro Sacerdote que faça suas vezes. O termo dessa reunião deve ser assinado pela Mesa que deixar e pela que receber os Cargos da Confraria.

Art. 13 – A Eleição será feita da seguinte maneira: reunida a Mesa no dia designado no Artigo antecedente, sob a presidência do Reverendo Pároco, o Provedor apresentará uma Lista com os nomes de seis cidadãos nas circunstâncias de serem eleitos e imediatamente se procederá à eleição do novo Provedor, por sorteamento. Feito isto, o Escrivão apresentará outra lista de trinta nomes, e dentre estes elegerá a Mesa, o Escrivão, o Tesoureiro, dois Procuradores, 12 Mordomos, declarando-se eleitos os mais votados. Terminada a eleição dos Mordomos, o Escrivão apresentará novamente duas relações que lhe fornecera de véspera o Provedor na próxima seguinte primeira eleição,, e nas seguintes o Provedor, contendo os nomes de seis Senhoras no caso de desempenharem o Cargo de Provedora, com exclusão da mulher do Provedor, e outra contendo trinta nomes. Da primeira, a Mesa elegerá, também por sorte, a Provedora, e da seguinte 12 Mordomas e uma Procuradora. Conhecida a eleição da nova Mesa, o Escrivão expedirá Cartas convocatórias a todos os Eleitos para a posse no Domingo da Ressureição.

Art. 14 – A Mesa não poderá ser constituída sem metade e mais um dos seus membros, e os atos deliberados sem número legal são *ipso facto* nulos e írritos.

Art. 16 – A Mesa terá suas sessões ordinárias na primeira Dominga de cada mês, no sábado de Ramos e Domingo da Ressureição, e as extraordinárias naqueles dias que for convocada pelo Provedor.

Art. 17 – Tanto a Mesa quanto os Irmãos de Compromisso são obrigados a comparecer nas festas da quarta-feira de Cinza da Semana Santa e do Santíssimo Sacramento, e ao enterramento dos Irmãos e Irmãs que falecerem.

Art. 18 – À Mesa cumpre: 1º fazer a festa da Semana Santa enquanto não houver caído com as joias do Provedor, Provedora, Oficiais e Mordomos e com o produto das esmolas dos fiéis. 2º Fazer a festa do Santíssimo Sacramento na Dominga Grande. 3º Dar sepultura aos Irmãos que falecerem, inclusive aos de Mesa que não forem de Compromisso, durante o ano de sua serventia. 4º Mandar celebrar seis missas por alma de cada Irmão que falecer. 5º Promover a aquisição de meios para uma renda que no futuro possa garantir a subsistência dos Irmãos que caírem em indigência e 6º Finalmente tirar esmolas para a Semana Santa e as da bolsa.

Art. 19 – O Provedor pagará de joia 500$000 réis, a Provedora 250$000 réis, o Escrivão 40$000, o Tesoureiro 40$000 e cada um Mordomo ou Mordoma 10$000 réis.

Art. 20 – Os Irmãos de Compromisso pagarão de entrada para a Confraria 5$000 réis e de anuidade 2$000 réis. Suas obrigações são, além das especificadas no Artigo 17, acudir quando lhe tocar por tabela da semana ou mês, ao toque do viático, assistir às Missas das 5ª Feira e fazer guarda no Santíssimo Sacramento, se houver nesse tempo alguma reposição.

Art. 21 – Ao Provedor compete convocar e presidir a Mesa nos casos

ordinários e não excetuados neste Compromisso e dar providências precisas nos casos repentinos em que não possa a Mesa reunir-se.

Art. 22 – Ao Escrivão compete: substituir o Provedor nos seus impedimentos e faltas, fazer logo no princípio do ano administrativo a relação de todos os Irmãos de Compromisso, distribuindo 8 para cada mês e afixá-las na porta do Consistório.

Art. 23 – O Tesoureiro terá a seu cargo o Cofre da Irmandade, fará as despesas que forem autorizadas pela Mesa ou pelo Provedor, das quais prestará conta à nova Mesa, e a quem mais de direito for. Substituirá o Escrivão em seus impedimentos e faltas, e será responsável pelas despesas não autorizadas.

Art. 24 – Os Procuradores não pagarão joia. Cumpre-lhe arrecadar os dinheiros e donativos pertencentes à Confraria e que estejam indebitamente em poder de outrem, e bem assim os anuais e joias dos Irmãos, e se não cumprirem com os seus deveres pagarão a multa de 20$000 réis, por isso que, em atenção às suas obrigações, são dispensados das mesadas.

Art. 25 – Todas as quantias arrecadadas pelos Procuradores e Procuradora, serão entregues ao Tesoureiro e este dará deles recibo.

Art. 26 – Os Mordomos, além das obrigações dos Irmãos, marcadas neste Compromisso, cumpre fazer cada um o seu mês de Consistório, visitando a miúde, inspecionar se o Andador trás com decência os paramentos e alfaias, fornecendo o guizamento preciso da hóstia e vinho, e requisitar do Tesoureiro o que mais for mister para o Culto durante o seu mês, e velar sobre o asseio das roupas do Altar e Sacristia, mandando a asseiar pela Mordoma do mês.

Art. 27 – Ao Mordomo do Mês compete igualmente assistir as Missas das quintas-feiras e sair na falta do Provedor, com a Campa na procissão do Viático, mandar avisar aos Irmãos que tiverem na forma da tabela de entrar de Semana ou mês nestas duas últimas funções, visitar os Irmãos enfermos, consolá-los nas suas dores e aflições e velar para que não morram sem os Sacramentos da Penitência, Eucarístia e Extrema-unção.

Art. 28 – À Procuradora cumpre receber as joias das Irmãs de Mesa e entrega-las ao Tesoureiro.

Art. 29 – As Irmãs Mordomas farão também com os Mordomos, cada uma seu mês de Consistório, conforme a Tabela. Cumpre-lhes durante esse mês cuidar do asseio da roupa do Altar e da Sacristia, e se não o fizerem correrá por sua conta a despesa com isso efetuada, visitar as Irmãs enfermas, consolá-las em suas dores e aflições e prevenirem que não morram sem os Sacramentos da Penitência, Eucarístia e Extrema-unção.

Art. 30 – Ao Capelão cumpre celebrar as Missas privadas das quintas-feiras, acompanhar à sepultura os cadáveres dos Irmãos que falecerem, presidir a Mesa no dia da eleição dos novos oficiais e celebrar ou fazer celebrar Missa da posse no Domingo da Ressurreição.

Disposições Gerais

Art. 31 – A Mesa que autorizar maior despesa do que a soma do produto das joias de seus Oficiais, e das esmolas dos fiéis arrecadadas, será responsável pelo excesso e se esta autorizada for pelo Provedor, recairá sobre ele a responsabilidade, bem como sobre o Tesoureiro que efetuá-la sem prévia autorização da Mesa.

Art. 32 – O Cidadão que servir três vezes na Provedoria será alistado como Irmão Remido e gozará de todas as regalias concedidas aos mesmos Irmãos de Compromisso, tendo mais duas Missas no seu falecimento.

Art. 33 – Se morrer o Provedor ou qualquer outro Irmão eleito antes de verificada a posse, a Mesa se reunirá com tempo e procederá a nova eleição.

Art. 34 – Se falecer qualquer Irmão depois da posse, não haverá nova eleição para o preenchimento da vaga. A joia do falecido será cobrada da sua herança.

Art. 35 – A Mesa que aceitar renúncia de qualquer Oficial, ainda que somente eleito, será responsável pela joia.

Art. 36 – O Irmão que se quiser remir pagará 200$000 e ficará isento de todos os cargos da Irmandade, sem ter direito a compeli-lo a aceitar cargo algum, mesmo quando eleito.

Art. 37 – o Irmão que sem causa justificada deixar de cumprir com as suas obrigações durante o mês que lhe tocar na tabela, tendo sido avisado, pagará de multa para o Cofre da Confraria 5$000 réis.

Art. 38 – É expressamente proibido entregar-se a Bolsa e vara da Confraria a crianças ou a pessoas não Irmãos de Mesa ou Compromisso, para tirar esmolas. O Mordomo do mês que nisso consentir pagará multa de 20$000, e o que deixar de tirar esmolas no mês que lhe pertencer entrará com igual quantia para o Cofre.

Art. 39 – As Mesas terão sempre em vista como um dos nobres fins desta Confraria promover a aquisição de meios que garantam para o futuro, não só o mais perfeito exercício do Culto Divino, como também a subsistência dos Irmãos que caírem em pobreza, impetrarão do Poder competente a faculdade de possuir esta Confraria até 30 contos de réis em bens de raiz com livro Geral e exclusiva Administração.
Art. 40 – Depois de instalado o Cabido, as joias marcadas neste Compromisso para o Provedor, Provedora, Escrivão e Tesoureiro serão reduzidas à metade, aplicadas aos fins que a Mesa julgar conveniente.

Consistório da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Cuiabá, 24 de outubro de 1872.

Joaquim Gaudie Lei – Provedor
Salvador Pompeo de Barros Sobrinho – Escrivão
Roseno Pinto de Souza
Firmino Ferreira do Couto – Procurador
José Rodrigues da Silva Ponto – Procurador
Joaquim Marcos Xavier da Silva Pereira
José Mariano de Campos Júnior
José Ignacio de Souza
Tesíssimo Xavier Castelo
Antonio Vieira de Almeida
João Augusto Moreira Serra
Manoel Nascimento Pereira da Silva
José Magno da Silva Pereira
João Mariano de Souza Neves
André Virgílio Pereira Albuquerque

Assinado sobre 2 selos
Cuiabá, 5 de novembro de 1872
O escrivão interino
Manoel Gaudie Ley
(ACBM/IPDAC Caixa 16 - Pasta 55 – env. 1081)

COMENTANDO ALGUNS ASPECTOS DO COMPROMISSO

O papel das mulheres no interior das Irmandades dos oitocentos sempre foi decorativo, porém laboral, uma vez que elas integravam a mesa, sendo uma Provedora e 12 Mordomas ou irmãs de Mesa, porém não tinham poder deliberativo e tampouco podi-

am votar. Seu trabalho se resumia em ajudar a cuidar dos paramentos do altar, colher escolas e exercer funções meramente braçais. A maioria delas era esposa de pessoas de posse.

Pelo Compromisso (art. 9º) fica claro que as Irmandades funcionavam como uma instituição financeira, uma vez que as joias e demais pagamentos eram recolhidos e utilizados para a realização da festa anual, dos enterramentos e do pagamento das missas rezadas pelos irmãos falecidos. Por se tratar de uma Confraria, a presença dos Irmãos de Mesa e da Diretoria a todos os eventos da Irmandade era obrigatória, ou seja, da reunião e interação entre eles é que tornava forte a Irmandade. As festividades de presença imprescindível era, no caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, a quarta-feira de Cinza da Semana Santa e do Santíssimo Sacramento, e ao enterramento dos Irmãos e Irmãs que falecerem.

Os que mais contribuíram financeiramente eram o Provedor que pagava a joia de 500$000 réis, a Provedora, que apesar de mero papel decorativo, arcava com a joia de 250$000 réis, o Escrivão contribuía com 40$000, o Tesoureiro com 40$000 e cada um Mordomo ou Mordoma 10$000 réis. Cabia Procuradora proceder ao recolhimento das joias de todas as irmãs de Mesa.

A celebração de missas pelas almas dos componentes da Irmandade era ritual obrigatório, uma vez que essas celebrações serviam para a remissão dos pecados e melhor encaminhamento da alma ao céu.

Uma tradição que persiste nos dias atuais é o papel desempenhado pelo Escrivão, hoje chamado nas associações de Secretário, visto que o mesmo era o substituto do Provedor, hoje Presidente. A função de escrivão, por sua relevância nos registros dos eventos institucionais, tornava-o a pessoa que mais dominava e conhecia a instituição, recaindo o cargo sempre nas pessoas mais probas (art. 12)

O espírito caritativo das Irmandades sempre foi uma forte marca. O fazer visita aos Irmãos e Irmãs enfermas, consolá-la em suas dores e de sua família, tornou-se uma obrigação. Esse hábito, tão comum até o século XX, quando as famílias visitavam os amigos adoentados, persiste até a contemporaneidade, mesmo considerando o perfil individualista da sociedade atual.

Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, o cargo de Provedor, maior autoridade, sempre foi prerrogativa das pessoas brancas e de posse, que gozavam de grande influência no meio social. Foi o caso de Joaquim Gaudie Ley, descendente de tradicional família goiana, migrada para Mato Grosso no período da mineração, ainda no século XVIII. Essa personalidade era Comendador, Juiz de Direito, membro do Partido Conservador, tendo sido eleito, por duas legislaturas à Assembleia Legislativa Provincial (FERREIRA, 2004, p. 170). Seu prestígio foi tão grande, no século XIX. Além de Provedor da Irmandade do Santíssimo, Joaquim Gaudie Ley ocupou o mesmo cargo junto à Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, uma das mais antigas instituições de caridade no seio da comunidade cuiabana. Segundo Estevão de Mendonça, ao reverenciar sua memória por ocasião do falecimento do Comendador (13/11/1876):

> Membro acatado do partido conservador, que nelle encontrava um amigo dedicado e um conselheiro experimentado, eleito por aquela facção política, deputado à Assembléa Provincial desde o ano de 1840, deu por vezes no seio daquela corporação provas do seu descortinio e das suas luzes, discutindo e oferecendo à consideração dos seus pares projectos e pareceres de inconcurso merecimento. Da sua iniciativa parto, na legislatura de 1850-1851, o projecto creando o primeiro mercado que existio na província. [...] Além desse cargo, exerceu também os de chefe de polícia e inspetor geral dos estudos, este ultimo desde o ano de 1849 a 1871, ou sejam, vinte e dous anos de exercício, sem vencimento algum durante largo período, e depois com o reduzido ordenado de 720$000 annuaes, trabalhando sempre com igual solicitude. [...] A convite do presidente Herculano Ferreira Penna, aceitou e

> assumio em 1862 a provedoria da Santa Casa de Misericórdia, conseguindo com extrema dedicação tal, como nos nossos dias sucedeu com a direção do desembargador Antonio Fernandes Trigo de Loureiro, reerguer aquelle estabelecimento de caridade da profunda prostração em que jazia. (MENDONÇA, E. 1919, v. 2, p. 277-278)

CONCLUINDO

Identidade está intrinsecamente ligada à questão social e suas formas de organização. Nessa medida, as irmandades religiosas, enquanto instituições para-religiosas, incorporavam em seus quadros inúmeras personalidades adstritas às diversas camadas da sociedade. A confraria do Santíssimo Sacramento constituiu uma instituição de elite, visto composta por personalidades que detinham prestígio e poder.

Instalada na Matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, o Santíssimo Sacramento, ao lado do fervor religioso de seus fiéis, expressou também uma determinada facção social, incorporando os valores e princípios das elites. O mesmo ocorreu na Igreja São Gonçalo (Porto-Cuiabá), onde essa Irmandade se reproduziu.

Durante a pesquisa foi encontrada, no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, mais precisamente no acervo do Instituto de Pesquisas D. Aquino Corrêa (IPDAC), uma série de peças relativas à Irmandade do Santíssimo Sacramento, que fazemos questão de divulgar neste artigo:

Documentação da Irmandade do Santíssimo Sacramento depositada no Arquivo da Casa Barão de Melgaço – IPDAC

ACBM/IPDAC Caixa 16 - Pasta 55 – env. 1081
Cópia do capítulo 11 do compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que versa sobre sepultamento dos irmãos. Em anexo, a relação dos irmãos.
Cuiabá, s.d.

ACBM/IPDAC Caixa 1 - Pasta 2 – env. 62
Livro de Registros dos termos de mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Catedral de Cuiabá. (Livro incompleto, p. 12 a 83)

ACBM/IPDAC Caixa 3 - Pasta 18A – env. 539
Ofício da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento, da Igreja de São Gonçalo, em Cuiabá, para o Bispo Dom José Antonio dos Reis, agradecendo a aprovação do Estatuto da Congregação. (O Estatuto não se encontra anexado)
Cuiabá, 3 de julho de 1859

ACBM/IPDAC Caixa 16 - Pasta 55 – env. 1073
Cópia da ata de instalação da Congregação dos servos devotos do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Gonçalo.
Cuiabá, 3 de julho de 1859

ACBM/IPDAC Caixa 15 - Pasta 49 – env. 260
Carta dos mesários da Confraria do Santíssimo Sacramento ao Bispo de Cuiabá enviando cópia do compromisso da mesma, assinada pelo escrivão José Jacinto de Carvalho.
Obs. A cópia do compromisso não encontra-se anexado.
Cuiabá, 28 de janeiro de 1860

ACBM/IPDAC Caixa 15 - Pasta 48 – env. 1183
Carta do Frei Mariano de Bagnaia ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, comunicando desejava organizar a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Miranda.
Miranda, 16 de maio de 1861

ACBM/IPDAC Caixa 46 - Pasta 26 – env. 278
Carta do pároco da igreja de São Gonçalo de Pedro 2º comunicando que o novo Provedor do Santíssimo Sacramento da paróquia era

o servo José Teodoro Paes de Barros, empossado em 23 do corrente.
Cuiabá, 8 de junho de 1861

ACBM/IPDAC Caixa 15 - Pasta 48 – env. 1186
Carta do Frei Mariano de Bagnaia ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, consultando-o sobre a conveniência de mudar, para a paróquia, do cidadão Vicente Antônio e comunicando que recebeu o regulamento da Irmandade do Santíssimo Sacramento.
Miranda, 7 de setembro de 1861

ACBM/IPDAC Caixa 3 - Pasta 18 – env. 534
Carta da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento, da Igreja de São Gonçalo, 2º distrito da capital, para o Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, comunicando o sorteio do Provedor da Irmandade.
Cuiabá, 30 de maio de 1863

ACBM/IPDAC Caixa 2 - Pasta 11 – env. 29
Carta dos membros da congregação dos servos devotos do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo ao Bispo de Cuiabá, comunicando a posse do irmão João Batista de Souza, no cargo de Provedor da mesma Irmandade.
Cuiabá, 9 de setembro de 1865

ACBM/IPDAC Caixa 46 - Pasta 26 – env. 275
Ofício da Congregação dos devotos do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Gonçalo ao Bispo de Cuiabá, comunicando sobre o novo Provedor do Santíssimo Sacramento para o ano de 1866-67, o devoto Vigário Antônio Joaquim de Camargo.
São Gonçalo, 13 de junho de 1866

ACBM/IPDAC Caixa 6- Pasta 35 – env. 2258
Ofício da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Pedro 2º ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, convidando-o a visitar as obras implementadas na sacristia da Igreja para abrigo do Santíssimo Sacramento.
Cuiabá, 18 de outubro de 1866

ACBM/IPDAC Caixa 6 - Pasta 35 – env. 2258
Ofício da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Pedro 2º ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, comunicando a obtenção de um terreno, junto à Igreja, para a construção de um cemitério da congregação e solicitando permissão para que os servos falecidos sejam ali sepultados até a construção definitiva do Cemitério.
Cuiabá, 23 de outubro de 1866

ACBM/IPDAC Caixa 6 - Pasta 35 – env. 2258A
Ofício da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Pedro 2º ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, agradecendo a ajuda financeira recebida.
Cuiabá, 23 de outubro de 1866

ACBM/IPDAC Caixa 6 - Pasta 35 – env. 2258B
Ofício da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento de São Gonçalo de Pedro 2º ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, convidando-o a visitar as obras implementadas.
Cuiabá, 18 de outubro de 1866

ACBM/IPDAC Caixa 3 - Pasta 18 – env. 506
Ofício do Palácio da Presidência de Mato Grosso ao Bispo de Cuiabá comunicando sobre o envio do requerimento da Congregação do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Gonçalo, pedindo licença para a construção de um consistório que serviria também de cemitério da Congregação.
Cuiabá, 4 de junho de 1867

ACBM/IPDAC Caixa 46 - Pasta 26 – env. 570A

Comunicado da Congregação das Servas Devotas do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Gonçalo ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, comunicando o sorteio do novo provedor para o ano de 1867.
São Gonçalo, 29 de junho de 1867.

ACBM/IPDAC Caixa 3 - Pasta 18A – env. 539A
Ofício da Congregação dos Servos Devotos do Santíssimo Sacramento, da Igreja de São Gonçalo, em Cuiabá, para o Bispo Dom José Antonio dos Reis, comunicando a eleição do novo Provedor.
Cuiabá, 7 de julho de 1867

ACBM/IPDAC Caixa 46 - Pasta 26 – env. 274
Carta da Congregação dos Devotos do Santíssimo Sacramento da Freguesia de São Gonçalo ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, comunicando sobre o novo Provedor do Santíssimo Sacramento, Antônio de Andrade Pascoal.
Freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º, 28 de junho de 1868

ACBM/IPDAC Caixa 46 - Pasta 26 - env. 469A
Carta de José Gonçalves da Cruz, para José Antonio dos Reis, Bispo Diocesano da província, comunicando o sorteio do novo provedor para o ano de 1868-1869, da congregação dos servos devotos do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º.
Consistório da igreja Matriz da Freguesia de São Gonçalo.
Cuiabá 18 de julho de 1868.

ACBM/IPDAC Caixa 6 - Pasta 26 - env. 569A
Carta de José Gonçalves da Cruz, para José Antonio dos Reis, Bispo Diocesano da província, comunicando o sorteio do novo provedor para o ano de 1868-1869, da congregação dos servos devotos do Santíssimo Sacramento da freguesia de São Gonçalo de Pedro Segundo.
Consistório da igreja Matriz da freguesia de São Gonçalo, 18 de julho de 1868.

ACBM/IPDAC Caixa 2 - Pasta 11 – env. 29A
Parte do livro de registro da entrada dos Irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja de São Gonçalo, em Cuiabá.
Cuiabá, 1872

ACBM/IPDAC Caixa 16 - Pasta 55 – env. 1065
Ofício do 1º secretário da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz da capital, cônego José Joaquim dos Santos, ao Presidente da Província remetendo ofício da citada Irmandade e solicitando análise da proposta de reforma de seu compromisso. Em anexo, cópia do mesmo e Portaria do Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, aprovando o compromisso daquela Irmandade, em 24 de outubro de 1872.
Cuiabá, 20 de janeiro de 1873

ACBM/IPDAC Caixa 6 - Pasta 35 – env. 1878
Carta do Pe. Casimiro Ponce Martins ao tenente André Virgílio Pereira Albuquerque, escrivão da Irmandade do Santíssimo da freguesia da Sé, comunicando não ter conseguido receber o dinheiro dos senhores Luís Pedro e do Major João Carlos, remetendo somente a sua parte da dívida no valor de 8$000 réis.
São Luís de Cáceres, 24 de setembro de 1874

ACBM/IPDAC Caixa 1 - Pasta 2 – env. 61
Carta do Pároco da Igreja de Diamantino ao Provedor e irmãos da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Cuiabá, assegurando cumprir as ordens que indicavam a celebração, com toda pompa, das festividades religiosas.
Diamantino, 23 de fevereiro de 1875
ACBM/IPDAC Caixa 40 - Pasta 162 – env. 1281A
Relação das alfaias e mais bens pertencentes à Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus, em Cuiabá.

Cuiabá, 26 de agosto de 1887

ACBM/IPDAC Caixa 16 - Pasta 55 – env. 1081
Cópia do capítulo 11 do compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da matriz do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, que versa sobre sepultamento dos irmãos. Em anexo, a relação dos irmãos.
Cuiabá, s.d.

REFERÊNCIAS

ARIÉS, Philippe. **O homem perante a morte -** *I*. Trad. Ana Rabaça. Lisboa: Europa-América, 1977. (Biblioteca Universitária, 47)

BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder**: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

BOXER, C. R. **A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 1978.

CONTE, Claudio Quoos. **Igreja e Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte**. Cuiabá,1992. (Monografia apresentada para obtenção do grau de Bacharel em História) – UFMT/ICHS/Dep. História. Cuiabá: 1992 [mímeo].

HOORNAERT, Eduardo e outros. **História da Igreja no Brasil**. 2. ed. v.1. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____ . **A Igreja no Brasil-colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1084. (Tudo é História, 45).

HUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia,1550-*1755*. Brasília: EdUnB, 1981. (Temas Brasileiros, 20)

LEITE, Luís-Philippe Pereira. **Três sorocabanos no arraial**: Mato Grosso nos seus primórdios. São Paulo: Resenha Tributária, s/d.

MACHADO, Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EdUSP, 1980. (Reconquista do Brasil, 8)

MESQUITA, José Barnabé de. As necrópoles cuiabanas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, 18-19 (35-38). Cuiabá, 1936-1937. p. 37-70.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Trad. Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Mato Grosso**. São Paulo: Henrique Schroeder, 1869.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, Firmo. A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, t. 45-48. Cuiabá: 1941/42. p. 65-67.

ROSA, Carlos Alberto. **O processo da independência em Mato Grosso e a hegemonia cuiabana**. Cuiabá: Prefeitura Municipal/SEC, 1976. (Cadernos Cuiabanos, 1)

SÁ, Joseph Barboza de. **Relação das Povoações de Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: UFMT / SEC, 1975.

SCARANO, Jolita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. São Paulo: Nacional / Secretaria de Estado da Cultura, Ciência

e Tecnologia, 1975.

SALGADO, Graça (Coord.). **Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e outras. **O processo histórico de Mato Grosso**. 3. ed. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **Cativos do Sertão**: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo; Cuiabá: Marco Zero; EdUFMT, 1993.

APONTAMENTOS SOBRE IDENTIDADES CULTURAIS NA FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO EM CUIABÁ

Suíse Monteiro Leon Bordest
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia / UFMT – Sócia Efetiva do IHGMT.
bordest@uol.com.br

RESUMO

O principal objetivo deste artigo é refletir sobre 'identidades' e ao mesmo tempo questionar o sentido de 'tradição' nos tempos atuais, enfocando a "Festa do Divino Espírito Santo" como patrimônio imaterial da cultura mato-grossense. A pesquisa documental foi realizada no Arquivo da Casa Barão de Melgaço, sediado no centro histórico da cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. A leitura dos documentos, com registros de autores locais e regionais sobre a Festa do Divino Espírito Santo, buscou amparo no aporte teórico fenomenológico, que possibilitou reflexão sobre identidades e tradição na atualidade.

Palavras-chave: Festa do Divino Espírito Santo. Identidades. Casa Barão de Melgaço.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to reflect on 'identities' while questioning the sense of 'tradition' in current times, focusing on the "Feast of the Holy Spirit" as intangible cultural heritage of Mato Grosso. The desk research was conducted in the Archives of the Casa Barão de Melgaço, headquartered in the historic city of Cuiaba, capital of Mato Grosso. The reading of the documents, records with local and regional authors on the Feast of the Holy Spirit, sought shelter on the theoretical phenomenological, which enabled reflection on identity and tradition today.

Keywords: Feast of the Holy Spitity. Identities. Casa Barão de Melgaço.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 10
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A compreensão do espaço trilhado pelos homens constitui busca incessante dos humanos preocupados em desvendar e interpretar o espaço.

Pesquisadores como Harley (1991) tem defendido a importância do reconhecimento de todo e qualquer tipo de representação como uma forma de linguagem das diferentes civilizações. Segundo o autor, essa linguagem "une o objetivo ao subjetivo, a prática aos valores, o mito ao fato comprovado, a precisão à aproximação [...] permitindo assim entender o verdadeiro significado de 'VER'...".

Tratando do assunto, Teixeira; Nogueira (1999, p. 240) asseveram:

> A percepção do homem a respeito de seu ambiente está ligada, portanto, à imagem subjetiva produzida por sua mente, referendadas pelas relações afetivas, políticas e culturais. Essa abordagem tem como um dos principais precursores Yi-Fu-Tuan (1980), que usou o conceito de "Topofilia" para designar essa relação afetiva do indivíduo ao lugar ou ambiente físico.

Lembram as autoras acima citadas que a leitura fenomenológica propicia a análise entre a identidade do espaço e o mundo vivido, o que é destacado por Betanini (1982), quando afirma que "[...] *os objetos que constituem o tecido das relações espaciais foram dotados pelo homem, de significados: o espaço, portanto, fala*...". Cabe à leitura fenomenológica desvendar os diversos sentidos da fala, seja através de representações e mapas mentais, de representações de conceitos espontâneos ou valores atribuídos à geografia e ao espaço.

Lugar e espaço são categorias valorizadas por Tuan (1983) ao considerar as múltiplas maneiras pelas quais as pessoas sentem e pensam a esse respeito. Para o autor lugar é segurança enquanto espaço é liberdade.

Embora com enfoque diferente, já nas primeiras décadas do século XX, ao abordar a *poética do espaço*, Gaston Bachelard é outro autor que perpassa por aportes topofílicos.

Assim considerado e com base nos autores citados especialmente em Tuan (1983), busca-se neste texto compreender o significado do *percebido, vivido e construído* pelos homens e mulheres nos dias da Festa do Divino Espírito Santo em Cuiabá.

Ao recuperarmos nos relatos escritos, aspectos de vivências cotidianas do povo cuiabano no espaço religioso, propõe-se compreender identidades de pessoas e lugares num dado tempo de sua história. Para isso buscamos apoio em Hall (2003) ao discutir algumas questões sobre a identidade na modernidade tardia.

> [...] o homem da sociedade moderna tinha identidade definida e localizada no mundo social e cultural. Mas, uma mudança social está fragmentando e deslocando as identidades culturais de classe, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Se antes estas identidades eram sólidas localizações, nas quais os indivíduos se encaixavam socialmente, hoje elas se encontram com fronteiras menos definidas que provocam no indivíduo uma crise de identidade.

O principal objetivo deste artigo é refletir sobre 'identidades' e ao mesmo tempo questionar o sentido de 'tradição' nos tempos atuais, enfocando a "Festa do Divino Espírito Santo" como patrimônio imaterial da cultura mato-grossense.

Para isso buscou-se refletir sobre alguns aspectos conceituais e práticos referentes à *mudança de identidade* no âmbito do patrimônio imaterial de Mato Grosso. No contexto da religiosidade do povo mato-grossense, a Festado Divino está entre as manifestações de maior devoção, de modo especial, nas áreas de

ocupação mais antigas, como Cuiabá, cidade setecentista, capital do Estado de Mato Grosso. (Fig. 1)

Fig. 1. Insígnia do Divino Espírito Santo.

Fonte: Loureiro, 2006

LOCALIZAÇÃO

Localizada no centro histórico de Cuiabá, que já foi o mais nobre da cidade, a Igreja Matriz, cuja arquitetura tem sido remodelada através dos tempos, é o lugar onde se realiza tradicionalmente a Festa do Divino Espírito Santo. (Fig. 2)

Fig. 2. Igreja e Praça da Matriz. Década de 1950.

Fonte: http://historiaufmt.blogspot.com.br/2012/04/super-pesquisa-catedral-basilica-bom.html

Para comentar o assunto retomamos em Hall (2003) algumas questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia.

Referindo-se à questão da identidade, a larga discutida nos dias atuais, Hall comunica: "as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como unificado". (HALL, 2003, p. 7).

METODOLOGIA

O tema deste artigo deriva de reflexões ensejadas no desenvolvimento de um Projeto maior coordenado pelo Departamento de Antropologia da UFMT, intitulado "Inventário

Documental do Patrimônio Imaterial Mato-Grossense", que teve por finalidade realizar pesquisa documental nos anos de 2009 e 2010 sobre o patrimônio imaterial do Estado de Mato Grosso, localizado na Região Centro Oeste do Brasil. Participando do referido projeto no acompanhamento de bolsistas, o grupo pesquisador adotou os critérios metodológicos, definidos pelo IPHAN (2012), para capacitar tecnicamente tanto os membros da equipe (alunos bolsistas e professores) quanto alguns profissionais que atuavam em acervos, arquivos e museus mato-grossenses, tais como, Museu Rondon, Arquivo Público, Casa Barão de Melgaço, Núcleo de Documentação de História – NDHIR, Hemeroteca da UFMT, OPAN e MINSK. O grupo responsável pela realização do levantamento de dados na Casa Barão de Melgaço (IHGMT/AML/Cuiabá) ficou constituído de 02 pesquisadoras de Programas de Pós-Graduação da UFMT; 04 bolsistas de cursos de graduação de diferentes áreas de conhecimento da UFMT e auxiliares da Biblioteca da Casa Barão de Melgaço, que abriga o Ponto de Cultura do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). A riqueza do material levantado no arquivo da Casa Barão de Melgaço, além de possibilitar nos participantes do projeto o conhecimento dos bens inventariados, despertou o interesse pelo aprofundamento da interpretação dos fatos em diferentes momentos da História e nos contextos de vida dos sujeitos envolvidos.

As categorias privilegiadas quanto às referências culturais adotadas pelo IPHAN foram: celebrações, formas de expressão, lugares e edificações, ofícios e modos de fazer.

O assunto sobre "Festa do Divino Espírito Santo", que simbolicamente atravessa os tempos, e em certas localidades se renova sem perder a magia, pauta teoricamente no processo investigativo provisório e inacabado sobre identidade cultural e insere-se na categoria celebrações.

Apresentamos na sequência imagens representativas das categorias de referências culturais adotadas pelo IPHAN (Fig. 3, 4, 5 e 6):

CELEBRAÇÕES

Fig. 3. Festa de São Benedito em Cuiabá.

Fonte: Foto Bordest, 2010.

FORMAS DE EXPRESSÃO

Fig. 4. Dança Siriri. Grupo de Barão de Melgaço.

Fonte: Foto Bordest, 2010.

LUGARES E EDIFICAÇÕES

Fig. 5. Pescadores na bacia do Rio Cuiabá.

Fonte: Foto Bordest, 2010.

OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

Fig. 6. Rede cuiabana.

Fonte: http://redecuiabana.blogspot.com.br/2010/09/veja-algumas-rendas-feitas-mao-pelas.html.
Acesso: 12 de mai. 2013.

CONTEXTO ESPACIAL DA FESTA DO DIVINO

Entre os autores consultados, muitos deles acreditam que o costume de festejar o Divino Espírito Santo no Brasil veio de Portugal, trazido pelos missionários jesuítas e primeiros colonos. As festas do Divino, semelhantes ou não, em diferentes regiões do Brasil, acontecem na Região Centro Oeste, sendo a mais famosa a da cidade goiana de Pirenópolis. Referindo-se aos preparativos da comemoração em Pirenópolis, que demanda o envolvimento de muitas pessoas e diversas atividades, certifica Brandão (1989, p. 12 que esses personagens "[...] trabalham um ano quase inteiro para colocar na rua, na casa do *império*, na praça da cidade e até na igreja seus dias de reza da novena e, no auge de tudo, o fim de semana dos *dias de festa*". O ritual que caracteriza o tempo de festa do Senhor Divino, de acordo com Brandão (1989, p.12) apresenta uma parte religiosa que é *composta invariavelmente de novena, missa e procissão* [...] e a segunda parte resolve-se nas ruas, nas praças em visitações cerimoniais de casas na cidade, num campo de futebol, por três dias transformando no terreno dos jogos e da batalha simbólica das cavalhadas de Cristãos e Mouros como em Pirenópolis ou em São Luis de Paraitinga.

Considerando a descrição de Brandão, percebe-se que a Festa do Divino no Estado de Mato Grosso, apresenta semelhança nos principais atos, os quais são articulados em dois momentos: o religioso e o profano. Ocorrem tradicionalmente nas cidades mato-grossenses de Vila Bela da Santíssima Trindade, Poconé e Cuiabá, para citar alguns exemplos.

Na cidade pantaneira de Poconé, a tradição da batalha simbólica das Cavalhadas de Cristãos e Mouros e a dança de Mascarados, continuam acontecendo, atraindo um número expressivo de participantes. (Fig. 7).

Fig. 7. Cavalhadas de Cristãos e Mouros

Fonte: http://historiografiamatogrossense.blogspot.com.br/2011/06/conheca-cavalhada-de-pocone.html. Acesso: 10 de mai. 2013.

A FESTA DO DIVINO EM CUIABÁ

Costuma-se dizer que o mundo atual está mudando muito rapidamente e de uma maneira complexa, sendo difícil distinguir as mudanças mais significativas e que terão maior influência na sociedade futuramente.

Na esteira da reflexão de Hall (2003), indagamos: As novas identidades híbridas estão tomando o lugar de antigas identidades regionais em Mato Grosso?

Obtida, através do levantamento realizado no acervo do Arquivo da Casa Barão de Melgaço, a interpretação de autores locais como Firmo Rodrigues, Dunga Rodrigues e Rubens de Mendonça, entre outros, que recuperaram a Festa do Divino no início e meados do século XX, pode aguçar nossa imaginação, levando às considerações de Hall quanto à tensão entre o global/local e da compressão espaço-tempo e identidades.

ACERVO DO ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO

Registros de Mendonça (ACBM-FM, Doc. 41) revelam que tradicionalmente:

> "Na Igreja da Matriz é que se realizam as Festas do Espírito Santo como popularmente conhecidas em Cuiabá". O Doc. 004 (5) desse mesmo Registro traz uma nota do jornal "*O Mato Grosso*" datado do ano de 1920. "Para estas festas, anualmente, era eleito um festeiro, chamado Imperador. Antes das festas, ainda reminiscência dos tempos coloniais, saia o "Bando do Senhor Divino", que consistia de rapazes trajados á fantasia, montados a cavalo, percorrendo as ruas da cidade" (Fig. 8)

Fig. 8. Bando do Senhor Divino. (ACBM-FM, doc. 41).

Além de inúmeros fatos consta ainda nos registros da Família Mendonça trechos de orações e cânticos de louvor ao Divino Espírito Santo, como segue:

> Oração:
> Vinde Espírito Santo, enchei os corações dos Vossos fiéis e acendei neles o fogo do vosso amor. Enviai o vosso Espírito e tudo será criado. E renovareis a face da terra.
> OREMOS: Deus que instituístes os corações dos vossos fiéis com a luz do Espírito Santo. Fazei que apreciemos retamente todas as coisas segundo o mesmo Espírito e gozemos sempre da sua consolação. Por Cristo nosso Senhor. Amém. (ACBM - FM doc. 128).

O Doc. 4 ACBM – 0002 (2) de Rubens de Mendonça - refere-se ao **Edital** que convida para as tradicionais festas do Divino, no ano de 1969, data em que a capital mato-grossense completa duzentos e cinquenta anos de sua fundação e que transcrevemos alguns trechos do programa:

> As festas se iniciam no dia 15 de maio com o levantamento solene do mastro com sua bandeira pelo Capitão de Mastro. Do dia 16 a 24 do mesmo mês, sejam efetuadas as esmolas e que a gloriosa bandeira do Divino Senhor e suas insígnias sejam levadas piedosamente em todos os lares desta legendária cidade como mensageiras de paz e amor.
> Que nos dias 19, 20, 21, 22, 23 e 24 haja festivas barraquinhas sempre às 19 horas e trinta minutos no piso da nova Catedral.
> E, que no dia 25, se realize além das ditas barraquinhas, um pomposo leilão no mesmo local e horas.
> E que em todos os dias da novena na Igreja Catedral seja celebrado o santo sacrifício da missa invocando o Espírito Santo no horário do atual costume, isto é, às 19 horas.
> E que o dia 25 - Domingo da Festa- revista-se de grande solenidade.
> Além das missas de costume, a missa das 9 horas e 40 minutos seja solene e celebrada pontificalmente. Para tanto que se convide para oficiar este ato Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Arcebispo Metropolitano Dom Orlando Chaves e todo o clero e seminaristas. Às 16 horas seja novamente convidado o venerando Arcebispo para administrar o santo sacramento da Crisma.
> Às 17 horas e 30 minutos que o povo cuiabano acompanhe a procissão, durante a qual Suas Majestades, que Deus guarde, carregarão as insígnias juntamente com o Príncipe e Princesa.
> Ao recolher a procissão, celebre ainda o santo sacrifício da missa e haja o leilão mencionado.
> Todos os que deste edito tiverem conhecimento e se esforçarem para que ele seja fielmente cumprido recebam a paz do Divino Senhor.
> E que também seja abençoado esta cidade toda do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, relíquia doirada de tantos feitos gloriosos do passado e principal esperança da imensa pátria brasileira. (ACBM-FM doc. 982).

Nos dias atuais, assim como já considerado nas referências à Festa de São Benedito (vide Passos e Bordest, 2009), observa-se, no contexto da celebração da festa do Divino Espírito Santo, a permanência do sentimento de fé ao sagrado, embora quase sempre amalgamado a um novo ideal consumista. Hoje, a celebração da missa se torna um "acontecimento", cenário da manifestação religiosa. Uma representação, emocionante e capaz de contagiar o público presente.

Com base no depoimento do dia 10/06/2013, concedido por João Carlos Vicente Ferreira, na modalidade de Imperador da Festa do Divino em 2010, demos a nossa interpretação: De acordo com o calendário litúrgico a festa do Divino acontece entre o final de maio e início de junho devendo finalizar no Domingo de Pentecostes, 50

dias após o domingo de Páscoa, quando se comemora segundo a Igreja Católica, a volta de Cristo ao Pai, na Ascensão e envio do Espírito Santo, que deve ser celebrado com alegria e exaltação. Apesar das alterações, ainda hoje o ritual da festa continua, sem que possam comprometer o andamento das cerimônias.

Do comentário de Ferreira (2013) e das anotações do fascículo com a Programação da Festa do Divino em Cuiabá em 2013, extraímos um resumo dos ritos: A **Abertura da Festa** na Catedral Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, começa na segunda feira às 18h00' com o Cenáculo com MSM (Movimento Sacerdotal Mariano); às 18h30' Missa e às 19h30' com o **Levantamento da Bandeira** do Divino Espírito Santo. Iniciando na terça feira e prolongando-se durante nove dias, acontecem a **Esmola,** que percorre as ruas da cidade em dois turnos, pela manhã às 7h30 e a tarde às 13h30 e a **Novena** na Catedral às19h30 e ainda a **Missa** às 18h30. Finalizando a programação, na sexta feira, além da esmola e missa, às 18h30 uma Sessão Solene na Câmara Municipal de Cuiabá instituída por meio da Resolução 004 de 24 de maio de 2012, e o Baile dos Festeiros que atualmente acontece no Hotel Fazenda Mato Grosso; no sábado às 18h30' Missa e Vigília de Pentecostes na Catedral, e no Domingo de Pentecostes, Missa Solene realizada pelo Arcebispo às 16h00' e Procissão em seguida. As 19h00' encerra-se a Festa com realização da Quermesse na Praça Alencastro.

Entendemos, assim, que a festa do Divino, impregnada de imaginário que lhe traz o sentido de permanência e recordação, apresenta significativas alterações no ritual da festa, ao longo de dezenas de anos ou de um ano para o outro, evidenciando as novas tendências da atualidade de cada momento histórico, mas concordando com Ferreira (2013) sem comprometer o andamento das cerimônias e, portanto, conservando suas identidades mutantes.

Realizada desde os primórdios em um templo sagrado que apresentava uma geografia definida, com a igreja sediando as cerimônias religiosas, a festa do Divino Espírito Santo continua existindo, mas, diferentemente de épocas passadas. Hoje, as missas, as procissões, já não ostentam o *glamour* de antanho, cujo magnetismo arrastava a população por inteiro. Como acontece com a festa de São Benedito, "fragmentos dos festejos dos anos cinquentas e sessentas se repetem, porém num contexto de mudanças próprias do mundo atual, que aos nossos *sentidos* parece ocorrer com incrível celeridade". (PASSOS; BORDEST, 2009).

Fiquemos outra vez com Hall (2003, p. 12): "o sujeito previamente vivido, como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas [...] O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático".

Esse processo produz o sujeito pós-moderno, conceituado como não tendo identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade se revela numa "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida historicamente e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se nós sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte, é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (HALL, 2003, p. 13).

RESULTADOS CONSIDERADOS:

A reflexão sobre a festa do Divino em Cuiabá no contexto das identidades destacou o apoio teórico de autores como: *Lefebvre* (1976) ao caracterizar as três dimensões do espaço, como o vivido, o

percebido e o imaginado; *Tuan* (1980) que usou o conceito de "topofilia" para designar a relação afetiva do indivíduo ao lugar ou ambiente físico e destacou as dimensões: vivido, percebido e criado e, de *Hall* (2003) ao explicitar identidade como processo, como algo inacabado no âmbito da pós-modernidade.

- A festa do Divino Espírito Santo e o processo de mudança

A rapidez e complexidade de mudança do mundo atual torna difícil distinguir quais mudanças serão mais significativas e terão maior influência nas sociedades futuras. Entretanto, nem tudo muda com a mesma rapidez, a exemplo da Festa do Divino Espírito Santo em Cuiabá, que continua sendo uma das mais expressivas manifestações culturais de Mato Grosso. Mas, até que ponto a interpretação dessa festa, considerada patrimônio imaterial mato-grossense, pode exemplificar o significado de mudança?

Muito apropriadamente sugere Hall (2003, p. 39): Ao invés de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de *identificação*, e vê-la como um processo em andamento.

Para calçar nossa argumentação, valemo-nos de alguns exemplos que identificam a tensão entre o passado e o presente e que nos situa diante dos problemas atuais. As festas do Divino Espírito Santo, tidas como práticas individuais ou coletivas, sejam as de outrora, sejam as atuais, evidenciam um contínuo processo de mudanças.

- O desvendar das festas de santo em Cuiabá nos registros da Casa Barão de Melgaço

Conforme Tuan (1983, p.151) "o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado".

A descrição da festa do Divino Espírito Santo, na interpretação de autores locais do início e meados do século XX, obtidos através de registros nos arquivos das Famílias Rodrigues e Mendonça, entre outros autores cuiabanos, pode estimular nossa imaginação, quanto ao significado da Festa do Divino nos diferentes momentos da História e da cidade. Encaminhando nosso olhar, conforme Tuan (1983), para um "mundo vivido, percebido e construído" pelos participantes no dia a dia da festa.

Sem descurar da enorme complexidade que envolve o assunto conforme lembra Escosteguy 2001, e ancorada nos autores referenciados, foi possível, ainda, concordar que a subjetividade permeia as diversas visões de mundo, reconhecendo que são as diferenças e não as semelhanças que definem as identidades.

É nesta dimensão que a Festa do Divino Espírito Santo tem identidades/identificações construídas por condições tradicionais, sociais e étnicas em contínua mudança.

REFERÊNCIAS

BETANINI, T. **Espaço e ciências humanas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BRANDÃO, C. R. **A cultura na rua**. Campinas, SP: Papirus. 1989

CATEDRAL BASÍLICA do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. **Programação da Festa do Senhor Divino 2013**. Cuiabá: Gráfica Print, 2013. (Catálogo).

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____ Minimal Selves. In: **Identity**: The Real Me. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

HARLEY, J. B. **A nova história da cartografia**. O correio da Unesco, v. 19, n. 8, p. 4-9, 1991.

IPHAN **-** Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Gaston Bachelard. **Patrimônio Cultural Imaterial**: Para saber mais. Brasília, DF:

IPHAN, 2012.

LEFEBVRE, H. **Espacio y Politica**: el Derecho a la Ciudad II. Barcelona: Península, 1976.

MATO GROSSO. Museu de Arte e de Cultura Popular. **Centro Cultural**: Patrimônio Imaterial Mato-Grossense. Exposição: 17/3-16/4/2º11. (Catálogo).

PASSOS, L. A.; BORDEST, S. M. L. **Percepção ambiental nos espaços de cultura**: centro histórico de Cuiabá. In: Revista eletrônica: *OLAM*, 2009.

ESCOSTEGUY, A. C. **Cartografias dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

TEIXEIRA, S. K.; NOGUEIRA, A. R. B. A Geografia das representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. In: **Geografia 13**. São Paulo: Humanitas, 1999.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel: 1983. (Tradução de Lívia d Oliveira)

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**. Um estudo da percepção, atitudes e valorização do meio ambiente. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: Difel: 1980.

Documentação
Arquivo da Casa Barão de Melgaço

- Acervo Mendonça
- ACBM/FM 41 – texto sobre a realização da festa do Divino, sem autor. Cuiabá, s/data.
- ACBM/FM 128 – Panfleto contendo a oração do Divino Espírito Santo. Cuiabá, s/data.
- ACBM/FM 981 – Trova intitulada *Senhor Divino*, sem autoria. Cuiabá, 1969.
- ACBM/FM 982 – Edital convidando os fiéis para a Festa do Divino espírito Santo pela comemoração dos 250 anos de fundação de Cuiabá. Cuiabá, 1969.
- ACBM/FM 991 – Cópia do texto *Senhor Divino*, s/autor. Cuiabá, s/data.

- Acervo Rodrigues
- ACBM/FR/DUNGA/PI/49. Textos inéditos e já publicados sobre a Festa do Senhor Divino
- ACBM/FR/DUNGA/PI/51 – Poesia sobre a Festa do Divino
- ACBM/FR/DUNGA/PI/316 – Texto sobre a Festa do Divino

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

**NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR**

SENTIDOS DO VLT EM CUIABÁ: EI! OLHA O TREM!...

Lucia Helena Vendrusculo Possari
Doutora em Comunicação e Semiótica-PUC-SP; professora e orientadora do Programa e Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO-IL-UFMT.
Professora do Curso de Comunicação Social-IL-UFMT.
luciahvp@hotmail.com .

RESUMO

Com este texto tenciono demonstrar que a cidade de Cuiabá assume ares de metrópole, na medida em que se aproxima a Copa do Mundo de 2014, da qual será uma das sedes. Importa falar sobre as modificações pelas quais a cidade está passando, do ponto de vista de sua estrutura física. Mais ainda, mostrar a construção de sentidos por habitantes de Cuiabá neste período, pré-copa: a paisagem; a locomoção; a ansiedade pelo Veículo Leve sobre trilhos - VLT: suas obras e o imaginário; os des-limites geográficos para atrair turistas. Com pesquisa de abordagem qualitativa, foi feito um estudo exploratório, tendo como cenário as mídias locais, trazendo dos jornais impressos, da TV e dos sites da Internet essas construções de sentidos. Realizei também entrevista semiestruturada com habitantes e Cuiabá, prescrutando, através de sua construção de sentidos, seus sentimentos, expectativas e seus imaginários em relação ao VLT.

Palavras-chave: Cultura. Cidade. Imaginário. Construção de sentidos.

ABSTRACT

With this text I intend to demonstrate that the city of Cuiabá seems Metrople, as it approaches the World Cup 2014, which will be one of the venues. It is important to talk about the changes which the city is passing, from the point of view of its physical structure. Further, showing the construction of meaning by the people of Cuiabá in this period pre-World Cup: the landscape; locomotion; cravings Light Vehicle on rails - VLT: his works and the imaginary, the des-geographical boundaries to attract tourists. With qualitative research, an exploratory study was done as a backdrop the local media, bringing the newspapers, TV and internet sites such constructions of meaning. Also realized semistructured interviews with residents and Cuiabá, listening , through theirs construction of meanings, feelings, and expectative in about their VLT`s imaginaries.

Keywords: Culture. City. Imaginary. Meaning construction.

INTRODUÇÃO

Este texto teve sua origem por ocasião da apresentação de algumas reflexões acerca da cidade, mais precisamente de Cuiabá, no Colóquio ECCOCIDADE, onde eu assentava minhas considerações na necessidade de que qualquer estudo, visando à construção de sentidos, deve-se dar a partir de sinais interpretáveis e que estes só existem dentro do jogo das linguagens; das comunidades discursivas e dos sistemas intersubjetivos; das maneiras de construir o mundo; de sua existência concreta, nos processos de interação que são históricos, moldados nos fluxos dos acontecimentos. Na ocasião referi-me especificamente ao dialeto regional local, afetivamente chamado de falar cuiabano. Neste momento atenho-me aos sentidos da cidade em movimento e aos que se movimentam nela.

Ao falar em cidade me alinho ao conceito, a seguir, para pautar minhas buscas de sentidos.

Canevacci, em entrevista ao jornalista Wladymir Ungaretti, da Revista Sextante, traça um percurso histórico que se inicia na década de 1970, período que ele chama de transição da cidade industrial para a metrópole comunicacional. Alega que nessa época se inicia o policentrismo onde o consumo, a comunicação e a cultura têm maior importância que a produção. Acrescenta que na era digital isto se intensificou.

Olhando para Cuiabá, longe de ainda ser uma metrópole, observo, nesses 36 anos[1], as modificações urbanísticas, as relações corporais, as formas de falar[2], de estilo de vida. No dizer de Canevacci: é um tipo de transição sígnica em que o território não é mais como antes. Que também a etnicidade, a sexualidade a família, a identidade são muito mais pluralizados. Ou seja, têm-se teias simbólicas que tramam o cotidiano (CANEVACCI, 2004)

Dos anos 70 até agora, Cuiabá modificou-se em todos os sentidos: populacional, com a migração de todos os locais do país, mais notadamente de moradores do sul; inúmeras mudanças, que hoje a identificam à metrópole comunicacional e á cidade polifônica.

Com a expectativa de sediar a copa do Mundo de 2014, os moradores daqui dialogam sobre como a cidade vai estar na ocasião. Muitas falas trazem o sacrifício no trânsito, por exemplo, como uma etapa necessária para o bem-estar, quando os viadutos, trincheiras estiverem prontos e o VLT circulando.

Todos os meios louvam as modificações por que passa Cuiabá. O setor imobiliário oferece além de imóveis, empregos mil. O que virá depois é especulação.

Provocada pelas modificações impostas a Cuiabá pelo advento da copa do Mundo de 2014, identifico em Santos os acontecimentos estruturais e culturais na cidade: "a cidade é objeto de um processo incessante de transformações que atingem aquelas áreas necessárias à realização das atividades modernas de produção e de circulação." (SANTOS, 1997, p. 76). Para o autor, os recursos trazidos de fora são orientados para essas transformações, o resto da aglomeração não recebe cuidados e os novos objetos surgem para atender a reclamos precisos da produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos para certas funções.

Reconheço em Cuiabá os espaços de que fala o autor, referindo-se a espaços detalhadamente preparados para exercer função mais precisa, onde seu valor cria ecologias exigentes.

Vejo a demolição do Estádio Verdão e a construção da Arena Pantanal, assim como reformas das vias de trânsito urbano, atendo-me especificamente à implantação do VLT. Essas ações, que têm vista a copa de 2014, representam um sistema simbólico, coadjuvante precioso do mercadológico (SANTOS, 1997).

Muda-se a cidade em função das mudanças nas vias de transporte urbano e de comunicação. Essa rápida e importuna modificação poderia contentar parcela da população e excluir dos benefícios parte de moradores aos quais a infraestrutura, já incompleta, não chegará transformada, portanto, essa parcela não será beneficiada diretamente.

É neste cenário que trago algumas reflexões sobre a construção de sentidos em Cuiabá.

A METODOLOGIA SE CONSTITUIU NO FAZER

Venho acompanhando em jornais, revistas, programas de rádio e de TV e, ainda, em sites locais, a construção de sentidos desta cidade, no que se refere à brusca transformação por que passa, principalmente em seu sistema e vias de transporte, em especial pelo preparo para a instalação do VLT.

Podem-se observar reportagens que têm como objetivo traduzir o VLT para a população. Todavia, o que se observa é que as informações são, em maioria, da agência política, a AGECOPA, criada para preparar Cuiabá para a Copa 2014. Outras informações são de ordem técnica e tecnológica.

Ficam por conta das matérias diárias as dúvidas frequentes que os repórteres dos meios levantam, no que diz respeito ao custo em dinheiro, bem como se a aplicação dos recursos está sendo e continuará sendo correta.

Sobre essa última questão, apresentam-se matérias que denunciam os desvios, a malversação dos recursos, num vai-e-vem constante de afirmações, respostas e quase nenhum esclarecimento, o que me instigou a indagar como as pessoas que habitam nesta cidade leem – atribuem sentidos a - o VLT\Copa.

A dificuldade de estabelecer quem entrevistar, onde, como se tornou para mim um desafio ao montar minha pesquisa. Não me seria possível um *survey*, a totalidade, mas um grupo que pudesse representar um processo de construção de sentidos. Pensei em *shoppings*, em estações de ônibus, em universidades, supermercados.

Por se tratar de um tema que se refere a transporte urbano, escolhi o ponto de ônibus. Decidi que abordaria sujeitos que estão diretamente ligados às modificações do trânsito. Dessa forma, entrevistei sujeitos que tomam ônibus no ponto em frente a Universidade Federal de Mato Grosso. Ali, uma maioria de estudantes da UFMT divide o espaço-tempo com moradores do Bairro Boa Esperança, pessoas de outras regiões que vêm ao bairro para trabalho, principalmente.

O período se deu entre setembro e outubro de 2013, ocasião coincidente com as campanhas para a eleição de vereadores e de prefeito.

A dificuldade da abordagem também se instalou: quem entrevistar, como, a que horas, por quanto tempo – uma vez que o ponto de ônibus é sempre um local de urgências.

A par dessa indefinição, elaborei inicialmente um questionário com itens que me possibilitariam identificá-los, para traçar o perfil. Esses itens podem ser identificados nos quadros que vêm na sequência.

Elaborei também um guia de perguntas, a que chamei de entrevista semiestruturada, a fim de auscultar os sentidos sobre o VLT. Essa decisão tinha por base considerar a entrevista como prática discursiva, ou seja, trazer o discurso que revela opiniões assumidas, em construção e até ainda não formadas. Não o discurso em si, mas seu processo, seu movimento e sua construção. Falo das formações discursivas.

Orlandi afirma que "formação discursiva se define como aquilo numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito." (ORLANDI, 2000, p. 43). Para a autora, o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve numa formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Acrescenta que as formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. Assim me pautando, a entrevista constituiu-se numa ação situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade (PINHEIRO, 1999).

Inicialmente, foram feitas perguntas para traçar o perfil dos sujeitos e depois as outras, para colher deles os sentidos que constroem sobre Cuiabá neste momento.

NA BUSCA DOS SENTIDOS

Não é fácil abordar pessoas em pontos de ônibus. Fui o mais simpática e esclarecedora possível, no que dizia respeito a minhas intenções e objetivos.

Estive ali por quatro vezes em dias e horários diferentes, buscando abordar pessoas que se dispusessem a falar comigo. Tive dificuldade, pois coincidia o mesmo período de eleições municipais e o entendimento era de que eu estaria a serviço de algum candidato. Foram entrevistadas vinte e quatro pessoas.

Doze estudantes universitários dos cursos de: medicina (1) comunicação (2), agronomia (2), direito (2), letras (2), pedagogia (3). Outros entrevistados foram: professor universitário (1) , empregadas domésticas (3); vendedores autônomos(2); vendedores ambulantes do local (4) e usuários do transporte coletivo que não quiseram\souberam dizer suas ocupações (2).

Quadro 1 de identificação:

entrevistado	idade	Grau escolaridade	Nascido Em Cuiabá	Tempo em Cuiabá	Trabalho\ emprego	Renda mensal Familiar\indiv. R$	Acesso midia
Estudante medicina	19	Universit	NÃO	1 ano	-	F-+ 5.000	I, TV, R
Estudante de com.	21	Universt	SIM	-	Estágio produtora video	F-+ 2.000 I – 1.500	I,TV, R
Estudante de com.	19	universit	NÃO	3 anos	Estágio empresa TV	F - + 3.000 I -1 salário Mínimo	I,TV, R
Estudante Agron.	20	Universit.	NÃO Campo Grande - MS	2 anos	-	F - + 5.000	I,TV, R
Estudante direito	22	universt	SIM	-	Estágio Escritório Adv.	F- + 2.000 I-1 salário mínimo	I, TV R

Entrevistado	idade	Grau escolar	Nascido Cuiabá	Reside Cuiabá tempo	trabalho	Renda mensal Familiar Individual	Acesso mídias
Estudante Direito 2	20	univers	SIM	-	-	F- + 5.000	I, TV, R
Letras 1	21	universi	SIM	-	-	F-+ 2.000	I,TV R
Letras 2	20	universi	SIM	-	Professor Ed. Infantil	I-2.000	TV, I
Pedagogia 1	23	univers	SIM	-	Assistente sala de aula	I-1.000	TV,I,R
Pedagogia 2	23	univers	SIM	-	vendedora	I-+1.000	TV, I
Pedagogia 3	26	univers	SIM	-	Estagiaria escola	I-1 salário Mínimo	TV,R,I
professor	46	mestrado	não	20 anos	Professor universit	I-+5000	I,TV,R
Doméstica 1	18	Ensino fund	SIM	-	doméstica	I-1.000	R,TV,I

Doméstica	18	Ensino Fundamental	SIM	-	DOMEST	I-1.000	R, TV
Doméstica	18	Cursando supletivo	NÃO	6	DOMEST	I-700	TV,R,I
Doméstica	32	Ensino Médio	NÃO	16	DOMEST	I-900	I,R,TV
Doméstica	26	Ensino Fundamental	sim	-	vendedor	I-1.000	I,TV,R
Ambulante 2	41	Ensino Fundamental	sim	-	vendedor	I-500	R,TV
Ambulante 3	18	Universit	NÃO	1 ano	vendedor	I-700	TV,R,I
Ambulante 4	20	Universit	SIM	-	vendedor	I-1.000	I,TV,R

Todos andam de ônibus por necessidade.

Os estudantes veem com mais racionalidade as obras do VLT, assim como o professor. Há por parte deles uma dúvida sobre o prazo de conclusão. Ao serem indagados sobre a vantagem do VLT, no que diz respeito aos transportes coletivos, como lotação, rapidez, circuito a ser percorrido etc., todos sem exceção, veem no VLT a panaceia para todos os males de transportes em Cuiabá.

Pareceu-me tratar do interdiscurso, cujos sentidos estão presentes nos informes publicitários do Estado, do Governo e nas mídias locais. Não haveria, no caso, como se dissociar a interação de discursos entre mídias e seus leitores\usuários\consumidores.

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS PELOS ENTREVISTADOS

Ao responderem sobre o local onde moram, a distância a percorrer até chegar à estação do VLT, deixam transparecer dúvidas da vantagem. Uma das empregadas domésticas diz que da casa dela ao ponto de ônibus são dois quilômetros e que ela espera que o ônibus pare diretamente na estação do VLT.

O professor universitário alega não mais ver tanta vantagem, uma vez que a estação mais próxima de sua residência fica a três quilômetros o que o obrigaria a percorrê-los de veículo próprio ou de ônibus.

Mas, de repente, o encanto volta: todos aludem às estações como locais onde se poderá fazer conexão com o VLT, onde haverá estacionamento para bicicletas, conforme eles: "bicicletódromo", estacionamento para carros e motos, cafés/lanchonetes, agência de correios e conveniências.

Essa é a imagem que fazem e compartilham sobre o VLT.

Para Durand, o imaginário consiste-se do capital inconsciente dos gestos dos *sapiens*, mas é também o conjunto de imagens e de relações de imagens que constituem o capital pensado do *sapiens* e o universo das configurações simbólicas e organizacionais. O autor enfatiza que o imaginário está subjacente aos modos de pensar, agir de indivíduos, culturas e sociedades (PORTO, 2000).

O imaginário, dessa forma, é produto da articulação entre o bio-psíquico e sociocultural, cuja sutura epistemológica é realizada pelo símbolo que é constituído por um elemento arquetípico e um elemento ideativo da vivência humana individual e coletiva assim como histórias individuais/grupais que reproduzem a história da espécie.

A essas imagens de conforto , bem-estar, positivas, que dizem respeito ao corpo como um todo, acrescentam a ela a imagem tátil do ar condicionado. Os graus acima de 40, comuns em Cuiabá, durante quase todo ano, poderão ser amenizados. Comentam sobre limpeza que o VLT terá: outra imagem visual, tátil e olfativa. Aludem, ainda, à possibilidade de andarem confortavelmente sentados, cada um em uma poltrona.

Enfim, as imagens atuais de trânsito caótico: com engarrafamentos, desvios nem sempre adequados, motoristas que nem sempre respeitam os sinais, nada disso é problema. Nem mesmo

os buracos, a sujeira das obras, os canteiros lotados de operários que interferem no trânsito.

Ao tocar no tema custos, foi possível perceber que a referência em dólar ou em reais não fazia diferença para os entrevistados. Apenas o professor universitário alegou que as despesas eram muito altas e que lhe preocupava não só a questão do retorno, da finalização das obras, mas, e principalmente, como ficariam essas obras, após a Copa e como ficariam os operários que para cá vieram após as obras estarem encerradas.

Nenhum dos outros fez qualquer referência negativa aos custos. Alguns alegaram não saber/entender disso e outros consideram necessários os gastos previstos.

Indaguei se eles viam o VLT como uma necessidade para a Copa de 2014 ou se independentemente disso, Cuiabá mereceria esse meio de transporte, esse modal. Somente o estudante de medicina compreendeu a diferença que eu gostaria de fazer e respondeu que uma coisa era consequência da outra.

Tudo pela Copa de 2014!

Diante desse sentidos, ampliei as perguntas, referindo-me ao ex-Estádio José Fragelli, mais conhecido como Verdão, que foi demolido para a construção da Arena Pantanal. Os estudantes diziam não ter o que comentar. Apenas um deles, sinalizou para a importância da obra para a Copa, pois, segundo ele, ¨times internacionais virão jogar aqui e os turistas do mundo inteiro têm que ter um bom estádio para assistirem às partidas.¨ Insisti na questão de o Verdão ter sido considerado um patrimônio cultural da cidade, mas nada! Indiferença.

As imagens nesse caso foram as de que Cuiabá tem que se preparar e uma das ações refere-se a Arena Pantanal (novo estádio), incluindo-a na beleza da cidade, no porte condizente a uma cidade-sede. E por aí foi.

Reservei um espaço para perguntar sobre o meio-ambiente. Foquei o caso de todas as árvores, incluindo-se os coqueiros que viviam no balão da UFMT, na avenida Fernando Corrêa, onde estava sendo realizada a entrevista.

Alguns disseram não ter pensado nisto. O professor e o aluno de agronomia lembraram que foi noticiado que todas as árvores teriam sido replantadas no balão da ponte Sérgio Mota, que liga Cuiabá a Várzea Grande. Não houve progressão para este tema.

Já estava prevista a pergunta, mas aproveitei e indaguei sobre o que eles consideravam ser os pontos turísticos mais importantes para os turistas apreciarem.

Todos foram unânimes em comentar a cultura de Cuiabá com o Siriri, o Cururu, as Igrejas. Comentei que Siriri e Cururu são imateriais e indaguei se conheciam outras manifestações no estado. Não souberam dizer.

Uma aluna de letras lembrou de museus em Cuiabá, principalmente o de Arte Sacra.

Apenas um citou os rios do Norte do Estado, como o Teles Pires, por ser piscoso. Não foi surpresa, mas todos bradaram Chapada de Guimarães, Pantanal, Nobres e o Lago de Manso.

Insisti que os lugares citados não são de Cuiabá, alguns próximos, outros nem tanto, mas que ficam no estado de Mato Grosso. Apenas dois entrevistados perceberam minha intenção que era delimitar Cuiabá. Os demais insistiram que Cuiabá tem tudo isso.

Lembrei-me que espaço pode ser considerado o resultado de casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e ações (SANTOS, 1997). Poderia ser esse o caso.

Indaguei se eles conheciam os lugares citados e todos alegaram já ter visto na TV. Apenas seis conhecem o Nortão. Outros três, apenas o Pantanal e os demais conheciam e já haviam estado em Chapada.

De novo, imagens somadas às de Cuiabá, em torno da qual gravitam as todas as belezas do estado.

Ultimando, por ver esgotadas as possibilidades de progressão daqueles discursos, referi-me ao acesso aos jogos da Copa de 2014. Ou seja, quem, morando em Cuiabá, terá acesso aos jogos. De maneira rompante todas as respostas foram: todo mundo, uai! Com minha insistência, especificamente os estudantes, lembraram da legalidade da meia entrada em todo país. Logo, o valor do ingresso

não lhes dizia respeito. Os ambulantes reconheceram que se a entrada for cara para eles, terão que ouvir pelo rádio ou ver pela TV. E insistiram que o governo, com certeza, vai por telões em vários pontos de Cuiabá. E acrescentam: "todo cuiabano merece ver a Copa".

Além das questões a que cada um respondeu, permaneci um pouco mais com o grupo de ambulantes e com o professor. Os primeiros por estarem por ali mesmo. O segundo, por ter-se disposto a falar mais. Por considerar a conversa uma prática discursiva e, portanto, de produção de sentidos, deixei, nesses momentos correr a conversa jogada fora (MENEGON, 1999), buscando observar como os discursos deles se estabeleciam no cotidiano. A polifonia contextual,permitiu ver a um só tempo as mesmas opiniões, as diferentes, mas principalmente, as representações simbólicas. Compreendendo por símbolo tudo que está convencionado. Pude ouvir deles a repetição das propagandas governamentais, que apresentam o VLT como tudo de bom. Os problemas advindos deveriam ser contornados pelos gestores, a eles caberia à solução. Nos discursos percebe-se uma impotência, por um lado e um "deixe estar" por outro. Simples assim.

Em dias e momentos diferenciados foi o que colhi e apresentei em linhas gerais.

CONCLUIR É IMPOSSÍVEL

As imagens representadas nos discursos, polifônicos, deixaram em aberto outras interrogações. As construções de sentidos observadas, partilhadas ou excludentes, devem dizer respeito ao que une e ao que separa as vozes.

A imagem que mais marcante foi a de um ambulante que já se via voando dentro do VLT, que (já) desliza suavemente pelos trilhos!

Alguns sentidos. Os discursos derivaram de formações ideológicas, principalmente as de que existe uma fonte/origem de informações (o Estado, o Governo) e essas informações que chegaram aos entrevistados via mídias devem ser consideradas como representação do que realmente ocorre.

Essas informações trouxeram textos verbais orais, verbais escritos, não-verbais: imagem fixa: fotos, diagramas e imagens em movimento: animações, vídeos etc. Elas se registraram para os entrevistados. E delas constituíram grande parte de seus discursos.

Deixei para comentar, neste tomo, a referência à vinda de celebridades, que os ambulantes e uma universitária insistiram em referenciar. Falaram da vinda de Romário a Cuiabá, para, juntamente com uma equipe política e técnica, contribuir para a avaliação dos trabalhos na Arena Pantanal. Um deles disse: "você viu que até Romário veio? Depois dele tá (sic) vindo Pelé, Ronaldo e até a presidente da república! Não dá para não acreditar que a Copa não vai sair!"

A estudante disse textualmente que se essas celebridades vieram é porque a coisa é séria e a Copa 2014 vai ser um espetáculo, portanto, tem-se que achar bom e concordar com tudo o que está acontecendo (sendo preparado) par a Copa. Disse ainda: o VLT é o símbolo da Copa para Cuiabá.

Acredito que as mídias em níveis local, nacional e internacional estejam fazendo muito bem o papel de divulgadoras e estejam contribuindo para essas representações. Os testemunhos das celebridades têm sido fundamentais para a construção de sentidos dos entrevistados

Pude constatar o discurso do deslumbramento, o discurso da expectativa, mais ainda, o da esperança – ou seria o da certeza – de que todo o preparo da cidade para a Copa 2014 é essencial e seus resultados trarão tudo de bom!

Todavia, o não dito me interpelou muito mais: o não saber das condições de implantação do VLT, que implicam economia, política, socialidade, cultura, bem (ou mal) viver. Nesses casos, os entrevistados optaram (?) pelo recuo, pelo silêncio fundador. No dizer de Orlandi, pelo silêncio que indica que o sentido pode ser outro. Ficam para mim os não ditos relevantes para aquela situação

comunicativa, para a produção de sentidos: não saber exatamente do que trata o tema e o que lhe diz respeito; ter receio de contrariar a possível opinião da entrevistadora; parecer contra uma situação, a respeito da qual temos que ser a favor, pois é pela nossa cidade. Ser contra poderia deixar a impressão de um não apego à terra em que se vive (e isto pode ser observado nas propagandas em geral e nos informes publicitários locais, nacionais e internacionais).

A voz imperceptível, unívoca é, então, a da felicidade por poder repartir neste espaço-tempo o advento da Copa 2014, principalmente se for da janela do VLT.

NOTAS

[1] Resido aqui há 36 anos.

[2] Chama-se afetivamente " falar cuiabano" o que considero: "os fonemas africativos tche e dje, para casos como peixe e jeito; a desnazalização da vogal a, nos casos de mamae, banana(sem condições de exemplificá-lo na escrita); o rotacismo nos casos de pobrema e prano; os casos de todos os plurais de nomes em ão: sermons(sermões), capitons(capitães), mons(mãos), irmons(irmãos). Isto no que diz respeito à pronúncia.Vou considerar aspectos gramaticais como: ele está de uma brusa vermelha; esse carro é seus?(de vocês?); vou no mamãe(vou a casa de mamãe); òia, tá com a boca cheio de formiga. Da mesma forma, expressões do tipo: ri pra catiça(ri muito), tchá por Deus!(espanto exclamação); eh, ah, mas agora quaaaando!(espanto, dúvida), bunito pr`xua cara !(que vergonha!); xas criança!(vocativo:crianças!), siminino (menino!, garoto!-vocativo), rixca pra mim(ligue para mim), pôr o assunto em diax, pau rodado(migrante).E, ainda, alguns termos como: toceira(convencido), digoreste(bacana), bambolê(sandália havaiana)." (POSSARI, 2005, P.167)

REFERÊNCIAS

CANEVACCI, Massimo. **A cidade Polifônica**: ensaios sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: São Paulo: Studio Nobel, 2004

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso** - princípios e procedimentos. Campinas, Pontes, 2000.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista uma pratica discursiva.. SPINK, Mary Jane.(org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 1999.

PORTO, Maria do Rosário S. Imaginário e cultura: escorrências na Educação. PORTO, TEIXEIRA, SANTOS, BANDEIRA (Orgs.). **Tessituras do imaginário**. Cuiabá: CICE\FEUSP\UNIC, 2000.

POSSARI, Lucia Helena V. Falar e Dizer cuiabanos na mídia: signos que se renovam. ALMEIDA, Mourivaldo, COX, M.I.P. **Vozes Cuiabanas**: estudos linguísticos em Mato Grosso. Cuiabá: Cathedral.\UNESCO Publicações, 2005.

REVISTA SEXTANTE. Agosto, 2007. FABICO\UFRGS.

SANTAELLA, Lucia. **O que é Semiótica**. São Paulo Brasiliense, 1999.

SANTOS, Milton. **Técnica espaço-tempo**: globalização e meio técnico científico. São Paulo: Hucitec, 1999.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ESTRATÉGIAS GOVERNAMENTAIS BRASILEIRAS DE OCUPAÇÃO DOS "ESPAÇOS VAZIOS" NOS ANOS 1950 E 1960: O CASO DA GLEBA ARINOS (MATO GROSSO)

Valéria Schmidt
Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Mato Grosso
valeriapanamby@gmail.com.

RESUMO

O grande fluxo das frentes colonizadoras no estado do Mato Grosso (Brasil) teve início na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, em um movimento denominado "Marcha para o Oeste" cujo objetivo principal era a expansão da fronteira agrícola do país e a interiorização do desenvolvimento sustentável, com vistas ao fornecimento de diversas matérias-primas para a indústria crescente, bem como a promoção de um contra-fluxo migratório etc. É nesse contexto, também marcado pelo extrativismo da borracha (látex), que chegou a promover três grandes ciclos de extração no Brasil, na década de 1950, que tem início o projeto de desenvolvimento do governo brasileiro pautado no *slogan* da ocupação dos "espaços vazios" na região amazônica. É, portanto, a partir de 1955, durante o terceiro ciclo da borracha, que se instala no noroeste do Mato Grosso a colônia privada Gleba Arinos, atualmente município de Porto dos Gaúchos, que junto com a Missão Anchieta e o Serviço de Proteção ao Índio, se configura como um dos agentes da frente de "contato pacífico" com as etnias Tapayuna e Rikbaktsa, já que de fato a área adquirida pela Colonizadora Noroeste Mato-grossense S. A. (CONOMALI) não era um "espaço vazio": ao contrário, era moradia original destes povos que passam a serem considerados e apresentados à sociedade nacional como entraves ao desenvolvimento brasileiro, justificando assim, a imediata remoção dos mesmos de seu habitat.

Palavras-chave: Rikbaktsa. Mato Grosso. Gleba Arinos.

ABSTRACT

The great flow of colonizing fronts in the state of Mato Grosso (Brazil) began in the 1930 decade, during Getúlio Vargas's government, in a movement called "March to the West", whose main goal was the expansion of the

agricultural frontier of the country and interiorization of the sustainable development, aiming the providence of many raw materials for the thriving industry, as well as the promotion of a migratory counter-flow etc. It is in this context, also marked by the rubber extraction (latex) – which managed to promote three great extraction cycles in Brazil –, in the 1950s, which commences the development project of the Brazilian government, guided by the slogan of occupation of the "empty spaces" of the Amazonic region.It is operated, therefore, from 1955 on, during the third rubber cycle, the installation of the Gleba Arinos private colony in the Northwestern Mato Grosso, current municipality of Porto dos Gaúchos, which, along with the Anchieta Mission and the Indigenous Protection Service (SPI), became one of the agents of the "pacific contact" with the Tapayuna and Rikbatsa ethnic groups, once, in fact, the area acquired by the Noroeste Mato-Grossense S.A. Colonizer (CONOMALI) was not an "empty space": on the contrary, it was the original abode of these peoples, which started being considered and presented to the national society as obstacles to the Brazilian development, therefore justifying the immediate removal of them from their habit.

Keywords: Rikbaktsa. Mato Grosso. Gleba Arinos.

As grandes empreitadas colonizadoras em Mato Grosso tiveram início no governo Getúlio Vargas, em um movimento denominado "Marcha para o Oeste" que tinha como objetivo principal a expansão da fronteira agrícola do país. Lançado em 1938, este projeto governamental, pautado no *slogan* da ocupação dos "espaços vazios" na região amazônica, buscava o desbravamento e a ocupação do interior do país que se mantinha estagnado frente ao desenvolvimento nacional; a expansão da fronteira agrícola do país e a interiorização do desenvolvimento sustentável com vistas ao fornecimento de diversas matérias-primas para a indústria crescente; bem como a promoção de um contra-fluxo migratório da região sudeste do país etc.

De acordo com Castro et al. (2002), a redefinição da política de ocupação e colonização de Mato Grosso, a partir de 1950, visava o alargamento da fronteira agrícola da região e sua ligação à economia nacional. Pretendia-se, por um lado, absorver excedentes populacionais de outras regiões brasileiras e, por outro, ocupar terras através da colonização privada. A decisão dos governantes foi, então, no sentido de que parte das terras seria destinada à colonização pública, parte à colonização privada.

O problema central se encontra no fato de que estas áreas em questão não eram, em verdade, "espaços vazios", pois além das populações indígenas que viviam nas regiões, já havia notória presença de grupos garimpeiros em diversos pontos pretendidos pelos projetos de colonização, que se caracterizavam por aglomerados de miseráveis, e uma série de seringais estava instalada mata adentro. Além disso, o governo de Mato Grosso nunca apresentou, conforme a legislação em vigor, o interesse pelo assentamento de pequenos proprietários.

É nesse contexto, também marcado pelo extrativismo da borracha (latex), que em 1955, durante o terceiro ciclo da borracha, se instala no noroeste do Mato Grosso a colônia privada Gleba Arinos (ver Imagem 1), atualmente transformada no município de Porto dos Gaúchos, que junto com a Missão Anchieta e o Serviço de Proteção ao Índio, se configura como um dos agentes da frente de "contato pacífico" com as etnias Tapayuna e Rikbaktsa, já que de fato a área adquirida pela Colonizadora Noroeste Matogrossense S. A. (CONOMALI) não era um "espaço vazio", ao contrário, era moradia original destes povos que passam a serem considerados e apresentados à sociedade nacional como entraves ao desenvolvimento brasileiro, justificando, assim, sua imediata remoção de seu *habitat*.

Os estudos existentes a respeito destas práticas governamentais deixam-nos entender que o governo promovia estrategicamente a ocupação destes "espaços vazios", sabendo

que eles eram habitados por populações indígenas, com o objetivo final de delegar a terceiros a função de afugentar e/ou exterminar essas populações, transferindo a outrem os trabalhos e investimentos necessários para tal. Longe das áreas ocupadas, dentro de seus gabinetes, os nossos representantes conseguiam artifícios para se posicionarem alheios ao que acontecia nas áreas indígenas invadidas, de acordo com seus planejamentos.

Naquela época, não existia, como hoje, uma série de entidades (na maioria delas não governamentais) mobilizadas para evitar a supressão de direitos humanos e civis das populações humanas, mesmo que ainda o fizessem em caráter tutelar.

A ausência do Estado na figura de suas instituições, como a Polícia, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN)1 etc., configuram claramente a delegação que se fazia às empresas colonizadoras para gerirem os espaços ocupados. A ausência de esclarecimentos a respeito das populações que habitavam as regiões onde glebas, seringais, garimpos etc. é, sem dúvida, o primeiro motivo para as grandes taxas de conflitos entre colonos e indígenas e das altos índices de mortalidade dos povos indígenas alcançados.

Os contatos iniciais, quando espontâneos, geralmente eram marcados por violência, já que ambos os grupos se encontravam "armados". Os nativos normalmente transitando por seus territórios em atividades de caça e/ou coleta e, os colonos, trabalhando no meio da floresta sempre armados, pelo medo que tinham dos nativos e de animais de grande porte, assim como para aproveitar a oportunidade de abater uma caça ou simplesmente se divertir praticando tiro, como demonstrado pelos relatos.

No caso de invasões diretas às áreas de habitação, podemos entender o quão lógico era para estes grupos humanos defender suas terras e vidas na atividade guerreira, que já fazia parte de seu universo cosmogônico. Não poderíamos, por exemplo, querer supor que aldeias seriam invadidas a bala e que não haveria reações hostis, que mulheres (e até mesmo crianças) seriam levadas sem retaliações etc.

Era comum também que os indígenas, "curiosos" com o que encontravam nos acampamentos dos colonos, em geral de seringueiros que se estabeleciam no meio da mata, tomassem para si alguns dos artigos que encontrassem. As retaliações, nestes casos, por vezes não foram dadas por armas de fogo e sim por armadilhas mortais, deixadas propositalmente e estrategicamente para que fossem levadas pelos nativos, como roupas contaminadas com enfermidades e/ou alimentos envenenados.

Por ironia do destino, as terras ditas devolutas, adquiridas pele Companhia Colonizadora Matogrossense (CONOMALI) encontravam-se em meio à "tríplice fronteira" de três etnias reconhecidamente "guerreiras"[2] e resistentes ao contato[3] (ver Imagem 2). Não foram encontrados documentos que demonstrassem a existência de aldeias Kaiabi, Rikbáktsa e Tapayuna na área ocupada efetivamente pela implementação da sede da Gleba Arinos. Contudo, pelas práticas indígenas conhecidas e estudadas pela Etnologia, podemos entender que o espaço territorial adquirido pela Gleba Arinos integrava área tradicional de ocupação indígena, provavelmente área de caça e coleta desses povos, ou então de um deles. Já o caminho percorrido pelos colonos e outros agentes em trânsito pelo rio Arinos, claramente cruzava o território dos Tapayuna, que respondiam constantemente com flechadas às embarcações, demonstrando claramente o fato de serem eles "donos" desse rio.

É neste contexto histórico que se deu a implementação da Gleba Arinos, um movimento de colonização privado, "pioneiro" na ocupação da região centro-noroeste do Mato Grosso e responsável pelo início ao processo de desenvolvimento histórico de "colonização" dessa porção do estado. A instalação da Gleba Arinos levou ao surgimento de uma série de novas empreitadas colonizadoras, mudando as formas de vida e promovendo a ocupação socioeconômica de uma região habitada por diversos povos indígenas, destinadas pelo governo brasileiro a darem lugar ao inevitável desenvolvimento nacional.

O movimento migratório para a região noroeste mato-grossense afetou de forma determinante a vida dos povos indígenas da região, diretamente a dos Rikbáktsa e dos Tapayuna. Sob o discurso de promover o desenvolvimento do país, o projeto governamental "Marcha para o Oeste" estimulou a ocupação de territórios indígenas marcando estes grupos com a depopulação e perda de seus territórios tradicionais.

A Gleba Arinos foi instalada às margens do rio Arinos, em 1955, na condição de colonização *pioneira* da região e, portanto, tratada por muitos (até a atualidade) como "ação heroica" e "corajosa" de seus responsáveis, em especial o idealizador do projeto colonialista Guilherme Mayer, referenciado por muitos como possuidor de "espírito bandeirante patriótico", ao se propor a desbravar a Gleba Arinos.

Guilherme Mayer era membro da Irmãos Mayer Ltda[4] e foi o responsável pela aquisição das terras da Gleba Arinos e pela criação da CONOMALI, empresa responsável diretamente pela colonização e venda de lotes rurais aos colonos. Influenciado pelas propagandas governamentais a respeito da venda de terras no Mato Grosso, publicadas nos jornais de circulação local, decide investir em um empreendimento colonizador lotado em terras próprias, adquiridas na região noroeste do Mato Grosso, em um movimento paralelo às atividades da Irmãos Meyer Ltda.

Em 23 de março de 1955, partiu de Santa Rosa (RS) a caravana de zoneamento e demarcação do perímetro da área "adquirida", composta inicialmente por 20 homens, que fundariam, em 3 de maio de 1955, a Gleba Arinos[5].

Segundo escritos do próprio Henrique Meyer, mais de cem quilômetros de estradas vicinais foram abertos. A população local crescia a cada ano, mas, em contrapartida, empobrecia rapidamente, já que o sustento esperado através da produção agrícola não chegou (as condições do solo amazônico são bastante particulares e muito distintas das encontradas no Rio Grande do Sul). A Colonizadora necessitava dos auxílios financeiros, divulgados pelo governo federal e pelo governo de Mato Grosso, como existentes e disponíveis às empreitadas colonizadoras, mas, ao buscar as autoridades competentes, a resposta encontrada foi da inexistência de tais recursos de apoio à empreitada. A venda dos lotes não estava acontecendo como planejado de acordo com base nas propagandas governamentais, nem a borracha, nem a castanha do Pará (castanha do Brasil) encontravam preços satisfatórios no mercado cuiabano.

As despesas de colonização da área aumentavam cotidianamente e a insatisfação dos colonos passou a ser perceptível, culminando no retorno de famílias de colonos para o sul, levando consigo uma contrapropaganda que contribuiu, assim, para a estagnação da venda de terra. Foram realizados investimentos em propagandas internacionais de venda de terras e no plantio de seringais.

Surgiram, vizinhas a Porto dos Gaúchos, outras colonizadoras financiadas pelo governo Federal: Novo Horizonte do Norte[6] (1968), Juara[7] (1971), Sinop[8] (1974), Alta Floresta[9] (1976) e Tabaporã (1984)[10]. Em épocas de chuva, quando ficavam sem estradas, iam por rio buscar auxílio em Porto dos Gaúchos (combustível, alimentos, hospital etc.), assim como durante os seus processos de implementação utilizaram-se de Porto dos Gaúchos como base para suas atividades iniciais.

Desde o início da colonização da Gleba Arinos, eram comuns os ataques de flechas lançadas contra as embarcações da CONOMALI, assim como era sabido o temor e perseguição dos seringueiros aos Tapayuna. Já os Kaiabi viviam em áreas muito próximas da Gleba Arinos e estavam, desde período anterior a fundação desta, em processo de *pacificação* implementado pelo Pe. João Dornstauder. Os Rikbáktsa sofriam das relações hostis estabelecidas com extratores de seringa, invasores de seu território.

Assim, os conflitos interétnicos e a busca por propagandas positivas na venda de terras e a capitação de investimentos para produção do látex, levaram a CONOMALI a ceder recursos às empreitadas pacificadoras desenvolvidas pela Missão Anchieta, na figura do Pe. João Dornstauder, conforme veremos adiante.

Mesmo passados mais de quinhentos anos de ocupação do território que hoje se configura o Estado brasileiro, ainda é comum que ignorem a rica diversidade cultural brasileira, formada pelos povos indígenas que resistem às tentativas de englobamento social. São ignoradas as práticas históricas de tentativa de supressão destes povos, em especial em tempos iniciais de contato, que levadas à população indígena (inclusive a extermínios de grupos inteiros), como o abuso de mulheres; rapto de crianças; endemias de contato como gripe, sarampo, varicela, sífilis etc., apresamento para trabalho escravo, disputas territoriais e resistência ao contato, alterações no contexto socioeconômico etc.

Os Rikbáktsa e os Tapayuna, que foram contactados mais recentemente, mas em um período histórico que muitas dessas práticas ainda se encontravam presentes no imaginário da população envolvente, e como outros tantos povos que habitavam esta *terra brazilis,* sofreram com: alta mortandade; alteração de suas estruturas sociais; influências em suas ideologias nativas; alterações em seu contexto socioeconômico; gradativa ressignificação de práticas e costumes nacionais; alteração na configuração de seus territórios etc.

São os Rikbáktsa e Tapayuna exemplo de que o contato com os não índios acarreta, entre as populações indígenas, privações de ordem cultural, social, cosmogônica etc., assim como de que são poucas as alternativas dos grupos indígenas diante do contato com o não índio: fugir, guerrear ou estabelecer contato. Inevitavelmente, acabam "mortos" ou "contactados".

A principal consequência do contato para os povos indígenas é a perda de seus territórios originários, cujas consequências são determinantes na reconfiguração étnica desses grupos. É em defesa de seu território que os Rikbáktsa e os Tapayuna viveram, por anos, em resistência. Isso porque é dele que depende a sobrevivência de seus povos enquanto grupo cultural diverso, pois é em seus territórios que estão inscritas suas noções de autodeterminação, de articulação sociopolítica, de seus universos cosmogônicos etc. A expropriação do território dessas populações é a supressão do seu sustentáculo físico e cultural. Assim, não é despropositado que os Tapayuna estejam, há anos, em busca de meios de retomarem seu território tradicional e que os Rikbáktsa demonstrem, nestes pouco mais de cinquenta anos de contato, a possibilidade de sobrevivência étnica através da preservação de sua área, mesmo que reduzida.

Nas justificativas de ocupação das terras Rikbáktsa e Tapayuna, apresentadas pelo Estado brasileiro e os agentes envolvidos no processo de contato, estão as afirmações comumente ouvidas por leigos, no que diz respeito à realidade sociocultural indígena, de que as populações indígenas ocupam grandes extensões de terras socialmente improdutivas, representando, assim, empecilhos à expansão das fronteiras econômicas nacionais e impedindo o acesso à terra aos trabalhadores rurais, configurando-se estanques ao desenvolvimento nacional etc.

A análise da pacificação Rikbáktsa foi empreendida por Pacini (1999) e demonstra que, ao instante histórico em que esta foi a "proposta" entendida como válida por aqueles que a colocaram em prática, determinou mudanças profundas no sistema social Rikbáktsa. A disparidade de condições "guerreiras" existente entre indígenas e seringueiros culminava em uma ação de extermínio progressivo, com armas e doenças, em pontos diversos de seu vasto território. É preciso reconhecer que a atuação da Missão Anchieta foi decisiva no processo de manutenção territorial e, especialmente, na sobrevivência física dos Rikbáktsa diante a omissão do Serviço de Proteção aos Índios ou a sua conivência com o extermínio, já que era órgão do mesmo governo que impulsionava a Marcha para o Oeste.

Mas, reconhecer os pontos positivos existentes nas práticas pacificadoras desenvolvidas pela Missão Anchieta junto aos Rikbáktsa e Tapayuna, não é, de modo algum, esquecer as influências permanentes das atividades *aculturativas* pelos quais passaram essas populações. O processo de pacificação dos

Tapayuna não foi levado a cabo por ausência de tempo hábil para o processo de contato. Os Rikbáktsa sofreram permanentemente as consequências da instalação dos Postos de Assistência e da retirada de crianças e jovens para o internato de Utiariti, onde aprendiam o português e os ofícios que lhes dariam condições de diálogo com a sociedade envolvente.

É sabido que as relações sociais sempre fizeram parte das relações dos grupos humanos, sejam elas conflitivas ou não. O que se apresentou como forma determinante nas relações interétnicas entre Rikbáktsa e sociedade nacional foram os moldes que a deram forma. De um lado, os indígenas, que até então viviam em condições de isolamento (mesmo que relativo dado a navegação de não indígenas pelo rio Arinos e a inserção de novos personagens na região em que viviam); de outro, os seringueiros, uma parcela da sociedade nacional que investia violenta e sistematicamente sobre o território dos Rikbáktsa, promovendo intensas alterações na vida tradicional destes, como a modificação e redução gradativa do espaço físico nativo (através da construção de estradas de seringa, de picadas de agrimensores etc.) e os constantes conflitos.

A reordenação sociocultural dos Rikbáktsa, após a criação da T.I. Erikpaktsa (1968), demonstra claramente o fortalecimento das práticas tradicionais sob as influências dos mais velhos, responsáveis pela formação da "pessoa Rikbáktsa", por serem eles os detentores dos conhecimentos tradicionais que legitimam-nos enquanto agrupamento social diferenciado. É o domínio da cultura tradicional Rikbáktsa que determina competências dentro do grupo tornando possível a tomada de decisões que influenciam o grupo.

A pela resistência política à "dominação da sociedade envolvente", baseada na valorização da tradição, ou seja, é na "valorização da especificidade de sua cultura" que os Rikbáktsa se afirmam enquanto sujeitos históricos, legitimando seus direitos enquanto povo. A reelaboração da identidade étnica baseada no crescente domínio dos modos da sociedade nacional garante a sobrevivência do grupo social.

Os reordenamentos sociopolíticos inevitáveis caminham positivamente para o crescimento demográfico e melhora da qualidade de vida dos Rikbáktsa que, pouco a pouco, estabelecem melhores relações com a sociedade envolvente, mesmo que prevaleçam na região em que vivem práticas anti-indígenas e que sigam necessárias e cotidianas as lutas políticas.

Os Tapayuna sofreram de forma diferenciada o cerco da sociedade envolvente. Seu território foi invadido por seringueiros e garimpeiros e ocupado pela implementação de fazendas e estradas que, velozmente, promoviam a derrubada da mata e atravessava repetidamente seus caminhos tradicionais e o rio Arinos, considerado por eles como território de sua posse. O processo de retalhamento da área Tapayuna e os conflitos advindos promoveram alterações aceleradas que impediram o alcance da atividade pacificadora da Missão Anchieta.

Quando pareceu o destino apresentar um caminho diferenciado aos Tapayuna, colocando na rota de conflito o indígena Cândido Morimã (que trabalhando como comandante em uma das embarcações da CONOMALI que costumeiramente navegava pelo rio Arinos iniciou tentativa bem sucedida de contato pacífico com estes), a situação em que se encontravam já estava em condição tão extremada que pouco se pôde fazer pelo grupo quanto à proteção assistencialista que finalmente os alcançou. Os conflitos violentos tomaram conta das notícias nos jornais locais e levaram o SPI a, finalmente, assumir as atividades protecionistas junto aos Tapayuna, logo após o contato pacífico com estes, em 1968. Um ano depois, após permitir a entrada de um jornalista gripado junto ao grupo, o que se viu foi o quase extermínio desse povo.

Passados anos de luta contra o cerco dos neobrasileiros, tendo suas aldeias queimadas, seus filhos mortos, sendo vítimas de envenenamentos etc., findaram os Tapayuna com seu grupo reduzido a 41 indivíduos que foram então removidos ao Parque Indígena do Xingu, numa tentativa final de garantir sua sobrevivência.

Sabemos ser difícil a relação desses grupos indígenas com as mudanças e transformações sociais a que se viram conduzidos a tomar e viver. No caso dos Tapayuna, a decisão de abandono de suas terras certamente foi um processo difícil, mas inevitável diante das consequências mortais do contato que vinham sofrendo.

Vítimas de remoções abruptas de seus territórios, foram levados a conviver com outros povos indígenas, alguns deles inimigos tradicionais e com os quais haviam travado lutas em tempos anteriores ao contato. A adaptação certamente não foi fácil, e as consequências do contato não se findaram com a remoção para o PIX, visto que novos óbitos ocorreram, agravando a perda populacional (seja por endemias, sejam por conflitos etnopolíticos). Mas, as condições protecionistas do Parque permitiram o crescimento populacional dos Tapayuna. Em condições adequadas, com território resguardado (mesmo que apenas uma pequena parcela de seu território originário) e assistência indigenista, o crescimento populacional se deu em taxas maiores que as da população nacional[11].

De forma geral, sabemos que a assimilação de costumes da sociedade envolvente acontece e, por vezes, implica em pressão social para mudanças, mas os "mais velhos" estão sempre trabalhando na manutenção dos moldes tradicionais de suas culturas. O crescimento populacional acelerado e a assimilação de itens materiais do universo não índio acabam implicando na busca de novas formas de sustento e manutenção das famílias. Os territórios diminutos dificultando a sobrevivência exclusiva de caça, coleta e plantio de roças, como tradicionalmente feito pelas gerações passadas. A ressignificação de costumes dá-se como forma de sobrevivência cultual.

As terras indígenas configuram-se ilhas verdes em meio a extensas áreas de desmatamento, acuadas em meio a fazendas e cidades. As atividades de caça e coleta são também (como em tempos passados) expedições de salvaguarda de seus territórios, já que é comum o ingresso ilegal de caçadores, pescadores e até mesmo garimpeiros e madeireiros. Novas tecnologias de manutenção de suas fronteiras, com o uso de aparelhos de GPS (Sistema de Posicionamento Global) vêm sendo implantadas em alguns territórios, como é o caso do Parque Indígena do Xingu. Ao promoverem a manutenção e a integridade de suas terras, estes povos asseguram a preservação da biodiversidade da fauna e flora.

O fato de serem salvaguardados do contato com a sociedade brasileira, seja pela ação missionária jesuítica e posterior ação indigenista de agentes da FUNAI, ou por pesquisadores e órgãos não governamentais, diminuiu as consequências desastrosas para os povos indígenas em questão nos movimentos de invasão de seus espaços originários e nas consequências das relações interétnicas. Mas o diferencial encontra-se no fato de que os próprios indígenas assumem progressivamente a proteção de seus territórios, dando cotidianamente novos moldes ao cenário etno-histórico e etnopolítico das relações interétnicas brasileiras.

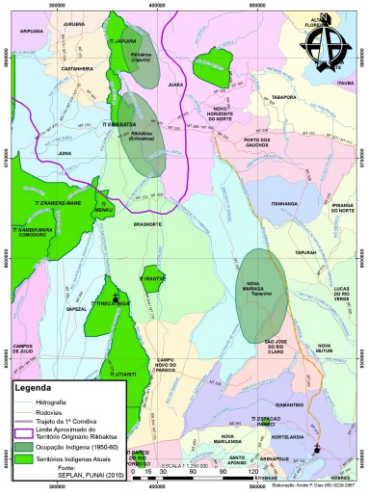


Imagem 1 : Mapa da região noroeste de Mato Grosso. (Elaboração: André P. Dias, 2012)

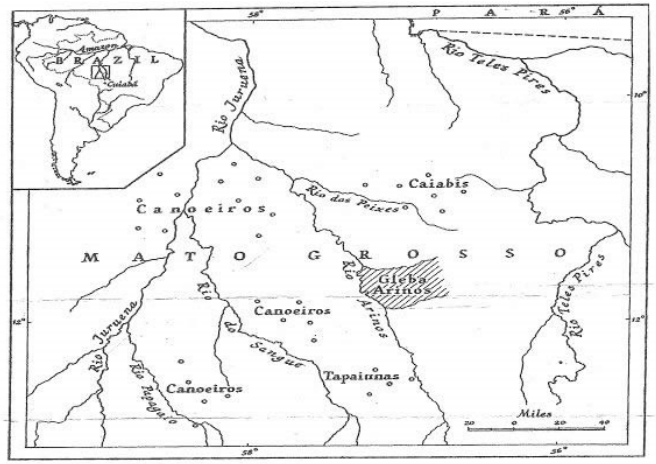


Imagem 2. Tríplice fronteira étnica da Gleba Arinos.
Fonte: Dornstauder, 1975

Imagem 3: Casal Tapayuna.
(Fonte: Acervo CONOMALI)

Imagem 4: Homem e criança Tapayuna.
(Fonte: Acervo CONOMALI)

Imagem 5: Pe. João Dornstauder acompanhado de três Rikbaktsá, ao lado direito de Guilherme Mayer e sua esposa Gertrud.
(Fonte: Acervo CONOMALI)

Imagem 6: Rikbaktsá em visita a Gleba Arinos.
(Fonte: Acervo CONOMALI)

Imagem 7: Candido Morimã frente à lancha Pagui Megera. Fonte: Acervo CONOMALI.

Imagem 8: Tapayuna no alto de um barranco do rio Arinos observando a passagem de embarcação da CONOMALI.
Fonte: Acervo CONOMALI.

Imagem 9: Fachada da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos.
Foto: Valéria Schmidt.

Imagem 10: Henrique Meyer pousando para fotografia junto à um dos primeiros pés de café plantados na Gleba Arinos.
Fonte: Acervo CONOMALI.

Imagem 11: Publicidade da Gleba Arinos.
Fonte: Acervo CONOMALI.

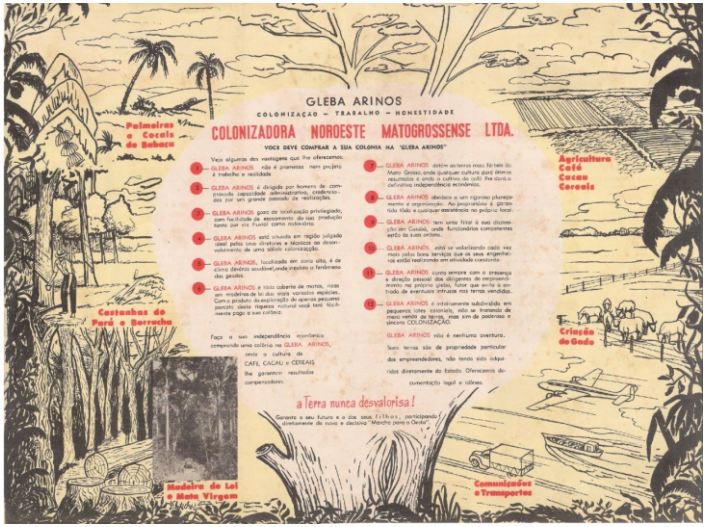


Imagem 12: Publicidade da Gleba Arinos.
Fonte: Acervo CONOMALI.

NOTAS

[1] Substituída pela atual Fundação Nacional do Índio (Funai).

[2] Devido às narrativas de povos vizinhos já contactados ou em processo de contato que indicavam as costumeiras atividades guerreiras entre os Rikbáktsa e Tapayuna com os outros povos vizinhos.

[3] Os Kaiabi já se encontravam em processo de contato promovidos pelo Pe. João Dornstaunder.

[4] Empresa que trabalhava em diversos ramos, como distribuição de bebidas, posto de combustível, importação e revenda de veículos alemães, moagem de café, laticínios, importação e revenda de maquinários como tratores e máquinas desnatadeiras, transporte de cargas e encomendas, fabricação de móveis etc., e possuíam sedes em Santa Rosa (RS), Porto Alegre (RS) e no porto de Santos (SP), além dos grandes contatos alemães.

[5] Decretada município de Porto dos Gaúchos em 11 de novembro de 1963.

[6] Fundado em 1976 como distrito do município de Porto dos Gaúchos, foi emancipado a município em 1986.

[7] Fundada em terras Kaiabi pela empresa Sociedade Imobiliária da Bacia Amazônica Ltda – SIBAL, inicialmente como Gleba Taquaral.

[8] Fundada pela empresa Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná - Sinop Terras S/A como Gleba Celeste.

[9] Fundada por iniciativa do empresário paulista Ariosto da Riva.

[10] A Gleba Tabaporã foi fundada pelo colonizador Zé Paraná, concessionário do grupo comercial Gi-Paraná Empreendimentos Imobiliários em território desmembrado do município de Porto dos Gaúchos.

[11] Segundo BARUZZI & JUNQUEIRA (2005), a população indígena costuma crescer a uma taxa cerca de duas vezes maior que a da população brasileira em geral.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **A luta por Japuíra**. Povos Indígenas no Brasil - 1985/86, São Paulo: CEDI, 1986. p. 313-321.

_____. **Rikbaktsá**. Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90, São Paulo: CEDI, 1991. p. 453-455.

_____. **Os Rikbaktsa**: mudança e tradição. 1992. 543 p. Tese de Doutorado-Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC, 1992.

_____. Índios e antropologia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi** - Antropologia, Belém: MPEG, v. 15, n. 1, p. 33-90, 1999.

_____. **Mitos Rikbaktsa**: história, sociedade e natureza. _____. São Paulo: s.n., p. 31-57, 1996.

_____. Imagens do índio: signos da intolerância. In: **Povos indígenas e tolerância**: construindo práticas de respeito e solidariedade. São Paulo: UNESCO; EdUSP, p. 43-61, 2001.

_____. **Rikbaktsa**: os Canoeiros do Rio Juruena. Margem, São Paulo, n. 17, p. 99-102, 2003.

_____. Representação e participação indígena nos processos de gestão do "campo indigenista": **Que democracia? Revista Anthropológicas**, Recife: PPGA/UFP, v. 14, n. 1/2, p. 35-45, 2003.

_____. Representação e participação indígena nos processos de gestão do "campo indigenista": **Que democracia? Revista Anthropológicas**, ano 7, vol. 14 (1 e 2), p. 99-102. São Paulo, 2003.

_____. Rikbaktsá: os canoeiros do rio Juruena. **Revista MargeM**, nº 17, p. 99-102. São Paulo, 2003.

ATHILA, Adriana Romano. **Arriscando corpos:** permeabilidade, alteridade e as formas da socialidade entre os Rikbaktsa (Macro-Jê), do Sudoeste Amazônico. 2006. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. 502 p.

BARUZZI, R. G. Do Araguaia ao Xingu. In: Baruzzi, R. G.; JUNQUEIRA, Carmen (Org). **Parque Indígena do Xingu**: Saúde, Cultura e História. São Paulo: Terra Virgem, 2005.

BLANCO, Michel. A travessia dos canoeiros. **Brasil Indígena**, Brasília, v.3, n.1, p. 8-13, 2006.

BOSSI, Bartolomé. **Viaje pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, Sn. Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributário Del grande Amazonas, con la description de la província de Mato Grosso bajo su aspecto físico, geográfico, mineralojico y sus producciones naturales**. Paris: s.n., 1863.

CAMPINAS, Antonio de Souza. **Relatório da Operação Tapaiuna ou Beiço de Pau**. s.l., s.n., 1971.

CAMPOLLI, Fausto; LOEBENS, Balduíno; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira. Os Rikbaktsa. In: **Dossiê índios em Mato Grosso**. Cuiabá: OPAN;CIMI/MT, 1987. p. 121-123.

CASTRO, Sueli Pereira et al. **A colonização oficial em Mato Grosso**: a nata e a borra da sociedade. 2 ed. Cuiabá: EdUFMT/NERU, 2002.

CÉSAR, José Vicente. Os índios Beiços de Pau do Mato Grosso, Brasil. In: **Anais...** CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS, 38, 1968, München. Verhandlungen des XXXVIII Internationalen Amerikanistenkongresses. München: Kommissionsverlag Klaus Renner, p. 47-51., 1969

DAL POZ NETO, João. Laudo histórico-antropológico: uma ação de reintegração de posse, cumulada com perdas e danos. In: **Direitos indígenas e antropologia**: laudos periciais em Mato Grosso. Cuiabá: EdUFMT, p. 11-95, 1994.

DORNSTAUDER, Pe. João Evangelista. Como pacifiquei os Rikbaktsá. **Pesquisas, História**, nº 17. São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas, 1975.

FRANCHETTO, Bruna. Os Tapaiuna (Suyá Ocidentais). In: _____. **Laudo antropológico**: a ocupação indígena da região dos formadores e do alto curso do rio Xingu (Parque Indígena do Xingu). 1987. p. 111-120.

GALVÃO, Eduardo. **Encontro de sociedades**: índios e brancos no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAHN, Robert Alfred. **Categorias Rikbaktsa de relações sociais**: uma análise epistemológica. Cambridge; Massachusetts: Harvard University, 1976. 136 p. Tese de Doutorado-Harvard University.

_____. **Misioneros y colonos como agentes del cambio social, Brasil**. América Indígena, México, v. 41, n. 3, 1981. p. 463-500.

JARDIM, Gontran da Veiga. Beiço-de-Pau não atira para matar. In: **Correio da Manhã**, 05/10/1967.

LEA, Vanessa R. **Parque Indígena do Xingu**: laudo antropológico. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1997.

LUNKES, Odilo Pedro. Origem, lendas e costumes dos índios Rikmakca. **Separata de Estudos Leopoldenses**. Ano XIII, v. 14, nº 48. p. 1-40. São Leopoldo: UNISINOS, 1978..

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras Indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: _____. (Org.). **Indigenismo e territorialização**: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1989. p. 43-68.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao Bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. 2 ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

_____. **O índio e o mundo dos brancos**. 3. ed. Brasília: EdUnB; Rio de Janeiro: Pioneira, 1981.

OPAN. **II Encontro de Educação Indígena**. Fátima de São Lourenço: OPAN, 1984.

OPAN/CIMI. **Dossiê índios em Mato Grosso**. Cuiabá: OPAN, 1987.

PACINI, Aloir. **Pacificar:** relações interétnicas e territorialização dos Rikbaktsá. Dissertação de Mestrado. 1999. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1999.

PEIRANO, M. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1995.

PENUTA, Antônio. et al. **Rikbaktsa:** uma história de vida. Projeto Geração - Formação e Habilitação de Professores para o Magistério. Juína: SEDUC, 1997.

PEREIRA, Adalberto Holanda. A pacificação dos Tapayunas. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 15-16, 1967-1968. p. 216-227.

PEREIRA, Adalberto Holanda; SILVA, José de Moura e. História dos Mùnkù (Iránxe). **Pesquisas**: Antropologia, São Leopoldo, n. 28, 1975.
RAMOS, Alcida Rita. **Sociedades Indígenas**. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1988.

RIBEIRO, Darcy. A transfiguração étnica. In: _____. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 3.ed. Petrópolis: Vozes, p. 217-263, 1982.

SCHULTZ, Harald. **Informações etnográficas sobre os Erigpaktsa do Alto Juruena.** Revista do Museu Paulista: Nova Série. São Paulo, v.15, 1964. p. 213-314.

SCHROEDER, Ivo. **Opan – Operação Amazônia Nativa**: 40 anos de parceria com os povos indígenas. Coletânea Opan 40 anos. s.l.: s.n., 2009.

SEEGER, Anthony & VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Pontos de vista sobre os índios brasileiros**: um ensaio bibliográfico. BIB, nº 2. s.l.: s.n., pp. 11-35, 1977.

SEEGER, Anthony. **Os índios e nós:** estudos sobre sociedades tribais brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SILVA, Joana Fernandes. Utiariti: a última tarefa. In: WRIGHT, Robin M. **Transformando os deuses**. Campinas: Unicamp, p. 399-423, 1999.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira et al. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá: Guaicurus, 1990.

TOLKSDORF, Fritz. **Entre seringueiros, índios, agrimensores, colonos e garimpeiros em Mato Grosso**: diários póstumos de Fritz Tolksdorf (manuscr.). Traduzidos pelo Pe. Von Werden. s.l.: s.n., 1997.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

DIÁLOGOS SOBRE A FRONTEIRA A OCUPAÇÃO DE MATO GROSSO (PÓS 1970)

Adriano Knipelberg Moraes
Mestrando em História pelo PPGHis/UFMT
prof.adrianomoraes@yahoo.com.br

Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa
Doutoranda em História pelo PPGHis/UFMT
beatriz-feitosa@uol.com.br

Luciene Aparecida Castravechi
Doutoranda em História pelo PPGHis/UFMT
lucienecasthi@hotmail.com

Júlio César dos Santos
Mestre em História pelo PPGHis/UFMT
julio.santos@svc.ifmt.edu.br

RESUMO

Este artigo trata da temática da fronteira, dando ênfase à dinâmica de ocupação empreendida no Brasil no período posterior a 1970, quando foi destinada, por parte do Governo Federal, grande quantidade de recursos aos órgãos responsáveis para gerirem um processo de redirecionamento de trabalhadores à procura de terra, o que resultou em um movimento de (re) ocupação da região central do Brasil, possibilitado por políticas governamentais, nas quais o Estado teve papel relevante no financiamento das grandes propriedades rurais. O marco temporal escolhido diz respeito ao período pós-milagre econômico, quando se intensificou o processo de investimento estatal para a ocupação de novos espaços.

Palavras-chave: Rikbaktsa. Fronteira. (re)ocupação. Mato Grosso.

ABSTRACT

This article deals with the issue of the border, emphasized the dynamics of occupation undertaken in Brazil in the period after 1970, when it was allocated by the Federal Government large amount of resources to the bodies

responsible for managing a process of redirection workers seeking land , which resulted in a movement of (re) occupation of central Brazil, made possible by government policies, in which the state played a significant role in the financing of large estates. The timeframe chosen with respect to the post-economic miracle, when the process of state investment to occupy new spaces intensified.

Keywords: Border. (re)Occupation. Mato Grosso.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo justifica-se pela necessidade de entender a dinâmica de relações que foi, aos poucos, se configurando nos espaços, possibilitando compreender como ocorreu a movimentação de migrantes para a região central do Brasil, especialmente no território que corresponde ao estado de Mato Grosso, antes do processo de divisão territorial, que o transformou nos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

O processo de ocupação ocorreu em ondas diversas para um grupo; o Estado forneceu subsídios que lhe possibilitou adquirir enormes extensões territoriais para outro. O que restou foram viagens sazonais em direção às áreas de fronteira, que garantiam apenas a sobrevivência desses trabalhadores e de seus familiares. Para escrever acerca desse processo, optamos por uma contextualização história, buscando mostrar a temporalidade do objeto que se constituiu em tema deste artigo. Sendo assim, inicialmente faremos um breve relato da temporalidade das ocupações, até chegar aos anos de 1970, quando foram criados órgãos específicos com a incumbência de dinamizar a ocupação, tais como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) em substituição da SPVEA (Superintendência para a Valorização da Amazônia), criada ainda nos anos de 1960, mas cuja atuação no pós-70 foi decisiva no modelo de ocupação da região de estudo.

A sequência do artigo persegue algumas especificidades no tocante à reocupação do estado durante o período citado, inicialmente tratar-se-á das políticas públicas do regime militar para incentivar a colonização da Amazônia Legal, com ênfase na Amazônia Meridional mato-grossense, em especial no Projeto de Colonização Canarana.

Em um segundo momento nosso diálogo tratará da dinâmica da fronteira que permitiu um processo de concentração de terras na região que atualmente corresponde à divisa entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, com ênfase maior em torno da ideia de desbravador que chega a uma terra estranha e nela promove o desenvolvimento.

Ao tratar da (re)ocupação recente do Nordeste de Mato Grosso nosso propósito foi compreender alguns dos conflitos vivenciados na década de 1970, desde a implantação dos projetos de colonização para Amazônia, durante o período ditatorial, bem como a instauração de empresas agropecuárias com incentivos de órgãos estatais, como a SUDAM, SUDECO e o Banco do Brasil.

Por fim, trataremos da criação de Juína no contexto da expansão da fronteira, considerando que (re)ocupação do Norte e Nordeste de Mato Grosso esteve inserida no contexto macro de tensões sociais no Sul e Sudeste e pode ser compreendida na perspectiva dos militares, como uma ação do governo no sentido de ocupar "terras livres".

2. POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERÍODO PÓS 1970: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA DINÂMICA DO MODELO DE OCUPAÇÃO DE CANARANA - MT

O início do processo de interiorização do território brasileiro remonta de finais do século XVII e início do XVIII, quando a colonização era feita de forma restrita ao litoral do Brasil. Apenas a partir do século XVIII é possível identificar esforços, por parte da coroa portuguesa e de ações particulares, para adentrar ao interior

da então colônia, incursões incentivadas devido às notícias que circulavam por toda a Europa acerca das descobertas de metais preciosos na América espanhola e portuguesa. Dentre os responsáveis por essa expansão, naquele momento, estavam os bandeirantes[1].

O interesse pela conquista do sertão brasileiro permaneceu durante o Império (1822-1889), porém com outras perspectivas. Nesse período, as motivações em reocupar o interior brasileiro guardavam relações estreitas com o esforço de impedir os avanços de nações latinas dentro dos territórios do recém-formado Império Brasileiro.

Durante o XIX, ocorreram várias ações com o intuito de incentivar a migração populacional para o interior brasileiro. Como é possível visualizar através de um artigo publicado no jornal *Correio Braziliense*, do ano de 1808, na qual o relator, J. da Costa Furtado de Mendonça, expõe que a cidade do Rio de Janeiro era inadequada para ser a capital do Império brasileiro:

> O Rio de Janeiro não possui nenhuma das qualidades que se requerem na cidade que se destina a ser a capital do Império do Brasil; e se os cortesãos que para ali foram de Lisboa tivessem assaz patriotismo e agradecimento pelo país que os acolheu, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrifício das comodidades e tal qual luxo que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um país do interior, central e imediato às cabeceiras dos grandes rios, edificariam ali uma nova cidade, começariam por abrir estradas, que se dirigissem a todos os portos do mar, removeriam os obstáculos naturais que têm os diferentes rios navegáveis, e lançariam assim os fundamentos do mais extenso, ligado, bem defendido e poderoso império, que é possível que exista na superfície do globo, no estado atual das nações que o povoam. Este ponto central se acha nas cabeceiras do famoso rio São Francisco. (MENDONÇA apud CRULS, 1957, p. 59-60)

Com o advento da República (1889), o esforço em adentrar ao interior do país continuou latente. O presidente da república Marechal Floriano Peixoto cumprindo um dispositivo da primeira Constituição Federal (1891), instituindo, assim, a Comissão Explorada do Planalto Central, com o objetivo de dar início aos trabalhos de transferência da Capital Federal para o Planalto brasileiro.

> Art. 3º - Fica pertencendo à União, no planalto central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer a futura Capital Federal.
> Parágrafo Único – Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado. (BRASIL, CF 1891)

No decorrer de todo o século passado, a região Norte do nosso país vivenciou inúmeras políticas públicas para que propiciasse sua ocupação, com a justificativa de promover sua integração ao restante do Brasil.

Tomaremos a definição de política pública de Elenaldo Celso Teixeira, professor do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Federal da Bahia:

> **'Políticas públicas' são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (grifo nosso)**. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de

> recursos públicos. Nem sempre, porém há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as 'não-ações', as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2. grifo nosso)

Com o advento do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas mostrou toda uma preocupação especial com o Centro-Oeste e com a Amazônia, visando integrá-los ao restante do país e, para que isso ocorresse, era necessário que acontecesse todo um conjunto de políticas voltadas para a colonização e garantia de que essas regiões tivessem o mínimo de infraestrutura. Para isso, Vargas criou o programa *Marcha para o Oeste*, projeto que visava à criação de Colônias Agrícolas, estradas, entre outras políticas públicas de incentivo a migração populacional para o interior brasileiro.

No primeiro momento de seu governo, criou a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), que foi um pequeno embrião das políticas públicas de colonização e integração das regiões Centro-Norte ao restante do país. Com o passar do tempo e dos governantes, a preocupação com a região amazônica permaneceu, sendo intensificada com a instauração de uma ditadura civil-militar no Brasil, a partir de 1964.

O regime civil-militar perpetuou-se no poder por vinte anos. Durante esse período, as taxa inflacionárias alcançaram índices altíssimos, o país buscava se industrializar. O governo, assistindo a isso, propôs como saída para a crise econômica algumas medidas fortes, como o investimento público, principalmente em obras de infraestrutura. Essas medidas não resolveram os problemas sociais e agravaram a imensa desigualdade social existente.

Neste texto, a Amazônia Legal tem importante papel, principalmente em sua parte mato-grossense. Quando pensada, a "Amazônia Legal" era constituída por dois estados e por quatro territórios federais, além de contar ainda com porções de outros três estados, como podemos observar no artigo 2º da Lei Ordinária nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953:

> Art.2º - A Amazônia brasileira, para efeito de planejamento econômico e execução do plano definido nesta lei, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos territórios federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado de Mato Grosso a norte do paralelo 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo 13º e do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. (BRASIL, 1953)

Com o surgimento da SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), em substituição da SPVEA (Superintendência para a Valorização da Amazônia), em 1966, a área de abrangência da Amazônia Legal foi estendida, sendo re-dividida depois, após a divisão territorial do estado do Mato Grosso, criando o Mato Grosso do Sul, tendo sido dilatada a sua área. Como podemos observar no artigo 45º da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977: "Art. 45 - A Amazônia, a que se refere o artigo 2º da lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, compreenderá também toda a área do Estado de Mato Grosso". (BRASIL, 1977).

Com o advento da última Constituição Federal de 1988, houve a elevação dos Territórios Federais a Estados e a área total da Amazônia legal sofreu sua última alteração. Com isso, passou a corresponder em sua totalidade os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e o Maranhão, porém este apenas a oeste do meridiano de 44º de longitude oeste, perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 (Cinco milhões duzentos e dezessete mil quatrocentos e vinte e três) km², correspondendo a 61% do território brasileiro.

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, na medida em que enfocaremos as políticas públicas do regime militar para incentivar a colonização da Amazônia Legal, com ênfase na Amazônia Meridional mato-grossense, em especial no Projeto de Colonização Canarana. Analisaremos ainda historicamente como se deu o processo de colonização na região leste do estado de Mato Grosso, na década de 1970, com ênfase particular no Projeto Canarana, desenvolvido pela COOPERCOL.

O governo militar via o norte mato-grossense como uma região desabitada, um "vazio demográfico", local que pouco se produzia além de não estar integrada ao restante do país (BARROZO, 2008, p. 19). Ao elaborar as políticas públicas, o governo federal, naquele período, chamou para si a responsabilidade de definir quem decidia o quê, quando, com que consequências e para quem. Os militares acabaram decidindo como e de que forma iria ocorrer o processo de ocupação da região amazônica.

No final da década de 1960 e início da década 1970, a economia da região amazônica ainda era basicamente pautada no extrativismo, um dos motivos catalisadores para que ocorresse uma transformação gigantesca no modo de pensar e agir com a região naquele momento.

Os militares associavam a ocupação da Amazônia com a noção de progresso. O progresso nesse caso pode ser entendido no interior do pensamento positivista que permeou toda a ocupação do norte mato-grossense e da Amazônia Legal. Pensando assim, as áreas que ainda não estavam incorporadas ao processo de produção eram vistas como horizontes a serem incorporados ao processo civilizatório.

O regime militar elaborou uma série de políticas públicas com o intuito de promover a colonização na região amazônica, mas é preciso definir o que é colonização.

A Professora Doutora do Departamento de Sociologia da UFMT, Sueli Pereira Castro, define colonização da seguinte forma:

> A Colonização, em seu sentido mais amplo, é o processo de ocupação de uma área, realizado por indivíduos de fora, colonos. Este conceito mais amplo, na realidade, confunde-se com povoamento. Mas num sentido mais governamental ou privado e, na história contemporânea, esse processo está estreitamente relacionado à apropriação privada do uso do solo e ao surgimento do trabalho livre, enquanto classe social. (CASTRO, 2002, p. 41)

O geógrafo João Mariano de Oliveira entendia que, ao lidar como o tema colonização, ficava implícito:

> Uma na ocupação e valorização de uma dada área levada a efeito por indivíduos originários de outros espaços; em formas orientadas de povoamento, especialmente efetivadas a partir do planejamento governamental ou privado; em ocupação de áreas despovoadas ou de ocupação rarefeita. (OLIVEIRA, 1982, p. 12)

Ainda para o Oliveira:

> Colonizar não significa apenas ampliar territorialmente as áreas produtoras de alimentos e matérias-primas. Não se trata de uma ocupação horizontal simplesmente. Trata-se, antes de mais nada, de um problema social gerado ou agudizado pela forma como o capital vem se expandindo em direção a áreas novas. (OLIVEIRA, 1982, p. 15)

O governo militar via a colonização como uma forma de estreitar os laços entre a terra e as famílias sem terras. Eram tratados como prioridade os casos onde a terra iria exercer um fator de desenvolvimento para região. Como podemos perceber através do

Decreto nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, no seu 5º Artigo:

> Art. 5º Colonização é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividade agrícola, pecuária e agroindustriais, através da divisa em lotes ou parcelas, dimensionados de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através das cooperativas de produção nela prevista.
> § 1º A colonização em áreas prioritárias terá por objetivo promover o aproveitamento econômico da terra, preferencialmente pela sua divisão em propriedades familiares, congregados os parceleiros em cooperativas ou mediante a formação de cooperativas de colonização de tipo coletivo.
> § 2º A colonização com fins de povoamento e seguramente nacional terá caráter pioneiro, devendo a área das parcelas ajustar-se, sempre que possível, às características das pequena e média empresas rurais. (BRASIL, 1966)

3. PARTICULARIDADES DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA NA DIVISA ENTRE OS ESTADOS DE MATO GROSSO DO SUL E MATO GROSSO

Diante das questões até aqui apresentadas, referentes às políticas de ocupação do território que pertence aos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, consideramos fundamental considerar os motivos encontrados para migrar para a região. Dentre as condicionantes está a possibilidade inicial, de acessar terras com facilidade, para nelas enriquecer. Posteriormente, essa busca começa a ocorrer para suprir uma necessidade de sobrevivência, nos dois casos encontra-se presente a ideia de paraíso, que garante ora o enriquecimento, ora a sobrevivência. Holanda (2000, p. 10-11) estudou a questão e, ao narrar a visão do colonizador frente às novas terras que corresponderiam ao Brasil, assim se expressou:

> Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrépitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden. (...) tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro.

Relatos obtidos em pesquisa de campo apontam que a visão dos primeiros proprietários de terra sobre si mesmos, era a de desbravadores. Segundo a história oficial do município (panfletos, jornais, sites produzidos pela prefeitura), a origem da cidade de Sonora, situada no limite entre os referidos estados, teria se dado com a chegada à região de Maurício Coutinho Dutra, comandante da Panair do Brasil[2], na Era Vargas.

Com o agravamento político, em 1964, Maurício Coutinho Dutra teria se refugiado na região central do então estado de Mato Grosso, próximo ao rio Corrente. Os motivos que levaram o então comandante a buscar refúgio nessas terras não foram discutidos nos relatos oficiais. Ele parece ter sido ungido à celebridade, talvez pela necessidade que os governantes locais têm de criar os seus heróis, para subtrair a história de um grupo maior de seres humanos que também configura o espaço social, isso talvez se explique por uma necessidade de vangloriar a sucessão de governantes.

Um estudo mais profundo da vida do Comandante Maurício Coutinho Dutra talvez lhe tirasse o estatuto de "herói", a quem os governantes municipais, atuais e pregressos fazem questão de agradecer até hoje pelos feitos corajosos que levaram ao início do que viria a ser o município de Sonora, de forma descontextualizada, vangloriando em demasia seus atos.

Segundo relatos, em pouco tempo o personagem histórico teria se tornado proprietário de muitos hectares de terras, de acordo com a narrativa de um dos entrevistados[3], solitário em suas terras, ofereceu, por volta de 1975, ao seu sobrinho Raul KelvimThuim, coronel do exército, cerca de 10 mil hectares para que as utilizasse em "algo útil para o país". Esse ideal de atração do homem pela terra foi narrado no relato de Euclides da Cunha "Os Sertões", no qual ressalte que "A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebata-o, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios". (CUNHA, 2003, p. 59). Essa quantidade de terra disponível e de fácil acesso arrebata com muito maior intensidade.

A visão dessas personagens como grandes empreendedores permanecem na memória das pessoas e acabam se cristalizando em práticas que instituem o real. Nos relatos dos entrevistados, essas pessoas aparecem como figuras responsáveis pela criação do lugar e isso nos remete à figura do "homem ideal" ou "tipo ideal", conceito sociológico criado por Max Weber (1980). O conceito de tipo ideal corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai, de fenômenos concretos, o que existe de particular, constituindo em conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, num "conceito histórico concreto". Essa construção do lugar a partir de ações individuais parece remeter a este conceito.

Essa valorização de feitos de heroísmo e bravura aparece na produção historiográfica estudada por Zorzato (1998), em tese intitulada "Con*ciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)"*, assim expressa,"(...) no que diz respeito à historiografia de Mato Grosso, salta aos olhos o emprego de adjetivos como "destemido", "bravo", "valente", "patriota", "desbravador" e tantos outros amplamente utilizados para representar o heroísmo dos personagens de sua história". (ZORZATO, 1998, p. 83).

A figura do empreendedor que visualiza o espaço como um lugar de ganhos, também está presente nas narrativas de moradores de Sonora, relatados a seguir:

> Coronel Raul subiu em uma árvore grande de onde diante da enormidade que lhe pertencia, vislumbrou uma cidade com crianças correndo, chaminés fumando e um grande núcleo urbano se desenvolvendo. Inicialmente pensaram em um frigorífico, mas a ideia foi descartada, pois faltaria matéria-prima. Consultaram, também, durante o diagnóstico da área, o médico e então governador de Mato grosso, Fernando Correa da Costa, juntamente com sua filha Telú. Em sua consulta a Lamartino Navarro, que foi o precursor do Proálcool, optou-se pela instalação de uma usina de álcool, pois a cultura de cana-de-açúcar possui uma grande característica sazonal.[4]

Não podemos perder de vista o quadro brasileiro que se colocava depois de 1969, com o Estado formulando e executando uma série de políticas de concentração e modernização do subsetor (TARSITANO, 1990). Nesse período ocorreu a redução do número de estabelecimentos rurais, além de um crescimento contínuo da área ocupada entre os anos de 1970 e 1985.

Com a colaboração de uma empresa de consultoria industrial – PLANEC, especializada de Campo Grande e de propriedade de Beat Rolf Stucki, projetou-se a cidade de Sonora. Pensamos que o termo "projetada" não seja muito adequado, visto que os primeiros funcionários contratados pela empresa, que passaram a residir em barracos de lona às margens de um córrego próximo à usina, formaram um núcleo urbano de acordo com as condições impostas. Talvez um termo apropriado para caracterizar esse momento de construção da cidade de Sonora, seja o de "fazejamento", termo utilizado por Benedito Pedro Dorileo para referir-se à construção da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme relato a seguir:

> A ordem em 1972era implantar a Universidade. – Planejar? – Quando e como? Fazer foi a decisão. O designo histórico não permitiria o luxo do planejamento empapelado, encadernado, pintado, lubrificado. Rever o ontem com visão aguda seria perigoso, gerações estariam frustradas pelas crateras burocráticas observadas. Para a frente, carregar o ônus, saldar, solidificar, criar. Enfim, anteriormente, muito se fez de boa fé. [...]. Aqui situa-se um tempo, o tempo de fazer, sem ter tido oportunidade de planejar. Parece embaraçoso, o planejar pôde ter existido, mas foi tragado pelo fazer. (DORILEO, 1977, p. 14 apud BORGES, 2005, p. 238)

O "fazejamento" em Sonora foi se constituindo espontaneamente e, conforme foi sendo gestado, trouxe como resultado um modelo de modernização unilateral, no qual, ao lado do grande investimento em tecnologia de produção agrícola, havia a realidade de pessoas morando à beira de um lago, sem nenhuma infraestrutura e enfrentando muitas dificuldades. Isso teve como consequência a implantação de um lugar repleto de problemas urbanos por serem superados, além da questão da própria cidadania e da educação, esquecidas na construção das políticas públicas.

Outro fator que identifica a presença do "fazejamento" em substituição ao planejamento tem a ver com as gestões municipais diferenciadas e sem continuidade. Nesse contexto, um dos mais graves problemas que se coloca ao poder público local, diz respeito à questão da cultura ambiental, com a problemática da erosão, que, segundo nos informaram os fiscais do IBAMA, foi decorrente do desmatamento indiscriminado, realizado na ocasião em que se estabeleceu a usina de álcool, a partir da qual o município de Sonora acabou abraçando a iniciativa. Cabe observar que a questão ambiental não é objeto deste trabalho, entretanto, cabe ressaltar que tanto a voçoroca, provocada pelo desmatamento indiscriminado, quanto a problemática da queimada da cana por ocasião do corte, além da contaminação do solo, tanto no cultivo de cana-de-açúcar, quanto de soja, devido a ampla utilização de defensivos agrícolas, trazem graves consequências do modelo produtivo que imperou e impera na região.

A documentação consultada nos arquivos da Companhia Agrícola Sonora Estância apontam para o fato de a Usina, inicialmente chamada Aquárius, ter sido a primeira usina de produção de álcool projetada no Brasil para a região do cerrado. Em meados de julho de 1978, iniciou-se uma produção experimental, que se efetivou no ano de 1979, e que contava com cerca de 850 funcionários e que já formavam, à época, um pequeno núcleo urbano, residindo em barracos de lona.

De grande relevância para a compreensão da formação social brasileira e, consequentemente, daquela parcela que se constituiu em população migrante e passou a migrar para a região de Sonora, diz respeito ao livro de Gilberto Freyre, "*Casa Grande e Senzala*", em que o autor apresenta as origens da sociedade brasileira a partir da cotidianidade das relações entre nativos, europeus e africanos. Para tanto, empreende um trabalho minucioso de representação das práticas de cada um desses grupos, apontando para um processo de miscigenação que criou um novo modelo cultural específico da sociedade brasileira. Segundo Freyre,

> Uma circunstância significativa resta-nos destacar na formação brasileira: a de não ter processado no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana. (FREYRE, 2001, p. 123-124).

O retrato de brasileiro produzido por Freyre, fruto do processo

de miscigenação, étnica e cultural, parece conduzir a um modelo de interpretação muito parecido com aquele idealizado por Turner, ao estudar a fronteira nos Estados Unidos, quando aponta para o fato de que na fronteira não predominam os hábitos do colonizador, mas forja-se um novo modelo cultural de homem, com traços daquele que colonizou, mecanismo utilizado inclusive para driblar as situações de adversidade que são típicas em regiões de fronteira.

Freyre aponta para esse novo homem que foi forjado no território brasileiro, buscando inicialmente o nativo para garantir seus interesses e, extraindo deste, hábitos que garantiriam sua permanência em terras tão adversas, mais tarde, com a vinda do africano, a quem é atribuída parcela importante da modificação dos hábitos do europeu. Esta dinâmica cultural da fronteira permite que os espaços ocupados no pós-1970, especialmente na região central do país, sejam entendidos como o lugar da relação com o outro, em que o outro é submetido em nome de uma cultura econômica que predominou nestes novos espaços de ocupação.

4. A (RE) OCUPAÇÃO RECENTE DO NORDESTE DE MATO GROSSO

Podemos analisar a história de (re)ocupação da região do Araguaia, a partir de dois aspectos diferentes, ou seja, das localidades que se formaram à beira do rio Araguaia e seus afluentes: São Félix do Araguaia, Santa Terezinha, Porto Alegre do Norte, Santo Antônio e Luciara, sendo estes originados de migrantes dos Estados do Norte e Nordeste do país, datadas do início do século XX, e daqueles municípios mais diretamente ligados à esfera de influência da BR-158, como, por exemplo, Ribeirão Cascalheira, Vila Rica e Confresa. O processo de (re)ocupação dessa região se deu a partir dos projetos de colonização e agropecuários, principalmente por empresas privadas, e pela implantação de assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

A (re)ocupação da região nos permite compreender alguns dos conflitos vivenciados na década de 1970, desde a implantação dos projetos de colonização para Amazônia, durante o período ditatorial, bem como a instauração de empresas agropecuárias com incentivos de órgãos estatais, como a SUDAM, a SUDECO e o Banco do Brasil, que perduram até os dias atuais.

Como assevera João Carlos Barrozo (2009, p. 90), a região do Araguaia foi, desde tempos imemoriais, habitada por diversas sociedades indígenas, como Xavante, Tapirapé, Karajá e Kayapó. Conforme Dom Pedro Casaldáliga, o fluxo de migração para o Araguaia se deu em três momentos distintos, sendo que a dinâmica da população, ao adentrar e ocupar a região, está na base dos problemas de luta e posse da terra, desde a sua ocupação no início do século XX, que persistem até os dias de hoje.

Dom Pedro mostra que, primeiramente, a região teve contato com os migrantes oriundos dos Estados do Nordeste, fenômeno que durou até a década de 1960, quando eles chegavam, atravessavam o rio Araguaia em busca da "Bandeira Verde" (grupos de seguidores da profecia de Padre Cícero), a qual dizia que os "nordestinos" deveriam ir para um hipotético "sertão verde", que foi relacionado, no período, às matas da região do Araguaia, entre outras partes do Brasil. Para essas pessoas, a Amazônia seria o Vale da Promissão, como dito anteriormente. Pelo fato da região não ser um espaço vazio, essa população migrante logo se deparou com os grupos indígenas que residiam no local.

Como demonstra Souza (2010, p. 234), os migrantes do Estado do Maranhão se depararam com o isolamento do Araguaia, o que ocasionou muita estranheza, tendo em vista que não havia a prática de comercialização, sobretudo de alimentos, sendo comum sua troca entre os moradores.

Dom Pedro expõe, em Carta Pastoral, a figura do posseiro, considerado o desbravador da região e indivíduo que vivia à margem da sociedade e atraído pela migração enquanto alternativa para uma vida melhor em um lugar distante. Desse modo, Casaldáliga nos mostra que:

> A maior parte do elemento humano na região é o sertanejo: camponeses nordestinos, vindos diretamente do Maranhão, do Pará, do Ceará, do Piauí, ou passando por Goiás. Desbravadores da região, "posseiros". Povo simples e duro, retirante como por destino numa forçada e desorientada migração, com rede de dormir nas costas, os muitos filhos, algum cavalo magro e uns quatro "trens" de cozinha carregados na sacola. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 06).

Soares fez um estudo acerca dos primeiros movimentos migratórios datados do início do século XX para o Nordeste de Mato Grosso. O autor descreve os caminhos percorridos por esses migrantes e demonstra que sua origem era predominantemente do Sul do Estado do Pará e do Norte do Estado de Goiás (atual Tocantins). Esse fluxo migratório ocorreu concomitantemente, através de dois trajetos, "um pelo rio Araguaia no trajeto Sul do Pará, Nordeste de Mato Grosso, e outro, um traçado terrestre, atravessando a Ilha do Bananal[5] no sentido Leste-Oeste". (SOARES, 2010, p. 255).

A partir da crise do comércio da borracha, em 1914, e consequentemente a queda do seu preço no mercado internacional devido à concorrência com o Oriente, a vida dos povoados do Sul do Estado do Pará, principalmente de Conceição do Araguaia, sofreu uma mudança acentuada na esfera econômica, devido a redução da produção do látex na Amazônia.

Como alega Guimarães Neto (2006), os garimpos de diamantes no Leste mato-grossense, atual município de Guiratinga, atraíram grande número de ex-seringueiros, que subiram o rio Araguaia nas primeiras décadas do século XX em busca de novas atividades laborais. Muitas dessas pessoas que estavam de passagem para os garimpos do Leste mato-grossense, formaram família no Araguaia, como evidenciou a autora:

> Levavam em sua bagagem não só a miséria que se restringia à penúria econômica e à exploração degradante do trabalho, mas a que também pode ser vista em outra dimensão: aquela que pressiona grupos sociais pobres a se deslocarem de um lado ao outro, aprisionados a incessantes construções míticas. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 90).

De acordo com Soares (2010, p. 256), o estabelecimento das primeiras pessoas que migraram para o povoado de Mato Verde (atual Luciara), provém principalmente do Sul do Estado do Pará: Barreira do Santana, Conceição do Araguaia, Furo de Pedras, entre outros. Esses migrantes tiveram como principal via de acesso para o Mato Grosso a navegação pelo rio Araguaia, seus deslocamentos eram realizados geralmente em grupos de familiares.

O segundo trajeto utilizado para chegar ao povoado de Mato Verde foi utilizado a partir de meados da década de 1940, pelas diversas famílias do Norte do Estado de Goiás (atual Tocantins), sendo o movimento realizado a pé ou em tropa, seguindo as trilhas nas matas e campos da Ilha do Bananal. Os migrantes, que vieram principalmente das cidades de Pium, Cristalândia e Porto Nacional, se deslocavam "durante a época do verão (seca), pois os córregos e lagos da Ilha do Bananal enchem muito no inverno (período de chuva), dificultando a travessia". (SOARES, 2010, p. 257).

Na década de 1940 deu-se a ocupação do Araguaia, a partir de seus afluentes: às margens do Tapirapé, ocasião em que surgiu Porto Alegre do Norte, sendo que às margens do rio das Mortes surgiu Santo Antônio. Esses primeiros moradores eram sertanejos oriundos de Goiás, Maranhão e Pará em busca de terras para cultivar e onde pudesse criar seu rebanho. "Viviam praticamente da agricultura de subsistência, da pesca, da caça, da coleta de frutos e da troca entre a vizinhança. Entre eles não haviam delimitação do espaço com marcos e não tinham a preocupação do registro de posse". (SILVA, 2001 apud GONÇALVES; NICOLA, 2002, p. 20).

A principal atividade desenvolvida nos primeiros anos do

povoado de Mato Verde foi a criação de gado, iniciada pelo Sr. Lúcio da Luz[6], aos moldes da agricultura familiar de subsistência, cujo excedente era trocado por mercadorias, como o sal, querosene e tecidos.

Na primeira metade do século XX, o Nordeste do Estado de Mato Grosso já apresentava a criação de vários povoados na margem direita do rio Araguaia: Furo de Pedra (1909), Lago Grande, Crisóstomo, Santa Terezinha, Mato Verde (1934), São Félix do Araguaia (1942) e Porto Alegre do Norte (1946), sendo este último nas margens do rio Tapirapé. Tais povoados se constituíram ao longo do rio Araguaia e ocasionaram "um complexo contato interétnico entre os sertanejos/posseiros e as sociedades indígenas Kaiapó, Xavante, Karajá e Tapirapé". (SOARES, 2010, p. 270).

O segundo fluxo se deu por meio da instauração dos projetos de colonização e assentamento, estimulando a migração de pessoas da região Nordeste e Sul do Brasil. Tais projetos se estabeleceram nos atuais municípios de Confresa (empresa de colonização particular de mesmo nome), Água Boa, Canarana e Querência (COOPERCANA), Santa Cruz do Xingu (COREBRASA) e Vila Rica (empresa de colonização particular de mesmo nome). Nos projetos de colonização localizados no extremo Nordeste de Mato Grosso – Confresa, Santa Cruz do Xingu e Vila Rica –, as colonizadoras não cumpriram com os acordos estabelecidos durante a compra das terras, no que diz respeito à disponibilização de maquinários agrícolas, sendo que algumas nem mesmo possuíam as máquinas. Não havia escolas nem estradas de acesso aos lotes dos colonos. Muitos foram abandonados pelas empresas, sem dinheiro para retornar para o Sul do país (SOUZA, 2009, p. 43).

Vale lembrar, que muitas dessas pessoas vieram para essas novas áreas de fronteira acreditando nas mensagens publicitárias sobre a fertilidade da terra, inexistência de qualquer tipo de conflitos e o apoio de infraestrutura básica para o estabelecimento destas na chamada novas "fronteiras agrícolas". Como assinala Guillen (2006, p. 97), "O trabalho de propaganda política foi fundamental no sentido de congregar esforços para as campanhas que o Estado lançou". A autora também trabalha com alguns aspectos da propaganda totalitária, discutidos por Hannah Arendt:

> Em primeiro lugar, o fato de esse tipo de propaganda anunciar as intenções políticas como profecias. E quando as profecias tornam-se "realidades", tem-se um "álibi retrospectivo". Por outro lado, o uso da propaganda visava não persuadir, mas organizar, ou acumular forças sem o uso explícito da violência (ARENDT, 1979 apud GUILLEN 2006, p. 97).

A atração de migrantes dos Estados do Nordeste se deu num primeiro momento, ludibriados pelos apelos propagandísticos, bem como pela busca pela terra prometida anunciada pelas profecias das "Bandeiras Verdes" de Padre Cícero, como uma forma de encontrar um lugar promissor. Foram também impulsionados por crises sociais, como a fome, seca, procura por terras livres, melhores condições de vida e a questão mítica de que na Amazônia havia a possibilidade de enriquecimento fácil, como considerou Barrozo (2007, p. 130).

A partir do final da década de 1960, com a criação da SUDAM e dos incentivos fiscais para a Amazônia, evidenciou-se no Nordeste de Mato Grosso o terceiro fluxo migratório, com a instalação das empresas agropecuárias que atraíram muitos trabalhadores temporários, conhecidos como peões, gerando conflitos, ainda hoje não resolvidos, pela posse da terra, contra posseiros e índios que estavam fixados na área muito antes da chegada das primeiras migrações de famílias das regiões Norte e Nordeste do país, datadas do início do século XX. Exemplo disso é o povoado de Furo de Pedras, no atual município de Santa Terezinha, cuja fundação, no ano de 1910, contou com a presença das Irmãzinhas de Jesus, Escola e Igreja Católica. Antes da entrada dos empreendimentos agropecuários, também temos na região o estabelecimento de outros dois povoados, hoje municípios, quais

sejam Luciara e São Félix do Araguaia.

Durante a década de 1960 foi aberta a estrada BR-158, ligando São Félix do Araguaia a Cuiabá, e, posteriormente, ao Pará passando por Porto Alegre do Norte, Confresa e Vila Rica. Na década de 1970 foi criada a BR-80, atravessando as terras indígenas no Parque do Xingu, ligando a região de São Félix à rodovia Cuiabá-Santarém. Com abertura dessas estradas, muitas empresas[7] passaram a ocupar grandes faixas de terras no Nordeste de Mato Grosso; muitas pessoas vindas de diversas partes do país passaram a ocupar as faixas de terras ao longo das estradas. A primeira cidade proveniente desse processo foi Ribeirão Bonito (hoje Ribeirão Cascalheira), na década 1970, em seguida, muitos povoados foram se formando às margens das rodovias ou próximos, muitas vezes em terras devolutas, como foi o caso de pequenas cidades, como Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia e Serra Nova Dourada (GONÇALVES; NICOLA, 2002, p. 21).

No final dos anos de 1970 tinham sido aprovados, para os dois únicos municípios do Nordeste de Mato Grosso - Barra do Garças e Luciara, sessenta e seis projetos do Governo Federal e, posteriormente, outros foram criados, como o da Bordon S/A (Frigorífico Bordon); Nacional S/A (Banco Nacional de Minas Gerais), cujo presidente era o então ministro das Relações Exteriores, Magalhães Pinto; o da Uirapuru S/A (do jornalista-latifundiário, David Nasser), entre outros (CASALDÁLIGA, 1971, p. 9).

Os projetos de colonização vieram acompanhados de irregularidades e o próprio governador de Mato Grosso admitiu não ter controle dos títulos emitidos pelo Estado, como nos mostra Casaldáliga:

> No início da década de 60, o Departamento de Terras do Estado (MT) começa a vender adoidadamente as terras que estavam sob seu domínio. A venda é feita tão indiscriminadamente que os títulos expedidos incluem até áreas urbanas e indígenas, como a aldeia Tapirapé e os povoados de Santa Terezinha e Santo Antônio, este no Rio das Mortes. Pode-se dizer que o processo de vendas era de "gabinete". Os interessados podiam comprar até 10.000 ha por preço baixíssimo (Cr$ 7,00 ha). Muitas vezes uma mesma família conseguia vários títulos. (...) o atual Governador, Sr. Garcia Neto, reconheceu que seria preciso invadir os Estados vizinhos se quisesse cumprir com os compromissos assumidos (SEDOC, 1977 apud CASTRO et. al. 1994, p. 71).

O território da Amazônia atraiu grande número de projetos agropecuários, foram mais de 580, a maioria concentrada na região do Araguaia mato-grossense e paraense e no atual Estado de Tocantins. Os Estados de Mato Grosso e do Pará foram os que receberam o maior número de projetos agropecuários aprovados pela SUDAM – mais de 400, 72% do total (OLIVEIRA, 2005, p. 91).

Dentre estes projetos, muitos nem sequer chegaram de ser implantados, como por exemplo, a Agropecuária Suiá-Missu, em São Félix do Araguaia, aprovado pela SUDAM em 1966, e vendida a um grupo multinacional italiano, em 1972. Esse projeto previa a construção de duas cidades: Liquilândia e Suiá. Na futura cidade de Suiá seria construído um aeroporto internacional para transportar a carne bovina para a Itália. Nada foi construído e "no lugar de Liquilândia havia apenas um curral, e no lugar de Suiá só a sede da fazenda". (OLIVEIRA, 2005, p. 92).

Como alega Barrozo, nos povoados da região, como a exemplo em Santa Terezinha, os habitantes eram agricultores e pequenos criadores de gado, os quais praticavam a pesca e a caça como atividades complementares. "Desde o início da ocupação até hoje, parte das terras utilizadas para a criação de gado são terras de uso comum, localizadas nos "varjões", ou áreas alagadiças nas várzeas do rio Tapirapé". (BARROZO, 2009, p. 93).

Este processo de (re)ocupação das terras na região do

Araguaia acarretou o aumento da violência do campo, mortes, torturas de líderes comunitários e militantes da Igreja Católica. Durante esse período, o Araguaia ficou tomado pelo cenário dos conflitos entre os interesses do capital sob o respaldo do Estado, contrapondo-se àqueles que defendiam os interesses dos excluídos na região. Como resultado de tal processo, foram construídas estratégias de resistências e luta pelo território; Foi de grande importância a atuação dos movimentos sociais, em conjunto com a Igreja Católica; que se organizaram e passaram a atuar junto aos posseiros, pequenos proprietários, trabalhadores, migrantes e grupos indígenas.

5 – A CRIAÇÃO DE JUÍNA NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DA FRONTEIRA

A compreensão da dinâmica da fronteira na constituição dos novos espaços pode ser entendida pela ótica de Martins (2009), ao tratar de uma coexistência de tempos históricos, no ambiente da fronteira, "faixas" que se mesclam, interpenetram e que, são faixas muito bem definidas em frente de expansão e frente pioneira, com características distintas.

No artigo *Juína: de projeto de colonização a polo regional,* Joanoni Neto (2008) fala da exploração da região Noroeste de Mato Grosso, espaço de extremamente complexo do ponto de vista da relação de coexistência de tempo históricos. Espaço que, sob o ponto de vista de Martins, caracterizou a fronteira enquanto espaço de degradação do outro, de conflitos e de violências diversas.

Desde meados do século, equipes de exploração já percorriam a região com a finalidade levantar o potencial mineral, madeireiro e eventuais riquezas (JOANONI NETO, 2008).

A presença de seringueiros na região, por exemplo, gerou muitos conflitos com os povos indígenas:

> Um empecilho que se dissipava com a expropriação de suas terras, a dispersão das aldeias, a transferência de populações, doenças e aberta eliminação física, pelo envenenamento, o contágio induzido, a fome e o assassinato, práticas recorrentes, vivas na memória do massacre do Paralelo 11, ocorrido em 1963, em Aripuanã, norte do estado. Presença indígena e expansão da fronteira econômica, inevitavelmente, se encontravam em projetos agropecuários, abertura de estradas, garimpos, construção de barragens e hidrelétricas. (MARTINEZ, 2010, p. 291)

O Massacre do Paralelo 11 talvez se constitua em um dos exemplos mais dramáticos da dimensão da presença incipiente do Estado no espaço da frente de expansão. O caso veio à tona em 1967, mas teria sido praticado em 1965, revelado pelo funcionário da empresa seringalista Arruda e Junqueira, Francisco de Brito. Segundo relato, a empresa organizou duas expedições. Na primeira uma aeronave sobrevoou uma aldeia de índios Cinta Larga e arremessou açúcar misturado com arsênio; em seguida, explosivos foram jogados nas habitações da aldeia. A população indígena que sobreviveu fugiu para a mata (KRÄUTLER, 2008).

A segunda expedição terrestre encontrou os indígenas sobreviventes para dizimá-los. Segundo relato do participante que denunciou o feito, por estar insatisfeito com o não pagamento do serviço prestado, uma índia grávida foi cortada ao meio por golpes de facões pelos jagunços da empresa.

O caso ganhou repercussão internacional, pois foi amplamente denunciado por ONGs, jornais, revistas e ativistas dos direitos humanos, recentemente pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB, 2008) que, ao debater os efeitos da construção de Belo Monte, exemplificou o histórico de desumanidades contra os povos indígenas, relembrando o massacre e denunciando que não existem registros de punições:

> Eu mesmo vi uma fotografia que mostra uma

> mulher indígena presa pelos pés, de cabeça para baixo, ladeado por dois homens brancos com facões. Esquartejaram a mulher. A mera lembrança da foto me causa arrepios. Isso não aconteceu no tempo dos bandeirantes, mas há apenas pouco mais de quarenta anos.(KRÄUTLER, 2008).

A dificuldade de acesso à região que ficava fora do eixo das Rodovias 364 e 163 não atraiu projetos de colonização particulares imediatamente, tanto que a densidade demográfica do Noroeste, em 1980, era de apenas 0,14 hab./km2 conforme constata Vitale Joanoni Neto (2008), com base nos dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) de Cuiabá.

A densidade demográfica bastante reduzida deixava espaços livres para práticas diversas de desumanidades, de ocupação de lotes de terras por posseiros, ficando a população desassistida pelo poder público.

No início dos anos de 1970, uma série de ações conjuntas entre governo estadual e federal começou a inserir uma nova dinâmica à região, caracterizando o início da construção de uma frente pioneira.

Em 1972, a Lei nº 3.307, de 18 de dezembro, reservou extensas aéreas de terra devolutas da região à Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso (CODEMAT), com a finalidade de desenvolver projetos de colonização. O projeto Juína, nasceu em 1976 e foi consolidado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 17 de setembro de 1978, por meio da portaria n. 907. Em 10 de junho de 1979, a Lei 4.038 criou o distrito de Juína e, já em 9 de maio de 1982, a Lei 4.456 desmembrava Juína de Aripuanã, criando o município.

Em termos urbanos, um projeto bem organizado foi traçado, uma cidade dividida em módulos, cada um com 35 hectares e cada módulo foi redividido em quadras que, por sua vez, foram subdivididas em lotes de tamanho regular, medindo cerca de 20 metros de largura por 40 metros de extensão. Ainda hoje é possível perceber na cidade esse traçado.

No plano rural, os lotes foram vendidos a preços relativamente acessíveis e parcelados, cada um com extensão territorial variando entre 30 e 40 hectares.

A idealização da cidade de Juína também pode ser associada a uma série de fatores, dentre os quais, a conjuntura política, econômica e social pela qual o Brasil passava. Sobre esse aspecto, podemos mencionar parte da situação pela qual a região Sul do Brasil passava, visto que enfrentava, nas décadas de 70 e 80, graves problemas de contingente populacional, em especial nos centros urbanos, formando ao redor das grandes cidades um grande cinturão de miséria (JOANONI NETO, 2007).

Desta forma, assim como os projetos empreendidos no Norte, o projeto Juína estava inserido em uma política nacional de desenvolvimento oficial, que pretendia, dentre outros objetivos, desafogar as tensões sociais do Sul e Sudeste por meio do alargamento das fronteiras da Amazônia. A possibilidade de que o projeto tenha tido uma segunda intencionalidade, mas diretamente ligada às jazidas de diamantes da região, não invalida essa proposição.

É importante lembrar que a ocupação do Norte e Nordeste de Mato Grosso está inserida no contexto macro de tensões sociais no Sul e Sudeste e pode ser compreendida na perspectiva dos militares, como uma ação do governo no sentido de ocupar "terras livres". O Noroeste de Mato Grosso, bem como de outras regiões locais e de outros estados, serviam como "válvula de escape", para aliviar as tensões socais e políticas do sul e sudeste do país. Na lógica do governo Civil-Militar, talvez um retorno ao conceito de Turner (WEGNER, 2004), de que o deslocamento de contingentes populacionais, pudesse sanar ou pelo menos amenizar o contexto de crise social e econômica nessas regiões.

A presença de particulares foi determinante na maioria dos projetos. No entanto, provavelmente não teria se viabilizado sem uma intensa atuação do Estado. A política de colonização dos militares, inserida em uma espécie de reforma agrária, por meio da

ocupação de terras devolutas, poderia ser analisada nos termos de construção de um novo contexto, forjada pelo herói colonizador e pelo governo, em busca da promoção do desenvolvimento econômico via ocupação das áreas consideradas como devolutas, pouco habitadas ou mesmo desocupadas por populações não indígenas.

É importante ressaltar que os povos indígenas que ocupavam esses locais foram praticamente ignorados pelos projetos de colonização. No caso de Juína, os Cintalarga, Rikbaktsa e Enawenê-nawê possuem reservas que ocupam 62% do território do município, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao tratar esses espaços como terras livres e ignorar todas as desumanidades que foram cometidas contra os povos indígenas, inclusive no Massacre do Paralelo 11, como retratado anteriormente, o governo potencializou a dívida histórica e social para com os povos indígenas.

É preciso atenção e determinados cuidados, com essa análise de perspectiva de fronteira, pois, estudos demonstram que uma coisa era a pretensão dos militares, e outra a realidade social gerada pelo empreendimento. Como nosso foco central são os aspectos sociais, a situação de degradação, conflitos, incertezas do cotidiano do encontro entre a colonização e o garimpo, estão mais próximas do ambiente de fronteira, tão debatido por José de Souza Martins (2009).

A colonização de Juína, considerada de grande sucesso pelos empreendedores do projeto, sobretudo pela rapidez na venda dos lotes, mudava a dinâmica social, econômica e cultural da região. Pioneiros, representando os agricultores, e empreendedores atraídos pelo projeto de colonização adquiriram lotes de terra ou compraram terrenos no núcleo urbano para dedicar-se a alguma atividade econômica, seja extração de madeira ou comércio, dentre outras, e posseiros, seringalistas, madeireiros, representando os tempos de expansionismo, se colocavam diante de vivências diversas, se misturavam no mesmo ambiente e tempo. Vale lembrar novamente que os povos indígenas, provavelmente, foram os maiores prejudicados por encontro de mundos e tempos distintos.

A propaganda realizada na região Sul traçava perfil promissor do Noroeste, o que, sem dúvida, teve importância fundamental no sucesso do empreendimento imobiliário. Na edição de 7 de abril de 1978, o jornal "A Folha de Londrina" anunciava os encantos do projeto, e, dessa forma, vendeu os sonhos para muitos agricultores e trabalhadores em dificuldades.

Ano	Quantitativo de lotes comercializados
1978	265
1979	872
1980	934
1981	527

Fonte: Vitale Joanoni Neto. Em Juína de projeto de colonização á polo regional. p. 55-57

A propaganda contribuiu e os lotes foram rapidamente vendidos e a região ocupada, as primeiras casas construídas, as estradas sendo abertas, mesmo com todas as precariedades. Dificuldades de acesso ao núcleo urbano cercado por floresta em todas as direções, de abastecimento, conflitos, assistência técnica, comércio da produção, etc. Os depoimentos deixam transparecer os desafios, "(...) reuníamos duas ou três famílias, fretava uma C-10, para fazer comprar em Vilhena, agente comprava tudo de fardo, porque era longe e aqui não tinha quase nada pra vender, e o que tinha, custava os olhos da cara" (ALBINO, Zenir Pires, entrevista, Juína-MT, 25 de janeiro de 2012).

Os tempos mesclavam a modernidade estampada dos primeiros veículos e tratores da cidade, com os fogões à lenha

presentes em quase todas as residências de madeira do núcleo urbano, e barracos de lona preta e folhagem de palmeiras, tão comuns nos sítios e chácaras da zona rural, também estava presentes no recém-criado núcleo urbano.

Os anos que se seguiram após o início da venda de lotes (1978) contribuíram com algumas melhorias na cidade, mas o acesso e o abastecimento permaneciam como desafios. O abastecimento de combustível, de gêneros laticínios e carne, dentre outros, continuava sendo um grave problema. Rogério Veronese, que chegou à cidade criança, em 1980, conta que:

> Eu era responsabilizado pela minha mãe de vir, uma vez por semana, até aqui na cidade comprar carne. Nós morávamos numa chácaraque fica cerca de 2500 metros aqui de onde é a parte central da cidade, mas ainda é uma área de chácara, onde aqui eram as casas da colônia da serraria que foi montado pelo meu avô, pelos meus tios, pelo meu pai. Então eu era responsável por vim duas vezes por semana, três vezes por semana, buscar carne na cidade. Eu me lembro, que era uma situação, pra mim, bastante ruim porque eu tinha medo de vir porque eu tinha que atravessar, uma estrada já aberta, mas eu tinha que atravessar por dentro de uma mata, eu tinha um pouco de medo. Eu me recordo que às vezes eu chegava, no açougue e não tinha carne, e aí o proprietário do açougue, que na verdade não era um açougue, era uma simples casa que a carne vinha a cada dois, três dias vinha do estado de Rondônia, município de Vilhena, vinha de avião, e a carne era cortada no toco. Então se escolhia o pedaço, apontava com o dedo, ele colocava o pedaço maior num toco de madeira grande, descia o machado em cima, então aquele era o pedaço que ia levar, os arremates ele fazia com a faca ali, você levava nunca uma carne específica, você levava um misto de carne ali, cortado com o osso pelo machado e as demais carnes ali realmente daquela forma. Então, isso me lembrava muito pelo fato, da dificuldade então. A minha família também caçava na época pra poder fazer então subsistência, pela dificuldade de encontrar carne aqui na cidade, às vezes ficava até uma semana sem poder vir carne pra cá de avião ou mesmo de carro, tinha uma dificuldade pra vim pela distância então vinha mais frequente de avião. (VERONESE, Rogério, entrevista, Juína-MT, 26 de janeiro de 2012)

Nos anos que se seguiram a 1978, um intenso duelo foi travado entre as condições da expansão VERONESE e a frente pioneira VERONESE representada nos sonhos de muitos que vieram para Juína, enfrentaram dificuldades diversas.

O passar dos meses e anos promovia uma batalha entre os elementos de modernização e as estruturas arcaicas, típicas do encontro entre a frente de expansão e a frente pioneira (MARTINS, 2007). Em 1986, momento do início do fluxo do garimpo, o acesso continuava sendo um problema, visto que a cidade e a abertura de frentes agrícolas e madeireiras avançava (SANTOS, 2012).

As notícias da existência dos garimpos de diamantes em Juína, anunciada pelo jornalista José Soares Cardoso, diretor do Guiapress de Comunicação e Publicidade LTDA, em agosto de 1987, através da reportagem "*É hora de se prestar esclarecimento ao povo de Juína, de Mato Grosso e do Brasil*", tornava conhecida em toda região o potencial de riquezas que os garimpos de Juína ofereciam. O jornalista expressava sua indignação com o fato de os diamantes de Juína serem explorados e levados pelas multinacionais, sem que a população local usufruísse de seus possíveis benefícios. Ele utiliza o termo "riqueza fantástica" (CARDOSO, 1987, p. 6). As notícias rapidamente se espalharam pelo estado e fora dele, atraindo milhares de garimpeiros para a região.

Quando os estes começaram a chegar de várias partes, muitos colonos já estavam desanimados com as dificuldades e os infortúnios da prática agrícola na região, e também se lançaram na aventura do garimpo.

O garimpo movimentou a economia, atraiu os trabalhadores colonos para as frentes de exploração diamantíferas, para o comércio de pedras e produtos que abasteciam as vilas garimpeiras; no entanto, agravou o já precário atendimento ao sistema de saúde, piorou as condições das estradas e potencializou a violência. Os diversos relatos falam de uma média de 6 a 8 mortes violentas por semana, resultantes de muita bebida, jogatina e prostituição, "(...) tinha muito peão rodado, tinha muita mulher que era de todo mundo e às vezes o peão achava que era só dele e ficava enciumado. Toda semana era na base de 6 a 8 mortes, aqueles catriados estão cheios de ossada de peão". (SOUZA, Edevaldo de, entrevista, Juína-MT, 10 de novembro, 2010).

Durante os anos nos quais garimpeiros e colonos conviveram no mesmo espaço, a fronteira Noroeste vivenciou grande complexidade social, típica das fronteiras, mas que nos ambientes onde garimpeiros e colonos coexistem tornaram-se ainda mais evidentes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da (re)ocupação da Região Central do Brasil permite-nos concluir que esse desenvolvimento econômico trouxe em seu bojo as marcas de uma contradição social, cultural e econômica na qual as incoerências se expressam em um quadro de desemprego em região de tantas terras agricultáveis, além de um cenário de degradação ambiental e esquecimento histórico dos grupos indígenas e de comunidades quilombolas que habitavam a região, em períodos bem anteriores a ocupação pós 1970.

A decorrência desses projetos de modernização foi a ampliação das grandes propriedades, cultivadas por trabalhadores migrantes, com pouco acesso aos benefícios desse progresso, caracterizados pela itinerância e pela superexploração de seu trabalho. Esses trabalhadores são atores e não apenas vítimas, esses homens e essas mulheres, por mais pobres que sejam não são inertes ou incapacitados, são atores presentes no cotidiano das terras que apareciam nos discursos oficiais como "espaços vazios" para os diversos governos e seus projetos de interiorização do Brasil.

Os projetos dos governos militares, no afã de controlar a propriedade e construir novas cidades, promoveram os deslocamentos de homens e mulheres que, vitimados pela precariedade de seu autossustento e de seus instrumentos de trabalho, tornaram-se corpos, vozes e gestos que acabaram denunciando a falência desses "grandes" projetos aplicados ao mundo rural brasileiro.

NOTAS

[1] Denominam-se bandeirantes os sertanistas do Brasil Colonial, que, a partir do início do século XVI, penetraram nos sertões brasileiros em busca de riquezas minerais, indígenas para escravização ou extermínio de quilombos.

[2] Empresa de aviação civil, falida nos anos de 1960, depois do Golpe de 1964. A Panair do Brasil S.A. foi uma das companhias aéreas pioneiras do país. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires), em 1929. Incorporada pela Pan Am em 1930, teve seu nome modificado de Nyrba do Brasil para Panair do Brasil, em referência à empresa controladora (Pan American Airways). Por décadas dominou o setor de aviação no Brasil. Encerrou suas atividades abruptamente em 1965, por determinação do governo militar. Informações obtidas no site: http://www.panairvirtual.com.br/.

[3] Beat Rolf Stucki. Entrevista concedida em agosto de 2010.

[4] Entrevista cedida por Beat Rolf Stucki em agosto de 2010.

[5] A Ilha do Bananal é considerada a maior ilha fluvial do mundo, situa-se no estado do Tocantins, na divisa com Mato Grosso. Formada pelo rio Araguaia, estende-se por 320 km com uma largura máxima de 55 km. Um terço da área corresponde ao Parque Nacional do Araguaia, fundado em 1959, e o restante cabe à reserva indígena, onde vivem os índios Javaé e Karajá. Disponível em: http://www.emdiv.com.br/pt/brasil/obrasil/1824-ilha-do-bananal-a-maior-ilha-fluvial-do-mundo.html. Acesso em: 24 mai. 2011.

[6] Considerado o fundador da cidade de Luciara cujo nome é atribuído em sua homenagem e ao rio Araguaia.

[7] Na Tabela 2 em Anexos, pág. 168, relacionamos os nomes e o tamanho das áreas dessas empresas.

REFERÊNCIAS

BARROZO, João Carlos (Org). **Mato Grosso**: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

BARROZO, João Carlos. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, João Carlos (Org). **Mato Grosso**. Do sonho á utopia da terra. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 15-26.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. **Esperando o Trem**: sonhos e esperanças de Cuiabá. São Paulo: Scortecci, 2005.

BRASIL. **Constituição Federal de 1891**.

_____. **Lei Ordinária Nº 1.806.** Dispõe Sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, Cria a Superintendência da Sua Execução e da Outras Providencias. Diário Oficial da União de 06 de Janeiro de 1953.

_____. **Decreto Nº 59.428**. Regula como será feito o acesso a terra. Diário Oficial da União de 27 de Outubro de 1966.

_____. **Lei Complementar Nº 31**. Divide o Estado do Mato Grosso, formando o Estado do Mato Grosso do Sul. Diário Oficial da União de 11 de Outubro de 1977.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social**. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

CASTRO, Sueli Pereira e outros. **A Colonização Oficial em Mato Grosso:** "a nata e a borra da sociedade". 2. ed. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**.São Paulo: Nova Cultural, 2003.

CRULS, Luís. **Planalto Central do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração**: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX. Cuiabá: Carlini&Caniato/EdUFMT, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

JOANONI NETO, Vitale. **Fronteiras das Crenças**: Ocupação do Norte

de Mato Grosso após 1970. Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Cianato, 2007.

KNAUS, Paulo. **O Oeste Americano** – Quatro ensaios de história dos Estados Unidos. De Frederick Jackson Turner/Paulo Knaus (Org.). trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça – Niterói: EdUFF, 2004.

KRÄUTLER, Dom Erwin. **Os povos indígenas do Xingu e a usina hidrelétrica de Belo Monte.** Disponível em http://www.cnbb.org.br/site/articulistas/dom-erwin-kraeutler/2583-os-povos-indigenas-do-xingu-e-a-hidreletrica-belo-monte. Acessado em 13 de maio de 2012.

MARTINEZ. Paulo Henrique. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – **CEDAP**, v. 6, n. 2, p. 287-291, dez. 2010.

MARTINS. José de Souza. **Fronteira**: A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS. Julio Cesar dos. **Garimpos de Juína**: Entre Histórias, Relatos e Memórias. Dissertação de mestrado. Orientação: JOANONI NETO, Vitale. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Novembro de 2012.

SOARES, Luiz Antonio Barbosa. Trilhas e Caminhos: povoamento não indígena no Vale do Araguaia, parte Nordeste do Estado de Mato Grosso, na primeira metade do século XX. In: **Mato Grosso**: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX). BARROZO, João Carlos (Org). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EDUFMT, 2010.

SOUZA, Maria Aparecida Martins. A luta pela permanência na terra: a resistência dos posseiros de Santa Terezinha. In: **Mato Grosso**: A (re)ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade.** 2002. pp. 1-11. Disponível em :<http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf> Acessado em 21/06/2011.

WEBER, Max. **Textos Selecionados**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

ZORZATO, Oswaldo. **Conciliação e identidade**: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. Tese (Doutorado em História) São Paulo, 1998.

Folha de Londrina, Londrina-PR, edição de 7, abril de 1978.

O Poder Noticioso. Juína-MT, primeira quinzena de maio de 1987.

Tribuna de Juína, Ano I, Edição Especial, maio de 1995.

Entrevistas:

Zenir Pires Albino, entrevista, Juína-MT, 25 de Janeiro de 2012.

Rogério Veronese, entrevista, Juína-MT, 26 de Janeiro de 2012.

Edevaldo de Souza, entrevista, Juína-MT, 10 de novembro, 2010.

Beat Rolf Stucki, Sonora – MS, agosto de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

ACERVO, HISTÓRIA E MEMÓRIA DE TEFÉ/AM: RELATO DE UM PROJETO DE PESQUISA

Alcemir Arlejean Bezerra Teixeira
Mestre em História Social pela UFAM
Professor Assistente da UEA/CEST
ateixeira@uea.edu.br

Luciano Everton Costa Teles
Mestre em História Social pela UFAM
Professor Assistente da UEA/CEST
lucianoeverton777@hotmail.com

Tenner Inauhiny de Abreu
Mestre em História Social pela UFAM
Professor Assistente da UEA/CEST
tabreu@uea.edu.br

RESUMO

O texto em tela tem como finalidade apresentar a natureza do projeto de pesquisa intitulado "Acervo, história e memória de Tefé/AM", aprovado no âmbito da FAPEAM. O projeto tem como foco o acervo histórico de Tefé. Este acervo, formado ao longo de décadas, absorveu documentos de Tefé e também de regiões do Alto e Médio Solimões, em virtude da posição estratégica desta cidade, assumida desde épocas coloniais. Neste sentido, parte da história dessa região amazônica encontra-se materializada nesses documentos. Assegurar o acesso aos mesmos significa difundir a história e memória da região.

Palavras-chave:Acervo. História. Memória. Tefé - AM.

ABSTRACT

The screen text is to present the nature of the research project titled "Collection, history and memory Teffe / AM" approved under FAPEAM. The project focuses on the historical collection of Teffe. This collection, formed over

decades, absorbed Teffe documents and also the Upper and Middle Solimões, due to the strategic position of the city, assumed since colonial times. In this sense, part of the history of the Amazon region is embodied in these documents. Ensure access to the same means to disseminate the history and memory of the region.

Keywords: Collection, History, Memory, Tefé-AM.

INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 2013, o curso de História da Universidade do Estado do Amazonas, Unidade de Tefé, submeteu um projeto à FAPEAM, intitulado "Acervo, História e Memória de Tefé/AM".[1] O objetivo central do projeto caminhou no sentido de difundir e democratizar o acesso ao acervo por meio de ações de higienização, organização, catalogação e digitalização dos seus documentos.

Cabe destacar que a documentação que compõem o acervo é significativa do ponto de vista histórico, uma vez que Tefé, desde tempos coloniais, como Missão e vila de Ega, caracterizou-se como espaço estratégico, abarcando, por essa condição, interesses e questões que faziam parte não somente de Tefé, mas da região do Alto e Médio Solimões.

Com efeito, documentos que versam sobre a região e que remontam aos séculos XIX e XX encontram-se no acervo, localizado no Prédio da Rádio Rural, sob a guarda da Prelazia. Estes documentos referem-se à história das cidades e regiões localizadas na calha do Solimões, mas também de seus afluentes. Cidades, como Santo Antônio do Içá, Amaturá, Fonte boa, Tefé e outras, são mencionadas em documentos (que trazem aspectos históricos).

Dada à dimensão e importância do acervo que contém, inclusive, documentos em francês e holandês, a intervenção proposta surgiu no sentido de organizá-lo e democratizá-lo. Este artigo visa apresentar os passos a serem realizados em busca desse processo.[2]

A IMPORTÂNCIA DO ACERVO DOCUMENTAL DE TEFÉ

Não é recente a importância geográfica e socioeconômica de Tefé para a região do Solimões. Cidade cuja posição se configurou estratégica para distribuição de pessoas e produtos, direcionados às cidades localizadas na calha da região do Médio e Alto Solimões e nos afluentes aí localizados, caracterizou-se por ser um importante entreposto administrativo e comercial.

Interessante visualizar que esta característica de Tefé remonta ao período colonial. Alvo de ações missionárias, sobretudo dos jesuítas (Espanha) e carmelitas (Portugal), e de disputas territoriais entre Portugal e Espanha (SANTOS 2002; UGARTE, 2001), ambos buscando assegurar este espaço estratégico para a irradiação e consolidação do processo colonizador europeu (BOXER, 1997; MAXELL, 1996).

Com efeito, a história da cidade de Tefé em suas "origens" mais longevas se confunde com a atuação missionária da Igreja Católica na então Amazônia Colonial. A região do rio Solimões foi ocupada pela Coroa portuguesa em virtude da presença dos jesuítas espanhóis na área. O nascedouro da cidade esteve ligado à Missão de Santa Tereza D'Avila, fundada pelo então padre jesuíta Samuel Fritz, na barra do rio Tefé, em 1688.

Arthur Reis destacou a figura do jesuíta Samuel Fritz e a atuação missionária dos espanhóis na área do rio Solimões. A raia de ação do missionário se estendia até o rio Negro. Entre os rios Javari e Negro, havia quatro grandes postos missionários. Por volta de 1691, carmelitas portugueses iniciaram uma reação para frear a influência espanhola na região do vale amazônico, fato que, de acordo com o autor, tem seu ápice em 1710 quando foi "de vez, sacrificado o trabalho dos loyolistas de Fritz, incorporando-se a imensa faixa de terra onde operavam à colônia de Portugal no vale" (1999, p. 130):

> A maior aventura portuguesa na Amazônia nesta fase da implantação colonial, e cuja execução deu-se à luz das conveniências do patrocínio filipino, foi a viagem comandada pelo capitão Pedro Teixeira (1637-39). Foi o derradeiro e decisivo empreendimento antes da ruptura da União Ibérica, a partir do qual, depois de 1640, vieram á tona os litígios fronteiriços entre os domínios espanhóis e os novos domínios portugueses. (UGARTE, 2001, p. 206).

Mesmo após Portugal ter assegurado uma porção significativa do território localizado a oeste do Tratado de Tordesilhas (1494) – que determinava que as terras eram espanholas, espaço onde Tefé estava localizada – e ter transformado a Missão em Vila de Ega, na segunda metade do século XVIII, uma vez que a política de Mendonça Furtado era denominar as vilas a partir de nomes portugueses (REIS, 1999, p. 133), esta localização não perdeu sua força e importância estratégica.

Até mesmo no processo de demarcação de limites, as autoridades responsáveis tinham como posto de trabalho a Vila de Ega (Tefé), local onde as atividades burocráticas, administrativas e de campo acerca da demarcação eram realizadas (REIS, 1999).

Com efeito, após o processo de emancipação política do Brasil, o regime monárquico implantado e a consequente Proclamação da República, a cidade de Tefé não perdeu esta importância. Só para citar um exemplo mais próximo, tem-se a ordem dos espiritanos, que marcaram presença na região no final do século XIX até os dias atuais, destacando-se pelas ações missionárias na região.

Por essa trajetória histórica, muitos documentos produzidos no decorrer desse processo e ao longo do tempo encontram-se presentes ainda hoje. Resistindo as adversidades características da região amazônica, em especial o calor e a umidade que favorecem processos de deteriorização, e as condições precárias de organização e catalogação, os documentos chegaram até a atualidade, em especial os dos séculos XIX e XX.

O acervo é importantíssimo, pois se encontram documentos relacionados a batismo, casamentos, periódicos e demais peças documentais que evidenciam aspectos históricos das regiões do Médio e Alto Solimões.

Sabe-se que o acervo é vasto, pois abrange uma área significativa, pois os documentos históricos que resistiram ao tempo referem-se a regiões e localidades que se transformaram atualmente em cidades, como Tonantins, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Fonte Boa, Uarini, Tefé, entre outras. Até porque no século XIX, segundo Reis, pela Divisão do Código do Processo, de 1833, Tefé ficou sendo a única vila do rio Solimões, com fronteiras absorvendo a José do Javari e São Paulo de Olivença, os lugares de Alveollos, Alvarães, Fonte Boa e Nogueira (1999, p. 141-143).

Nesse sentido, o presente estudo surgiu tendo como foco central a higienização, organização, catalogação, digitalização e difusão desse acervo histórico.

O PROJETO: METAS E ATIVIDADES

O projeto teve início no mês de agosto de 2013. E para atingir os objetivos propostos, algumas ações específicas acabaram se constituindo como fundamentais, entre elas estabelecer processos de higienização do acervo histórico de Tefé. A meta é higienizar 100% do acervo histórico existente, a partir de um plano de ação materializado num *cheque list* para acompanhar a execução do trabalho, com prazo estipulado em 8 meses (de agosto a dezembro de 2013 até março de 2014).

Além disso, faz-se necessário identificar e organizar os documentos que compõem o acervo, por séculos, localidades e temáticas e, neste ponto, a meta é sistematizar e apresentar ao público em geral, em especial aos pesquisadores, o que existe no

acervo. Tal atividade, em algum momento concomitante a higienização, está programada para 14 meses (de novembro a dezembro de 2013 até dezembro de 2014).

Este processo resultará na construção de catálogos de identificação e caracterização dos documentos para serem disponibilizados para aqueles que querem se inteirar do que existe no acervo, com prazo previsto para 12 meses (de fevereiro de 2014 a fevereiro de 2015).

Por fim, digitalizar os documentos mais deteriorados e mais significativos historicamente e democratizar o acesso ao acervo por meio de sua organização e difusão (de janeiro a agosto de 2015, totalizando 8 meses) constitui-se o último objetivo e meta a ser alcançada.

No total, e seguindo a sequência e o prazo para cada atividade (as atividades estão articuladas e algumas acontecerão concomitantemente), serão 24 meses de ações visando difundir e democratizar o acervo histórico de Tefé.

O PROJETO: MATERIAIS E MÉTODOS

Método são as ações e/ou procedimentos ordenados que devem ser realizados para que algum objetivo seja atingido (CARDOSO, 1981, p. 64). Neste sentido, as ações a serem desenvolvidas visando atingir os objetivos traçados no projeto: localização do acervo e realização de um processo diagnóstico, destacando as condições de acomodação e organização dos documentos; realização do processo de higienização dos documentos, concomitante ao processo de organização; catalogação e caracterização dos documentos existentes no acervo; digitalização dos documentos mais importantes historicamente presentes no acervo e difusão e democratização do acervo.

Cabe destacar que no processo de difusão e democratização do acervo de Tefé haverá um momento, no fechamento do projeto, de apresentação do acervo às comunidades do Médio e Alto Solimões, em especial Tefé, e daquilo que foi realizado em seu espaço, em especial as ações presentes nessa proposta de pesquisa.

Além disso, por semestre, serão apresentadas às comunidades locais, no espaço do acervo, palestras iluminando a importância histórica dos acervos e sua relevância para a construção da história e memória local.

Para desenvolver o projeto, a composição da equipe ficou assim definida: três professores e três bolsistas.[3]

Os materiais necessários que serão utilizados na higienização correspondem as máscaras e luvas descartáveis e pincéis para higienização. As luvas e máscaras serão também utilizadas quando do processo de organização do acervo.

Na catalogação, computador completo, papel A4, cartuchos e impressoras para construção e impressão do catálogo, que será feito como base nas normas brasileiras de construção arquivística. Por fim, *scanners* para digitalizar os documentos, sobretudo os mais deteriorados pelo tempo e com importância histórica de peso.

Cabe destacar que as fontes paroquiais são importantes pistas a respeito da complexidade das relações sociais presentes durante o século XIX. Os historiadores sociais têm explorado, mesmo que de maneira menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. Estes compõem as únicas coleções seriadas que se possui para uma abordagem da História Social. Na historiografia internacional já se possui larga tradição nas pesquisas de história demográfica e das famílias.

As fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. Paróquias e Cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase individualizada. Esses relatos, por conta da influência da sociedade católica, transformavam-se em livros de batismos, de habilitações de casamentos, livros de óbitos e nestes papéis, encontramos informações preciosas tais como, nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título), moradia, status social.

As possibilidades analíticas que se abrem a partir da coleta, catalogação e indexação de tais fontes, aumentam consideravelmente a capacidade da história aprofundar os conhecimentos das relações sociais do Amazonas no período provincial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente projeto de pesquisa, em fase inicial, em especial no processo de identificação e higienização do acervo, vem buscando se consolidar na área visando transformar as ações no acervo e os documentos presentes nele objetos de estudo que contribuam para a revisão e o enriquecimento da história da Amazônia.

NOTAS

[1] Em especial a linha de pesquisa História Social, a qual o coordenador e os dois pesquisadores do projeto fazem parte.

[2] Cabe destacar que alguns trabalhos via iniciação científica, financiado pela FAPEAM, e de extensão, via PROGEX/UEA, tem já mobilizado esforços no sentido de realizar ações neste sentido. Nesta esteira, esta proposta também foca na ampliação e intensificação deste processo sumamente importante para a preservação da história e da memória da região Amazônica.

[3] Sob a guarda da Prelazia de Tefé, o acervo, hoje localizado na Rádio Rural de Tefé, vem passando por sistemáticas ações no sentido de higienização, organização e catalogação, por meio de um grupo de professores e estudantes da Universidade do Estado do Amazonas que por meio de projetos de Iniciação Científica, com financiamento da FAPEAM, e de extensão (PROGEX/UEA), tem mobilizado esforços neste sentido. No projeto estão envolvidos os professores Alcemir Teixeira, Tenner de Abreu e Luciano Teles e os alunos bolsistas Tamara Prado Rodrigues, Gracilane Arantes Damasceno e Mara dos Santos de Lima.

REFERÊNCIAS

BOXER, Charles. **O Império Ultramarino Português**. Lisboa: Edições 70, 1977.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHAUÍ, Marilena. Política Cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/ Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 37-46.

CHUVA, Márcia (org.). **A invenção do patrimônio**: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: EdUFRJ; IPHAN, 1996.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, vol. 25, n. 2, 1995.

LE GOFF, Jacques. Documento/ Monumento. In: _____. **História e memória**. 3. ed. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: EdUNICAMP, 1994, p. 535-553.

LEMOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico**. 2. ed. São Paulo:

Brasiliense, 2000.

MAXWELL, Kenneth. **O Marquês de Pombal**. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

MURTA, Stela Maris & ALBANO, Celina (ORGS.) **Interpretar o patrimônio**: um exercício do olhar. Belo Horizonte: EdUFMG; Território Brasilis, 2002.

OLIVEIRA, Almir Félix Batista de. **Memória, história e patrimônio histórico**: políticas públicas e a preservação do patrimônio histórico. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE. Recife, 2002.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**. vol. 2, nº 3, p. 3-15 Rio de Janeiro, 1989.

REIS, Arthur Cézar Ferreira. **Manáos e outras Villas**. 2ª. ed. rev. Manaus: Governo do Estado do Amazonas/ Secretaria de Estado da Cultura e Turismo/ Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

OBJETOS, MEMÓRIA E IDENTIDADE: A HISTÓRIA DE LYUBA DUPRAT – RIO GRANDE, RS

Olivia Silva Nery
Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Pelotas
Historiadora
olivianery@gmail.com

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira
Doutora em História
Professora do Programa em Memória Social e Patrimônio Cultural
Universidade Federal de Pelotas
leticiamazzucchi@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de discutir as relações entre objetos, memória e identidade. Os objetos podem ser entendidos como documentos e, desta forma, como fontes de pesquisa, como narradores da nossa história e cultura. São ferramentas que auxiliam na construção da nossa identidade e da nossa imagem. Nesse sentido, o trabalho vai apresentar os resultados parciais da pesquisa de dissertação de mestrado que estuda os objetos que pertenceram à Sra. Lyuba Duprat, e a relação destes objetos com a construção da memória e identidade da Mademoiselle Lyuba Duprat, epíteto pelo qual ficou conhecida essa professora de francês na cidade do Rio Grande-RS. A Sra. Lyuba Duprat foi professora de francês e cultura artística, ensinou a língua e cultura francesa, até pouco antes de sua morte, aos 95 anos. Neta de franceses foi enviada pelos pais para estudar na França, em 1912, a língua considerada por ela como sua "língua natal". No retorno ao Brasil, junto com o aprendizado da língua francesa, Lyuba trouxe aquilo que representava como "a cultura europeia" que ensinou para seus alunos. Os costumes franceses eram estampados em seu modo de vestir, andar e falar. Esses objetos foram importantes para a construção da sua identidade e marcaram a memória de muitos de seus amigos e ex-alunos. Hoje, parte desses objetos pertencem a três instituições memoriais, o Museu da Cidade do Rio Grande, a Sala de Docu-

mentação Lyuba Duprat e a Fototeca Municipal Ricardo Giovanini, que salvaguardam não só os seus objetos e fotografias como também suas memórias e histórias. A análise parcial desse acervo mostra uma forte capacidade de evocação memorial pelos seus amigos e ex-alunos, e também a importância que esses objetos tinham em sua vida cotidiana. Sendo assim, percebe-se que os objetos são detentores de histórias, de trajetórias que ligam pessoas e lugares, demonstrando que a cultura material pode servir como documento e fonte de análise para interpretar a biografia do próprio objeto e a biografia de pessoas, como é o caso da Mademoiselle Lyuba Duprat.

Palavras-chave: Objetos. Memória. Professora Lyuba Duprat.

ABSTRACT

The objective of this paper is to discuss the relationship among objects, memory and identity. The objects can be understood as documents and then as research source, as teller of our history or culture. The objects are tools that assist in the construction of our identity and our image. In this way, this paper present some partial results of a master degree research that study some objects that belonged to Mrs. Lyuba Duprat, and the relationship of those objects with the Mademoiselle Lyuba Duprat memory and identity construction, epithet that she was known in the Rio Grande city, Rio Grande do Sul State. Mrs. Lyuba Duprat was a teacher of french language and culture. She teaches until near of her death. Granddaughter of French, she was sending to France at 1912 for learning French, that she considers her "birth language". When she came back to Rio Grande she brings, with the language, all French culture, that she would teach in the city. The French culture was stamped in the way that she dressed and walked. The objects that she used were very important to construct her identity and printed the memory of most her students. Today, part of these objects belongs to three memorial institutions: Museum of Rio Grande, Lyuba Duprat Documentation Room and Fototeca Municipal Ricardo Giovanini., These institutions take care not only objects and photos, but also their memories and histories. The partial analysis of these objects shows a strong capacity of memorial evocation by her friends and students, and also shows the importance that the objects had in her life. In this sense, it is possible to note that the objects possess histories that connect people and places. This research demonstrate that material culture could be used as document and source to study the biography of the object and the biography of people in the objects, like Mademoiselle Lyuba Duprat.

Keywords: Objects. Memory. Lyuba Duprat.

1. MEMÓRIA, MEMÓRIAS

Em um conceito amplo e simples, a memória é algo que se constrói depois do ocorrido, a *posteriori*, é a relação do homem com o tempo, é aquilo que guardamos do nosso passado, é aquilo que conseguimos lembrar. Para Izquierdo (2011, p. 11), neurologista que estuda a memória, "o acervo de nossas memórias faz com que cada um de nós seja o que é: um indivíduo, um ser para qual não existe outro idêntico". A memória faz com que nos reconheçamos como indivíduos para nós mesmos e também para o social, para o meio; Izquierdo (op. cit., p.11) ainda afirma que "o passado, nossas memórias, nossos esquecimentos voluntários, não só nos dizem quem somos, como também nos permitem projetar o futuro; isto é, nos dizem quem podemos ser". Entender essa relação entre a memória e o indivíduo, é essencial para entender as demais influências que a memória tem sobre o indivíduo e também na coletividade. Quando Izquierdo fala que o nosso passado e a nossa memória nos dizem sobre quem somos, e sobre quem vamos ser, é porque a memória trabalha no indivíduo constantemente. No entanto, este movimento de influência e de trabalho de memória,

nem sempre é percebido pelo ser humano; o antropólogo Joel Candau (2006, p.10) discutindo a influência do pensamento aristotélico sobre a memória traz a seguinte reflexão "Por lo tanto, morir sería olvidar uno de los dos términos de toda existencia humana. Solamente la memoria permite ligar lo que fuimos y lo que somos con lo que seremos". Neste trecho, fica claro, novamente, a influência da memória no presente e no futuro, indo ao encontro à ideia de Izquierdo (op. cit.) dita anteriormente.

A memória é constantemente atualizada, e assim como ela influencia cada um, ela também é influenciada pelos indivíduos pelo momento presente e pelo meio onde está inserido. Segundo o conceito de Candau (2012), a memória é acima de tudo uma reconstrução do passado, mais do que uma representação fiel do mesmo, essa reconstrução é continua e é influenciada por diversos fatores (internos e externos). Isso quer dizer que tudo o que lembramos, a cada dia, não retrata a realidade do fato ocorrido. Todas as lembranças, tudo o que é evocado pela memória, sofre uma alteração, influenciada pelo tempo presente, por isso não há um resgate da memória e do passado, pois ela não é lembrada de maneira intacta, "perfeita", ela é uma representação, uma releitura do que aconteceu, sempre com os olhos de onde se está: do presente. Isso acontece até quando lembramos várias vezes de algum fato da infância, ele nunca é lembrado da mesma maneira. Para Candau (2006, p. 13):

> En um sistema de este tipo, la memoria es el resultado de um proceso de recateogrización continua. No es uma memoria que replique, como la memoria electrónica de una computadora, sino es nunca la copia exactadel objeto memorizado, sino que modifica com cada nueva experiência su próprio esquema de organización, procede por asociación, generalización y de manera probabilística. [...] En suma, la memoria es plástica, flexible, fluctuante, lábil, está dotada de ubicuidad, de uma gran capacidade adaptativa y variá de um individuo al outro.

Visto que a memória é uma reconstrução do passado, alguns detalhes e acontecimentos ficam de fora desse processo, dando espaço para os esquecimentos; afinal, não nos lembramos de tudo, e neste procedimento de guarda e reconstrução de memória, algumas coisas ficam de fora, são esquecidas. Ao contrário do que muitos acreditam, o esquecimento não é um inimigo da memória, e consequentemente dos indivíduos. O esquecimento é necessário para a vida do ser humano, segundo Izquierdo (op. cit.), sem o esquecimento seria praticamente impossível interagir com os outros indivíduos, pois sempre iríamos lembrar as impressões negativas e atitudes destes, que não gostamos. Sem o esquecimento, as nossas lembranças não teriam nenhum alívio e viveríamos diariamente lembrando daquilo que um dia nos fez sofrer. Além do esquecimento, como falar de memória sem falar de identidade, e vice-versa? Como aponta Joel Candau (2012), a memória e a identidade estão indissoluvelmente ligadas, não existe identidade sem memória. Para Izquierdo (2011), é a memória que faz com que cada indivíduo seja da maneira que é, e é ela também que vai influenciar na nossa maneira de ser e pensar o hoje, o passado e o futuro. Inúmeros são os casos onde, por algum acidente ou por alguma doença, as pessoas que perdem a memória, ou parte dela, se sentem perdidos, desvinculados do mundo real e de suas vidas... não sabem quem são. Para Candau (op. cit.), "[...] é a memória, podemos afirmar, que vem fortalecer a identidade, tanto no nível individual quanto no coletivo: assim, restituir a memória desaparecida de uma pessoa é restituir sua identidade".

Nesse caso, é importante lembrar que, quando se fala na importância da memória para a identidade, fala-se também dos seus esquecimentos. A lembrança total de tudo que já aconteceu na vida de alguém pode ameaçar e perturbar a vida de qualquer indivíduo, principalmente em casos de grandes traumas, como

violência, abuso sexual, acidentes etc. Os esquecimentos individuais e coletivos também são importantes para a construção e fortalecimento das identidades. Sobre a relação entre memória e identidade, Thomson (1997, p. 57) afirma:

> Nossas reminiscências também variam dependendo das alterações sofridas por nossa identidade pessoal, o que leva a um segundo sentido, mais psicológico, da composição: a necessidade de compor um passado com o qual podemos conviver. Esse sentido supõe uma relação dialética entre memória e identidade. Nossa identidade (ou "identidades", termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e nossa própria vivência. Construímos nossas identidades através do processo de contar histórias para nós mesmos – como histórias secretas ou fantasias – ou para pessoas, no convívio social.

O termo "identidades", que o autor utiliza, mostra a variabilidade da nossa própria identidade com o passar do tempo, e da nossa relação com a memória e o social. Assim como Candau, Thomsom, afirma que a nossa identidade ou as nossas "identidades" são construídas e moldadas várias vezes, e fazem parte de um movimento que influencia a vida assim como é influenciada por esta e pelo meio em que estamos inseridos, em suas palavras:

> As histórias que relembramos não são representações exatas do nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e nos moldam para que se ajuste às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossas identidades moldam nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos afetam o que julgamos ter sido (THOMSON, 1997, p. 57)

Thomsom utiliza palavra modelar para designar a atividade memorial, a mesma palavra que Candau utiliza para mostrar a sua visão sobre a relação entre memória e identidade que, segundo ele, "a memória ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. [...] Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjuga, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento". (CANDAU, 2012, p. 16).

Durante a nossa vida, várias coisas fazem com que tenhamos o exercício de evocação de memória, um momento onde as lembranças nos tomam o pensamento e conseguimos lembrar-se de momentos, pessoas, lugares e cheiros. Algumas vezes esse trabalho de evocação de memória é induzido por algum cheiro, música, lugar ou também quando vemos algum objeto. Nesse sentido, trabalharemos com o sentido de objeto como evocador de memória; afinal, ao longo da vida somos cercados por objetos; na infância somos rodeados por brinquedos, babeiros, roupas de cama, chupetas etc., com o passar dos anos, algumas dessas coisas vão sendo guardadas como representantes de uma época, como parte da nossa história. Os anos se passam e a tipologia dos objetos vai se alterando, mas estão sempre ali, presentes na vida cotidiana, mesmo que às vezes, sem perceber, estamos sempre os utilizando. Segundo Moles (1972, p. 9), "o objeto é um dos elementos essenciais que nos cercam. Constitui um dos dados primários do contato do indivíduo com o mundo".

1. OBJETOS BIOGRÁFICOS: NARRADORES DE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

Da mesma maneira que os objetos fazem parte da construção de cada indivíduo, também são importantes para as culturas, tradições, religiões, manifestações culturais etc. Alguns objetos

possuem um significado maior dentro de cada cultura, possuem um poder simbólico que não é o mesmo em outro lugar. Os etnólogos, antropólogos e arqueólogos fazem exatamente esse estudo, pesquisando a importância e o papel desses objetos em cada cultura, em cada espaço. Os historiadores, por sua vez, também entram nesse campo de cultura material, utilizando-a como fonte histórica para suas pesquisas e para compreender também um pouco mais da sociedade e do assunto estudado. A cultura material em si pode ser entendida como um testemunho histórico. O antropólogo Laurier Turgeon (2007, p. 14) identifica quatro abordagens sobre a cultura material: a primeira, como um testemunho histórico, o estruturalismo e a semiologia do objeto, o objeto como ação social e, por último, o objeto como uma forma de expressão da memória. Em seu texto, o autor aborda essas quatro visões sobre a cultura material, mas sempre tendo em vista que o objeto pode servir como documento, como fonte para análise das relações sociais e culturais, como fonte para entender a vida dos indivíduos. Dessa maneira, os objetos, ou a cultura material, podem ser vistos e entendidos como documentos. Para Meneses (1998, p. 95),

> O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala. Toda a operação com documentos, portanto, é de natureza retórica. Não há por que o documento material deva escapar destas trilhas, que caracterizam qualquer pesquisa histórica.

Considerando que os objetos possuem uma biografia, é possível fazer, então, um traçado desse objeto dentro de um esquema de compreensão do mesmo como produto de uma sociedade, mas igualmente como índices pelos quais se pode traçar o percurso de uma vida ou de várias vidas. A noção de objeto semióforo, engendrada por Pomiam, se coloca aqui como uma ferramenta de compreensão do objeto para além de sua carga material e tecnológica que, para Pomian (1984), faz a mediação entre o visível e o invisível, onde, segundo Meneses (1994, p. 18), os objetos "são semióferos, expressão rebarbativa forjada por Pomian (1977) para identificar objetos excepcionalmente apropriados e exclusivamente capazes de portar sentido, estabelecendo mediações de ordem existencial (e não cognitiva) entre o visível e o invisível, outros espaços e tempos, outras faixas de realidade". Além disso, para o Ulpiano (1998, p. 92), "o cerne da questão, para o historiador [...] é, acredito, que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em particular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos materiais têm uma trajetória, uma biografia". Tal como apresenta Meneses (1998, p. 93) "a biografia dos objetos introduz um novo problema: a biografia das pessoas nos objetos".

Entender a biografia de alguém através dos objetos faz com que estes adquiram o sentido e a função de objetos biográficos e narradores, capazes de narrar a história de alguém e as suas memórias, podendo, ao mesmo tempo, ser entendidos como documentos, biográficos, narradores e suportes de memória, entende-se que os objetos são detentores de uma "biografia cultural" (KOPYTOFF, 1986), termo criado por Kopytoff que, segundo Gonçalves (2007, p. 24), resume essa carga histórica e memorial dos objetos. Turgeon (2007, p. 25) também utiliza o conceito de Kopytoff para analisar a "vida dos objetos", para ele, "como os objetos materiais sobrevivem às pessoas, eles estruturam suas relações sociais com o tempo. Os objetos possuem suas próprias vidas, suas trajetórias, suas biografias que nós podemos reconstruir". Sobre essa ligação íntima entre sujeito e objeto e as memórias que estão presentes nessa relação, Anette

Weiner (apud Gonçalves, op. cit., p. 26) destaca:

> [...] usamos objetos para fazer declarações sobre nossa identidade, nossos objetivos, e mesmo nossas fantasias. Através dessa tendência humana a atribuir significados aos objetos, aprendemos desde tenra idade que as coisas que usamos veiculam mensagens sobre quem somos e sobre quem buscamos ser. [...] Através dos objetos fabricamos nossa auto-imagem, cultivamos e intensificamos relacionamentos. Os objetos guardam ainda o que no passado é vital para nós. [...] não apenas nos fazem retroceder no tempo como também tornam-se os tijolos que ligam o passado ao futuro.

A mesma autora exterioriza a grande importância que os objetos têm na vida cotidiana dos indivíduos, e como eles colaboram para a construção de identidades, histórias e memória; e como os objetos auxiliam na nossa relação entre passado, presente e futuro. Os objetos têm um papel importante nas relações sociais e na maneira com que enxergamos o mundo e como o mundo nos enxerga. Muitos desses aspectos vão ao encontro do pensamento de Moles (1972), dito anteriormente, no qual os objetos são essenciais e possuem uma grande importância na construção da relação dos indivíduos com o mundo, com a sociedade, e com a sua própria vida cotidiana. Esse papel que o objeto tem faz com que, muitas vezes, eles sejam vistos pelos seus donos, como uma extensão de si mesmo, como um "*extended self*" (Meneses, 1998, p. 96). Sobre essa relação dos humanos com seus objetos e desses objetos com a memória e identidade, Bosi destaca:

> Mais do que uma sensação estética de utilidade eles nos dão um assentimento à nossa posição do mundo, à nossa identidade; e os que estiveram sempre conosco falam à nossa alma em sua língua natal. [...] São estes objetos que Violette Morin chama de objetos biográficos, pois envelhecem como possuidor e se incorporam à sua vida: o relógio da família, o álbum de fotografias, a medalha do esportista [...]. (BOSI, 2005, p. 5).

Nesse trecho, Bosi utiliza a classificação de Violette Morin para caracterizar os objetos biográficos como aqueles que fazem parte da vida de alguém, que auxiliam na construção de sua identidade, do seu lugar no mundo. Fazendo a relação entre os objetos e a memória, e estes como suportes de memória, Ferreira (2008) analisa os objetos e a sua relação entre memórias (individuais e coletivas) e a importância deles para a construção da identidade dos mesmos. No artigo intitulado "*Objetos, lugares de memória*", a autora analisa contextos importantes, dentre eles, a relação simbólica e o caráter de relíquia que muitos objetos recebem. No artigo, a autora utiliza como exemplo um ex-combatente da FEB e alguns objetos que foram adquiridos durante operações na Itália, como uma faca que o antigo combatente diz ter ganho de um oficial alemão que conviveu junto com ele em um dos campos de refugiados. A localização da faca dentro da casa expõe o caráter simbólico e a importância que a mesma tem para ele e para sua família, pois é guardada em um cofre, enrolado em um tecido de veludo (FERREIRA, 2008, p. 27).

Além desse caso, a autora mostra a importância desses vestígios materiais para a memória: "No caso dos objetos como elementos de evocação, é importante também percebê-los como elementos de distinção, objetos biográficos fortemente carregados de um sentido, narradores, eles próprios da trajetória social de um sujeito". (FERREIRA, 2008, p. 25). Com tais reflexões expostas acima, pode-se entender que os objetos chamados "biográficos" são aqueles que fazem parte da vida de alguém, que envelhecem com ela e que fazem parte da sua identidade, contribuindo para a construção e compartilhamento de suas memórias, e que, posterior-

mente, servem como fonte de estudo para narrar essas histórias e memórias. Ainda sobre a relação entre objetos biográficos com a evocação, preservação e compartilhamento de memórias, Lima (2001) admite que "a maior parte das lembranças só é guardada graças à casa e, muitas vezes, à custa de fragmentos, objetos, sons, odores, uma infinidade de detalhes que funcionam como verdadeiros 'arrimos de memória'". (LIMA, 2001, p. 40).

Com essa reflexão, podemos dizer que os objetos que nos rodeiam constroem o cenário que vivemos, não só na nossa casa, mas nos lugares que frequentamos como, por exemplo, a casa dos nossos familiares, escola, trabalho etc. Mesmo que mudemos de casa ou que paremos de frequentar esses lugares, alguns objetos ficam marcados na nossa memória, são referências do espaço. Quando nos deparamos com esses objetos ou similares em algum lugar ou fotografia, fazemos a associação imediata com aqueles que nos cercavam naquele cenário; lembramos dos momentos que passamos lá, das pessoas que estavam conosco etc. O mesmo acontece quando encontramos objetos que pertenciam a alguém, ou que dizemos: "é a cara dele (a)", a presença do objeto gera uma evocação de memória, memória de alguém, de algum lugar ou momento. Nesse sentido, é praticamente indiscutível que esses objetos possuem uma ligação forte e importante com a memória. Octave Debary (2010), em seu artigo "*Segunda mão e segunda vida: Objetos, lembranças e fotografias*", também aborda a relação entre os objetos materiais e as memórias, "porque são objetos materiais (tangíveis), mas também alterados (*junk*), que permitem uma passagem de testemunho cuja indefinição (estando alterados e vindos de outros) abre à redefinição possível do passado. **Funcionam assim como "pontes" de uma memória coletiva ou individual**". (DEBARY, 2010, p. 7) [grifo nosso].

Se os objetos são evocadores e suportes de memória, e a memória está indissoluvelmente ligada à identidade (CANDAU, 2012), pode-se dizer que os objetos também possuem uma relação com a identidade de cada um. De certa maneira, eles servem para construir a nossa identidade e a construir a nossa imagem para os outros. Para Turgeon, "os objetos desencadeiam fortes experiências sensoriais e afetivas capazes de mobilizar ou desmobilizar as pessoas. Eles também permitem ao indivíduo dizer quem ele é, de afirmarem sua personalidade e sua integração social". (TURGEON, 2007, p. 24, tradução nossa). Dessa maneira, pode-se perceber que os objetos funcionam como grandes evocadores de memórias e, além disso, fazem parte da construção de nossa personalidade e identidade:

> A sugestão é que sem os objetos (materiais) não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas. Sejam os objetos materiais considerados nos diversos contextos sociais, sejam eles retirados de circulação cotidiana e deslocados para os contextos institucionais e discursivos das coleções, museus e patrimônios; o fato importante a considerar aqui é que eles não apenas desempenham funções identitárias, expressando simbolicamente nossas identidades individuais e sociais, mas na verdade organizam a percepção que temos de nós mesmos individualmente e coletivamente. (GONÇALVES, 2007, p. 27)

Podem traduzir a maneira com que enxergamos o mundo e como ele nos enxerga; fazem parte da nossa cultura e da nossa vida e, por isso, também podem ser vistos como documentos, possíveis de serem analisados como fontes. Dessa maneira, os objetos funcionam, então, como testemunhas históricas, carregados de simbolismos e significados, como "pontes" de memória e como uma maneira de fazer e estudar a biografia de alguém, neste caso, o de Lyuba Duprat.

2. A PROFESSORA LYUBA DUPRAT E SEUS OBJETOS

Alice Lyuba Duprat (1900-1994), mais conhecida como Lyuba Duprat, nasceu na cidade do Rio Grande no sul do Rio Grande do

Sul. Conhecida por ser professora de francês, dedicou grande parte da sua vida ao ensino da língua francesa e da história da arte na cidade do Rio Grande (RS) e também no Rio de Janeiro (RJ). Neta de franceses e filha do médico Augusto Duprat, reconhecido na cidade pelo seu trabalho de uma medicina de cunho social e benemerente, essa professora foi enviada pela família, em 1912, para estudar a língua considerada por ela como "língua natal", na França. No retorno ao Brasil, em 1916, junto com o aprendizado da língua francesa, Lyuba trouxe os traços de uma cultura europeia que passou a difundir através de seus cursos de língua francesa, arte e civilização francesa, era apaixonada por dar aulas. Em uma entrevista para a rádio universidade local[1], diz o quanto ama lecionar e como não saberia fazer outra coisa da vida. Por isso a recusa em se aposentar e a escolha de lecionar até perto do seu leito de morte. Lyuba não era a única professora de francês da cidade, assim como ela, haviam outras que mantinham seus grupos de língua francesa. No entanto, Lyuba era conhecida pela sua capacidade, pelo amor e dedicação na profissão, apesar de ser muito rigorosa com seus alunos, não só com o aprendizado da sua "língua natal", mas de boas maneiras; é vista com bons olhos pelos seus ex-alunos que, apesar de contar que tinham um pouco de medo, sabiam da capacidade intelectual e de ensinar que ela tinha. Todavia, apesar de Lyuba ser um pouco rigorosa, era conhecida pelo carinho e preocupação para com seus amigos e alunos. Correspondia-se, através de cartas, com ex-alunos, principalmente do Rio de Janeiro, quando voltou a morar em Rio Grande, também em sua entrevista para rádio, ela diz adorar poder usar a tecnologia do telefone para saber das notícias dos seus ax-alunos e amigos que moravam longe. Pela sua dedicação à profissão, acabou ganhando dois prêmios em reconhecimento à sua atuação profissional: o registro no Livro dos Recordes brasileiro, como a professora que deu aula por mais tempo, e o título de Doutora *Honoris Causa*, recebida pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG, quase no fim de sua vida. Sendo assim, Lyuba ficou conhecida na cidade pela sua profissão e também pela maneira como se mostrava ao público, considerada como um apanágio de sua francesidade. Ezio Bittencourt em seu livro "*Da Rua ao Teatro*", fruto de sua dissertação de mestrado (PUCRS) sobre a vida social e cultural na cidade do Rio Grande, lembra dessa professora de francês e suas aulas:

> As aulas de francês - ou seria melhor, as "lições de vida" em francês – com a conhecida professora local Lyuba Duprat, intensificaram meu gosto pelas manifestações do espírito e pela história da cidade. No alto de seus noventa e tantos anos, mestre em língua e cultura francesas e em história da arte, a mente ainda lúcida e brilhante recordava, entre uma lição e outra, de um mundo passado: o Rio Grande do início do século XX, onde seus pais dirigiam-se elegantes em carro puxado a cavalo ao Teatro Sete de Setembro para assistir a Companhia de Operetas do maestro Lahoz. (BITTENCOURT, 1999, p. 19)

Seja por sua carreira como professora, pela sua personalidade, tida como marcante pelos entrevistados, ou pela relação com o seu pai, Lyuba Duprat, ficou conhecida na cidade dentro de meios considerados portadores de erudição. Os relatos de ex-alunos e pessoas que conviveram com a professora, são sempre pautados por dois elementos que podem ser considerados estruturantes: a forte personalidade e o mundo dos objetos que caracterizavam o lugar onde vivia e ministrava as aulas, espaço híbrido entre o público e o privado. Uma de suas ex-alunas, Maria Helena de Souza (2009), escreveu em seu blog um texto sobre Lyuba e o período em que foi sua aluna:

> Andava sempre de saia preta e blusa de cambraia branca. Os cabelos, quando saía de casa, sempre presos por uma rede cinza claro que ela amarrava no coque preso por alfinetes de tartaruga. Seus alunos só a chamavam de Mademoi-

> selle – sem o nome. Os alunos que conheceu pequenos ela chamava de "mapetite" ou "monpetit". Atrasos de mais de 10 minutos: telefonema para a casa do aluno. Bilhetes iam e tinham que voltar assinados pela mãe ou pelo pai. Só usava tinta roxa em sua Mont Blanc, quando essa marca não era moda, era apenas a melhor caneta-tinteiro. Os bilhetes, as cartas e os cartões enviados da França eram reconhecidos à distância, pela cor da tinta. Para as correções em nossos cadernos, lápis vermelho grosso. Fecho os olhos e ainda vejo o **Répétez**!

Essa citação mostra um pouco da importância desses objetos na construção da personalidade de Lyuba e, principalmente, a relação que eles tinham na sua vida cotidiana. A ex-aluna, em um pequeno trecho, consegue elencar alguns objetos que faziam parte da vida profissional da Lyuba e, consequentemente, de suas aulas e da relação com seus alunos, e que ficaram marcados na memória de Maria Helena, são eles: a caneta-tinteiro, a saia, a blusa, a rede no cabelo e os alfinetes de tartaruga. Dessa maneira, é possível perceber que a imagem da Mademoiselle Lyuba Duprat possui uma relação forte com os objetos que a cercava, sejam objetos de vestir, como os de decoração e domésticos. Além de Maria Helena, as entrevistas que ainda estão sendo realizadas nesta pesquisa mostram quanto os objetos foram importantes para a construção da personalidade de Lyuba e como eles influenciam nas memórias de seus ex-alunos. As lembranças são sempre rodeadas pela cultura material, principalmente aqueles os objetos de indumentária, que estavam sempre presentes e com os quais ela não saia sem, confirmando a teoria de Meneses (1999) daqueles objetos *extend self*.

Mademoiselle Lyuba Duprat faleceu por complicações da idade, mas sempre viu a morte como ritual necessário de descanso, depois de o dever cumprido. Lecionou até os últimos dias de sua vida, inclusive depois de perder praticamente toda a visão. Mesmo quase sem enxergar, recebia os alunos em sua casa para as aulas, e tinha a ajuda de um amigo e também ex-aluno para fazer as correções e leitura dos textos. Depois de sua morte, parte dos seus objetos e fotografias foi doada para o Museu da Cidade do Rio Grande e à Fototeca Municipal Ricardo Giovanini. Entretanto, alguns objetos foram repassados para seus familiares, sobrinhos, sobrinhos-netos, e primos que moravam em Buenos Aires e Rio de Janeiro; alguns amigos também receberam estes objetos, alguns ainda quando estava viva, como uma demonstração de carinho por aqueles que eram mais próximos a ela. Além disso, outros objetos também foram vendidos para antiquários a fim de arrecadar dinheiro para pagar as despesas *post mortem*.

Afora o Museu da Cidade e a Fototeca Municipal, em 1995 foi inaugurada a Sala de Documentação Lyuba Duprat, na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, iniciativa de uma professora da área de francês que foi aluna e amiga de Lyuba Duprat. A Sala possui objetos que pertenceram a ela, formando uma espécie de memorial, no qual livros e utilitários, como a cadeira que ela utilizava para lecionar, a escrivaninha na qual guardava os documentos, o porta-canetas e fazia a correção dos textos e provas de seus alunos, se apresentam ao lado da última fotografia tirada antes de falecer. No texto de inauguração da Sala, é possível identificar o papel que Lyuba teve na cidade e qual o principal objetivo com a criação da sala:

> Ao homenageá-la, mantendo viva sua memória e fazendo prosseguir sua história com a inauguração desta sala, nossa proposta junto à FURG, além de mais uma vez reconhecer seu mérito, cria um espaço de informação, cultura e convívio para alunos, professores e comunidade em geral. E, numa visão mais ampla, valoriza as mulheres professoras pioneiras. [...] Precursora, ousada e carismática em seu tempo, Lyuba não perdia oportunidade para muitas vezes radicalizar. Ensinou Francês para crianças e diplomatas, sem

> negligenciar os conhecimentos de Cultura, Civilização e História da Arte, que se constituíam em contrato com a vida; e ela só deixou de cumpri-lo quando seu corpo e sua mente cessaram de trabalhar e quando o coração, debilitado pela idade, não resistiu mais ao comando enérgico que ela sempre impôs diante da vida. [...] *Disse Proust em A sombra das raparigas em flor que a maior parte da nossa memória está fora de nós, numa variação de chuva, num cheiro de quarto fechado, numa sala... em toda parte onde encontramos de nós mesmos o que a nossa inteligência desdenhara...A memória não é apenas uma das faculdades mais importantes do pensamento, ou a capacidade de lembrar. Ela mantém a unidade de nossa personalidade e, sobretudo, constitui-se em nossa história.*
> (HOMENAGEM À LYUBA DUPRAT, 17/10/1995, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, grifo nosso.)

Nesse parágrafo, algumas qualidades de Lyuba Duprat são destacadas como uma mulher ousada, e com o pensamento à frente das mulheres do seu tempo; dedicada na profissão, aquilo que ela mais amava. No trecho em itálico, destacado por nós, chamamos a atenção para como a professora que criou a sala categoriza a relação com a memória e os lugares, a professora identifica a Sala de Documentação não só como um local de homenagem, mas também de depósito de memória que faz dessa variação de memória que constitui a vida dos indivíduos, como os cheiros, lugares etc. O texto de inauguração da sala também nos mostra como alguns lugares funcionam como fortalecedores e compartilhadores de memórias e histórias, sendo assim, tanto a Sala de Documentação como os objetos que estão inseridos nela, atuam como evocadores e compartilhadores de memória. Além da Sala de Documentação, alguns dos objetos foram doados para o Museu da Cidade do Rio Grande[2].

A ideia de doar parte dos objetos de Lyuba para o Museu partiu dos inventariantes, e por saberem do significado que esses objetos tinham para ela, e também por serem, em grande parte, objetos raros e de grande beleza estética. Essa coleção é composta de objetos de várias tipologias: objetos de higiene, utensílios domésticos, itens ligados à sua profissão, adornos e vestimentas, objetos decorativos e mobiliários. Ao todo, são mais de setenta objetos que pertenciam a Mademoiselle Duprat e que hoje fazem parte do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande.

Conforme foi dito, além do Museu, a Fototeca Municipal Ricardo Giovanini, ligada a Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal do Rio Grande, recebeu parte das fotografias que pertenceram a Lyuba, algumas são retratos e outras são fotos que ela guardava de seus amigos e familiares. Esse conjunto fotográfico recebeu o nome de Coleção Lyuba Duprat e pode ser acessado pelo banco de dados da própria Fototeca, onde todas as fotografias já foram digitalizadas e estão disponíveis para pesquisa. Alguns desses retratos da coleção da Fototeca mostram a figura de Lyuba Duprat com alguns dos objetos lembrados pelos seus amigos e ex-alunos, mostram a sua relação com a França e com a sua família. Abaixo, um retrato de Lyuba Duprat pertencente à Fototeca Municipal Ricardo Giovanini

Fotografia 1: Retrato de Lyuba Duprat, Rio Grande, 1950.
Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovanini

Nesse retrato (Fotografia 1), Lyuba Duprat com cinquenta anos de idade, está com o colar

de pérolas de duas voltas que foi várias vezes relembrado por seus ex-alunos e amigos, em entrevistas realizadas durante a pesquisa.

Fotografia 2: Lyuba Duprat na Praia do Cassino, Rio Grande, RS, 1930.
Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovanini

Na Fotografia 2, Lyuba Duprat, está com uma menina, provavelmente a sua sobrinha, na Praia do Cassino, em Rio Grande, RS. Nessa foto, Lyuba aparece com dois elementos que também são sempre narrados pelos seus amigos, o chapéu e a luva. Lyuba ficou muito conhecida pelo seu jeito de vestir, as roupas que usava a destacava entre as mulheres da cidade na época. A mademoiselle, como gostava de ser chamada, ficou conhecida por não sair de casa sem as suas luvas, o chapéu, e a sua bolsa. Algumas dessas luvas que ela utilizava, hoje, fazem parte do acervo do Museu da Cidade do Rio Grande, junto com outros objetos que também faziam parte da sua vida.

No entanto, atualmente estes objetos não se encontram expostos, visto que o Museu encontra-se fechado para a restauração do prédio e criação de novas salas de exposição e reservas técnicas apropriadas para o local. Todavia, mesmo que estes não estejam expostos ao olhar do público, o simples fato de estarem em uma instituição memorial, já faz com que adquiram um caráter simbólico e patrimonial diferente do tempo no qual foram gerados, o interior da casa, a vida doméstica e cotidiana de alguém. O significado e a função que estes objetos passam a ter quando são inseridos em lugares patrimoniais é visto por Debary (2010), como uma segunda chance de vida, outra oportunidade de função depois de ter deixado de ser útil ou de possuir extrema importância a ponto de ser doado para o museu. Quando saem do seu local de origem e são inseridos nestes lugares, estes objetos passam a adquirir um poder diferente, pois são revestidos de um caráter patrimonial e museal, segundo Possamai: "coletar, registrar, catalogar, classificar, fotografar e submeter o objeto aos procedimentos de conservação e restauração marcam a mudança do estatuto do objeto comum como peça de museu". (POSSAMAI, 2011, p. 9) Sobre a transformação dos objetos quando são inseridos em um espaço museológico, Gomes (2010, p. 44) destaca:

> As coleções museológicas nos sugerem indícios sobre as relações existentes entre a construção de formas de representação de temáticas e sujeitos e a formação de acervos de cultura material, a partir do momento em que concebemos como um processo social a atribuição de determinados significados, que ocorre desde a seleção de objetos até a construção de discursos sobre a cultura material enquanto patrimônio cultural, digno de ser preservado no espaço museal.

Dessa maneira, o espaço do museu como lugar para a

memória, faz incidir sobre os objetos, uma função social, um significado e um sentido diferente. Como destaca Possamai, quando o objeto dá entrada em um museu, ele passa por um processo de patrimonialização que o difere instantaneamente dos objetos que estão fora do museu. Ao ser descrito em uma ficha catalográfica, receber um número de registro, propor um estudo sobre a sua história antes da chegada na instituição, submeter-se a medições, descrições e análises de seus materiais constitutivos adquire o status de objeto de acervo, modificando, portanto, sua função original. Indo ao encontro do pensamento de Debary (2010), Joaquim Pais de Brito (2010) entende que quando o objeto é doado para o museu recebe uma "nova vida", e nos dão a possibilidade de entender não só sobre o seu ciclo de vida material, mas também o ciclo de vida dos indivíduos e dos grupos sociais para os quais apresentou algum sentido e utilidade.

Se quando o objeto sai do seu local de origem e é transferido para o museu, ele passa a ter um sentido diferente, uma nova função, os museus também podem ser vistos como mediadores desse compartilhamento de memórias e de histórias, e como instituições que salvaguardam histórias, memórias e esquecimentos. Para Pomian (1984), o objeto que está dentro de um museu é destituído de suas funções originais e de suas atividades econômicas, para locais fechados, expostos ao público e recebendo cuidados especiais para a sua conservação, funções que fazem dele também uma relíquia; "logo, pode-se afirmar que os objetos que se tornam peças de museu têm um valor de troca sem terem um valor de uso" (POMIAN, 1984, p. 54); troca de valores, de sentidos, de significados, de interpretações.

Letícia Julião (2006) aborda a importância da pesquisa histórica dentro do Museu, onde é possível pesquisar e investigar essa biografia cultural dos objetos, pois através deles é possível compreender muito mais do que sua funcionalidade. Para a autora, "o objeto conserva os valores que a sociedade ou o poder lhe conferem. Neste caso, o que importa é, sobre tudo, seu valor enquanto monumento destinado a evocar determinada memória, cumprindo desígnios que ultrapassam a sua matéria e funcionalidade". (JULIÃO, 2006, p. 102)

Se os objetos podem servir como fonte de estudo e pesquisa para descobrir essa biografia cultural dos objetos e dos sujeitos que fizeram parte de sua vida social, e o entendimento dos mesmos como documento, conforme visto anteriormente, Julião (2006, p. 99) defende que é "importante observar que os objetos adquirem o caráter de documento somente no momento em que o homem, sujeito que conhece, lhes atribui esse valor. Nesse processo, os museus constituem o espaço, por excelência, no qual se institucionaliza a transformação dos objetos em documentos e bens culturais".

Sendo assim, o museu tem como função possibilitar e incentivar a pesquisa dentro do seu espaço, pois as suas coleções são vestígios de uma comunidade/grupo, e através deles é possível entender a complexidade dela e também a sua carga memorial. Os objetos estão no museu por algum motivo, foram selecionados pelo seu doador, mas também pelo museu, pois tiveram que passar por uma seleção dentre outros objetos, para fazer parte do acervo. O historiador, como profissional que tem como um dos seus ofícios a pesquisa, pode contribuir para a investigação desses objetos, e para entender melhor o que eles contam. No entanto, como salienta Julião, os objetos não falam sozinhos, é preciso interrogá-los, dar voz aos objetos:

> As informações, por sua vez não são latentes nos artefatos; para que se tornem testemunhos da história é preciso interrogá-los como evidência do passado que se quer conhecer. É o trabalho do historiador, movido pelas preocupações do presente, que faz emergir dos objetos as informações através da investigação do confronto e análise de dados. (2006, p. 99).

Nesse sentido, torna-se primordial a presença de profissionais que realizam a pesquisa nos museus e de outras instituições memoriais, pois a pesquisa pode contribuir para o conhecimento do acervo,

das histórias e memórias dos objetos e, consequentemente, também contribui para que a instituição consiga fazer a comunicação entre público-acervo da melhor maneira possível, possibilitando também que haja uma maior interação entre os visitantes e os objetos expostos, assim como uma maior disseminação do conhecimento científico e histórico sobre os acervos.

Além disso, ao entrar em contato com objetos que estão salvaguardados em instituições memoriais, o público pode interpretar aquele objeto de maneiras diferentes, o que é algo positivo, visto que a interpretação também auxilia no processo de conhecimento. No entanto, o fato de estarem em um lugar patrimonial e memorial, como o museu, não obriga aos visitantes entender e se apropriar daqueles objetos expostos. Da mesma maneira, mesmo que os objetos de Lyuba Duprat estejam expostos na Sala de Documentação e que sejam vistos por pessoas que a conheceram, esse contato entre eles e os objetos expostos será diferente em cada pessoa. O trabalho de evocação de memória é muito particular, assim como a memória em si, essas pessoas podem lembrar de alguém de várias maneiras possíveis, assim como podem esquecer também de coisas diferentes. Essa relação entre memória e esquecimento no espaço museológico, "o museu se constitui como um espaço de lembranças e esquecimentos, onde os objetos, como vetores de significação, revelam e ocultam determinados sentidos sobre o passado, quando incorporados no espaço museológico". (GOMES, 2010, p. 44)

Sendo assim, espaços como o Museu e a Sala de Documentação fazem parte de um processo de diálogo e de interpretação entre os objetos e o público e pesquisadores. Da mesma maneira que a conservação e da preservação desses objetos se faz necessária, a investigação de suas biografias, de suas trajetórias, também é importante e necessária para a conservação das mesmas, além de auxiliar a compreensão de contexto culturais, sociais e econômicos que marcaram a trajetória do objeto.

3. CONCLUSÕES PARCIAIS

Tendo em vista as reflexões apresentadas e os resultados parciais desta pesquisa, é possível perceber que os objetos que nos cercam, e que vamos acumulando ao longo de nossas vidas possuem um papel importante na construção e fortalecimento das nossas identidades, funcionando como evocadores de memórias, a partir do momento em que lembramos do passado quando olhamos para tais objetos. Os objetos possuem uma forte relação com a memória e, além disso, podem ser entendidos como documentos, tendo em vista que mostram a nossa relação com a sociedade e com a nossa cultura. Assim como os arqueólogos, etnólogos e antropólogos, os historiadores podem utilizar os objetos e a cultura material como documentos, como fontes para suas pesquisas para entender, a partir do presente, algo no passado ou no presente. Os objetos são testemunhos históricos. Um estudo a partir dos objetos permite entender essas histórias, trajetórias e biografias inseridas em cada objeto, nesse caso, possibilita conhecer o contexto social e cultural de algo, a partir de outro olhar, diferente dos documentos mais comumente utilizados pelos pesquisadores como aqueles em papel.

Por outro lado, quando estes objetos são deslocados para espaços de memória, como Museus, eles recebem outra função, adquirem um caráter museal e patrimonial, pois passam a integrar um espaço público, que possui em sua missão o diálogo entre o acervo e o público, o incentivo à pesquisa e à educação. No caso citado, as instituições que hoje salvaguardam parte dos objetos e das fotografias que pertenceram à Lyuba Duprat possuem a missão de cuidar desses patrimônios e suas memórias e histórias, possibilitando a pesquisa e a valorização desses patrimônios.

No caso específico dos objetos da Lyuba Duprat, eles possuem esse caráter de objeto biográfico, carregados de memórias, histórias e biografias, além de funcionar como evocador de memórias e lembranças dos momentos que os alunos passaram com ela, em sua casa, na rua etc. Nesse sentido, o estudo a partir dos objetos

que foram tão importantes para a construção de sua personalidade e identidade, passa a ser crucial para entender essa relação dela com os objetos e também para compreender outro lado de sua história, narrada através da cultura material. Essa pesquisa pode contribuir para os estudos da memória e da cultura material, a fim de entender um pouco mais sobre a relação entre objetos, cultura material e a memória.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao Teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional – Panorama da História de Rio Grande. Rio Grande: EdFURG, 1999.

BOSI, Ecléa. **Tempos vivos e tempos mortos**. Caminho das artes / A arte fazendo escola. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação – FDE, 2005.

BRITO, Joaquim. P..**L'objet, le musée et la main interdite**. In : Dossier des Mélanges de la Casa de Velázquez. Nouvelle Série, 40 (1), 2010, pp. 143-145.

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **Antropologia de la memoria**. Buenos Aires: Nueva Vison, 2006.

DEBARY, Octave**. Segunda mão e segunda vida: objetos, lembranças e fotografias**. In: Revista Memória em Rede: Pelotas, v.2, n.3, ago-nov. 2010.

DEBARY, Octave e TURGEON, Laurier. **Objets e mémoires**. Quebéc: Les Presses de l'Université Laval, 2007, pp. 13-32.

FERREIRA, Maria. Letícia. M. Objetos, lugares de memória. In: MICHELON, F. F., et. al. **Fotografia e memória**: ensaios. Pelotas: EdUFPel, 2008.

GOMES, Alexandre. O. e OLIVEIRA, Ana Amélia R.. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museal. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio,** v. 3, n. 2, jul/dez 2010.

GONÇALVES, José. Reginaldo. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

JULIÃO, Letícia. A pesquisa histórica nos museus. In: **Cadernos de Diretrizes Museológicas**. 2 ed. Belo Horizonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/ Superintendência de Museus: MEC, 2006.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. 2008. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

LIMA, C. Memória familiar nos objetos biográficos e nas obras literárias. In: **Revista História & Ensino**: Londrina, v. 7, out. 2011, pp. 33-45.

MENESES, Ulpiano. T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. In: **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v.11, n. 21, 1998.

MOLES, A. A. Objeto e comunicação. In: MOLES, Abrahan; BAUDRILLARD, Jean; et al,. **Semiologia dos objetos**. Petrópolis: Vozes Limitada, 1972.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi, v. 1: Memória - História. Imprensa Nacional: Casa da Moeda, 1984.

POSSAMAI, Z. R. **Nos bastidores do museu**: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST, 2011.

SOUZA, Maria Helena R. R. 2009. Pessoas, lugares momentos**.** Disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/noblat/mariahelena/posts/2009/09/27/pessoas-momentos-lugares-notas-226963.asp. Acessado em 15 de agosto de 2013.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. In: **Projeto História**, São Paulo (17), abril, 1997.

TURGEON, Laurier. La mémoire de laculturematérielle et laculturematérielle de lamémoire. In: DEBARY, Octave e TURGEON, Laurier. **Objets e mémoires**. Quebéc: Les Presses de l'Université Laval, 2007, pp. 13-32.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

FOTOGRAFIAS DE CASAMENTO: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE ORALIDADE E VISUALIDADE DA GUARDIÃ DO MUSEU FAMILIAR

Frantieska Huszar Schneid
Professora especialista do Instituto Federal Sul-rio-grandense.
Aluna do Programa de Pós Graduação (Mestrado) em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas
frantieskahs@gmail.com

Francisca Ferreira Michelon
Professora Doutora do Instituto de Ciências Humanas
vinculada ao Programa de Pós Graduação (Mestrado e Doutorado)
em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas
fmichelon.ufpel@gmail.com

RESUMO

Este artigo pretende averiguar em fotografias de casamentos, no período compreendido entre 1940 a 1969, formas de um rito que se apresenta, nessas imagens, como poses, personagens e cenários. Procura-se estudar a relação histórica entre oralidade, visualidade e escrita através da análise dos relatos e histórias suscitados no ato de apreciação e análise de fotografias de casamento, bem como as dedicatórias inseridas nas imagens. Palavras e imagens atualizam a memória e a experiência vivida. O recorte temporal justifica-se pelo hábito de compartilhamento das fotografias como lembrança neste período. Quanto ao recorte espacial, a própria dinâmica da teia o delimita. A metodologia aplicada estrutura-se em estudo de caso, com pesquisa bibliográfica, pesquisa historiográfica em periódicos da época e principalmente fontes iconográficas, através das fotografias fornecidas pela entrevistada. Almeja-se, por fim, constatar como o registro da imagem permite que famílias armazenem durante

décadas fragmentos capazes de constituírem-se como um lugar de memória.

Palavras-chave: Fotografia. Casamento. Oralidade.

ABSTRACT

This paper intends to study wedding photographs during the period 1940-1969, the ways in which this ceremony is presented through these images, such as the scenery, the characters and their poses. It aims to understand the historical relationship between orality, visuality and writing raised in the act of appreciation and analysis of wedding photographs, besides analyzing dedications inserted in the images. Words and pictures update memory and experience lived. The time frame is justified by the habit of sharing pictures as a souvenir during this period. As for the spatial point of view, the dynamics of the web delimits it. The methodology applied is structured as case study, with bibliographical research, historiographical research in journals of the time and, mainly, iconographical sources, through photographs provided by the interview. It is aimed, finally, verify how image registration allows families to store during decades fragments capable of constituting themselves as a place of memory.

Keywords: Photography. Marriage. Orality.

1.0. INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende refletir a relação entre imagens e palavras na construção das narrativas históricas pautadas no ato de rememorar, pois palavra e imagem cumprem diferentes funções no processo de comunicação e de construção de memórias coletivas. A pesquisa é um estudo de caso que investiga fotografias de casamento compartilhadas dentro de uma mesma teia social, no período compreendido entre 1940 e 1969. Mauad (2001, p. 165) no seu texto intitulado *Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares*, nos fala que:

> Os estudos sobre visualidade e tradição oral investem na elaboração de uma reflexão aprofundada sobre memória, como o caminho por excelência para se operar sobre as narrativas do passado. Fotografias e relatos orais são utilizados para resgatar a memória, como se esta tivesse oculta dentro destas simulações do passado.

Busca-se de alguma forma trabalhar com as emoções vividas, reviver sentimentos. A intenção é justamente trabalhar o que muitos procedimentos de pesquisa, ditos científicos, procuram evitar: memórias, experiências de fatos vivenciados pela informante da pesquisa e reinterpretados a partir do momento presente. Segundo Andrade (2012, p. 174), "narrar um fato não é apenas recordar ou retomar o passado; a recordação 'implica um certo sentido do que somos', para os/as jovens e para mim".

No geral, as fotografias são feitas como registros de fatos considerados importantes. Não substituem a experiência vivida, mas geram sobre ela a possibilidade de uma nova experiência memorial.

A fotografia aqui é abordada não como ilustração de texto escrito, mas, ela própria, como evidência histórica e protagonista da história, um instrumento portador de memória. A fotografia pode ativar a memória e reavivar sentimentos antes esquecidos. Felizardo e Samaian (2007, p. 217) afirmam que "é incontestável afirmar que a fotografia pode ser considerada um dos grandes relicários, documento/ monumento, objeto portador de memória viva e própria".

A seguir, a primeira fotografia do presente estudo, na qual retrata os noivos na igreja após a celebração do casamento em 1940:

Imagem 1- Fotografia: Maria e Jacques
25/07/1940
Fonte: Acervo da pesquisadora

A entrevista com a guardiã do acervo determina a estrutura da composição do *corpus*, bem como a ressignificação do objeto fotografia para a sua condição de mensagem que se processa através do tempo. A partir das entrevistas, forma-se um banco de dados com depoimentos, que será fundamental para analisar as fotografias. Ela explica foto a foto, quais são os personagens do passado retratados e em que contexto foram feitas. Cerqueira, Peixoto e Gehrke (2008, p. 169) nos falam dessa combinação entre fotografia e relatos orais "[...] as lembranças orais foram se mesclando com fotografias que apareciam conservadas em gavetas, caixas ou se encontravam na sala, suspensas nas paredes sobre nossas cabeças". A seguir, uma fotografia na qual os noivos se posicionam abaixo dos quadros do Sagrado Coração de Jesus e de fotografias dos pais:

Imagem 1- fotog s e Maria da Glória Echenique da Silva
18/04/1953
Fonte: Acervo da pesquisadora

Os procedimentos metodológicos adotados empregarão

técnicas utilizadas na história oral, a partir de entrevista semiestruturada, com perguntas abertas – permitindo à entrevistada relembrar os usos e costumes de uma época distante, mas ainda presente na memória. Silveira nos fala que:

> é possível pensar nas entrevistas de uma forma ressignificada, tomando toda a situação de troca –entrevistado/a – como objeto de análise, abandonando os pressupostos iluministas de verdade, objetividade e atemporalidade do discurso (apud ANDRADE, 2012, p. 176).

Conforme Nuncia Constantino (apud ESSINGER, 2009, p. 22), com a História Oral o pesquisador cria fontes, auxiliado pelos que vivenciaram e narraram os fatos passados:

> [...] dinâmica da Memória Social que, neste caso, não é um fenômeno meramente individual mas familiar, na medida em que memórias se completam e se modificam no ato de lembrarem juntos, mãe, filho e nora, e até mesmo neto.(CERQUEIRA; PEIXOTO; GEHRKE, 2008, p. 177)

Os vestígios visuais são catalogados e divididos conforme período, local, estilo das roupas, fotógrafo e estúdio em que as fotos foram tiradas, possibilitando, assim, a formação de um banco de dados sobre a história da fotografia.

O roteiro elaborado para leitura das fotografias prioriza os dados concretos sobre a elas; dados sobre o conteúdo da fotografia e sobre os exteriores à fotografia. Baseado nas fichas de análise fotográfica utilizadas por Mauad (1996) serão construídas fichas para catalogar as fotografias aqui estudadas. Elementos como local, data, pessoas, fotógrafo, cenário, indumentária, objetos, material e tipo de dedicatória serão analisados para que haja uma catalogação das fotografias.

Abaixo a lista dos itens utilizados para a construção da tabela inicial de análise das fotografias:

- Referência da foto;
- Data;
- Nome do(s) retratado(s);
- Descrição;
- Cenário;
- Pose do(s) retratados;
- Posição do(s) retratados;
- Acompanhantes;
- Elementos da noiva;
- Elementos do noivo;
- Posição da legenda / dedicatória;
- Transcrição da legenda / dedicatória;
- Processo;
- Dimensão;
- Cartão;
- Folha de separação;
- Dimensão do cartão;
- Fotógrafo / Atelier.

2. GUARDIÃ DO "MUSEU FAMILIAR"

O ato de fotografar fixa de tal maneira na construção das memórias familiares que é impossível falar do passado sem ter as fotografias como incentivo. Com o intuito de preservação do passado, surge dentro das famílias o papel do guardião de memórias. Segundo Mauad (2001, p. 158), "este personagem, além de organizar as fotografias em álbuns, ou simplesmente guardá-las em caixas, é o depositário de muitas histórias".

A guardiã do acervo familiar aqui estudado é Tereza da Silva Schneid, que guarda a coleção da família e assume a responsabilidade de atuar em nome da memória do grupo, definindo quais as fotografias e objetos serão guardados e de que maneira este acervo

vai sendo reformulado, incorporando novos materiais, e descartando outros, selecionando imagens que testemunhem a trajetória familiar.

No grupo familiar Barros (1989, p. 34) destaca a figura do guardião ou guardiã, aquela pessoa escolhida para cuidar e transmitir a memória familiar do grupo, "o papel do mensageiro da memória ou do narrador é desempenhado, em um caso, pelos avós e, em outro pelo que denominei de guardião da memória familiar". A mesma autora nos fala do papel, direito e obrigação do guardião dentro do grupo familiar:

> [...] não é uma motivação individualizada que leva o colecionador a procurar, investigar, encontrar e conservar seus bens preciosos. Ele está imbuído de um papel que lhe confere o direito e também a obrigação de cuidar da memória do grupo familiar (1989, p. 33).

Para Halbwachs (apud Barros, 1989, p. 33):

> transmitir uma história, sobretudo a história familiar, é transmitir uma mensagem, referida, ao mesmo tempo à individualidade da memória afetiva de cada família e à memória social mais ampla, expressando a importância e permanência do valor da instituição familiar.

Caixeta (2006, p. 44), na sua tese de doutorado intitulada "*Guardiãs da memória: tecendo significações de si, suas fotos e seus objetos*", nos diz que "este papel é assumido pelos idosos da família, especialmente, os avós que são o elo vivo entre as gerações e os significados que eles 'guardam' são constituídos ao longo da sua historicidade no convívio com os outros".

Gomes (1996, p. 7) define guardiã de memória:

> [...] é um ser 'narrador privilegiado' da história do grupo a que pertence o sobre o qual está autorizado a falar. Ele guarda/possui as 'marcas' do passado sobre o qual se remete $\vec{F} = m.\vec{a}.$ que se torna um ponto de convergência de histórias vividas por muitos outros do grupo (vivos e mortos), quanto porque é 'colecionador' dos objetos materiais que encerram aquela memória.

Pereira *apud* Caixeta (2006, p. 44) complementa este conceito, falando que:

> Durante todas as suas vidas [essas mulheres guardiãs] selecionaram e guardaram fotografias e cartões-postais, cartas e bilhetes, convites de batizados, lembranças de aniversário, "santinhos" de missa de 7º dia, broches, relógios, bibelôs, moedas e algumas cédulas, cachinhos de cabelo amarrados por fita, medalhinhas de santos, enfim, pequenos objetos de memória que foram sendo depositados em caixas, na qual denominei caixinhas de lembrança.

Além das fotografias e das entrevistas, onde foi centrada a análise, teve-se contato com outros materiais, tais como anotações sobre a família, feitas por membros do grupo, cartões postais, santinhos trocados por ocasião de eventos religiosos, carteira de serviço militar, pedaço de renda retirado de um vestido de noiva, medalhas, terços e pingentes com fotos... Enfim, objetos transmitidos por herança, testemunho dos "quadros sociais" da história familiar e coletiva, como afirma Halbwachs (2004).

O papel do guardião não é apenas o de guardar fotografias que servirão de suporte de memória familiar, mas também tem a obrigação de contar as histórias de cada uma delas, fazendo o passado permanecer vivo entre os membros mais jovens. Faz parte também da função do guardião, não apenas a conservação das fotos, mas também sua seleção que servirão de guia aos visitantes desse museu particular, com peças expostas em álbuns, nas paredes e móveis. Segundo Barros (1989, p. 38), "esta narrativa é criada com

um acervo de fotos esparsas, vindas de tempos e lugares diferentes e, quando decifrada, não se assemelha a nenhuma outra". A autora continua "a narrativa que envolve estas fotos reúne as múltiplas facetas da vida, englobando-as, dando-lhes uma face mais completa, mais homogênea e menos efêmera". (BARROS, 1989, p. 41).

São inúmeras as motivações que levam o guardião da memória familiar iniciar sua carreira. Alguns momentos da vida são propícios para o início dessa ação tão importante no meio familiar e todos eles são tomados na busca pelo resgate da memória. Talvez o maior motivo seja a perda de alguém querido, seja a mãe, filho, marido... busca-se refazer a história de anos de convívio, revivendo o passado familiar.

É importante salientar o papel feminino como mantenedora das lembranças familiares, preservando, reorganizando, catalogando as fotos, a memória fotográfica da família. Essa memória ajuda a dar sentido à nossa existência, compreender melhor quem somos. O papel de mantenedora de acervos familiares era atribuído às mulheres, que encarnam emoções e, portanto, mais afetivas à preservação dos valores permanentes e familiares propiciados pela imagem fotográfica.

Susan Sontag (1981) refere-se a Walter Benjamim, abordando o papel do colecionador que passa a ser aquele indivíduo empenhado num trabalho devoto de resgate, escavando seus fragmentos mais seletos e emblemáticos. Neste presente estudo, a guardiã da memória familiar reúne fotografias isoladas e em álbuns de família, com o sentimento de reunir um dos mais preciosos lugares de memória familiar. Segundo Schapochnik (1998, p. 460):

> O papel desempenhado pelo guardião se assemelha ao de um dublê de arquivista, que reúne e atribui uma ordem de pertinência ao acervo, de curador, que decide quais as imagens deverão passar à condição de objetos decorativos ou peças de exibição sob a forma de retratos emoldurados nas paredes ou de ornamento sobre as peças do mobiliário, de marchand, que determina a distribuição e circulação do espólio da memória fotográfica familiar, e, ainda, de guia de visitantes de exposições, legendando os retratos da família por meio da doce arte da narrativa.

A guardiã do acervo, Tereza da Silva Schneid, é a descendente responsável por esta coleção fotográfica, conservando, selecionando e classificando o material, bem como é a narradora da história da família reconstituindo o passado a partir das imagens. Contribui com a pesquisa analisando as fotografias, identificando os retratos e narrando as memórias de cada casamento. Não fala-se apenas de uma memória individual, mas como explicita Maurice Halbawchs (apud MYLIUS; ECKERT, 2000, p. 2):

> [...] se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo... Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios.

A defensora reúne as fotos que foram compartilhadas entre os amigos e familiares, porém o registro do seu casamento ela não possui. Através de relato oral[1], afirmou que seu avô dizia que não "prestava" tirar foto no dia do casamento, pois dava azar, Schapochnik (1998, p. 461) corrobora com essa afirmação da entrevistada, quando fala que "costume de avô, responsos de avó, receitas de comida, crenças, canções, superticões familiares duram e são passadas adiante nos dias de batizado, de casamento, de velório". O mesmo autor nos diz que:

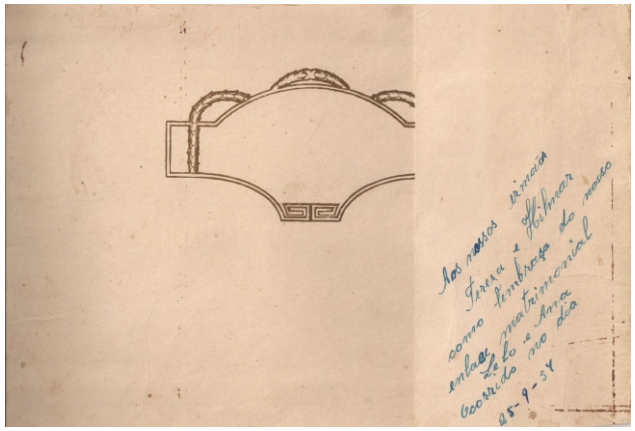
> Embora o guardião da iconoteca familiar se esforce para preservar o acervo e imprimir uma lógica no seu ordenamento, algumas peças podem ser perdidas, outras podem ser acrescentadas e, ao fim e ao cabo, a sua própria morte propiciará uma redistribuição e a "invenção" de uma nova crônica familiar. (SCHAPOCHNIK, 1998, p. 463)

Para Halbwachs (apud CAIXETA, 2006, p. 161),

> a tarefa de guardar, é também uma tarefa criativa, de construção de 'museu da família'. Através dele, as famílias podem encontrar suas histórias e os objetos que fizeram parte de sua construção e construir novos significados para si-mesmos e para o próprio grupo.

Segundo Barros (1989), a análise de família permite observar como um determinado grupo social representa suas experiências e as classifica a partir do momento em que escolhe o que vai ser fotografado e o que vai ser guardado, constituindo o acervo do guardião da memória. Pode-se concluir, até o presente momento, que a fotografia enquanto instrumento possibilita à narradora acionar a memória do grupo, contando a história familiar deste.

As imagens 2 e 3 mostram uma fotografia de casamento de 1954, oferecida para a guardiã do acervo. A imagem 2 é o cartão no qual a fotografia era anexada, nele muitas vezes era escrita a dedicatória para a pessoa que estava sendo presenteada com a lembrança da celebração. Na imagem 3, é a própria fotografia dos noivos no momento da festa cortando o bolo, cena típica dos retratos de casamento.



Fonte: Acervo da pesquisadora

25/09/1954

Fonte: Acervo da pesquisadora

3. ENTRE MEMÓRIAS E FOTOGRAFIAS

Barros (1989, p. 37) nos fala dos locais de armazenamento das fotos de família:

> Caixas nas partes mais altas dos armários, álbuns nas estantes do escritório, envelopes e papéis empilhados dentro das gavetas, pacotes cuidadosamente amarrados com barbantes e guardados em cômodas pesadas são os espaços para guardar fotos, álbuns e outras tantas quinquilharias. [...] as coleções de fotografias deixam rastros no meio da casa: retratos emoldurados nas paredes, nas estantes, espalhados em cima do piano. [...] uma estratégia de esconder e expor, um jogo de apresentação pública e de preservação da intimidade familiar.

As fotografias que formam este acervo foram encontradas dentro de uma gaveta, tiveram que ser limpas, identificadas, datadas e organizadas em um álbum. Esse processo era atentamente observado pela guardiã do acervo, que identificava as cerimônias e as pessoas, situava temporalmente as fotos, numa contínua construção de uma memória que estava fragmentada dentro da gaveta. As entrevistas foram gravadas em forma de conversas sobre as fotos; delas saíam histórias de vida. Os retratos antigos, guardados ou expostos pela casa, traziam aos relatos orais um tom concreto, como se, através da amostragem, eu pudesse ser apresentada a todos esses descendentes e amigos familiares dos quais ouvi falar durante a minha vida toda.

Ao longo de todo o processo é construído um diário, registrando em um caderno todas as histórias que a minha avó Tereza conta sobre a família. As conversas ultrapassam as bordas das fotografias, vão além do que se vê e tudo isso é registrado neste diário, que serve para entender as memórias familiares que estão contidas as fotografias. As conversas são gravadas e transcritas, constituindo, juntamente com as fotografias a base de todo o estudo.

No início da pesquisa, foi desenvolvida uma tabela inicial contendo: o número da foto, uma espécie de referência para cada uma delas; data, caso houvesse identificada na foto; nomes dos retratados; descrição, o casal ou apenas a noiva; cenário em que a foto foi tirada, local da celebração do casamento, estúdio, ou externa; pose do casal, em pé, sentados ou ajoelhados; posição dos retratados na foto, quem aparece em primeiro plano, segundo plano, esquerda, direita; acompanhantes, caso apareçam outras pessoas juntamente com o casal; elementos da noiva, sua indumentária e todos os acessórios característicos do casamento; elementos do noivo, sua indumentária e acessórios; posição da legenda, caso tenha, e onde se apresenta, na própria foto, no cartão, frente, verso; transcrição/dedicatória, caso haja, reescrita tal qual como apresenta-se na foto; processo pelo qual foi feita esta fotografia; dimensão da foto; cartão, caso haja; folha de separação, geralmente feita de papel vegetal ou manteiga; dimensões do cartão, caso tenha; fotógrafo/estúdio, se estiver identificado na foto ou no cartão; o percurso da fotografia até chegar as mãos da guardiã da memória.

Logo após essa primeira etapa, foi feita a reconstituição da árvore genealógica da família, que serviu para auxiliar na identificação do grau de parentesco de cada pessoa citada pela narradora, bem como na identificação do percurso percorrido pelas fotografias compartilhadas. Esta árvore não aparece então rígida, mas dinamizada por tempos vividos e contextos cotidianos que falam da identidade social e cultural dos membros da família.

Havia, entre os parentes, aqueles que moravam em cidades diferentes, uma grande troca de fotografias de casamento em forma de presente, e aqui pode-se fazer uma reflexão sobre a fotografia como objeto de troca de reciprocidade, tendo eficácia simbólica na comunicação entre redes familiares, dinamizando redes de parentesco. Mylius e Eckert (2000, p. 4) nos falam sobre este ato de compartilhar os retratos de família:

> estas fotografias reforçam as relações entre os

> membros da rede familiar na medida em que é utilizada como objeto que serve para presentear outros membros do grupo, reafirmando os laços de pertencimento deste grupo.

Os versos das fotografias são tão importantes quanto elas próprias, pois muitas vezes lá estão as dedicatórias do ato de compartilhar, datas e os fotógrafos que responsáveis pelas tais.

Luiz Crossa e Ondina Souza
15/12/1954
Fonte: Acervo da pesquisadora

Mauad (2001, p. 186) diz que "neste sentido a fotografia de família não é somente uma motivação para fazer aflorar saudades e pesares, é também um conjunto de regras visuais que molda a nossa experiência e memória".

As conversas com a guardiã do acervo, Tereza Schneid serviram para buscar pistas, indícios para compreender uma história que inclui o vivido, o retratado, o lembrado, o que foi herdado, passado de avó para neta, de geração em geração, compondo um mosaico feito de fragmentos de memória. Segundo Bosi (1994, p. 45), "na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens, ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho". Nesta perspectiva, minha avó conta a história da família a partir de suas lembranças reconstituídas no presente - porém, demonstra certa preocupação com a veracidade destes acontecimentos - e é exatamente a sua disposição de se colocar como narradora que permite, a partir de sua fala e das imagens analisadas, compreender a trajetória histórica da família. Thomson (2002, p. 351) fala que "a história oral pode proporcionar uma afirmação positiva de identidade para o narrador, para os membros de uma comunidade particular e para o mundo lá fora". Andrade (2012, p. 176) afirma que:

> As narrativas não constituem o passado em si, mas sim aquilo que os/as informantes continuamente (re)constroem desse passado, como sujeitos dos discursos que lhes permitem significar suas trajetórias escolares de determinados modos.

Halbwachs *apud* Mylius e Eckert (2000, p. 40) corrobora com a citação anterior quando nos afirma que :

> Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória. [...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.

Depois de observar foto por foto, a entrevistada falou livre-

mente sobre cada um dos retratos. Primeiramente, identificava a fotografia, indicando as pessoas retratadas e o ano da realização da mesma. Depois, narrava livremente pequenas histórias de família a partir da fotografia de casamento, contextualizando o retrato na trajetória familiar. Um retrato remetia a outros e as memórias se entrelaçavam em meio às fotografias. Halbwachs (apud MYLIUS; ECKERT, 2000, p. 3) nos fala que "não são somente fatos, mas as maneiras de ser e de pensar de um passado, de um ontem, que se fixam na memória". Thomsom (1997, p. 57) complementa a citação de Halbwachs dizendo que "as histórias que relembramos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais".

Vejo na figura da avó o início da trajetória familiar, que tem o poder de agregação de uma ampla rede familiar em torno de si. Existem pessoas dentro de cada família responsáveis por ser o elo entre as gerações. São mediadores que têm o papel de transmitir a história e as "marcas" do passado vivido. Barros (1989, p. 33) fala destas pessoas como referência fundamental para a reconstrução do passado:

> A figura dos mediadores ganha uma função fundamental nesse processo de manutenção da identidade grupal. Apresentados como o elo vivo entre gerações, os mediadores transmitem a história de um passado vivido e experimentado. No meio familiar, os avós representam a imagem da união entre seus antepassados e seus descendentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo resultou de uma análise de retratos de casamento, reinterpretados a partir da narrativa da guardiã da memória familiar. Para realizar a pesquisa, percebeu-se a importância destes dois recursos: os retratos de casamento e a narrativa da informante, pois como afirma Mylius e Eckert (2000, p. 42), "isso se dá pelo fato das fotografias acionarem lembranças da narradora, permitindo a reconstrução do passado, possibilitando a contextualização das imagens".

As imagens podem servir como recordação, como veículo de informação sobre pessoas do grupo que não se veem há algum tempo ou ainda como um presente enviado por esta ocasião tão especial que é o casamento. Assim sendo, pode-se pensar na fotografia como instrumento utilizado para selar as relações sociais do grupo através da circulação da foto.

es
27/12/1964
Fonte: Acervo da pesquisadora

Propõe-se aqui buscar perceber de que maneira estas

imagens acionam a memória dos descendentes, das pessoas retratadas e quais as representações sobre o casamento dentro da família, apresentado a partir das imagens. Schapochnik (1998, p. 457) fala das fotografias como referência para a memória familiar,

> Percorrer essas fotografias é como mergulhar no registro virtual da memória familiar. As fotografias são, pois um recurso eminentemente moderno que possibilita a conservação e a permanência de uma continuidade visual do passado familiar. Resistindo a aceleração do tempo, elas proporcionam uma orientação para a memória num contexto que tende a ser fragmentário e dispersivo. [...] A fotografia se afigura um suporte de memória, quando não a própria história visual da família em que se entrecruzam da vida e a entronização dos mortos.

Sontag (apud AMARAL, 1983, p. 118) diz que: "através da fotografia, cada família constrói uma crônica - retrato de si mesma- uma coleção portátil de imagens que testemunha sua coesão". Mitsi e Souza (2008, p. 147) afirmam que "O retrato em si é a prova concreta da união matrimonial, tornando-a pública, legitimando o casamento e a nova família que aí se inicia, além de se fixar como memória da mesma". Le Goff (2003, p. 460) destaca que "é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade visuais nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica".

O grupo de fotografias do qual parte este estudo é característico das colocações feitas: reúne imagens que foram produzidas ao longo de três décadas e resultam deste compartilhamento. As fotografias vão formando o fio da teia, tecendo imagens e recordações que unem o passado e presente, ascendentes e descendentes. Estes retratos não apenas conservam o passado, mas principalmente produzem referências para a rememoração do presente.

É possível verificar a possibilidade da leitura fotográfica de família como documento histórico. Registro não só de memória familiar, como também de comportamentos, relações familiares, vestimentas, ritos de passagem, história da família. A fotografia de casamento consegue recriar o rito do casamento com seus símbolos e cenas próprias. As fotos vão muito além do documento, integram uma narrativa visual que consiste em possibilitar ao espectador em qualquer tempo, rememorar, reiterar o rito, ou, noutras palavras: revivê-lo, não como passado, mas como se fosse presente.

Considera-se que os retratos não falam apenas de uma família específica, mas antes, falam de uma época e de um estilo de vida peculiar, por isso a escolha de utilizar as fotografias neste estudo deu-se por acreditar que é uma categoria de imagem rica em signos, e que além de se apresentar como memória familiar, permite a leitura de uma cultura material da época. Pretende-se, por fim, verificar como o registro da imagem permite que famílias acumulem durante anos fragmentos capazes de constituírem-se como um lugar de memória.

Encerra-se este artigo com mais uma fotografia de casamento compartilhada com a guardiã do acervo.

Imagem 7- fotografia: Nelson Vergara e Maria Ermínia Seus Vergara
Década de 1950
Fonte: Acervo da pesquisadora

NOTAS

[1] Depoimento obtido através de conversa informal entre a autora e a guardiã do acervo fotográfico Tereza da Silva Schneid, em 05/07/2013.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Aracy. Aspectos da comunicação visual numa coleção de retratos. In: MOURA, Carlos Eugênio de M. **Retratos quase inocentes**. São Paulo: Nobel, 1983.

ANDRADE, Sandra dos Santos Andrade. A entrevista narrativa ressignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: Meyer, Dagmar E., M. A. Paraíso. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e Família. *In*: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 29-42, 1989.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos – 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAIXETA, Juliana Eugênia. **Guardiãs da memória**: tecendo significações de si, suas fotografias e seus objetos. Brasília, 2006. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, 2006.

CERQUEIRA, Fabio Vergara; PEIXOTO, Luciana da Silva; GEHRKE, Cristiano. Fotografia e memória social: Etnografia de uma experiência em um núcleo rural de colonização italiana em Pelotas. In: MICHELON, Francisca; TAVARES, Francine (Org.). **Fotografia e memória**. Pelotas: EdUFPel, 2008. 163-209 p.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua**: A Companhia Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974). Pelotas: EdUFPEL, 2009.

FELIZARDO, Adair; SAMAIAN, Etienne. A fotografia como objeto e recurso de memória. In: **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 3, n. 3, p. 205-220, 2007.

GOMES, Angela de Castro. **A história da arte**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1996.

HALBWACHS, Maurice**. Los marcos sociales de la memória**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas: EdUNICAMP, 2003

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

_____. Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 22, jun. 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10734> Acesso em 16/08/2013.

MITSI, Márcia Ecléia Manha; SOUZA, Maria Irene Pellegrino de Oliveira. A fotografia como evidência histórica: retratos da família Mitsi. In: **Discursos Fotográficos**, Londrina, v. 4, n. 5, p. 131-158, jul/dez. 2008.

MYLIUS, Leandra; ECKERT, Cornélia. **A imagem que permanece, a narrativa que interpreta**: estudo antropológico da memória afetiva da guardiã dos retratos de família. Trabalho (Conclusão do Curso em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 457- 489.

SONTAG, Susan. **Ensaios sobre a fotografia**. Tradução Joaquim Paiva. Rio de Janeiro, RJ: Arbor, 1981.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. In: **Proj. História**. São Paulo, (15), p.51-84, abril de 1997.

_____. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. In*:* **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

BLOCO DOS CARETAS DE GUIRATINGA: DANÇANDO A CIDADE COM OUTROS OLHOS

Claudyanne Rodrigues de Almeida
Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea ECCO/UFMT
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT
Campus Juína-MT
clauantropologiaearte@gmail.com

Maria Thereza de O Azevedo
Professora, Doutora do Departamento de Artes e
Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea ECCO/UFMT,
maritheaz @gmail.com

RESUMO

Reflexão sobre o processo de *carnavalização* e as máscaras do *Bloco dos Caretas* de Guiratinga, Mato Grosso. No momento em que os foliões dançam pelas ruas da cidade com suas máscaras monstruosas o "mundo se encontra às avessas", há uma suspensão do seu cotidiano, do tempo e do espaço favorecendo um olhar reinterpretado de si mesmo, ou do mundo; um olhar para além da realidade convencional. Bakhtin ao observar o aspecto grotesco das festas populares na Idade Média e no Renascimento desenvolveu conceitos como *carnavalização e polifonia*, que nos ajudam a pensar sobre a questão. A *teatralização* de Eugenio Barba e a liminaridade de Victor Turner também contribuem para a análise.

Palavras-chave: Bloco dos Caretas. Máscaras. Carnavalização.

ABSTRACT

Reflection on the process and masks carnivalization Bloco dos Caretas de Guiratinga, Mato Grosso. By the time the revelers dance through the city streets with their monstrous masks "the world is upside down," there is a suspension of their daily lives, time and space favoring a look reinterpreted for yourself, or the world, a look in addition

to the conventional reality. Bakhtin observing the grotesque aspect of the popular festivals in the Middle Ages and the Renaissance concepts developed as carnivalization and polyphony, which help us to think about the question. A dramatization of Eugenio Barba and the liminality of Victor Turner also contribute to the analysis.

Keywords: Bloco dos Caretas. Masks. Carnivalization.

BLOCO DOS CARETAS NO CARNAVAL DE GUIRATINGA

Inflam bochechas, esticam os lábios, arreganham os dentes, franzem a testa, arregalam os olhos. No Carnaval de Guiratinga, pequena cidade do estado de Mato Grosso, os habitantes confeccionam suas próprias máscaras para sair no *Bloco dos Caretas*. Moldadas no barro e no *papier maché*, as máscaras/caretas de Guiratinga, numa projeção escultural - formas exacerbadas, alongamento de narizes e orelhas, criação de protuberâncias - tornam-se monstruosas, grotescas. O rosto do folião é velado por essas aberrantes, espantosas, criativas e engraçadas composições, combinadas com as túnicas coloridas de chitão que abrigam travesseiros e outros volumes produzindo também um corpo deformado.

Mas nem sempre foi assim. Na década de 1940, a elite guiratinguense possuía locais exclusivos para brincar carnaval. Por ser a economia da cidade baseada no garimpo, os diamantes bancavam fantasias luxuosas encomendadas no Rio e em São Paulo[1]. Entretanto, os moradores que fugiam do padrão social exigido para essas festas, eram excluídos dos clubes. Assim, os mais entusiasmados, mas sem dinheiro no bolso, com imaginação e criatividade criaram o Bloco dos Caretas. Conforme Dourado, Joaquim Vilela Neto, morador de Guiratinga e brincante relata:

> Filhos de mães solteiras, homossexuais, pobres e pretos não adiantava nem tentar entrar nos clubes, eram barrados mesmo; a discriminação já começava pela escolha do traje, mas caso a pessoa se enquadrasse em uma das situações anteriores, nem estando bem trajado conseguiria adentrar ao recinto de um clube. (DOURADO, 2003, p. 6).

E Seu Antônio Silva comenta que "Naquela época era muito divertido! Quando o Bloco passava parava tudo, até as danceterias que promoviam as matinês elitizadas (...) era chegar ali e acabar com o carnaval deles, a criançada corria tudo pra ver o Bloco!"[2]

Sem ter consciência da contribuição que trouxeram para Guiratinga, os criadores do *Bloco dos Caretas*, a maioria imigrantes nordestinos, inventaram uma força coletiva ímpar que, com o passar do tempo, integrou e incluiu todas as classes e gêneros da cidade. A foliã Ana Cláudia, que participara em épocas que a folia era só para homens diz: "Se em algum momento do pula-pula no meio dos Caretas todos fossem obrigados a tirar as máscaras, certeza que veríamos um bocado de mulheres entre os integrantes do Bloco que entram escondidas. (...) Nós furamos mesmo, era só aglomerar o pessoal que a gente furava".[3]

Para os moradores de Guiratinga, o gesto de modelar em barro e confeccionar a máscara está presente no imaginário da população, o que reflete nas brincadeiras de crianças, desperta a criatividade, engenhosidade, ludicidade nos modos de fazê-la. Muitas vezes usam crina de cavalo, dentes e brincos para ornamentar ou aterrorizar. As figuras que surgem vão, desde monstros com chifres e cara de mau, animais como vaca, porco, girafa, até caricaturas de personagens conhecidas, políticos influentes, o papa, estrelas da música ou do cinema. Ninguém é poupado da ridicularização.

Outro personagem que aparece em grande número é o travesti, que já se configura por uma hibridação de gêneros, misturas de roupas, vozes e trejeitos, praticados por muitos homens. No carnaval de Guiratinga, todos se "travestem" de alguma forma. Os foliões que saem de travesti, colocam peitos e bundas exagerados,

roupas curtíssimas, saltos altíssimos. Os que querem parecer mais monstruosos enchem o roupão de almofadas para ter uma imagem descomunal, transbordante; os que querem provocar medo nas crianças usam pinholas ruidosas de vaquejada, sinos amarrados nos corpos, latas com pedras amarradas nas canelas etc.

Mascarados do Bloco dos Caretas de Guiratinga Foto de Eduardo Bernardelli.

MÁSCARAS, DISSOLUÇÃO DE IDENTIDADES

O carnaval é a representação máxima da carnavalização, de acordo com Bakhtin, pois conjuga uma pluralidade de vozes tal que o caracteriza, fundamentalmente, como polifônico, dada sua heterogeneidade constitutiva, que relaciona extravagância e simplicidade, cenários exóticos e banais, aspectos eruditos e populares, mesclando uma significativa variedade de estilos e contemplando a junção de pessoas de diferentes classes sociais, etnias e idades.

No carnaval, a máscara é uma das alegorias mais marcantes, pois promove a confusão e dissolução das identidades pessoais e sociais e o triunfo da alteridade durante aquele tempo convencionalmente reservado à transgressão. O uso da máscara propõe um renascer com uma nova máscara social. Leach fala sobre essa situação 'mascarada': "O indivíduo, em vez de dar ênfase a sua personalidade social e ao seu *status* oficial, procura disfarçá-los. O mundo surge numa máscara, as regras formais da vida ortodoxa são esquecidas" (apud DAMATTA, 1977, p. 26).

O motivo da máscara é o mais importante, complexo e mais carregado de sentido no carnaval, para Bakhtin:

> A máscara traduz a alegria das alternâncias e das reencarnações, a alegre relatividade, a alegre *negação da identidade* e do sentido único (*polissemia*), a negação da coincidência estúpida consigo mesmo; a máscara é a expressão das transferências, das *metamorfoses*, das violações das fronteiras naturais, da ridicularização, dos apelidos; a máscara encarna o principio de jogo da vida, está baseada numa peculiar inter-relação da realidade e da imagem, característica das formas mais antigas dos ritos e espetáculos. O complexo simbolismo das máscaras é inesgotável. Basta lembrar que manifestações como a paródia, a caricatura, a careta, as contorções e as "macaquices" são derivadas da máscara. É na máscara que se revela com clareza a essência profunda do grotesco. (BAKHTIN, 1993, p. 35)

Bakhtin afirma que mesmo na "vida cotidiana contemporânea, a máscara cria uma atmosfera especial, como se pertencesse a outro mundo. Ela não poderá jamais tornar-se um objeto entre outros". (1993, p. 36) Alguns religiosos de Guiratinga apontam os

Caretas como "coisa do diabo", o que remete a afinidade desses com o diabo do carnaval na Idade Média, o qual Bakhtin define como um alegre porta-voz ambivalente de opiniões não oficiais, da santidade ao avesso, o representante do inferior material, que nada tem de aterrorizante nem estranho, são espantalhos alegres.

Se na Idade Média o modo carnavalizado das festas populares servia como uma "segunda vida" que permitia aos participantes estabelecerem relações novas, no *Bloco dos Caretas* essas relações e atitudes novas também reaparecem. Com a máscara o assistente de obras pega na mão da esnobe burguesa, em outros casos basta a moça, que sempre passa despercebida pelos rapazes, fazer uma encenação monstruosa na frente deles que ganha a simpatia.

Uma das máscaras do Bloco dos Caretas de Guiratinga. Foto de Claudyanne Rodrigues

Sob as máscaras, a interação social é mais desinibida, despretensiosa e despreconceituosa. Até porque seria difícil ter um conceito pré-estabelecido sobre um monstro de careta, ele não tem sexo, idade, status social, parentes etc. Há uma supressão das relações hierárquicas e uma forma especial de contato livre e familiar entre indivíduos normalmente separados na vida cotidiana pelas barreiras intransponíveis da sua condição social, idade ou situação familiar. Essas circunstâncias podem despertar uma nova dimensão para o olhar sob a máscara. Bakhtin caracteriza esse ambiente como "o caráter universal, a concepção profunda do mundo". (1993, p. 14). E prossegue,

> Durante o carnaval nas praças públicas a abolição provisória das diferenças e barreiras hierárquicas entre as pessoas e a eliminação de regras e tabus vigentes na vida cotidiana criavam um tipo especial de comunicação ao mesmo tempo ideal e real entre as pessoas, impossível de estabelecer na vida ordinária. Era um contato familiar e sem restrições, entre indivíduos que nenhuma distância separa mais. (BAKHTIN, 1993, p. 14)

Liberados das normas correntes da etiqueta, dos costumes, esse clima polifônico cria uma forma peculiar de convivência, que inclui a linguagem dos gestos para se comunicar, extinguindo a distância entre os indivíduos. Muitos mascarados/caretas gesticulam, demonstrando simpatia, aterrorizando, fazendo palhaçadas. Seu efeito sobre os "espectadores", que, mesmo sem o roupão e a máscara, participam do ambiente carnavalizado provocando sensações diversas. A "linguagem carnavalesca" não necessita ser polida, nem seguir as regras. E o que aparentemente se destaca, nesse ambiente mascarado, são as inusitadas experiências provocadas por alguns e sentidas por todos que se permitem vive-las.

Outro aspecto constante dos ritos carnavalescos,

observados por Bakhtin, são as situações de desnudamento no mascaramento, já que o ato de pôr a máscara significa assumir outra personalidade ou esconder-se, assim como o de tirar a máscara significa mostrar-se, exibir-se (apud PACHECO, 2006).

No teatro grego, a máscara servia para dar aos atores a sua personagem, a sua *persona* (= máscara). Escondendo o rosto, os atores representavam usando apenas a impostação vocal e o gesto. A máscara reaparece na C*ommedia dell'Arte* italiana, séc. XV, mas as máscaras cômicas e trágicas do teatro grego ainda hoje representam, em conjunto, o teatro: afinal, os atores, ao assumirem uma personagem, estão ainda a colocar uma "máscara" sobre si. No *Bloco dos Caretas*, os foliões deslocam-se do seu ser e agem como personagens monstruosos ou bizarros, é "um outro revelado em você", como salienta Eugenio Barba (1995, p. 109). A máscara é uma maneira de viver o outro, de se transportar para outra dimensão do eu, de desdobramento de si. É outra possibilidade de dar ao rosto uma dimensão *extra cotidiana* ou de transporte para a teatralização, como faziam alguns povos em rituais antigos que Barba (1995, p. 208) chama de "artes representativas tradicionais".

Bakhtin deixa claro que os ritos de carnaval "por seu caráter concreto e sensível e graças a um poderoso elemento de *jogo*, estão mais relacionadas às formas artísticas e animadas por imagens, ou seja, as formas do espetáculo teatral". Mas não configura puramente arte, e nem puramente cultura popular, se situa "nas fronteiras entre a arte e a vida". Na realidade, é a "própria vida apresentada com os elementos característicos da representação." (BAKHTIN, 1993, p. 6) Numa outra forma livre, ideal de vida, ressuscitada.

Para Bakhtin, a ação de destronamento - atos simbólicos contra o poder, a autoridade suprema, no caso o rei, na Idade Média - era importante nas festas carnavalescas. A liberação de regras dominantes, pelo tempo do carnaval, conferia ao povo sentimentos de "universalidade, liberdade, igualdade e abundância" (BAKHTIN, 1987, p 8) – fundamentais à visão carnavalesca, uma vez dissipadas as diferenças é possível o engendramento de relações entre indivíduos normalmente separados no cotidiano: "Este mundo carnavalizado de misturas e excessos celebra o tempo das transformações, responsável pela degradação e morte do mundo antigo e pelo nascimento do novo". (PIRES, 2006 p. 955.)

A ideia de destronamento de Bakhtin cabe nesta análise do *Bloco dos Caretas,* pois tudo que é tabu ou hierarquia é ridicularizado, como ocorre com personagens conhecidos satirizados através das máscaras. Mas não só os personagens conhecidos são satirizados, há também uma paródia da vida cotidiana o que demonstra ironicamente a outra extensão de espaço que não o da vida ordinária.

São muitas as análises a respeito do carnaval como a de configurar um período de inversão de valores, onde tudo pode, a estrutura política e econômica se coloca em suspensão; é um momento de comunhão onde há uma ausência de *status*, de sexualidade, de classes, de hierarquia, de obrigações de parentesco, anonímia (TURNER, 1974); o "sumário perfeito da visão anticotidiana da vida" (DAMATTA, 1977, p. 22) etc. Essa composição carnavalesca de mascarados pode representar uma ausência de estrutura social, ou melhor, a estrutura pode estar em suspensão, assim como os anseios do cotidiano. De acordo com Turner (1974), isso leva os indivíduos a uma experiência onírica, com espaço e tempo em outra dimensão, onde o futuro é incompleto, incerto, os planejamentos da vida ordinária são temporariamente esquecidos. Por trás das máscaras e do carnaval existe muito mais que uma festa pagã, existe um modo especial de ver o mundo, euforia e inversão de valores.

É esse patamar de inversão de valores que pode servir de revigoramento/ "renascimento" no novo olhar/estar sob a máscara. Nas máscaras dos *Caretas*, além do pequeno orifício na abertura dos olhos impedirem a visão total, o capuz debaixo da máscara

contribui não só para o olhar interior, mas para olhar o espaço físico de maneira limitada, consequentemente reconfigurada, como os experimentos sensoriais de Lygia Clark.[4]

O caráter teatralizado das máscaras é bem vivificado, por exemplo, no teatro japonês *nô*, que se diferencia do teatro moderno pela característica ritualística e espiritual do corpo e a ênfase na linguagem não verbal. A máscara de *nô* é o parceiro do ator para "flutuar entre o mundo da escuridão e a realidade", diz Kusano (1988, p. 39). Elas são transformadas de um objeto estático para um perfil vivo e sugestivo. Essas máscaras possuem aberturas estreitas para obstruir a visão do mundo exterior, forçando o ator a voltar seus olhos para o seu mundo interior. Eugênio Barba se refere ao teatro *nô* dizendo que:

> os atores usam o campo de visão diferente do usado na vida cotidiana. Sua atitude física total é mudada: o tônus muscular do tronco, a pressão dos pés, dos olhos, o equilíbrio. Com uma mudança na maneira cotidiana de olhar, eles são capazes de dar ímpeto a todo um novo patamar de energia. (1995, p. 105).

Sob as concepções do *Teatro antropológico*, o mesmo autor observa que o ambiente já existe e aparentemente não pode mudar, mas o ator, e seu artifício da máscara, usa sua presença para emergir um personagem "na arquitetura que normalmente não somos capazes de ver, por causa dos hábitos cotidianos e usos que não mais experimentamos com um olho são". (BARBA, 1995, p. 71)

Ao colocar uma máscara, o ser viola as fronteiras naturais, deslocando-se para outro lugar. O ato de por a máscara significa assumir outra *persona*, ou, como uma foliã mesmo disse, "se coloca a máscara para esconder a outra máscara". Artaud (2004) diz que a máscara mostra. E, Eugênio Barba (1995), que ela é suporte para viajar por outros mundos, de se transportar para outra dimensão do Eu. Para Bakhtin (1993, p. 122), a máscara "é a expressão das transferências, das metamorfoses."

PELAS RUAS DA CIDADE

Os foliões do *Bloco dos Caretas* de Guiratinga dançam coletivamente pelas ruas da cidade ao som dos tambores, num cortejo meândrico, ressignificando os espaços antes ocupados de forma convencional e com paradigmas bem fixados pela estrutura social. A concepção de espaço é redimensionada pelo desregramento do habitual como, por exemplo, o fato dos travestidos de caretas, muitas vezes, entrarem nas casas que na "vida não carnavalesca" nunca entrariam, percorrem ruas que nunca foram e nem iriam; descentralização das vozes que imperam naquele mesmo espaço físico, e multiplicação de outras que não encontram "espaço" para serem ouvidas.

TEMPO CÓSMICO

A respeito do tempo, há um desdém pelo tempo cronológico, os ponteiros socialmente construídos são provisoriamente apagados e o tempo cósmico é valorizado, podendo haver um prolongamento quase indefinido de um único momento. Esse tempo tem relação com os momentos de vivência intensa, que deixam marcas, e que, por isso, podem abrir fendas na imaginação. Podem produzir desejo e o desejo subsidiar alguma criação.

A posição que a o *Bloco dos Caretas* ocupa na cosmologia desse lugar e sua situação carnavalizada se distingue por um caráter não oficial, antiestrutural, polifônico e desprendido das funções da vida formal, limitada, perfeita, definitiva.

Propriedades, como a polifonia, polissemia, assim como incompletude, meandro e transbordamento, pairam sobre a situação mascarada de carnaval. O *Bloco dos Caretas* não tem roteiro fixo, nada é planejado, anda a deriva, todos os caminhos são possíveis. Alguns param no bar, na casa do amigo para comer, outros passam por outras ruas e se encontram em algum ponto. As

ocorrências não são causais, mas casuais, os caminhos não são completos, fixados, o futuro é incerto e, portanto, repleto de possibilidades.

UM MUNDO INVERTIDO

A hipótese levantada aqui é que a "passagem" para experimentar essas sensações de "mundo às avessas" pode levar a latências despercebidas[5], ou melhor, o olhar sob a máscara sem foco, nem alvo, olhar que parte de todas e para todas as direções (de cima para baixo, de baixo para cima, do lado etc.)[6] contribui para um olhar reinterpretado de si mesmo ou do mundo; indica um olhar para além da realidade convencional, já que é um *agir* e *ver* de alguém desobrigado do "personagem cotidiano", como bem observa Goffman (1975). Olhar além da realidade socialmente imposta já se faz relevante por si só, ter uma outra interpretação do mundo a nossa volta e de nós em volta do mundo.

Bakhtin define essa relação experimentada concretamente nesse contato vivo, material e sensível como a "relação verdadeiramente humana", a qual o homem "tornava a si mesmo". Se nesse contexto peculiar é que somos verdadeiramente humanos, a nossa colocação na vida ordinária remete ao que Mauss(1974) chamou de "animais domesticados", domesticados pelos processos de aprendizagem das regras de sociabilidade, nossos contratos sociais e demais convenções educadamente apreendidas no "processo civilizatório". O "tornar a si mesmo" remete a um sentido natural/instintivo, assim como a ênfase nas sensações. E mais, "a alienação desaparecia provisoriamente". (BAKHTIN, 1993) É interessante perceber a inversão das definições julgadas comumente: o *humano* aqui é o não normatizado/civilizado; e a *alienação* é justamente esta estrutura político-social institucionalizada.

A aproximação da análise bakhtiniana a respeito do carnaval com o *Bloco dos Caretas* se faz basicamente nessa relação orgânica, coletiva e visceral, na qual a sensação carnavalesca do mundo transpõe-se para uma sensação corporalmente vivenciada, ao mesmo tempo experimenta outra dimensão mental da realidade.

A relativização da verdade e do poder dominantes constitui um dos sentidos profundos do riso carnavalesco nas suas múltiplas manifestações, ao ridicularizar tudo o que se arroga de uma condição imutável, definitiva. Por serem expressões coletivas de desnormatização social, pauta a reflexão da possibilidade de obter um caráter de desconstrução de conceitos pré-estabelecidos, fixados e plausíveis ressignificações sociais. Na medida em que um mascarado olha para o mundo de outra maneira, experimentando outras percepções, produzindo outros pensamentos, existe a possibilidade de alterar seu imaginário sobre o mundo. Bakhtin mostra que seria a renovação, revigoramento, o momento que a máquina estrutural para e o tempo se torna outro. O carnaval celebra a mudança e a renovação do mundo. "As festividades (de carnaval) têm sempre uma relação marcada com o tempo", o tempo da morte e ressurreição, alternância e renovação. Esse aspecto demonstra a relação restrita com o rito de passagem, a morte de um "estado" e "ressurreição" de outro, de acordo com a clássica abordagem de Van Gennep (1978).

Nesse sentido, Bakhtin lança luz sobre a hipótese de que, ao colocar a máscara de carnaval os foliões passam por um processo de renovação. O rosto agora sem máscara não é o mesmo de quando entrou em cena ao se esconder sob a máscara. A fronteira entre rosto (cotidiano) X máscara (arte, sublime) provoca um mundo de possibilidades, de revitalização pelo aspecto regenerador e renovador da máscara, que recobre a "natureza inesgotável da vida e seus múltiplos rostos". (BAKHTIN, 1993, p. 36)

Kusano (1988) também referencia a atmosfera de vida e morte no ritual da travessia, onde a máscara torna-se um rosto e o rosto uma máscara. Onde a força do inconsciente sobrepuja o consciente como um grito da natureza anuncia um espaço cósmico de comunhão dos homens com uma vivência no sentido mais profundo. Em sua passagem ruidosa, os caretas emanam diversas

vozes, gritos de alegria e terror, de descarrego das energias boas e ruins acumuladas na apressada vida habitual:

> O silêncio, por vezes, diz muito além do que podemos imaginar, olhares sorrateiros, nervosismo, excitação; *start!* som ritmado de tambores, cores, fantasia... *vidas gerando vida* e inebriando a alma, cinzas que ficam na quarta, na quinta, nas esquinas, no ventre das meninas... cinzas que fazem *sentir renovados*, brincando de rei, de capeta, de anjo mau, de "viado" vão compondo *várias sinfonias*. Máscaras que, por vezes, escondem o que sempre foram e revelam o que gostariam de sempre ter sido. Máscaras da sociedade, máscaras das mortes anunciadas e das mal contadas, máscaras da sede fabricada, máscaras da fome adiada, do sonho bom de carnaval. Entre capôs, chitãos e chifres assustadores, ressuscitam "D. Cazuza" que brada forte a seus servos: "Brasil, mostre sua cara!" e todos ensandecidos, embasbacados pela magia do momento e embriagados pelo ritmo, narcisos cantam e encantam a cidade. Careta é Carnaval! Mas não há carnaval por ali sem caretas. (Poema "Bloco dos Caretas" - autor desconhecido)

Os Caretas, em carnavalização, simulam um estado coletivo ideal, sem hierarquias nem barreiras promovidas pelo *status* e pelas condições sociais. O destronamento das hierarquias da vida cotidiana, como bem argumenta Bakhtin, destrona também a lógica da identidade, engendrando espaços para o acesso à possíveis singularidades, de forma a distanciar do ser esperado e definido a priori.

Se uma festa caracterizada pela mistura de artes, pelo desvelar criativo de cidadãos comuns, artífices de esmeradas esculturas e da construção de personagens inusuais, se esses gestos possibilitam também a ultrapassagem do cotidiano, entende-se, então, que o processo de construção da máscara e a performance, revelam-se como elementos surpreendentemente atuais e necessários para o tempo contemporâneo, destacando-se assim, como artifícios chaves de reflexão.

Assim, os foliões do bloco dos Caretas de Guiratinga, ao inflar as bochechas, esticar os lábios, arreganhar os dentes, franzir a testa e arregalar os olhos das máscaras que eles próprios produzem de papel *machê* estão preparando um ritual de passagem para coletivamente viver a suspensão do tempo cotidiano, andar a deriva pela cidade e se revigorar para, quem sabe, criar outros mundos possíveis.

NOTAS

[1] DOURADO, Jucedelia G. **O Bloco dos Caretas na cultura guiratinguense**. Monografia de conclusão de graduação em História. Rondonópolis, 2003.

[2] Idem

[3] Em entrevista para a dissertação ESTADO METÁFORA: CARNAVALIAÇÃO, LIMINARIDADE E PERFORMATIVIDADE NO BLOCO DOS CARETAS DE GUIRATINGA MATO GROSSO que gerou este artigo.

[4] Lygia Clark, artista plástica brasileira, desenvolveu uma série de experimentos para a provocação da sensorialidade, incluindo o ver através de objetos que reduzem a visão .

[5] No dicionário, carnaval é definido como "o irromper de recalques por meio de danças, trejeitos, indumentária diversa da habitual"; "situação mascarada". **Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda**. 5º edição. São Paulo: Cia Melhoramentos de SP, 1981.

[6] Bakhtin define como as permutações constantes do alto e do baixo ("a roda"), a face e do traseiro. (1993, p. 10)

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: HUCITEC; Brasília: EdUnB, 1993.

BARBA, Eugenio; SAVARESE, Nicola. **A arte secreta do ator**: Dicionário de Antropologia Teatral. São Paulo: EdUnicamp, 1995.

DAMATTA, Roberto. **Ensaios de Antropologia Estrutural** - O Carnaval como um Rito de Passagem. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

DOURADO, Jucedelia G. **O Bloco dos Caretas na cultura guiratinguense**. Monografia (conclusão de graduação em História). Rondonópolis, 2003

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1975.

KUZANO, Darci Yasuco. **O que é teatro Nô**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MAUSS, Marcel. As técnicas corporais. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/ Edusp, 1974.

PACHECO, Enilda. Carnavalização: um fenômeno da cultura popular. **Revista eletrônica UNINTER** Grupo Educacional. Coordenação Centro Cultural. 2ª quinzena fevereiro/2006. nº 2 – Disponível em:
http://64.233.169.104/search?q=cache:7NMJqdgVeAsJ:www.grupouninter.com.br/revista/anteriores/index.php%40edicao_id%3D2%26menu_id%3D4%26id%3D35+bakhtin+carnavaliza%C3%A7%C3%A3o&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=1&gl=br, acessada setembro/2011.

PIRES, Iris Cristina N. O. O Grotesco em "Zingarêsca", de João Guimarães Rosa. **Revista Estudos Linguísticos** XXXV, p. 950-958, 2006.

QUILICI, Cassiano Sydow. Antonin Artaud - **Teatro e Ritual**. São Paulo: Annablume, 2004.

TURNER, Victor W. O processo ritual. **Liminaridade e Comunitas**. Petrópolis: Vozes,
1974.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis: Vozes, 1978.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

ESTEVÃO DE MENDONÇA E A INTERPRETAÇÃO DE MATO GROSSO PARA SALA DE AULA

Aparecido Borges da Silva
Mestre em Educação / UFMT
cidoborges@gmail.com

Nicanor Palhares Sá
Doutor em Educação – UFMT
palhares@ufmt.br

RESUMO

Há muito tempo, um conjunto de representações sobre Mato Grosso, formuladas por viajantes estrangeiros e por intelectuais e dirigentes brasileiros, integraram o imaginário das elites litorâneas. Modos de ver a província/estado e suas populações que muito incomodavam as elites mato-grossenses, visto que taxados de violentas e pouco civilizadas. Na perspectiva de elaborar uma imagem positiva sobre Mato Grosso e seus habitantes, alguns intelectuais locais empreenderam, na primeira metade do século XX, esforços na construção de representações sobre seu passado. Imagens que seriam dignas de culto e passíveis de apropriação em sala de aula pelas novas gerações de mato-grossenses. Neste contexto, destacou-se o livro *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, que é considerado como a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense.

Palavras-chave: História da Educação. Livro Didático. Mato Grosso. Estevão de Mendonça.

RESUMEN

Hace mucho tiempo, un conjunto de representaciones de Mato Grosso, hecha por viajeros extranjeros e intelectuales y líderes de Brasil, han adoptado la imaginería de las elites costeras. Maneras de ver la provincia/estado y su gente que realmente molestaba elites Mato Grosso, según la etiqueta como violentos e incivilizados. Desde la perspectiva del desarrollo de una imagen positiva de Mato Grosso y de sus habitantes, algunos intelectuales locales se comprometieron en la primera mitad del siglo XX, los esfuerzos en la construcción de representaciones sobre su pasado. Imágenes que sería digno de adoración y objeto de apropiación en el aula por las nuevas

generaciones de Mato Grosso. En este contexto, el libro se destacó *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, de Estevão de Mendonça, que es considerado como la primera publicación destinada a formar la memoria histórica de Mato Grosso.

Palabras-clave: Historia de la Educación. Libro de texto. Mato Grosso. Estevão de Mendonça.

INTRODUÇÃO

O *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*[1], de Estevão de Mendonça, teve ao todo duas edições, sendo a 1ª publicada em 1906[2], pelas Escolas Profissionais Salesianas, e sua 2ª edição datada de 2005, quase um século depois, pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). A segunda edição traz anexada as atas e o parecer conferido ao livro pelo Conselho Superior da Instrução Pública, à época de sua aprovação.

O livro que será aqui analisado é sua primeira edição: um exemplar com 117 páginas de texto sem ilustrações. É um estudo histórico-geográfico de Mato Grosso e está dividido em duas partes. Na primeira, o autor inicia com a *descrição física de Mato Grosso*: seus limites, superfície, aspectos físicos, clima, salubridade e a produção natural. Segue com a orografia do estado, ou seja, suas serras e montanhas, relacionando-as de norte a sul, em todas as suas características e localizações. Por fim, traça um perfil do regime de águas citando as suas principais bacias hidrográficas e os principais rios que as formam.

Na segunda parte, *Descrição Política de Mato Grosso*, Mendonça apresenta um resumo dos principais acontecimentos históricos de Mato Grosso, desde a colônia até os primeiros anos do século XX, destacando uma lista de governantes coloniais, provinciais e estaduais. Apresenta ainda estudos sobre a formação étnica dos mato-grossenses, sua população, os poderes do Estado, a instrução pública e aspectos abrangentes relativos à indústria e comércio, mineração, força pública, forças armadas e a Igreja. Discorre sobre as populações indígenas, suas respectivas localizações e número populacional. E, por fim, dispõe sobre as vias de comunicação de Mato Grosso com outros pontos do país, basicamente fluviais, com as respectivas distâncias.

Em uma parte final, *Cidades e Vilas do Estado*, apresenta um breve resumo das principais cidades mato-grossenses, seus aspectos históricos de fundação e número de habitantes

1. DESCRIÇÃO FÍSICA DE MATO GROSSO

Na primeira parte de seu trabalho, a *descrição física de Mato Grosso*, Estevão de Mendonça traz explicação detalhada de todas as fronteiras territoriais, que, na época, compreendiam Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e parte de Rondônia.

Segundo o autor, Mato Grosso já definira todas as suas fronteiras espaciais, por meio de tratados com o Paraguai, a Bolívia, Amazonas, o Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Porém, com Goiás, os limites ainda continuavam em litígio:

> O governo goiano reclama contra essa linha divisória e pretende que prevaleçam os limites que o primeiro governador da capitania de Goiás, D. Marcos de Noronha, propôs à metrópole em ofício de 12 de janeiro de 1750, [...] Não tendo, porém, esse ato de acessão aprovação da metrópole, que era o poder competente para ratificá-lo, é intuitivo que semelhante aquiescência é nula de pleno direito. (MENDONÇA, 1906, p. 5-6).

É importante destacar que tal situação manteve-se por muitos anos depois. E, por isso, em 1918, Philogonio de Paula Corrêa, importante intelectual cuiabano, publicou um opúsculo, *Limites de Mato Grosso com Goiás*[3], para apoiar as pretensões mato-grossenses sobre a área em litígio. A questão da definição de

fronteiras do território de Mato Grosso com Goiás desempenhou um papel fundamental na elaboração de uma identidade regional mato-grossense nos primeiros anos da República (GALLETI, 2012).

Ainda preocupado com possível definição de limite e do espaço geográfico mato-grossense, Estevão de Mendonça, tendo como referência a capital nacional (Rio de Janeiro), apresentava a seguinte *posição astronômica* (coordenadas geográficas) para o estado: 7º 21' e 24º 03' 41" de latitude meridional (sul); e, 6º 42' e 22º 13' 15" de longitude ocidental (oeste).

Um último ponto importante para a definição do espaço geográfico mato-grossense foi a sua extensão territorial exatamente definida. A questão era tão delicada que, até o ano de 1919, o estado não tinha uma carta geográfica. A proposta de elaboração de uma representação gráfica da territorialidade mato-grossense só aconteceria mais tarde, com os trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, chefiada pelo mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon. Antes disso, a compreensão do tamanho do território mato-grossense era algo vago e abstrato: "quase igual à superfície reunida da Alemanha, França, Inglaterra e Itália, podendo comportar mais de 150.000.000 de habitantes". (MENDONÇA, 1906, p. 6).

Na tentativa de apresentar Mato Grosso aos estudantes, o autor delineia uma apresentação detalhada dos aspectos físicos do estado, dividindo-o em três zonas distintas:

> [Pantanal] abrange a região baixa que os primeiros exploradores deram o nome de Lago Xaraiés, de uma tribo extinta; [Cerrado] compreende as terras altas que dividem as águas que vão ao Prata e das que correm para o Amazonas; [Amazônia] no declive desse *plateau*, a norte e a nordeste [...] (MENDONÇA, 1906, p. 7).

Interessante notar que a divisão adotada por Estevão de Mendonça, mesmo após as sucessivas perdas territoriais (desmembramento de Rondônia, em 1943, e Mato Grosso do Sul, em 1977), se manteve durante muitos anos nos livros didáticos de Geografia, só reformulados recentemente[4]. Na verdade, até a bem pouco tempo, os autores de livros didáticos sobre a História de Mato Grosso se apropriaram fielmente das diretrizes lançadas por este livro, o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*.[5]

Ainda na discussão sobre os aspectos físicos do estado de Mato Grosso, o autor apresenta o Pantanal. Segundo ele, este bioma ocupava

> [...] aproximadamente 174.000 quilômetros quadrados; estende-se da foz do rio Jauru [Cáceres] às imediações do Forte Coimbra [Corumbá], e por ocasião das enchentes fica aí o solo inteiramente inundado, a exceção de pequenos trechos de terra de maior elevação. O aspecto desta região, em tal período, é de uma monotonia fatigante [...] Essa feição característica do pantanal mato-grossense acentua-se com maior intensidade nos alagados que alimentam as lagoas de Cáceres, Mandioré, Guaíba e Uberaba, e acompanha a bacia do Paraguai até próximo à antiga povoação de Albuquerque [Corumbá]. (MENDONÇA, 1906, p. 7).

Com relação ao Cerrado, ele diz tratar-se da

> [...] região das terras altas, que abrange a maior porção do território mato-grossense, [...] servindo de divisor das águas [...] A parte desse grande araxá que vai do Guaporé ao Araguaia, cuja altitude varia de 600 a 800 metros acima do nível do mar, presta-se pela disposição de seu solo as três subdivisões, que compreendem – a Serra do

> Parecis, a Serra de São Jerônimo e a Serra do Amambaí. (MENDONÇA, 1906, p. 8-9).

Apresentou a Serra dos Parecis e Serra de São Jerônimo como sendo um terreno árido, que se assemelhava aos desertos da África e Ásia. Já a Serra de Amambaí, apontava o autor, eram campos pouco ondulados assemelhando-se às campinas do Rio Grande do Sul.

A Amazônia, por ser a zona menos explorada naquele momento, "o pouco que dela se conhece parece confirmar a ideia de terrenos simultaneamente firmes e alagadiços, como sucede ao trecho que borda o lado ocidental da Serra dos Parecis". (MENDONÇA, 1906, p. 10). Ainda dizia:

> [...] reúne em seu seio os distritos florestais que bordam os vales do Guaporé e do Madeira, contorna as ramificações da Cordilheira do Norte e estende-se às localidades regadas pelo Tapajós e Xingu, descrevendo um semicírculo em que enumera desde canaviais impenetráveis de *tocacaes*, até seringueira, o cacauzeiro e o castanheiro do Pará. (MENDONÇA, 1906, p. 10).

O clima era dividido em duas estações bem definidas: a da seca (de junho a setembro) e a das águas (de setembro a junho, com maior intensidade entre janeiro e fevereiro). Sendo que a transição poderia acontecer lenta ou bruscamente, porém, quase sempre anunciada por uma grande sensação de calor. Segundo ele, a temperatura máxima não ultrapassava jamais a 37 graus centígrados, como também não desciam de 10 graus, sendo a média de temperatura de 26 graus, sendo o calor suavizado, durante a noite, pela mais branda viração.

Ao longo do texto percebe-se que Estevão de Mendonça se esforçou para apresentar Mato Grosso como sendo um estado saudável, com um bom regime de chuvas e, também, um bom clima. Segundo ele, em algumas cidades como Nioaque, Aquidauana, Campo Grande, Vacaria e Chapada dos Guimarães, "o clima é brando e assemelha-se ao do sul da Itália". (MENDONÇA, 1906, p. 11). Mesmo assim, mantinha-se a reputação de lugar insalubre, que podia ser atribuída à semelhança de nome com a cidade de Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade) que, por muitas vezes, foi descrita por governadores e viajantes como um lugar "onde reinavam febres intermitentes e remitentes originárias das evaporações paludosas nas margens dos rios" (MENDONÇA, 1906, p. 12), em especial os afluentes do Rio Guaporé: "o nome daquela cidade, efetivamente doentia, sendo semelhante ao do Estado, tem produzido, mesmo no nosso país, uma confusão altamente prejudicial ao povoamento do solo mato-grossense". (MENDONÇA, 1906, p. 13).

Para o autor, as epidemias que assolaram Mato Grosso (a varíola, em 1814 e 1867; e, a cólera, em 1867 e 1887), e que ceifaram milhares de vidas (a varíola de 1867 fez 6.500 vítimas), foi, em parte, de responsabilidade da população "que era até então infensa aos benefícios da vacina, que sistematicamente repelia". Porém, os mato-grossenses civilizaram-se e as inúmeras mortes fizeram com que compreendessem a eficiência da medicina moderna e, "embora tardiamente, a lição operou inteira transformação, e às virtudes da linfa preservativa devemos sem dúvida o caráter benigno com que a varíola se nos apresentou em 1901". (MENDONÇA, 1906, p. 12-13).

Certamente, o livro didático elaborado por Estevão de Mendonça tinha, também, um caráter propagandístico, pois enfatizava aspectos positivos de Mato Grosso, certamente em decorrência das representações negativas, impeditivas da transferência de braços e capitais para a região, tão necessários ao seu desenvolvimento mercantil e industrial.

Sua proposta era produzir um conjunto de representações positivas sobre Mato Grosso, pois há tempos essa parte do território brasileiro era estigmatizada por uma literatura exógena e reproduzida na maioria dos livros didáticos circulantes em todo Brasil.

Tal imagem foi repudiada pela elite intelectual mato-grossense, que buscou, através da imprensa, da produção de artigos, livros, mas especialmente através dos livros didáticos, criar uma nova representação de Mato Grosso. Segundo Chartier (1990, p. 17), tais representações entraram "em um campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação". Em outras palavras, o cenário era de representações em luta.

Mendonça esforçou-se por apresentar ao público um Mato Grosso saudável, civilizado, bem diferente do que haviam relatado os viajantes estrangeiros, intelectuais e dirigentes brasileiros ao longo do século XIX e primeiros anos do XX. As mudanças já estavam em percurso e, com relação às epidemias, mostrou em seu livro que a mortandade abandonara Mato Grosso, sendo elevada a expectativa de vida de seus habitantes. Segundo ele, "o sarampo e a escarlatina de há muito que desapareceram do nosso quadro nosológico, e não são raros aqui os casos de longevidade". (MENDONÇA, 1906, p. 13).

Ainda na descrição física, chama atenção para as riquezas das produções naturais do território mato-grossense. Descreve os minerais, as plantas, as espécies alimentares, as aves e os peixes:

> Pode-se afoitamente afirmar que este Estado é um dos mais avantajados da União em produções naturais, senão mesmo o mais avantajado. O subsolo mato-grossense encerra em seu seio ricas minas de ouro, límpidos diamantes, prata, paládio, platina, cobre, ferro, chumbo, feldspatos, cristais de rocha, mármore, pedra de cal, talco, mica, inúmeras espécies de argila, desde o gesso ao barro negro. (MENDONÇA, 1906, p. 13).

Com relação à orografia (serras e montanhas), destaca que no estado não existiam grandes elevações da superfície, verdadeiras montanhas. Apresenta as serras de Mato Grosso como um prolongamento do Planalto Brasileiro, com altitude variando entre 600 e 800 metros, como divisores de nascentes de rios ou, então, como limites de fronteiras com os vizinhos Paraguai, Bolívia, Amazonas, Pará, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná. Segundo Mendonça, em Mato Grosso, tal prolongamento poderia ser dividido em dois grupos, sendo as principais: as Serras dos Parecis, ao norte, e a Serra das Divisões, ao sul. "As escarpas, arestas, cabeços e contrafortes de ambos os grupos recebem geralmente, embora com pouca propriedade, a denominação de serras, variando de nomenclatura apenas com a mudança de localidade". (MENDONÇA, 1906, p. 15).

A importância da discussão sobre o papel desempenhado pelos rios e "serras", na geografia de Mato Grosso, dava-se pela indefinição da extensão territorial do estado. Somente após os trabalhos da Comissão das Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas (também chamada de Comissão Rondon, pois foi chefiada por Cândido Mariano da Silva Rondon), é que a questão dos limites mato-grossenses com seus vizinhos seria definitivamente solucionada. Bom destacar também que, numa época em que se discutiam possíveis modais de transportes mais modernos e eficientes, como era o caso das ferrovias e das estradas de rodagem, para ligar o estado de Mato Grosso aos grandes centros brasileiros, o conhecimento detalhado dos acidentes geográficos locais facilitaria o trabalho dos topógrafos e engenheiro que algum dia chegariam às paragens cuiabanas.

Com relação à hidrografia de Mato Grosso, o autor assim a apresenta:

> Poucos são os países que possuem uma rede potamográfica tão opulenta como a deste Estado, cuja distribuição é feita por mais de seiscentas correntes, que vão engrossar as águas das grandes bacias do Amazonas e do Prata, em consequência da disposição das terras em que têm origem. (MENDONÇA, 1906, p. 17).

E elenca os rios, respectivos significados e a descrição de seus percursos. Apresenta seus afluentes, ilhas, cachoeiras, profundidade, largura, extensão e as localidades mato-grossenses banhadas pelas águas. Na Bacia do Amazonas, têm destaque os rios Madeira, Tapajós, Xingu e Araguaia. Na Bacia do Prata, os rios Paraná e Paraguai. Sendo que, para ele, muitos destes eram facilmente navegáveis por embarcações de grande calado.

Em *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, Estevão de Mendonça propõe não somente inventariar a memória histórica mato-grossense, mas enaltecer suas potencialidades geográficas e, assim, contribuir para a construção de uma identidade regional. Seu trabalho tem um forte caráter de propaganda das coisas de Mato Grosso, ao descrever positivamente a geografia da região, com riquezas de detalhes que, além de facilitar a vinda de migrantes e investidores para a região oeste brasileira, também faria uma contraposição àquelas representações produzidas pelos intelectuais do litoral, que colocavam Mato Grosso nos confins do mundo, lugar distante e de difícil acesso. Somava-se, ainda, a reputação de lugar insalubre e habitado por pessoas violentas, que tanto Mendonça tentou apagar.

Eram comuns referências ao Estado como sendo "atrasado, incivilizado e selvagem", dotado de uma gente "sanguinária, vingativa, preguiçosa e ignorante". (GALETTI, 2012, p. 58). No conjunto, estes adjetivos compunham um estereótipo nada favorável ao Mato Grosso:

> [...] era preciso reagir às imagens negativas que externamente eram divulgadas sobre Mato Grosso. Com efeito, estas imagens eram veiculadas por viajantes, militares e comerciantes vindos principalmente dos mais importantes centros econômicos do país e também do exterior. (ZORZATO, 2000, p. 421).

O último ponto exposto na seção *descrição física* foi a sua *Limnografia*, ou seja, a apresentação das regiões alagadiças e pantanosas do estado. Neste contexto, o autor avigora seu estudo sobre a região do Pantanal (que chamou de Lago Xaraiés), em especial dos seus regimes de cheias e vazantes. Um lugar que, quando as águas dos rios baixavam de nível, formavam-se anualmente diversas lagoas tais como as de Mandioré, Guaíba e Uberaba, em terras brasileiras, adicionadas às de Cáceres e Negra, em terras bolivianas, como garantiu o Tratado de Petrópolis, de 1903.

2. DESCRIÇÃO POLÍTICA DE MATO GROSSO

Na segunda parte do livro, a *descrição Política de Mato Grosso*, Estevão de Mendonça arrola os principais acontecimentos históricos do Estado, dando especial destaque às personalidades que julgava serem dignas de culto por parte da população mato-grossense.

Na busca de uma genealogia tipicamente mato-grossense, ele apresentou os bandeirantes paulistas como os "primeiros" habitantes de Mato Grosso. Nesse ponto, não difere de Joaquim Manuel de Macedo e Rocha Pombo, pois ambos partiram do mesmo pressuposto: Mato Grosso era resultado das conquistas bandeirantes:

> [...] esses bandos heroicos não mediam as distâncias nem calculavam as privações; atiravam-se ao acaso, desassombradamente, corajosamente, através a espessura das matas, transpondo rios, vencendo cachoeiras, escalando montanhas, resolutos, dispostos a enfrentarem toda a classe de contratempos. [...] Levavam parcos alforjes de provisões, e quando estas se esgotavam recorriam a vários expedientes para obterem da caça e da pesca o necessário alimento; mas prosseguiam sempre, sem a preocupação do dia de amanhã, [...] e os bandeirantes irradiaram-se pelo coração do país devendo se-lhes o descobrimento e o povoamento d'este Estado e dos de Goiás e Minas Gerais. (MENDONÇA, 1906, p. 28-29).

Nesse contexto, destaca os nomes de alguns bandeirantes que, para ele, fizeram parte da história de Mato Grosso: Manuel Corrêa, Bartolomeu Bueno da Silva (pai), Antônio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral, sendo este último responsável pela descoberta de ouro em terras mato-grossenses, em 1719.

Aponta que o processo de ocupação da região foi marcado por diversas lutas entre os bandeirantes invasores e os indígenas, antigos moradores do local. Porém, da luta travada, "sem dúvida desigual, mas renhida, a história local nada menciona, chegando mesmo os raros documentos contemporâneos a silenciarem inteiramente a respeito, silêncio que também se produz nas crônicas do tempo". (MENDONÇA, 1906, p. 33-34). Como resultado, uma parte dos íncolas migrou para o interior do Brasil, outra, obedecendo à lei dos mais fortes, submeteu-se à escravidão. Entretanto, entre os escravizados, houve casos de revolta contra o jugo bandeirante, expresso em deserções isoladas.

Quando apresenta os indígenas, descreve-os como selvagens, preguiçosos e avessos ao trabalho ordeiro. Certamente, para o autor, não era desse tipo de pessoas que descendiam os mato-grossenses:

> Naturalmente indolentes, incapazes por isso de qualquer esforço demorado, os indivíduos d'esse grupo denunciaram-se fracos auxiliares quando aplicados em trabalhos de ordem sedentária, sendo que seus serviços foram utilizados com melhor vantagem na mineração, e mais ainda como destros caçadores e experimentados guias através das matas. (MENDONÇA, 1906, p. 34).

O autor apresenta Cuiabá como uma terra de passado opulento, fruto das lavras descobertas por Miguel Sutil, "foram extraídas em menos de um mês quatrocentas arrobas de ouro, sem que as escavações fossem além de uma camada correspondente a quatro braças abaixo da superfície do solo". Mas o acesso a toda esta riqueza tinha um preço: a incerteza e os perigos da viagem. Os aventureiros, cegos pela cobiça do precioso metal, viajavam desprevenidos e, por isso, "não tardou muito que não caíssem vítimas, uns de fome, outros das intermitentes dos paúes do Tietê, e muitos dos Paiaguás, que em numerosas canoas afrontavam as expedições naquelas paragens em que não podiam ser evitados". Naquelas incertas viagens "padeceram grandes destroços, mortandades de gente por falta de mantimentos, doenças, comidos das onças e outras muitas misérias". (MENDONÇA, 1906, p. 36).

Mesmo com todos os perigos que a viagem podia reservar, não faltaram aventureiros que chegaram a Cuiabá buscando fortuna fácil. As notícias sobre a grande quantidade de ouro encontrada despertou a atenção do capitão-general de São Paulo, que transferiu a sede do governo para as terras cuiabanas. Rodrigo César de Menezes chegou, no final de 1726, para regularizar a arrecadação dos impostos sobre o ouro encontrado para a Coroa portuguesa, mas entrou para a história de Mato Grosso pela corrupção de seu governo e pela maldade de seu ajudante, Antonio Borba, que se fez tristemente célebre pelo seu comportamento brutal e violento:

> A expedição que os conduziu [à Cuiabá] compunha-se de trezentas canoas tripuladas por três mil pessoas, e esse acréscimo de população, despejada assim de chofre sobre um centro afastado de todos os recursos, trouxe como corolário a elevação do preço dos gêneros de consumo imediato, e foi o anúncio dos males que vieram em pouco flagelar o povo. (MENDONÇA, 1906, p. 37).

Certamente, Rodrigo César de Menezes e seus subordinados não foram considerados ancestrais do povo cuiabano. A sua presença na história de Mato Grosso é de antagonista, ou seja, ele foi apresentado como um inimigo. Segundo o autor,

> [...] a sua permanência na vila foi assinalada por uma série de extorsões, processos e atos de requintada violência, do que dá justa medida a perseguição movida contra os irmãos Lourenço e João Leme, forçando desse modo os seus habitantes a abandonarem interesses e propriedades, e a se internarem pelos sertões uns, e outros tomarem caminho para Goiás e São Paulo. (MENDONÇA, 1906, p. 39).

Porém, existem males que vêm para o bem, pois se a obra de Rodrigo César de Menezes não foi digna de culto:

> A lembrança dos calamitosos dias que a presença de Rodrigo César assinalara, perdurara ainda na memória de todos, [mas] os desmandos de um governador mal intencionado e pessimamente orientado, foram os fatores de um conjunto de acontecimentos que trouxeram ao Brasil maior amplidão. (MENDONÇA, 1906, p. 40-41).

Estevão de Mendonça, na busca de uma genealogia mato-grossense, apresenta um rol de heróis que mereceriam serem cultuados pela população mato-grossense. Esse grupo pode ser dividido em dois, os do período colonial e do período imperial (na época, quase nada escreveu sobre a República, pois no ato da publicação do livro, esta só tinha 16 anos de existência).

O primeiro deles foi Antônio Rolim de Moura Tavares, conde de Azambuja, primeiro capitão-general de Mato Grosso (1751 e 1763) que, segundo o autor, "reclama um culto em todos os corações, e esse culto será justo, como justas foram as recompensas que em vida recebeu do severo Pombal ao deixar as rédeas do governo de Mato Grosso". (MENDONÇA, 1906, p. 45). E prossegue:

> Militar disciplinado, qualidade a que reunia um temperamento de rara energia, de caráter leal e generoso, se bem que arrebatado, um misto de bondade e violência, Rolim de Moura tornava-se por isso mesmo e pela sua inteligência um homem precioso para a colônia, naturalmente indicado para fazer frente à luta que o governo português ia abrir na parte mais ocidental do sertão mato-grossense. (MENDONÇA, 1906, p. 42).

Em 19 de março de 1752, Rolim de Moura fundou a antiga capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, e de lá governou a capitania por mais de 14 anos. Para Mendonça, se Rolim usou de violência para administrar a capitania, esta foi justa, pois precisava garantir a fronteira oeste e "tais desvios exigem absolvição plena, dadas as condições de meio em que teve de exercer a sua ação de governante". (MENDONÇA, 1906, p. 45):

> Isolado inteiramente, tendo a debelar abusos e contrariar uma população irrequieta, pessimamente educada, certamente o seu modo de agir tinha que correr parelhas com o modelo do povo, e o caminho naturalmente indicado não podia arredar-se da norma que traçou, rígido e arbitrário, moderado e conciliador, conforme a situação e os acontecimentos. (MENDONÇA, 1906, p. 45).

O segundo herói mato-grossense, na visão de Estevão de Mendonça, foi Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, quarto capitão-general de Mato Grosso (1772-1788). Para o autor, era uma pessoa de

> [...] altas qualidades morais e intelectuais [...] atilado, cheio de fidelidade inexcedível no tocante aos deveres de administrador, [...] hábil político, cheio de bom senso e possuidor do raro critério de medir a importância ou a insignificância dos acontecimentos que se desdobravam no tempo de seu governo; [...] trabalhador infatigável, auxiliado por uma organização física que lhe permitia esforços constantes, [...] com perseverança pouco comum, consoante ao seu temperamento contrário à inação [...] (MENDONÇA, 1906, p. 46).

Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres "semeou pelo sertão mato-grossense de povoações e presídios, colônias e destacamentos, assim como favoreceu a navegação interna, desenvolveu o ensino, abriu estradas". (MENDONÇA, 1906, p. 46). Entre suas principais obras estão: a construção do Forte de Coimbra e o Real Forte Príncipe da Beira; a fundação de Albuquerque (atual Corumbá), Viseu (atual Ladário), Vila Maria (atual Cáceres); a construção do Presídio de Casalvasco, em Vila Bela da Santíssima Trindade, e a instalação de postos militares em Dourados, Jauru, Salinas e Corixa Grande, as duas últimas em região pantaneira:

> Nesse particular [Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres] deixou em evidencia traços luminosos de uma celebração potente, sulcos profundos de uma individualidade privilegiada; nesse particular ninguém fez mais, nem tanto como ele, e aí lhe vem essa auréola que cresce de geração em geração. (MENDONÇA, 1906, p. 47).

Na defesa deste, o autor questiona o nome da cidade Corumbá (atualmente no Mato Grosso do Sul). Para ele,

> [...] a denominação primitiva – ALBUQUERQUE – deveria ser mantida, quando não se apoiasse em outros motivos, ao menos como justa homenagem prestada à memória de Luís de Albuquerque, isto é, do homem que, no seu governo, mais fez até hoje por este pedaço do Brasil. (MENDONÇA, 1906, p. 96).

Na sequência, apresenta João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, oitavo capitão-general de Mato Grosso (1807-1819). Segundo Mendonça, o Marquês de Aracati,

> [...] promoveu e auxiliou a navegação pelo Tapajós, organizou uma companhia de mineração, fundou os hospitais de S. João do Lázaros e a Santa Casa de Misericórdia, criou um corpo de artilheiros marinheiros e fez construir barcas canhoneiras, instalou um curso de cirurgia, e cuidou com devotamento da instrução pública. (MENDONÇA, 1906, p. 51).

Por tudo isso, João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, "em uma palavra, fez-se benquisto do povo mato-grossense e patenteou notáveis qualidades de homem de governo". (MENDONÇA, 1906, p. 51).

Encerra a lista dos capitães-generais com Francisco de Paula Magessi Tavares de Carvalho, barão de Vila Bela, que governou entre os anos 1819 e 1821. Este, no entanto, foi apresentado unicamente como marco final do período colonial, pois o seu "desregramento e prepotência aniquilaram em pouco tempo as simpatias que havia captado ao iniciar a sua administração". (MENDONÇA, 1906, p. 52).

Em 1822, um novo regime político foi instalado no país, a Monarquia. O Brasil tornara-se um país independente e, consequentemente, em Mato Grosso começaria uma nova fase de sua história política.

Para o período imperial, Estevão de Mendonça, no *Quadro*

Chorographico de Matto-Grosso, elenca três momentos que considera importante para sua formação histórica, a saber: a transferência da capital para Cuiabá, em 1835; a Rusga, em 1834; a guerra contra o Paraguai, entre 1864 e 1870.

Com relação à primeira, considera que, após a deposição do governador Francisco de Paula Magessi, Cuiabá esforçou-se por conquistar definitivamente o título de capital e, para isso, criou uma junta governativa. Atitude semelhante ocorreu na cidade Vila Bela da Santíssima Trindade, no propósito de manter seu estatuto de capital.

A transferência da capital para Cuiabá foi motivo de fervorosa disputa, quase chegando a embates armados, não fosse a atuação do Padre Manuel Cunha. Para o autor, "esse sacerdote, respeitável pelas suas virtudes, pelo seu caráter, pela sua inteligência e também por ser parte da questão, alcançou amortecer a irritação que campeava". (MENDONÇA, 1906, p. 53). A conclusão do litígio garantiu ser Cuiabá a sede do governo, originando daí o declínio da cidade de Vila Bela.

Acalmados os ânimos da disputa política entre as duas cidades, outro conflito alcançou a província: a Rusga, em 1834. Com a implantação da monarquia brasileira, em 1822, em algumas províncias do país foram constantes os embates entre os nativos nacionais e os adotivos, como eram chamados os portugueses que viviam no Brasil.

Com relação à Rusga, o autor diz:

> Habituados ao mando duro dos tempos coloniais, os portugueses não aceitaram de boa vontade o novo estado de coisas, que feria frente as suas aspirações e desejos, e não somente se mostraram hostis às instituições do país como levaram seu ardor patriótico a ponto de votarem desprezo àqueles com quem conviviam. Dessa atitude irrefletida nasceram aversões parciais, transformadas depois em ódios coletivos, dividindo-se brasileiros e portugueses em dois grupos francamente antagônicos, tendo como órgãos duas sociedades opostas – *Sociedade zelosos da independência* e *Sociedade filantrópica*, criadas e mantidas pelos respectivos nacionais. (MENDONÇA, 1906, p. 54, grifo do original).

Na concepção de Mendonça, o processo conflituoso teve início com a deposição dos adotivos do comando de guarnições militares afastadas de Cuiabá (Albuquerque, Casalvasco, Miranda e outras localidades). Esse processo anunciava a aproximação de conflitos mais graves, mas, por não entenderem assim, ninguém agiu para que surgissem medidas para impedi-los:

> Zombarias pessoais, ápodos de todos os gêneros corriam parelhas com pasquins introduzidos furtivamente nas casas, contribuindo também para acirrar os ânimos já exaltados as cantigas populares da época, nova espécie de seta que feria mais fundamente a nacionalidade que o indivíduo. (MENDONÇA, 1906, p. 54-55).

A partir de 1831, fatos da maior gravidade foram se desdobrando gradativamente, "ora representados por cenas de pugilatos, de cujas refregas não raro saíram maltratados, ora pelo levante da guarnição de Cuiabá, que exigiu com armas na mão e aos gritos de 'morram os pés de chumbo' a deposição de todos os adotivos dos cargos que exerciam". (MENDONÇA, 1906, p. 55). Em 30 de maio de 1834, o movimento chegou ao seu ápice, mas os "intuitos políticos foram enegrecidos pelos assassinatos e roubos, praticados pelo populacho desenfreado de parceira com a tropa amotinada". (MENDONÇA, 1906, p. 55).

Outro evento importante nas linhas do *Quadro Chorographico* foi a Guerra do Paraguai. O tema recebeu grande atenção na obra e tornou-se um dos tópicos centrais da atuação dos defensores das fronteiras nacionais. Nesta guerra, pôde o autor demonstrar a colaboração de Mato Grosso na construção da territorialidade

brasileira e o espírito cívico de seus personagens na manutenção da integridade do espaço físico do país:

> [...] a resistência de Coimbra, a retirada de Laguna, a retomada de Corumbá, os combates do Alegre e a sublime epopeia da colônia dos Dourados. Cada um desses nomes relembra um lance heroico correspondente, e o conjunto enfeixa um período de quase três anos de lutas e incertezas em que a alma mato-grossense vibrou pela libertação do solo natal. (MENDONÇA, 1906, p. 56).

Como na história bíblica de Davi e Golias, Mendonça apresentou o Paraguai como um inimigo forte e cruel. No intuito de exaltar a participação mato-grossense na guerra, não apresentou uma ligação clara entre esta província e o todo brasileiro. Por isso, a luta entre o grande Paraguai e o pequeno e fraco Mato Grosso tomou forma de epopeia, onde a província mal equipada consegue vitórias fabulosas sobre o inimigo poderoso:

> Desde o primeiro ato de hostilidade praticado pelo marechal Francisco Solano Lopes contra o Brasil, mandando aprisionar o paquete *Marquês de Olinda* e encarcerando os seus passageiros, até a definitiva retirada dos invasores a 3 de Abril de 1868, curtiu a então província de Mato Grosso os transes mais dolorosos que um povo pode suportar. Mal aparelhada para uma resistência eficaz, coube-lhe entretanto a glória de desferir o primeiro golpe contra o tirano do Paraguai, glória que a sorte quis reservar à abnegada guarnição do Forte Coimbra, tão reduzida em número, quanto cheia de coragem e bravura. (MENDONÇA, 1906, p. 56, grifo do original).

Sobre o potencial bélico da nação paraguaia e sua desproporção frente ao da província de Mato Grosso, diz o autor:

> O que foi esse encontro com o inimigo, forte e audaz, dispondo de grandes elementos bélicos representados num efetivo de três mil homens amparados por oito vapores, duas escunas e três navios de reboque, diz claramente a desproporção com que jogaram de um lado a ofensiva, e a defensiva do outro. (MENDONÇA, 1906, p. 56).

Mas a imagem da crueldade oferecida pelas tropas paraguaia ficou definitivamente consagrada com a apresentação do tratamento resevado aos prisioneiros de guerra brasileiros:

> Desembaraçados por esse modo, os invasores a 3 de Janeiro de 1865 assenhoraram-se da vila de Corumbá, onde praticaram todas as violências imagináveis contra os poucos moradores que encontraram ou foram depois capturados. Os prisioneiros, sem distinção de sexo ou naturalidade, foram submetidos aos mais rigorosos inquéritos, e aqueles que se escusaram a prestar informações, ou aqueles que não podiam fornecê-las, mandou Barrios [general] aplicar os mais rigorosos castigos, inclusive o suplício da espia, sendo que muitas das nossas patrícias foram levadas a Assunção para servirem de criadas, a troco de mísero alimento. (MENDONÇA, 1906, p. 57).

Entretanto, se Mato Grosso não tinha armas e soldados suficientes para encarar a guerra em igualdade com o Paraguai, porém os mato-grossenses eram pessoas de grande coragem. Foi o caso do tenente Antônio João Ribeiro, comandante da Colônia Militar de Dourados que, em 29 de dezembro 1864, diante da aparatosa força inimiga e da iminente aniquilação total de seus poucos companheiros de armas, momentos antes de sucumbir, legou à posteridade as memoráveis palavras: "Sei que morro, mas o

meu sangue e o de meus companheiros servirão de protesto contra a invasão do solo de minha pátria". (MENDONÇA, 1906, p. 58).

No final, o Brasil venceu a guerra e, anos depois, a República seria proclamada no país:

> Sobre as ruínas do passado, porém, reergueram-se novos ideais, novos esforços surgiram, e a província pode readquirir a prosperidade perdida. **Calma**, **tranquila**, **fruindo a doce emanação nascida da identidade de aspirações**, veio a República encontrá-la na manhã de 9 de dezembro de 1889. (MENDONÇA, 1906, p. 59-60, grifo do autor).

Importante destacar que Mato Grosso, entre os anos 1889 e 1906, foi agitado por violentos conflitos armados entre as facções políticas do estado. As "revoluções", como ficaram conhecidos tais conflitos armados, foram protagonizadas pelas elites locais e tiveram como resultado dezenas de mortes violentas, chacinas, linchamentos e o assassinato do usineiro Antônio Paes de Barros (Totó Paes), então presidente do Estado, em 1906. Este era amigo de Estevão de Mendonça e patrocinador de seus trabalhos como, por exemplo, a revista o *Archivo* e o próprio *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*. Quando da publicação deste livro, Totó Paes ainda estava vivo, entretanto, Mendonça preferiu ignorar todos os conflitos armados que ocorreram nos primeiros anos da República, uma vez que a construção deles, em âmbito nacional, fora bastante parcial, colocando Antônio Paes de Barros como o grande vilão dessa história (SENA, 2006).

A proposta de Estevão de Mendonça para a obra em análise era uma propaganda positiva das coisas de Mato Grosso a serem veiculadas no interior das escolas e destinadas à juventude. Por isso, naquele momento, apresentar as lutas políticas ocorridas nos primeiros anos da República em Mato Grosso era correr o risco de reforçar as representações negativas tão comuns no imaginário das elites do litoral: "Mato Grosso, terra de gente selvagem e violenta".

Continuando a apresentação da genealogia mato-grossense e dos heróis que seriam cultuados pela população mato-grossense, um dos elogios mais inflamados foi para Augusto de Leverger, o Barão de Melgaço, herói da guerra contra o Paraguai. Décimo segundo presidente da província de Mato Grosso, governador entre 1851 e 1867, a quem dedicou em epígrafe: "À venerada memória de Barão de Melgaço". Ainda, expõe que foi a partir dos estudos de Augusto de Leverger que sua obra se concretiza: "Seguimos aqui, como em muitos outros lugares deste trabalho, as informações do sábio Barão de Melgaço, a maior e a mais autorizada fonte em assuntos que se prendem à historia e à geografia deste Estado". (MENDONÇA, 1906, p. 23).

Novamente em defesa do herói, Estevão de Mendonça questiona e chega a irritar-se com o nome da cidade de Nioaque (atual Mato Grosso do Sul): "Antigamente Santa Rita de Levergeria, denominação dada em homenagem ao grande servidor da pátria, Augusto de Leverger (Barão de Melgaço), nome que deveria ser mantido se, a gratidão humana não fosse coisa vã e ilusória [...]". (MENDONÇA, 1906, p. 113).

Na sequência, Estevão de Mendonça apresenta dados numéricos sobre a formação étnica dos mato-grossenses, sua população, os poderes do Estado, a instrução pública e aspectos relativos à indústria e comércio, força pública, forças armadas e Igreja. Segundo o ele, a população mato-grossense naquele período era de, aproximadamente, 157 mil habitantes, estando dividida, estatisticamente, nos seguintes "tipos raciais": 28,53% de brancos; 39,36% de mestiços; 17,99% de pretos; 14,10% de caboclos.

Os poderes do estado, como hoje, estavam divididos em Legislativo, Executivo e Judiciário, e a Instrução Pública em primária (elementar e complementar) e secundária. Sendo que a primária elementar funcionava nas escolas da capital, cidades e vilas do interior, em estabelecimentos distintos para o sexo masculino e feminino, e, nas freguesias e povoados, em escolas mistas. A primária complementar funcionava somente na capital e cidades maiores,

em escolas distintas para o sexo masculino e feminino. A instrução pública secundária no Liceu Cuiabano, equiparado ao Ginásio Nacional. Conforme o autor, em 1904, nas escolas mato-grossenses encontravam-se matriculados 5.124 alunos, dos quais 3.115 do sexo masculino e 2.009 do sexo feminino no ensino primário, e 72 alunos, inclusive oito do sexo feminino, no secundário.

Além dos estabelecimentos oficiais de ensino, havia, ainda, o ensino particular, que contava com o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios, também equiparado ao Ginásio Nacional, o Colégio São Sebastião, o Ateneu Cuiabano, o Colégio Americano, todos na capital; o Colégio Santa Tereza, em Corumbá; o Colégio Costa Pereira, em Cáceres; e, o Colégio Colombo, em Miranda.

O comércio, segundo Mendonça, era pouco desenvolvido devido à falta de vias rápidas de comunicação. O estado importava produtos variados de Londres, Hamburgo, Paris, Rio de Janeiro, Montevidéu e Assunção, sempre pela bacia do Rio da Prata. Destaques mereceram os principais produtos de exportação mato-grossense, a borracha, erva-mate, poaia, couros, extratos de carne, gado e ouro em pó. O comércio internacional era fundamental para a economia mato-grossense, pois "a produção agrícola mal chega para o consumo, e não poucas vezes tem sido necessário a introdução de cereais das Repúblicas Argentina e Paraguai". (MENDONÇA, 1906, p. 72).

Na indústria, o principal setor era o pastoril, com mais de três milhões de cabeças de gado, abastecida por duas charqueadas, e as usinas de açúcar. Havia, ainda, algumas fábricas de aguardente, três de sabão, duas de cerveja e uma serraria.

A força pública estadual contava com um Batalhão da Polícia e a defesa militar com os Fortes de Coimbra e do Príncipe da Beira. O governo eclesiástico erigira-se, em 1746, como prelazia de Cuiabá e, depois, em 1826, foi elevado à categoria de bispado.

Estevão de Mendonça discorreu, também, sobre as populações indígenas de Mato Grosso, suas respectivas localizações e número populacional:

Povos	Localização	Indivíduos
Caiuás	Rio Ivinhema	-
Chamacocos	Rio Paraguai	200
Guaicurus	Rios Paraguai e Mondego	1.500
Guanás	Rios Paraguai, Mondego e Cuiabá	5.030
Guaxis	Rio Mondego	50
Guatós	Rios Paraguai e São Lourenço	500
Bororos da Campanha	Rio Paraguai	200
Bororos Cabaçais	Rios Jauru e Cabaçal	100
Caiapós	Rios São Lourenço, Taquari, Paraná e Paranaíba	200
Coroados	Rio São Lourenço	-
Bacairis	Rio Paranatinga	200
Caiabis	Rio Paranatinga	-
Barbados	Rio Vermelho	400
Parecis	Serra dos Parecis	250
Mambarés	Serra dos Parecis	400
Cabixis	Serra dos Parecis	-
Nhambiquaras	Rios Arinos e Peixe	500
Tapanhumas	Rios Arinos e Tapanhumas	600
Apiacás	Rios Arinos e Juruena	800
Mequéns	Rio Guaporé	2.700
Guarás	Rio Guaporé	2.700
Cautários	Rio Guaporé	
Pacas	Rio Mamoré	-
Senabós	Rio Mamoré	-
Jacarés	Rio Mamoré	-
Caripunas	Rios Madeira e Mamoré	1.000
Araras	Rios Madeira e Jamari	-

Quadro 7 – População indígena de Mato Grosso.
Fonte: MENDONÇA, 1906, p. 78-80.

Este mapeamento das comunidades indígenas foi bastante inovador para a época. Até então, não havia sido estampada em qualquer livro didático de História ou Geografia. O próprio Estevão Mendonça reproduziu esse quadro em textos diversos, tais como: na revista o *Archivo* e no *Album Graphico do Estado de Matto Grosso*. Este esforço etnográfico tem um duplo sentido, pois, ao mesmo tempo em que se fez mais conhecidos os povos indígenas, habitantes das terras do oeste brasileiro, apresentava-os como braços que poderiam facilmente ser convertidos em força de trabalho à disposição dos futuros empreendimentos capitalistas que chegariam a Mato Grosso.

Na mineração, o autor apresentou o ouro como o grande responsável pelas origens de Cuiabá e, ainda, como principal riqueza do subsolo mato-grossense. No passado, esgotou-se rapidamente por falta de meios técnicos para explorá-lo, mas, na sua época, com o advento de novas tecnologias, empresas mineradoras, inclusive internacionais, estavam obtendo grandes lucros com o negócio. Por fim, discorreu sobre as vias de comunicação de Mato Grosso com outros pontos do país através de vias fluviais, com as respectivas distâncias.

3. CIDADES E VILAS DO ESTADO

Em uma parte final, *Cidades e Vilas do Estado*, apresentou um breve resumo das principais cidades mato-grossenses, os aspectos históricos de suas respectivas fundações e número populacional.

Para Cuiabá, cidade fundada em 1722 por Miguel Sutil, ele apresenta uma população de 22 mil habitantes:

> A cidade, formada irregularmente, segundo as necessidades e os caprichos dos antigos mineiros, é dividida em dois distritos e consta de 24 ruas, 17 praças e 28 travessas, sendo a rua Barão de Melgaço a mais extensa, com quase três quilômetros; existem alguns edifícios públicos e particulares de feição moderna, dois elegantes jardins situados nas praças Coronel Alencastro e Marquês de Aracati, uma linha de *tramways* com um ramal para o Matadouro e outro de mais de um quilometro para a Fábrica de Cerveja, mas ressente-se da falta de dois importantes melhoramentos – bom calçamento e boa iluminação. O governo mantém um serviço regular de abastecimento de água, com derivação para 14 borne-fontaines e cerca de 800 penas para domicílios, assim como auxilia a manutenção de dois hospitais de caridade, sendo um destinado a morféticos e afastado do perímetro urbano, a cargo de uma sociedade particular de beneficência. Existem cinco jornais – *Gazeta Oficial*, *O Estado*, *A Coligação*, *O Rebate* e *Escola*; duas revistas – *Mato Grosso* e *O Arquivo*, e três oficinas tipográficas para obra e trabalhos avulsos. A cidade é servida por uma estação telegráfica, anexa à sede do distrito telegráfico do Estado, o segundo do Brasil em percurso, e por uma administração de correios. Possui uma linha de navegação mantida pela Companhia Lloyd Brasileiro, e o seu porto é frequentado por vapores de propriedade particular. Faltam, porém, uma biblioteca e um teatro, e o movimento comercial não corresponde ao número de casas importadoras e exportadoras, algumas das quais jogam com avultados capitais. Conquanto também falte uma rede de esgotos, a cidade é relativamente sadia. (MENDONÇA, 1906, p. 91-92, grifos do original).

Enquanto a capital do estado ainda vivenciava um momento de crescimento econômico, Mato Grosso (atual Vila Bela da Santíssima Trindade), com aproximadamente mil habitantes, enfrentava um processo de decadência:

> A cidade, que prosperou sob as vista dos capitães-generais, acha-se em extrema decadência, a ponto de terem as casas na maioria sido invadidas pelas matas, e os poucos habitantes que ainda restam vivem em sobressaltos contínuos por causa dos índios que infestam as imediações. A indústria extrativa é a única exercida em seu distrito, e parece destinada a fornecer-lhe nova vida e quiçá a perdida grandeza. (MENDONÇA, 1906, p. 95).

Corumbá, fundada em 1778, assumiu a condição de segunda maior cidade do estado de Mato Grosso e principal centro comercial. Com doze mil habitantes, sendo a maioria estrangeira, apresentava ares de modernidade inspirados, principalmente, nos hábitos de vida das cidades platinas:

> Seu porto é de grande movimento, e junto à ponte da Alfândega ancoram cotidianamente muitas embarcações procedentes do Rio da Prata e do Paraguai, sobressaindo os confortáveis paquetes da Companhia Mihanowich. A cidade conta com dois jornais – *O Brasil* e *O Autonomista*, ambos de publicação semanal, dois hotéis, teatro, serraria a vapor, fábrica de gelo, de móveis, duas farmácias, três padarias, bilhares, café, duas igrejas, quatro escolas, agência do correio e estação telegráfica. (MENDONÇA, 1906, p. 99, grifos do original).

Cáceres, fundada em 1778, com oito mil habitantes, foi apresentada como uma cidade de povo hospitaleiro, morigerado e conciliador, onde as questões partidárias jamais ultrapassavam o terreno das discussões pacíficas. As representações positivas do povo abrandavam a situação negativa da cidade, determinada pelas variações hidrográficas do Pantanal:

> A cidade tem dezenove ruas, quatro travessas e quatro praças, das quais a principal é chamada de Matriz, onde acha-se a igreja paroquial, edifício de construção antiga, sem torre e de aspecto tristonho. A maior parte das ruas não têm calçamento, donde resulta um pó sufocante na estação da seca, e um lamaçal intransitável na das águas; [...] Possui alguns edifícios elegantes, importantes casa comerciais e nas imediações duas fábricas de primeira ordem – a *Usina da Ressaca* e o *Estabelecimento do Escalvado*, sendo esta de charque e, no gênero, talvez o primeiro da América do Sul. Existem aí duas escolas e dois colégios particulares, destes um para o sexo feminino e outro – *Colégio Costa Pereira* – para o sexo masculino, cujo programa de ensino abrange o curso secundário, tem uma agência do correio e brevemente estará a cidade ligada a Cuiabá por uma linha telegráfica. (MENDONÇA, 1906, p. 100-101, grifos do original).

Para Poconé, cidade fundada em 1781 e com aproximadamente cinco mil habitantes, o autor expõe:

> A cidade possui duas escolas, uma agência do correio e dentro de breve tempo terá uma estação telegráfica. A principal indústria do município é a criação do gado, praticada aliás em grande escala, e o comércio reduz-se a poucas casas varejistas, que fazem seu suprimento na praça da capital. (MENDONÇA, 1906, p. 106).

Santana do Paranaíba, cidade onde o governo de Mato Grosso, para evitar que esta caísse nas teias de controle político goiano, promoveu a abertura de estradas, portos de passagem, agência de correio, construção de pontes, barca e cadeia,

> [...] conta com duas escolas públicas, igreja, uma coletoria estadual, um posto militar, algumas ruas não calçadas e várias casas comerciais. Nos seus arredores ficam prosperas e importantes fazendas de criação, cujo produto faz objeto de exportação para São Paulo e Minas e constitui a principal fonte de riqueza do município. (MENDONÇA, 1906, p. 106).

Diamantino, que como o próprio nome indica, começou sua trajetória econômica com a exploração de diamantes, cuja extração a Coroa portuguesa insistia proibir, porém sem sucesso, era, em 1906, uma vila que, após a decadência da mineração, tornou-se o grande centro de exploração da borracha:

> Possui em seus arredores matas excelentes, embora pouco extensas, diferentes plantas medicinais, poaia, salsa, quina, erva-mate, baunilha e em maior quantidade seringueiras. Conta com várias ruas e travessas, uma igreja, escolas, agência do correio e importantes casas comerciais. (MENDONÇA, 1906, p. 110).

Livramento, antigo centro produtor de ouro, possuía uma escola, algumas ruas, uma agência do correio e estação telegráfica recém-inaugurada. Já Rosário, importante centro de comércio de borracha, com seus 1.500 habitantes, possuía onze ruas, uma praça, agência de correio, duas escolas públicas, casas comerciais de primeira ordem. Miranda, antigo destacamento militar, era constituída de algumas ruas, uma praça, uma agência de correio, estação telegráfica, uma igreja, poucas casas comerciais, duas escolas e uma linha de navegação para a cidade de Corumbá. E Nioaque, também antigo destacamento militar, contava com algumas ruas, uma praça, agência de correio, escolas, estação telegráfica e sediava o 7º Regimento da Cavalaria. De localidade onde vicejava a criação de gado, até então a maior riqueza do município, adicionou-se a extração e preparo da erva-mate, uma das suas mais produtivas indústrias.

Coxim, outrora colônia militar, fundada em 1862 por Herculano Ferreira Pena, foi assim apresentada:

> O seu caminhar tem sido lento, devido isso em parte às suas condições de insalubridade, e em parte à ausência de vias de comunicação que ponham a vila em contato com os demais outros centros de população do país. Os seus moradores ocupam-se principalmente da criação do gado, e de alguns anos a esta parte tem-se operado aí algum movimento comercial, como mercado mais próximo da importação do sal para algumas localidades situadas ao sul de Goiás. Apesar das dificuldades que a navegação do rio Taquari oferece, ultimamente várias lanchas a vapor têm subido até Coxim, e parece que este fato, a ser continuado e mantido, contribuirá eficazmente para o desenvolvimento da vila, que já possui uma escola, estação telegráfica e regular número de habitantes. (MENDONÇA, 1906, p. 114).

Melgaço, nome dado em homenagem a Augusto de Leverger, foi palco de movimentação contra a invasão de tropas paraguaias às terras cuiabanas. Aquidauana, antigo porto fluvial na rota terrestre entre Miranda, Nioaque e Campo Grande, tornou-se ponto de animado comércio e contava com uma agência de correio, estação telegráfica, escolas, várias casas de construção moderna, sendo seu futuro prometedor.

No *Quadro Chorographico de Matto-Grosso*, Estevão de Mendonça esforçou-se por criar laços históricos entre os grupos dominantes de Cuiabá e os defensores fronteiriços do passado. "Influenciados pelas doutrinas raciais da época, procuravam sobrepor alguns valores a fim de solapar traços considerados menos valorosos, vindos, por exemplo, dos índios e dos negros, ressaltando

apenas traços inerentes a cultura europeia, particularmente a portuguesa". (ZORZATO apud FRANCO, 2009, p. 54).

Essa seleção de heróis do passado mato-grossense foi arbitrária. Quando Estevão de Mendonça excluiu índios e negros do processo genealógico de Mato Grosso, ele adotou uma postura afastamento desses segmentos do poder. Desse modo, o autor participou da construção de um imaginário social ligado aos brancos europeus conquistadores, e se "esqueceu" dos outros grupos sociais que estiveram presentes na formação da sociedade mato-grossense.

Conforme Chartier, a construção de representações tem por objetivo último a produção de uma identidade social. Mas, qual identidade quis produzir Estevão de Mendonça?

> [...] a construção das identidades sociais como resultando sempre de uma relação de força entre as representações impostas por aqueles que têm poder de classificar e de nomear e a definição, submetida ou resistente, que cada comunidade produz de si mesma. [...] a representação transforma-se em máquina de fabricar respeito e submissão, em um instrumento que produz uma imposição interiorizada. (CHARTIER, 2002, p. 73-75).

O homem branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitantes de Cuiabá, era o modelo idealizado por Estevão de Mendonça. Cuiabá, na condição de capital do estado, recebeu atenção especial do autor, que a considerou um polo irradiador de civilidade na região oeste do Brasil. Nessa perspectiva, ele buscou construir "uma identidade mato-grossense com base nos valores que caracterizam o Cuiabano, ligado ao bandeirantismo e à mineração, aos defensores fronteiriços e a tudo o que havia sido desenvolvido sob a influência hegemônica de Cuiabá". (FRANCO, 2009, p. 69). Para Franco (2009, p. 84),

> toda essa carga simbólica, impregnada nas representações sobre o início da colonização de Cuiabá e Mato Grosso, é transportada para os monumentos, símbolos e festividades cívicas do estado. De maneira que, por meio dessas manifestações e da forma como o passado local era ensinado nas instituições escolares e disseminado nos demais segmentos sociais, essa imagem determinada do passado passou a fazer parte das estruturas do imaginário coletivo.

As representações sobre Mato Grosso, construídas por Estevão de Mendonça, no início do século XX, colocou a elite cuiabana como herdeira e descendente dos heróis do passado e defensora da fronteira e da integridade do território brasileiro. Povo corajoso, audaz, únicos capazes de empreender a dura tarefa de levar o progresso ao Mato Grosso, e principalmente a região entorno de Cuiabá.

Esse conjunto de representações elaboradas por Estevão de Mendonça ganhará força nos anos subsequentes, principalmente nos meses que antecederam as comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Uma legião de seguidores partiu do mesmo pressuposto, de que o branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitantes de Cuiabá eram os baluartes do progresso em Mato Grosso, mas agora sob a égide de uma agremiação cultural bastante forte para empreender esta tarefa: o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Matogrossense de Letras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira tentativa de expressão regional mato-grossense para o uso escolar foi o *Quadro Chorographico de Matto-Grosso* (1906), de Estevão de Mendonça. Nele, o autor se esforça para produzir um conjunto de representações positivas sobre o contexto regional, quase que em oposição às imagens negativas formuladas até então, especialmente advindas dos grandes centros político-

econômicos do país, e que foi duramente repudiada pela elite intelectual mato-grossense.

As representações sobre Mato Grosso foram significativas na construção, pelas elites de Cuiabá, de uma identidade social para as quais a literatura didática tornara-se ferramenta de inculcação de um imaginário coletivo em sala de aula. Através dos livros didáticos, buscou-se consolidar uma nova representação de Mato Grosso.

A proposta de Estevão de Mendonça para o *Quadro Chorographico* era uma propaganda positiva das coisas de Mato Grosso para a juventude em idade escolar. Representações sobre Mato Grosso que colocavam a elite cuiabana como herdeiras e descendentes dos heróis do passado e defensora da fronteira e da integridade do território brasileiro. Povo corajoso, capaz de empreender a dura tarefa de levar o progresso a Mato Grosso e ao Brasil. Procurou ele inserir e conectar Mato Grosso ao Brasil seja através das similaridades no cenário político, ou pelas suas representações modernas, no caso a ferrovia.

Estevão de Mendonça foi, sem dúvida, um dos mais importantes historiadores mato-grossenses do seu tempo. O conjunto de representações elaboradas por ele ganhou força nos anos seguintes, principalmente nos meses que antecederam as comemorações do bicentenário de Cuiabá, em 1919. Conquistou seguidores que partilharam do mesmo pressuposto, de que o branco, culto, descendente dos bandeirantes e habitantes de Cuiabá eram os patronos do progresso, mas, naquele momento, fortalecidos pelas agremiações culturais que fundaram para consolidar um imaginário social local: o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Centro Mato-grossense de Letras.

NOTAS

[1] Segundo Pedro Apiano (apud KAGAN, 1999, p. 34), pensador humanista alemão, corografia "é a mesma coisa que topografia, a qual se pode dizer esboço de lugar, que descreve lugares e considera-os particulares por sua parte, sem consideração de si mesmos, nem deles com outros. No entanto, com grande diligência considera todas as particularidades e propriedades, por mínimas que sejam, que em tais lugares se devem notar, como são portos, lugares, povoados, vertentes de rios e todas as coisas semelhantes, como são os edifícios, casas, torres, muralhas e coisas tais. O fim da corografia é pintar um lugar particular, como se um pintor pintasse uma orelha, ou um olho, e outras partes da cabeça de um homem".

[2] O Quadro Chorographico de Matto-Grosso, de Estevão de Mendonça, serviu de ferramenta tanto no tradicional Liceu Cuiabano, como em toda rede pública de ensino. É avaliado por Osvaldo Zorzato (apud FRANCO, 2009, p. 38) como "a primeira publicação destinada a moldar a memória histórica mato-grossense.

[3] CORRÊA, Philogonio de Paula. Limites de Mato Grosso com Goiás. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1918.

[4] PIAIA, Ivani. Geografia de Mato Grosso. 3 ed. Cuiabá: EdUNIC, 2003; HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. Geografia de Mato Grosso. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

[5] No ano de 1998 veio a luma a primeira produção acadêmica escolar, com SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. O processo histórico de Mato Grosso. Cuiabá, UFMT, 1998. Mais tarde, novo compêndio didático da mesma autora foi publicado, História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Dir.). Antropos - Homem. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**: a história entre incerteza e inquietudes. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

_____. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORRÊA, Philogonio de Paula. **Limites de Mato Grosso com Goiás**. Cuiabá: Tipografia Oficial, 1918.

FRANCO, Gilmara Yoshihara. **O Binóculo e a Pena**: a construção da identidade mato-grossense sob a ótica virgiliana: 1920- 1940. Dourados: UFGD, 2009.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil**: Imagens de Mato Grosso no mapa da Civilização. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá, Entrelinhas, 2005.

KAGAN, Richard. **Imágenes urbanas del mundo hispânico (1493-1780)**. Madri: El Viso, 1999.

MENDONÇA, Estevão de. **Quadro Chorographico de Matto-Grosso**. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1906.

PIAIA, Ivani. **Geografia de Mato Grosso**. Cuiabá: EdUNIC, 2003.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes**: a dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870). Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso**: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2000.

_____. **O processo histórico de Mato Grosso**. Cuiabá, UFMT, 1998.

ZORZATO, Osvaldo. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 161, n. 408, p. 419-435, 2000.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

A ESCOLA RURAL MATO-GROSSENSE NO OLHAR DE GERVÁSIO LEITE

Marineide de Oliveira da Silva
Mestre em Educação e Profa. Pesquisadora
Universidade Federal de Mato Grosso
mari.oliveirasil@gmail.com

Elizabeth Figueiredo de Sá
Doutora em Educação
Universidade Federal de Mato Grosso,
elizabethfsa@gmail.com

RESUMO

Este artigo possui como objetivo analisar os escritos de Gervásio Leite sobre a escola rural mato-grossense, publicado na década de 1940. As análises partem do pressuposto de que, para o autor, a escola rural do modo em que se apresentava não ofertava vantagens para educação, pois não tinha condições estruturais e pedagógicas para a efetivação do ensino primário. Nos escritos de Gervásio Leite, a escola rural deveria ser transformada em uma instituição capaz de proporcionar meios para fixar o homem no campo e dele tirar seu sustento.

Palavras-chave: História da Educação. Escola rural. Ensino Primário. Mato Grosso.

RESUMEN

Este artículo posee como objetivo analizar los escritos de Gervásio Leite sobre la escuela rural mato-grossense publicados en el estado en la década de 1940. Los análisis parten del presupuesto de que para el autor la escuela rural del modo en que se presentaba no ofrecía ventajas para la educación, pues no tenía condiciones estructurales y pedagógicas para la efectivación de la enseñanza primaria. En los escritos de Gervásio Leite la escuela rural debería ser transformada en una institución capaz de proporciones medios para fijar el hombre en el campo y de sacar de él su sustento.

Palabras claves: Historia de la educación, escuela rural, enseñanza primaria. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

A educação no meio rural parece negligenciada durante o período republicano, apesar de aclamadas defesas por parte dos governantes, em prol da propagação e do direito dos brasileiros à educação. Alves (1998, p. 21) esclarece que predominava, nos discursos dos dirigentes, entre as décadas de 1910 e 1920, "[...] a crença de que, através da multiplicação das instituições escolares e do acesso à escolarização, o Brasil se tornaria uma grande potência" e que não importava as distâncias onde houvesse uma concentração de crianças, mesmo que pequena, lá deveria ser instalada uma escola.

A educação durante a Primeira República também tinha como principais objetivos a formação do caráter nacionalista dos brasileiros e a diminuição do analfabetismo no país, e para isso as escolas deveriam ensinar "[...] aspectos da geografia, da história, do folclore do Brasil, bem como noções de moral e civismo, enfim, a cultura brasileira deveria se fazer presente e constante nos currículos escolares, tanto em escolas do campo, como nas da cidade". (ALMEIDA, 2005, p. 38).

Entretanto, a massificação da educação no período republicano instaurou um quadro contraditório e extremamente complexo entre as escolas urbanas e as rurais. Segundo Demartini (1989, p. 7), "uma das implicações acarretadas pela massificação da educação foi o estabelecimento de um currículo único para todas as escolas, sem considerar as especificidades apresentadas por cada localidade".

Dessa forma, os ditames legais passaram a ter como parâmetro norteador as escolas urbanas e para elas era destinado todo tipo de provimento. Nas áreas rurais, a situação era adversa das localidades citadinas, uma vez que se localizavam distante dos centros urbanos e de difícil acesso. O descaso por parte do poder público atingia tanto sua organização pedagógica como as condições estruturais mínimas para o desempenho da docência. Problemas, a exemplo dos baixos salários, alojamentos insalubres e instabilidade no emprego, afligiam o corpo docente, uma vez que os professores dependiam somente da colaboração da comunidade para permanecer nas áreas rurais.

O cenário dificultoso em que se encontravam as escolas rurais acarretava outra complexa situação, a de encontrar um professor que se propusesse a ministrar aulas nestas localidades. Dessa forma, as escolas rurais passaram a se constituir como o último espaço a ser escolhido para se lecionar. Almeida (2005, p. 278) explica que, mesmo estando imerso no ideal republicano, a igualdade para todos, "a educação ministrada nas áreas urbanas não se apresentava em igualdade de condições à ministrada na zona rural".

Nascimento (2002, p. 4), corroborando com a reflexão de Almeida, acrescenta que historicamente a educação no meio rural "esteve fora da agenda política do país, ignorada e marginalizada, pois sempre esteve reduzida à escolinha rural voltada a ensinar as primeiras letras (visão utilitarista da educação), a professora desqualificada/leiga e a massas de analfabetos/as".

A educação primária em Mato Grosso na década de 1920, similar a outras partes do país, não apresentava contornos homogêneos, sendo as instituições escolares tratadas de diferentes maneiras. Para as escolas urbanas, todo tipo de atendimento, desde estrutura física, currículo, materiais escolares e professores diplomados. Nas escolas rurais, a situação era mais complexa, não havia infraestrutura ou fiscalização por parte do poder público, as condições de ensino e de trabalho eram extremamente precários e a maioria dos professores não tinha formação.

1. A ESCOLA RURAL EM MATO GROSSO ATÉ A DÉCADA DE 1930

Em 1927, o presidente do estado Mário Corrêa da Costa, em Mensagem à Assembleia Legislativa, ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos docentes que se aventavam a exercer magistério nas localidades isoladas de Mato Grosso, alertando que estes estariam privados de estrutura física e pedagógica. Nessa

mensagem (1927, p. 122), as escolas rurais ainda pertenciam ao conjunto de escolas isoladas, existindo naquele ano 146 escolas nessa classificação. No corpo do texto da mensagem, o presidente do estado, Mário Corrêa acrescentava que:

> A falta de pessoal para o exercício do magistério; a situação de muitas dellas, afastadas centenas de leguas dos centros populosos; os parcos vencimentos que actualmentes percebem aquelles que se arriscam à regencia de uma dessas cadeiras; a carencia de material didactico e escolar; a falta de predio adaptavel à escola; as difficuldades de comunicação e mais que tudo a inefficacia de fiscalização, são factores que concorrem para o pouco resultado obtido por essas escolas isoladas. (MENSAGEM, 1927, p. 122).

Por esse motivo, Corrêa da Costa (MENSAGEM, 1927), não satisfeito com o quadro que se apresentava na instrução pública primária mato-grossense, principalmente no que dizia respeito às escolas isoladas, formou uma comissão composta pelo Dr. Cesário Alves Corrêa, diretor geral da instrução pública, Jayme Joaquim de Carvalho, Isác Povoas, Júlio Müller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogonio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo de Camargo para elaboração de um novo regulamento da Instrução Pública (SÁ; SÁ, 2011, p. 36). O Regulamento foi sancionado pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927.

O Presidente do Estado almejava com a nova regulamentação aparelhar as escolas afastadas dos centros urbanos para que estas ficassem "mais às vistas das autoridades escolares", exigindo um esforço maior dos professores na efetivação de suas diretrizes. (MENSAGEM, 1927, p. 122). Por isso, realizou o desmembramento das escolas isoladas.

O Regulamento de 1927 trouxe várias mudanças, principalmente no que se refere à organização das instituições escolares, a exemplo do desmembramento das escolas isoladas.

Em suas disposições gerais, nos seus Artigos 1° e 2º, o ensino mato-grossense se apresentava dividido em duas categorias: primário e secundário, podendo esses níveis ser ministrados em estabelecimentos educacionais públicos ou particulares.

No novo Regulamento, a escola isolada ganhou visibilidade e normatização específicas na Seção 1, dedicada exclusivamente a ela e não presentes em legislação anterior. Dispunha que as unidades escolares rurais deveriam ter como finalidade "ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de higiene".

Contraditoriamente, o Regulamento parece não mais seguir as determinações apregoadas no programa para o ensino primário das escolas isoladas de 1917, pois nesse item do Regulamento de 1927, na forma como foi redigido, as crianças das escolas rurais eram consideradas diferentes das demais matriculadas nas escolas urbanas e para elas a instrução primária deveria ser rudimentar, com menos anos de duração, escolaridade suficiente para aquela clientela.

A criação de escolas isoladas rurais deveria seguir critérios, sendo um deles a disponibilidade de prédios que se adaptassem facilmente às necessidades escolares, sendo que os professores deveriam residir na localidade. A escola deveria ser instalada numa distância mínima 3 quilômetros e abrigar 30 (trinta) crianças em idade escolar.

Diferentemente das escolas rurais, nas áreas urbanas o governo daria maior desenvolvimento à construção de prédios novos ou reformaria os edifícios escolares estaduais já existentes, se assim fosse necessário, "a fim de melhorar as suas condições higiênico-pedagógicas", demonstrando, com isso, a clara distinção entre as determinações educacionais expressas para as urbanas e rurais.

Nas áreas rurais, o governo concederia, "a título de auxílio, contribuições pecuniárias às populações rurais [...] que se propuserem a construir prédios escolares." Os prédios, segundo o mesmo Regulamento, deveriam ainda preencher, quanto possível, as seguintes condições: capacidade para abrigar o mínimo de alunos exigido por lei, situação em relação ao solo e à vizinhança favoráveis à criação de instituições educacionais; possuir ventilação, iluminação e instalações sanitárias condizentes a um estabelecimento de ensino. Os prédios seriam inspecionados regularmente, ficando a cargo do inspetor médico a decisão de condenar os mesmos, caso os julgasse impróprios ou nocivos à saúde dos alunos, "em tais casos, a escola será transferida, suprimida ou temporariamente fechada, para se proceder aos reparos julgados necessários". (REGULAMENTO 1927, p. 177).

A distância que separava as duas, atrelado ao problema da densidade demográfica, limitava esse requisito no provimento de docentes para todas as escolas de Mato Grosso. Dessa forma, o número professores diplomados era insuficiente para atender a demanda educacional. Os habilitados compunham, em sua maioria, o quadro das escolas urbanas, sendo destinados às rurais apenas professores interinos em início de carreira e em sua maioria leigos, ou seja, sem habilitação para o magistério.

Para Alves (1988, p. 137), Mato Grosso, nos moldes do Regulamento de 1927, apresentava uma rede de ensino deficiente:

> Apesar da criação de várias escolas isoladas e alguns grupos escolares, da escola ser divulgada como elemento primordial no "progresso" do Estado, a educação em Mato Grosso no aspecto técnico-pedagógico só apresentava resultados nas escolas urbanas. Na zona rural [...] os resultados continuavam sendo quase nulos.

Segundo Leite (1970, p. 138) o Regulamento de 1927 estabeleceu "um único tipo de escola: [...] nas zonas rurais de fraca densidade demográfica ministrava mecanicamente as mesmas disciplinas que os mestres ensinavam nas zonas urbanas, densamente povoadas". Os governantes, de acordo com esse autor, instituíram um Regulamento que teve fins meramente administrativos. Ao dividir as escolas em isoladas rurais, isoladas urbanas, isoladas noturnas, reunidas e grupos escolares, o Regulamento de 1927 não considerou as condições peculiares de cada região, ou se o ensino seria adequado às necessidades educacionais locais, "nem que a cada tipo correspondesse um grupo de professores, um programa, um método, um prédio adaptado às necessidades e possibilidades do meio".

Após dois anos de sua implantação, Mário Corrêa da Costa, administrador responsável por sua sanção, admitia que Mato Grosso não se encontrava economicamente preparado para suprir as necessidades de todas as escolas rurais de acordo com os ditames da legislação educacional, visto que o Regulamento, para produzir bons resultados, necessitava de "fartos recursos e de tempo, a instrucção popular é encargo que não póde ser atribuido exclusivamente a iniciativa isolada do Estado, exigindo tambem a cooperação do governo federal e municipal". (MENSAGEM, 1929, p. 88).

Mário Corrêa da Costa, em mensagem, justificava que a situação seria diferente caso tivesse apoio de outras instâncias governamentais, pois, somente no ano de 1928 o Regulamento "pode ser observado com regularidade e que moldado como foi em modernas conquistas pedagógicas", atenderia com maior "efficacia e melhor efficiencia, às necessidades do ensino publico". (MENSAGEM, 1929, p. 145).

Esclarecia ainda que as modificações introduzidas pelo novo Regulamento reclassificavam as 176 escolas públicas, estabelecendo novas categorias, e que as escolas seriam providas igualmente de materiais, isso porque o governo pretendia "remover a situação de penuria em que se encontravam muitas escolas e

muito terá que fazer ainda para attender às necessidades de outras tantas [...]". (MENSAGEM, 1929, p. 145).

Por meio da Mensagem, Corrêa justificou que existiam muitas instituições escolares desprovidas de todo e qualquer mobiliário, contando somente com alguns bancos velhos, "sem o mais rudimentar apparelhamento para que o professor possa desempenhar as suas funcções e os alunnos tenham a indispensavel commodidade para receber o ensino que, em taes condições, lhes é isuficientemente ministrado". (MENSAGEM, 1929, p. 145). Defendia que não bastava abrir escolas, sendo necessário aparelhá-las adequadamente para atender aos propósitos educacionais e persuadir os pais a matricular seus filhos nessas instituições, nem que para isso fosse necessário utilizar de meios coercitivos contra os responsáveis que não cumprissem as leis apregoadas no estado. Por isso, a

> [...] fiscalização pelos inspectores de ensino poderia assegurar resultados beneficos e compensadores, melhorando a situação do corpo docente, punindo os maus professores, estimulando os bons e proporcionando aos novos, ensejos de uma aprendizagem didatica, aos poucos, ministradas pelos proprios inspectores. (MENSAGEM, 1929, p. 87).

Essa fiscalização parece não se aplicar às escolas rurais, pois na mesma mensagem Mário Corrêa elucida que a escassez de recursos não possibilitava aumentar o número de inspetores com experiência já adquirida no ambiente escolar, por isso, não poderia estender essa providência a outras zonas do estado (MENSAGEM, 1929).

Segundo o mesmo governante, essa situação mudaria se a instrução popular não ficasse "attribuida exclusivamente à iniciativa isolada do Estado, exigindo também a cooperação do governo federal e municipal". Acrescentou ainda a necessidade de se criar uma caixa escolar para aqueles que não pudessem custear minimamente seus estudos. Ele ressaltava que "não basta fornecer mestre: indispensavel se torna a roupa, o livro e, muitas vezes, o pão e o medicamento". Explica que os estabelecimentos de ensino primário "são na maioria frequentado por uma população desprovidas de recursos. A assiduidade do alunno não depende somente de sua vontade, senão também das possibilidades economicas dos seus paes". (MENSAGEM, 1929, p. 88-89)

Para o Mário Corrêa, a situação poderia ser ainda pior, pois, da realidade em que se encontravam as escolas localizadas muito distantes da capital, não possuía dados contabilizados estatisticamente. Segundo ele, esse fato acontecia porque nas escolas que funcionam a léguas de distância da capital "os inspectores districtaes em sua generalidade não fornecem à Diretoria Geral da Instrucção elementos pelos quaes possa ser organanizado um quadro estatistico abragendo a totalidade das escolas publicas e particulares no Estado". (MENSAGEM, 1929, p. 91).

O inspetor geral do ensino primário, coronel Alexandre Magno Addôr, responsável por fiscalizar as escolas da capital, em relatório, evidenciou a precária situação das escolas rurais e suas inúmeras dificuldades. Ele explica que:

> [...] o facto de não haver na maior parte das localidades, casas destinadas especialmente ao funccionamento das escolas ruraes, as quaes são, quasi sempre, localizadas, não nas sédes das povoações, mas nos sitios e nas proprias casas de residencia dos professores, passam, para todos os effeitos, a tomar o nome da povoação em que a escola foi criada. (RELATÓRIO, 1929, p. 94)

Essas escolas, por vezes alugadas pelo Estado, funcionavam na casa dos docentes, pereciam quando estes deixam a localidade, podendo ser fechadas: "Quando se dá a substituição do professor fica a povoação por muito tempo sem o beneficio da instrucção por não haver casa que preste para o funcionamento da escola". Por esse motivo, haveria necessidade de estabelecimento

de regras mais rigorosas para a abertura de escolas rurais, além do número suficiente de alunos em idade escolar, devendo a comunidade dispor também de casas com "accomodações indispensaveis para a escola, seja offerecida pela população ou pela municipalidade, ou mediante aluguel que o Estado pagará, contando que o prédio seja destinado à serventia exclusiva da escola publica local". (RELATÓRIO, 1929, p. 94).

Concomitante à implantação do novo Regulamento de 1927, ganhava força, no Brasil, um movimento em prol de um ensino diferenciado para as escolas rurais, que propunha mudar a realidade dessas escolas. Essa movimentação ganhou maior visibilidade na década de 1930, com o movimento do *Ruralismo Pedagógico*.

Sobre o termo *Ruralismo Pedagógico*, Bezerra Neto (2003, p. 11) esclarece que este foi delineado e constituído para "definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia". Conforme Ramal (2011, p. 18), o professor Sud Mennucci, um dos propagadores do movimento dos ruralistas, "[...] afirmava que a forma como eram feitas as legislações brasileiras só tinham como intuito provocar o fim das populações rurais, uma vez que não se pronunciavam a favor desta, mas contra qualquer incentivo e ajuda na melhora de vida dessa camada social".

Dessa forma, a proposta defendida por essa corrente girava em torno de três eixos fundamentais e necessários para uma educação diferenciada: o professor, o método de ensino e o currículo que, segundo Abrão (1986, p. 49), "Se não forem removidos esses obstáculos, fatalmente a transformação da mentalidade do homem não se efetivará".

Na concepção dos ruralistas, os professores deveriam potencializar o ensino a fim de fornecer possibilidade para que o homem permanecesse no campo, se orgulhasse do seu modo de vida e tivesse uma educação que atendesse as necessidades da realidade rural, de tal modo que se tornava necessário a produção de um

> [...] currículo escolar que estivesse voltado para dar respostas às necessidades do homem do meio rural, visando atendê-lo naquilo que era parte integrante do seu dia-a-dia: o currículo escolar deveria estar voltado para o fornecimento de conhecimentos que pudessem ser utilizados na agricultura, na pecuária e em outras possíveis necessidades de seu cotidiano. (BEZERRA NETO, 2003, p. 15).

Esse movimento, segundo estudos de Prado (2000, p. 50) estava envolto em um ideário que vinha sendo discutido por alguns intelectuais desde a década de 1920 "e que resumidamente consistia na defesa de uma escola adaptada e sempre referida aos interesses e necessidades hegemônicas no setor rural". O autor acrescenta que essa corrente de pensamento "[...] privilegiava o papel da escola na construção de um 'homem novo', adaptado à nova realidade brasileira e de uma relação 'homem rural/escola' pretensamente nova". Desse modo, o ideário ruralista rejeitava a unificação do modelo escolar e propunha uma escola diferenciada que atendesse às necessidades educacionais dessa realidade social específica. Para Maia (1982), o ruralismo deveria propagar uma escolarização que integrasse as condições regionais e desse subsídio para que as famílias permanecessem no campo. Para Gervásio Leite essa proposta poderia ser aplicada as escolas rurais mato-grossenses.

2. A ESCOLA RURAL DELINEADA POR GERVÁSIO LEITE

É como "um problema à parte" que Gervásio Leite (1970) se referiu à educação rural em Mato Grosso. Isso porque, em sua opinião, ela era quase inútil devido à falta de professores preparados, isolamento geográfico, dificuldade de acesso, falta de inspeção, dentre outros fatores. O autor começa suas considerações, salientando que havia grande evasão escolar nessa área, problema condicionado à degradação e ao abandono da

escola rural brasileira. Esclareceu que a instrução primária rural "necessita, sobretudo, de ser, primordial, fator de valorização do homem em função do meio em que vive, fazendo do Jeca Tatu, essa indiferença acocorada, um elemento enérgico, ativo no enriquecimento nacional". (LEITE, 1942, p. 3). Santos (2012, p. 3) explica que o personagem Jeca Tatu, foi criado por Monteiro Lobato, sendo esse personagem apresentado como típico homem do campo um trabalhador rural, de pés descalços, que "[...] não se apega a terra, usa práticas arcaicas de fertilização do solo, a exemplo do fogo", e pode ser visto como atraso ao progresso.

Por isso, as Reformas da Instrução Pública, de acordo com Leite (1942, p. 4), não conseguiram passar de ideias inovadoras se não levassem em conta as especificidades "do homem" e os problemas rurais, como transporte, colonização, educação, fixação, entre tantos outros apresentados por essa área. As propostas acabavam por se transformar em "mistificações grosseiras, porque preconizadas em gabinetes, longe da trágica realidade, despregadas da premente realidade do meio".

Outro ponto abordado pelo autor diz respeito ao fato de que, em um país extremamente rural, as escolas se encontravam localizadas em lugares longínquos e acabavam ficando entregues, por muito tempo e ao acaso, às políticas artificiais, à apatia do professor, aos métodos e programas urbanos, descaso do poder público em relação ao meio e objetivo ao qual essa escola deveria servir (LEITE, 1942, p. 3).

Gervásio acrescia aos problemas acima descritos o pequeno rendimento "pelas dificuldades decorrentes da matrícula de alunos de todos os graus de adiantamento, falta de direta orientação do professor, falta de fiscalização, falta de material, falta de estímulo ao docente". Esse era o retrato, segundo o autor, da típica instituição escolar das áreas com número reduzido de moradores. A escola rural não oferecia atrativo para a criança e nem para o docente, "a escola isolada é um aparelho que se tolera onde não haja possibilidade de se criar grupo escolar". (LEITE, 1942, p. 5).

Leite considerou que o problema da escola rural não era típico de um estado ou região, constituindo-se em problema nacional que deveria ser enfrentado e estudado, buscando uma solução, visto que um dos mais graves problemas do país. Por isso, o autor decidiu participar do Congresso e levar à plenária algumas sugestões que, embora se aplicassem ao estado de Mato Grosso, poderiam servir para minimizar os problemas da escola rural em outras unidades federativas (LEITE, 1942, p. 5).

A escola rural delineada por Leite (1942, p. 5) seria diferente das escolas urbanas, com métodos e professores adaptados à realidade rural. Seu ensino em todo o Brasil, mas principalmente em Mato Grosso, serviria como meio de fixar o homem ao solo, ou ele continuaria sendo vítima da vida urbana que o atraía e o levava a abandonar o campo: "A razão de tudo isso decorre do fato de não ter a escola rural nem ação eminentemente fixadora para tornar o homem do campo integrado no meio em que vive, sendo, de outro lado péssimo disseminador de cultura".

Outra postura sustentada por Leite (1942, p. 7) era a de que a escola rural nesses moldes de nada servia, só levava o nome de escola, não passando de uma política que muitas vezes não considerava as crianças que viviam em situação diferente da realidade urbana, com peculiaridades e especificidades, vendo apenas um aluno que deveria aprender a ler, escrever e contar, entretanto, não oferecendo meios para efetivação desses objetivos no campo, na zona rural. O autor (1942, p. 16) é enfático ao dizer que "a indiferença do professor é mais ruinosa que sua ignorância". Para o autor o professor poderia,

> [...] através dessas noções como do interesse que a vida do campo lhe inspira, torna, para seus alunos, um perfeito exemplo a seguir. A simples alfabetização não resolve os problemas urgentes e inadiáveis do campo. É necessário não só alfabetização, como, sobretudo, dar aos homens noção da importância de seu papel, formando-lhes a consciência de sua importância.

Dessa forma, o professor da escola rural deveria, além de ensinar a ler escrever e contar, fazer o papel de "um consultor agrícola, além de enfermeiro e conselheiro. Ele devia ser visto pelos pais de seus alunos como um conhecedor dos problemas capaz de minorar seus sofrimentos". (LEITE, 1942, p. 17).

Nessa perspectiva, o professor parece ser igualado à figura de um "herói", com múltiplas habilidades e capaz de resolver diferentes problemas, outrora de responsabilidade dos governantes e inerentes à escola e ao social. A respeito, Leite concorda que:

> [...] para a manutenção eficiente da escola rural é indispensável estabelecimento adequado capaz de formar "professores rurais" inclinados à vida rural que tenham "alma de ruralistas" e que possam, desse modo, acentuar em nossos caipiras o gosto pela vida agrícola, quer por um lado, facilitando-lhes conhecimento de noções e práticas modernas de agricultura, de higiene e de saneamento, como, de outra parte, evitando um ensino urbanizado, que faça da cidade um permanente centro de atrações. (1942, p. 16).

Em Mato Grosso, além dos problemas da escola rural até aqui apresentados, acresce-se outro fator, a baixa densidade demográfica que impedia que a educação rural fosse oferecida em todas as localidades. Independente das determinações indicadas pelo Regulamento de 1927, que preconizou o atendimento educacional nas localidades onde residissem mais de 20 crianças em idade escolar, não dispensando da obrigatoriedade escolar os núcleos de menor número, visto ser esse um dever do estado (LEITE, 1942). Desse modo, o ensino rural em Mato Grosso,

> [...] que, até agora, de rural só tem o nome, nenhum bom resultado poderá oferecer. O período muito breve do ensino (2 períodos); a instabilidade do professor, que não tendo preparo especializado para "ensinar" na zona rural desconhece as possibilidades da região e as reações humanas típicas, não podendo sentir as necessidades do meio; a incompreensão paterna que pensa fazer favor ao estado mandando seu filho à escola, que lhe inspira profunda diferença, de lá retirando-o para os dispensáveis trabalhos de campo onde são escassos braços para a lavoura; o programa inadequado e incompreensível; a falta de instalações adequadas à aprendizagem de atividades que interessem diretamente à vida da população, são circunstâncias que infelicitam e emperram o ensino rural mato-grossense. (LEITE, 1942, p. 9).

Por isso, Gervásio Leite sugere uma nova reforma no ensino que viesse substituir o Regulamento de 1927, ainda em vigor, a fim de tornar a escola rural eficiente no tocante à educação, aos métodos e técnicas específicos para os grupos dispersos nas áreas afastadas. As questões ruralistas afloradas no texto do Gervásio Leite foram ao encontro das aspirações do governo e dos intelectuais brasileiros, a exemplo daquelas veiculadas por Prado (1995) no 8º Congresso Brasileiro de Educação.

Gervásio Leite, na obra *Aspecto Matogrossense do Ensino Rural* (1942), ao discorrer sobre a escola rural mato-grossense, irmanou com o pensamente de Cerquinho, acrescentando que os professores das escolas rurais não interagiam por absoluta falta de formação no meio rural e, por isso, não se apresentavam como uma "figura ativa dentro da comunidade e passam a inspirar desconfiança: a desconfiança típica que o letrado inspira ao caipira". (LEITE, 1942, p. 15). A respeito, explica:

> Os professores rurais não têm nenhum preparo especial. Não são habilitados por uma escola

> especializada no conhecimento daquelas indispensáveis noções necessárias para tornarem de fato, professores especializados. Não podendo se orientar no sentido de conhecer e tentar encaminhar resoluções para os problemas do meio a que servem, passam, então, a ensinantes de 'ler, escrever e contar'. (LEITE, 1942, p. 15).

Em Mato Grosso, no ano de 1943, foi criada com prerrogativas semelhantes ao que Gervásio Leite indicava como uma escola diferenciada para as áreas rurais, o Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra". Essa instituição seria voltada ao "interesse pela educação do homem do campo como forma de fixá-lo à terra e de introduzir novos hábitos e valores condizentes com o ritmo técnico, científico e racional da produção agrícola desejada pelo governo". (NEUVALD, 1997, p. 85).

Esse estabelecimento de ensino, criado no dia 14 de abril de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.409, foi instalado no local denominado São Vicente, município de Santo Antônio de Leverger, "subordinado, em âmbito federal, à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura". (MARQUES; XAVIER, 2006, p. 3).

A demanda de alunos atendidos pelo Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra" era proveniente de várias localidades do Estado: Poxoréu, Rondonópolis, Várzea Grande, Cuiabá, Santo Antônio do Leverger, Rosário Oeste, Livramento, São Lourenço, Alto Paraguai, Jaciara, dentre outras. Sua clientela era composta por "filhos de agricultores a quem deveriam ser destinados os cursos, porém, verifica-se a presença de filhos de outras categorias de trabalhadores (garimpeiros, pescadores, boiadeiros, motoristas etc.)". A maioria não conseguia passar da etapa de inscrição (gratuita), fato decorrente da rigorosa prova de seleção (NEUVALD, 1997, p. 94).

No respectivo ano, como Mato Grosso não dispunha de estradas e sendo o Aprendizado Agrícola localizado na zona rural, o poder público, para sanar as dificuldades de acesso, construiu inúmeras casas para que os servidores permanecessem no local com suas famílias. "O Aprendizado Agrícola "Gustavo Dutra" dispunha de outras instalações para dar suporte aos cursos que oferecia, várias delas caracterizadas como oficinas didáticas". (MARQUES; XAVIER, 2006, p. 3), como demonstrado no quadro abaixo:

Cursos	Especificações
Carpintaria/Fábrica de móveis	Local onde trabalhava o carpinteiro / marceneiro na confecção de móveis para o próprio Aprendizado e onde os alunos recebiam noções do trabalho em carpintaria/marcenaria, fabricando móveis para uso da escola.
Sapataria	Confecção de sapatos e arreios - os alunos e os orientava para fazer o conserto dos próprios calçados e artigos de selaria para uso do Aprendizado;
Oficina Mecânica	Local das aulas práticas referentes à manutenção das máquinas agrícolas, onde se encontravam os veículos como tratores e implementos agrícolas do Aprendizado.
Cavalariça	Guarda e alimentação dos cavalos do Aprendizado e local em que se ministravam aulas práticas sobre os equinos, muares e asininos.
Estábulo	Local destinado para aulas práticas de ordenamento, curativos e trato, em geral, com bovinos.
Aviário	Criação de frangos, galinhas e marrecos.
Apiário	Criação de abelhas e produção de mel
Pocilga	Criação de porcos e manutenção da respectivas instalações.
Paiol	Guarda de cereais produzidos no Aprendizado, como milho, arroz e feijão;
Silo	Construído verticalmente para armazenamento da silagem.
Estrumeira	Armazenamento do esterco produzido pelos animais que misturado à palha e serragem era utilizado para fertilização do solo e da horta da escola.
Horta	Manejo com a terra e cultivado de pequenas plantações
Lavoura	Manejo com a terra e plantio do arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora, cana-de-açúcar e banana.
Pomar	Plantio de diversas espécies frutíferas

Quadro 01: Cursos do Aprendizado Agrícola Gustavo Dutra
Fonte: MARQUES; XAVIER, 2006.

Essa grade de cursos foi normalizada pela Portaria Ministerial n. 708, de 27 de dezembro de 1943. Sobre o assunto, Marques e Xavier (2006, p. 5) fazem as seguintes observações:

> O Aprendizado Agrícola mato-grossense estava autorizado a funcionar com apenas dois cursos, ou seja, o rural e o de adaptação. No entanto, não foi isso que aconteceu. Provavelmente utilizando-se de uma brecha na própria portaria, esse Aprendizado oferecia os cursos de adaptação, rural e básico. O curso de Adaptação era destinado a dar ao trabalhador em geral, jovem ou adulto, não habilitado ou diplomado, uma qualificação profissional. Para isso, eram organizados, em épocas determinadas, cursos práticos. Ao aluno concluinte era oferecido um certificado de Habilitação Profissional, com indicação da especialidade. O Curso de Ensino Rural tinha a duração de dois anos e destinava-se à formação de trabalhadores rurais.

Após a conclusão do curso, o aluno recebia "um certificado de Trabalhador Rural, com a indicação da especialidade frequentada. O Ensino Agrícola Básico tinha a duração de 3 anos e destinava-se à formação de capatazes rurais". (MARQUES; XAVIER, 2006, p. 5).

Os cursos objetivavam oferecer meios para que os estudantes pudessem permanecer nas áreas rurais e se tornar ou dar continuidade às atividades familiares de produtor agrícola e/ou criador de animais, fazendo com que, além de tirar delas o seu sustento, contribuísse para o desenvolvimento econômico do país, objetivos almejados pelos ruralistas.

Mesmo, defendendo ideias discriminatórias, o ideário dos ruralistas foi propagado em Mato Grosso, principalmente pelos intelectuais, como Gervásio Leite e Júlio G. Vaz Cerquinho. No que se refere à escola rural, o enfoque pode ser visto sob duas vertentes: Cerquinho abarcou o cenário nacional, com ênfase na escola rural, como possibilidade para abrasileirar os imigrantes (estrangeiros) que chegavam ao Brasil em busca de melhores condições de vida. Em seus escritos, o autor não citou a situação específica da escola rural de Mato Grosso, como o fez Gervásio Leite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de Gervásio Leite para escola rural de Mato Grosso possuía como fundamento as ideias dos ruralistas pedagógicos, que defendiam a criação de um modelo escolar fazer com que crianças fossem capazes se fixar no campo, sem se preocupar em lhe oferecer melhores condições de vida.

Assim como Leite, os adeptos do *ruralismo pedagógico* buscavam formar trabalhadores especializados para contribuir com progresso econômico do país. Nessa perspectiva, a escola rural, além de se preocupar com a ação educativa e com a fixação do homem no campo, tinha também a incumbência de divulgar a ideologia oficial de que a educação seria o único meio para se atingir o progresso no Brasil. Contudo, o *Ruralismo Pedagógico*, ao servir os interesses políticos e sociais, contribuía para mascarar os problemas sociais vivenciados nas áreas rurais, ofertando-lhes a possibilidade de vislumbrar uma nova escola.

A Escola Rural como se apresentava em Mato Grosso, nas palavras de Gervásio Leite, não servia para nada, por isso, as mudanças dariam novos rumos educacionais para as áreas longínquas dos núcleos urbanos. Leite não considerou que a efetivação desse projeto demandaria altos custos aos cofres públicos, por isso a circularidade das ideias ruralistas em no estado se restringiram ao âmbito dos debates em congressos de educação e a publicação de escritos, como o de Gervásio Leite.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, José Carlos. **O educador a caminho da roça**: notas introdutórias para uma conceituação de educação rural. Campo Grande-MS: EdUFMS, 1986.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. A educação rural como processo civilizador. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS; Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. V. III, séc. XX. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

ALVES, Laci Maria Araújo. **Nas trilhas do ensino (1910-1946)**. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

BEZERRA NETO, Luiz. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação) – Unicamp, Universidade Federal de Campinas, SP. 2003.

DEMARTINI. Zeila de Brito Fabri. Cidadãos analphabetos: propostas e realidade do ensino rural em São Paulo na Primeira República. In: **Caderno de Pesquisa**, São Paulo (71): 05-19, nov. 1989.

LEITE, Gervásio. **Aspecto mato-grossense do ensino rural**. Cuiabá: Escolas Profissionais Salesianas, 1942.

_____. **Um século de instrução pública**: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

MAIA, Eni Marisa. Educação rural no Brasil: o que mudou em 60 anos?. In: **Em Aberto**, ano 1, n. 9, Brasília, setembro, 1982. p.27-33

MARQUES Abimael Antunes; XAVIER, Ana Paula da Silva. Aprendizado agrícola "Gustavo Dutra": seu papel e importância no contexto agrícola de Mato Grosso. **Anais...** VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: Percursos e desafios da pesquisa de História da Educação, Uberlândia-MG, 2006. Disponível em:
<http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/485Abimael_e_AnaPaulaXavier.ppf>. Acesso em: 08/08/2012. 5326- 5335p.

MATO GROSSO. **Mensagem** do presidente do Estado à Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1929.

_____. **Regulamento da Instrução Pública Primária.** Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1927.

_____. **Relatório** da Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso – Referente ao ano de 1942. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1942.

NASCIMENTO, Celso Gestermeier do. Educação e Cultura: as escolas do campo em movimento. Goiânia: **Fragmentos de Cultura**/UCG-IFITEG, v. 12 nº. 3, maio/junho, p. 453-469, 2002.

NEUVALD, Luciane. **A maior dádiva do estado de Mato Grosso?** O aprendizado agrícola Gustavo Dutra no período populista (1943-1946). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Cuiabá (MT), 1997.

PRADO, Adonia Antunes. Intelectuais e educação no Estado Novo (1937-1945): o debate sobre a formação do professor primário rural. **Revistas Teias**, ano 1, n. I, p. 46-55, jan./jun. 2000.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930) In: _____. **Revisitando a história de escola primária**: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTOS, Luciene Conceição dos. A (des)construção do Jeca Tatu: uma análise da personagem de Monteiro Lobato. In: **Annais...** III Encontro Baiano de Estudos em Cultura – EBECULT. Cachoeira - Bahia, 2012. Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads/2012onstru%C3%A7%C3%A3o-do-Jeca-Tatu-uma-ana-%CC%81lise-da-personagem-de-Monteiro-Lobato-.pdf>. Acesso em: 17/03/2013.

ESCOLA GRADUADA: UMA NOVA PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO MATO-GROSSENSE

Elton Castro Rodrigues dos Santos
Mestre em Educação
Universidade Federal de Mato Grosso
eltoncastr@gmail.com

RESUMO

Nas primeiras décadas do período republicano, os grupos escolares, conhecidos também como escolas graduadas, foram responsáveis por disseminar uma nova organização da instrução primária, com inúmeras salas de aulas e professores, além da distribuição dos alunos por série. Neste sentido, busca-se com este artigo apresentar uma retrospectiva cronológica da criação dos grupos escolares no Brasil, até 1910, ano em que foi implantado em Mato Grosso. A pesquisa encontra-se situada no campo da historiografia, com análise de fontes documentais disponíveis nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso, bem como referências que retratam da temática. A relevância do trabalho está em fomentar discussões sobre os motivos que levaram essa instituição escolar servir de modelo educacional para o ensino primário no país.

Palavras-chave: História da Educação. Ensino Primário. Grupo Escolar. Mato Grosso.

RESUMEN

En las primeras décadas de la época republicana, grupos escolares, también conocidos como escuelas de postgrado, fueron los responsables de la difusión de una nueva organización de la educación primaria, con numerosas aulas y profesores, así como la distribución de los estudiantes por grado. En este sentido, tratamos de trabajar con este presente una creación retrospectiva cronológica de los grupos escolares en Brasil hasta 1910, cuando el grupo se estableció la escuela Mato Grosso. La investigación se encuentra en el campo de la historiografía, con el análisis de las fuentes documentales disponibles en las principales colecciones y archivos de Mato Grosso, así como las referencias que describen el tema. La relevancia de este trabajo es fomentar la discusión

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 10
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

sobre las razones por las que esta institución educativa al servicio del modelo educativo para la educación primaria en el país.

Palabras clave: Historia de la Educación. Primaria. Grupo Escuela. Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Durante a primeira República, o ideal de modernidade se expandiu pelo país, a educação passou ser a maior aliada dos governantes para se atingir o desenvolvimento dos Estados e para efetivação desse ideário; mudanças foram implementadas no sistema de ensino primário brasileiro. A escola isolada predominante, nas áreas consideradas não urbanas, deveria ser reorganizada, de modo a ser tornar eficiente e atingir os fins educacionais almejados pelo país.

As condições estruturais das escolas e de ensino não parecem ter sofrido grandes transformações desde 1882. Na primeira República a diminuição do analfabetismo se constituía como principal meta e as estruturas físicas das escolas, em sua maioria, ainda não estavam adequadas ao desenvolvimento das ações educativas. Como era o caso das escolas isoladas que, como o próprio nome indica, se localizavam distantes dos centros urbanos e tinham o objetivo de ministrar a instrução primária rudimentar, se localizavam a mais de 3 quilômetros da sede municipal. Por motivos atrelados ao seu isolamento geográfico, as escolas isoladas, ficavam "entregues aos parcos recursos didáticos, pedagógicos e financeiros [...]" (PAES, 2011, p. 65).

Além do não provimento de recursos financeiros por parte dos governantes, para suprir as necessidades das escolas isoladas, estas tinham que enfrentar ainda a precariedade dos edifícios que as abrigava, além da carência de mobiliário, material didático, dificuldade de emprego dos métodos modernos de ensino e de cumprimento integral dos programas escolares, dificuldade de provimento de professores nas escolas isoladas, baixos salários dos professores e precárias condições de trabalho (SOUZA, 2008, p.124).

Em seu estudo sobre a implantação da escola graduada em São Paulo, nos primórdios republicanos, Souza (1998, p. 31-32), esclarece as conjunturas políticas e educacionais que culminaram no processo de criação deste modelo escolar, dizendo:

> Em realidade, na origem da escola graduada encontra-se um processo de profundas transformações sofridas pela escola primária: da existência de um conjunto de escolas sem uniformidade para um sistema mais ordenado, estandartizado e de caráter estatal, de uma escola de ler escrever- contar para uma escola de educação integral com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito para uma de acesso obrigatório, generalizado e universalizado. O século XIX foi o cenário de experimentação e construção da escola graduada, dotada de uma estrutura coerente e durável mais adequada à universalização do ensino primário.

Dessa forma, "os grupos escolares constituíram-se numa nova modalidade de escola primária, uma organização mais complexa, racional e moderna. Essa inovação significou profundas transformações na organização e na constituição dos sistemas estaduais de ensino público no país". (SOUZA, 2006, p. 24). Nas palavras da autora, a escola graduada,

> [...] fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos

> e do tempo (graduação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor. (SOUZA, 2008, p. 114)

Essa nova organização curricular, faziam com que os Grupos Escolares ganhassem destaque no cenário educacional. Esses estabecimentos de ensino eram considerados o modelo escolar pelos resultados que produziam em termos qualitativos na educação primária, fazendo parte da realidade urbana e "fundaram uma representação de ensino que não apenas regulou o comportamento, reencenando cotidianamente, de professores e alunos no interior das instituições escolares, como disseminou valores e normas sociais (e educacionais)" .(VIDAL, 2006, p.9).

Neste sentido, busca-se com este texto apresentar uma retrospectiva cronológica da criação dos grupos escolares no Brasil, até 1910, ano em que foi implantado esse modelo institucional em Mato Grosso. A pesquisa encontra-se situada no campo da historiografia, com análise de fontes documentais, como relatórios de presidentes do estado de Mato Grosso, Inspetores de Ensino e Diretores da Instrução Pública, disponíveis nos principais acervos e arquivos de Mato Grosso: o Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e no Arquivo da Casa Barão de Melgaço (ACBM). A relevância do trabalho está em fomentar discussões sobre os motivos que levaram essa instituição escolar servir de modelo educacional para o ensino primário no país.

1. OS GRUPOS ESCOLARES NO BRASIL

Segundo Souza (2010, p. 4), os grupos escolares "começaram a ser implantados no contexto brasileiro em 1893, quando foi inaugurado, no estado de São Paulo, o primeiro grupo escolar do país. Os grupos escolares desse estado serviram de base para o restante do país". A autora acrescenta ainda que:

> No início do século XIX, São Paulo e o Rio de Janeiro estavam se consolidando como metrópoles e se destacavam como centros mais modernos do país. Sobressaía também, no setor educacional, principalmente o estado de São Paulo, que estava servindo de parâmetro pela organização educativa e administrativa de seu sistema educacional. (SOUZA, 2010, p. 4).

De acordo com Faria Filho (1996, p. 39), a implantação dos grupos escolares se constituiu em marco na educação do país, "um momento crucial de produção da necessidade de re-fundar a escola pública, uma vez que aquela que existia era identificada como atrasada e desorganizada".

Em São Paulo, as reformas educacionais nas primeiras décadas da República, tinham como objetivo espargir a educação em todo o estado, no intuito de assegurar a conservação do regime republicano e modernização social. "As alterações do ordenamento legal para a educação buscaram responder às dificuldades de implantação desse projeto de educação popular adequando-o à diversidade dos grupos sociais e às características do desenvolvimento social e econômico". (SOUZA, 2010, p. 149).

De acordo com Souza (2010, p. 155), no estado paulista, nos primórdios republicanos, existiam vários tipos de escolas primárias, com diferentes "[...] organizações pedagógicas e por critério relacionado à titulação dos professores, faixa etária dos alunos, localização das escolas, duração do curso, número de classes e clientela escolar" entre o Grupo Escolar, modelo de escola

graduada, que compreendia a utilização de várias salas de aula, um número grande de professores.

A expansão dos grupos escolares em São Paulo buscava acompanhar o desenvolvimento urbano, segundo Souza (2010, 165), em 1929, "já haviam sido instalados 297 grupos escolares", totalizando um montante de "4. 249 classes - 47 localizados na capital e 250 nas cidades do interior [...]", como pode-se verificar este crescimento na Tabela a seguir:

Tabela 01: Crescimento do Grupo Escolar entre 1916 a 1929

Ano	Número de grupo escolar - SP
1916	162
1917	170
1918	171
1919	187
1920	195
1921	197
1922	198
1924	200
1925	275
1927	289
1929	297

Fonte: Souza, 2010.

Percebe-se, por meio da análise, que os grupos escolares em São Paulo, além de ter um crescimento gradativo, tiveram momentos quase nulos de expansão, como ocorrido entre os anos de 1917 e 1918 e, 1921 e 1922, em que, de um ano para outro, apenas de 1 grupo escolar foi criado. Não obstante estes fatos, houve momentos de grande expressividade na expansão dos grupos escolares no estado paulista, como entre os anos de 1924 e 1925, de um ano para outro aumentaram 75 novas instituições desse porte.

Outra realidade desta instituição pode ser vista no Rio de Janeiro, onde a criação dos grupos escolares ocorreu em 1897, 4 anos após a criação da mesma modalidade institucional em São Paulo. Segundo Schueler (2010, p.118), a escola graduada fluminense se constituía de maneira diferenciada da paulista, e se expandiu por diferentes localidades. No Rio de Janeiro, os governantes, à época, tinham a pretensão de limitar "o número de estabelecimento destes grupos escolares apenas nas principais cidades, onde funcionariam, no mesmo espaço, mas não em regime misto, as escolas masculinas e femininas", como ocorria em São Paulo. A autora (2010, p.119) acrescenta que os governantes acreditavam que a criação deste modelo escolar "era a medida vantajosa pela economia de recursos com os alugueis de casas escolares e pelo atendimento à 'ordem' e à 'disciplina' pedagógica". (grifo da autora).

Dessa forma, o grupo escolar, se apresentaria como uma opção para sanar as dificuldades que vinham ocorrendo na instrução pública no Rio de Janeiro:

> Os problemas apontados sobre o estado da educação escola e da administração público do ensino eram muitos: ausências de fiscalização eficaz, não remuneração dos delegados e inspetores regionais, falta de prédios adequados para as escolas e de professores para as regiões mais distantes, baixa freqüência escolas, entre outros. Além do alto valor de alugueis, que ascendiam a 400:000$ no ano de 1987, nas escolas primarias fluminenses não havia as mínimas condições higiênicas e pedagógicas, segundo a ótica administrativa. (SCHUELER, 2010, p. 119).

Os problemas apontados pela autora, com base nas fontes documentais, denotam que o modelo da escola graduada e dos grupos escolares na primeira década da República, 1890-1910, não

eram predominantes no estado do Rio de Janeiro, a maioria das instituições escolares eram constituídas de escolas isoladas e singulares localizadas em áreas rurais, distritais como também, nas sedes do município (SCHUELER, 2010, p. 119).

Os grupos escolares, nos primórdios de sua criação em 1897, no estado carioca, não tiveram sua expansividade de imediato, vindo ocorrer somente a partir de 1916, com um total de 33 instituições e chegando a 60 unidades escolares desta modalidade em 1927. A progressão estimada de crescimento dos grupos escolares pode ser observada na tabela abaixo:

Tabela 02: Crescimento do Grupo Escolar entre 1916 a 1930

Ano	Grupo Escolar - RJ
1916	33
1918	37
1919	41
1920	49
1921	50
1922	51
1926	59
1927	60
1930	65
1937	118

Fonte: Schueler, 2010

Notoriamente, não se pode deixar de perceber uma semelhança entre o processo de expansão do estado de São Paulo e do Rio de Janeiro. Neste, a expansão também ocorreu gradativamente, não aparecendo dados possam mostrar estagnação ou retrocesso na implantação dos grupos escolares.

Após 10 anos de criação dos grupos escolares em São Paulo e 6 anos da criação dessa instituição no Rio de Janeiro, o estado do Maranhão, na capital, São Luiz, foi o próximo a implantar, por meio da Lei Estadual nº 323/1903, a citada modalidade escolar. Motta et al. (2010, p. 35) esclarecem que no Maranhão "a escola graduada aflora como uma resposta ao momento histórico republicano, a fim de abarcar a totalidade da atividade educativa, enquanto expressão institucional da ação pedagógica".

De acordo com Motta et al. (2010, p. 39), no interior do estado do Maranhão, pela Lei estadual nº. 363, de 31 de março de 1905, os autores explanam que o Estado estabeleceu uma normativa em que "cada grupo ficaria com três escolas, correspondendo ao ensino de cada uma delas a parte do programa da Escola-Modelo[1], de modo que compreendesse toda a sua matéria, assim como método de ensino". A ilustração 03 mostra como era a fachada do primeiro grupo escolar no estado do Maranhão.

No mesmo ano em que foi criado o grupo escolar no Maranhão, no estado do Paraná ocorreu o mesmo. Com advento da República, Castro (2009, p. 3) explica que houve a sistematização, no Estado, "do ensino primário, estruturado na criação de grupos escolares e no estabelecimento de um novo programa de ensino: a escola graduada ou seriada". A autora explana que:

> A introdução de novos métodos, racionalização e padronização do ensino – permitindo a classificação dos alunos por série, a divisão do trabalho docente e a profissionalização do magistério –, de uma burocratização administrativa e a necessidade de edifícios escolares concebidos especialmente para este fim foram algumas dessas características. (CASTRO, 2009, p. 3).

O primeiro grupo escolar paranaense foi o Dr. Xavier da Silva, criado em 1903, com um projeto arquitetônico elaborado para atender as "demandas pedagógicas e higienistas, como também foi partícipe do processo de estruturação da escola e da rede física escolar, tornando-se, com suas formas, paradigmas para toda a

nação". (CASTRO, 2009, p. 5). A ilustração 04 mostra a suntuosa fachada do edifício que abrigou o grupo escolar Dr. Xavier da Silva.

Castro (2009, p. 8), realizando uma leitura do Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, de 31 de dezembro de 1903, ressalta que a partir da criação do Grupo Dr. Xavier da Silva, teve início, no Paraná, "a estruturação do ensino primário e público com os novos critérios republicanos: a escola graduada e agrupada" e que o grupo escolar em questão, serviu de modelo para outros grupos escolares do Estado.

Em Minas Gerais, os grupos escolares foram implantados, segundo Araújo (2006, p. 5), a partir na Reforma João Pinheiro, de 1906, num momento em que se buscava estabelecer uma diretriz para a instrução pública mineira no início do período republicano. Nesse sentido, os grupos escolares de Minas Gerais, "a partir de 1906, se apresentam como expectativa nutrida pelas estatísticas educacionais, pela análise e pelas críticas que se punham ao período imperial e à própria experiência republicana que já completava 17 anos em relação à instituição da política educacional em apreço". Sobre a Reforma João Pinheiro, Araújo (2006, p. 5) acrescenta que esta instaurou um período de transformações na educação primária do estado, implicando

> [...] em reestruturações, em mecanismos de participação dos municípios através dos edifícios escolares, a dar centralidade à inspeção como a alma da educação escolar, em eleger a arquitetura escolar como expressão simbólica do republicanismo, em privilegiar a reestruturação de programas de ensino, bem como a reencaminhar novas orientações e diretrizes para a metodologia de ensino etc.

Isobe (2005, p. 2) corrobora com o pensamento de Araújo e acrescenta que os grupos escolares seriam criados com a intenção de substituir as escolas isoladas, "viabilizaria práticas educativas até então inéditas e possibilitaria a organização e a realização da graduação do ensino em séries, a renovação dos métodos e processos de ensino e a introdução de novos saberes escolares nas escolas primárias mineiras".

Segundo Faria Filho (2000 apud SÁ, 2007, p. 54), no estado mineiro "este modelo escolar foi criado em 1906 como o lugar de realização, no mundo da educação, da forma capitalista de conceber e organizar o trabalho, principalmente fabril, e a identificação do movimento que institui os grupos com o progresso, como a superação do atraso".

Com a implantação do grupo escolar em Minas Gerais, em 1906, o processo sofreu um alavancamento na criação dessas instituições em outros estados brasileiros. Schueler (2010), em seus estudos sobre a expansão da escola primária e graduada no Estado do Rio de Janeiro, aponta que em 1908 houve uma maior disseminação dos grupos escolares no Brasil, sendo que no citado ano foram criados grupos escolares na Bahia, Espírito Santo, Santa Catarina e em Rio Grande do Norte.

Em relação aos grupos escolares no estado do Espírito Santo, a primeira instituição escolar desta modalidade foi criada por meio do "Decreto nº 166, de 05 de setembro de 1908. O Grupo Escolar recebeu o nome do próprio Secretário da Instrução, Gomes Cardim" (Ilustração 06). Agregava em seu prédio "[...] os cursos elementar (4 anos) e complementar (1 ano), era dividido em seções masculina e feminina, e as mulheres deveriam lecionar somente para as primeiras séries do ensino primário". (FERREIRA. 2000, p. 3).

Conforme Ferreira (2000, p. 4, grifo da autora), a expansao do grupo escola no Espírito Santo se deu de forma lenta. "Em 1920, o Espírito Santo contava com apenas dois Grupos Escolares: um na Capital, denominado 'Gomes Cardim' e o outro no interior do estado, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim".

O estado catarinense buscava, na década de 1910, adaptar suas cidades, aos moldes republicanos em que vinham sendo implantado nos grandes centros urbanos brasileiros, tendo no ideal de escola a formula para alcançar o "progresso, a modernidade, a

redenção". (SILVA, 2006, p. 3). A criação dos grupos escolares integrava esse projeto de modernidade. O primeiro grupo escolar em Santa Catarina se originou do "Collegio Municipal de Joinville, o qual, após reformas para adaptação, foi reinaugurado em 15 de novembro de 1911 com o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra". (SILVA, 2006, p. 4).

As construções monumentais, presentes nos estados até aqui citados, que abrigavam os grupos escolares brasileiros, também se fez presente em Santa Catariana (Ilustração 08), o Grupo Escolar Luiz Delfino, inaugurado em Blumenau, no ano de 1913. (SILVA, 2006, p. 4).

Por meio do Decreto n. 178, de 29 de abril de 1908, foi autorizada a criação do Grupo Escolar Augusto Severo, no estado do Rio Grande do Norte. Segundo Silva (2006, p. 7), essa nova organização pressupunha:

> [...] difusão do acesso da população à leitura e à escrita, exigência pretendida pelo Projeto Republicano no Brasil. Essa instituição educativa estava comprometida com a modernização da sociedade brasileira e tinha como fins à universalização da instrução, o combate ao analfabetismo e a difusão da escola primária. Ao introduzir o ensino seriado (graduado), surgia a tentativa de homogeneização dos alunos, criava-se também uma especialização do trabalho do professor ao utilizar o ensino simultâneo, que distribuía de forma coerente as atividades do professor por permiti-lo ensinar vários alunos ao mesmo tempo, considerando que todos estariam aptos a estudar os mesmos conteúdos.

No Rio Grande do Norte, esta modalidade de organização escolar, entre os anos de 1908 e 1917, perfazia 26 grupos escolares.

Em Mato Grosso, os grupos escolares foram criados oficialmente, de acordo com Reis (2004, p.2), "pela Lei n. 508, de 1908, constitui-se como inovação da Reforma da Instrução Primária de 1910". Para essa autora (2004, p. 6):

> O Modelo de escola, que era representado pelo Grupo Escolar, simboliza a materialização do ideal de renovação pedagógica, defendido por intelectuais e administradores do ensino público mato-grossense e entedindo como condição para a modernização da escola pública, responável pela formação republicano.

Sá (2007) explica que o funcionamento dos grupos escolares em Mato Grosso, seguiram, em caráter, o mesmo regulamento e programa de São Paulo e foi autorizado por meio do Decreto n 258, de 20 de agosto de 1910. A autora complementa sua explicação sobre os grupos escolares ressaltando:

> A criação de um grupo escolar, conforme o Regulamento da Instrução Pública de 1910, era prevista onde houvesse pelo menos seis escolas primárias no perímetro fixado para obrigatoriedade do ensino, isto é, "dentro de um raio de um quilômetro médio da sede da escola"(Art. 9º), sendo as mesmas organizadas em um só prédio com oito classes: quatro para a seção masculina e quatro para a seção feminina. (SÁ, 2007, p. 120).

Entretanto, por não ter a implantação de um número maior de grupos escolares em Mato Grosso, "no mesmo ano, através da lei de n 580, foi dada uma nova redação no que se referia ao número de escolas, passando a ser de no mínimo 3 e no máximo 8 escolas". (SÁ, 2007, p. 101). Não diferente das demais regiões brasileiras, os grupos escolares mato-grossenses inauguraram um período de suntuosa arquitetura de seus prédios.

A presença dos grupos escolares se intensificou em quase todos os estados brasileiros. Para Sá (2006, p. 53), o "percurso da história educacional de alguns estados brasileiros nos permite

vislumbrar a contundente influência do modelo educacional paulista no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX, envolvida pelo discurso da modernidade e do progresso social [...]". Entretanto, em 1922 ainda havia lugares em que o grupo escolar não se consolidaram como proposta institucional de educação, como foi o caso do Distrito Federal, como demonstra a Tabela 03.

Tabela 03: Crescimento do Grupo Escolar no Brasil em1922

Estados	N°. Grupo Escolar
Alagoas	02
Amazonas	14
Bahia	07
Ceará	10
Distrito Federal	-
Espírito Santo	02
Goiás	01
Maranhão	10
Mato Grosso	04
Minas Gerais	171
Pará	24
Paraíba	06
Paraná	26
Pernambuco	03
Piauí	03
Rio de Janeiro	50
Rio Grande do Norte	31
Rio Grande do Sul	09
Santa Catarina	11
São Paulo	194
Sergipe	05

Fonte: Sá, 2007

Os grupos escolares tiveram, segundo os dados até aqui apresentados, uma representatividade significativa no Brasil. Propagou o modelo de escola graduada e a classificação dos alunos por série, sendo considerado um símbolo da modernidade republicana. A maior expressividade no ano de 1922 se concentrou, em primeiro lugar, em São Paulo (194 grupos escolares), em segundo Minas Gerais (171 grupos escolares) e em terceiro lugar ficou o estado do Rio de Janeiro (50 grupos escolares).

Os grupos escolares em todo o país seguiram o mesmo modelo advindo das primeiras instituições deste porte no estado de São Paulo. Contudo, essa modalidade escolar não foi a única no período republicano a adotar o modelo de graduação, havia uma modalidade de instituição educacional, considerada intermediaria, entre o grupo escolar e a escola isolada, de baixo custo e que se difundiu também como escola graduada, as *Escolas Reunidas*.

3. AS ESCOLAS REUNIDAS NO BRASIL E EM MATO GROSSO

As escolas reunidas se expandiram por todo o Brasil. Em 13 de abril de 1912, São Paulo, consolidou, segundo Souza (2010), por meio do Decreto n°. 2.225, as normas que regulava este tipo de escola. O decreto preconizava que nos lugares, com maior densidade populacional e onde houvesse mais de uma escola. Pela dificuldade de provimento, o governo poderia reuni-las em um só prédio.

Na Bahia, as escolas reunidas foram criadas a partir da reforma da instrução pública primária, sancionada pela Lei n. 1.846, de 14 de agosto de 1925. Segundo Nascimento (2010, p. 6), quando "[...] nas cidades e vilas, o número de escolas fossem de uma ou até quatro elas poderiam funcionar num mesmo prédio sob a direção de um professor que também ministrava aula em uma das classes; eram as chamadas escolas reunidas ou combinadas". O autor acrescenta que "diversas escolas isoladas foram transferidas para prédios adaptados para as instituições escolares, reunidas em prédios mais amplos com aumento de matricula e frequência".

Em 1925, período de implantação das escolas reunidas na

Bahia, foram criadas quatro delas, sob a justificativa dos governantes baianos de se investir neste tipo de escola por apresentar mais vantagem que essa instituição proporcionava ao estado. Nascimento (2010, p. 7) explica esse fato dizendo que:

> Essas escolas traziam vantagens para o ensino primário tanto do ponto de vista econômico quanto pedagógico, na medida em que o ensino primário procurava se tornar mais completo e homogêneo e completo, uma vez, a graduação e seriação escolar estava sendo melhor programada. Quando na localidade tivesse só duas escolas uma delas abrigaria alunos de primeiro e segundo ano do mesmo curso e a outra, alunos do terceiro e quarto ano. Existindo três escolas, uma seria destinadas aos alunos de terceiro e quarto anos.

Foram criadas 14 Escolas Reunidas baianas, de acordo com Nascimento (2010), em 1926; posteriormente, em 1927, esse número quase triplicou, chegando a 33 instituições da citada modalidade em toda Bahia.

Em Goiás, a implantação de Escolas Reunidas estava prevista na reforma da Instrução Pública Primária de 1918. Entretendo, não houve sua efetivação, pois o Estado enfrentava dificuldades para prover prédios que comportassem o funcionando deste tipo de instituição. Conforme Alves (2008), a reforma de 1918 se apresentou de maneira ambígua, pois criou a possibilidade de reunir em um mesmo prédio,

> [...] sobre a direção de um de seus professores desde que o espaço se mostrasse apropriado, formando uma Escola Reunidas. Contudo a exigência de espaços adequados significou de fato um impedimento à instalação de escolas deste tipo uma vez que a inexistência de espaço escolares específicos se constituía em um dos principais problemas para a expansão e melhoria da escola. (ALVES, 2008, p. 19).

Entretanto, não havia provimento por parte dos governantes estaduais para a construção ou locação de estabelecimento que abrigasse as Escolas Reunidas. Portanto, entende-se que as determinações da reforma de 1918 não saíram dos trâmites legais e não se efetivaram no estado goiano.

Sobre as escolas reunidas em São Paulo, Souza (2010, p. 162), explica que essas seriam implantadas "nas sedes dos municípios cuja população escolar fosse insuficiente para a criação de um grupo escolar e em outra localidade. Poderiam funcionar como reunidas, escolas do sexo feminino e masculino, no mesmo prédio, [...]". A autora acrescenta que ainda que "concebidas para funcionarem como escolas graduadas, as escolas reunidas consolidaram-se como um modelo simplificado, uma adaptação dos grupos escolares a um padrão de escola de baixo custo" (SOUZA, 2010, p. 144) e deveriam seguir o mesmo modelo de organização dos grupos escolares. Inicialmente, as escolas reunidas paulistas foram:

> Tolerada pelo governo como um tipo de escola provisória que deveria desaparecer em breve, as escolas reunidas foram se incorporando ao sistema público de ensino como resultado das demandas populares pela escola pública em bairros e vilas onde se verifica a aglomeração de crianças e havia impossibilidade de implantação do grupo escolar devido para a criação do mesmo.

Com os ganhos que esse tipo de estabelecimento de ensino vinha assegurando ao estado, "[...] pela primeira vez, a administração de ensino público paulista dava importância a um tipo de escola primária que havia sido, desde o seu aparecimento na década de 1890, continuamente preterido no estado de São Paulo". (SOUZA, 2010, p. 145).

Em Mato Grosso, a instalação das escolas reunidas ocorreu, aproximadamente, 37 anos após seu surgimento no estado de São

Paulo. Em 1926, o então presidente Mato Grosso, Mário Corrêa da Costa (1926), defendeu a ideia de que o estado deveria seguir o modelo de São Paulo, para solucionar os problemas de ensino e instituir as Escolas Reunidas, a fim de obter melhores resultados no ensino primário. Por esse motivo, em 1927, o citado presidente instituiu uma comissão para a elaboração do novo Regulamento da Instrução Pública de Mato Grosso. A comissão foi formada pelo Dr. Cesário Alves Corrêa, Diretor Geral da Instrução Pública, Jayme Joaquim de Carvalho, Isác Póvoas, Júlio Müller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Philogonio Corrêa, Fernando Leite Campos, Nilo Póvoas e Alcindo de Camargo.

De acordo com o Regulamento, implementado pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, se instituiriam Escolas Reunidas, "quando num raio de dois quilômetros, funcionarem três ou mais escolas isoladas, com freqüência total mínima de 80 alunos, o governo poderá reuni-las num só estabelecimento". (REGULAMENTO, 1927, p. 166).

Como o próprio nome sugeria, as Escolas Reunidas se constituía em um agrupamento de três ou mais escolas isoladas, funcionando num raio de 2 km com frequência mínima de 80 alunos, com máximo de 7 e mínimo de 3 classes (LEITE, 1970). (REGULAMENTO, 1927, p. 166).

Para Sá e Sá, (2011, p. 36), a implementação de Escolas Reunidas em Mato Grosso, prevista pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, "vinham ao encontro à dificuldade econômica do estado, já que atendiam até sete classes em um único prédio, não tendo, no entanto, que contratar uma pessoa específico para assumir a função de diretor, sendo este um professor da própria escola que, pela função, recebia uma gratificação".

As Escolas Reunidas são instituições que possuem a mesma organização dos grupos escolares: "Ainda que concebidas para funcionarem como escolas graduadas, as escolas reunidas consolidaram-se como um modelo simplificado, uma adaptação dos grupos escolares a um padrão de escola de baixo custo". (SOUZA, 2010, p. 162). Dessa forma, as escolas reunidas podem ser classificadas como uma fase intermediária de evolução das escolas isoladas para grupos escolares.

As escolas reunidas se constituíram como um estabelecimento de ensino intermediário, não se igualando às escolas isoladas, pois precisava delas para se constituir enquanto modalidade escolar, reunindo duas ou mais dessas escolas, e não chegava a ser idêntico aos grupos escolares. Dos grupos escolares, as escolas reunidas tinham como semelhança o ensino graduado e sua organização escolar. Entretanto, quando uma escola reunida se firmava como instituição educacional, com uma frequência anual de 80 ou mais alunos, esta era suprimida e se transformava em grupo escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo reunido de escolas mato-grossenses, diferentemente de São Paulo, se apresentava, no momento de sua criação (1927), como sendo a solução para os problemas orçamentários e educacionais, e foram pensadas como uma possibilidade, depois de instituídas e consolidadas, se tornarem grupos escolares e, dessa forma, alavancar a educação no estado.

A criação das escolas reunidas no Brasil ainda não despertou suficientemente o interesse dos pesquisadores em História da Educação para a temática, fato que pode-se comprovar após estudos sobre a constituição e expansão dos grupos escolares no país. Por sua semelhança e facilidade de se transformar em grupo escolar, a citada instituição, deveria ser alvo de discussão intrínseca na criação da escola graduada brasileira, mas, ao se realizar um retrospecto sobre a implantação da graduação, até 1910, ano que ocorreu a criação do grupo escolar no Brasil, os estados, a exceção de São Paulo, veiculava poucas informações sobre as escolas reunidas.

Como em Mato Grosso tais escolas foram criadas a partir de 1927, espera-se que, o estudo proposto neste artigo, possa contribuir para instigar os pesquisadores educacionais a investirem esforços em uma temática de relevância educacional como as escolas reunidas.

Esse modelo educacional, em terras mato-grossenses, começou singelamente a ter sua expansão a partir de 1930, porém, com o respaldo legal foi sendo estruturado para atender uma demanda crescente por escolarização, dessa forma, particularidades legais, criação, organização administrativa e pedagogia das Escolas Reunidas de Mato Grosso, implementadas no Regulamento da Instrução Pública de 1927.

NOTAS

[1] A Escola-Modelo era implantada anexa à Escola Normal, sendo uma instituição designada à prática pedagógica das normalistas e que contribuiu para o processo de profissionalização do magistério primário brasileiro (POUBEL E SILVA, 2006).

REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábia. A Escolarização em Goiás nos anos de 1920: as escolas isoladas e o Grupo Escolar. **Anais...** Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: o ensino e a pesquisa em história da educação, SE, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/403.pdf>. Acesso em: 15/04/2013.

CASTRO, Elizabeth Amorim de. A arquitetura dos grupos escolares do Paraná na Primeira República. **Revista Brasileira Estudos Pedagógicos** – RBPE, v. 90, n. 224, p. 122-148, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/1258/1189>. Acesso: 12/03/2013.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, mai/jun/jul/ago., p. 19-34, 2000.

FERREIRA, Viviane Lovatti. A História dos Grupos Escolares no Espírito Santo. **Anais...** Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: História e historiografia, RJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/164_vivianee.pdf>. Acesso em: 02/04/2013.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. A Instituição da Inspetoria Técnica no Âmbito do Projeto de Modernização da Educação Implementado com A Reforma de 1906 em Minas Gerais: estratégia de modelização do ensino. **Revista HISTEDBR On-line**, SP - Campinas, n.44, p. 107-130, dez - 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/44/art08_44.pdf>. Acesso em: 10/02/2013.

LEITE, Gervásio. **Um século de instrução pública**: história do ensino primário em Mato Grosso. Goiânia: Rio Bonito, 1970.

MATO GROSSO. **Regulamento da Instrução Pública Primária**. Arquivo Público de Mato Grosso – APMT, Cuiabá – MT, 1927.

MOTTA, Diomar das Graças; MENDES, Iran de Maria leitão; SILVA, Acildo Leite da; AMORIM, Elisangela Santos de. **O Estado de Maranhão e a institucionalização da Escola Graduada na Primeira República**, 2010. 35-43p. Mimeo.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A educação primária no estado da Bahia (1889-1930). In: **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870-1950), 2010. p. 2-15p. (Documento manuscrito, não publicado) mineo.

PAES, Ademilson Batista. **A escola primária rural em Mato Grosso no período republicano (1889-1942).** Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara. Araraquara-SP, 2011. 268p.

REIS, Rosinete M. A implantação dos Grupos Escolares em Mato Grosso. **Anais...** do III Congresso Brasileiro de História da Educação: Educação Escolar em Perspectiva Histórica. Paraná: Curitiba, 2004. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo3/457.pdf>. Acesso em: 01/03/2012.

SÁ. Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno**: as representações da escolarização da infantil em Mato Grosso (1910-1927). Cuiabá: EdUFMT, 2007.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. A escola pública primária mato-grossense no período republicano (1900-1930) In: _____. **Revisitando a história de escola primária**: os grupos escolares em Mato Grosso na Primeira República. Cuiabá: EdUFMT, 2011. p. 29 – 54.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. Grandeza da Pátria e Riqueza do Estado: Expansão da Escola Primária no Estado do Rio de Janeiro (1893-1930). **Revista de Educação Pública** - v. 19, n. 41 (set./dez. 2010), p. 535-550, Cuiabá, 2010.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; SÁ. Elizabeth Figueiredo de; FERRO, Maria do Amparo Borges. A expansão da escola primária graduada nos Estados na Primeira República: a ação dos poderes públicos. In: SOUZA, Rosa Fátima de; SILVA, Vera Lucia Gaspar da; SÁ, Elizabeth Figueiredo de, (Orgs.). **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a Escola Graduada (1870-1930) 2011. Prelo. 128-141p.

SILVA, Vera Lucia Gaspar. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catariana (1889-1930). **Anais...** VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Minas Gerais: Uberlândia, 2004. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>. Acesso: 01/03/2013.

SILVA, Vera Lucia Gaspar. Vitrines da República: Os Grupos Escolares em Santa Catariana (1889-1930). **Anais...** VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação. Minas Gerais: Uberlândia, 2006. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/19JoseCarlosSousa.pdf>. Acesso: 01/03/2013.

SOUZA, Rosa Fátima de. **A institucionalização dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo na Primeira República**: subsídio para a história comparada da escola primária no Brasil. 2010. 148-191. Mimeo.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria**: escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976), Araraquara, 2006, 367f. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e da Civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima. **O Legado Educacional do Século XX**. Araraquara: UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, 1998, p. 1201-150.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: ensino primário e secundário no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo história (e recriando memória) da escola primária e da infância no Brasil: os Grupos Escolares em foco. In: VIDAL, Diana (Org.) **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas: SP: Mercado de Letras, 2006, p. 7-20.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

RAÇA, NAÇÃO E MIGRAÇÃO: DESLOCAMENTOS DA NACIONALIDADE NO PARANÁ ENTRE OS ANOS 1930 E 1945

Liliane da Costa Freitag
Doutora em História pela UNESP
Professora do Departamento de História e do
Programa de Pós-Graduação em História – UNICENTRO
lilianefreitag@uol.com.br

Gerson Pietta
Mestrando em História pela UNICENTRO/PR
Programa de Pós-Graduação em História – UNICENTRO/PR
gersonpietta@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa pretende compreender como políticas de imigração atrelaram-se a critérios étnicos idealizados no Brasil dos anos 1930 e 1945, e quais foram os vínculos existentes entre raça e a política de ocupação do território paranaense. A partir da análise do discurso de agentes vinculados ao governo federal e estadual, busca-se entender como a política identitária varguista e o pensamento social fundaram as bases da nacionalidade, bem como compreender quais foram suas correlações com a prática política paranaense. Como fundamento teórico, utilizamos Lenharo (1986).

Palavras-chave: Imigração. Raça. Nacionalidade. Paraná.

ABSTRACT

This research intends to understand how immigration policies harnessed to ethnic criteria idealized Brazil in 1930 and 1945, which were the links between race and occupation policy of the State of Paraná. From the analysis of the discourse of agents linked to the federal and state governments seek to understand how identity politics and social thought Vargas founded the basis of nationality, as well as understand what were your co-relations with the

political practice of Paraná. Used as a theoretical Lenharo (1986).

Keywords: Immigration. Race. Nacionality. Paraná.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar as medidas tomadas pelo Governo de Getúlio Vargas em relação à questão da imigração e colonização no Brasil, no período de 1930 a 1945. Pretende-se, a partir disso, compreender o discurso político acerca dos critérios étnicos utilizados para a criação de uma nacionalidade ideal. Delineamos, assim, as aproximações entre os ideários políticos federal e estadual através da análise do Álbum Comemorativo da visita do presidente Getúlio Vargas ao Paraná, de autoria da imprensa estadual, vinculada ao governo de Manoel Ribas – executivo paranaense que atuou como Interventor, de julho de 1932 até 1935, como governador, de 1935 a 1937, e novamente como Interventor, entre 1937 e 1945.

Essas colocações deixam claro o campo no qual a pesquisa busca filiação. Gomes (1995, p. 63) enuncia que:

> A revitalização dos estudos de história política guarda relações profundas com as mudanças de orientações teóricas, causada pela crise dos paradigmas estruturalistas então em vigência. Tal crise, traduzida pela recusa de explicações deterministas, metodologicamente quantitativas e marcadas pela presença de atores coletivos abstratos, não localizáveis no tempo e no espaço, teria impactado o campo das ciências humanas forçando-as a rever suas ambições totalizadoras e suas explicações racionalistas/materialistas.
>
> [e ainda]
> A aceleração do tempo; a vivência imediata do acontecimento histórico; o sentimento da presença do político em esferas inusitadas da vida cotidiana dos cidadãos, em uma demanda social crescente por explicações sobre o que estava ocorrendo (e que ia ocorrer), dramatizam e concretizam uma nova posição pública do historiador. (GOMES, 1995, p. 64)

Nesse contexto, a história política ganhou espaço, trazendo consigo algumas orientações inovadoras.[1] No rol de tais inovações, a análise dispensada nesse artigo propõe a conjugação entre campo de poder político e a representação, compreendendo a relação poder – representação. Essa relação é entendida como sendo reversível numa dupla e recíproca subordinação:

> De um lado, a instituição do poder se apropria da representação do poder como sua, (...) de outro que a representação, o dispositivo da representação produz seu próprio poder, produz-se como poder. (CAPELATO; DUTRA, 2000, p. 229)

Em outubro de 1930 inicia-se um longo período em que Getúlio Vargas foi a figura tonificante no cenário político nacional. Essa temporalidade, conhecida como Era Vargas, marca, assim, um período de forte presença política. Embora essa periodização ainda seja frequentemente encontrada, afirma Borges (2000, p. 159), a história, pelas grandes figuras, esteve há décadas renegada na universidade. Entretanto, de acordo com a mesma autora, "com a reafirmação recente do papel do indivíduo na sociedade, os historiadores da política voltam a se preocupar com o papel que os grandes personagens tiveram, têm e provavelmente sempre terão na política". (BORGES, 2000, p. 159)

Desde o Governo Provisório, os debates sobre imigração promoviam a defesa do trabalhador nacional e encaminhava ações vinculadas à presença de correntes migratórias nacionais. No

final de 1933, com a abertura da Assembleia Nacional Constituinte, críticas a trabalhadores estrangeiros avultavam em discursos, naquele espaço e na imprensa. As justificativas destacavam a defesa do trabalhador nacional, o risco do ingresso de indivíduos que representassem ameaça à segurança nacional e também às concepções eugênicas e raciais do período. A Constituição de julho de 1934 apresentava, para tanto a chamada "lei de cotas", a qual estabelecia um limite para a entrada de estrangeiros no país. Até o final do governo de Getúlio Vargas, inúmeras campanhas foram movidas contra populações imigrantes, tais como a proibição do ensino e da imprensa em língua estrangeira. Na conjuntura da reocupação da área de fronteira internacional do extremo oeste paranaense, a materialização de tais princípios ocorreu seguindo a política territorial Marcha para Oeste, assentada nos princípios que excluíam certas camadas de população ao acesso a terra, legando tributos ao século XIX.[2]

Seyfert (2002) afirma que a questão racial esteve presente nos projetos imigrantistas, desde 1818, porém, o conceito de raça ainda não fazia parte do vocabulário científico brasileiro e também das preocupações com a formação nacional. A imigração era pensada como um processo civilizatório e como uma forma de ocupação racional de áreas consideradas devolutas.[3] Em análise do Decreto Real, que autorizou o estabelecimento de imigrantes suíços em Nova Friburgo, a autora diz que a questão racial estava implícita e referenciava a civilização, visto que o imigrante branco e europeu traria o progresso, dominaria o interior selvagem e incivilizado, e povoaria os vazios demográficos: "Nas regras de admissão de estrangeiros o imigrante ideal, o único merecedor de subsídios, é o agricultor: mais do que isso, um agricultor branco que emigra com sua família" (SEYFERTH, 2002, p. 119), e introduz novas técnicas agrícolas baseadas na pequena propriedade e no trabalho familiar. Cabe ressaltar que o trabalho coletivo familiar e a pequena propriedade consistiram nas bases da política da Marcha para Oeste, criada oficialmente após a instalação do Estado Novo.

Para Alencastro e Renaux (1997), o debate governamental sobre raça e imigração antecede a Independência do Brasil. No quadro dos tratados de 1810 já se pensava na abolição do tráfico negreiro e, em 1822, já estava em discussão uma política imigrantista, porém, a corte de D. João VI vetou a vinda indiscriminada de colonos protestantes. Até meados do século XIX, enquanto perdurava intacto o comércio internacional de negros, articulado pelos fazendeiros, a política imigratória permanecia ilusória. Porém, essa situação mudou após 1850, quando o tráfico negreiro foi anulado. A partir daquele momento, ocorreram discussões em torno do tipo de mão de obra a ser estabelecido no Brasil. Enquanto os fazendeiros estavam preocupados em "consolidar a grande propriedade e a agricultura de exportação", buscando braços de qualquer parte do mundo, de qualquer raça, a burocracia imperial e a intelectualidade preocupavam-se com o mapa social e cultural do país, tentando fazer da imigração um instrumento civilizador, que, na época, referia-se ao branqueamento do país.

Assim sendo:

> (...) a questão do trabalho desemboca em cheio na questão nacional, [ou seja], no reverso do debate sobre a imigração desenhava-se o debate sobre a nacionalidade. Repara-se ainda que essas discussões transcorriam em tempos de unificação dos Estados nacionais europeus, numa época em que a homogeneidade cultural, lingüística, comunitária apresentava-se como o trunfo indispensável para viabilizar as nações modernas. (ALENCASTRO, RENAUX, 1997, p. 294)

Na década de 1870 ocorreu o acirramento das discussões políticas em torno do imigrante ideal[4], ocasião em que se deu a "entrada de todo um novo ideário positivo-evolucionista em que os

modelos de análise cumprem um papel fundamental". (SCHWARCZ, 1993, p. 14). Dentre estes modelos explicativos deterministas introduzidos, enumeram-se o Evolucionismo Social, o Darwinismo Social e o Positivismo. Cabe ressaltar que, quando chegadas no Brasil, essas teorias raciais adquirem nuances locais. Assim, de acordo com a autora:

> Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que problematizassem as implicações negativas da miscigenação. Das máximas do evolucionismo social sublinhou-se a noção de que as raças humanas não permaneciam estacionadas, mas em constante evolução e aperfeiçoamento, obliterando a idéia de que a humanidade era una. (SCHWARCZ, 1993, p. 18)

Tais teorias legitimariam a hegemonia ocidental a partir do pressuposto de sua superioridade diante de outras nações. Estes princípios adentram à produção da escrita da história brasileira, que teve como baluarte a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Essa instituição teve um duplo projeto: a formação da nação brasileira e a inserção do novo Estado na civilização e no progresso. A Nação, segundo os postulados que fundam a escrita da história do Brasil, consistia no produto do desdobramento de uma civilização branca e europeia, nascida de nossos vínculos coloniais. A tarefa de pensar essa nação, delegada aos letrados reunidos em torno do IHGB, será materializada em uma escrita da história cuja característica básica foi a perspectiva iluminista: progresso dentro da ordem, a fim de buscar a integração.[5]

Contudo, se por um lado a escrita da história nacional e a prática política do século XIX e do início do século XX, bebem de teorias cimentadas no pensamento social de cunho darwinista, não se teve no Brasil uma história condicionada aos padrões eurocentristas. O Estado que nasceu no século XIX carregou em seu interior aspectos peculiares e que ao longo do tempo vem criando a experiência política brasileira. E, ainda que o tema da identidade para a nação seja uma questão inconclusa e venha permeando o conteúdo de práticas historiográficas, literárias e do pensamento social, os destinos da nação foram largamente problematizados no campo político imperial e republicano.

Idealizar a nação significou fazer escolhas, delimitar valores a serem atingidos, tais como opções étnicas, sociais e econômicas que tiveram que ser feitas – mesmo que na prática o consenso não existisse – o que se mostra como a nação está expressa no sentimento de pertencimento a uma comunidade ou coletividade. A aura de uma coletividade revelaria a identidade da nação, mas também realizaria seu avesso, escondendo as diferenças no país. Em relação ao tema, cabe ressaltarmos em que consiste a identidade a partir de Freitag (2007, p. 177):

> A identidade, genericamente entendida como um código de pertencimento circundado ao campo dos valores, funciona como um passaporte que garante estadias entre grupos sociais (no sentido amplo do termo). Outra questão fundamental reside no fato de que toda identidade, enquanto código de pertencimento depende da relação entre experiência e conhecimento dela derivado. Toda identidade é, por conseguinte, construída historicamente. A construção dos valores de pertencimento depende de intensos trabalhos de mediação advindos de diferentes agentes sociais.

Na esteira da interpretação da autora, quando discute os caminhos de criação discursiva na fabricação de região, também entendemos que as identidades podem nascer de projetos. Contudo, aqueles que recebem tais projetos não são meros receptores ou reprodutores de um projeto identitário que vem de

cima de uma estrutura investida de poder, mas também são produtores e ressignificam identidades presentes. Esse movimento cria a "comunidade imaginada nação".

Zilly (1999, p. 4) afirma que, na prática, predominavam no Brasil opiniões de que o Estado precisava de um povo-Estado, e que algum dia se tornaria nação, formada por "cidadãos livres, com alguma posse, com certos requisitos culturais e biológicos, preferencialmente alfabetizados, de língua portuguesa e pele clara".

O fato é que as teorias darwinianas sustentavam o atraso do Brasil em relação ao resto do mundo ocidental, devido ao fato de ter suas origens assentadas na presença de raças inferiores: negros e indígenas na raiz da nacionalidade justificavam a inferioridade da nação brasileira. Entretanto, se por um lado tal constatação sugere um destino nacional prefixado pelos "iluminares europeus", a solução a que chegam no campo político brasileiro, em fins dos anos 1930, são singulares ao período.[6]

Zilly (1999, p. 2) constata que no Brasil:

> (...) o estado criou-se antes da nação, [ou seja] o Brasil, depois da Independência, ainda não existia plenamente; ele havia de se formar, era mais um projeto do que realidade, um país do futuro, e competia a todos os letrados darem sua contribuição.

Como alertado por Hobsbawn (1990), os "últimos dois séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo "nação" e do vocabulário que dele deriva" (1990, p. 11), tratando nação como "qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação"; (1990, p. 18) Para o autor, este termo se torna uma entidade social quando relacionada ao "Estado-nação", onde Gellner, enfatiza o "elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações".

Assim, conclui Hobsbawn, "o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os estados e os nacionalismos, e sim o oposto". (1990, p. 19) Na direção da ideia exposta pelo historiador, a "missão histórica" a ser alcançada pela intelectualidade brasileira consistiu em criar a nação a posteriori do Estado. O Estado antecede a comunidade nacional e carrega a marca da descontinuidade, da fragmentação, do isolamento e dos regionalismos, atos que representavam uma ameaça à unidade, atributo imprescindível à nação. Desta forma, a República deveria aperfeiçoar-se como comunidade nacional e civilizada, de modo a "promover a difusão de relações de troca no país e integrá-lo ao capitalismo", bem como polir os costumes, melhorar a civilidade e a urbanidade, idealizar os valores universais e o progresso humanitário (ZILLY, 1999).

No fim do século XIX e início do XX, existiam diferentes considerações de variados autores, tais como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues, que divergiam no que diz respeito à identidade nacional e à cultura brasileira. Nesta época, o mito das três raças[7] já era aceito pela "*inteligentcia* brasileira" em função do elemento negro vir à tona a partir da abolição, e pensar um Brasil mestiço se torna uma realidade concreta. Alicerçados no positivismo de Comte, no darwinismo social e no evolucionismo de Spencer, a *inteligentcia* brasileira vai pensar a realidade do país através das particularidades nacionais que se revelavam através do meio e da ideia biologicista de raça[8], passíveis de explicar o atraso brasileiro.

Ortiz (1994, p. 17) destaca que Sílvio Romero, tomando por base as análises do historiador inglês Buckle, para quem "o desenvolvimento das civilizações se definiam a partir de fatores como o calor, umidade, fertilidade da terra, sistema fluvial", acreditava que a civilização não havia se estabelecido no Brasil em função dos ventos alísios, usando, portanto, uma "argumentação climatológica" para explicar o atraso do país. No que diz respeito à mestiçagem das três raças, Lenharo (1986, p. 122) infere que Romero acreditava que esta fusão formaria uma sub-raça mestiça e crioula. Para ele, a originalidade da raça brasileira só seria possível através

do progressivo branqueamento da população brasileira através das numerosas ondas imigratórias.

Já Euclides da Cunha, militar e jornalista, adepto das teorias raciais, descrevia que o mestiço indígena se sobrepunha diante do mestiço negro, tomado como desequilibrado. Dizia que o sertanejo era um tipo inferior, porém acreditava que este, por ter vivido em contínua mestiçagem em seu "insulamento" de 300 anos no sertão, se tornara um ser maduro e homogêneo e, assim, em termos étnicos seria a base da brasilidade nacional. Portanto, há uma valorização do sertanejo enquanto mestiço, de modo que o que salva o sertanejo, nos situa Zilly (1999, p. 10), é "justamente a sua homogeneidade como tipo étnico, condicionado pela segregação e pela homogeneidade do meio."

No entanto, Nina Rodrigues, médico baiano, acreditando na superioridade da raça branca, via o negro com pessimismo, "como obstáculo natural e fator direto da inferioridade do brasileiro como povo." (LENHARO, 1986, p. 122-123) Acreditava que a nação brasileira não poderia ser fundada a partir da miscigenação racial, e só a partir do branqueamento esta alcançaria a redenção, a partir da imigração, da presença em especial do português.

Portanto, Ortiz (1994, p. 21) enfatiza:

> O mestiço, enquanto produto do cruzamento entre raças desiguais, encerra, para os autores da época, os defeitos e taras transmitidos pela herança biológica. A apatia, a imprevidência, o desequilíbrio moral e intelectual, a inconsistência seriam dessa forma qualidades naturais do elemento brasileiro, a mestiçagem simbólica traduz, assim, a realidade inferiorizada do elemento mestiço concreto. Dentro desta perspectiva a miscigenação moral, intelectual e racial do povo brasileiro só podia existir enquanto possibilidade. O ideal nacional é na verdade uma utopia a ser realizada no futuro, ou seja, no processo de branqueamento da sociedade brasileira. É na cadeia da evolução social que poderão ser eliminados os estigmas das "raças inferiores", o que politicamente coloca a construção de um Estado nacional como meta e não como realidade presente.

A discussão sobre o imigrante desejável reacenderá paixões racistas, cujo entusiasmo em torno do mito das três raças não conseguiu encobrir[9]. Para Lenharo (1986), a amplitude da mestiçagem em Gilberto Freyre restringe-se a partir da predisposição do português, que da península Ibérica trouxe sua anterior experiência de cruzamento com mouros e negros. Novamente, entram em cena como personagens de primeira grandeza os europeus.

Independente do debate em torno do significado que teve o termo mestiçagem em *Casa Grande Senzala*, o fato é que mestiço é um conceito que recorre às origens do homem brasileiro. Em direção oposta, Oliveira Viana, tramava argumentos em prol da ideia de que o homem brasileiro era "tão somente branco". Oliveira Viana, aplicando a teoria de Gobineau, a qual profetizava a desigualdade das raças, dizia que o cruzamento de raças distintas traria a degenerescência da raça, ou seja, quando uma raça superior se misturava a uma inferior, a primeira era levada a decadência. Os textos de Viana, embebidos pela questão da degenerescência da raça pela miscigenação, darão sustentação à política eugênica[10] e xenófoba postulada pelo governo de Getúlio Vargas dos anos 1930, e subsequentes.

Lenharo (1986) analisa a questão a partir do ponto de vista de uma sociedade como um corpo que teme uma invasão de doenças venéreas, que ao infiltrarem-se no sangue da pátria deteriorariam a raça. Tal ameaça colocaria em jogo os destinos de uma nação predestinada ao progresso. A mistura que levaria ao branqueamento carregaria consigo a destruição da nação. Um sangue puro é visto como princípio da vida:

> Sangue-sêmen, princípio da vida. Sangue-doença, portador de destruição e de desgraça, ameaça de morte. Sangue-coletivo – signo da possibilidade de violência. Sangue saudável, nacionalidade saudável, trabalhador saudável. Sangue puro, raça pura. Sangue e ameaça social: a mesma visão temerosa da invasão sub-reptícia das doenças venéreas circula pelo discurso político, sempre a evocar a ameaça de infiltração de "focos ideológicos e raciais" no corpo do país. (...) Neste caso, o sangue é tomado como instrumento científico; o biológico tem ampla ascendência sobre o psicológico, de modo a determinar a integridade moral e cultural do cidadão. Sangue, império da raça. (LENHARO, 1986, p.113)

Percebe-se, desta forma, que os anos 1930 são marcados pela utopia nacionalista em torno do sangue puro, ou ainda do chamado sangue-sêmem, visto como necessário à vida.

Importante expoente no forjamento das representações identitárias em torno do trabalhador ideal, para levar adiante a edificação da nação, segundo os postulados do governo de Getúlio Vargas, foi Arthur Hehl Neiva, que afirmava que os temas de imigração e colonização deveriam ser desencadeados a partir de métodos modernos de ocupação, em especial o tipo *senttlement*[11], objetivando o deslocamento da fronteira econômica, a fim de que, no futuro, esta pudesse coincidir com as fronteiras políticas da nacionalidade. Tal perspectiva é explicitada no artigo *Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil*, publicado na Revista de Geografia no ano de 1947. Segundo o autor, dois métodos de colonização estavam sendo utilizados naquele dado momento, e que eram nada mais do que uma sequência de adoções que vinham sendo aplicadas desde o governo de Pombal. O primeiro deles é o Método de Lyautey, conhecido como "mancha de óleo", ao qual na afirmação do autor:

> Escolhem-se ao longo da fronteira econômica, dentro da zona pioneira, e relativamente pouco afastado dessa fronteira, locais apropriados para o nucleamento de colônias. Ligam-se esses núcleos à região mais densamente povoada, por trás da fronteira econômica, através de boas vias de comunicação, de modo a assegurar o transporte indispensável aos produtos do núcleo. O crescimento de uma série de núcleos nessas condições provocará, ao fim de certo tempo, o deslocamento natural da fronteira econômica paralelamente a si própria, incorporando à civilização a área da zona pioneira. (NEIVA, 1947, p. 262)

A fala de Neiva revela a inquietação do Estado, enquanto a ocupação e consequentemente a garantia de tais territórios, que por muitas décadas foram reconhecidos como áreas devolutas e desabitadas de civilização. A ocupação de tais áreas da zona pioneira, juntamente com a estruturação, saneamento das áreas inóspitas e a construção de vias de ligação garantiriam o progresso e a crescente economia pretendida.

O segundo método, conforme exposto por Neiva, decorre da existência de espaços considerados "ilhas de maior densidade demográfica". À medida que o território vai sendo povoado, criam-se "novas ilhas de maior densidade nos grandes espaços vazios". A multiplicação dessas ilhas provocaria a formação de pontos nodais, que, nas palavras do autor, acabariam "cobrindo como malhas de uma rede, os imensos espaços despovoados da zona pioneira". (NEIVA, 1947, p. 263) Assim, os espaços seriam ocupados lentamente, à medida que os supostos núcleos civilizados se desenvolvessem.

Quanto aos aspectos esboçados no que diz respeito à imigração, Neiva propõe a fusão entre as práticas de colonização e imigração, formulada no ano de 1937, na II Conferência do Trabalho, reunida em Santiago do Chile. Se em outros momentos os conceitos de imigração e colonização estavam separados,

esclarece o autor, "hoje eles se fundem num só conjunto, a migração colonizadora". Este liame entre os fenômenos de migração e de colonização consentiram, segundo Neiva, "estabelecer diretrizes econômicas, políticas e sociais gerais de fenômenos correlatos e que, de maneira racional", se completariam reciprocamente na política do governo. (NEIVA, 1947, p. 266)

Assim, a respeito da imigração, dois aspectos fundamentais eram apresentados: o primeiro era de ordem qualitativa, e suscitava o problema da seleção do estrangeiro, o outro era puramente quantitativo, com finalidade de preenchimento e ocupação do território. Sobre o primeiro aspecto, Neiva (1947) relata:

> O aspecto qualitativo, um dos mais fundamentais nas diretrizes de política imigratória do país, repousa na orientação dada pelo governo sôbre a conveniência no recebimento de tal ou qual imigrante, selecionando-o de acordo com a sua etnia, suas condições de sexo, idade, estado sanitário, ocupação profissional, composição familiar, etc. (NEIVA, 1947, p. 266)

Percebe-se, desta maneira, que tal seleção cursava conforme o plano do governo, que em relação ao imigrante mantinha uma tendência restritiva a determinados sujeitos que não se encaixavam nos moldes pretendidos pelo Estado. Tal preocupação de cunho qualitativo é evidenciada no discurso de Getúlio Vargas proferido no dia 2 de janeiro de 1930:

> Durante muitos anos, encaramos a imigração, exclusivamente, sob aspectos econômicos imediatos. É oportuno entrar a obedecer ao critério étnico, submetendo a solução do problema do povoamento às conveniências fundamentais da nacionalidade. (VARGAS apud NEIVA, 1942, p. 7)

Quanto ao aspecto quantitativo, percebe-se o prolongamento da Constituição de 1934, que se alargou até o final de 1945, estabelecendo a cota de 2% dos imigrantes de qualquer nacionalidade dentre os da mesma nacionalidade aportados ao Brasil nos anos de 1884 a 1933. Fato interessante se constitui pela isenção de quaisquer restrições numéricas no que diz respeito à imigração dirigida, onde o Poder Público tinha autonomia em promover e selecionar os estrangeiros que lhes convinham.

Para Teixeira (2008), as leis de imigração consistiam em mecanismos de controle do Estado que devia fomentar a busca por mão de obra e ao mesmo tempo não poderia sufocar o trabalhador nacional e nem acentuar os problemas sociais já existentes, com uma grande população crescente e desempregada[12]. Dialogando com as ideias do autor, percebemos que ao mesmo tempo essas restrições se colocam no plano do projeto nacional para a formação da nação brasileira, que é o foco deste artigo[13].

Nesse contexto de restrições, agravam-se os problemas econômicos causados pelo "*crash*" da bolsa de valores, e também os problemas políticos, que culminaram na revolução de 1930, e ainda problemas sociais. Em consequência dessa crise, surge agudamente a questão dos "sem-trabalho". Nesse sentido, Arthur Hehl Neiva infere que:

> Se, por um lado, era economicamente conveniente ao Brasil a imigração em larga escala, era bem certo que o governo não a poderia subsidiar. Por outro lado, era necessário a todo transe impedir o agravamento do problema dos sem-trabalho. (1942, p. 9)

Percebe-se, por esta afirmação, a preocupação do governo com a questão da entrada do imigrante, que feita de forma desordenada poderia agravar sobremaneira a crise do desemprego. Esta solução se deu através do decreto lei n.º 19.482, de 12 de dezembro de 1930, que restringia a "entrada de imigrantes, (equiparados aos passageiros estrangeiros de 3ª classe), dispondo-

se pela localização e o amparo de trabalhadores nacionais."(NEIVA, 1942, p. 9) Para o mesmo autor, essa era uma ação de emergência, promulgada em função da situação do país. Na mesma direção, Getúlio Vargas, em 1931, destacava que a imigração estava diretamente ligada à questão da segurança nacional:

> econômica e da insegurança social. (VARGConsiderando também, que uma das causas de desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaesquer capacidades, mas frequentemente contribuem para augmento da desordem AS apud NEIVA, 1942, p. 10)

A entrada do estrangeiro, nesse caso, era considerada um perigo para a nacionalidade, pois, para Arthur Hehl Neiva (1942, p.10), "num mundo onde as questões sociais provocaram uma fermentação explosiva, poderiam desejar transportar para o nosso país suas ideologias exóticas, inadaptáveis ao nosso meio sob todos os pontos de vista". Por essas razões, relata Neiva, tomou corpo no Brasil esse princípio de restrição imigratória, que permeou até o nascimento do Estado Nacional. Percebe-se, portanto, a preocupação com o trabalhador nacional, que esteve presente durante todo o governo Vargas.

Em 1934, Oliveira Viana foi indicado, pelo Ministro do Trabalho, para elaborar um anteprojeto de reforma das leis referentes à entrada de estrangeiros. Na comissão, Arthur Hehl Neiva foi importante cooperador. Tais leis, segundo ele:

> (...) permitiram o selecionamento rigoroso que o Governo desejava, através de mecanismo de escolha do estrangeiro desde o nosso país, pois sujeitava a maioria dos que aqui viessem ao processo de 'cartas de chamada'. Destinavam-se, em suma, a controlar rigidamente a entrada de estrangeiros, evitando os indesejáveis, e representavam considerável avanço no sentido de regulamentar a matéria em relação às leis anteriores, embora se colocassem em ponto de vista demasiadamente restritivo para um país de imigração. (NEIVA, 1942, p. 22)

Veja-se a legislação em vigor no ano de 1934 em seus artigos abaixo:

> Artigo 121 § 6º - A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos.
>
> § 7º - É vedada a concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena.

A cota de 2% elucida a pretensão do Estado, que passa a privilegiar a entrada de imigrantes latinos, dentre eles italianos, portugueses e espanhóis, os três maiores contingentes nacionais estabelecidos no país até aquele dado momento. A legislação notadamente restritiva e disciplinadora visava também uma sociedade livre de possíveis quistos étnicos, no contexto entendido como grupos identitários, que devido a suas diferenças culturais poderiam onerar os propósitos de criação de uma nação uma.[14] Assim, o governo limitou a entrada de imigrantes e sufocou ainda mais as minorias residentes (e preteridas) em território nacional.

Com o advento do Estado Nacional, em 1937, que se estabeleceu a partir do golpe de Estado, uma nova Constituição

entrou em cena, e o Estado passou a ter um caráter centralizado, intervencionista e autoritário, onde a unidade, a integração, a nacionalização, e a segurança nacional se tornam o foco governamental, de modo a assegurar tais interesses e aspirações pretendidas pela nação.[15]

Francisco Campos[16], procurando legitimar a nova ordem nacional, critica o 'antigo regime[17], acusado de ser um "falso sistema representativo", um "regime demissionário e caduco":

> Esse obsoleto systema, tão desmoralizado pelo máo uso que lhe foi dado quanto inadequado ao quadro político e economico do mundo, tinha que ser substituído por uma nova organização racional que permitta dar rendimento ás possibilidades nacionaes e constitua um desenvolvimento harmonioso dos princípios que inspiraram a formação do país. (CAMPOS, s/d, p. 9)

Assim, a Revolução se impõe como descontinuidade, como início de algo novo, uma mudança que alcançaria todos os setores da nação. Cabe destacar, naquele momento, que se por um lado a Revolução de 1930 foi considerada pelos seus idealizadores como uma ruptura, um fato mítico de fundação, com função de legitimar o poder, por outro lado a ascensão do Estado Novo se colocou como solidificação do poder político, que se apresentava adequado à época, portanto, é representada como a Revolução acabada. A fala de Francisco Campos expõe tal ideia: "(...) a Revolução de 30 só se operou, effectivamente, em 10 de novembro de 1937". (CAMPOS, s/d, p. 6)

Getúlio Vargas, em visita ao estado do Paraná em 1943, destacou a importância do povo paranaense na participação e efetivação da Revolução de 1930 e, além disso, diz que no Paraná, o projeto do governo federal se tornara uma realidade concreta, onde o progresso e a civilização se apresentam como a base dos segmentos:

> Após treze anos de ausência, volto ao vosso seio. Venho trazer-vos o testemunho do meu apreço e de minha admiração. Venho, também, testemunhar o progresso que tendes a realizado neste largo período. Na primeira vez que aqui estive, todo este povo, como uma sarça ardente, abrasava de entusiasmo cívico. Nas chamas da exaltação patriótica se queimavam os preconceitos da velha política e se anunciava uma nova época. Com a Revolução de 30 o Brasil se renovou social, política e economicamente. O povo paranaense, tomado de extraordinário ardor cívico, foi vanguardeiro daquele movimento. Passados treze anos, eu vos encontro cheio do mesmo entusiasmo viril e irresistível. (...) Pela sua vibração, pelas suas atividades fecundas, pela sua capacidade de trabalho e pelas duas enormes possibilidades, a gente paranaense fará do Paraná a Terra da Promissão. Terminado este imponente desfile, deveis persistir no mesmo caminho. A marcha que empreendemos é a do próprio progresso e da própria civilização do Brasil. (Álbum Comemorativo da visita de Getúlio Vargas ao Estado do Paraná - 1943)[18]

Freitag (2001), em seu estudo sobre a ocupação no extremo oeste paranaense, afirma que "Vargas, ao identificar a necessidade de definição da raça e das fronteiras nacionais, propunha um expansionismo interno" (2001 p. 34), de modo que desde o século XIX este espaço regional fronteiriço era concebido pelas autoridades Provinciais como um sertão abandonado que estava impregnado de estrangeiros. Sendo assim, se tornava necessário desenvolver tais fronteiras econômicas e, assim, acabar com as energias que andavam em sentido contrário à nacionalidade. O que Getúlio Vargas pretendia, em suma, era utilizar os recursos nacionais que não estavam sendo aproveitados e estavam nas mãos de não nacionais e, portanto, era necessário conquistar, explorar e cultivar o

solo e as riquezas do país. Freitag (2001) mostra que foi nesse sentido que o governo Vargas, em 1937, combinando a ideia de fragmentação da unidade territorial aos perigos que esta representava à soberania nacional, que lança a mais importante política de povoamento, ocupação e integração nacional, conhecida como "Marcha para o Oeste".

Lenharo (1986) discorre que: "a construção da imagem da "Marcha" ancora[va]-se na técnica da propaganda e nos conteúdos míticos das ramificações romântica e pietista católica, disseminadas na cultura nacional" (1986, p. 15), assim, a "marcha" transmitia a ideia de movimento expansionista, e visava incitar a "sensação de participação" de todos os brasileiros na política, onde:

> (...) O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico, de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional. (LENHARO, 1986, p. 15)

Freitag (2007, p. 51) assinala que:

> Afastar tais "fantasmas" do atraso significava, portanto, construir uma nação pelo controle completo de suas fronteiras. Idéias de integração e desenvolvimento regional reforçam a necessidade de pertencimento ao Paraná, Estado que ainda no início do século XX, buscava se redescobrir como nação.

Vargas entendia que os regionalismos eram um ponto negativo para a formação da unidade nacional, onde a integração do território e de suas fronteiras se fazia necessário para o desenvolvimento do país como um todo.

É neste sentido que, para Vargas, o verdadeiro sentido da brasilidade estava calcado na "Marcha para o Oeste", onde a colonização valorizaria tal espaço ocidental como o "berço da nacionalidade". (FREITAG, 2007, p. 76). Segundo Freitag (2001, p. 42), "a epopeia do bandeirantismo", que predominou no século XIX, foi a fonte inspiradora para este novo sentimento de fronteira. A citação a seguir revela o significado da "marcha para o oeste", fazendo referência às bandeiras paulistas:

> Do seu primeiro contacto com as terras semi-abandonadas das lindes matogrossenses, cresceu no pensamento criador do Presidente Getúlio Vargas, o grande programa de reconquista, de imperialismo interno, de brasilidade intensa que ele explicou em período largos e resumiu numa divisa, que talvez, tivesse adotado, se pretendessem definir seu sonho os gênios heróicos de Raposo Tavares e Anhanguera – "Rumo ao Oeste". (ÁLBUM Comemorativo da visita de Getúlio Vargas ao Estado do Paraná - 1943)

Juntamente com a questão da ocupação desse território a oeste paranaense, outra preocupação se fazia presente: quem iria povoar essa região? Havia a necessidade de braços vigorosos, que poderiam ser adquiridos a partir da imigração europeia, aproveitando a oportunidade do pós-guerra, onde inúmeras massas fugiam dos destroços da Europa, ou poderia aproveitar-se a mão de obra de descendentes de ítalos e teuto-brasileiros, procedentes de antigas áreas coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, região que estava densamente povoada. De fato, a segunda alternativa se mostrou mais adequada ao plano de colonização do oeste.

No subtítulo "*Gente para o Oeste*", do Álbum Comemorativo da visita de Vargas ao Paraná, a preocupação com a colonização e com a raça se tornam evidentes, onde, utilizando-se do pensamento eugenista de Oliveira Viana, se torna claro o que se queria colocar

em prática. Tal pensamento assim é exposto:

> O que devemos procurar introduzir aqui – assevera Oliveira Viana – são raças que sejam ricas em eugenismo. Ora, de todas as raças humanas, são as indo-européias as que acusam um coeficiente mais elevado de eugenismo – só estas nos servem – porque o progresso das sociedades e a sua riqueza e cultura são criação dos seus elementos eugênicos, cuja função na economia social é análoga á função do oxigênio na economia animal".
> Para nós, portanto, que, pelo fato mesmo de termos uma formação em que predominam dois sangues inferiores (o negro e o índio), somos um povo de eugenismo pouco elevado, o grande problema é a eugenizaçao intensiva da nossa composição étnica. Tudo quanto fizermos em sentido contrário a essa eugenizaçao é obra criminosa e impatriótica. (VIANA apud Álbum Comemorativo da visita de Getúlio Vargas ao Paraná)

Dentre as duas alternativas, o que de fato interessava ao Governo era que o contingente populacional que migrasse fosse abastado de eugenia. Vargas deixa isso claro em suas falas, juntamente com o processo integrador, onde o movimento para o interior deveria andar junto à melhora da raça nacional: "Caminhamos para a unidade, marchamos para o centro, não pela força de preconceitos doutrinários, mas pelo fatalismo da nossa definição racial". (VARGAS apud FREITAG, 2001, p. 43) Esta fala manifesta a proposta de miscigenação da nação, a definição de sua raça, "do tipo brasileiro, em oposição aos estrangeiros". (idem)

Falas do referido Álbum Comemorativo evidenciavam a integração de todos os habitantes, independente de nacionalidades, na qual o estado do Paraná não presenciava "nem rivalidades nem preconceitos", onde a harmonia era presente em todos os setores da sociedade paranaense:

> As classes trabalham harmonicamente, nacionalidades se fundem em um mesmo amor á terra de origem ou de adoção, os industriais se entrosam com os agricultores, os homens e o solo se completa para a efetivação do equilíbrio que é apanágio da civilização, nas terras novas da América. As próprias minorias raciais que, em determinado momento, assumiram tão perigosa atualidade no Brasil, ao influxo do imperialismo totalitário, estão no Paraná, integrados, de maneira exemplar, na comunhão nacional. Quer na parada trabalhista de Curitiba, quer no desfile militar de Ponta Grossa, o Presidente Vargas sentiu a integração nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros que, orgulhosamente, desfilam em continência ao Chefe do Governo e da Pátria. (ÁLBUM Comemorativo da visita de Getúlio Vargas ao Estado do Paraná - 1943)

Lenharo enfatiza que "aparadas em pequenas nuanças, a opção pelo branqueamento do brasileiro é o desejo que perpassa o pensamento e obra política das classes dominantes do país". Especifica que o "racismo a brasileira" decorre assim: "maneiroso e voltado pra outros fins, inovador na escolha dos seus oponentes. Não espanta que o arianismo se manifeste, travestido com outras cores; ele não visa defender uma pretensa pureza de raça; o alvo maior do racismo a brasileira é a busca de sua depuração".

A preocupação de se manter uma identidade nacional, bem como a xenofobia crescente, o medo da formação dos chamados "quistos étnicos", ou seja, comunidades ou colônias de imigrantes que apresentavam "dificuldades" de assimilação eram algumas das principais preocupações deste governo.

Durante o século XX, e principalmente na era Vargas, desenvolveu-se uma proposta de nação que privilegiava a assimilação e a mestiçagem. Desejava-se um tipo brasileiro – mestiço embranquecido pela presença do imigrante latino. Dessa forma, aceitou-se o estrangeiro, na medida que este, em poucas gerações, se tornasse acima de tudo brasileiro.

CONCLUSÃO

No início do século XX teve-se a necessidade de fortalecer a República e a incipiente Nação, já propalada no século XIX. Como explicar o atraso do Brasil? Tal indagação foi perseguida desde que o país tornara-se livre da política portuguesa, e percorreu a preocupação de historiadores e letrados ao longo dos séculos XIX e XX. Foi no século XX, contudo, que os cientistas adentraram na contenda lançando mão do que tinham a disposição: leis biológicas, eugenia, imigração e branqueamento. Tudo isso foi incorporado, com diferentes combinações, para explicar a formação do povo, da raça brasileira, do tipo nacional, e tentar responder ou resolver a questão mencionada. Destacamos na análise as questões raciais e de pureza de sangue que permeiam a ideia de nacionalidade, questões que preocupam o universo político nacional e estadual desde o período imperial. Destacamos como a questão racial, que esteve presente no período de 1930 a 1945, permeou o projeto político imigrantista da época visando, sobretudo a construção nacional.

NOTAS

[1] Para GOMES (1995, p. 65), é tão impossível compreender os avanços políticos no país sem uma remissão aos debates interdisciplinares travados no nível internacional, quanto sem uma clara referência ao impacto dramático trazido pelo restabelecimento do autoritarismo e da aberta repressão política no pós-64. A literatura dos anos 1970, buscou encontrar as raízes mais profundas do autoritarismo brasileiro, que se encontravam em evidência nas formulações e experiências anteriores, com ênfase para o Estado Novo (1937-1945).

[2] A discussão referente às cotas que definiam a entrada de imigrantes no país, e as implicações junto à ocupação de terras fronteiriças entre Paraná, Paraguai e Argentina nos anos 1930 e as implicações na política de ocupação do território reconhecido como oeste paranaense estão colocadas por Freitag (2001; 2007).

[3] Entende-se por áreas devolutas porções do território que pertenciam ao Estado.

[4] Nesta década surgem fenômenos de grande importância para a configuração nacional. No ano de 1871, a Lei do Ventre Livre coloca em cheque o sistema escravista já em decadência. Contudo, Azevedo (2004) destaca na obra Onda Negra Medo Branco que o tema do imigrantismo é um debate que se estenderá na assembléia legislativa provincial do Rio de janeiro desde a metade da década de 1820 até o ano de 1888, quando os legisladores concluem que o imigrante ideal para compor a nação pretendida era o italiano. Aliás, o debate acerca do imigrantismo como possibilidade de forjar a nação se estende para as demais Assembléias Provinciais. Vê-se como exemplo o debate ocorrido na Província do Paraná.

[5] FERREIRA (2002), GOMES (1996) e GUIMARÃES (1988) consistem nas bases das colocações entabuladas no parágrafo.

[6] Tais soluções estão postas na análise da documentação que elegemos.

[7] Construção delegada ao botânico alemão Von Martius, que em 1847 ganhou o concurso do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), com o texto "Como se deve escrever a História do Brasil". O

ganhador deveria englobar em seu texto a escrita da história antiga e moderna do Brasil, dando conta de uma gênese da Nação brasileira, e inserindo-a numa tradição de civilização e progresso. Assim, Von Martius propôs garantir uma identidade à Nação ainda em processo de construção através da mescla das três raças: a de cor de cobre ou americana, a cor branca ou européia, e a cor negra ou etiópica, lançando deste forma as bases para o mito da democracia racial. (GUIMARÃES, 1988, p. 16)

[8] Assim, "ser brasileiro significava viver em um país geograficamente diferente da Europa, e além do mais ser povoado por uma raça distinta da européia" (ORTIZ,1994, p. 17).

[9] É somente nos anos 1890, a partir dos estudos de Franz Boas, que o termo raça será alterado para cultura, e isso influenciará autores como Gilberto Freyre nas interpretações sobre a realidade brasileira. Esta mudança possibilitará uma análise mais rica da situação do país, transformando a "negatividade do mestiço em positividade, o que permite contemplar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada." (ORTIZ, 1994, p. 41)

[10] Olinto (2007, p. 109) discorre que "a eugenia é um poder sobre a vida que, como biopoder, tem seu funcionamento composto por dois pólos interligados: o primeiro é a disciplina do corpo, seu adestramento e conformação como corpo-máquina. O segundo pólo é o corpo- espécie, que sofre a intervenção nos seus processos biológicos com vistas a uma regulação de população. O biopoder auxiliou na construção do ser humano como objeto de ciência, aquele traço característico da episteme moderna. Afinal, primeiro construi-se o indivíduo, a seu respeito produziram-se discursos, seu corpo tornou-se dócil. Mas inseparavelmente disso é a espécie humana o alvo a normatizar, através do controle da sua reprodução possibilita-se uma bio-política das populações.

[11] O método settlement de colonização se propõe a fixar o colono no solo, garantindo-lhe a propriedade da gleba, e planejando o seu estabelecimento de modo racional.

[12] TEIXEIRA. Heitor D. Duarte. Uma visão perspectiva das leis de restrição à imigração no Brasil (1920-1940): http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213199371_ARQUIVO_artigo.pdf. 25/08/2010, 21, p. 10.

[13] Ainda em sua discussão, o autor relata que o debate sobre o imigrante no mercado de trabalho contribui para a compreensão de que as leis de restrição à imigração não tinham apenas um caráter nacionalista e/ou racial, haja vista que, a partir de 1930, torna-se perceptível uma série de ações governamentais com claras intenções de regulação do mercado de trabalho simultâneo à preocupação de caráter racial.

[14] Lenharo (1986, p. 16) disserta que o Governo de Vargas empregava em seus discursos a imagem do corpo como alegoria, onde "a nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homogeneamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade."

[15] A partir da instauração do Estado Novo, foram fundados também o Departamento Nacional de Imigração (1938), a Delegacia dos Estrangeiros (1941) e a Divisão de Policia Marítima, Aérea e de Fronteira (1944).

[16] Francisco Campos foi um dos mais importantes ideólogos do Estado Novo, atuando no compromisso de dar legitimidade às diretrizes básicas do Governo Vargas. Em 1930 atuou como Ministro da Educação e Saúde; a partir de 1937 foi Ministro da Justiça, sendo o principal organizador da Constituição de 1937, conhecida como a Polaca, motivo de sua semelhança com a Constituição autoritária da Polônia.

[17] O termo Antigo Regime diz respeito à República instaurada em 1889 ao qual perdurou até a década de 1930.

[18] Tal visita motivou a construção de um Álbum Comemorativo, exposto em forma de textos e imagens, que evidenciam os projetos do Governo, e o encontro das autoridades nacionais e regionais em diversas cidades paranaenses, dentre elas Ponta Grossa, Curitiba.

FONTES

ALBUM COMEMORATIVO DA VISITA DO PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS AO PARANÁ. Curitiba: Tipografia Mundial, 1° de maio de 1944. Pasta 20, disponível no Arquivo Histórico Municipal/Unicentro.

CAMPOS, Francisco. **O espírito do Estado Novo**. Rio de Janeiro, Serviços de Divulgação da Polícia Civil do Distrito Federal, s/d.

NEIVA, Arthur Helh. Aspectos Geográficos da Imigração e Colonização do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano IX/ abril-junho de 1947/n.2.

NEIVA, Arthur Hehl. **Getúlio Vargas e o problema da Imigração e da Colonização**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional de Ciência Política, 1942.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. & RENAUX. M. L. Cara e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, F. A. **História da vida privada no Brasil**: império. São Paulo: Companhia da Letras, 1997, p. 291-336,

AZEVEDO, Célia Marinho de. Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites século XIX. 2. ed., São Paulo: Annablume, 2004.

BORGES, Vavy Pacheco. Anos Trinta e Política: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cesar (Org). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação Política. O Reconhecimento de um conceito na Historiografia Brasileira. In: CARDOSO, C,F,S & MALERBA.j (Org.). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus, 2000.

GOMES, Angela de Castro. Política: História, Ciência, Cultura etc. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 9, n° 17, 1995.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 1, p. 5-27, 1988.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LENHARO, Alcir. Preconceitos de Sangue. In: *Sacralização da Política*. 2 ed. Campinas: Papirus, 1986.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil.". In: **Revista USP**, n. 53, p.117-149, 2002.

TEIXEIRA. Heitor D. Duarte. Uma visão perspectiva das leis de restrição à imigração no Brasil (1920-1940). Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1213199371_ARQUIVO_artigo.pdf. Acesso em: 25/08/2010, 21:10.

ZILLY, Berthold. Sertão e nacionalismo: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha. In: *Estudos Sociedade e Agricultura*. 12, abril, p.5-45, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

EMISSÕES ANTRÓPICAS DE GASES DE EFEITO ESTUFA (GEE) E REFERENCIAIS PARA POLÍTICA DE MITIGAÇÃO DAS EMISSÕES EM MATO GROSSO (BRASIL)

Maria Daniele de Jesus Teixeira
Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional (FE/UFMT)
Doutoranda em Economia Aplicada (UnB), mdani2827@gmail.com

Alexandre Magno de Melo Faria
Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA)
Professor Adjunto III da Faculdade de Economia da UFMT, dr.melofaria@gmail.com

Arturo Alejandro Zavala Zavala
Doutor em Estatística (USP)
Professor Adjunto IV da Faculdade de Economia da UFMT, arturoz@ig.com.br

RESUMO

A pesquisa trata do aumento das emissões de GEE de atividades antrópicas e prima estimar um panorama das emissões de dióxido de carbono equivalente (CO2e) do estado de Mato Grosso, assim como projetar um cenário para a implementação de políticas públicas. Foram estimadas as emissões pelos setores de combustível, energia elétrica, sojicultura, bovinos, suínos e desmatamento, seguido de uma projeção das emissões entre 2012 e 2020, através de um modelo de regressão não linear simples. As projeções para 2020 apresentaram tendências crescentes para todos os setores produtivos, exceto desmatamento, que, diante da representatividade, induziu a redução da emissão geral do Estado. Apesar dessa redução total, o Estado deve implantar instrumentos de regulamentação ambiental setorial para atingir a meta de mitigação das emissões em Mato Grosso.

Palavras-chave: Emissão de GEE. Projeção. Mato Grosso, Política Nacional sobre Mudança do Clima.

ABSTRACT

The research deals with the increase in GHG emissions from anthropogenic activities and press estimate an overview of emissions of carbon dioxide equivalent (CO2e) of the state of Mato Grosso, as well as designing a scenario for the implementation of public policies. Emissions were estimated for the sectors of fuel, electricity, soybean production, cattle, pigs and deforestation, followed by a projection of emissions between 2010 and 2020 through a nonlinear regression model simple. The projections for 2020 showed increasing trends for all productive sectors, except deforestation, which before the representativity induced emission reduction overall condition. Despite the overall reduction, the Mato Grosso State should implement environmental regulatory instruments sector to achieve the goal of mitigating emissions in Mato Grosso.

Keywords: GHG emissions. Projection. Mato Grosso. National Policy on Climate Change.

1. INTRODUÇÃO

As relações entre o homem e o seu referencial ecológico, bem como sociedade e natureza vêm sendo bem discutidos e, apesar do reconhecimento da importância do conceito de desenvolvimento sustentável, o mundo caminha concretamente por rumos que desafiam qualquer noção de sustentabilidade, perseguindo, cada vez mais, o aumento da industrialização e do consumo, considerando a extração de recursos primordiais para alcançar o desenvolvimento econômico.

Surge, portanto, a questão do aquecimento global[1], o que pode acarretar prejuízos para o planeta. Para tentar dirimir os danos, a liberação excessiva dos gases que causam o aquecimento global deve ser mitigada. Assim, uma investigação da quantidade liberada destes gases e possíveis soluções devem ser pesquisadas, colaborando com a sociedade em geral.

Segundo Vialli (2009), as emissões de gases de efeito estufa (GEE) *per capita* podem crescer 33,3% até 2030, na América Latina e Caribe, se não houver um compromisso maior dos governos. Mesmo se os países ricos reduzirem a zero suas emissões de gases de efeito estufa até 2050, as nações emergentes precisariam diminuir em até 28% seus níveis de poluição em relação ao ano de 2000, para evitar que o estoque de carbono na atmosfera chegue a 550 partes por milhão (ppm), o que elevaria a temperatura terrestre em 3°C. Em 2012, a concentração de carbono na atmosfera alcançou 395,09 ppm (ÁVILA, 2013).

Nota-se uma preocupação para com o futuro do meio ambiente, principalmente quanto às emissões de gases de efeito estufa. Vislumbram-se tais ações também no âmbito do governo brasileiro, foi instituída, em 2009, a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, que estabelece ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas a reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) as emissões projetadas até 2020, no território brasileiro (BRASIL, 2009).

Algumas ações para redução já foram iniciadas e as metas são, em sua maioria, quantitativas. No entanto, um dos problemas encontrados é a falta de informação sobre a situação de emissão atual, e dos anos passados, tanto quanto a escassez de métodos específicos que quantifiquem e estimem tais emissões. Como verificar se as metas foram cumpridas se não há uma estimação municipal, regional ou até mesmo estadual? Como atuar nas pequenas esferas para atingir o objetivo global?

Neste contexto, esta pesquisa trata das emissões antrópicas de GEE, e diante da dificuldade de cálculo e escassa bibliografia, principalmente no âmbito municipal, regional e estadual, prima

estimar parte representativa das emissões de $CO2e^2$ no âmbito do estado de Mato Grosso, visando direcionar a possível implementação de políticas públicas e instrumentos de regulamentação ambiental quanto à mitigação de gases de efeito estufa.

Os objetivos específicos consistem em: a) estimar as emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa em CO2 equivalente de Mato Grosso, no período de 2000 a 2009; b) identificar os setores de atividade com maior percentual de emissão; c) elaborar projeções das emissões para 2020 por setor, o que subsidiará a implementação de políticas adequadas cujos objetivos convergem para a minimização das emissões.

A justificativa para elaboração desta pesquisa pode ser descrita por vários itens, sendo um destes a necessidade de redução das emissões de GEE do Brasil. Desta forma, para colaborar com a mitigação, os estados devem agir conjuntamente com a federação, para alcançar os índices desejados. Os efeitos das alterações no clima em Mato Grosso podem causar impactos significativos na economia do estado. Assim, as medidas de adaptação também buscam combater os impactos das mudanças climáticas nas atividades econômicas, baseado em grande parte no setor agropecuário, prevenindo eventuais perdas econômicas e financeiras (SEMA, 2011).

No meio acadêmico, há duas correntes principais que se dividem, sendo a primeira, segundo Romeiro (2001, p. 8), representada pela economia ambiental ou sustentabilidade fraca, que "considera que os recursos naturais (como fonte de insumos e como capacidade de assimilação de impactos dos ecossistemas) não representam, a longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia". Ou seja, essa corrente defende a suposição de que os limites impostos pela disponibilidade de recursos naturais podem ser indefinidamente superados pelo progresso técnico que os substitui por capital (ou trabalho). Assim, o sistema econômico é visto como suficientemente grande para que a disponibilidade de recursos naturais se torne uma restrição à sua expansão, mas sim uma restrição relativa, superável indefinidamente pelo progresso científico e tecnológico.

A segunda é representada pela economia ecológica ou sustentabilidade forte que, segundo Romeiro (2001, p. 12), "vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior que o contém, impondo uma restrição absoluta à sua expansão". Capital (construído) e capital natural são essencialmente complementares. Entende-se que o progresso tecnológico é fundamental para aumentar a eficiência na utilização dos recursos naturais em geral e tem a convicção de que é possível instituir uma estrutura regulatória baseada em incentivos econômicos capaz de aumentar imensamente essa eficiência. Ou seja, discorda da primeira corrente no ponto da capacidade de superação indefinida dos limites ambientais globais. No longo prazo, portanto, a sustentabilidade do sistema econômico não é possível sem estabilização dos níveis de consumo per capita de acordo com a capacidade de carga do planeta, o que implicaria na definição de limites, tanto de utilização de recursos naturais renováveis e exauríveis quanto da emissão de poluentes gasosos, líquidos, sólidos, radioativos, luminosos, sonoros, dentre outros poluentes.

2. METODOLOGIA

Na metodologia deste trabalho, foram utilizados cálculos para estimar as emissões de CO2e por setor de atividade no estado de Mato Grosso e o modelo de regressão não linear para estimar a projeção da quantidade emitida de CO2e no ano de 2020, ano de referência estipulado na PNMC como limite para alcançar a meta de redução de emissão. A metodologia será apresentada nas seções seguintes.

Quadro 1 - Descrição das informações necessárias para pesquisa e fonte de dados.

Fonte / Sumidouro	Dado de Atividade	Origem
Combustíveis, fontes estacionárias e móveis	Vendas realizadas por municípios	ANP
Eletricidade	Consumo total de eletricidade por municípios	SEPLAN/MT
Mudança no uso da terra	Incremento do desmatamento	INPE
Pecuária (bovino e suíno)	Número de cabeças de animais (bovino/suíno)	IBGE
Agricultura	Área plantada da sojicultura	IBGE

Fonte: Elaborado pelos autores (2013).

Para facilitar a visualização e nortear a pesquisa, no Quadro 1 o detalhamento das informações necessárias para a pesquisa e as fontes, as quais forneceram tais informações. Ressalta-se que as emissões e as projeções foram estimadas para as mesorregiões[3] do estado de Mato Grosso e, após, foi elaborado o acumulado para o Estado.

2.1 METODOLOGIA TOP DOWN PARA CÁLCULO DE EMISSÕES PROVENIENTES DO CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS

A contabilização das emissões de CO_2 pela queima de combustíveis foi feita através da metodologia *Top-down*. Esta leva em consideração as emissões de dióxido de carbono (CO_2) a partir dos dados de produção e consumo de energia, sem detalhamento de como essa energia é consumida. Uma das características dessa metodologia baseia-se na confiabilidade dos dados, uma vez que a *Top-down* possui uma grande quantidade de informações disponíveis sobre suprimento de combustíveis (MATTOS, 2001). A Equação 1 refere-se à metodologia *Top-down*:

$$(ECO_2e)comb_y = [(CA \times FConv \times 45{,}2 \times 10^{-3} \times Fcorr)Femiss \times 10^{-3}]\,{}^{44}\!/_{12} \times 10^{-3} \quad (1)$$

em que $(ECO_2e)comb_y$ é a Emissão de CO_2 por combustíveis no ano y (toneladas); CA é o Consumo Aparente do Combustível (m^3); FConv é o Fator de Conversão (tep/Unidade Física) da Unidade Física para tep médio; 1 tep (Brasil) equivale a 45,2 x 10^{-3} TJ (tera-joule = 1012 J); Fcorr é o fator de correção de poder calorífico superior (PCS)[4] para Poder calorífico inferior (PCI) e Femiss é o Fator de emissão de carbono (tC/TJ).

2.2 EMISSÃO DE CO_2 POR CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

A metodologia utilizada no cálculo das emissões provenientes do consumo de energia elétrica foi adaptada do método utilizado pelo Inventário Municipal de emissões de gases de efeito estufa, da Prefeitura de Belo Horizonte (2009). Os dados referentes ao consumo de energia elétrica foram fornecidos pela SEPLAN-MT. As emissões indiretas de CO_2 por consumo de eletricidade foram calculadas levando em conta o fator de emissão médio do Sistema Interligado Nacional em cada ano do período considerado. Assim, as emissões indiretas por consumo de energia foram calculadas conforme a Equação 2:

$$(ECO_2e)ener._y = CE_y \times EF^{rede}{}_y \subset 0{,}001 \quad (2)$$

em que $(ECO_{2e})ener._y$ é a emissão de CO_2 por consumo de energia elétrica no ano y (toneladas); CE_y é o consumo de energia elétrica, no ano y (GWh); $EF^{rede}{}_y$ é o fator de emissão de CO_2, do ano y, pela rede elétrica servindo ao Município (Mg CO_2.GWh-1).

2.3 EMISSÃO DE CO_2E PELOS SETORES DE MUDANÇA DO USO DA TERRA E FLORESTAS, PECUÁRIA E AGRICULTURA

Para calcular as emissões advindas da pecuária, agricultura e mudança do uso da terra e florestas, utilizou-se de fatores de emissão já calculados conforme apresenta o Quadro 2. Cabe ressaltar que as emissões oriundas do uso de fertilizantes nitrogenados são importantes no contexto mato-grossense. Porém, devido à ausência de históricos disponíveis sobre o uso fertilizantes nitrogenados em nível municipal, este setor foi desconsiderado na estimação das emissões.

Quadro 2 - Setores do uso da terra e mudança do uso da terra considerados neste trabalho e seus respectivos fatores de emissão de GEE

Setor		Processo	Fator de emissão (t CO_2 equivalentes)
Pecuária	Bovino	Digestão entérica	1,34 t CO_2 animal/ano
		Animais em pastagem	0,39 t CO_2 animal/ano
	Suíno	Digestão entérica	0,025 t CO_2 animal/ano
		Dejetos	0,025 t CO_2 animal/ano
Agricultura	Sojicultura	FBN	0,59 t CO_2 ha/ano
Mudança do Uso da Terra	Desmatamento	Queima de biomassa floresta de transição	302 t CO_2 ha/ano

Fonte: Adaptada do Primeiro Inventário Brasileiro (2004), In Lindoso (2009).
FBN: Fixação Biológica de Nitrogênio.

Foram utilizados os fatores apresentados no Quadro 2 para o cálculo das emissões de gases de efeito estufa por município, posteriormente, aglomerou-se em mesorregiões por setores como: desmatamento (queima de biomassa vegetal), pecuária bovina (digestão entérica e animais em pasto), suinocultura (digestão entérica e decomposição dos dejetos) e sojicultura (fixação biológica de nitrogênio). Todos os dados estão em toneladas de CO_2 equivalente, representados pelas Equações 3, 4, 5 e 6:

$$(ECO_2e)bov._y = 1{,}34QB_y + 0{,}39QB_y \quad (3)$$

podendo-se entender que $(ECO_2e)bov._y$ é a emissão de CO_2e por bovinos no ano y (toneladas) e QB_y é a quantidade de cabeças do rebanho bovino no ano y (animal).

$$(ECO_2e)suino_y = 0{,}025QS_y + 0{,}025QS_y \quad (4)$$

sendo que *ysuinoeECO*)(2 é a Emissão de CO_2e por suínos no ano y (toneladas) e QS_y é a quantidade de cabeças do rebanho suíno no ano y (animal).

$$(ECO_2e)soja_y = 0{,}59AS_y \quad (5)$$

onde *ysojaeECO*)(2é a emissão de CO_2e pelo setor de sojicultura no ano y (toneladas) e AS_y é a quantidade da área plantada de soja no ano y (hectares).

$$(ECO_2e)desmat._y = 302ID_y \quad (6)$$

além disso, *ydesmateECO.*)(2 é a emissão de CO_2e por desmatamento no ano y (toneladas) e ID_y é o incremento da área desmatada no ano y (hectares).

Após calcular as emissões pelos setores citados, procedeu-se o somatório para estimar as emissões acumuladas no estado, para possibilitar uma estimação global e uma análise geral do panorama das emissões, segue a representação nas Equações 8, 9 e 10.

2.4 METODOLOGIA PARA ESTIMAR A PROJEÇÃO DAS EMISSÕES DE CO_2E EM 2020

A projeção das emissões de CO_2e para 2020 foi elaborada para dar embasamento à lei n.º 12.187 de 2009, especificamente em seu artigo 12, que relata o seguinte:

> Para alcançar os objetivos da PNMC, o país adotará, como compromisso nacional voluntário, ações de mitigação das emissões de gases de efeito estufa, com vistas em reduzir entre 36,1% (trinta e seis inteiros e um décimo por cento) e 38,9% (trinta e oito inteiros e nove décimos por cento) suas emissões projetadas até 2020 (BRASIL, 2009).

Martins e Laugeni (1999) definem previsão como um processo metodológico com o propósito de planejamento e de tomada de decisão, para a determinação de dados futuros baseados em modelos estatísticos, matemáticos, econométricos ou, ainda, em modelos subjetivos apoiados em uma metodologia de trabalho clara e previamente definida. Para possibilitar a estimação das emissões de CO_2e a partir do ano de 2010 até o ano de 2020, utilizou-se do Modelo de Regressão não Linear Simples para todo o estado e suas mesorregiões por setor de atividade:

$$y^* = Ln(y) \Big/ \sqrt{t} \qquad (8)$$

sendo que y* é a variável quantidade emitida de CO_2e em mil toneladas no ano e t é a variável tempo (ano). Desta forma o modelo de regressão será do tipo potência, podendo-se escrever da seguinte forma:

$$y^*_i = \beta_0 t^{\beta 1} e_i \qquad (9)$$

em que, y^*_i é a variável quantidade emitida de CO_2e em toneladas no ano; β_0, β_1 são os coeficientes do modelo não linear simples; t_i é a variável tempo (ano) e e_i é o erro aleatório.

Existem várias metodologias para calcular os coeficientes do modelo, sendo o mais comum, o dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Esta metodologia obtém os parâmetros em estudo se a relação entre a variável dependente e os parâmetros do modelo é de tipo linear, devido a isto a equação (9) deve ser linearizada, aplicando a transformação logarítmica (Equação 10). Para os cálculos foi utilizado o software Excel versão 2007®. Uma vez obtido os estimadores de MQO procedeu-se as extrapolações para os anos de 2010 a 2020, para tal utilizou-se da reconversão a unidades originais, seguindo o seguinte procedimento:

$$y_i = \exp(\hat{y}_i * \sqrt{t}) \qquad (10)$$

em que y_i é a variável quantidade emitida de CO_2e em valores originais; $\hat{y}_i$ é a variável quantidade estimada e t é a variável tempo (ano). Uma vez estabelecida essa relação pelo modelo de regressão, segundo Gurajati (2006), é preciso avaliar a confiança que nela se pode colocar, realizando testes estatísticos quanto ao ajuste e significância, os quais foram realizados e apresentaram valores estatísticos satisfatórios.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apresentam-se primeiramente as emissões por setor de atividade e o total emitido pelo estado e, posteriormente, a descrição das projeções das emissões por setor de atividade favorecendo a análise com relação às metas da PNMC. A Tabela 1 relaciona as emissões estimadas por setores e o total do estado.

Tabela 1 - Evolução das emissões de CO2e por setores em Mato Grosso de 2000 a 2011 (mil toneladas).

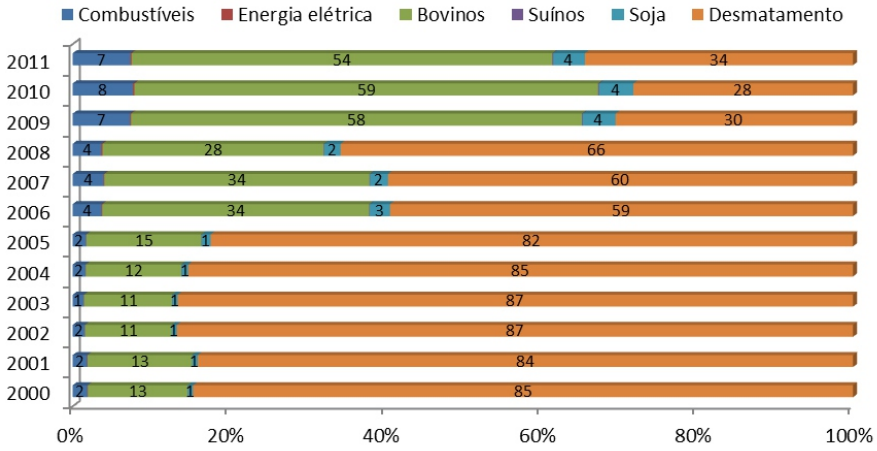
Setor	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Combustível	4.801	4.745	5.305	5.361	6.048	5.325	4.876	5.156	5.828	6.020	6.470	6.934
Energia elétrica	123	137	125	101	134	138	128	127	230	122	143*	145*
Bovino	32.739	34.464	38.378	42.582	44.840	46.107	45.091	44.432	45.012	47.328	49.750	50.630
Suíno	42	47	52	56	66	68	72	70	81	93	105	98
Soja	1.715	1.842	2.253	2.605	3.115	3.612	3.435	2.994	3.339	3.441	3.674	3.809
Desmatamento	216.002	216.002	299.225	326.520	311.954	257.162	78.221	77.868	104.220	24.930	23.553	32.251
Total	255.422	257.237	345.337	377.223	366.157	312.412	131.824	130.646	158.710	81.934	83.696	93.866

Fonte: Dados da pesquisa (2011). *Dados estimados segundo metodologia de projeção descrita no item 2.4.

Nota-se na Tabela 1 que o estado de Mato Grosso chegou a emitir 377 milhões de toneladas de CO_2e em 2003, tal valor foi reduzindo, e alcançou 81 milhões em 2009, uma redução de 71%, e nos anos subsequentes voltou a apresentar aumento nas emissões. Nos anos de 2003 e 2004, verificou-se o pico das emissões[6], influenciadas diretamente pelo aumento do desmatamento nestes anos, no entanto, registra-se nos anos seguintes uma queda significativa do desmatamento, logo, das emissões, cerca de 57%, de 2005 para 2006 .

O setor de energia elétrica não demonstra muita representatividade assim como o setor de suínos diante dos quantitativos das demais emissões. Contudo, é importante frisar que o setor de suínos tem crescido a taxas elevadas e deve ter foco de políticas públicas para que no futuro não venha a ser um poluidor mais representativo. Planejar formas e políticas para mitigação antes da implantação da estrutura produtiva potencialmente poluidora. Para visualizar melhor a evolução das emissões por setor, segue a Figura 1.

Figura 1 - Evolução da distribuição percentual das emissões totais de CO_2e por setor de atividade no estado de Mato Grosso de 2000 e 2011 (%).



Fonte: Dados da pesquisa (2011).

A Figura 1 apresenta a evolução percentual das emissões por setor de atividade entre 2000 e 2011, e nela evidencia-se a alteração estrutural ocorrida a partir da mudança da participação das emissões advindas do desmatamento para as provenientes do setor de bovinos. O desmatamento emitiu mais de 80% de CO_2e de Mato Grosso entre 2000 e 2005, com uma redução no triênio 2006-2008

para cerca de 60%. No triênio 2009-2011, as emissões derivadas do desmatamento recuaram para cerca de um terço do CO_2e emitido em Mato Grosso. Por outro lado, a produção de bovinos tem se expandido de forma continuada, gerando emissões de gás metano que tem se estabelecido como principal setor emissor de gás de efeito estufa. Entre 2000 e 2005, as emissões do setor de bovinos permaneceram entre 13% e 15% das emissões totais de Mato Grosso. No triênio 2006-2008, as emissões dos bovinos expandiram a um patamar de cerca de um terço e, entre 2009-2011, alcançaram níveis pouco abaixo de 60%. Pode-se dizer que houve uma substituição entre as emissões de desmatamento pelas emissões de bovinos, que se tornaram o grande setor econômico emissor de CO_2e.

Outros dois setores que se destacam são os combustíveis e a soja. Os combustíveis expandiram sua participação de cerca de 2%, em 2000, para uma participação de cerca de 7%, entre 2009-2011, influenciada tanto pela redução no total das emissões quanto pela expansão da atividade produtiva interna que demanda grandes fluxos de óleo diesel, quanto pelo transporte de insumos para Mato Grosso e da exportação dos produtos finais mato-grossenses. A soja expandiu suas emissões de cerca de 1%, em 2000, para 4%, no triênio 2009-2011, confirmando as expectativas de incorporação de novas áreas produtivas e se tornando o maior produtor desta oleaginosa no Brasil.

Enquanto o desmatamento ilegal pode ser controlado com ações de comando e controle a partir da legislação existente no país, as dificuldades da redução dos demais setores emissores como combustíveis, bovinos, suínos e soja residem na complexidade das atividades e a necessidade de vários estudos técnicos para verificar as melhores formas de mitigação da emissão sem arrefecer as atividades econômicas. Ou seja, para reduzir as emissões provenientes da fermentação entérica, os criadores não concordariam em reduzir o estoque de animais ou controlar as áreas produtivas de soja. Desta forma, há a necessidade de estudos específicos para redução das emissões por novas tecnologias e oferta de políticas para a mitigação do carbono emitido mediante atividades captadoras para possibilitar a redução das emissões líquidas destes setores.

Desta forma, não se atingiria a escala ótima para economia ecológica, na qual o aumento físico do subsistema econômico passa a custar mais do que o benefício que pode trazer ao bem-estar da humanidade, dito de outra forma, o ponto onde o crescimento da atividade produtiva se torna antieconômico (DALY; FARLEY, 2004). Portanto, nesta linha de pensamento, o Estado tem um papel a cumprir, segundo Romeiro, Rydon e Leonardi (2001), colocando limites ao uso do meio ambiente, normalmente através de políticas de comando e controle.

Contudo, diferente do desmatamento ilegal, que pode ser contido com instrumentos de comando e controle, as atividades econômicas lícitas não podem ser simplesmente proibidas. Neste caso devem-se preponderar os instrumentos econômicos como medidas auxiliares na mitigação das emissões, uma vez identificada a tendência de expansão de um setor e a possibilidade de geração de poluição acima da escala desejada.

3.1 PROJEÇÃO DAS EMISSÕES DE CO_2E PARA 2020

Para averiguar a tendência e elaborar a projeção das emissões, utilizou-se de um modelo de regressão para cada setor de atividade. Desta forma, é possível analisar qual atividade tem a maior tendência de crescimento e qual já se encontra com a tendência de contenção. Antes de visualizar as projeções, torna-se fundamental apresentar as metas de emissão elaboradas mediante a emissão total de CO_2e e o maior percentual de redução de emissão relatado na PNMC, ou seja, calculou-se a partir dos resultados das emissões totais uma redução de 36,1% e 38,9%, apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Metas para 2020 de mitigação da emissão de CO2e segundo PNMC (mil toneladas).

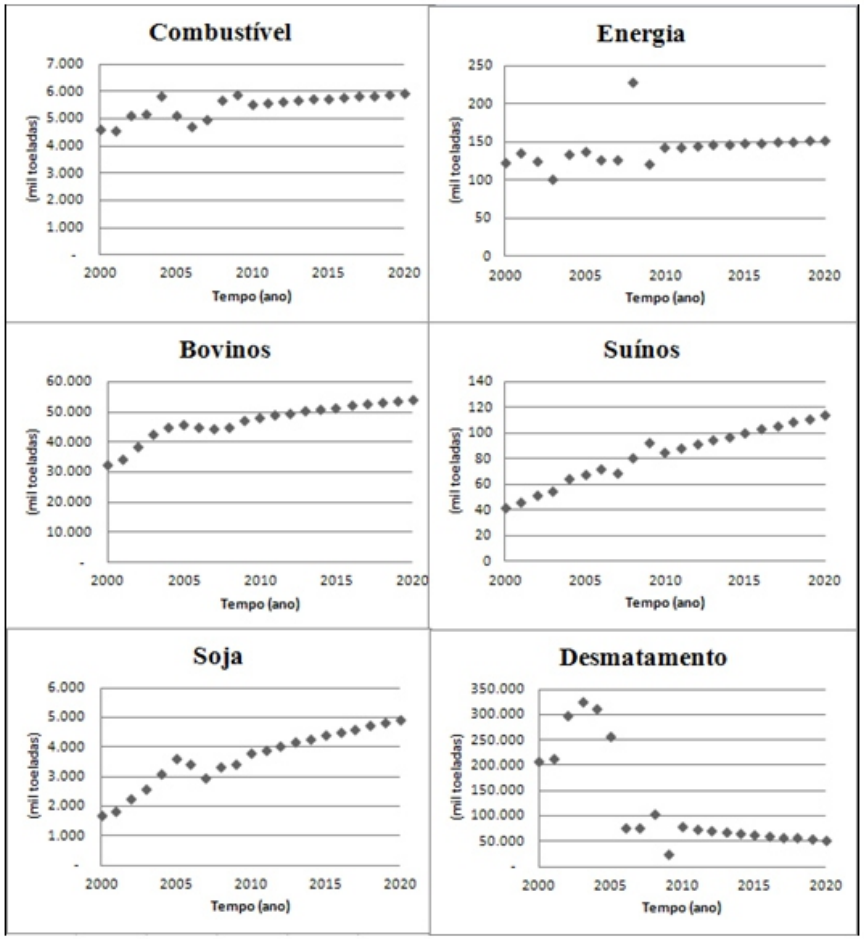
Metas	Ano base (2005)	Ano base (2009)
Redução de 36,1%	199.530	52.273
Redução de 38,9%	190.786	49.983

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Comparando-se a meta relativa ao ano base (2005), o estado já cumpriria, em 2006, a meta de redução, tendo em vista que reduziu cerca de 57% das emissões, de 2005 para 2006, o que evidencia o que a emissão no ano de 2005 era muito elevada, o que faz com que as metas não correspondam a níveis satisfatórios de emissão. Ou seja, apesar de uma redução considerável, os valores ainda eram expressivos. Como a PNMC foi instituída em 2009, analisa-se nos resultados das projeções as metas tendo por base as emissões deste ano (81,9 milhões de toneladas de CO_2e, conforme Tabela 1), portanto, a meta considerada é que em 2020 o estado deveria emitir entre 52,2 e 49,9 milhões de toneladas de CO_2e.

As regressões foram rodadas para cada setor de emissão do estado, as equações estimadas foram significativas, os coeficientes de determinação foram superiores a 80%. Após análise da significância e testes para avaliar a qualidade dos ajustamentos, procedeu-se a projeção da quantidade de CO_2e emitida do ano de 2010 a 2020, a partir das equações estimadas. Os resultados são demonstrados na Figura 2, onde a emissão proveniente dos setores de combustíveis, energia, bovinos, suínos e soja tem tendência crescente. Apenas o setor de desmatamento apresenta tendência de decrescimento até 2020.

Figura 2- Projeção das emissões de CO2e por setor no estado de Mato Grosso (mil toneladas).



Fonte: Dados da pesquisa (2011).

A projeção crescente das emissões pelo setor de combustíveis pode ser explicada pelo aumento da população, expansão do poder aquisitivo no estado, da aglomeração urbana, assim como implantação de novas indústrias e também o uso pelo setor agropecuário, que tem respondido à demanda exógena dentro do país e na economia global. As informações e projeções demonstram que há necessidade de implementação de políticas para reduzir as emissões provenientes do setor de combustíveis, para atingir a meta de redução. Em especial, a substituição de combustíveis fósseis por renováveis como etanol e biodiesel e uma possível criação de cota máxima de uso de combustíveis fósseis.

As projeções das emissões de CO_2e do setor de energia apresentaram tendência crescente, podendo emitir mais de 150 mil toneladas de CO_2e em 2020. Esta tendência pode ser explicada pelo crescimento e desenvolvimento dos espaços urbanos, juntamente com o aumento da população, bem como pela expansão da renda, que está atrelada ao consumo de eletrodomésticos. No entanto, as emissões provenientes deste setor, apesar de apresentarem tendência crescente, cerca de 9%, de 2010 a 2020, não demonstram grande necessidade de atenção das políticas públicas, pois representaria menos de 1% da meta de emissão do estado, em 2020.

As emissões advindas do setor de bovinos demonstram valores representativos e tendência crescente de aproximadamente 12% de 2010 a 2020. Na projeção o setor emitiria em 2020 mais de 54 milhões de toneladas de CO_2e, valor este que representa mais de 100% da meta de redução do estado. Ou seja, sem a utilização de políticas públicas adequadas para sequestrar ou neutralizar a emissão deste setor, o estado definitivamente não cumprirá as metas de mitigação da emissão caso este setor não recebe atenção de planejamento.

Existem algumas iniciativas para tentar resolver ou amenizar as emissões no setor de bovinos. Um exemplo é o aprimoramento de práticas de oferta de alimentos, em que as emissões de metano podem ser reduzidas pelo maior uso de concentrados, substituindo normalmente a forragem. Outras práticas que podem reduzir emissões de CH_4 incluem: adição de óleos ou sementes oleosas na dieta e aumento da qualidade do pasto, aumentando a produtividade animal e reduzindo a proporção de perda de energia como CH_4; e melhorando o consumo de proteínas para reduzir a excreção de nitrogênio e emissões de N_2O (FBDS, 2009).

Pode-se citar ainda a prática de adoção de cruzamento animal e mudanças no manejo de longo prazo, em que o aumento da produtividade através de cruzamento e práticas de manejo melhoradas, como a redução do número de novilhos de reposição, costuma reduzir a saída de metano por unidade de produto animal. Embora a seleção do gado seja proposta diretamente para reduzir a produção de metano, ainda é impraticável, devido a dificuldades em quantificar as emissões de metano com precisão numa escala adequada a programas de criação. Com a maior eficiência, os animais de corte atingem o peso de abate em idade mais baixa, com emissões reduzidas no ciclo de vida. Contudo, os efeitos globais de tais práticas podem nem sempre levar à redução das emissões. Por exemplo, a seleção intensiva do gado leiteiro pode reduzir a fertilidade, o que torna necessários mais novilhos de reposição para o rebanho (FBDS, 2009). Além disso, a melhoria da eficiência por animal poderia ser compensada por uma expansão no estoque geral de animais, o que ao final poderia gerar um quadro com emissão de CO_2e maior do que o inicial. Esse processo é conhecido como Paradoxo de Jevons.

A projeção das emissões para o setor de suínos no estado é crescente, com variação de 32%, uma das maiores expansões dentre os setores, no entanto, o total que o setor emitiria em 2020 representaria menos de 1% da meta estabelecida para o estado. No entanto, diante do potencial de crescimento do setor, torna-se susceptível a implantação de políticas para atenuação das emissões antes que estas alcancem níveis mais elevados, como evidencia a tendência.

Algumas políticas já estão sendo implementadas no setor, como disponibilizado no Plano ABC, que consiste no tratamento de resíduos animais, um método que aproveita os dejetos de suínos e de outros animais para a produção de energia e de composto orgânico. Outro benefício é a possibilidade de certificados de redução de emissão de gases, emitidos por mercados compradores (MAPA, 2011).

A projeção das emissões de CO_2e para o setor de sojicultura no estado é crescente, com variação de 30%, também uma das maiores evoluções dentre os setores pesquisados, o total que o setor emitiria em 2020, 4,9 milhões de toneladas, representa 9% da meta estabelecida para o estado, e este setor tem grande potencial de crescimento.

O crescimento da produção de soja, conforme Dall'Agnol (2007), pode ser creditado aos seguintes fatores: a) o aumento da população humana, que consumirá mais soja, principalmente via consumo de carnes produzidas a partir de farelos, entre eles, de soja; b) aumento do poder aquisitivo da população urbana, destacadamente no continente asiático; c) substituição do farelo de carne pelo farelo de soja; d) potencial de utilização da soja como matéria-prima para a indústria do biodiesel, tintas, lubrificantes, plásticos entre outros; e) redução do protecionismo e dos subsídios à soja por parte dos países ricos; f) exoneração de parte dos tributos incidentes sobre a cadeia produtiva da soja no Brasil, incrementando a competitividade no mercado externo, elevando com isso a produção (DALL'AGNOL, 2007). Por conhecimento das condições regionais, pode-se afirmar que esses estímulos exógenos terão aderência no território mato-grossense em função de uma nova fronteira de expansão da soja no eixo da BR-158, na região do Araguaia, onde a pecuária implantada nas décadas de 1970 e 1980 gerou grandes áreas degradadas por manejo incorreto. Nestas áreas, hoje impróprias para a pecuária em função de seu baixo custo de oportunidade, estão sendo adquiridas ou arrendadas para a produção de soja, que gera acumulação de capital compatível com práticas de recuperação do solo degradado. Estima-se que exista um milhão de hectares a serem apropriados, mas na região a área poderia alcançar até 3,1 milhões de hectares de latossolos, considerados apropriados à sojicultura[7] (BAZANI, 2012).

Diante da importância econômica da sojicultura para o estado, é fundamental a formulação e aplicação de políticas, como aprofundar os programas de pesquisa que geram novos conhecimentos técnicos capazes de auxiliar na mitigação das emissões de GEE. Uma técnica disponibilizada no Programa ABC é a fixação biológica de nitrogênio, a qual visa desenvolver microrganismos para captar o nitrogênio existente na atmosfera e transformá-lo em matéria orgânica para as culturas, o que permite a redução do custo de produção e melhora a fertilidade do solo (MAPA, 2011).

O setor de desmatamento foi o único com projeções de emissões com tendências decrescentes, apresentando redução de 13% das emissões de 2010 a 2020. Tal redução deve-se, segundo ISA (2006), às ações de regularização fundiária e as grandes operações contra crimes ambientais, promovidas pelo IBAMA, Polícia Federal e Exército, as quais tiveram influência na diminuição do ritmo da devastação. Este tipo de mecanismo de regularização em que há a interferência do estado, caracteriza-se como um instrumento de comando e controle, em que resultados são esperados mediante ações regulatórias do Estado, como a fiscalização. Outro fator que poderia ter concorrido para a tendência de redução do desmatamento foi a queda dos preços das *commodities* soja, algodão carne bovina, no período 2005-2008, que gerou tanto expectativas negativas quanto passivos econômicos regionais e bloqueou a acumulação capitalista capaz de reinvestir os lucros em processos produtivos expansionistas.

Apesar destas ações e da redução evidenciada, a meta de redução ainda não seria cumprida, pois o total que o estado emitiria em 2020, cerca de 54 milhões de toneladas de CO_2e, representa mais de 100% do total da meta de redução do estado. Ou seja, mesmo com a redução no setor de desmatamento, esta não seria suficiente para cumprir a meta de redução do estado com relação ano base 2009, estipulada em 49 milhões de toneladas de CO_2e.

Diante do exposto e tendo em vista que Mato Grosso ainda é o estado que possui as maiores taxas de desmatamento no Brasil, e políticas de comando e controle e instrumentos econômicos devem ser aplicados para possibilitar maior redução do desmatamento e das emissões provenientes deste. Tal preocupação é evidenciada no Programa ABC, pois, segundo o MAPA (2011) este tem a meta de reduzir o desmatamento e a degradação, como opção de atenuação com maior e mais imediato impacto sobre reservas de carbono no curto prazo por hectare e por ano não apenas para o Brasil, mas globalmente, com a prevenção ao desmatamento. Os custos da atenuação do desmatamento reduzido dependem da causa do desmatamento (extração de madeira para aplicações diversas; combustível, conversão à agropecuária, assentamento ou infraestrutura), retornos associados ao uso de terra não florestal e de possíveis usos alternativos da floresta e de indenizações pagas ao proprietário da terra, físico ou jurídico, para mudar práticas de uso da terra (FBDS, 2009).

Outro aspecto muito difundido para a mitigação das emissões neste setor é denominado REDD (redução das emissões do desmatamento e da degradação). São mercados compulsórios de carbono, vinculados à metas obrigatórias de redução das emissões dos países industrializados (como no caso Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto). Estes mercados têm a vantagem de assegurar fluxos financeiros contínuos e previsíveis no longo prazo, porém são mais difíceis de implementar que mercados voluntários, onde governos e empresas contribuem independentemente de suas obrigações no âmbito da UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change***)**, e que devem assegurar o funcionamento do mecanismo na sua fase inicial (MICOL; ANDRADE; BORNER, 2008).

O ponto principal que justifica as queimadas é claramente econômico, o que é evidenciado quando se compara o mercado de terras no qual áreas desmatadas têm valores mais altos que áreas de floresta. Em Mato Grosso, áreas de pastagens formadas valem de R$900-1400 a mais que áreas de floresta, na mesma região; no caso de campos agrícolas, o valor adicional com relação a áreas de floresta é da ordem de R$1200-3000. Essa diferença entre áreas agropecuárias e florestais reflete o baixo retorno econômico da floresta em pé nas condições atuais e os custos da sua conversão em pastagens e campos agrícolas (INSTITUTO FNP, 2007).

A manutenção da floresta gera um benefício para a sociedade como um todo, com serviços ambientais, estoque de carbono, biodiversidade e tantos outros. Porém na perspectiva do proprietário rural, significa abrir mão do retorno econômico potencial da conversão da área para fins agropecuários – é o custo de oportunidade da conservação. Tratando-se de evitar o desmatamento em áreas privadas, o PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) tem por objetivo compensar esse custo de oportunidade, internalizando na economia rural o valor dos serviços ambientais prestados pela floresta. Na medida em que os pagamentos são condicionais à manutenção da floresta em pé, esta forma de internalização de benefícios externos se "autofiscaliza": enquanto o valor do PSA for igual ou maior que o custo de oportunidade, neutraliza-se o motivo da expansão das áreas agropecuárias (MICOL; ANDRADE; BORNER, 2008).

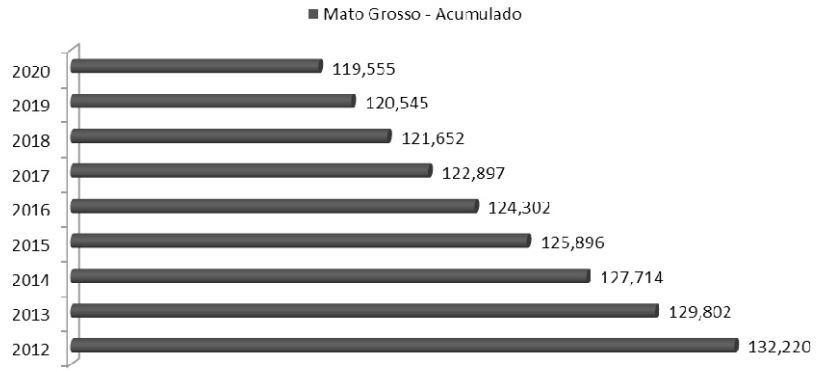
No estado de Mato Grosso, responsável por cerca de 40% do desmatamento na Amazônia Brasileira nos últimos dez anos, propõe-se a aplicação de um pacto formulado por um grupo de nove organizações da sociedade civil atuantes na Amazônia Brasileira[8], denominado o Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia. A proposta consiste em estabelecer um amplo compromisso entre diversos setores do governo e da sociedade brasileira visando adotar ações urgentes para garantir a conservação da Floresta Amazônica. O Pacto pressupõe o estabelecimento de um regime de metas anuais crescentes de redução da taxa de desmatamento da Amazônia, que seria zerada até 2013 (MICOL; ANDRADE; BORNER, 2008).

Finalmente, após analisar cada setor, visualizam-se na Figura 3 as projeções acumuladas de todos os setores no estado de Mato Grosso. Nota-se que, na projeção acumulada dos setores, as emissões do estado têm tendência decrescente, reduzindo de 2010

a 2020, cerca de 13,6% acumulados. Essa redução pode ser explicada pela diminuição do desmatamento que representava grande parte das emissões até 2008.

Constata-se que mesmo demonstrando redução nas emissões acumuladas, esta ainda não é eficiente para atingir a meta (ano base 2009) da PNMC, que seria emitir entre 52,2 e 49,9 milhões de toneladas de CO_2e. As projeções indicam uma emissão de 119,5 milhões de toneladas de CO_2e. Portanto, o Estado, como um ente supra individual, deve implantar medidas além das que já vem empregando para garantir a escala máxima de emissão de poluentes gasosos definidos em legislação. Para Alisson (2012), são necessárias mais pesquisas integradas, com foco sobre práticas agrícolas sustentáveis apropriadas para diferentes regiões, sistemas de cultivo e paisagens, particularmente nos sistemas socioecológicos mais vulneráveis.

Figura 3 - Projeção das emissões de CO2e geral do estado de Mato Grosso (mil toneladas).



Fonte: Dados da pesquisa (2011).

Para atingir as metas de mitigação da emissão de GEE e de atividades sustentáveis, o estado deve agir principalmente nos setores de mudança do uso da terra, florestas e bovinos. Notam-se algumas políticas e iniciativas que se aplicadas adequadamente possuem potencial de mitigação das emissões, agindo na neutralização ou também através da geração de créditos de carbono.

Além dos instrumentos clássicos de comando e controle, é essencial aplicar um leque diversificado de instrumentos econômicos para gerar as mudanças necessárias no perfil de ocupação do solo e de desenvolvimento econômico. Esses instrumentos, empregados conjuntamente, devem ao mesmo tempo conter a expansão das atividades agropecuárias em áreas marginais, incentivar sua consolidação em áreas abertas e apoiar atividades que fazem uso sustentável das florestas (MICOL; ANDRADE; BORNER, 2008).

Conforme Alisson (2012), os cientistas podem dar grandes contribuições por meio da expansão do conhecimento de práticas agrícolas que podem proporcionar diversos benefícios e a ligação entre agricultura e silvicultura. Diversas políticas públicas sinalizam na direção da agricultura sustentável e, eventualmente, o setor poderá acelerar a introdução de novas práticas sustentáveis. Ou seja, o aumento da produtividade com redução de emissões e maior capacidade de adaptação às mudanças climáticas com menor impacto ambiental, especialmente sobre a biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades econômicas mais representativas em Mato Grosso são a agricultura, pecuária bovina e exploração florestal. Tais atividades agregam várias externalidades negativas, sendo uma delas a emissão de GEE. O estado apresentou quantidades elevadas quanto às emissões estimadas de CO_2e principalmente em 2003, quando chegou a emitir 377 milhões de toneladas. Em 2006, as emissões de CO_2e reduziram cerca de 60%, comparando-se com as

emissões estimadas para o ano de 2003. Essa redução pode ser explicada pela queda do incremento do desmatamento, registrado a partir de 2006, seguido nos anos subsequentes, resultado de instrumento de regulamentação ambiental de comando e controle, além de vetores econômicos restritivos ao expansionismo produtivista. A maior fonte das emissões em Mato Grosso até 2008 foi a mudança do uso da terra, mas a partir de então as emissões provenientes do setor de bovinos começam a se tornar relevantes, atingindo desde 2009 maior participação que o desmatamento.

As projeções das emissões por setores para o ano de 2020 revelaram que a maioria deles apresenta tendências crescentes de emissão. O setor de combustíveis evoluiria 6%, de 2010 a 2020, energia elétrica 9%, o setor de bovinos 12%, suínos 32%, sojicultura 30% e o único setor que apresentou tendências decrescentes foi o desmatamento, com redução de 13%. Essas projeções evidenciam que, devido ao peso do setor de desmatamento nas emissões do estado, a sua redução engendrou a contenção agregada das emissões, apesar de todos outros setores apresentarem tendências crescentes. No agregado, as emissões de Mato Grosso alcançariam 119,5 milhões de toneladas de CO_2e.

Apesar da tendência decrescente apresentada pelas emissões totais de CO_2e no estado, constatou-se que as quantidades projetadas possuem valores superiores aos das metas de emissão da PNMC, com base no ano de 2009, ou seja, não são suficientes para cumprir as metas de redução do governo, estimada neste trabalho entre 52,2 e 49,9 milhões de toneladas de CO_2e. Sugere-se atenção especial aos setores de bovinos, mudança do uso do solo, combustíveis e sojicultura.

No caso da mudança do uso do solo, a questão central é a completa institucionalização da legislação existente, tanto do desmatamento ilegal quanto das práticas de manejo aceitas. A implementação da legislação é o instrumento básico de mitigação das emissões deste segmento, que pode ser complementada por instrumentos econômicos, como REDD, PSA e MDL, que deveriam conduzir as emissões líquidas mais próximas de zero.

Para os bovinos, evidencia-se a evolução da emissão em função da tendência de intenso crescimento nos próximos anos. Há políticas para redução da emissão por este setor e a maioria sugere alteração na composição da alimentação dos animais e mudanças no manejo de longo prazo, atuando na produtividade final. Abre-se uma enorme trajetória tecno-econômica que necessita ajustar parâmetros técnicos relacionados à emissão de GEE, conjugado com a capacidade de manter a taxa de acumulação do setor, pois reduzindo o tempo de rotação do capital objetivado nos animais ruminantes, provavelmente haverá contenção das emissões de metano.

Outro importante setor a ser planejado é de combustíveis. Este setor apresenta também tendências crescentes de emissão para os próximos anos, indicando a necessidade de substituição por fontes mais limpas de energia, como o biodiesel e o etanol. Sugere-se também foco nas indústrias automobilísticas que podem desenvolver veículos que emitam menos por quilômetro. Esta inovação é mais estudada quando incentivada por instrumento de regulamentação ambiental, como o crédito de carbono, que vem obtendo valores financeiros significativos, tanto em países que assinaram a obrigatoriedade de redução das emissões, quanto nos demais.

As emissões provenientes do setor da sojicultura também ocupam lugar de destaque. A despeito da menor representatividade diante das demais emissões, vem apresentando valores e tendências crescentes, o que pode torna-se exponencial devido à importância da *commodity* e utilidade para alimentação humana, animal, matéria-prima para energia, lubrificantes, plásticos, entre outros. Diante do exposto, a política de mitigação sugerida para o setor é a fixação biológica de nitrogênio, que reduz o custo de produção e melhora a fertilidade. O percentual de emissão e a eficiência quanto à mitigação das emissões também devem ser pesquisados.

As ações para mitigação das emissões presentes nas bibliografias pesquisadas são, em grande parte, advindas de fundamentos neoclássicos, especificamente da economia ambiental, nas quais há estudos para encontrar técnicas e meios para reduzir as externalidades negativas e o impacto ambiental, possibilitando uma alocação ótima e permitam, ao mesmo tempo, a expansão das atividades. A preocupação nesta linha de abordagem é a busca dos pontos de equilíbrio que garantam ao produtor a maximização do lucro e ao consumidor a maximização da satisfação, independente da escala de poluição aceitável pelo meio natural.

Para a economia ecológica, os estudos deveriam acima de tudo, priorizar pesquisas para encontrar a escala ótima, qual seria o ponto até o qual o sistema suportaria a expansão das atividades? No caso do Pacto Nacional pela Valorização da Floresta e Fim do Desmatamento na Amazônia, estão presentes alguns fundamentos da economia ecológica no que ressalta o objetivo do desmatamento zero da Amazônia. Esta prioriza a sustentabilidade, dando foco no longo prazo, assim como a PNMC, que limita a escala de crescimento, estipulando metas de redução das emissões.

Observa-se que há algumas políticas para mitigação das emissões no estado, contudo, o arcabouço científico ainda precisa evoluir nos aspectos técnicos para possibilitar maior redução das emissões de GEE e possibilitar alcançar a meta da PNMC, estimada em 49 milhões. Os instrumentos de regulamentação ambiental, aplicados tanto na forma de comando e controle como de incentivos econômicos, mostram-se relativamente eficientes na mitigação das emissões. Como pressupõe a economia ecológica, o Estado tem um papel a cumprir, limitando o uso do meio ambiente, proporcionando o que fundamenta o desenvolvimento sustentável, atender às necessidades do presente sem comprometer o bem-estar das gerações futuras.

NOTAS

[1] Refere-se a intensificação de um processo natural denominado efeito estufa.

[2] Como os gases do efeito estufa têm efeitos diversos no clima, estabeleceu-se uma "métrica" de padronização. O dióxido de carbono equivalente é calculado multiplicando-se a quantidade de emissões de um determinado gás pelo seu efeito no clima (MCT, 2010).

[3] Mesorregiões Norte, Nordeste, Sudoeste, Centro Sul e Sudeste (SEPLAN-MT, 2011).

[4] Entende-se por PCS a quantidade de calor produzida por 1 kg de combustível, quando este entra em combustão, em excesso de ar, e os gases da descarga são resfriados de modo que o vapor de água neles contido seja condensado. Já o PCI corresponde a quantidade de calor que pode produzir 1 kg de combustível, quando este entra em combustão com excesso de ar, e os gases de descarga são resfriados até o ponto de ebulição da água, evitando assim que a água contida na combustão seja condensada. Como a temperatura dos gases de combustão é muito elevada nos motores endotérmicos, a água contida neles se encontra sempre no estado de vapor, portanto, para saber a quantidade de energia interna contida no combustível, considera-se o poder calorífico inferior e não o superior (MME, 2011).

[5] Devido aos dados do desmatamento fornecidos pelo INPE encontrarem disponibilizados por municípios, utilizou-se o coeficiente de emissão relativo à floresta de transição, segundo Lindoso (2009), uma média simples entre o coeficiente de floresta e cerrado. Para uma estimação detalhada por tipo de bioma, o espaço do estado deveria ser desmembrado, dificultando a aglomeração por microrregiões e posteriormente por mesorregiões.

[6] Nas safras 2003-2004 o valor bruto da produção de soja e algodão em Mato Grosso alcançaram picos históricos à época, com forte acumulação de capital que poderia ter influenciado as expectativas positivas em relação ao futuro, alargando a fronteira agropecuária com redução drástica da cobertura vegetal regional (FARIA, 2008).

[7] Conforme dados da PAM/IBGE (2013), na safra de 2011 foram plantados 6,4 milhões de hectares de soja em Mato Grosso. A expansão sobre as áreas de pasto degradado no Araguaia podem representar um acréscimo de 15% na área plantada de soja, mas se considerar toda a área de latossolo no Araguaia, este acréscimo pode representar 48% da área da safra de 2011.

[8] Instituto Socioambiental, Greenpeace, Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), The Nature Conservancy (TNC), Conservação Internacional (CI-Brasil), Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia (Imazon) e WWF-Brasil.

REFERÊNCIAS

ALISSON, E. **Cientistas devem participar mais ativamente das negociações Climáticas.** Agência FAPESP – Especiais. Publicado em 20/01/2012b. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/15063> Acesso em 23 jan. 2012.

ÁVILA, Fabiano. **NOAA**: concentração de CO2 subiu rapidamente em 2012. Instituto Carbono Brasil, 06/03/2013. Disponível em: http://www.institutocarbonobrasil.org.br/noticias2/noticia=733337.

BAZANI, S. Araguaia é a nova fronteira agrícola. In: **Jornal A Gazeta**, ano XXI, n.º 7.402, p. 1C, Cuiabá, 25 de março de 2012.

BRASIL, Presidência da República - Casa Civil -Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei Nº 12.187**, De 29 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm> Acesso em: 10 jan. 2011.

DALL'AGNOL, A. D. **O complexo agroindustrial da soja brasileira**. Circular Técnica 43, ISSN 1516 – 7860, EMBRAPA, Londrina, PR. 2007.

DALY, H. E. e FARLEY, J. C. **Ecological economics: principles and applications**. Island Press, 2004. 454p.

FARIA, A.M.M. **Destramando o Tecido do Desenvolvimento**: do campesinato à hegemonia do capital agrário na cotonicultura de Mato Grosso. 326 f. Tese de Doutorado, Belém, UFPA/NAEA, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (Área de Concentração: Economia Regional e Desenvolvimento Sustentável), 2008.

FBDS – FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Práticas de gestão para redução da emissão de gases do efeito estufa e remoção de carbono na agricultura, pecuária e engenharia florestal brasileira**. 2009. Disponível em: < http://www.fbds.org.br/fbds/IMG/pdf/doc-496.pdf> Acesso em: 08 nov. 2011.

GUJARATI, D. **Econometria Básica**. 4 ed. RJ: Campus Elsevier, 2006.
Instituto FNP. **Análise do Mercado de Terras,** Mai./Jun. 2007. Disponível em <www.fnp.com.br>. Acesso em 10 nov. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- SIDRA - **Pesquisa Pecuária Municipal**, Produção Agrícola Municipal. Séries PIB municipal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ >. Acesso em: 26 jan. 2013.

INPE – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. Projeto PRODES

- **Monitoramento da floresta amazônica brasileira por satélite**. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>. Acesso em: 15 jan. 2011.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – **Desmatamento e Agronegócio**. Novembro de 2006. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/desmatamento/site/agronegocio>. Acesso em: 30 out. 2011.

LINDOSO, D. **"Pegada climática" do Uso da Terra**: um diagnóstico do dilema entre o modelo de desenvolvimento agropecuário mato-grossense e mudanças climáticas no período 2001-2007. Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável. Dissertação de Mestrado. Brasília: 2009.

MAPA - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/desenvolvimento-sustentavel/programa-abc> Acesso em: 30 out. 2011

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da produção**. São Paulo: Saraiva. 1999

MATTOS, L. B. **A importância do setor de transportes na emissão de gases do efeito estufa** – O caso do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, COPPE/ UFRJ, 2001.

MCT - MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Primeiro inventário brasileiro das emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa** - Informações gerais e valores preliminares. 2004. Disponível em: <www.mct.gor.br >. Acesso em 20 nov. 2010.

_____. **Inventário brasileiro das emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa**. 2010. Disponível em: <www.mct.gor.br >. Acesso em 20 nov. 2010.

MICOL, L. ANDRADE, J. BORNER, J. **Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação (REDD)**: potencial de aplicação em Mato Grosso. Alta Floresta - MT: ICV, 2008. 92 p. Disponível em: <http://www.icv.org.br/w/library/redd_icv.pdf> Acesso em 11 nov. 2011.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, **Inventário Municipal de emissões de gases de efeito estufa** – Relatório Final. Dezembro de 2009.

ROMEIRO, A.R. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 102, set. 2001.

SEMA – SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO. **Mudanças Climáticas**. Disponível em: <http://www.sema.mt.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=261&Itemid=379> Acesso em 21 set. 2011.

SEPLAN – SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL - **Superintendência de Estudos e Informações**. Anuários. Disponível em: <http://www.anuario.seplan.mt.gov.br/>. Acesso em 10 fev. 2011.

VIALLI, A. **Banco Mundial**: América Latina também precisa reduzir emissões de CO_2. Cenários e tendências. 19/03/2009. Disponível em: <http://blog.estadao.com.br/blog/vialli/?title=banco_mundial_america_latina_tambem_prec&more=1&c=1&tb=1&pb=1>. Acesso em: 22 set. 2009.

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
MATO GROSSO

NÚCLEO DE
DOCUMENTAÇÃO
E INFORMAÇÃO
HISTÓRICA REGIONAL
NDIHR

MATO GROSSO (1858-1914)
CAPITAL MERCANTIL E MONOPÓLIO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Domingos Sávio da Cunha Garcia.
Professor no curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), campus de Cáceres.
Doutor em Economia Aplicada (área de concentração em História Econômica) pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
domingos-garcia@uol.com.br.

RESUMO

Este artigo discute as características desenvolvidas pelo capital mercantil na então província de Mato Grosso, entre 1858 e 1914, realçando o lugar ocupado pelo comércio da cidade de Corumbá, nesse processo. Com localização geográfica privilegiada, Corumbá tinha ligações comerciais diretas com as praças de Buenos Aires, Montevidéu e Rio de Janeiro, além da Europa e dos Estados Unidos, desenvolvendo um comércio de importação e exportação cioso em estabelecer mecanismos e práticas monopolísticas semelhantes àquelas usadas pelos comerciantes durante o Mercantilismo. Neste estudo, utilizamos conceitos que Eli Filip Heckscher desenvolveu para discutir o capital mercantil em seus primórdios na Europa, como a política de empório (depósito) e a política de abastecimento (abastos). Com este caso, discutimos a perenidade de determinadas características monopolísticas típicas do Mercantilismo, realçando a sua permanência sempre que as condições para isso tivessem se estabelecido em determinadas regiões, ainda que o capitalismo já estivesse em seu estágio avançado de desenvolvimento.

Palavras-chave: Capital mercantil. Monopólio. Mato Grosso. Corumbá.

ABSTRACT

This paper discuss the merchant capital in the province of Mato Grosso, between 1858 and 1914, highlight the place occupied by the commerce of Corumbá in that trial. With his geographical location privileged Corumbá

had direct connections with the merchant places of Buenos Aires, Montevideo, Rio de Janeiro, beyond the Europe and of the United States, and developed a commerce of importing and exportation, jealous in establish mechanisms and similar monopolistic practices to those used by the merchants during the Mercantilism. In this study we utilize concepts that Heckscher developed for discuss the merchant capital in its origins in the Europe, as the political of staple and the political of supplying. We talk about the perennial of typical monopolistic characteristics of the Mercantilism, highlighting his permanence whenever the conditions for that be established in determined regions, even if the capitalism already is in period of advanced development.

Keywords: Merchant capital. Monopoly; Mato Grosso. Corumbá.

A província de Mato Grosso teve uma característica particular no conjunto do império do Brasil até meados do século XIX: era uma província inacessível por via fluvial ou marítima diretamente ao seu território, a partir do centro político do país, o Rio de Janeiro, e estava localizada na sua fronteira oeste, próximo à região do Prata, com quem o Império tinha contenciosos reais ou imaginários ligados à geopolítica regional (COSTA, 1996, p. 73-108). O acesso por terra levava de quatro a seis meses e se mostrava inadequado para as necessidades políticas do Estado brasileiro de então.

A partir de meados do século XIX essa situação se alterou rapidamente, quando a província de Mato Grosso passou a sentir o resultado das mudanças na geopolítica regional ligado ao Prata e daquelas que estavam em curso na economia internacional do período.[1]

A principal e mais importante mudança foi a abertura da navegação do rio Paraguai, efetuada com o acordo realizado em 1856 e adendado em 1858, entre o império do Brasil e a república do Paraguai, que liberou o trânsito de embarcações pelos rios da bacia do Prata, que atravessavam o território paraguaio. Um acordo anterior (de 1853), entre o Brasil e a Argentina, já havia liberado a navegação na parte dos rios daquela bacia fluvial que cortam o território argentino. Com isso, o governo imperial do Brasil alcançou um de seus objetivos geopolíticos mais importantes naquele momento, qual seja, o de ter acesso de maneira eficiente e rápida à província de Mato Grosso, cujo isolamento em relação ao centro político e econômico do Império era motivo de constantes preocupações. De outro lado, a população de Mato Grosso conquistou uma melhoria importante para suas condições de vida, há muito reivindicada, e passou a contar com um meio de comunicação rápido e confortável com o centro do Império e com o litoral, o que, nas condições da época, foi um avanço considerável (GARCIA, 2001, p. 29-32).

A abertura da navegação do rio Paraguai coincidiu com o período em que outros fatores se combinaram para um grande desenvolvimento do comércio no Brasil e na região do Prata.

No Brasil, a década de cinquenta foi marcada pelo fim do tráfico de escravos africanos, fato que gerou um redirecionamento de capitais, anteriormente aplicados naquele comércio "infame", para outros circuitos mercantis voltados para a importação de produtos industrializados da Europa e exportação de café, açúcar ou de produtos oriundos do extrativismo. O capital mercantil ganhou força e se desenvolveu de forma acelerada, não só no Rio de Janeiro e outras praças do litoral, como alcançou cidades do interior do país (ALENCASTRO, 1997, p. 35-40).

Contribuiu muito para esse processo o desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente da navegação a vapor e do telégrafo, que se combinaram para dar segurança e rapidez ao comércio, tornando, de fato, o mundo mais integrado.

Ajudaram também nesse processo o fim das chamadas Revoltas da Regência e a estabilidade que marcou a década de cinquenta do século XIX, chamada por alguns como a década de maior progresso do Império. Nessa mesma década foram promulgados o Código Comercial e a nova Lei de Terras, e

refundado o Banco do Brasil; um grande número de casas comerciais e de bancos foi criado, estimulado pela estabilidade política e pela conjugação dos fatores que apontamos (HOLANDA, 1995, p. 72-92).

Dessa forma, a província de Mato Grosso foi integrada aos circuitos do capital mercantil, então em plena expansão em escala internacional, da mesma forma que seus produtos puderam ter acesso mais rápido ao mercado externo. Essas mudanças se desenvolveram de forma intensa até as primeiras duas décadas do século XX, período em que a província (depois Estado, com a República) de Mato Grosso teve no capital mercantil o setor mais dinâmico de sua economia.

Com a abertura da navegação do rio Paraguai, o capital mercantil ganhou força em Mato Grosso e transformou a cidade de Corumbá no centro dinâmico da economia da província. Para isso contribuiu de forma decisiva a sua localização geográfica, situada no ponto de navegação mais elevado para embarcações de maior calado, que transportavam produtos originados ou destinados a outras regiões do Império e do exterior (principalmente da Argentina e do Uruguai). Também contribuiu a proximidade da fronteira com a Bolívia, com quem Corumbá desenvolveu importante fluxo comercial, bem como a instalação da alfândega (em 1861), o que tornou aquele porto fluvial o único da província onde era permitido o livre acesso às embarcações estrangeiras.[2]

A Guerra do Paraguai (1854-1870), que remeteu Mato Grosso de volta às dificuldades que o isolamento geográfico em relação ao litoral trazia, só ressaltou a importância da navegação pelo rio Paraguai para aquela província, bem como para o centro político do império brasileiro. Terminada a guerra, restabelecida a navegação do rio Paraguaio e o fluxo do capital mercantil para Mato Grosso, Corumbá rapidamente recuperou o seu lugar como centro dinâmico da economia da província.

Entre 1870 e fins dá década de 1910, Corumbá se colocou como uma espécie de empório da província de Mato Grosso, centralizando o seu comércio de importação e exportação. A importação era constituída de uma grande variedade de mercadorias: de tecidos a calçados, de ferragens a pianos e outros utensílios domésticos, de armamentos a máquinas e ferramentas para agricultura. A exportação era formada por um número reduzido de mercadorias, em sua maioria composta de produtos de extração animal e vegetal: peles de animais silvestres, poaia, mate e borracha. O gado vacum e seus derivados também era parte importante da pauta da exportação de Mato Grosso, efetuada pelo porto de Corumbá. Entre esses derivados se destacava o extrato de carne, fabricado no estabelecimento de Descalvados, situado no município de Cáceres, rio Paraguai acima, e exportado para a Europa a partir da instalação da fábrica, em 1883.

Para a retomada do desenvolvimento acelerado desse comércio de importação e exportação, com centralização em Corumbá, após a Guerra do Paraguai, contribuiu a reinstalação da alfândega, em 1872, e a permissão do livre acesso de embarcações de todas as nações ao porto daquela cidade. Antes de reinstalar a alfândega e como forma de estimular o comércio e a atividade econômica geral da província, desarticulada com a Guerra do Paraguai, o governo imperial isentou, em 1869, por um período de dois anos, a cobrança de impostos sobre os produtos importados pela praça de Corumbá. Tal isenção foi prorrogada até 1878 e estimulou fortemente o comércio centralizado naquela cidade (GARCIA, 2001, p. 101-106).

Também teve grande contribuição para o desenvolvimento comercial de Corumbá, principalmente após a Guerra do Paraguai, o estabelecimento, naquela cidade, de grandes contingentes militares do exército e da marinha do Brasil, que o governo imperial julgava serem importantes para manter a segurança daquela região de fronteira. Dessa forma, as casas comerciais da cidade ganharam um importante mercado consumidor para os produtos que vendiam. As tropas aquarteladas em Corumbá tornaram-se um mercado cativo para o comércio de importação e exportação da cidade, garantido pelo governo central.

Esse comércio de importação e exportação era em grande medida controlado por estrangeiros, com destaque para libaneses, portugueses e italianos (CORRÊA, 1980, p. 57-64). Contribuiu também para esse processo o desenvolvimento dos meios de comunicação, como a navegação a vapor e o telégrafo, permitindo que o comércio ganhasse amplitude, rapidez e segurança, dando-lhe grande dinamismo.

Nesse processo, também deve ser considerado o desenvolvimento econômico acelerado da Argentina no período tratado (GALLO; CORTÉS CONDE, 2010). Buenos Aires, localizada no estuário platino, se tornou a principal metrópole sul-americana na virada do século XIX para o século XX, e exerceu forte influência econômica, política e cultural sobre a região que era tributária dos rios da Prata, inclusive Mato Grosso.

Portanto, na origem do capital mercantil de Corumbá não se verificou um processo de diferenciação entre produtores e comerciantes, com estes últimos passando a explorar os primeiros em escala crescente.

Os comerciantes que chegaram primeiro a Corumbá com algum capital, ampliaram esse capital mais rapidamente. Foi o caso do português Manoel Cavassa, que chegou à cidade antes da Guerra do Paraguai e instalou a sua casa comercial. Mesmo tendo tido o seu estabelecimento destruído com a guerra, se restabeleceu rapidamente com o fim do conflito e transformou a sua casa comercial em uma das maiores da cidade.

No entanto, aqueles comerciantes que chegaram depois também tiveram oportunidade e não tiveram dificuldade em se estabelecer nessa atividade e crescer. Essa ausência de restrições para a instalação posterior pode ser explicada pelo contínuo crescimento do comércio de importação e exportação, o que permitia o acesso para todos à atividade e não colocava em risco a lucratividade dos que haviam chegado primeiro. Foram os casos de Francisco Mariano Wanderley e José Dulce, que se estabeleceram no ramo após a Guerra do Paraguai e se tornaram grandes comerciantes, sendo este último em São Luís de Cáceres, mas operando com grande desenvoltura também no mercado de importação e exportação de Corumbá.

Dessa forma, Corumbá se desenvolveu exercendo um verdadeiro monopólio comercial na província de Mato Grosso, permitindo aos comerciantes instalados naquela cidade a acumulação de capital em escala crescente e rápida, reinvestindo na própria atividade e em outros setores como a pecuária, o extrativismo e a agricultura, com a aquisição de grandes áreas de terra por parte desses comerciantes.

No entanto, no final da década de 1910 o comércio de importação e exportação de Corumbá passou a viver um refluxo econômico, com o capital mercantil deixando de ocupar o lugar que havia ocupado nas cinco décadas posteriores à Guerra do Paraguai. A cidade perderia o papel de empório comercial da região e o capital mercantil não teria mais a importância que teve no período anterior.

Se esse processo de acumulação de capital em Corumbá se desenvolveu de forma acelerada a partir da abertura da navegação do rio Paraguai, contando para isso com a contribuição de fatores importantes, como a localização privilegiada da cidade na zona limite, onde era permitida a navegação de embarcações de bandeira estrangeira e de maior calado, a alfândega, a aglomeração de instalações militares formando um amplo mercado local e a proximidade da fronteira com a Bolívia, torna-se instigante buscar uma explicação para os mecanismos com que esse capital mercantil se desenvolveu em Corumbá, com as características peculiares que teve. Torna-se ainda mais instigante buscar uma explicação para a regressão verificada a partir do final da segunda década do século XX, sem que a cidade de Corumbá conseguisse retomar o lugar de empório comercial de Mato Grosso, que desempenhara ao longo desses sessenta anos de prosperidade que o capital mercantil proporcionou à cidade. Essas questões não são novas na historiografia e as respostas a elas têm alimentado importante debate acadêmico, desde que Gilberto Luiz Alves (1984) publicou um ensaio discutindo algumas delas.[3]

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, cujos trilhos alcançaram Porto Esperança, localizada às margens do rio Paraguai, a cerca de noventa quilômetros de Corumbá, em 1914, é identificada como sendo o fator responsável pelo desaparecimento da força do comércio de importação e exportação da cidade. Essa estrada de ferro teria desviado o fluxo comercial, anteriormente direcionado para a região do Prata, para o Estado de São Paulo, então em franco desenvolvimento industrial e mercantil, impulsionado pela lavoura do café, operando dessa forma um certa "divisão regional do trabalho". Com isso, Corumbá teria perdido o seu papel de centro distribuidor e receptor de mercadorias que havia desempenhado até então (ALVES, 1984, p. 65-71).

A crise econômica internacional resultante da Primeira Guerra Mundial também é tida como outro fator importante para a decadência acelerada do comércio de importação e exportação de Corumbá, na medida em que reduziu de forma drástica o crédito e o fluxo de mercadorias, notadamente aquelas que foram utilizadas nas frentes de guerra, como alimentos, tecidos e ferragens. Por outro lado, durante a guerra, produtos tradicionais exportados por Corumbá, como a borracha, passaram a ser produzidos em outras regiões do mundo, enfraquecendo o movimento do comércio e do porto local. A exportação de extrato de carne, de charque e de outros produtos de origem bovina também entrou em refluxo, com a introdução em larga escala de novos métodos de conservação da carne, como o resfriamento e o congelamento, utilizados pelos modernos frigoríficos que estavam sendo construídos na região do Prata e em outras regiões do Brasil.

Gilberto Luiz Alves centra as suas explicações na fase de mudanças que o capitalismo estava passando naquele momento, transitando da fase concorrencial para a fase imperialista, segundo a formulação clássica de Lênin, amplamente citado por Alves. Nesse processo, o capital financeiro já estava em fase avançada de domínio e, em proveito próprio, estabelecia uma divisão internacional do trabalho no seio do qual o capital mercantil lhe estava subordinado e seria vítima de seu desenvolvimento.

Neste artigo tomaremos outro viés interpretativo, buscando discutir o capital mercantil que se desenvolveu em Corumbá como expressão de uma situação específica, proporcionada por um conjunto de características que se desenvolveram naquela região da fronteira oeste do Brasil, que deram feição própria a esse desenvolvimento.

No seu estudo clássico sobre o Mercantilismo, Eli Filip Heckscher (1983) desenvolveu algumas formulações para discutir esse sistema como mecanismo protecionista, de forma a compreendê-lo estruturalmente. Essas formulações de Heckscher foram desenvolvidas para um período diferente do que estamos tratando, tanto do ponto de vista histórico como econômico, qual seja, a transição do Feudalismo para o Capitalismo. No entanto, essas formulações devidamente adaptadas e tomadas em seu contexto podem nos ajudar a explicar a permanência de determinadas formações econômicas em estágios posteriores do desenvolvimento histórico e econômico para as quais foram formuladas. Entre essas formulações de Heckscher que nos interessam para o presente estudo, estão a política de Empório, de Abastecimento e a política Protecionista. Apesar dessas três formulações definirem uma política protecionista, elas são vistas a partir de interesses diversos, qual seja, do comerciante, do morador e do produtor das cidades, com cada uma dessas partes interessadas tendo uma posição diferenciada diante da mercadoria. Explicitemos resumidamente cada uma dessas políticas, segundo Heckscher.

A política do Empório consistia em "[...] Atenerse exclusivamente a no dejar pasar de largo las mercancías o el comercio con ellas por la ciudad correspondiente; o, lo que es lo mismo, convertir ésta en *depósito* (entrepôt, staple) de las mercancías en cuestión". A finalidade da política de Empório era alcançada por meio do chamado "comercio pasivo", que consistia, na explicação de Heckscher, em que "...los comerciantes

y la población de la ciudad de que se trataba hacían que los comerciantes de otros lugares y países trajesen a su mercado géneros y los llevasen de él, en vez de trasladarse ellos mismos a otros sitios para adquirirlos allí". (1983, p. 507). Da parte dos comerciantes, a política do Empório consistia sempre na valorização máxima do comércio e não da mercadoria em si.

Para Heckscher, um exemplo da aplicação da política de Empório foi aquele seguido pelo Antigo Sistema Colonial. Inaugurada pela Espanha e seguida zelosamente pela Inglaterra, consistia em fazer de um porto, localizado em uma cidade do país, o depósito que centralizava toda mercadoria importada ou exportada pela colônia. Foram os casos de Sevilha e depois Cádiz, na Espanha (Idem, p. 516).[4]

Argumentando que o princípio liberal de comprar no mercado o mais barato e vender no mercado o mais caro estava presente na política do Empório, e discutindo as relações contraditórias entre essa política e o liberalismo, Heckscher argumenta:

> Es cierto que, en realidad, la política de depósitos no era una política susceptible de ser aprobada por el liberalismo económico, puesto que tendía a crear monopolios tanto para las compras como para las ventas. Gracias a esta política, los monopolistas podían comprar *todavía* mas barato y vender *todavía* más caro de lo que hubieran podido hacerlo en un régimen de libertad de comercio. Pero esto, aunque encierre de por sí una importancia muy grande, no hace cambiar en lo más mínimo el hecho de que la actitud que la política de depósitos adoptaba entre las mercancías era la misma que preside todas las actividades económicas bajo el principio de la libertad comercial. En cuanto a sus fines, la política de depósitos era un monopolio a favor del lugar concreto de depósito *en conjunto*. (Idem, p. 517-518).

Ou seja, entre os comerciantes de uma mesma cidade, a política de Empório acabava por ter os mesmos efeitos que a política liberal do livre comércio. Dessa forma, a política de Empório não assegurava o atendimento das necessidades da população onde esta se assentava, mas seguramente os interesses dos seus comerciantes em conjunto. Portanto, era uma política que interessava a uma minoria da população das cidades, os comerciantes. Para estes, a cidade seria fundamentalmente um *centro comercial* (Idem, p. 502).

Analisemos agora outra formulação de Heckscher, a política de Abastecimento (abasto). Partindo da política de Empório, Heckscher diz que:

> Los directos de deposito no aseguraban las necesidades de consumo de las ciudades ni aun en aquellos centros que disfrutaban de tales privilegios, aunque la política de depósitos podían, naturalmente, combinarse con medidas orientadas en este sentido. Es indudable que los derechos de deposito abrían a las ciudades que gozaban de ellos la posibilidad de obtener "ganancias" y "beneficios". Y estas ventajas tenían necesariamente que traducirse en una mayor holgura en cuanto a la satisfacción de las necesidades de algunos de los vecinos de las ciudad; es decir, en un aumento de las mercancías consumidas por ésta.....
> ...El criterio que presidía la política de abastos era, por tanto, muy comprensible: interviniendo en el comercio realizado por encima de las fronteras de la ciudad o del país, se aspiraba a garantizar el abastecimiento de mercancías para el consumo interior en la mayor proporción posible. (Idem, p. 526.).

Dessa forma, a política de Abastecimento interessava em primeiro lugar à população da cidade, na medida que permitia o atendimento de suas necessidades de abastecimento de gêneros

de primeira necessidade. Mesmo que a política de Empório oferecesse vantagem aos comerciantes estabelecidos na cidade grandes, estas em nada significariam para os seus moradores se não lhes fossem garantido o abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Ou seja, a política de Empório não trazia vantagens para a maioria dos moradores de uma cidade se não fosse acompanhada também de uma política de Abastecimento. Portanto, para a maioria dos moradores das cidades, a política de Abastecimento é aquela que mais lhe interessava. Assim, para os seus moradores a cidade deveria se transformar em um *centro consumidor* (Idem, p. 504).

Por fim, analisemos a política Protecionista, com a formulação feita por Heckscher. Para ele, esta era uma política dominada pelos interesses dos produtores. Procurando precisar o significado que dava ao termo, Heckscher diz que:

> [...] No se trata, aquí, de saber si la autoridad dicta o no medidas para intervenir en la marcha de la economía, pues este rasgo es común, en realidad, a las tres orientaciones a que vimos refiriendo. La existencia de ingerencias de este género no es característica exclusivamente del proteccionismo. A lo que llamamos proteccionismo es a una determinada actitud con respecto a las mercancías, al fenómeno que denominábamos más arriba "miedo de mercancías" o "evangelio de la carestía". (Idem, p. 504).

Portanto, para os produtores tratava-se de criar mecanismos para que as cidades se transformassem em centros produtores de mercadorias destinadas a atender ao mercado, seja este local ou distante. Esses mecanismos poderiam ser os mais variados e as mercadorias produzidas deveriam ser rapidamente vendidas. Dessa forma, do ponto de vista dos produtores, a cidade deveria se transformar em um *centro de produção* (Idem, p. 502).

Seguindo essa linha de raciocínio, para Heckscher havia uma diferença fundamental na relação de comerciantes, de moradores e de produtores com a mercadoria. O sentimento dos comerciantes era de "indiferença diante da mercadoria", porque o seu objetivo era o controle do comércio e não da mercadoria em si. Para o morador haveria uma "fome de mercadoria", na medida em que quanto mais mercadorias houvesse, haveria maior garantia de que as suas necessidades seriam atendidas e por preços baixos. Já para o produtor, o sentimento dominante era de "medo da mercadoria", na medida em que desejavam sempre que as mercadorias que produzissem encontrassem mercado o quanto antes e não ficassem em suas mãos, estocadas. Esses três comportamentos definiam a reação desses três segmentos da população de uma cidade ou mesmo de um país diante da mercadoria. Definia também os seus interesses e como agiam em sua defesa (Idem, p. 503). Mesmo representando interesses diferentes, as três políticas expressavam protecionismo na etapa tipicamente mercantilista do Capitalismo.

É preciso reafirmar que tais formulações de Heckscher foram feitas com o objetivo de discutir a organização da economia e as ideias econômicas durante a transição do Feudalismo para o Capitalismo, na fase em que o processo de acumulação de capital se desenvolvia na esfera da circulação de mercadorias, portanto, na fase pré-industrial do Capitalismo, também chamada de Mercantilismo. A etapa que se abriu com a Revolução Industrial alterou esse processo e firmou a acumulação de capital na esfera da produção de mercadorias. É preciso registrar também que o próprio Heckscher é um crítico do termo capitalismo e da caracterização do período histórico que leva esse nome (DOBB, 1983, p. 3-10).

Por outro lado, a nascente burguesia europeia, que se desenvolveu entre os fins da Idade Média e a Idade Contemporânea, teve que ir criando progressivamente as condições para impor os seus interesses diante de uma nobreza que, durante todo o Mercantilismo, ainda se manteve como classe

dominante, exercendo firmemente o seu controle sobre o aparelho de Estado. As revoluções burguesas mudaram completamente essa situação e deram à burguesia o controle do aparelho de Estado, lhe permitindo impor os seus interesses ao conjunto da sociedade e em nome desta (ANDERSON, 1995, p. 15-57).

De qualquer forma, o desenvolvimento do capitalismo a partir da Revolução Industrial não deixou de conviver com formações econômicas típicas do período anterior, mesmo que estas tivessem curta duração ou sobrevivessem em condições muito particulares. Nada disso mudou o caráter geral do capitalismo como sistema econômico e social dominante, a partir de então. Chamando atenção a respeito dessa questão, Dobb diz que "[...] elementos importantes da cada nova sociedade, embora não forçosamente o embrião completo da mesma, acham-se na matriz da anterior, e as relíquias de uma sociedade antiga sobrevivem por muito tempo na nova". (1983, p. 10).

A partir dessa rápida reconstituição das formulações de Heckscher sobre o protecionismo, procuramos utilizá-las para discutir o caso do desenvolvimento do capital mercantil na província de Mato Grosso, centrado na cidade de Corumbá, entre 1858 e 1914, com o objetivo de explicar o seu desenvolvimento e o desaparecimento posterior.

Comecemos verificando a aplicação da política de Empório ao caso de Corumbá.

A cidade de Corumbá se estruturou inegavelmente como um centro comercial, principalmente depois da Guerra do Paraguai. As condições para isso se desenvolveram rapidamente antes do conflito e se mantiveram depois, como resultado da reunião de fatores naturais, geopolíticos e econômicos: ponto superior de navegação para embarcações de grande calado, porto alfandegado com autorização de acesso para navios de todas as bandeiras, proximidade com a Bolívia, um mercado consumidor cativo, representado pelas forças militares reunidas nos quartéis da cidade, além de porto de onde saiam e chegavam mercadorias para praticamente todas as cidades e pontos importantes da província de Mato Grosso.

Dessa forma, Corumbá se transformou em ponto terminal de mercadorias provenientes dos portos do litoral do Brasil e de outros países, principalmente da região do Prata, cujo desenvolvimento econômico se acelerava então. Essas mercadorias poderiam ser destinadas ao abastecimento da população da cidade, dos militares ali estacionados, assim como ser destinadas a outras cidades ou regiões da província de Mato Grosso, ou ainda destinadas à Bolívia, cuja fronteira estava próxima.

Ao mesmo tempo, Corumbá se converteu no ponto de chegada de mercadorias oriundas de toda a província de Mato Grosso e do oriente da Bolívia, destinadas a abastecer o mercado local ou direcionadas para outras regiões do Brasil ou do exterior.

O fato de ser porto alfandegado e privilegiado pelas condições naturais de navegação, fazia com que a quase totalidade das mercadorias destinadas ou originadas de Mato Grosso e do oriente da Bolívia transitassem por Corumbá. Dessa forma, o capital mercantil que se instalou em Corumbá ficou em posição privilegiada para atuar nas duas pontas da atividade comercial de importação e exportação, que se destinava ou que se originava dessa ampla região.

Essa posição privilegiada foi potencializada pelos comerciantes de Corumbá, que rapidamente passaram a exercer diretamente a sua influência na vida política da cidade, lhes permitindo ter a tranquilidade para exercerem plenamente a sua atividade, sem que fossem ameaçados por interesses estranhos aos seus (CORRÊA, 1980, p. 103). Aqui também há uma diferença fundamental com aquela situação descrita por Dobb, que se desenvolveu entre os comerciantes no Mercantilismo. Enquanto os primeiros necessitaram se organizar corporativamente nas guildas comerciais e, depois, no nível do poder público municipal para exercer influência decisiva sobre os rumos do comércio nas cidades, na medida em que tinham que enfrentar um outro poder político mais forte, representado pela nobreza, em Corumbá os interesses do

capital mercantil não necessitaram ser organizados inicialmente em nenhuma corporação classista (DOBB, 1983, 61-88). Os comerciantes puderam fazê-lo diretamente no plano político, na intendência municipal. Foi somente quando viram o seu poder político começar a ter competidores em potencial, os comerciantes se organizaram em uma associação comercial, já em 1910. Ainda assim, a Associação Comercial de Corumbá teve pouca representação na defesa dos interesses locais (CORRÊA, 1980, p. 109-110).

Por outro lado, a população da cidade não encontrou na Câmara Municipal de Corumbá, dominada pelos interesses dos comerciantes, qualquer ponto de apoio para as suas reclamações, quando estas se chocavam com os interesses dos comerciantes (Idem, p. 95).

Essa ausência de eco na reclamação dos moradores da cidade, que em diversos momentos tiveram que suportar processos de carestia e desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, com a fome e as doenças rondando a cidade, nos remete a outra formulação de Heckscher, a política de Abastecimento.

Em diversos momentos, durante a segunda metade do século XIX, a população de Corumbá e de toda a província de Mato Grosso teve que conviver com o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade, com epidemias de doenças, como a varíola, que provavelmente foram potencializadas pela fome. Antes mesmo da Guerra do Paraguai, em 1859, Mato Grosso sofreu um primeiro surto de carestia, decorrente da falta de alimentos. Independente das origens desses processos de desabastecimentos, o que nos interessa aqui é verificar o comportamento dos comerciantes diante deles, que significava a ausência de uma política de Abastecimento, portanto de uma preocupação com os interesses dos moradores da cidade, dos consumidores. [5]

Os comerciantes de Corumbá aproveitavam a carestia de alimentos e de gêneros de primeira necessidade, que ocorria de tempo em tempo, para promover alta de preços e, com isso, aumentar os seus lucros, o que provocava reclamações e protestos da população carente da cidade (CORRÊA, 1980, p. 95).

Ou seja, não havia por parte do poder público existente em Corumbá (local, regional ou nacional), qualquer política de Abastecimento que permitisse, conforme a formulação de Heckscher, atender aos interesses da população, dos consumidores. Ao contrário, sempre que podiam, nos momentos de carestia, os comerciantes da cidade exploravam essa população em benefício próprio, aumentando os preços dos produtos que vendiam no mercado local. Os consumidores, de seu lado, não possuíam condições de organização que lhes permitisse influenciar na vida política da cidade, fato este que lhes deixava nas mãos dos comerciantes de importação e exportação.

Quanto aos produtores, devemos fazer uma inflexão para melhor explicar o seu comportamento na cidade. Corumbá era uma cidade com pequena capacidade de produção, mesmo de gêneros alimentícios. A maior parte dos produtos consumidos na cidade vinha de outras regiões de Mato Grosso, com terras altas e mais apropriadas para a produção de alimentos. A pequena indústria alimentícia que se desenvolveu na cidade também era abastecida com matéria-prima originada de outras regiões ou do exterior.

Esse fato também dava aos comerciantes uma situação de proeminência sobre a produção, na medida em que, no período tratado, não se desenvolveu um processo de acúmulo de capitais no setor produtivo, que permitisse à cidade de Corumbá desenvolver um setor industrial próprio e crescente que, acumulando capital, iniciasse um processo de substituição de importações a partir de produtos mais simples, como os alimentícios, e que se desenvolvesse em direção aos produtos mais complexos. Com isso, os comerciantes não tiveram no setor produtivo um competidor que opusesse restrições às suas ações. Dessa forma, o setor produtivo de Corumbá estava, de fato, localizado fora da cidade, em outras regiões de Mato Grosso e do oriente da Bolívia, e se subordinava, direta ou indiretamente, ao comércio daquela

cidade, sendo-lhe tributário ou mesmo parte complementar de suas atividades. Ressalte-se que uma parte do comércio de importação e exportação de Corumbá progressivamente também passou a investir nas atividades de produção, principalmente extrativa, em que a exportação do produto era altamente compensatória naquele momento, como foram os casos da poaia e, principalmente, da borracha, a partir do final do século XIX.

Assim, o comércio de importação e exportação se desenvolveu explorando toda a região da fronteira oeste do Brasil e parte do oriente da Bolívia, submetendo os consumidores e a produção dessas regiões aos seus interesses.

Mas examinemos ainda a condição fundamental que dava aos comerciantes de importação e exportação de Corumbá vantagens diante de outros setores. A navegação pelo rio Paraguai era o fator natural mais importante para o controle do comércio de importação e exportação exercido pelos comerciantes de Corumbá; de seu desenvolvimento, regularidade e custo dependia o comércio da cidade. Pode-se dizer que esse foi o fator determinante porque, nas condições da época, somente através do rio Paraguai é que as mercadorias importadas poderiam chegar ao mercado consumidor da província de Mato Grosso e do oriente da Bolívia, com volume, prazos e condições razoáveis para serem consumidas. Da mesma forma, somente através do rio Paraguai a província tinha condições de exportar os produtos que sua indústria extrativa obtinha, em condições de volume e preço que o mercado internacional exigia. Os comerciantes de importação e exportação de Corumbá eram os intermediários nesse processo, se comunicando com os produtores de mercadorias de outras regiões do Brasil ou do exterior para obterem o seu fornecimento e, em outro sentido, fazendo os contatos com os eventuais compradores de produtos que a pecuária, a agricultura e a indústria extrativa de Mato Grosso precisavam exportar. E o faziam se utilizando da navegação do rio Paraguai, meio de comunicação que lhes permitia ter um amplo controle do comércio de importação e exportação. Tomando como referência a política de Empório, formulada por Heckscher, observamos que os comerciantes de Corumbá pouco se importavam com a mercadoria em si, com sua origem ou com seu destino; se importavam com a sua compra e com a sua venda, processos que lhes permitia tirar o máximo de lucro. A presença de alfândega em Corumbá, de porto acessível a embarcações maiores, dava ainda aos comerciantes da cidade a vantagem de poder comprar seus produtos no atacado, por preços menores, e vendê-los com preços que lhes parecessem mais vantajosos; não raras vezes, como vimos, de forma abusiva, se aproveitando inclusive da carestia e da fome, quando obtinham maiores lucros.

Para alavancar ainda mais as suas atividades, algumas casas comerciais de Corumbá também possuíam embarcações próprias para o transporte de mercadorias e de passageiros, como a casa comercial Cavassa. A posse de embarcação própria permitia ao comerciante de importação e exportação uma grande vantagem, na medida em que poderia comprar a preços mais vantajosos os produtos diretamente do produtor das cidades menores e de pequenos centros produtores do campo. Em sentido contrário, poderia lhes vender produtos importados a preços também mais vantajosos, lucrando nos dois processos.

Outro fator que ajuda a explicar o desenvolvimento do comércio de importação e exportação de Corumbá foi o desenvolvimento da pecuária e da economia extrativa da poaia, do mate e da borracha, estes dois últimos, principalmente, a partir do final da Guerra do Paraguai.

A poaia é uma planta de uso medicinal, cujo uso se tornou conhecido a partir do final do século XVIII. Utilizada pela indústria farmacêutica, era encontrada basicamente nos afluentes superiores direitos do rio Paraguai. Vila Maria, depois São Luiz de Cáceres, cidade localizada na margem esquerda do rio Paraguai, acima de Corumbá, se desenvolveu, ainda na primeira metade do século XIX, como centro de extração e comércio de poaia. Com a

instalação da alfândega em Corumbá, este porto passou a centralizar a exportação do produto, que estava entre os mais importantes na pauta de exportação da província de Mato Grosso, somente entrando em decadência no final do século XIX.

A pecuária, ao contrário da poaia, seguiu um curso crescente no período, se desenvolvendo intensamente na região sul de Mato Grosso, principalmente no Pantanal, com a criação extensiva de gado em grandes fazendas, a partir de meados do século XIX. Essa atividade ajudou o desenvolvimento do comércio de importação e exportação, com a constituição de um crescente mercado consumidor para os produtos importados, como ferragens, equipamentos agrícolas e de montaria, além de se constituir como fornecedor de couro, de chifres e de matéria-prima para a fabricação de charque, de extrato de carne e de outros produtos de origem vacum, exportados pelo porto de Corumbá. O desenvolvimento da pecuária na região sul de Mato Grosso estimulou a formação e o desenvolvimento de novos núcleos urbanos naquela região, alguns ligados diretamente a Corumbá por via fluvial, como foi o caso de Miranda. Outro núcleo urbano fundado nesse período e que estava voltado para a pecuária, foi Campo Grande, que mais tarde arrebataria de Corumbá o lugar de centro dinâmico de Mato Grosso, quando essa atividade econômica superou o comércio de importação e exportação.

A indústria extrativa do mate se constituiu de forma localizada na região sul da província de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai. O seu desenvolvimento se deu através da concessão de sua exploração para companhias monopolísticas e perdurou mais de cinquenta anos, superando o período que estamos tratando. O mate, extraído no sul de Mato Grosso, era exportado principalmente para a Argentina, onde era processado e vendido para o consumo. A exportação de mate abriu também a região sul de Mato Grosso para o comércio de Corumbá, mas de forma limitada, na medida em que o seu escoamento para exportação se dava através da vila de Porto Murtinho, onde foi constituído um porto alfandegado específico para esse fim.

A extração da borracha se dava fundamentalmente no noroeste da província de Mato Grosso, na região amazônica, se desenvolvendo inicialmente na fronteira com a Bolívia, facilitada pela navegação nos rios da região, usados como porta de entrada e de transporte. Apesar da exportação da borracha originada da Amazônia se direcionar majoritariamente para os portos de Belém e depois de Manaus, a existência de alfândega em Corumbá, de casas comerciais que mantinham contato com compradores no exterior e que atuavam também como fiadoras de seringueiros que trabalhavam naquela região extratora, fez dessa cidade de Mato Grosso também um centro exportador de borracha. Por outro lado, a atividade extratora da borracha, cuja característica é ser de extrema especialização, com o seringueiro se dedicando exclusivamente à atividade, fazia com que esta também se desenvolvesse como mercado consumidor para o comércio de importação e de exportação (GARCIA, 2009, p. 43-52).

O desenvolvimento desses novos setores produtivos na província de Mato Grosso, a partir da Guerra do Paraguai, ajudou de maneira direta no grande desenvolvimento do comércio de importação e exportação de Corumbá, que alcançou apogeu na virada do século XIX para o XX, justamente no momento em que a pecuária e a extração da borracha estavam em pleno desenvolvimento, o que mostra as ligações o comércio e essas atividades produtivas.

Por fim, não podemos deixar de registrar a grande concentração de militares estacionados em Corumbá e em outras cidades de Mato Grosso após a Guerra do Paraguai, com forte impacto financeiro na combalida economia da província e se transformando em grande mercado consumidor para os produtos importados pelo porto da cidade. Os gastos com a construção de instalações militares e com a manutenção da tropa estacionada em Corumbá e em outras cidades se constituíram, assim, em fator importante para o desenvolvimento do comércio de importação e

exportação de Corumbá (GARCIA, 2001, p. 101-102).

Todo esse processo alcançou o seu momento de máximo desenvolvimento na virada do século XIX para o século XX. O relatório do intendente da cidade, em 1910, diz:

> A cidade augmenta de maneira extraordinária. A população cresce descummunalmente. As construções prediaes se realizam por centenas. O commercio expande-se e multiplica-se vertiginosamente. As pequenas industrias merecem já menção especial e tendem a acompanhar a marcha célere do desenvolvimento dos demais ramos da actividade. Em conseqüência disso a fortuna particular vai também crescendo n'uma correspondente proporção. Ao lado de proletários, trabalhadores de todos os officios, entram igualmente letrados, homens de commercio, industrialistas e muitos portadores de capitães. Tudo isso é expontaneo, provem de nossa boa situação geographica, resulta da facto de que Corumbá é e será em todos os tempos o entreposto commercial mais importante do Estado. (apud CORRÊA, 1980, p. 104).

Podemos ver nesse relatório do intendente municipal de Corumbá o clima de euforia reinante entre os comerciantes, as fortunas que adquiriam, claramente explicitadas, e a expectativa quanto ao futuro da cidade, "o entreposto commercial mais importante do Estado".

Esse quadro nos permite agora responder se as políticas de Empório, de Abastecimento e Protecionista, segundo as formulações de Heckscher, se desenvolveram em Corumbá no período dominado pelo comércio de importação e exportação.

A partir dos elementos que apontamos, é visível que, tanto a política de Abastecimento como a Protecionista, não se efetivaram no período tratado. A única política protecionista que efetivamente se estabeleceu foi a de Empório, ou seja, aquela política protecionista que beneficiava fundamentalmente os comerciantes que atuavam no setor de importação e exportação. Mesmo que a população da cidade fosse beneficiada indiretamente pelo desenvolvimento do capital mercantil, este procurava garantir, em primeiro lugar, os seus interesses, ou seja, o fluxo de mercadorias, a compra e a venda.

Dessa forma, torna-se compreensível que o poder público de Corumbá, cuja intendência esteve a maior parte do tempo sob a influência ou controle dos comerciantes da cidade, minimizasse os problemas de abastecimento, carestia, fome e doenças vividos pela população. Os comerciantes se aproveitassem dos momentos de falta de gêneros de primeira necessidade e de alimentos, para aumentar os preços e garantir maiores lucros com seu comércio, ignorando os problemas da população.

Por outro lado, os produtores eram personagens completamente ignorados pelos comerciantes, visto que estavam em desvantagem permanente diante dos comerciantes, tanto para a venda de seus produtos, alguns destinados à exportação, como para a compra de produtos importados. Em ambas as transações, o produtor ficava nas mãos dos comerciantes, já que estes tinham informações dos preços no mercado local e no exterior, assim como acesso ao sistema alfandegado, ao transporte por embarcações, originado ou destinado às outras regiões do Brasil ou do exterior, e poderiam ainda reunir mercadorias vendidas para vários produtores, ou compradas de vários destes, importando ou exportando em grande escala, barateando custos. Dessa forma, a maior parte dos lucros acabava nas mãos dos comerciantes de importação e exportação, em detrimento dos produtores, cujos interesses eram pouco considerados.

Podemos concluir, então, que a política de Empório foi a única política protecionista que vigorou plenamente no comércio de importação e exportação de Corumbá. Dessa forma, exercendo pleno controle sobre a circulação de mercadorias destinadas ou

originadas da província de Mato Grosso e do oriente da Bolívia, os comerciantes de Corumbá puderam desenvolver plenamente a sua acumulação de capital, sem serem incomodados por cerca de cinquenta anos. Como chamou atenção Heckscher, a política de Empório permitia ao comerciante ganhar na compra e na venda, mantendo uma posição de indiferença diante da mercadoria em si, se importando somente com o seu fluxo. O comerciante de importação e exportação de Corumbá praticava, nesse sentido, uma política tipicamente mercantilista, protegidos por dois fatores básicos que se completavam: a navegação fluvial livre a embarcações de todas as bandeiras até o porto alfandegado da cidade, ponto intermediário de compra e venda onde exercia o seu domínio, sem concorrentes. Dessa forma e segundo as formulações de Heckscher, a cidade de Corumbá era vista, pelos comerciantes de importação e exportação ali instalados, fundamentalmente como um centro comercial. Essas condições básicas não só ajudam a explicar o rápido crescimento do comércio de importação e exportação de Corumbá, com o enriquecimento dos comerciantes que atuavam nesse setor, como ajudam a explicar a sua decadência, com a inauguração da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a partir de 1914.

Agora que montamos o sistema, vamos discutir a sua crise, procurando identificá-la na estrutura desse sistema, a partir do que desenvolvemos até agora.

Como apontamos anteriormente, o capital mercantil de Corumbá alcançou seu máximo desenvolvimento na virada do século XIX para o século XX. Esse período de esplendor foi expresso na riqueza material dos comerciantes da cidade, aparecendo na arquitetura das suas grandes casas comerciais, cada vez mais sofisticadas e seguindo modelos europeus (CANCIAN, 2006, p. 119-213), ou no patrocínio para a edição do *Álbum Graphico do Estado de Matto-Grosso* (Ayala e Simon, 1914), uma publicação propagandística de Mato Grosso, visto sob a ótica das casas comerciais de Corumbá e suas congêneres de Cáceres, Cuiabá e Miranda, que também atuavam no comércio de importação e exportação. Nesse momento, para os comerciantes de Corumbá, um futuro esplendoroso estava aguardando a cidade. No entanto, ele não chegaria. Ao contrário, logo em seguida viria a decadência e o desaparecimento da maioria das casas comerciais. O capital mercantil de Corumbá encontraria lentamente o seu fim.

Talvez já prevendo o impacto que a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil poderia trazer para o comércio de importação e exportação de Corumbá, o *Álbum Graphico de Matto-Grosso* traz um longo artigo intitulado "Coveniencia do Estudo da Viação de Matto-Grosso", que faz uma vigorosa defesa da navegação fluvial, principalmente através do rio Paraguai, exaltando o seu baixo custo e colocando as ferrovias como meio de transporte complementar. Diz tal artigo:

> As grandes artérias commercies futuras de Matto-Grosso serão inevitavelmente constituídas, na quase totalidade de sua enorme kilometragem, por meia-duzia de notáveis systemas fluviaes que convergem para o Amazonas e o Prata.
> As estradas de ferro, no seo vasto território, nunca serão grandes troncos commerciaes de primeira ordem, antes poderosos auxiliares do trafego d'essas artérias. (AYALA; SIMON, 1914, p. 126).

Em seguida, o artigo faz uma longa discussão sobre as vantagens econômicas da navegação fluvial, em suas mais diversas possibilidades, em comparação com a alternativa das vias férreas, nas ligações de Mato Grosso com o litoral atlântico. O rio Paraguai é colocado em destaque, pelas facilidades e menores custos, se comparado com a opção de ligação, por ferrovia, com o porto de Santos, no transporte de mercadorias (Idem, 126-139).

Independente da justeza dos argumentos quanto aos custos comparativos de transporte ferroviário ou por navegação, presentes nesse artigo, de fato, a preocupação se localizava na retirada da exclusividade da navegação pelo rio Paraguai como meio de

acesso aos mercados do Brasil e do exterior, o fator central que havia permitido, até então, o controle do comércio de importação e exportação pelos comerciantes de Corumbá.

Em 1914 foi inaugurada a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Essa estrada de ferro tinha sido projetada inicialmente para ligar o estado de São Paulo a Cuiabá, a capital de Mato Grosso. Era um dos vários traçados presentes nos Planos de Viação do Brasil, que se projetavam para que Mato Grosso pudesse sair da situação de dependência das vias de transporte fluvial platinas. Por traz desses planos de viação e seus diferentes traçados estavam questões de ordem geopolítica, relacionadas à fronteira oeste e às disputas envolvendo o Brasil e a Argentina, cuja rivalidade diplomática estava em pleno auge nesse momento (GARCIA, 2009, p. 195-221).

A estrada de ferro, que foi iniciada em Bauru, no estado de São Paulo, teve o seu traçado alterado durante a sua construção, passando a ter como seu ponto terminal a cidade de Corumbá, de onde se projetava a sua continuidade em território boliviano, como parte de uma ligação interoceânica, ligando o porto de Santos, no oceano Atlântico, a algum ponto do oceano Pacífico. Apesar de estar projetada para ter como ponto final a cidade de Corumbá, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil acabou chegando apenas a Porto Esperança, às margens do rio Paraguai, cerca de noventa quilômetros abaixo daquela cidade. A ferrovia chegou a Corumbá somente em 1953. [6]

Dessa forma, fatores extra econômicos, relacionados à geopolítica nacional, foram determinantes na ligação ferroviária entre Porto Esperança, às margens do rio Paraguai, e o estado de São Paulo. No entanto, esses fatores tiveram impacto direto sobre o comércio de importação e exportação de Corumbá.

A partir desse momento, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil não se constituiu somente como uma via alternativa de transporte de mercadorias para a região da fronteira oeste, tanto para o seu abastecimento como para a compra de seus produtos. Mais do que isso, a ferrovia rapidamente se mostrou um poderoso elemento dissolvente do conjunto de fatores que fizeram de Corumbá um Empório, tal como havia formulado Heckscher, contribuindo decisivamente para retirar da cidade o seu caráter de ponto de passagem obrigatório de mercadorias que se destinavam ou que se originavam da região da fronteira oeste do Brasil e do oriente da Bolívia, e que iam ou vinham pelo rio Paraguai. Com a Ferrovia Noroeste do Brasil, o rio Paraguai e a alfândega de Corumbá perderam todo o poder que possuíam, de serem fatores determinantes para que o comércio de importação e exportação da cidade exercesse, de forma praticamente exclusiva, o controle desse fluxo de mercadorias.

Ao mudar o fluxo de mercadorias da região do Prata para o estado de São Paulo, a Ferrovia Noroeste do Brasil feriu de morte o comércio de importação e exportação de Corumbá, lhe retirando, naturalmente, a condição de Empório da fronteira oeste do Brasil. Analisemos mais detidamente esse processo com uma rápida reconstituição do sistema.

A abertura da navegação do rio Paraguai, em meados do século XIX, permitiu que essa via se transformasse em canal através do qual se desenvolveu, de forma crescente, um fluxo de mercadorias originadas de outras regiões do Brasil e, principalmente, do exterior, que se destinavam a abastecer a região da fronteira oeste do Brasil e parte do oriente da Bolívia. Esse processo foi facilitado pela instalação da alfândega em Corumbá, porto que se tornou acessível a embarcações de todas as bandeiras. Ao mesmo tempo, em sentido contrário, esse canal se transformou em via de escoamento de produtos primários daquela região, destinados principalmente ao mercado internacional. Essas condições fizeram de Corumbá uma espécie de ponto de passagem obrigatório para entrada e saída de mercadorias para a região da fronteira oeste, um Empório segundo a formulação de Heckscher. Os comerciantes que ali se estabeleceram tiveram condições de operar de maneira monopolista no comércio de importação e exportação, pouco se importando com a situação dos moradores da cidade ou com os produtores. Nessas condições, puderam acumular uma soma

crescente de capitais e se enriquecerem rapidamente. Esse foi a sistema em sua montagem. Agora, verifiquemos como ele foi desmontado.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil retirou do rio Paraguai a exclusividade no transporte de mercadorias, criando uma alternativa à navegação e enfraquecendo-a. Retirou ainda a exclusividade da alfândega de Corumbá no controle da entrada e sápida de mercadorias da região, originadas ou destinadas ao exterior. Ao desviar de forma crescente e rápida o fluxo de mercadorias para São Paulo, a estrada de ferro também acabou com a necessidade de se passar pela alfândega de Corumbá, já que as mercadorias importadas, que entravam ou saiam pelos portos de Santos ou do Rio de Janeiro e se destinavam ou saiam da fronteira oeste, passaram a ser despachadas nas alfândegas daqueles portos. Outro fator que começou a pesar de forma crescente foi a concorrência de mercadorias que a nascente indústria de substituição de importações do Brasil estava lançando, que passaram a substituir os produtos importados, principalmente na área alimentícia, de vestiário e de ferragens (CANO, 1990, p. 121-250; SUZIGAN, 1986, p. 116-344). O maior centro industrial do Brasil estava no sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro), de onde poderiam ser vendidos para a fronteira oeste, alcançada pela Ferrovia Noroeste do Brasil, e não pelo rio Paraguai.

A ferrovia também abriu aos produtores da fronteira oeste do Brasil um mercado mais amplo, não só para os produtos de origem extrativa, como a poaia, mas principalmente para a pecuária, então em franco desenvolvimento, que passou a ter nos frigoríficos que estavam se instalando no estado de São Paulo um grande mercado consumidor para o seu gado. Com isso, passaram a vender diretamente para os consumidores, representados pelos frigoríficos, sem a intermediação dos comerciantes de Corumbá. É expressão desse processo o florescimento da vila de Campo Grande, localizada às margens da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que se desenvolveu como centro de criação e comércio de gado vacum, destinado a alimentar os abatedouros e frigoríficos de São Paulo. A partir da década de 1920, Campo Grande substituiu Corumbá como centro dinâmico de Mato Grosso, galvanizando a economia da região (QUEIRÓZ, 2004, p. 379-394; 505-523).

Ao redirecionar o fluxo mercantil para a região sudeste do Brasil, em detrimento da região do Prata, por onde transitava até então, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil também permitiu o estabelecimento de relações comerciais diretas com essa região brasileira, em detrimento dos comerciantes de Corumbá. As novas aglomerações urbanas que se estabeleceram ou se desenvolveram ao longo da ferrovia ou próximas a ela, estimuladas pela pecuária (Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Três Lagoas), passaram a ter relações diretas com o comércio de São Paulo, de quem se tornaram tributárias, e não mais com Corumbá, que rapidamente perdeu a importância que possuía até então.

Dessa forma, o Empório representado pela praça de Corumbá se dissolveu, como consequência da retirada das condições que permitiram o seu estabelecimento. Mesmo que Corumbá ainda tivesse permanecido como um centro comercial importante, a partir daí o capital mercantil instalado na cidade não teria mais a força que possuía até então. Parte desse capital mercantil se retirou para outras praças, ou foi redirecionado para outras atividades, como a pecuária, que ganhava força naquele momento (CORRÊA, 1980, p. 101).

O exemplo representado pelo desenvolvimento do capital mercantil em Corumbá, entre meados do século XIX e a década de 1910, nos permite concluir que, sob determinadas condições, é possível a reprodução de formações econômicas tipicamente mercantilistas, portanto, atrasadas, em estágios já avançados no desenvolvimento do capitalismo. No entanto, assim que forem restabelecidas as condições normais de competição, típicas desse capitalismo avançado, essas formações econômicas atrasadas perdem as condições de funcionamento e desaparecem, restabelecendo a concorrência.

Retomando o debate acerca das razões para a decadência do capital mercantil de Corumbá ao final do período tratado, parece claro que é difícil afirmar que se tratou de uma formação econômica avançada. Ao contrário, esse capital mercantil representou uma espécie de hiato nas características gerais no desenvolvimento do capitalismo naquele momento, somente possível por conta da existência, naquela região, de um conjunto de características bem específicas. Portanto, era uma formação econômica atrasada e frágil, típica do Mercantilismo, já superado pelo capitalismo que, naquele momento, já transitava para a sua etapa imperialista. No entanto, assim que as características gerais se restabeleceram, esse capital mercantil de caráter monopolista desapareceu.

No estudo de casos semelhantes ao de Corumbá, objeto do presente artigo, ganha importância as formulações que ajudam a entender os mecanismos de funcionamento da economia mercantilista em seu processo de formação, como aquela desenvolvidas por Eli Filip Heckscher, desde que devidamente adaptadas e considerando cada situação em suas especificidades.

NOTAS

[1] Sobre as mudanças na economia internacional nesse período ver Eric Hobsbawm. A Era do Capital: 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. P49-86.

[2] Nesta discussão me beneficio largamente do trabalho acadêmico pioneiro sobre Corumbá, de Lucia Salsa Corrêa, do qual me abasteço de dados e informações. Lúcia Salsa Corrêa: Corumbá: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920). 1980. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[3] Sobre esse debate ver Paulo Roberto Cimó Queiroz. Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 14, n. 27, p. 128-156, jan./jun. 2008.

[4] Ibid. P. 516.

[5] A carestia e a fome estiveram presentes em diversos momentos do período tratado em Mato Grosso, aparecendo já em 1859, um ano depois da abertura à navegação do rio Paraguai, e se desenvolvendo com períodos de maior ou menor intensidade conforme a situação. Ver a respeito Domingos Sávio da Cunha Garcia, op. cit. p. 32-33. Lúcia Salsa Corrêa. Op. cit., p. 89-97.

[6] Um amplo estudo sobre a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil está em Paulo Roberto Cimó Queiroz. Uma Ferrovia entre dois mundos. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Baurú, SP, EDUSC; Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2004.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In. Luiz Felipe de Alencastro (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Império. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

ALVES, Gilberto Luiz. Mato Grosso e a História (1870-1929): ensaio sobre a transição do dominio económico da casa comercial para a hegemonia do capital financiero. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, nº 6, p.5-81, 2º sem. 1984.

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

AYALA, S. Cardoso & SIMON, Feliciano. **Álbum Graphico do Estado de**

Matto-Grosso. Hamburgo – Corumbá: 1914

CANCIAN, Elaine. **A cidade e o rio**. Escravidão, arquitetura e a invenção da beleza – o caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

CORRÊA, Lúcia Salsa: **Corumbá**: um núcleo comercial na fronteira de Mato Grosso (1870-1920). 1980. 158 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

COSTA, Wilma Peres. **A espada de Dâmocles**. O Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império. São Paulo; Campinas: Hucitec, EdUNICAMP, 1996.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Trad. Manoel do Rêgo Braga. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

GALLO, Ezequiel & CORTÉS CONDE, Roberto. **Historia argentina** 5. La república conservadora. 2. ed. Buenos Aires: Paidós, 2010.

GARCIA, Domingos Savio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889)**: uma província na fronteira do Império. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

_____ **Os belgas na frontera oeste do Brasil**. Brasilia: FUNAG, 2009.

HECKSCHER, Eli Filip. **La época mercantilista**. Historia de la organización y las ideas económicas desde el final de Edad Media hasta la Sociedad Liberal. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

HOBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**: 1848-1875. Trad. Luciano Costa Neto. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma Ferrovia entre dois mundos**. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20. Baurú, SP: EdUSC; Campo Grande, MS: EdUFMS, 2004.

_____ Revisitando um velho modelo: contribuições para um debate ainda atual sobre a história econômica de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v. 14, n. 27, p. 128-156, jan./jun. 2008.

SUZIGAN, Wilson. **Industria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

O IMPULSO ORNAMENTAL DA AUTOESTRADA

Suzana Guimarães
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT.
Doutora em História pela PUC/RS.
Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
suzanaguimaraes@rocketmail.com

RESUMO

A obra do artista plástico Alcides Pereira dos Santos (BA 1932 Rui Barbosa - São Paulo SP 2007) foi produzida numa época em que o governo ditatorial dispunha dos mais variados aparatos informativos para convencer sobre o fato de que todos brasileiros participavam da construção do *Brasil grande potência*. Embora esta questão seja importante no contexto de inserção da obra, é instigante, para uma historiadora, indagar o fazer artístico a partir de uma perspectiva criadora, na qual a imagem abriga diferentes temporalidades, memórias, repetição.

Palavras-chave: Processo de percepção. Livro didático. Sensação visual. Alcides Pereira dos Santos.

ABSTRACT

The work of the artist Alcides Pereira dos Santos (BA 1932 Rui Barbosa - São Paulo SP 2007) was produced in a period when the dictatorial government had one of the most diverse informative devices to convince that all Brazilians participated in the construction of *the great power Brazil*. Although this might be a very important issue in the context of insertion of the work, it is exciting for a historian to investigate the artistic doing from a creative perspective, in which the image holds different temporalities, memories, repetition.

Keywords: Process of perception. Textbook. Visual Sensation. Alcides Pereira dos Santos.

HISTÓRIA E IMAGEM

Desde a segunda metade do século XX, o desejo da e pela imagem, assim como a presença obsessiva das mesmas (advindas de diversos meios) na vida cotidiana, ampliando, inclusive, a noção de texto, tornam cada vez mais necessário e instigante inquirir a trama discursiva em que se cruzam história e imagem. É consenso que vivemos uma época em que as imagens — seja como linguagem, artefato ou prática social — delimitam, legitimam, produzem sentidos, enfim, definem também as relações sociais e contribuem para a construção do saber histórico. Portanto, o conhecimento historiográfico, simplesmente, não pode desprezar a linguagem visual funcionando como máquina[1] produtora de um real.

De todo modo, é certo que essa interação entre história (e outros setores das ciências humanas, como a história da arte) e os artefatos audioimagéticos, iniciada mais efetivamente em finais dos anos sessenta, ao mesmo tempo em que criou uma necessidade de reformular os conceitos de método, objeto e documento, ampliou e enriqueceu seu campo de estudo, tornando-o, consequentemente, mais complexo. Por isso, em meio à multiplicidade de abordagens historiográficas existentes entre as imagens e a história, uma questão coloca-se: não se pode dizer que escrever com a imagem pictórica ou a imagem cinematográfica, por exemplo, seja da mesma natureza que escrever com documentos textuais tais como relatórios, atas, jornais etc.

A história frequentemente tem sido acusada — no limite — de operar com as imagens de forma ilustrativa ou de usá-las como suporte para compreender um contexto sociopolítico. A princípio, em ambos os casos, a imagem estaria exercendo uma função complementar ou subordinada. Essa acusação não é de todo falsa, se lembrarmos que a história ascendeu ao estatuto de ciência (final do século XIX) sacralizando o documento escrito como garantia de uma suposta neutralidade científica, "em prol do fortalecimento de uma ciência que, exceto nos discursos, em nada era imparcial", como nos elucida Cristiane Nova (2000, p. 143). Embora teoricamente os estudos sobre essa relação tenham avançado, muitos (notadamente os historiadores e críticos de arte) ainda reprovam a conduta metodológica da história, que insiste em tratar a linguagem visual ignorando sua especificidade. Quais sejam: os aspectos propriamente formais — em suas mais distintas definições — da imagem plástica, e a existência do sujeito criador que aparece, mas de forma secundária nas análises históricas.

Não digo que tais críticas não sejam pertinentes, porém acredito que seja mais interessante fugir dessa dicotomia construída entre história e história e crítica da arte invertendo a perspectiva e colocando a questão em outros termos. Primeiro, é preciso reconhecer que o deslocamento do conceito do referente imposto pelo pós-modernismo implicou em uma mudança de registros na maneira com que percebemos a nós mesmos e aos outros.

Os modos de experiências fundamentam-se agora na impressão indireta dos acontecimentos invocada para nós pela mídia, pelo cinema, imprensa, publicidade e meios digitais, produzindo novas formas de significar. Segundo, esse aplainamento do significado colocou em crise certos fundamentos que se acreditavam intrínsecos, como, por exemplo, a relação hierárquica entre o sujeito que conhece (saber disciplinar ou interdisciplinar) e o objeto que é conhecido (tendo no *híbrido* o limite daquilo que é conhecido, como aponta Walter Mignolo (2003, p. 42), a definição do conceito de identidade, do sujeito, do que seja arte, história, enfim uma crise geral instalou-se na sociedade como um todo.

Mas estar em crise é nossa máxima verdade, nos diz o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior (2010), "Porque, em princípio somos nada e ninguém é". Necessitamos, portanto, incessantemente inventar sentidos para nossas vidas, seja como individualidades, seja como coletividades. A cada momento histórico tornamo-nos outro refeito, revisado, desdobrado, para em seguida constatarmos que ainda não é essa nossa definição definitiva.

Concordo com Albuquerque Júnior quando diz que não há outra saída senão a de aprendermos a viver em desassossego, e isso

não é necessariamente ruim, o lado positivo é que sempre teremos a oportunidade de nos reinventarmos. Decorrente disso, todo ato de pensar exige enfrentar o incômodo e mal-estar que nos invade quando as forças do ambiente em que vivemos, e que são constitutivas de nossa subjetividade, criam novas combinações, instalando diferenças e problemas ao que conhecíamos como familiar e confortável.

Como primeira preocupação, o objeto de discussão desse artigo procura questionar os procedimentos em torno da criação artística popular referente à pintura figurativa do artista Alcides Pereira dos Santos. Pela consagração de certas leituras feitas sobre o trabalho do artista, preponderantes até hoje, foi impossível ignorar a construção recorrente de um tipo de análise interpretativa que condicionou sua produção imagética ao exercício das regras da figuração que (obrigatoriamente) implicavam em narrar uma história, representar algo, fazer como.

Penso que a prática imagética possa, de alguma forma e em algum momento, vincular-se e estar contaminada, por exemplo, por um discurso identitário, como foi o caso do movimento "Arte na Rua", produzido em Cuiabá-MT nas décadas de 1980 e 1990. Ainda que essa produção pictórica encontrasse outras possíveis conexões, no que se refere a sua exibição nos espaços públicos, os artistas propuseram-se a fazer uma pintura identificada com o povo cuiabano.

Nessa pintura predomina certo repertório iconográfico no qual o meio ambiente, contínua inspiração dos artistas, é referente preferencial, como é o caso das imagens dos pacus, mangas, tuiuiús e cajus estampados em viadutos, muros, e empenas de edifícios. Tal identificação com a natureza torna-se uma espécie de arte modelo em Cuiabá, oportuna não apenas para exposição no museu, mas para ser exibida no espaço público, com a intenção de que essas imagens pudessem ser imediatamente reconhecidas como própria do local, forjando uma espécie de rótulo, etiqueta, identidade[2].

Contudo, embora a ideia de regional seja recorrente na produção plástica cuiabana — ora a serviço de uma subjetividade identitária, ora às voltas com uma arte supostamente mimética —, ao que tudo indica, os artistas desse período apropriaram-se, cada um ao seu modo e uns mais outros menos, da filiação arte-natureza-identidade, reinventando outras variações inusitadas. Neste caso, tudo leva a crer que o senso compositivo particular de Alcides Pereira dos Santos seja uma dessas variantes.

UM JEITO ESTÉTICO DE SER

Alcides Pereira dos Santos era um interiorano nascido em 1932, na cidade de Rui Barbosa (BA), que migrou aos 18 anos (1950) para outra cidade do interior, agora do Mato Grosso (Rondonópolis), e permaneceu por lá por 26 anos. De sua vida pregressa ao ofício da pintura sabe-se muito pouco, apenas que trabalhou nas mais diversas profissões: agricultor, barbeiro, sapateiro, pedreiro, padeiro, plaqueiro e talvez tantas outras.

Semianalfabeto, tudo indica que foi autodidata em quase tudo que se predispôs a fazer[3]. E, por isso, não é de se admirar que, ao longo de sua vida, ele tenha feito da prática repetitiva uma forma de aprendizado. Os teólogos já faziam isso há muito tempo com seus atos litúrgicos: repetiam-nos para convencer. Percebo que no esforço formalizador da pintura de Alcides há muito daquilo que Richard Sennett (2009, p. 198-199) chama de *visão da boa prática como cumprimento do dever*. Ou seja, um comprometimento que se manifesta pela obrigação e é organizado pelo ritmo. No entanto, embora as repetições sejam estabilizadoras, elas não são necessariamente rotineiras, pois Sennet revela que, no caso do ritual litúrgico, "(...) a cada vez, o celebrante prevê que algo importante está por acontecer". (2009, p. 199)

Algo similar parece ocorrer com o procedimento pictórico de Alcides. Treinando as mãos repetidas vezes, ele cumpre sua tarefa e desenvolve o que Sennet identifica como o cerne da artesania: uma vontade e uma capacidade de fazer algo bem feito.

Todavia, como numa espécie de ritual, a prática repetitiva faz-nos "(...) antes alerta que entediados porque desenvolvemos a capacidade de antecipação", explica-nos o referido autor (p. 199).

Sennet parte da premissa que as habilidades táteis do artesão passam por um processo no qual é possível verificar a sintonia entre a mão e a mente, o diálogo consistente com o mundo material, o aprendizado e a experiência em longo prazo, e o rigor sobre a qualidade. Enfim, para este autor, o trabalho manual, ou o trabalho do artífice, congrega a forma de pensar por meio do fazer. Como "uma espécie de sabedoria em ato", se quisermos fazer uso das palavras do crítico de arte Rodrigo Naves (2001, p. 183), ao dizer o equivalente sobre a destreza do artesão-pintor Alfredo Volpi.

É preciso reconhecer que a vida se inventa, não apenas no homem ou na arte dos artistas, mas em tudo que vive. Criar, portanto, não é uma escolha, não depende de nossa vontade, é um movimento da natureza, do mundo. O esforço de Alcides foi tornar sua pintura resultado dessa força criadora que existe na vida. Essa possibilidade de levar a vida com habilidade, empenho e avaliação faz com que sua prática artística, guiada tanto pela sabença popular como pelas regras lógicas da ciência, desenvolva uma potência poética de significado desconcertante.

Penso que a ética de sua criação, à maneira intuitiva de Caymmi (BOSCO, 2006), deve-se a um processo compositivo que combinou os três princípios norteadores: a necessidade (como condição de existência), a simplicidade (como resultado) e a elaboração (como método).

Partindo de um real em sua condição essencialmente física, a forma alcidiana é, antes, uma afirmação e aceitação do que é, do que existe[4]. Uma expressão plástica que adere a um mundo fechado que se justifica por si mesmo através de sua aparência concreta. Ainda numa analogia a Caymmi, é como se a religiosidade desse sentido a tudo: "As ações, o dever, os afetos, o inquestionado" (Idem, p.56), assim como ele próprio afirma, quando diz: "Deus fala pela minha boca. Tudo que eu falo é Deus quem está mandando falar". (OLIMPIO, 1990, p. 27).

Nesse caso, se fôssemos responder, na acepção espinosista, o que pode o corpo na obra de Alcides, concluiríamos, por ora, que suas formas encarnam um mundo essencialmente físico, bem definido, que tem a função clara de delimitar espaços. É geralmente alegre, solar e a vida como um todo apresenta-se numa adequação perfeita entre homem e coisas. Contudo, a instabilidade da vida não pode ser afastada de sua linguagem, nela encontra-se algo do excesso que escapa à definição, à forma e à limitação.

Uma vez que soube gerenciar as grandes tendências (vocações, talentos) da sua vida, Alcides, eticamente, faz da fé em Deus e na pintura um modo de vida. É desse modo que os ingredientes — determinação, simplicidade e perícia artesanal — resultaram em combinações imagéticas expressivas e poderosas.

Sobre sua inteligência compositiva, a crítica de arte mato grossense Aline Figueiredo (1979, p. 1) diz:

> Mesmo desconhecendo as noções mínimas de perspectivas, os conhecimentos elementares de técnica pictórica, mesmo desenhando toscamente figuras ainda na lei da frontalidade (rosto de perfil, corpo de frente), mesmo prevalecendo mais o risco, isto é, o desenho que a pintura, Alcides apresenta um trabalho plasticamente satisfatório e não alienado, que o torna num homem integrado à sociedade, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Ainda sobre suas soluções formais, ela acrescenta que ele: "(...) se identifica com uma linguagem mais atual pelos inusitados traçados geométricos e coloridos e superfícies chapadas com que algumas vezes, apresenta também na composição plástica de seus

quadros. Em todas às vezes o resultado foi muito feliz e curioso". (Idem).

E apresenta suas particularidades: "Curioso ainda que esse homem é também um artesão. Aliás, todo artista é também no fundo um artesão. Demora-se, trata o quadro como um objeto raro e único. Cuida caprichosamente das molduras e também do verso da tela, o lado que ninguém vê". (Idem).

E, por fim, as referências culturais em seu trabalho aproximam-se das estórias em quadrinhos, segundo ela: "Isso se deve ao fascínio que os livros escolares, de estórias, imagens de almanaques e decalques exercem sobre o homem simples, sedento de informações e que vive na periferia da cidade". (Idem).

Entretanto, nem sempre sua figuração direta e diferente de um saber artístico hegemônico, esteve exclusivamente ligada a esse efeito de anonimato, um reconhecimento mais próximo ao comum a ponto de que suas imagens, quando vistas, pudessem ser absorvidas como algo que se perde no meio do povo, como foi a intenção do cantor Dorival Caymmi a respeito de suas canções populares. Persiste na composição plástica de Alcides uma tensão entre o insólito e o necessário, que parece suficiente para sustentar uma possível dessemelhança pictórica dele em relação a uma produção artística desenvolvida na cidade de Cuiabá e, talvez até, em relação aos artistas de outros lugares que transitam por esta vertente do popular.

Uma vez que soube gerenciar as grandes tendências (vocações, talentos) da sua vida, Alcides eticamente faz da fé em Deus e na pintura um modo de vida. É dessa maneira que os ingredientes — determinação, simplicidade e perícia artesanal — resultaram em combinações imagéticas expressivas e poderosas.

E no caso específico, quando a adesão ao figurativo de Alcides evoca uma certa brasilidade restituidora de uma suposta identidade nacional, ainda assim vimos que a apreensão da iconografia do livro didático foi para o artista um meio propício para experimentar o sentido desconcertante da linguagem e não uma forma artesanal de reafirmar identidades étnicas que foram afetadas ou deslocadas pelo processo acelerado de homogeneização historicamente em curso, comumente designado de globalização.

Sabe-se que o livro didático compõe a cultura e a memória visual de muitas gerações que frequentaram ou não o ambiente institucionalizado do ensino. A despeito das mudanças que a sociedade passou e tem passado, ele ainda atua como mediador na construção do conhecimento. Ele é uma dessas mídias específicas que, desde a era Vargas, das reformas educacionais de 1961/71, da expansão da rede de ensino, do avanço das pesquisas sobre imagens (década de oitenta) e da nova forma de expressão veiculada pela televisão, vinha reformulando sua apresentação e linguagem, bem como ampliando seu mercado editorial.

É certo que tanto as imagens como as histórias informam-nos, mas até que ponto o tema que evoca certa brasilidade, como a obra "Rodovia Castelo Branco" produzida em 1977 do referido artista, pode ser um critério agregador e explicar uma ordenação que revele ao espectador uma narrativa identitária? Entre o livro e o leitor-pintor há algo que oscila. Construímos o mundo em que vivemos a partir de nossa interação com ele e, em se tratando de imagens que nos circundam, elas assumem a condição de símbolos, signos, sinais, mensagens e alegorias, ou talvez elas sejam, como aponta Alberto Manguel (2001, p. 21), "apenas presenças vazias que completamos com o nosso desejo, experiência, questionamento e remorso".

Enfim, as formas de perceber as imagens passam por um processo cuja suposição de significado varia constantemente. Por isso que, não sem razão, a imposição dos efeitos literários ou narrativos (vinculado ou não a um significado do que seja uma identidade nacional) à linguagem é um argumento questionável na medida em que ele não encerra os cruzamentos infindáveis implicados no ato da criação e apreensão da imagem.

AUTOESTRADA

1. Alcides Pereira dos Santos: Rodovia Castelo Branco, 1979. Esmalte sobre tela, 92 x 142 cm. Coleção Particular, Campo Grande - MS.

2. Rodovia Castelo Branco. Fonte: AZEVEDO, Aroldo de. O Brasil e suas regiões. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, p. 187.

Se a imagem é sempre a imagem de alguma coisa, como fala Jean-Claude Schimitt (2007), nesta obra (reprodução 1) pode-se destacar vários referentes (o título, as placas de sinalização, a pedra, o ângulo e a estrutura geral da autoestrada) que guardam semelhanças explícitas com a reprodução fotográfica do livro secundarista "O Brasil e suas regiões", de 1971 (reprodução 2). No prefácio deste livro de geografia, Aroldo de Azevedo (1971, s/p) comunica aos leitores que sua intenção é conseguir "(...) transmitir o mesmo amor e a mesma confiança na Pátria que nos é comum — una e indivisível, grande potência do século XXI".

Mesmo levando em conta que a imagem de Alcides foi produzida numa época em que o governo ditatorial dispunha dos mais variados aparatos informativos para convencer sobre o fato de que todos brasileiros participavam da construção do *Brasil grande potência*, questão preponderante no contexto de inserção da obra seria bastante instigante para uma historiadora indagar tal imagem a partir de um contexto mais íntimo do artista e seus processos de criação.

Não que possa haver alguma prática atemporal, não é disso que se trata, tento, sim, desconfiar de um tipo de interlocução que percorre a obra de Alcides a partir de uma normatividade temporal que privilegia o sentido do percurso como círculo, sucessão e linha. A rigor, acha-se primeiro uma das pontas para em seguida ir até a outra. De outro modo: quando se tem a época se tem o artista. Influenciados por uma visão linear, acostumamos a pensar o mundo através de uma narrativa padrão, que obedece a um começo, meio e fim. Concordo que essa previsibilidade nos conforta e penso, no caso dos historiadores, o quanto a tarefa pode ser facilitada ao priorizar-se esse método de análise que enquadra os fatos a partir dessa sequência lógica.

Mas os questionamentos são inevitáveis: ora, se não existe uma origem, um sentido latente nas coisas do mundo, um segredo não revelado que a análise trataria de descobrir, é necessário assumir que a prática imagética é produto de um processo do qual são inerentes a multiplicidade e a dispersão. Conceber o fazer artístico como um sistema aberto é experimentar o pensamento a partir de uma perspectiva criadora, na qual a imagem abriga diferentes temporalidades, memórias, repetição, e, ao re-combinar, re-agrupar, re-classificar, não rivaliza com a obra (no caso, a imagem impressa), mas evoca-a, potencializando não aquilo que foi dito sobre ela, mas o que ela ainda tem a nos dizer, como afirma Rosângela Cherem e Jefferson W. Kielwagen (2008) sobre o processo renitente da imagem.

Esta obra faz parte do conjunto que foi exposto na primeira individual do artista, no Museu de Arte e de Cultura Popular (MACP-UFMT) em 1979. Assinam o catálogo da exposição o artista plástico e coordenador do museu Humberto Espíndola, e a animadora e crítica de arte Aline Figueiredo. Alcides, no dizer de Figueiredo (1979, p. 1), é um patriota silencioso, um ufanista "que faz da pintura um veículo para pregar a fé em Deus e no Brasil".

Seguindo seu raciocínio, podemos dizer que esse encantamento pelas coisas do Brasil também ressurge de forma bastante festiva e tropical em "Rodovia Castelo Branco". Nessa tela, Alcides provavelmente presta uma homenagem àquela que foi destinada a

ser a primeira autopista expressa brasileira, principal ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo e Oeste Paulista, e que foi considerada um marco do rodoviarismo brasileiro.

Mas afirmações desse tipo sobre a obra despertam logo a dúvida: haveria uma arte exclusivamente submissa ao mundo das aparências, ou, em última instância, nomeá-la ao que possivelmente representa seria suficiente para ter dito tudo da representação? Concordando com Schmitt (2007, p. 27), acredito que a função da imagem não é representar o real, uma realidade exterior, e sim "construir o real de um modo que lhe é próprio". Admitindo que a atividade criadora esteja presente em tudo que vive, veremos que a linguagem é prodigiosa em elaborar procedimentos diferentes para se chegar a este fim, tal qual faz Alcides em sua autoestrada.

Por uma necessidade de expressão, e não por uma escolha ou vontade, Alcides nunca pintou outra coisa que não fosse uma repetição ininterrupta dos atos ou objetos inaugurados por outro, outro esse que não era um homem. Ele tinha crença em que, "Tudo deve imitar o que Deus fez: uma árvore é sempre uma árvore" (PEREIRA, 1985, p. 19) e sobre a Bíblia ele adverte, "não há engano" (Idem), ou seja, seu gesto pictórico só adquire significado porque retoma uma ação primordial transcendental da criação divina.

Influente especialista em história e filosofia das diversas tradições religiosas, o romeno Mircea Eliade considera que os povos antigos, à maneira de Platão, fazem esse regresso periódico ao tempo mítico das origens, porque recusam qualquer tentativa de interpretação de uma história *autônoma*, isto é, "de história sem regulação arquetípica". (ELIADE, 1985, p. 11).

Entretanto, como Eliade nos mostra em seu livro, essa prática de imitar as ações originais dos deuses, dos heróis fundadores e dos antepassados não procedia de tendências conservadoras das sociedades primitivas. O que dizer então desse comportamento *arcaico*, em geral associado a uma espécie de vocação artística, e que, por vezes, definiria o processo de criação da arte popular brasileira no contexto contemporâneo?

No que se refere à ontologia arcaica da produção plástica de Alcides, é interessante constatar que, mesmo assumindo conscientemente que tudo que ele faz (pinta) já foi feito, ele sabe que a imaginação humana é dotada de potência criativa, uma força que para ele é proveniente de um poder divino. Quanto ao ato de pintar, mais ainda é verdade que o motivo, a inspiração, o tema não passam de pretextos "para a realidade puramente pictórica que o quadro contém". (ARAÚJO, 2008, p. 17).

Por conta da profusão dos motivos orgânicos funcionando como preenchimento parcial da superfície (escapa um pequeno fragmento do céu, a pedra, a estrada e as placas), poderia dizer que a função deles ali seria a de enfeitar ou adornar o ambiente. Do ponto de vista etimológico *ōrnāre* (em latim, italiano e espanhol) significa embelezar. Por sua condição complementar e aparentemente dispensável, o ornamento, além de funcionar como um acessório de beleza, é, no âmbito das artes visuais e *design*:

> (...) geralmente entendido como um padrão ou textura, algo vagamente baseado nos princípios de simetria e ritmo, podendo ser reproduzido indefinidamente ao longo de uma extremidade ou superfície. Pode ser mais estilizado e geométrico, ou mais natural e orgânico; pode ser constituído por motivos banais e insignificantes, ou por símbolos carregados de conotações afetivas, políticas ou religiosas; pode ser sensual — criado para agradar o olho — acidental — como no zique-zaque da tecelagem — funcional — como uma moldura em torno de uma porta, indicando que aquela é a porta principal — ou material — como as texturas naturais de tijolos ou madeira. (KIELWAGEN, 2010, p. 9, 11).

Na análise de Jefferson Wille Kielwagen, o caráter *superficial e banal* do ornamento nas artes visuais é questionado, porque ele considera que esse entendimento do conceito é apenas aparente.

O autor acredita que tal interpretação encobre toda uma complexidade que se desdobra numa série de questões formais, simbólicas e teóricas. Propõe então pensar o ornamento como um abismo superficial, e as questões por ele evocadas ao sugerirem forma de pares conceituais opostos (dentro/cheio, animal/humano, sagrado/profano, atração/repulsão, etc.), só poderiam ser solucionadas no paradoxo.

Partindo dessa noção, seria interessante potencializar o problema do ornamento da imagem em questão, a partir dessa oposição binária conceitual. Na presente obra, a obsessão pelo preenchimento dar-se-ia mais por temer e recusar o vazio do que por uma escolha consciente ou um ato de celebração ao cheio. Admite-se que o impulso ornamental em Alcides resulta de uma tentativa de evitar o vazio, um comportamento bem ao modo que os historiadores do ornamento do século XIX denominaram de horror vacui[5].

Em sua pintura, o movimento da linha sinuosa, delicada, ondulante e predominantemente simétrica que assume por quase todo o plano, contrasta com a ebulição das formas e cores brilhantes e produz um efeito faustoso e artificial. Há tanto prazer pela cor, brilho e volteios que seria difícil não considerar seu feito artístico como óbvio, repetitivo e excessivamente sentimental. Assim, uma parte do Brasil de Alcides surgiria a partir desta imagem que apela mais sobre os sentidos do que sobre a cognição, pois de modo *ingênuo* ele converte uma das mais importantes rodovias do país em um mero arranjo simétrico.

Nesse sentido, sua obra seria enganosa, porque força um efeito de beleza que não estava premeditado na estrutura da composição. Ora, se o preencher persiste como forma de evitar o vazio, o fato de Alcides ter recorrido a esta prática, constitui-se somente como um ponto de partida para as ambivalências que enseja a discussão sobre os sentidos do ornamento (como preenchimento) em sua composição imagética.

Também não creio que Alcides tenha aplicado o ornamento nem de forma displicente — assumindo na obra um caráter secundário — ou desmedida — comprometendo a função pela forma. Mais do que a subordinação dos detalhes ao conjunto, estou propensa a acreditar que o ornamento surge como resultado de "um único impulso germinal ou ideia" (2010, p. 55) que confere a obra um crescimento expansivo e rítmico que contagia o todo.

Os ornatos de Alcides pulsam, multiplicam e entrelaçam a curvatura da faixa amarela, através da qual identificamos tratar-se de uma rodovia, mas a presença compulsiva dos emaranhados de colorido reluzente tomam conta da tela e nos convocam ao labirinto da mata que rodeia a volta da curva. Dono de um fazer muito próprio de formas botânicas, o motivo em si (a estrada como símbolo de brasilidade) tende a sucumbir ao acúmulo dos ornatos vegetais.

Veremos que o objetivo de suas folhagens não é rivalizar com a flexão do traçado, Alcides advoga um estado de equilíbrio, por isso que o território de sua pintura, ao abrigar o movimento vertiginoso das espirais, intensifica uma sensação de perturbação que só encontra trégua visual no centro, e é justamente aí que o ornamento abre-se para uma linha sinuosa que desponta em uma curva que desce e sobe, seria uma estrada de rodagem, uma estrada para veículos, ou exatamente a maior rodovia da América Latina da década de sessenta?

Devido às coordenadas estabelecidas pelo pintor, parece inevitável não percorrermos a imagem atribuindo a ela esse caráter temporal. No entanto, o fruidor só consegue extrair uma narrativa imediata da imagem se ela for uma imagem reconhecida e identificável anteriormente. Isso quer dizer que, "Nenhuma narrativa suscitada por uma imagem é definitiva ou exclusiva" (MANGUEL, 2001 p. 24-5), outros repertórios sempre estarão disponíveis para guiar nossa interpretação.

Construímos nossa narrativa nos termos da nossa própria experiência, pois formalmente as imagens existem no espaço, e as narrativas no tempo. É desse ponto fixo no espaço que partimos, e todo desdobramento (explicação, sensação, ideia, poesia) é sempre da ordem do inacabado, sempre uma questão de devir (Idem). Essa imagem origina uma história, todavia o que está em

questão aqui não é somente a persistência desse motivo em especial, mas também o anseio por empatia encontrado na beleza do orgânico.

Parece fazer sentido a suposição de Wilhem Worringer (apud KIELWAGEN, 2010, p. 29,31), para quem a "identificação com formas naturais só seria possível mediante uma relação de confiança entre o sujeito e o mundo". Convém esclarecer que é questionável a lógica binária que Worringer faz entre impulso a abstração (ambiente hostil, estilo geométrico e abstrato) e vontade de empatia (ambiente amigável, estilo orgânico e figurativo). Como aponta Kilwagen (2010, p. 29, 31) na abordagem do arquiteto e teósofo norte-americano Claude Fayette Bragdon "a geometria serve como solo firme que permite o desenvolvimento orgânico do ornamento". Entende-se, portanto, que o geométrico e o orgânico são categorias que se complementam e não que se opõem.

Disposto a valorizar a vida, Alcides não submete sua estrada ao deleite apaziguador que a representação fotográfica do livro promove, ao invés disso converte sua Rodovia Castelo Branco em um espetáculo com certo apelo ao exuberante e à grandiloquência. Em todo caso, a excitação dos sentidos, provocados pela cintilância das cores esmaltadas dos vegetais, não quer de modo algum chegar aos efeitos tácteis, o artista busca o prazer puramente sensorial, através da satisfação retiniana. Sem haver predomínio de um (motivo ornamental) sobre o outro (motivo simbólico), sua tela opera uma tensão entre equilíbrio e exagero, movimento e repouso, resultando no que Ralph Nicholson Wornum e Adolf Loos chamariam de um "ornamento elegante". (WORNUM; LOOS Apud KIELWAGEN, 2010, p. 29,31).

Ao reelaborar esse objeto investido da ideia de *progresso* e *engrandecimento* da nação, o artista exerce um mergulho na matéria, quando, por exemplo, envolve-se com o brilho e esplendor das cores em esmalte, explora extensivamente as circunvoluções da linha, adensa a tela com pinceladas espessas criando texturas, expande a cena ao preferir as grandes superfícies, e ainda quando sua formatação remete-nos a uma dúvida entre naturalização de formas geométricas ou geometrização da natureza.

Posto que o real é sempre um vir a ser ininterrupto, no qual pessoas e coisas não residem nem naquilo que vemos nem naquilo que dizemos, a linguagem visual opera como jogo, embuste que põe em questão sua ambiguidade. Segundo Cherem e Ana Emilia Jung (2007, p. 6), ela "habita um ponto movente e poroso entre o aquém e o além, constituindo-se como distância que faz avançar, quer pela memória quer pela imaginação artística".

Certamente o livro didático é um orientador que tem por fim transmitir conhecimento e informação, mas de forma alguma o discurso dessa mídia impressa deve ser visto como um fim em si mesmo, ele também é um meio propício para experimentar a potência desconcertante da linguagem. Por isso que em seu ornamento, a imagem não prescinde da narrativa como também o objeto ou imagem adornada não prescinde do ornamento, tudo é inclusivo. E se a imagem ainda mantém uma distinção hierárquica entre a realidade e a representação, o frenesi decorativo com simulações sensoriais causa incômodo porque ele pode desorientar o significado da iconografia em seu valor devocional e direto.

NOTAS

[1] Ignorando a noção de significante, na qual o inconsciente e a linguagem não dizem coisa alguma, Gilles Deleuze e Félix Guattari admitem serem funcionalistas à medida que o interesse deles é saber "(...) como alguma coisa anda, funciona, qual é a máquina". Segundo eles o funcionalismo fracassou nos grandes conjuntos estruturados porque tentaram instaurá-los em domínios que não são os seus, já que "(...) esses não podem formar-se, não podem ser formados da mesma maneira que funcionam. Em compensação, o funcionalismo impera no mundo das micromultiplicidades, das micromáquinas, das máquinas desejantes, das formações moleculares. DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é filosofia. Rio de Janeiro:

Ed. 34, 1992, p. 33-4 (Coleção TRANS).

[2] O objetivo de minha dissertação de mestrado "Arte & Identidade: Cuiabá 1970-1990", ao historicizar a construção da relação arte-natureza-identidade produzida por esta produção plástica em Cuiabá, foi escapar às armadilhas do objeto natural, que rondam, de um modo geral, a história e, neste caso, algumas noções que atravessaram esta dissertação. Uma delas foi então colocar em dúvida os diversos discursos regionalistas (arquitetos, intelectuais, artistas plásticos) que pretendiam representar, ora de forma ufanista, ora saudosista, a cultura e a identidade cuiabana. GUIMARÃES, Suzana C. S. Arte & Identidade: Cuiabá 1970-1990. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2002.

[3] Até onde pesquisei, não há nenhum indício que possa contrariar essa suposição.

[4] Para o teórico da literatura Georg Lukács "Essa aceitação perfeita do que é, do que existe, em sua simplicidade fatal, simboliza (..) precisamente o mistério da helenidade homérica.' O grego só conhece respostas,mas nenhuma pergunta, só conhece soluções (às vezes enigmáticas), mas nenhum enigma, só conhece formas, mas nenhum caos' ". Cf, BOSCO, Francisco, op. cit., 2006, p. 53-54.

[5] Essa expressão tomada das ciências naturais, veio da física medieval e serviu para explicar o fenômeno em que o espaço estaria sempre tentando sugar gazes ou líquidos para dentro de si, de modo a preencher-se.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Olívio Tavares de. Arte Independente de rótulos. In: NAÏFS; **Bienal Naïfs do Brasil**. Piracicaba-SP; Edições SESCSP, 2008.

AZEVEDO, Aroldo de. Ao leitor. In: AZEVEDO, Aroldo de. **O Brasil e suas regiões**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971, s/p.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **Desassossegos contemporâneos ou quando tudo parece estar em crise**. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/index2.htm>. Acesso em 12 dez.2010.

BOSCO, Francisco. **Dorival Caymmi**. São Paulo: Publifolha, 2006 (Folha Explica).

CHEREM, Rosangela Miranda e KIELWAGEN, Jefferson W. Renitências da imagem. **Anais**... XVIII Seminário de Iniciação Científica da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UDESC, 2008, p.3. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/jefferson-rosangela.pdf>. Acesso em 15 nov.2010.

FIGUEIREDO, Aline. **Alcides Pereira dos Santos**. Cuiabá: MACP-UFMT, outubro de 1979.

MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**. Trad. Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg, Cláudia Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIRCEA, Eliade. **O mito do eterno retorno**: arquétipos e repetição. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1985.

NAVES, Rodrigo. **A forma difícil**. São Paulo: Ática, 2001.

NOVA, Cristiane. A História diante dos desafios imagéticos. In: **Projeto história: história e imagem**. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: EDUC, n. 21, dez.2000,

OLIMPIO, Mário. Alcides e o seu "Ofício Divino. **Diário de Cuiabá**, DC Ilustrado, Cuiabá, MT, 12 de julho de 1990.

SANTOS, Alcides Pereira dos. In: As ruas estão cheias de arte. **Diário de Cuiabá**, Cuiabá, MT, 30 jun.1985, Caderno 3.

SENNET, Richard. **O artífice**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. O historiador e as imagens. In: SCHIMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média. Trad. José Rivair Macêdo. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

KIELWAGEN, Jefferson Wille. **Abismos superficiais: antinomias** do ornamento. Florianópolis, SC. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) - Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do Centro de Artes da Universidade do Estado de Santa Catarina, 2010. Disponível em:< www.tede.udesc.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2064>. Acesso em: 12 nov.2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

COMIDA RITUAL EM VILA BELA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA REZA CANTADA, ALMOÇO DA IMPERATRIZ E CHÁ AFRO

Juliana Abonizio
Doutora em Sociologia pela Unesp/Araraquara
Docente do Programa de Pós-Graduação em
Estudos de Cultura Contemporânea –ECCO – Universidade Federal de Mato Grosso.
abonizio.juliana@gmail.com

Bruna Mendes de Fava
Mestranda no Programa de Pós-Graduação
Estudos de Cultura Contemporânea – ECCO- Universidade Federal de Mato Grosso.
brunamendesdefava@gmail.com

RESUMO

Considerando a comida uma forma de comunicação, este artigo analisa 3 momentos da Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade- MT: Reza Cantada, Almoço da Imperatriz e Chá Afro, a fim de ver a manifestação da cultura local na oferta de comida, levando em consideração a escolha do menu, a forma do preparo e o processo de servir. Para atingirmos nosso objetivo, realizamos uma observação participante nesses três rituais, e observamos a modernização das práticas tradicionais no modo de preparo e na utilização de utensílios. Com essa pesquisa, concluímos que, apesar de se tratar de festas comunitárias, a oferta de comida nessas ocasiões reflete as disputas de poder e hierarquias locais.

Palavras-chave: Festas Tradicionais. Comida. Vila Bela. Mato Grosso.

ABSTRACT

In concern of food is a communication form, this article examines three moments of Vila Bela da Santíssima Trindade`s festivals- MT: Reza Cantada, Almoço da Imperatriz e Chá Afro to see the manifestation of local culture in

the food supply, taking into account choosing the menu, the form of the preparation and serving process. To achieve our goal, we conducted a participant observation in these three rituals and observe the modernization of traditional mode of preparation and the use of utensils. With this research, we conclude that, despite being community festivals, offering food on these occasions reflects the power struggles and local hierarchies.

Keywords: Traditional Festivals. Food. Vila Bela. Mato Grosso.

A cultura representada pela culinária envolve mais do que os pratos típicos, ingredientes e receitas da comunidade. Para Sonati, Vilarta e Silva (2009), a culinária de uma dada comunidade transcende o ato biológico da alimentação e abrange as formas e tecnologias de manejo e cultivo, além da coleta do alimento, da sua escolha, armazenamento, apresentação e formas de preparo.

A culinária faz parte da organização cultural de um povo, e com a análise de suas técnicas de preparo, modos de fazer, ingredientes, receitas e etc., é possível compreender quem a cria e consome.

As organizações sociais são constantemente ressignificadas pela própria dinâmica cultural que se revela nos atos e mecanismos da cozinha, expressando alterações na adição ou substituição de ingredientes na receita, na mudança dos utensílios de preparo, nos procedimentos, no ato da alimentação, na forma de comer, de preparar e até mesmo nas mudanças de quem prepara a comida:

> A alimentação demanda atividades de seleção e combinação (de ingredientes, modos de preparo, costumes de ingestão, formas de descarte etc.), que manifestam escolhas que uma comunidade faz, concepções que um grupo social tem e, assim, expressam uma cultura. O quê come, com que se come, quando, como e onde se come, são definidos na cultura. (AMON; MENASCHE, 2008, p. 15).

Para Maciel (2004), a culinária de uma dada cozinha corresponde um determinado estilo de vida e a maneira de transformar a substância alimentar em comida produz uma mudança que não é só de estado, mas de sentido.

Além de a alimentação ser indispensável à convivência social, ela também manifesta o que há de mais subjetivo dentro de uma comunidade. Para Amon e Menasche (2008), o povo pode manifestar na comida seus sistemas de pertinências, significados, relações sociais e emoções, representando suas identidades coletivas; assim, as autoras recuperam a ideia de voz da comida, de Hauck-Lawson, para aludir ao caráter dinâmico "pelo qual a comida serve de canal à comunicação":

> A comida construiria assim, um veículo para manifestar significados, emoções, visões de mundo, identidades, bem como um modo de transformar, pela resolução de conflitos, realização de mudanças, desistências. O conceito de voz da comida coloca em relevo seu potencial para abordar temas como tradição, etnia, harmonia, discordância, transitoriedade e identidade. (AMON; MENASCHE, 2008, p. 17).

A identidade coletiva relaciona-se diretamente à comida, já que reagimos aos hábitos alimentares de outras pessoas e comunidades, da mesma forma que elas reagem aos nossos; Assim, "não é de se surpreender, portanto, que o comportamento relativo à comida tenha sempre nos interessado e documentado a grande diversidade cultural". (MINTZ, 2011, p. 31).

A identificação da cultura na culinária também é discutida por DaMatta (1986), para quem a comida não é só uma substância necessária, mas é também um modo, um estilo e um jeito de alimen-

tar-se. Para o autor, o jeito de comer é definido não só por aquilo que é ingerido, mas também por quem o ingere.

É importante compreendermos que essa representação cultural, através da culinária, está em constante transformação, e desta forma não se pode ver a cozinha como algo cristalizado e imutável:

> Entendendo a identidade social como um processo relacionado a um projeto coletivo que inclui uma constante reconstrução, e não como algo dado e imutável, essas cozinhas estão sujeitas a constantes transformações, a uma contínua recriação. Assim, uma cozinha não pode ser reduzida a um inventário, a um repertório de ingredientes, nem convertida em fórmulas ou combinações de elementos cristalizados no tempo e no espaço. (MACIEL, 2004, p. 27).

Dentro dessa perspectiva, visamos compreender a constituição cultural contemporânea dos remanescentes quilombolas do município de Vila Bela da Santíssima Trindade, através da cozinha local em sua complexidade e, para tanto, realizamos uma observação participante em três eventos nos quais se destacam a oferta de comida e bebida na Festança de Vila Bela 2013: a Reza Cantada, o Almoço da Imperatriz, enquanto parte da Festa do Divino, e o Chá Afro, que ocorre no Dia de São Benedito, na casa de uma das festeiras da cidade.

A Festança de Vila Bela da Santíssima Trindade-MT consiste em um conjunto de rituais que ocorrem anualmente no mês de julho, em que a população se reúne para preparar as manifestações ritualísticas e a comida para a própria comunidade, e também para os turistas vindos principalmente de outros municípios de Mato Grosso. Nessa época, acontece o Canto da Alvorada e comemoram-se as festas do Divino Espírito Santo, da Santíssima Trindade e de São Benedito, sendo que na última ocorrem as apresentações da Dança do Congo e do Chorado.

Para Peirano (2003), a definição de ritual não pode ser rígida e absoluta, uma vez que a compreensão do que ele constitui em determinada comunidade tem relação direta com o momento da pesquisa em campo, desde o encontro do pesquisador com o grupo que estuda:

> Explico em relação aos rituais: em todas as sociedades, existem eventos que são considerados especiais. Na nossa, por exemplo, distinguimos uma formatura, um casamento, uma campanha eleitoral, a posse de um presidente da república, e até mesmo um jogo final de Copa do Mundo como eventos especiais e não-cotidianos. Quando assim vistos, eles são potencialmente "rituais". O pesquisador deve, portanto, desenvolver a capacidade de apreender o que os nativos estão indicando como sendo único, excepcional, crítico, diferente. (PEIRANO, 2003, p. 9).

A autora expõe que o ritual é um sistema cultural de transmissão simbólica que pode ser enxergada como "performativa", e isso acontece por três razões: a primeira é porque a ação ritual é inserida em um ato convencional (como dizer "sim" à pergunta do padre em uma cerimonia matrimonial); a segunda está relacionada ao fato de os participantes vivenciarem uma performance que utiliza muitos meios de comunicação (um exemplo pode ser nosso carnaval); e a terceira refere-se aos valores sendo criados e compreendidos pelos atores durante a performance (como quando identificamos: "Brasil" o time de futebol campeão do mundo).

Utilizando-se das colocações de Peirano, e partindo do princípio de que Vila Bela realiza as festas de santo anualmente em julho, identificamos a festança como ritualística, que possui todo um sistema cultural de transmissão simbólica performativa.

Durante a estada em campo, foi possível perceber a dimen-

são convencional da festança, haja vista que é inserida na vida da população como componente cultural típico que acontece todo ano. No caso dos moradores de Vila Bela, os atos convencionais estão nos "améns" dos fieis, nas rezas e cerimônias, no desfile da imperatriz, do imperador e de seus convidados, que se vestem todos de branco acompanhando os festeiros na abertura da Festa do Divino, tocando a música típica da festa; na preparação da culinária das festas no centro comunitário, para a população e agregados; na caminhada dos participantes do Congo, que se caracterizam como soldados do Rei rumo à casa do prefeito, para pedir permissão de soberania na cidade durante o período da Festa de São Benedito, dentre outros atos que ocorrem de forma ritualística no período da festança.

Na festança, vemos a interação midiática presente na programação na Internet, na exibição de grandes posters identificados na praça com algumas informações, o cronograma impresso em *folder*, as filmagens e a divulgação das bandas musicais que animam a festa com potentes caixas de som.

Outro componente ritualístico visto na festa é a característica performativa, presente nas ladainhas religiosas, na dança do Chorado e na exibição do Congo.

Em Vila Bela, a culinária foi constituída dos alimentos preparados para a festança que eram gratuitos nos eventos que analisamos, mas destacamos que também havia outro tipo de culinária disponível, que foi comercializada em barracas próximas a praça, no final da tarde e à noite. Foram vendidas opções, como crepes, espetinhos, algodão doce, pastel, sorvete, cachorro quente, dentre outros.

Para os eventos que participamos, nos quais eram ofertadas comidas e bebidas, destacou-se a presença da participação comunitária na preparação da comida. Todo ano, membros da comunidade, mais ou menos comprometidos com a festança, reúnem-se para preparar a comida, estabelecendo certo gerenciamento do processo por meio de atribuição de hierarquias, existindo um "festeiro" ou "festeira" responsável por cada festa de santo. É o responsável pela festa específica, juntamente com outros representantes comunitários, que organizam e preparam os alimentos para sua festa.

Segundo Amon e Menasche (2008), as comidas preparadas e consumidas em rituais próprios de festas, comemorações e ritos de passagem, implicam em uma certa cristalização de alguns componentes culinários. Segundo as autoras, essas comidas estão associadas a pratos-tótem, que carregam grande valor simbólico e são colocados à mesa para destacar a tradição, ancestralidade e um pertencimento, assim, não podem receber muitas alterações.

É partindo da análise do vivenciado em Vila Bela no período da Festança que pretendemos compreender o universo culinário associado aos rituais citados, identificando os aspectos da complexidade cultural dessa comunidade.

Primeiramente, é preciso compreender o contexto geográfico e histórico da comunidade. O município de Vila Bela da Santíssima Trindade, segundo Lima (2000), localiza-se no Oeste mato-grossense, ocupando uma área de 13.689Km2. Limita-se a Norte com o município de Comodoro, a Leste com os municípios de Pontes e Nova Lacerda e ao Sul e a Oeste com a República da Bolívia. Está a 521 Km de Cuiabá, capital do estado.

Na análise de Moura (2005), de acordo com os moradores locais, até o final da década de 1970, a maioria da região de Vila Bela estava localizada em terras à margem direita do rio Guaporé, mas adentrou às áreas da margem esquerda, sendo esta interligada à antiga por uma ponte de madeira, construída em 1993 e de, aproximadamente, 130 metros de comprimento. A conexão entre as duas margens era anteriormente realizada por meio de canoas, sendo que, a partir da década de 1970, por uma balsa, até a ponte ser construída:

> É uma cidade muito apreciada pelas suas belezas naturais, como o rio Guaporé cujas águas banham a sede do município e fazem parte da bacia Amazônica, pela paisagem circundante,

> onde se destaca a serra Ricardo Franco, antes denominada serra do Grão Pará, 5 e especialmente pelas festas em homenagem ao Divino Espírito Santo, São Benedito e Santíssima Trindade, realizadas na segunda quinzena do mês de julho. (MOURA, 2005, p. 28).

Segundo o Projeto de Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis Baseado em Conhecimentos Indígenas e Quilombolas no Escudo das Guianas (GUYAGROFOR, 2006), Vila Bela da Santíssima Trindade teve sua fundação como núcleo urbano em 1752, com o intuito de barrar o avanço e dominação espanhola, que progredia em direção ao Atlântico.

Os portugueses decidiram que contingentes populacionais deveriam se localizar nas margens do Rio Guaporé e, assim, migraram, junto a seus descendentes e também aos escravos negros trazidos do continente africano, para atual região de Vila Bela, que já era habitada por tribos indígenas.

O principal objetivo de Portugal na ocupação da região de Vila Bela era a garantia territorial da colônia interiorana, devido às ameaças do avanço espanhol nessa área, que era muito propícia aos conflitos territoriais, segundo Moura (2005). A autora observa que existia uma prioridade geopolítica sobreposta à atividade econômica, já que as ações do governo colonial português eram focadas na criação de uma grande cidade protetora das minas auríferas. No século XVIII, Vila Bela da Santíssima Trindade torna-se a primeira capital de Mato Grosso.

Com a questão dos limites das terras portuguesas, resolvidos na passagem do século XVIII para o século XIX, além do esgotamento das minas que se localizavam nas cabeceiras dos rios da margem direita do Guaporé, a maioria dos brancos retirou-se da região, ficando as terras nas mãos de uns poucos brancos e seus descendentes, mas de modo especial dos antigos escravos e também dos indígenas (GYAGROFOR, 2006). Os afrodescendentes, paulatinamente, foram se apropriando do núcleo urbano, além das terras e instalações deixadas pelos brancos. A migração ocorreu significativamente após o ano de 1970, quando os dirigentes do Brasil decidiram ocupar os espaços vazios da Amazônia, principalmente a Fronteira Oeste.

Para Moura (2005), a festança pode ser vista como um conjunto de práticas culturais em que a população adquire o papel de personagem mais importante no cenário de uma representação do passado que se ressignifica no cotidiano, através das experiências e memórias dos rituais religiosos, nas relações afetivas e nas práticas alimentares. Em sua análise, os moradores veem na festança o momento de compromisso e adoração religiosa e prezam pela sua permanência anual de forma ritualística, já que se tratada continuação das tradições, em que cada representação cultural remete ao Sagrado.

A festança em Vila Bela ocorre na segunda quinzena do mês de julho, e, segundo Bandeira (1988), a concentração das festas de santo em um período específico pode ter relação histórica com o fato da ida do bispo à região em um dado período, realizando os compromissos religiosos de uma só vez, como batizado, primeira comunhão, crisma, casamento:

> [...] Antes cada santo era festejado no seu dia. Depois, a cidade ficou à mercê dos leigos, pois com os brancos, foram embora também os padres. E os negros foram obrigados a agruparem seus santos e aproveitarem a ocasião que o Senhor Bispo vinha em desobriga, para fazer os casamentos, batizados, primeira eucaristia, crismas, uma vez por ano, quando festejavam também os santos de devoção. Comemorava-se o Divino Espírito Santo, São Benedito, Santíssima Trindade, Nossa Senhora do Rosário, protetora dos negros, Nossa Senhora do Carmo, Mãe de Deus, Nossa Senhora do Pilar, Santa Ana, Imaculada Conceição. (BANDEIRA, 1988, p. 249-255)

Segundo Moura (2005), uma moradora da cidade relatou que

a festança consolidou-se no mês julho, na gestão do prefeito Tito Profeta, no período entre 1981 e 1985. A moradora afirmou que essa mudança ocorreu devido ao período de julho corresponder às férias escolares, e como muitos estudantes moravam fora da cidade, era a época ideal para o acontecimento das festas de santo, já que era importante que a maioria da comunidade nascida em Vila Bela pudesse comemorar.

A festança ocorre geralmente em oito dias, sendo dividida em três momentos, A Festa do Divino, São Benedito e Santíssima Trindade, respectivamente. As reproduções da Festa do Divino são marcadas por simbologias sutis, onde a criatividade e a devoção ao culto ao Senhor Divino têm como personagens principais o Imperador (ou festeiro), a Imperatriz (que é também a festeira), músicos da Alvorada, promesseiras e promesseiros e a Folia do Divino.

A Festa de São Benedito, santo negro reconhecido como o santo maior, é o que mais se identifica com a comunidade pela semelhança da cor. Segundo Moura (2005), São Benedito representa direção e cura nos caminhos da vida da população, o santo da etnia e o que faz milagres, fazendo parte da adoração cotidiana da comunidade.

As Três Pessoas ou Santíssima Trindade estão presentes em Vila Bela desde a fundação da cidade, e, devido o culto e devoção dos moradores, esta deu o nome ao local. Moura (2005) aborda que a Santíssima Trindade é, no princípio cristão, a união de três pessoas distintas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, em um só Deus. Dessa multiplicidade de rituais que consiste a Festança, selecionamos 3 momentos - A Reza Cantada, o Almoço da Imperatriz e o Chá Afro - para refletir, a partir da oferta de comidas, sobre a comunidade em questão.

REZA CANTADA

No dia 20 de julho, a reza cantada deu início à Festa do Divino, que aconteceu em uma casa em frente à praça da cidade, e estava decorada com o altar do divino, montado com a bandeira, a pomba, o mastro e a coroa, que correspondem aos componentes representantes do império do Divino Espírito Santo. Esta reza é caracterizada como cantada, porque é composta por ladainhas.

As pessoas foram entrando na casa, conhecidos e não conhecidos dos moradores, que, de acordo com uma participante da cozinha, que estava ao fundo da casa, são familiares da Imperatriz e estavam auxiliando os representantes da festa nos afazeres e preparação dos eventos.

Na cozinha, pudemos observar a comida sendo preparada, mas não era a comida que seria servida na Reza, era a comida a ser servida no dia seguinte, e esse necessário trabalho de bastidor impedia que aqueles voluntários participassem da reza que acontecia em sala anexa. Naquele momento, três homens cortavam carne e duas mulheres organizavam as bacias que já estavam cheias.

Uma informante local, voluntária nos preparativos, disse que tudo devia estar preparado para o almoço do outro dia, e que os membros da comunidade que estavam trabalhando ali eram amigos dos Imperadores do Divino e estavam ajudando com tudo que era preciso para o Almoço da Imperatriz. Ela disse que, além da casa onde estávamos, em mais casas estavam sendo cortadas as carnes para levar ao centro comunitário, e que a carne era doada por quem criava os gados, geralmente moradores dos povoados que estão mais afastados do centro. Este fato é ressaltado por Moura (2005), que afirma que a da Folia do Divino faz uma caminhada até as casas das áreas rurais para recolher as doações. Quando os envolvidos na Festa do Divino vão à zona rural, os festeiros não acompanham, já que possuem muitas atribuições referentes a sua festa.

A moça nos disse que quem é responsável por arrecadar e organizar todo a alimento da festa são o imperador e imperatriz, e que alguns membros da comunidade, que geralmente participavam da festança, se uniam para auxiliá-los. Moura também discorre sobre a escolha e papel dos festeiros:

> Os festeiros, ou seja, o Imperador, a Imperatriz, o Capitão do Mastro, o Alferes da Bandeira, são escolhidos por sorteio, 119 organizado e direcionado pela Irmandade do Divino Espírito Santo. Têm a responsabilidade de providenciar a alimentação dos Foliões, durante todo o período em que estes realizam as visitas, pelas rezas e a liturgia do dia da festa. Da mesma forma têm por obrigação convidar os músicos e cantores da Alvorada, garantir o abastecimento de bebidas por toda à noite e do escaldado pela manhã, para todos que participantes. Devem ainda, providenciar os fogos de artifício, o levantamento do mastro, o vestuário dos Foliões, a preparação e distribuição dos biscoitos, bebidas após as rezas e os banquetes coletivos nos dias da festa do santo. (MOURA, 2005, p. 131).

Lá onde cortavam a carne, com pouca iluminação elétrica e cheiro forte, existia um forno feito de barro e um moedor, que parecia ser para moer carne. No forno, assavam à tarde toda os biscoitos que iam ser servidos na reza, e utilizavam o moedor para finalizar a massa dos biscoitos. Depois disso, começavam a cortar e moer a carne, que seria servida no dia seguinte, na mesma máquina.

Perguntamos desde quando esse procedimento de utilização da máquina acontece, o que ela achava destes utensílios, e se sabia como eram feitas as comidas anteriormente. Ela disse que não sabia desde quando, exatamente, mas que anteriormente utilizavam um pilão para socar a massa dos biscoitos feitos de fubá, milho e trigo, e a carne era cortada manualmente. Ela disse que gostava dos utensílios e que facilitava o trabalho.

A utilização desses artefatos chamou nossa atenção pela adaptação comunitária à utilização de instrumentos de trabalho mais modernos e que auxiliam na produtividade e otimização do tempo para a preparação da festa, casando tradição, modernidade e divisão racional do trabalho.

Enquanto conversávamos, o canto da ladainha se tornou mais forte e a nossa informante disse que era hora preparar os biscoitos e a chicha para servir. Chicha é o suco de Vila Bela, em suas palavras, feito de milho torrado.

O milho, que na chicha é torrado, tem relação com as correspondências de Rolim de Moura citada por Moura (2005), em que ele diz que o sustento que costumava-se a dar aos negros nas minas de ouro, na época da mineração em Vila Bela, era uma quarta de milho por semana. Em condições precárias, o negro utilizava do alimento que tinha, no caso o milho, e algumas vezes nessa época conseguiam feijão para sobreviver, mesmo precariamente.

A autora descreve que na época em que Vila Bela foi capital da província, foram produzidas cerca de 20 roças, algumas maiores e outras menores, que tinham engenhocas de produção. Uma delas havia um engenho de açúcar e em outras duas engenhos para fabricar a farinha de milho.

Daí a chicha ser considerada o suco vilabelense, pois tem forte relação com o contexto histórico-econômico da comunidade, já que percebe-se que, como o milho era uma das únicas alternativas de sustento dos negros na época da mineração, estes tinham que otimizar o máximo que pudessem a utilização e potencial dessa matéria-prima. Verificamos o uso do milho em bolos, e nos biscoitos, os últimos também foram servidos no final da reza, em pequenos pacotes. Junto, foi servido a chicha, em um grande balde e depois em garrafas plásticos de onde se vertia o suco em copos descartáveis.

Após servir várias pessoas – inclusive com nossa ajuda –, começamos a ver a sala esvaziar-se e muitos iam para a praça em frente, onde havia o contraste ao sair de um ambiente de forte tradição local e encontrar uma praça que tocava sertanejo universitário de um lado e música eletrônica do outro.

ALMOÇO DA IMPERATRIZ

No outro dia, tivemos a oportunidade de participar da preparação dos alimentos para o Almoço da Imperatriz. Fomos cedo em frente a casa em que sairia a folia do Divino:

> [...] quando se encontra na área urbana, na semana da festa, a Folia do Divino é formada pelo Capitão do Mastro à frente carregando a bandeira pobre, pelo Imperador carregando a coroa, a Imperatriz carregando o cetro, o Alferes da Bandeira com a bandeira rica, os promesseiros e promesseiras e demais acompanhantes. Esclarecemos que a Folia é formada pelo Mestre, cantores adolescentes cuja média de idade varia de 13 a 16 anos, e pelos tocadores de sanfona, viola, caixa. (MOURA, 2005, p.130).

Chegamos ao centro comunitário pela amanhã e auxiliamos no processo de preparação dos alimentos para o almoço da Imperatriz da Festa do Divino. Segundo Moura (2005), as festas anteriormente aconteciam na casa dos festeiros, porém, passaram a ser nas dependências do Centro Comunitário devido o aumento da quantidade de pessoas que tem visitado a festança na comunidade.

A autora versa quanto à comida da festança, que geralmente baseia-se na seguinte culinária:

> O cardápio para a Festança, organizado pelos festeiros e festeiras e preparado pelas cozinheiras, é composto de arroz com lingüiça, saladas de verduras e legumes, feijão com couro de porco, churrasco, mandioca cozida, farofa de banana e torresmo, doces de mamão, de leite, de laranja, biscoitos ou sequilhos, "*biscoito de Ramos*", bolo de arroz, licores de leite, de folha de figo, de pequi, de jenipapo, bebidas como "*leite de Tigre*", chicha, pinga e o Canjinjin. Também o escaldado, feito para os foliões do Divino Espírito Santo e o sopão, para os dançantes do Congo, como para todos aqueles que estiverem presentes no momento da distribuição. Dentre essas comidas, doces, bolos, biscoitos e bebidas, algumas são identificadas por parte dos moradores como representação das "*tradições dos negros de Vila Bela*". (MOURA, 2005, p.113).

Encontramos na Festa do Divino desse ano alguns dos alimentos relatados acima. No almoço, o cardápio era carne de churrasco, mandioca cozida, arroz, feijão, farofa com carne , banana e cenoura, salada e, como sobremesa, doces de mamão e leite.

Mas, por que esses pratos especificamente? Percebemos que a relação dos vilabelenses com estes ingredientes é justificada historicamente. A alimentação, que era distribuída para os negros no sistema escravocrata, consistia segundo Moura (2005), em alimentos que estavam no campo onde trabalhavam, como a farinha, mandioca, feijão, carne seca e banana. Segundo a autora, para os senhores de engenho era mais vantajoso deixar que os escravos preparassem seu próprio alimento próximo à lavoura, que fazê-los perder muito tempo voltando para suas casas para se alimentar. Os senhores disponibilizavam a farinha de mandioca e o feijão, enquanto o restante dos alimentos eram eles que deveriam conseguir:

> A produção das pequenas roças de feijão, milho, abóbora, batata-doce, mandioca, que cresciam juntos aos caminhos próximos das minas não eram suficientes para o suprimento das necessidades alimentares da crescente população, que pagava a preço do ouro, os gêneros de primeira necessidade, um estímulo às atividades comerciais. (MOURA, 2005, p. 52).

Cascudo (2011) também cita gêneros alimentícios da popu-

lação escrava, expondo a dependência da caça, colheita de raízes e ervas, pesca, coleta de frutos, para assim complementar o que colhiam das plantações incipientes de alguns poucos componentes, como feijão, milho e mandioca. Esses alimentos citados pelo autor estavam inseridos na culinária da festa do Divino deste ano. Algumas cozinheiras disseram que, anteriormente, havia muito mais comida e variedade.

Quando chegamos ao centro comunitário, deparamo-nos com muitas pessoas fazendo a comida da festa. O número delas mudou, alguns componentes chegaram depois para auxiliar no preparo e organização do centro comunitário. A maioria usava uma touca, pré-requisito imediatamente imposto a nós, naquele momento predispostos a auxiliar na cozinha, para trabalhar no local. Porém, não eram todos que usavam a touca, já que observamos que a maior parte dos homens usava boné e não touca, deixando claro que a norma era cobrir a cabeça para evitar cabelos na comida e isso era atentamente observado. Havia mais mulheres do que homens na cozinha, os últimos cuidavam do assar e cortar as carnes e bananas. Para Cascudo (2011, p. 507), essa situação é típica, pois, para ele o domínio da cozinha pertenceu desde sempre à mulher e "o homem assa, a mulher cozinha".

As mulheres dividiam as funções naquele momento da seguinte forma: três, faziam o arroz, três, moíam o alho, duas, fritavam a banana, três, cortavam os tomates, duas, ralavam a cenoura, duas, cortavam o pimentão, duas, cortavam a cebola e duas colocavam os doces de mamão e leite em copinhos descartáveis de café.

Existe uma relação histórica entre as mulheres e a cozinha. Cascudo (2011) aborda que no Brasil o homem caçava e pescava e a mulher já estava em contato com os utensílios da cozinha, já que arranjava os pitéus, manejando panelas e espetos. Em Vila Bela, a mulher, em 1779, já era inserida no contexto alimentar na região. Mattos (1997) expõe que naquela época várias pessoas, grande parte mulheres, foram multadas pela atividade de pequeno comércio dos gêneros alimentícios e de bebidas, o que expõe esse contato feminino com a comida desde o período:

> No sentido de controlar as atividades comerciais, existia uma legislação na Repartição do Mato Grosso, sendo que em 1779, a Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, relacionou uma série de pessoas multadas no exercício de atividades de pequeno comércio, tanto na capital como nos arraiais de Pilar, Ouro Fino e São Vicente. Dentre essas pessoas, boa parte eram mulheres, o que demonstra a participação da mulher seja forra ou cativa, no comércio de gêneros alimentícios e bebidas, etc. (MATTOS, 1997, p. 9-11).

Algumas mulheres que preparavam a comida, mesmo com muito trabalho a fazer, cantavam durante o preparo dos alimentos, muito alegres e a vontade, naquele lugar. De acordo com o que conversamos, algumas delas moravam ali na cidade mesmo, outras residiam em Cáceres, Pontes e Lacerda, entre outros municípios, mas por terem nascido em Vila Bela geralmente retornam à cidade na época de festança, para auxiliar sua comunidade .

Após o pré-preparo dos alimentos, por volta das 11:00 horas, o ritmo da cozinha começou a ser acelerado, dada a proximidade da hora de servir e a necessidade de finalizar os pratos. Os elementos da salada foram misturados e temperados em grandes bacias plásticas, a farofa foi agregada, e assim por diante.

Os homens cortaram as carnes e a colocaram em um isopor com papel alumínio já picadas, para manter a temperatura. A banana foi agregada toda em uma grande panela e frita. Depois disso, misturava-se, na panela, a farinha e a carne moída, finalizando a farofa.

A carne que estava presente no churrasco, na farofa de banana e também no feijão, é um alimento historicamente valorizado entre os moradores de Vila Bela, já que, segundo Pellegrini Filho

(1994) este componente alimentar na comunidade, provinha da caça e das importações vindas de Cuiabá. Os vilabelenses viam e veem na carne como componente básico para realização da comida, por ser um alimento que sustenta, segundo uma das cozinheiras que cortava os tomates e conversava conosco. A importância da carne em Vila Bela é observada também por Rosa e Jesus:

> Percebe-se a importância do consumo da carne bovina e dos suínos, como um costume alimentar básico da população, através de uma detalhada legislação relacionada à criação e abate de rês, vaca ou novilha, existente nos registros do Código de Posturas da Cidade, como pelas normas referentes à criação de porcos. Destaca-se que a maior parte da criação de porcos, era feita por mulheres negras, citadas nas Posturas como "*as negras forras que mais se fundam nestas porcadas*". (ROSA; JESUS, 2003, p. 210)

A dinâmica e procedimento de organização dos doces também ocorreu durante o preparo. Ficamos um tempo auxiliando as mulheres que organizavam os doces de mamão e leite, que estavam em um grande recipiente de alumínio, com pequenas colheres de plástico coloridas. Uma das moças que auxiliava dizia que o doce de leite era mais pastoso que o de mamão, por isso deveríamos colocá-lo em cima, e a mistura ficaria mais agradável. Algumas crianças chegaram e, após colocarem as toucas, ficaram olhando a organização do doce, outras ajudaram a colocá-lo nos copinhos.

O doce é uma alternativa econômica importante na cidade e, segundo Moura (2005), dentre os produtos comercializados, a aguardente, a garapa, os comestíveis e os doces são os que revelam as habilidades peculiares das "negras cozinheiras e mulatas doceiras", o que proporcionava grandes lucros no passado.

Começamos a colocar toda a comida em grandes caixas plásticas, e entregávamos a outras auxiliares da festa que estavam do lado de fora do centro comunitário, onde estavam organizadas as mesas para a festa. As pessoas já estavam chegando e pegando seus lugares, enquanto uma banda tocava músicas populares, predominando a sertaneja.

Passamos para o lado de fora do centro para compreender o processo de servir os convidados. Existiam dois ambientes na festa, sendo um do lado de fora do centro, onde estava a banda, e um outro salão fechado em que ficavam apenas os convidados especiais dos festeiros.

Quando começamos a servir as o lado de fora, percebemos que as pessoas pediam uma grande quantidade de comida, levando ao limite da extensão os pratos descartáveis, nos quais a comida era servida. Também distribuíamos talheres de plástico. Algumas pessoas iam para fila com recipientes plásticos, inclusive potes vazios de sorvete, pedindo que fosse servido mais. A ideia era levar a comida para casa.

Já o espaço interno, na sala dos convidados da Imperatriz, os comensais serviam a si mesmos. Uma das mulheres que estava organizando a distribuição da comida disse que, por tratar-se de uma quantidade menor de pessoas no local dos convidados da imperatriz, era possível que eles mesmo se servissem, no entanto, dada a observação externa de pessoas desejarem levar comida para casa, achamos que essa prática se justificava na economia da quantidade de alimentos. Os convidados, os quais se presume vir de camadas economicamente superiores, não barganhariam dessa forma os alimentos, estando livres para se servir e repetir.

A bebida para todos na festa era vendida em um local do lado de fora do centro comunitário. Após o almoço, as pessoas dançavam ao som da banda e aproveitavam para conversar entre os amigos. Ao final, muitas sobras ficaram sobre as mesas.

CHÁ AFRO

No outro dia as comemorações e rituais da Festa de São Benedito tiveram início, e recebemos o convite de uma das festeiras para participarmos do Chá Afro: trata-se da oferta de um café da manhã pela festeira em sua casa, após a Missa em homenagem a São Benedito. Este chá, diferente dos rituais citados, não está no cronograma da festa, tendo como público os convidadados da anfitriã, que eram familiares, amigos, agregados e jornalistas, apesar de estar aberto ao público. Mesmo com um caráter mais intimista que os outros rituais citados, exitia um interesse de divulgação da culinária, haja vista que todos os pratos apresentavam legenda com o nome e sabor, e os jornalistas tomavam nota.

Encontramos pela mesa, que estava decorada com flores e toalha de mesa estampada, o que Moura (2005) diz ser recorrente localizar nas casas dos devotos e festeiros durante o período da festança:

> licores de folha de figo, de lima, de jenipapo, de laranja, de pequi, o leite de tigre e o Canjinjin. Nos banquetes foram servidos doces de mamão, de leite, de laranja e de canjica de milho. Quanto aos biscoitos, foram servidos sequilhos para todos e biscoito de Ramos somente para algumas pessoas. (MOURA, 2005, p.113).

O chá era composto de muitos pratos típicos da culinária africana e quilombola. Na mesa econtramos o canjinjin, típica bebida de Vila Bela, que possui esse nome em homenagem ao príncipe africano Kangingin, filho do rei do Congo, sendo composto de água ardente, gengibre, cravo, mel, canela, raizes, erva-doce entre outros ingredientes secretos que fazem da bebida um símbolo da cidade.

Moura (2005) afirma que, dentre os produtos comercializados na região, a aguardente era um dos produtos considerados essenciais economicamente no período colonial, já que a opinião corrente era de que o uso desse componente pelos escravos, ajudava a suportar melhor a permanência e o trabalho nos ribeiros, ainda que mal vestidos e mal alimentados.

Além dessa bebida, a mesa estava composta por licores, como Leite de Onça e o Sassafraz, considerada bebida afrodisíaca, Chá "Levanta Tudo", feito de canela e gengibre, Chá do "Amor Carrancudo", Chá dos "Apaixonados", com folha de manjericão, cana de açúcar em pequenos palitos, bolos e biscoitos diversos, como o bolo de milho, fubá, e biscoito de Ramos, que foi entregue como lembrança, banana frita, bolo de arroz, feito na folha de bananeira, chicha de milho, saltenha afro-chiquitana, castanhas, paçoca de pilão (que segundo o relato de uma convidada, em Vila Bela deve ser comida com banana, obrigatoriamente), banana frita, cangica, pipoca, além do mamão em cubos. O que estava claro era o desejo de ser uma referência à África, inclusive nas roupas de estampa étnica ostentada pela anfitriã.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a experiência vivida em Vila Bela, é possível compreender a relação existente entre a culinária e a cultura da população, já que podemos enxergar na preparação da comida da festança elementos históricos que justificam a utilização de determinados ingredientes, pratos típicos e receitas da comunidade, como vimos na utilização da carne, milho e banana, por exemplo.

De acordo com as conversas que tivemos com alguns membros da comunidade e com a constatação que esta utiliza artefatos tecnológicos para facilitar a preparação da comida (como a máquina de moer a carne e preparar os biscoitos, do liquidificador, dentre outros), foi possível perceber que a população se adapta às facilidades tecnológicas modernas, estas atravessam sua cultura e modifica-se com elas, não só em suas ferramentas

culinárias mas em sua dinâmica cultural. É possível perceber que a comunidade não só aceitou a inserção moderna, mas aderiu à modernidade nos procedimentos da cozinha.

Essas transformações expõem o que Sonati, Vilarta e Silva (2009) consideram o ato de transcendência do biológico da alimentação, abrangendo as formas e tecnologias de manejo, além da escolha, armazenamento, apresentação e formas de preparo.

Foi possível perceber que as organizações sociais ressignificam-se em Vila Bela, já que a dinâmica cultural que se revelou nos atos e mecanismos da cozinha, expressaram as alterações dos utensílios de preparo e também dos procedimentos que se alteram com a facilidade tecnológica.

Um exemplo de inserção moderna na apresentação culinária foi o bebedouro de canjimjim, que vimos na mesa do Chá Afro.

A visão desse utensílio foi impactante pela adaptação moderna da exposição da bebida, que não estava nas garrafas tradicionais, geralmente comercializadas, mas sim em um bebedouro, como geralmente vemos contido com água, o que altera não só a embalagem da bebida, mas a facilidade, o acesso e o sentido de servir e beber.

O canjimjim apresentado nesta condição nos expõe uma outra finalidade de consumo da bebida, não mais como "cultura engarrafada", mercadoria, mas em condição democrática para conhecimento e apreciação. Percebemos nesse sentido, outra perspectiva do acesso à bebida, que mesmo tendo o objetivo final de reconhecimento regional perante o público, naquele momento foi utilizada uma estratégia distinta, com características modernas marcantes, como a democracia, inovação e acesso. O bebedouro pareceu um símbolo do valor da democracia universal na modernidade, observada por Coutinho (1979), principalmente porque todos que ali estavam podiam de maneira fácil servir-se a vontade.

A inserção moderna atravessou e atravessa a comunidade, não só na cozinha como em outros componentes culturais. Percebemos que após as celebrações rituais, com cânticos e ladainhas religiosas, as festas vivenciadas também continham o estilo de música moderna.

A música sertaneja e eletrônica, com som elevado, ecoavam na praça após a Reza Cantada, como já observado, e o sertanejo e a música popular regional durante o Almoço da Imperatriz, expunha claramente o contraste da música ritual tradicional da festança religiosa e os modismos da música moderna.

De acordo com conversas e relatos de festanças anteriores, percebemos que houve uma redução da variedade na comida da festança, já que anteriormente existia uma maior diversidade de ingredientes, e nesta festa encontramos um cardápio menos diversificado. Mesmo com esse fato, a culinária é indispensável à convivência social e à realização da festança, já que nas três festas analisadas a comida foi imprescindível componente de cada evento, os biscoitos e chicha, na Reza Cantada, o Almoço, na Festa do Divino, e toda variedade culinária, no Chá Afro de que participamos.

Apesar da culinária ser imperativa dentro dos rituais festivos, a ela estão atreladas as relações de poder e hierarquias sociais. Em alguns momentos da experiência nas festas foi possível enxergar que, embora a festança tenha caráter comunitário ,não se pode identificar procedimentos e regras igualitárias em todo contexto festivo.

Primeiramente, é importante citar um evento que faz parte desse processo de divisão, que é o sorteio dos festeiros, em que sorteiam-se os nomes dos titulares e representantes das festas da próxima festança, tendo um ano para planejar o evento. A divisão das festas entre festeiros e festeiras, considerados imperadores e imperatrizes, já é um indício de que existiu necessidade de utilizar o critério de hierarquização. Mesmo que seja para organização das festas, não se pode negar que atreladas à "festança comunitária" estão as relações de poder e divisões de classe, que sutilmente, ou não, influenciam nos benefícios e vantagens para alguns membros comunitários, o que pode ser visto em alguns momentos das festivi-

dades analisadas.

Em uma das festas ocorreu um desabafo de alguns componentes comunitários que ajudavam nos bastidores, expondo que nem todos os envolvidos na festa, mesmo recebendo funções e títulos, se envolveram verdadeiramente no processo e assumiram todas as suas funções, e que outros membros comunitários pegavam para si mais atribuições para que o evento acontecesse de forma eficiente. Independente da veracidade dessas colocações, pode-se dizer que os títulos têm repercussão na comunidade e envolvem mais que a simples forma de organizar a festança e cumprir o ritual.

Na Reza Cantada, mesmo com o fato da casa onde ocorria o evento estar cheia de pessoas, quando alguns representantes políticos chegaram ao local, os que estavam já na sala apertaram-se um pouco mais para que eles ocupassem um lugar à frente, mesmo com o fato de terem chegado depois. O poder que tais membros políticos possuem, quer seja pela posição, ou pelo incentivo que fazem à festa, certamente influenciou na atitude da parcela da comunidade que estava naquele momento específico da reza.

No almoço da Imperatriz, algumas divisões comunitárias da festa também foram percebidas. Mesmo com o fato de termos preparado o almoço para todos que fossem prestigiar o evento, no momento de servir a comida percebemos que existia uma divisão dos locais onde esta seria disponibilizada, sendo um salão à esquerda do centro comunitário, no qual ficariam o Imperador e a Imperatriz e seus convidados, enquanto o restante da comunidade e os visitantes ficavam na parte externa.

Mas, por que esta divisão? Não se trata de uma festa comunitária, no centro comunitário? Mas, esse espaço comunitário escondia um ambiente separado com porta fechada e diversamente decorado, onde a comida foi servida para comensais de alguma forma destacados da comunidade. A comida era a mesma, mas os pratos, apesar de também serem de plástico, eram de modelagem superior, e o modo de servir também foi diferenciado, já que cada qual pode servir-se do modo e quantidade desejados.

Como expusemos no início, Amon e Menashe (2008) fazem a analogia da culinária com a convivência social, abordando que a relação comida-sociedade manifesta o que há de mais subjetivo dentro de uma comunidade, demonstrando sistemas de pertinências, significados, relações sociais e emoções, representando suas identidades coletivas. Percebemos que a divisão do local de disposição dos alimentos se insere nesse contexto, manifesta as semelhanças e representações citadas, principalmente ao que se refere às relações sociais, significados e identidades coletivas.

Para DaMatta (1986), a comida não é só uma substância necessária, mas também modo, estilo e jeito de alimentar-se, este último sendo definido não só por aquilo que é ingerido, mas também por quem o ingere, pode ser visualizado na condição dos pratos do Almoço da Imperatriz nos dois ambientes. Percebemos um certo controle da quantidade de comida das pessoas da parte externa, e uma liberdade maior ao servir a comida no ambiente dos convidados da Imperatriz, mas isso expressa, no território da mesa, as hierarquias locais, servindo a mesa como reprodução das desigualdades.

É possível observar claramente as relações de poder, quando analisamos o ritual do Congo, já que nele existem os personagens (o Rei, o Príncipe, o Secretário de Guerra, o Embaixador, os Guerreiros, os Músicos, os Secretários de Guerra e os soldados do Rei), com suas hierarquias pré-definidas, e, mesmo que apenas no período da Festa de São Benedito, os membros do Congo pegam a chave simbólica da soberania da cidade na casa do prefeito, que os recebe e faz a entrega ritual, permitindo que estes sejam os dominantes na comunidade durante o período da festança. Além disso, no momento das apresentações do Congo e do Chorado, na praça, existe um local restrito para alguns membros comunitários, representantes políticos e convidados, como observamos no almoço.

As situações relatadas quanto à experiência, compreendem

o universo da culinária condicionado pela cultura, e estas condições também influenciam nos aspectos, transformações e adaptações da culinária. Após a vivência na comunidade, é ainda mais nítida a visão de Maciel (2004), de que não podemos ver a cozinha como algo cristalizado e imutável: a representação cultural, através da culinária, está em constante transformação. Como vimos em Vila Bela, essas mudanças ocorrem e se manifestam no cardápio das festas, nos procedimentos de preparo e no modo de servir, e continuarão em sua dinâmica de acordo com o que for sendo aderido, criado, atravessado e relacionado na cultura local.

REFERÊNCIAS

AMON, D.; MENASCHE,R. Comida como narrativa da memória social. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 1, jan/jun. 2008.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco**: estudo antropológico de Vila Bela. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CASCUDO, L.C. **História da Alimentação no Brasil.** São Paulo: Global, 2011.

COUTINHO.C.N. A Democracia como Valor Universal. In: SILVEIRA, Ênio (Ed.). **Encontros com a Civilização Brasileira** 1979, p, 33-47.

GUYAGROFOR. **Projeto de Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais Sustentáveis Baseado em Conhecimentos Indígenas e Quilombolas no Escudo das Guianas**. Disponível em:http://educomambiental.blogspot.com.br/2008/10/quilombolas-do-guapor-mato-grosso.html. Acesso em: 14 set. 2013.

DAMATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. **Correio da Unesco**, ano 15, n. 7, julho. 1986.
PELLEGRINI FILHO, Américo. (Org.). **Possessão e Procissão**: Religiosidade Popular no Brasil. Osaka: National Museum of Ethnology, 1994. p.139-166.

LIMA, J. L. **Vila Bela da Santíssima Trindade-MT**: Sua Fala, Seus Cantos. Campinas, SP: UNICAMP: 2000.

MACIEL. M.E. **Olhares Antropológicos sobre a alimentação**. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2004.

MATTOS, Eliana da Silva. **Mulheres Forras em Ambientes Urbanos na Capitania de Mato Grosso**. Projeto de Pesquisa para a obtenção do título. (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, s/d, 1997.

MINTZ, S. W. Comida e Antropologia: Uma breve revisão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, SÃO PAULO, v. 16 , n. 47, p. 31-42, 2011.

MOURA, M. C. R. **Construções Culturais nas práticas Alimentares da Festança em Vila Bela da Santíssima Trindade-Mato Grosso**. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

ROCHA, A.L.C. **Antropologias das formas sensíveis**: entre o visível e o invisível, a floração de símbolos. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 1, n. 2, p. 107-117, jul./set. 1995.

PAES,M. Fontes Documentais em sociologia da vida quotidiana. **Análise Social**, Vol XX, 83: 507-519, 1984.

PAIS,C.T. In Simpósio; **Sociossemiótica e semiótica das culturas**: das modalidades. Fortaleza: EdUFCE,1997.

PEIRANO, M. **Rituais ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de. (Orgs.). **A terra da**

conquista: História de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Adriana, 2003.

SONATI, J.G.; VILARTA, R.; SILVA, C.C. **Influências culinárias e diversidade cultural da identidade brasileira**: Imigração, Regionalização e suas Comidas. Qualidade de Vida e Cultura Alimentar. v. 1, Campinas: IPES, 2009. p. 137-147.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

DAVID CARNEIRO E A LEGENDÁRIA LAPA NO PARANÁ: A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA REGIONAL E A MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO TOMBADO

Maria Julieta Weber Cordova
Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa
julieta.weber@yahoo.com.br

RESUMO

O estudo sobre a memória dos patrimônios tombados na Lapa/PR remete necessariamente ao processo de produção historiográfica regional, num contexto de busca a uma construção identitária regional, pensada e revitalizada por uma intelectualidade paranaense ligada à elite político-econômica do mate e envolvida no movimento cultural conhecido como paranismo. Propõe-se analisar o pensamento do intelectual paranista David Carneiro, especificamente seu estudo sobre o Cerco da Lapa, no Paraná, em que atribuiu ao Cerco o caráter de marco histórico pela resistência florianista na Revolução Federalista e estendendo à Lapa o desígnio de legendária. O referido intelectual trabalhou no sentido de elaborar uma simbologia própria ao paranaense com vistas à mitificação do herói regional, especialmente evidenciada pela narrativa preservacionista dos patrimônios tombados na Lapa.

Palavras-chave: David Carneiro. Intelectualidade. Produção historiográfica. Paraná.

ABSTRACT

The study on the memory of landmarked buildings in Lapa/PR necessarily refer to the process of regional historical production in the context of seeking a regional identity construction, elaborate and revitalized by an intelligentsia paranaense linked to political and economic elite of mate and involved the cultural movement known as paranismo. It is proposed to analyze the thinking of the intellectual paranista David Carneiro, specifically his study

of the Siege of Lapa, Paraná, in which he attributed to the character of Siege fact historical by resistance florianista in Federalist Revolution and extending to Lapa's plan legendary. Such intellectual worked to develop a symbology with a view to the Parana mythification regional hero, especially evidenced by the narrative preservationist of landmarked buildings in Lapa.

Keywords: David Carneiro. Intellectuality. Historical production. Paraná.

INTRODUÇÃO

Na Lapa/PR é possível identificar, no monumento edificado, a memória local/regional traduzida como um documento (LE GOFF, 19) que, permanecendo presente, pode exprimir temporalidades e significações culturais, identitárias e ideológicas, reveladas pelo patrimônio tombado. Entretanto, à medida que se passeia pela cidade, depara-se com uma justificativa reticente sobre os porquês dos tombamentos e sobre o que estes representam historicamente: o episódio do Cerco da Lapa.

Em cada canto que se conheça do Setor Histórico da Lapa, lá está um fato ligado ao episódio. Foi o Cerco da Lapa que justificou o processo de tombamento dos casarios que compõem o Setor Histórico. Foi pela resistência do Cerco da Lapa, que se combateu o movimento maragato rebelde e assegurou-se a república pica-pau e florianista no Brasil. E foi também o Cerco da Lapa um dos temas utilizados pelos intelectuais paranistas, para discorrer sobre a construção de uma identidade paranaense.

E ao se estudar sobre a memória dos patrimônios tombados na Lapa, compreende-se o quanto sua memória é reveladora de um contexto historiográfico de busca de uma construção identitária regional, pensada pela intelectualidade envolvida no movimento cultural conhecido como paranismo (PEREIRA, 1997).

Tal movimento cultural, ao ser promovido pela política econômica da erva-mate no Paraná, fomentou a construção de uma identidade comum aos paranaenses, representada por simbologias próprias, como a encontrada no próprio brasão do estado do Paraná (MARTINS, [19--b]) e pela eleição de episódios históricos como baluartes de uma história regional, já que, dentre seus intelectuais, encontram-se os primeiros historiadores do Paraná.

Pode-se, inclusive, atribuir ao paranismo o pioneirismo na concepção de uma história genuinamente regional. Anteriormente ao período da Primeira República, época em que se contextualizou o ideário paranista, o que se podia conhecer sobre a História do Paraná restringia-se, basicamente, a relatos de viajantes, muitas vezes de origem europeia, conforme atenta Schmidt (1996, p. 96):

> Nos três primeiros séculos de sua história, o Paraná foi pensado de fora. Isto significou que a maior parte do que se sabia sobre o Paraná era produzida por intelectuais de outros países, como o inglês Thomas Bigg-Whiter e o francês Auguste de Saint-Hilaire.

Sendo assim, quando os significados dos patrimônios tombados na Lapa apontam o Cerco da Lapa como o marco histórico nacional que salvaguardou a república brasileira, acabam por reforçar a ideia paranista de construção de uma identidade específica do paranaense. Tal intenção paranista não só contrapõe à diversidade cultural, introduzida especialmente no sul pelo próprio processo imigratório brasileiro, mas apoia-se nos princípios de uma história positivista e historicista (LÖWY, 2000), que enaltece heróis e grandes feitos, produzindo uma história oficial, unilateral e hegemônica.

Partindo destas premissas é que se procurou desenvolver a presente pesquisa. Entende-se que o estudo sobre a produção historiográfica pode remeter, tanto aos critérios para o ensino de história local/regional como às noções para o entendimento da

memória patrimonial preservada, estando diretamente vinculada à apreensão de suas respectivas produções de memória.

E, dessa forma, pode-se compreender a eleição de signos para a memória do patrimônio tombado e o estabelecimento de marcos históricos como conteúdos fundamentais a serem trabalhados em sala de aula. Na Lapa/PR, tal situação apresenta-se pela materialidade atribuída ao episódio do Cerco da Lapa, traduzida pelos patrimônios tombados que compõem o Setor Histórico.

Propõe-se, neste artigo, analisar produções historiográficas trabalhadas pela intelectualidade paranista, tendo como foco o pensamento do intelectual David Carneiro e a questão do Cerco da Lapa, em que a referência a uma ideologia paranista se deu pelo culto ao heroi e ao marco histórico que atribuiu à Lapa o desígnio de legendária.

A presente pesquisa trata, portanto, de questões referentes à história local e regional. Segundo Samuel (1990), a história local requer um cuidado especial do historiador, pela própria proximidade com tal história. Pois, ao se "dobrar a esquina e descer a rua" (SAMUEL, 1990, p. 220), é possível identificar outras histórias além daquela que foi pré-definida pela ideologia paranista. Mas que, para tanto, é fundamental que se compreenda acerca da produção historiográfica e seus envolvimentos na história local/regional. E o positivismo foi, para David Carneiro, o critério de análise fundamentador deste processo de construção identitária regional.

O IDEAL IDENTITÁRIO E A MITIFICAÇÃO DO HERÓI PARANAENSE: O POSITIVISMO COMO CERNE DE ANÁLISE

> *Eis porque a história fica geralmente estéril e falaciosa quando nela se procura um amontoado de exemplos em lugar de uma série de preparações cuja principal eficácia deriva do seu encadeamento.*
> *(August Comte)*

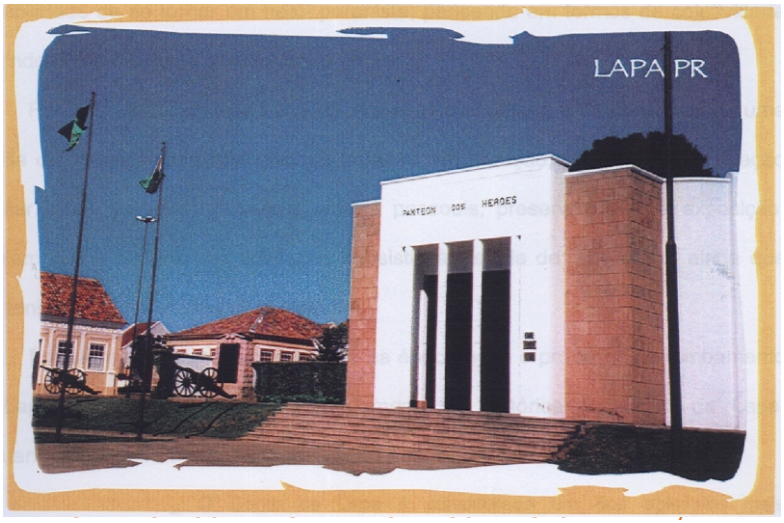
Em pesquisa realizada sobre o Cerco da Lapa e a Revolução Federalista no Paraná, havia se apontado sobre a construção do herói e do mito regional:

> A identidade paranaense teria então encontrado mais um mito de origem, um panteão de heróis, uma produção historiográfica e uma ideologia paranista. Ao se ler a historicidade dos patrimônios tombados na Lapa, percebe-se a significação histórica do episódio do Cerco da Lapa e a intenção de construção de uma identidade ao Paraná. (CORDOVA, 2003. p. 80).

Carvalho elucida que "Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos [...]". (CARVALHO, 1990, p. 55).

Assim como o herói constitui-se num símbolo, o mito corresponde à transcendência do próprio imaginário imbuído desta simbologia, pois "O domínio do mito é o imaginário que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais [...] o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhe são próprios". (CARVALHO, 1990, p. 58).

David Carneiro foi um intelectual que trabalhou no sentido de elaborar uma simbologia própria ao paranaense, com vistas à mitificação do herói regional. A representação da morte do maior herói do Cerco da Lapa, General Gomes Carneiro, juntamente com seu panteão, justifica essa mitificação e concretiza-se pelo próprio monumento construído em homenagem aos heróis do Cerco:



Fonte: Prefeitura Municipal da Lapa/PR

David Carneiro estudou profundamente sobre a Revolução Federalista no Paraná, enfatizando o episódio do Cerco da Lapa, ocorrido em fevereiro de 1894. No referido estudo, destacou, com especial ênfase, o mês em que morreu aquele que seria o maior herói do Cerco da Lapa.

O registro da morte do General Carneiro, com todas as honras e méritos, constituiu-se em elemento eficaz no discurso de heroificação, que, a partir do General, acabava mesmo por tornar herói cada combatente do Cerco da Lapa, configurando ao episódio a "salvação" da República.

Os "26 dias memoráveis" de combate e resistência lapeana acabaram por constituir-se numa exemplar atuação do paranaense, que defendeu não só a república florianista e pica-pau, mas essencialmente a sua identidade, calcada na tradição e nos princípios positivistas norteadores de uma história, que, conforme indicava Comte, buscava, pelo seu encadeamento, a eficácia, embasada por relatos fidedignos aos atos de bravura e de civismo do que David denomina de "epopeia":

> Tristemente terminou, no Paraná, como se vê, a revolução federalista, começada com glória e com atos de bravura intensa [...] Hoje, de 1894, restam apenas páginas frias, escritas pelos pesquisadores... Mas também os exemplos ficaram e as lições hão de frutificar. A beleza sem par do sacrifício de Gomes Carneiro, a dedicação dos que se puseram ao seu lado para realizar a epopéia do cerco, a intensidade de vibração que ainda hoje emana e sempre emanará dos acontecimentos relatados, tudo isso constitui a parte cívica construtiva dos que em atos os heróis da Lapa escreveram. (CARNEIRO, 1982, p. 363-364).

Saliente-se que os positivistas foram "hábeis fabricadores de símbolos" (CARVALHO, 1990) e em David Carneiro percebe-se claramente essa intenção positivista, ao ressaltar reiteradamente feitos históricos e personagens de destaque na história oficial do Brasil e, especificamente, do Paraná. O próprio conceito de história, para David, estaria imbuído de princípios positivistas, calcados em premissas de amor heroico e veneração:

> A obra dos historiadores, tirando dos abismos negros do olvido os heróis redivivos, é semelhante à das águias e dos condores quando tiram das barrocas profundas uma presa escondida e, planando alturas, vão expô-la à luz brilhante do Sol. Mas enquanto a primeira é construtiva e altruísta, a outra é destruidora e egoísta. A segunda é impulsionada pela necessidade da rapina. A primeira inspirada pela veneração, causada pelo amor. (CARNEIRO, 1995, p. 12).

E o positivismo comtiano trazia justamente a junção doutiná-

ria entre elementos da filosofia, da religião e do civismo, justificando-se tanto em rituais como em princípios fraternos, tendo como base humanitária a relação familiar:

> Em vez de uma simples filosofia ou uma filosofia da história, o positivismo comtiano evoluiu na direção de uma religião da humanidade, com sua teologia, seus rituais, sua hagiografia. Pretendendo ser uma concepção laica, fundia o religioso com o cívico, ou melhor, o cívico se tornava religioso. Os santos da nova religião eram os grandes homens da humanidade, os rituais eram festas cívicas, a teologia era sua filosofia e sua política, os novos sacerdotes eram os positivistas. Na base da nova humanidade, Comte colocou o sentimento do altruísmo, substituto da caridade católica. Ainda na esteira do comunitarismo católico, salientou as instituições de solidariedade, hierarquizando-as. Na base, ficava a família, seguida da pátria e, como culminação do processo, a humanidade. (CARVALHO, 1990, p. 130).

A lei dos três estados e suas fases de sucessão na evolução da humanidade implicariam no próprio papel da sociologia enquanto ciência social e de sua fundamentação teórica positiva para o estudo da sociedade e de sua unidade:

> Segundo a lei dos três estados, o espírito humano teria passado por três fases sucessivas. Na primeira o espírito humano explica os fenômenos atribuindo-os a seres, ou forças, comparáveis ao próprio homem. Na segunda, invoca entidades abstratas, como a natureza. Na terceira, o homem se limita a observar os fenômenos e a fixar relações regulares que podem existir entre eles, seja num momento dado, seja no curso do tempo; renuncia a descobrir as causas dos fatos e se contenta em estabelecer as leis que os governam. A passagem da idade teológica para a idade metafísica, e depois para a positiva, não se opera simultaneamente em todas as disciplinas. No pensamento de Comte, a lei dos três estados só tem um sentido rigoroso quando combinada com a classificação das ciências. A ordem segundo a qual são ordenadas as diversas ciências nos revela a ordem em que a inteligência se torna positiva nos vários domínios. (ARON, 2003, p. 87).

Ou seja, para Comte, a lei dos três estados implicaria na própria criação da sociologia, a qual encontraria meios de análise e procedimentos de pesquisa da mesma forma que já haviam encontrado as ciências exatas e naturais:

> A combinação da lei dos três estados com a classificação das ciências tem por objetivo provar que a maneira de pensar que triunfou na matemática, na astronomia, na física, na química e na biologia deve, por fim, se impor à política, levando à constituição de uma ciência positiva da sociedade, a sociologia. (ARON, 2003, p. 87).

A busca do método científico, da veracidade dos fatos e de seu encadeamento lógico, enquanto contribuição ao estudo social, está presente na obra de David Carneiro, que, buscando encontrar "ambiente sociológico", valorizou o ideal regional, encontrando sentido no processo de heroificação e de mitificação identitária.

DAVID CARNEIRO E O CERCO DA LAPA: A LEGENDÁRIA LAPA NO PARANÁ E O SEU LEGADO HEROICO PARA O BRASIL

> A tradição é indispensável, tradição doméstica, como tradição coletiva, de comuna ou município ou província, para que nelas se forme a

> consciência política, essa mesma consciência política que ainda não existe para o paranaense como há para o gaúcho, o paulista, e o mineiro; e ela só pode formar aos poucos, com esforço lento e perseverante, quer seja empírica ou sistemática essa formação de consciência que enfim há de vir.
> Façamos alguma coisa; pregando um sermão, escrevendo um verso ou colocando uma pedra num edifício, o essencial é não parar em meio do caminho. Seguir no século seguinte, bem como nos consecutivos, a missão individual e coletiva que vimos apontando, é tornarnos dignos do que têm escrito, pensado, ensinado, estabelecendo grandeza que existe, embora desconhecida da grande maioria. Tal é a missão geral de todos nós.
> É brasilidade e paranismo, porque este sentimento não se separa daquele, para os que nascem na terra das araucárias! (David Carneiro).

Ao tratar do processo de produção historiográfica paranista, procurando interpretar sua leitura no patrimônio tombado da Lapa, é imprescindível que se compreenda o contexto acerca do episódio do Cerco da Lapa, bem como de sua representação legendária atribuída à identidade regional paranaense.

Nas comemorações do Cinquentenário do Cerco da Lapa foi recomendada, por uma comissão responsável pelo evento, a escritura de um livro que, conforme está relatado em sua introdução, fazia-se necessário o registro de "um livro que, com elevado senso cívico e amor à verdade, traduzisse, fielmente o objetivo patriótico [...]". (CARNEIRO, 1982, p. 7). E nessa busca pela verdade, que corrobora o ato patriótico, acabou-se por fornecer ao pesquisador interessado no tema uma fundamental fonte de pesquisa sobre o Cerco da Lapa e sua inserção na formação republicana do Brasil.

Assim foi escrita a obra de David Carneiro intitulada "*O Cerco da Lapa e seus heróis*", no ano de 1934. Posteriormente, uma reedição ampliada dessa obra foi lançada com o título "*O Paraná e a Revolução Federalista*", no ano de 1982. Ao delinear o papel político desempenhado pelo Paraná face à revolta federalista, tendo como episódio central o Cerco da Lapa, acabou-se por retratar a trajetória republicana brasileira frente aos movimentos revolucionários emergentes: "Desde o ponto de vista mais amplo do ajustamento político-institucional do país às novas condições econômico-sociais vigentes, a Revolução Federalista e a Revolta da Armada marcaram os principais pontos de desestabilização do novo regime". (PESAVENTO, 1983, p. 7). Dessa forma, o Cerco da Lapa insere-se no contexto da "Revolução Federalista" (1893-1895), iniciada no Rio Grande do Sul.

David Carneiro (1904-1990) pertencia a uma das proeminentes famílias de proprietários de engenho de erva-mate e, como um legítimo paranista (OLIVEIRA, 2001), utilizou-se da geopolítica para definir o porquê de ser principiado, em território gaúcho, tal movimento de contestação à então recente república brasileira:

> É o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, o que mais presta às aventuras revolucionárias ou às correrias quixotescas dos cabecilhas guerrilheiros. A razão de ser é óbvia! Por um lado o aspecto geográfico de toda a campanha, o terreno menos acidentado em todo o Brasil Sul; por outro a proximidade da fronteira, o contacto com os caudilhos hispano-americanos, a vida de tropelias e contrabandos, a possibilidade de fuga à ação repressiva da lei penal. (1982, p. 57).

Os contestadores ao novo regime vieram a ser chamados de "maragatos", pelos que procuravam a legitimação republicana em todo o território brasileiro. A designação de "maragato" resultou do fato de que muitos dos "revoltosos" eram oriundos de uma província uruguaia denominada de Maragateria. O objetivo dos adversários,

certamente, foi atribuir ao movimento revolucionário um certo estrangeirismo, fazendo contraste às finalidades de centralização federativa empunhada pelos proclamadores da república.

Em contrapartida, os maragatos adotaram, juntamente com o lenço vermelho, a designação imposta, passando a denominar os florianistas de "pica-paus", tendo em vista a cor do uniforme azul com o quepe vermelho (LOVE, 1975).

Segundo Pesavento (1983, p. 86):

> As tropas federalistas eram constituídas, basicamente, dos estancieiros da Campanha com seus homens, na maioria civis, ex-liberais e ocupantes de postos e/ou cargos políticos municipais no período imperial. Sendo comandantes da antiga Guarda Nacional, recebiam o título de coronéis, sem terem, contudo, outra formação militar do que aquela adquirida nas guerras de fronteira com os platinos. Desde o ponto de vista militar, as tropas rebeldes lutavam com precariedade de recursos, se comparadas com os republicanos. Afeitos às lides do campo e ao uso da montaria, seus piquetes eram dotados de grande mobilidade e atacavam de surpresa, a cavalo, portando lanças.

Os pica-paus, castilhistas (porque partidários de Júlio de Castilhos), contavam com o apoio do governo central, Floriano Peixoto para garantir no Rio Grande do Sul o comando das forças republicanas. Era imperativo aos castilhistas que prevalecessem os ideais republicanos, dando vazão à intenção de gerir o Estado conforme critérios positivistas:

> O apoio de Floriano a Castilhos tinha razões muito claras: além de se colocar como a única e verdadeira força republicana no estado, os castilhistas tinham em comum com os militares as mesmas propostas autoritárias de conotação positivista quanto à reorganização do poder. Além disso, para os florianistas, o retorno do parlamentarismo pretendido por Silveira Martins lembrava a Monarquia e era meio caminho andado para a queda do regime. (PESAVENTO, 1983, p. 82).

A Revolução Federalista pretendia derrubar as forças de Júlio de Castilhos, bem como a constituição positivista gaúcha. O ideário com base na ordem e progresso, inflamado pelos positivistas no Brasil, vinha intensificado por pensamentos autoritários, especialmente no que se refere à organização do poder. Dessa forma, conforme Pesavento (1983, p. 8), consenso e coerção tornavam-se elementos integradores da elite hegemônica dirigente do país:

> A instalação da república exigia um novo equilíbrio entre coerção e consenso que garantisse a solidez e continuidade da forma política adotada. O consenso seria articulado pelo grupo econômico mais poderoso do país: o dos cafeicultores paulistas, que passariam, posteriormente, a assumir funções dirigentes. A coerção, por sua vez, estava sendo executada de imediato pelo grupo de pressão que participara da instalação da República e que se achava bem mais aparelhado para isto: o Exército.

Os republicanos defendiam o centralismo de governo, procurando conciliar autonomia político-administrativa e integração econômica do mercado brasileiro, considerando, ao menos teoricamente, uma certa autonomia provincial.

Nesse ponto, a república federativa, ainda que viesse a impedir consideráveis avanços político-administrativos nas províncias do país, serviu de forte argumento à queda do regime monárquico e, por outro lado, amálgama à formação da elite dirigente que viria subsequentemente:

> A idéia de república federativa exercia um grande fascínio sobre este grupo fortalecido economicamente. O federalismo correspondia às pretensões de maior autonomia das províncias e de um melhor encaminhamento aos problemas econômicos regionais. Se esta foi uma motivação para os grupos oligárquicos das províncias aceitarem a idéia republicana, para os cafeicultores, a mudança do regime representava o meio para atingirem o controle político da situação nacional. (PESAVENTO, 1983, p. 14).

E o positivismo veio a predominar no ideário republicano. David Carneiro (1982, p. 28) relatou sobre a influência do pensamento de August Comte no período de instalação da república brasileira:

> O advento da terceira República, em França, por outro lado, facilitava a propaganda republicana no Brasil, mesmo porque o nosso povo sempre foi inclinado a imitar o centro ocidental. Por esse tempo ainda, os livros de A. Comte mandados buscar por Benjamin Constant, produziam seus primeiros frutos, determinando nele convicções inabaláveis, caracteristicamente republicanas.

Sendo assim, pode-se compreender as razões legitimadoras do progresso contidas nas palavras de David Carneiro (1982, p. 26) com relação à determinação sociológica dos grupos e ao estabelecimento de um "movimento evolucionista":

> Muitas vezes, porém, não basta a boa vontade dos grupos; nem uma chefia, por mais capaz que seja, é bastante para determinar as eclosões sociais convergentes. É indispensável isso sim, que o ambiente sociológico se tenha afeito ao progresso que o movimento evolucionista ou revolucionário visa a estabelecer.

David Carneiro pode ser considerado o intelectual do Cerco da Lapa, dando vida aos combates mortais, estrategicamente ritmados com o poder político central, especialmente pela sua veia paranista, que delineou o papel intelectual do pensamento de David Carneiro, tanto pela sua ligação à elite do mate no Paraná, mas no que correspondeu ao contexto político-ideológico em questão.

O autor encontrou fundamental argumentação identitária no "Memorável Cerco da Lapa". A cidade da Lapa acabou por ser configurada como o maior empecilho aos ideais revoltosos da Revolução Federalista. Em mais de um dos argumentos de David Carneiro sobre a "memorável" resistência da Lapa, foi possível vislumbrar as intenções militares do governo central ao papel a ser desempenhado pelo Paraná na Revolução Federalista:

> A revolução em seu aspecto militar de maior importância, deixa o Rio Grande, e passando por Santa Catarina vai culminar no Paraná, nos primeiros dias do ano de 1894. No grande estado sulino as lutas ficaram como efervescência endêmica que não cessaria senão pelo esgotamento dos contendores em oposição. (CARNEIRO, 1982, p. 62).

O aspecto social lapeano foi também suscitado por David Carneiro (1982, p. 91), de uma forma digna de ser lembrada aos futuros paranaenses, como um marco historiográfico não somente regional, mas inserido em um encadeamento ideológico nacional, havendo de marcar a identidade histórica paranaense:

> Seus habitantes sempre foram disciplinados e dóceis, sempre hospitaleiros, espontaneamente inclinados à agricultura e aos trabalhos da paz, cuidadosos de seus deveres, prestando auxílios

> aos mais necessitados, sempre que deles se socorriam. Por uma fatalidade histórica, passam por mais uma vez da atividade de agricultura, para a de guerreiros, abandonando os arados, as charruas, as picaretas e as enxadas, pelas espadas, as pistolas, os fuzis e os canhões.

Três foram os setores de luta armada da Revolução Federalista, no Paraná: Paranaguá, Tijucas e Lapa: "Com a queda de Tijucas, e a ocupação de Curitiba, na retaguarda federalista havia somente a Lapa, guarnecida por Gomes Carneiro [...] com tropas regulares e com patriotas arregimentados pelo 'coronel' Joaquim Lacerda". (BALHANA; MACHADO; WESTPHALEN, 1969, p. 194).

Mas a Lapa capitulou quando se tornou inviável a resistência e conforme a Ata de Capitulação, "[...] atendendo a fórma heróica por que defenderam a praça, rendendo-se apenas por circunstâncias especiais supervenientes, sendo-lhes entregues todas as armas, munições, e trópas". (MARTINS, [19--a], p. 251).

No balanço geral da Revolução, foram os legalistas, comandados por Floriano Peixoto, que alcançaram a vitória, atribuindo-se ao episódio de resistência do Cerco da Lapa como o tempo necessário para o restabelecimento de forças das tropas florianistas:

> A demora no cerco da Lapa foi o maior erro estratégico dos revolucionários. Deu tempo a que Floriano Peixoto, então no governo da República, pudesse concentrar tropas em São Paulo, capazes de resistência e triunfo. (SOARES, 1998, p. 154).

O Cerco da Lapa teve duração de "26 dias memoráveis" de combate. Mas o mês de fevereiro veio a ser lembrado como o que encontrou maiores dificuldades de resistência, tendo em vista a morte de muitos combatentes ilustres, que a partir de então tornaram-se reconhecidamente memoráveis, dentre eles o General Carneiro, comandante dos tropas combatentes no Cerco da Lapa.

Aliás, saliente-se que a figuração heroica no Cerco não homenageou somente os altos cargos da hierarquia político-militar, mas todos os combatentes participantes da resistência. David Carneiro ilustra de forma entusiástica tal representação. A obra "*O Paraná e a Revolução Federalista*" traz inúmeras exaltações de civismo, abordando questões de ordem nacionalista, republicana e positivista.

Na Lapa, o Panteão dos Heróis, localizado defronte à Casa do então Comandante da Brigada, "Coronel" Joaquim Lacerda, revela o quanto se tornou presente na cidade o episódio do Cerco da Lapa. A figura do herói é fundamental para a legitimação de um regime. Sem heroificar, não se sustenta o mito de origem. Carvalho (1990, p. 55), ao se referir ao processo republicano de heroificação de Tiradentes, assim define o papel a ser desempenhado pelo herói:

> A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de construir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico.

Desta forma, fevereiro, exatamente por ser o mês em que morreu o maior herói do Cerco da Lapa, mereceu fundamental atenção por parte do intelectual paranista David Carneiro (1982, p. 195):

> A Lapa era um baluarte isolado, defendendo a ordem e a lei dentro de uma campo de anarquia. Por coincidência decide-se sua sorte no mesmo dia em que sérios combates de centro, mostram

> inócua a ação ofensiva dos revolucionários, e esse mês de fevereiro assiste no Rio Grande, no Paraná e na Guanabara aos conjuntos decisivos de operações que hão de dar ganho de causa à República, à ordem e conseqüentemente às condições essenciais e básicas do progresso.

O momento solene da morte do herói também foi valorizado, sendo assim abordado:

> A fuzilaria não cessava lá fora, e os canhões troavam soturnamente, respondendo ao bombardeio dos federalistas.
> Gomes Carneiro respirou fundo. Todos olharam ansiosos. Deixou pender a cabeça, fixando o olhar vidrado num ponto longínquo que só ele via...
> O Frei Caneca? A salvação da República?
> A glória? – Quem sabe em que pensam os heróis nessas horas de agonia?
> Estava cumprida a missão que lhe fora confiada. Estava morto! (...) Ele estava morto, mas além do Paraná, que se sacrificara com ele, estava a República salva! (CARNEIRO, 1982, p. 221).

A partir do momento da morte do General Carneiro, abriu-se a possibilidade de não somente heroificá-lo com todas as honras e méritos, mas tornar herói cada combatente do Cerco da Lapa, demonstrando o desempenho paranaense na "salvação" da república. Contou-se, para tal figuração, novamente com o apoio do governo central, conforme as palavras de Floriano Peixoto no momento em que soube da notícia da morte de General Carneiro:

> E depois de alguns momentos de silêncio geral, imposto naturalmente pela dor patente daquele herói, acrescentou: "Sempre que faço as cousas por inspiração própria, saio-me bem e sempre que me deixo levar por instigações alheias arrependo-me. Era preciso um general para barrar a passagem da revolução, no Paraná. Mandei para o Paraná, um herói!" (CARNEIRO, 1982, p. 280).

David Carneiro (1982, p. 196), ao relatar a epopeia do Cerco da Lapa, apontando para inúmeros detalhes militaristas, ainda que sempre justificando atos heroicos do comando cívico e militar, possibilitou também se aperceber do cotidiano daqueles "26 dias memoráveis", utilizando em suas pesquisas um documento pessoal, o diário de um combatente chamado Clemente Argolo Mendes:

> Este pequeno período em que o autor do diário, tão sóbrio, fala no presente, contrastando com o geral desse relato em que fala nas várias formas do pretérito, mostra que as almas aparentemente mais frias e concentradas têm suas explosões superficiais como os vulcões que encobrem o fogo das entranhas da terra, e essas explosões inesperadas são mais profundamente sensíveis, como é o caso deste valente soldado que nunca falava em si, e que levava sua bravura a ponto de subir a trincheira que comandava e bradar: "**Atirem bandidos, aqui, bem no peito, onde bate um coração republicano**". [grifo do autor].

E Clemente Argolo Mendes revelou-se, pela narrativa de David Carneiro, consideravelmente perspicaz para discernir entre o ato patriótico e as ameaças invasoras:

> Na manhã de 1° de Fevereiro (diz Clemente Argolo Mendes) víamos de nossas trincheiras, soldados federalistas passarem correndo, pelo interior do cemitério, servindo de alvo aos nossos atiradores. Eles gritavam seguidamente: "Atira

> desgraçado; havemos de levar a cabeça do Carneiro nos tentos". O Carneiro a que se referiram era o nosso bravo comandante. (CARNEIRO, 1982, p. 196).

David Carneiro, ao relatar o cotidiano do Cerco pelo diário do combatente Clemente Argolo Mendes, como que faz lembrar o dia-a-dia de uma resistência, em que, por motivo de rebelião, os dias, bem como as ideias passariam a ser revistas no pensamento daqueles que vivenciaram tal episódio. O diário de Clemente Argolo relata que, entre sonos cortados e vigília constante:

> As sentinelas aflitas, acordam os oficiais.
> O vozerio, a confusão, o susto, as ordens desencontradas, fazem perder tempo.
> As iniciativas tinham que ser pessoais.
> À corneta de ré, que tocara na vanguarda, outras vão respondendo como eco, lugubremente, em todos os flancos e na retaguarda.
> Os oficiais de artilharia da trincheira do largo da cadeia, armam seus canhões com lanternetas e começam o fogo, em boa hora.
> A escuridão não permitia ver mais de que o fogo que saia da boca do canhão, e às vezes um ou outro soldado que tentava a escalada e era morto na trincheira. (CARNEIRO, 1982, p. 198).

Continuando o relato sobre o diário de Clemente Argolo Mendes, David Carneiro (1982, p. 196) dá mostras de como foram encontradas dificuldades de sobrevivência nestes "memoráveis" dias do Cerco:

> O seu diário continua, vazando impressões amargas: 'Ninguém pode transitar nas ruas porque os atiradores inimigos, ocupando pontos elevados de onde enfiam as ruas, matam ou ferem os que tentam fazê-lo, principalmente na rua da Bôa Vista.
> [...] Nossa munição se exgota. Nosso cansaço é imenso em virtude de não termos quem nos substitua, sendo forçados a nos manter noite e dia nos nossos postos, sem dormir, e esfomeados. E isso... há já 19 ou 20 dias.

E o autor do diário utilizado por David Carneiro (1982, p. 198) deveria ser alguém portentoso, contemplado pelo consentimento de um general heroico. Assim, a fonte utilizada encerrava a perspectiva oficial:

> Para atender às necessidades desse dia, Carneiro madrugara também, e dera ordem de se retirarem com cuidado os corpos, quer mortos, quer feridos, do adversário, e seguiu caminho, inspecionando a seu modo, com exortações, às vezes elogiando, às vezes em ralho paternal.
> Na trincheira da rua da Boa Vista, Clemente Argolo roncava deitado sobre os braços como travesseiro e sobre a culatra do seu Krupp.
> Era natural, depois de um dia e uma noite de vigília e combate...
> Quis a guarnição acordá-lo, no que não consentiu Carneiro, mas, fazendo o elogio dos leais defensores da República, enfim Argolo Mendes acorda para ouvir a frase final do seu chefe: "Há de a República vencer. Como seria possível o contrário se ela tem defensores como estes bravos, que eu me honro de comandar ?!".

E exaltando verdades legendárias e heróis entranhados na parcialidade dos combates, David Carneiro deixa clara sua intenção de reiterar pela lembrança do dia-a-dia de quem vivenciou um momento que deveria se tornar inesquecível paras gerações paranaenses futuras. Afinal, conforme Carneiro (1982, p. 293; 364), a Lapa foi "teatro da luta mais sangrenta de toda a campanha federalista" e cada paranaense envolvido nessa luta deveria honrar o seu

momento de glória:

> Imitar os heróis e evitar as violências dos quadros apresentados na história desse período intenso da vida republicana, eis o único mérito do que aqui fica escrito. Páginas frias, resultado de pesquisas e vigílias dos que procuram a verdade, e que mesmo não a encontrando só com ela se satisfariam!

A identidade paranaense teria então encontrado mais um mito de origem, um panteão de heróis, uma produção historiográfica com base no ideário paranista. Ao se visitar a Lapa e ler a historicidade dos patrimônios tombados ali, percebe-se a significação histórica do episódio do Cerco da Lapa e a intenção de construção de uma identidade ao Paraná.

E na análise sobre a produção historiográfica paranista de David Carneiro, lá estava o Cerco da Lapa, simbolizado como o marco histórico que permeou a vitória republicana, reiteradamente lembrado e sacralizado pela narrativa preservacionista dos patrimônios tombados da Lapa, que contam tantas histórias de seus heróis republicanos, da luta e do combate vivido por vinte e seis dias "memoráveis" de resistência.

A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA REGIONAL E A MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO TOMBADO

Ao se pesquisar sobre o episódio do Cerco da Lapa e a construção de uma identidade paranaense, levando-se em conta a produção da memória do patrimônio tombado na Lapa/PR, entendeu-se que a interação da história local/regional com a memória do patrimônio tombado está estreitamente ligada à determinação de uma produção historiográfica.

O questionamento que vem em primeiro plano é sobre qual o momento da história que se quer perpetuar com um tombamento? Assim, o cerne da pesquisa volta-se para a relação entre o processo de produção historiográfica e os significados da memória do patrimônio tombado na Lapa, especialmente sobre a memória do Cerco da Lapa na Revolução Federalista (1893-1895), cultuada pela história local e regional como marco histórico, reiteradamente sacralizado pela produção historiográfica paranista e, conforme procurou-se atentar neste artigo, fundamentado pela produção intelectual de David Carneiro.

A Lapa constitui-se em uma das cidades paranaenses que mais preserva seu patrimônio edificado, referenciando fundamentalmente a memória do episódio do Cerco da Lapa (PROCESSO de tombamento..., 1993). Desta forma, a escolha do local pesquisado deu-se por entender que a Lapa reúne em si questionamentos sobre a memória do patrimônio tombado: a memória que se cultua como resultante do Cerco da Lapa e a que se pergunta sobre os significados dos "lugares da memória". (NORA, 1993).

Investigando sobre o processo de produção historiográfica paranista e sua relação com o ensino de história local e regional, percebeu-se a significação da memória do patrimônio tombado. Afinal, a produção historiográfica paranista, como conhecimento produzido, traduziu-se no ensino de história por símbolos, imagens, patrimônios edificados e pela construção de um discurso histórico de exaltação à identidade regional.

Pode-se dizer que a produção do conhecimento paranista está intrinsecamente ligada às visões positivistas e historicistas, enquanto mantenedora da ordem político-social e exaltadora dos grandes feitos e dos grandes vultos da história, legitimando, portanto, algumas formas de representação cultural em detrimento de outras.

Mas, a identificação da memória dos patrimônios tombados na Lapa, ainda que com forte peso para os paradigmas positivistas e historicistas do paranismo, pode permitir que a história local e regional identifique-se com outros "vestígios da memória", que não os pré-estabelecidos por uma visão historiográfica legitimadora das classes dominantes? Ao se "dobrar a esquina e descer a rua"

(SAMUEL, 1990), é possível identificar outra história além da que foi pré-definida pelo paranismo?

A Lapa apresenta em seu conjunto arquitetônico tombado situações paradoxais, possibilitando identificar "a" história que heroifica e "uma" história que traduz costumes, cotidianos e culturas políticas. Ou seja, respondendo aos questionamentos levantados, na Lapa é possível, sim, identificar uma história além das pré-definições construídas pelos paranistas.

Samuel (1990, p. 220) apresenta a diversidade de documentos e fontes e a proximidade do pesquisador ao se trabalhar com história local, ressaltando inclusive a importância do depoimento oral nos estudos de história local. Assim analisa o conhecimento acerca de história local:

> A História Local requer um tipo de conhecimento diferente daquele focalizado no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campo [...] Os materiais básicos do processo histórico devem ser constituídos de quaisquer materiais que estejam à disposição no local.

A memória do patrimônio tombado na Lapa aponta para uma versão heroica de valorização da república, quando revela sua importância preservacionista. Mais uma vez, a história apresenta-se pela via dos grandes vultos, em contraponto a uma história dos costumes e do cotidiano. Contudo, a memória de um patrimônio tombado ainda pode possibilitar uma outra história: da lembrança e do cotidiano, do anseio ao novo e da identificação ao antigo, da busca por "traços e vestígios da memória", conforme Nora (1993), possibilitando a reconstrução histórica e cultural sobre os "lugares da memória".

Ao se estudar o processo de produção historiográfica paranista e sua relação com a história local e regional, tendo em vista a memória do patrimônio tombado na Lapa, procurou-se contribuir para a formação de sujeitos na construção histórico-social do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecilia Maria. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. vol. 1.

CARNEIRO, David. **O Cerco da Lapa e seus heróis**. Rio de Janeiro: Ravaro, 1934.

_____. **História Psicológica do Paraná**. Edição do Dr. Diocesar Plaisant. Curitiba: Tip. João Haupt, 1944.

_____. **O Paraná e a Revolução Federalista**. 2. ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte: Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

_____. (Org.). **Positivismo e Humanismo**. Curitiba: Centro Positivista do Paraná, 1993.

_____. **O Paraná na História Militar do Brasil**. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **A produção da memória e o patrimônio tombado na Lapa/PR**: perspectivas para o currículo escolar. Ponta Grossa, 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) –

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: EdUnicamp, 1996.

LOVE, Joseph. **O regionalismo gaúcho**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 2000.

LUPORINI, Teresa Jussara. **Os "lugares de memória" do Estado do Paraná**: demandas e políticas pela preservação do patrimônio cultural. Campinas, 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. 3. ed. Curitiba: Guaíra, [19--a].

_____. **O brasão de Armas do Paraná e os seus symbolos**. Curitiba: APPR, [19--b]. [Datilografado]. cx. 10.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, p. 7-39. 1993.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**: genealogia, classe dominante e estado no Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo**: o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Federalista**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. História regional e transformação social. In: SILVA, Marcos A. (Org.) **República em migalhas**: história regional e local. São Paulo: Marco Zero; ANPUH, 1990.

PROCESSO de Tombamento Número 01/89. In: Cadernos do Patrimônio. Série Estudos; 4. **Lapa: um passeio pela memória**. Curitiba: SEEC, 1993.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 19, p. 15-33, set./fev. 1989/1990.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S. **Histórias do cotidiano paranaense**. Curitiba: Letraviva, 1996.

SOARES, Mozart Pereira. **O positivismo no Brasil**: 200 anos de Augusto Comte. Porto Alegre: AGE; Ed. UFRGS, 1998.

SOUZA, Alcídio Mafra de; LYRA, Cyro Corrêa (Org.). **Guia dos bens tombados**, Paraná. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1994.